

PUBLICAR-E

E-book dos resumos dos trabalhos
de conclusão de curso do
2º Semestre de 2022 das Faculdades
Promove e Kennedy de Belo Horizonte.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Silvino Paulino dos Santos Neto
Prof. Me. João Carlos Peixoto Ferreira

2/2022



FACULDADES
PROMOVE

FACULDADES
K KENNEDY

PUB

2022 **Publicar-e: ebook dos resumos dos trabalhos de conclusão de curso do 2º semestre de 2022 das Faculdades Kennedy e Promove / organizadores, João Carlos Peixoto Ferreira e Silvino Santos. -- Belo Horizonte: NPP, Faculdades Promove e Faculdades Kennedy, 2022.**
490 p. ; 23 cm.

1. Documentos institucionais. 2. Trabalho conclusão de curso. I. Peixoto, João Carlos. II. Santos, Silvino. III. Título.

CDU 002.1

Curso	Trabalho	Página
ADM	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SEGMENTO GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL EM VESPASIANO	4
ADM	Comportamento do empreendedorismo no Brasil e seus desafios	39
Sistemas de Informação	CIDADES INTELIGENTES: desafios de sua implementação no Brasil	56
Sistemas de Informação	AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS NO SETOR JURÍDICO	73
Sistemas de Informação	ALTERAÇÕES QUE A TECNOLOGIA PROPORCIONOU NO MÉTODO DE ENSINO NO BRASIL NO PERÍODO DA COVID-19	95
Direito	Aplicação do princípio da insignificância pelo delegado de polícia -	115
Direito	A POLÍTICA DE AUSTERIDADE COMO PRÁTICA DESCONSTITUINTE	140
Direito	A Responsabilidade Civil na Lei Geral de Proteção de Dados	159
Direito	A lesão aos princípios constitucionais originado por prisões injustas decorrentes do reconhecimento fotográfico.	182
Direito	A NECESSIDADE DE POSITIVAR O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUAS RAZÕES	207
Direito	Da (Im)Possibilidade De Divisão Da Pensão Por Morte Entre Companheiras e Filhos do De Cujus	225
Enfermagem	OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS NA ATENÇÃO DOMICILIAR EM PACIENTES PORTADORES DE	243

	ESCLEROSE MÚLTIPLA LATERAL AMIOTRÓFICA (ELA): UMA REVISÃO NARRATIVA	
Enfermagem	Os Benefícios dos Cuidados Paliativos Aplicados à Pessoa Idosa em Fase Terminal: Uma Revisão de Literatura	259
Enfermagem	Estratégias Facilitadoras para a Implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem: uma revisão narrativa de literatura	284
Nutrição	Atitudes alimentares, uso de mídias sociais e risco de transtornos alimentares entre estudantes de uma faculdade particular de Belo Horizonte	309
Nutrição	A Relação Entre o Eixo Intestino-Cérebro e as Alterações Psíquicas de Humor	335
Nutrição	Nutrientes Que Favorecem o Processo De Cicatrização Das Feridas Crônicas: Uma Revisão Integrativa	360
Psicologia	A Construção Da Autoimagem e Do Feminino Na Sociedade Contemporânea	408
Psicologia	A percepção e o impacto da ansiedade com atletas adolescentes da faixa etária de 12 a 17 anos do Centro de Treinamento Arena 7 no período de competição do campeonato mineiro de futebol 2022	431
Psicologia	PERCEPÇÃO SOBRE A DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE UMA FACULDADE DE BELO HORIZONTE	455

A Importância Da Gestão Financeira Para Micro E Pequenas Empresas No Segmento Gráfico E Comunicação Visual Em Vespasiano

The Importance Of Financial Management For Micro And Small Companies In The Graphic And Visual Communication Segment In Vespasiano

Igor de Souza Amorim¹

Núbia Cardoso Gonçalves²

Weslei Eduardo Bento da Silva³

RESUMO

A gestão financeira é uma das tarefas mais importantes enfrentadas pelas micro e pequenas empresas, pois é de extrema importância para o apoio financeiro das organizações. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o grau de conhecimento dos gestores, sobre a utilização da gestão financeira e suas ferramentas em microempresas no ramo gráfico de Vespasiano. Os procedimentos metodológicos utilizados foram os métodos indutivos, quanto ao objetivo da pesquisa foi exploratória e descritiva, e quanto aos procedimentos, foram utilizadas pesquisas bibliográficas. A coleta de dados veio através de pesquisas realizadas pelo Google acadêmico, em que se analisava artigos de 2000 a 2022 utilizando as palavras chaves como: gestão financeira, gestão financeira nas micro e pequenas empresas, fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, gestão do capital de giro. De acordo com as informações levantadas, fica nítido a importância de se ter uma boa experiência de mercado atrelada a um eficiente controle financeiro para as microempresas terem um bom fluxo de caixa e uma longevidade ainda maior. E os resultados mostraram também a relevância dos entrevistados em estarem bem qualificados para uma boa administração dos recursos financeiros das empresas. Diante disso, conclui-se que a gestão financeira e suas ferramentas são fundamentais para o controle do ciclo financeiro das micro e pequenas empresas no segmento gráfico e comunicação visual de Vespasiano.

Palavras-chave: Gestão Financeira, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Capital de Giro.

¹Graduando em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte.
igor.amorim@soupromove.com.br.

²Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte.
nubia.goncalves@soupromove.com.br.

³Graduando em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte.
weslei.silva@soupromove.com.br.

⁴Orientador Cleberley Loureiro - Mestre em Administração. Professor nos Cursos de Graduação e Tecnólogos na Faculdades Promove.
cleberleyloureiro@novafaculdade.edu.br

ABSTRACT

Financial management is one of the most important tasks faced by micro and small companies, as it is extremely important for the financial support of organizations. The present study has the general objective of analyzing the degree of knowledge of managers about the use of financial management and its tools in microenterprises in the graphic branch of Vespasiano. The methodological procedures used were the inductive methods, regarding the objective of the research, it was exploratory and descriptive, and regarding the procedures, bibliographic research was used. Data collection came through research carried out by academic Google, in which articles from 2000 to 2022 were analyzed using keywords such as: financial management, financial management in micro and small companies, cash flow, accounts payable, accounts receivable, working capital management. According to the information gathered, it is clear the importance of having a good market experience linked to efficient financial control for micro-enterprises to have a good cash flow and an even greater longevity. And the results also showed the relevance of the interviewees in being well qualified for a good administration of the financial resources of the companies. In view of this, it is concluded that financial management and its tools are fundamental for controlling the financial cycle of micro and small companies in the graphic and visual communication segment of Vespasiano.

Keywords: Financial management, Statement of income for the year, Working Capital.

INTRODUÇÃO

a) Contextualização e Delimitação do Tema;

Sabendo-se que o objetivo da gestão financeira é melhorar os resultados financeiros apresentados pela empresa, aumentando seu valor patrimonial gerando maior lucro líquido através das suas atividades operacionais, potencializando seus resultados, reduzindo desperdícios e aumentando suas receitas. E que é através da gestão financeira que o gestor consegue visualizar a situação atual da empresa; através de suas ferramentas consegue ter maior controle sobre atividades prejudiciais ou favoráveis, sobre desperdícios, entradas e saídas, contas a pagar, contas a receber, créditos e débitos.

No que se refere a administração financeira, Assaf Neto e Lima (2010), diz ser uma área que compreende o estudo metódico tanto prático como também teórico com melhorias e direcionamento nos processos empresariais. Ou seja, esta ciência faz uso das funções administrativas capazes de dar um bom direcionamento ao empreendedor rumo ao sucesso nas atividades de gestão financeira.

Uma boa gestão financeira assume um papel importante para um gerenciamento mais eficiente das micro e pequenas empresas. E quando há negligência neste aspecto, infelizmente boa parte dessas vão à falência. O Brasil tem uma parcela bastante significativa quando se trata sobre micros e pequenas empresas. Estas sendo geradoras de empregos e consequentemente fonte de renda das famílias, contribuindo bastante para o PIB nacional.

De acordo com o Sebrae (2005), 48,9% das micro e pequenas empresas têm uma sobrevivência de até dois anos, 56,4% até os três primeiros anos e 59,9% até os quatro anos

de atividade. Isso deixa explícito nitidamente a falta de conhecimento dos pequenos empresários no que se refere à utilização das ferramentas de gestão financeira dentro da organização.

A descrição acima nos apresenta a problematização do nosso trabalho, que está em torno do desconhecimento dos gestores das micro e pequenas empresas em relação às ferramentas de gestão financeira, onde será feita uma pesquisa de campo para levantamento dessas informações nas micro e pequenas empresas.

b) Objeto (Hipóteses, variáveis e problema de pesquisa);

Com as inovações tecnológicas, muitas empresas vêm lutando para que a necessidade de seus clientes sejam atendidas, e assim cresçam gradativamente diante do mercado. Nesse sentido, um estudo sobre gestão financeira dos administradores irá mostrar o grau de conhecimento desses profissionais no que diz respeito ao uso dessas ferramentas.

É bastante notável que a ausência de um bom controle financeiro poderá acarretar em problemas de liquidez para a empresa, e por esse motivo ela tenha que arcar com juros altos e abusivos por empréstimos feitos para suprir essa necessidade, quando uma boa gestão financeira poderia evitar todo este transtorno.

Diante disso levanta-se o questionamento: visto que a gestão financeira é algo de suma importância para a sobrevivência das micros e pequenas empresas, qual o grau de conhecimento dos seus gestores para gestão financeira e suas ferramentas?

c) Apresentação dos Objetivos (Geral e específicos);

Analisar o grau de conhecimento dos gestores, sobre a utilização da gestão financeira e suas ferramentas em empresas no ramo gráfico de Vespasiano.

- Definir as principais ferramentas de gestão financeira aplicadas às micro e pequenas empresas.
- Demonstrar as ferramentas mais adequadas para serem utilizadas no segmento gráfico.
- Apresentar os principais gargalos na gestão financeira dessas empresas.
- Analisar como as decisões financeiras são tomadas nessas empresas.

d) Justificativa

Este trabalho poderá ser usado por futuros estudantes e profissionais da área, e ele terá como base ou material de apoio para pesquisas e trabalhos futuros sobre a gestão financeira e seu impacto nas organizações e na economia, mostrando a importância sobre a utilização da gestão financeira de forma eficiente e eficaz nas pequenas e microempresas.

Para a sociedade, ele terá como objetivo mostrar a importância da gestão financeira para sobrevivência e saúde das micro e pequenas empresas, pois elas representam uma boa parte do PIB nacional e geram milhões de empregos em todo o país, contribuindo e muito para com a nossa economia.

Para o profissional da área, uma boa gestão alinhada às técnicas e práticas implantadas pelos gestores acarretará em resultados eficientes e eficazes para a organização, pois uma boa aplicabilidade dos conhecimentos teóricos fará com que a empresa mantenha um ritmo de crescimento de forma a utilizar de maneira correta as ferramentas de gestão financeira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será abordado o conceito das micros e pequenas empresas e de gestão financeira.

Micro e pequenas empresas

As empresas são organizações com objetivo de transformar recursos humanos, materiais e financeiros em produtos e serviços que atendam às necessidades de um público-alvo, geral ou específico, tornando-se geradoras de uma atividade econômica.

No Brasil, nos últimos anos o número de micro e pequenas empresas tem aumentado consideravelmente, principalmente por questões sociais e econômicas. Chinem (2006, p. 13) destaca que “[...] são as micro e pequenas empresas que mais distribuem renda, contribuindo para diminuir o desemprego e a falta de condição social de vida dos menos favorecidos, incluindo-os no processo de produção e abrindo-lhes novas oportunidades.”

Em nosso país a classificação do porte das empresas se dá de duas maneiras: pelo número de funcionários e pelo faturamento conforme o setor de atuação, de acordo com a classificação do Sebrae (2014). Empresas que estão no ramo de comércio e serviços e que possuem até 9 funcionários, são consideradas microempresas; Já aquelas que têm de 10 a 49 funcionários são classificadas como pequenas empresas. No setor da indústria, aquelas com até 19 funcionários, são consideradas microempresas; Com 20 a 99 são pequenas empresas. E com relação ao faturamento, as empresas que tiverem um faturamento igual ou inferior a R\$360.000,00 anual são classificadas como microempresas, e aquelas em que o faturamento seja igual ou superior a R\$3.600.000,00 anuais são consideradas pequenas empresas.

As microempresas possuem características específicas de acordo com a forma da sua constituição e relacionamento com clientes e fornecedores. De acordo com Deitos (2002), as características principais dessas organizações são: gestores familiares, limitação de recursos financeiros e humanos, estrutura organizacional simples, ausência de burocracia interna, produção para mercados especializados ou locais, baixo grau de diversificação produtiva, rapidez de resposta, proximidade do mercado ao cliente, flexibilidade e a fácil adaptação a mudanças.

Já Vieira (2007) cita que a importância das micro e pequenas empresas se expressam com um volume maior na economia nacional perante os municípios, que não se organizam para receber grandes empresas comerciais, industriais ou até mesmo de serviços.

Mortalidade das micros e pequenas empresas

Para o Sebrae (2017) as micro e pequenas empresas possuem uma grande importância para economias regionais e locais, no entanto empresas desse porte podem encontrar dificuldades para manterem-se ativas no mercado e alcançar bons desempenhos econômicos.

Ainda de acordo com Sebrae (2017), houve um estudo onde apontou-se que 24,4% das micro e pequenas fecharam em menos de dois anos de atividades. Sendo que esse percentual pode chegar a 50% naquelas com até quatro anos de funcionamento.

Três em cada 10 MEI fecham as portas em até 5 anos de atividade segundo o Sebrae (2020), são eles quem representam a maior taxa de mortalidade em até 5 anos. Na pesquisa Sobrevivência de Empresas (2020), realizada pelo Sebrae, baseada nos dados da Receita Federal e pesquisa de campo, a taxa de mortalidade dos MEI é de 29%, das microempresas é de 21,6% e as de pequeno porte 17%. O presidente do Sebrae, Carlos Melles, afirma que o estudo comprova a tese de que quanto maior o porte da empresa, maior é a sua sobrevivência, devido a maior preparação do empresário, e que entre os microempreendedores individuais, uma grande proporção de pessoas que vieram do desemprego e não se capacitaram para abrir o próprio negócio, o que afeta diretamente na sobrevivência do negócio.

Drucker (2019) salienta que o sucesso pode não ser duradouro, visto que as empresas são criações humanas desprovidas da permanência real, podendo estas manterem-se vivas muito além do seu próprio fundador, exercendo a contribuição que deve à economia e a sociedade. Ele ainda finaliza dizendo que: “Perpetuar a empresa é tarefa básica que cabe ao espírito empreendedor – e a capacidade de consegui-lo pode muito bem constituir o teste mais definitivo para sua administração”.

Segundo Chiavenato (2008, p. 15), “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam” Perante disso ele aponta um pouco das possíveis causas de mortalidade das MPEs que estão no quadro abaixo:

Quadro 1. As causas mais comuns de falhas no negócio

Inexperiência- 72 %	Incompetência do empreendedor Falta de Experiência de campo Falta de experiência profissional Experiência desequilibrada
Fatores econômicos - 20 %	Lucros insuficientes Juros elevados Perda de mercado Mercado consumidor restrito Nenhuma viabilidade futura
Vendas Insuficientes - 11 %	Fraca competitividade Recessão econômica Vendas Insuficientes Dificuldade de estoques
Despesas excessivas - 8 %	Dividas e cargas demasiadas Despesas operacionais
Outras causas - 3 %	Negligencia Capital insuficiente Clientes insatisfeitos Fraudes Ativos insulficientes

Fonte: Chiavenato (2008, p.15)

Gestão financeira

Uma boa gestão financeira é essencial para as organizações das empresas, desde a sua entrada, permanência e sucesso no mercado. É necessário que todas as decisões de uma empresa passem por uma análise financeira que aprove sua viabilidade, para se alcançar o objetivo geral da organização (MAXIMIANO, 2009).

Para se ter uma boa gestão financeira é de suma importância o microempresário conhecer os principais conceitos da gestão financeira e saber utilizar de todas as suas ferramentas e estratégias disponíveis, avaliar corretamente a parte contábil, organizar as contas a pagar e receber, saber analisar qual a melhor linha de crédito para a empresa. Pois assim irá traçar as melhores estratégias:

Apropriar-se dos conceitos de finanças corporativas significa dispor o pequeno empresário de um poderoso instrumento administrativo. Pela sua natureza, profusão de teorias, de ferramentas e de peculiaridades que lhes são próprias, a gestão financeira nos remete a afirmar que o domínio de suas melhores práticas é crucial para a potencialização de qualquer projeto micro empresarial. A gestão deve ser aplicada em cada parte de uma empresa. É difícil enxergar a diferença em empresas pequenas, mas ela existe (FERRONATO, 2015, p.137).

De acordo com o Sebrae (2018), é importante estabelecer ações e procedimentos administrativos que estejam relacionados com o planejamento, análise, execução e controle das atividades financeiras da pequena empresa. Em palavras mais objetivas: seria obter o máximo de resultados das atividades exercidas para se ter uma boa gestão financeira. Com isso, o primeiro passo seria separar o dinheiro das despesas pessoais do da empresa. Infelizmente essa mistura é muito comum nos pequenos negócios, e acaba afetando de maneira negativa a gestão financeira do empreendimento.

E reforçando o conceito de gestão financeira, Chiavenato cita:

Assim, a gestão financeira trata do processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de recursos entre pessoas, empresas e governos. Ela é designada como a ciência e a arte de administrar fundos, envolvendo a aplicação de princípios econômicos e financeiros no sentido de maximizar a riqueza da empresa e do valor de suas ações (2014, p.13).

A Importância da gestão financeira e seus desafios

Um cenário econômico cada vez mais competitivo e complexo, a concorrência acirrada no mercado, traz desafios cada vez maiores para a gestão e o controle financeiro. A falta de recursos e as constantes mudanças no mercado são uns dos principais problemas, sendo o maior deles a falta de planejamento na gestão financeira (Borges; Oliveira, 2014).

Laila Seleme (2012, p. 22) explica que a gestão financeira é de bastante importância para todo e qualquer indivíduo, não necessariamente no que tange a sua vida profissional, dos quais o foco está ligado ao melhoramento contínuo dos resultados da empresa, evitando assim descontrolar dos recursos existentes e as perdas.

Fluxo de caixa

O fluxo de caixa tem como objetivo auxiliar no controle das entradas e saídas de receitas da organização. Ele pode ser definido da seguinte forma:

O fluxo de caixa é um instrumento de planejamento e controle financeiro que tem a capacidade de apresentar em valores, contas e datas os inúmeros dados gerados pelos sistemas de informação da empresa. O seu processo de elaboração deve usar novas técnicas gerenciais de maneira a projetar as receitas, os custos, as despesas, as captações de recursos e os investimentos da empresa com precisão (SILVA, 2018, Prefácio).

Para Gitman (2004), o Fluxo de Caixa é a espinha dorsal da empresa e sem ele fica impossibilitado de saber quando haverá a necessidade de captar recursos, ou se haverá recursos suficientes para o sustento das suas operações. Empréstimos não planejados pelas empresas, poderão trazer dificuldades de financiamento.

Já para Litenski et al. (2007), o fluxo de caixa é uma representação transparente de como está a situação financeira da empresa, pois permite uma visão clara e permanente das

entradas e saídas de recursos financeiros dando uma melhor visão para o gestor. De acordo com o autor, ele permite se ter uma projeção do dia a dia da empresa para que assim haja com antecedência na tomada de decisão, de certo modo enfrentando o excesso de recursos ou a escassez deles.

Matarazzo (2003), cita os objetivos principais do Fluxo de Caixa:

- a) Avaliar alternativas de investimentos;
- b) Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários;
- c) Avaliar as situações presente e futura do caixa da empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de iliquidez;
- d) Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados

Segundo MENON et al (2007), a aplicação do fluxo de caixa é uma grande base de dados para a definição do planejamento financeiro para transformá-lo mais real.

No fluxo de caixa está integrado todos os orçamentos da organização, incluindo o planejamento de longo prazo, sendo possível perceber que por meio do fluxo de caixa que o administrador financeiro compõe a manutenção da liquidez e o capital de giro da corporação, objetivando maximizar os lucros dos acionistas.

Para ela, a gestão financeira é vista como algo para se ter controle dentro da organização de maneira bastante estruturada, de modo que venha ser utilizado através de estudos de resultados anteriores, auxiliando na tomada de decisões.

Estudos realizados mostram que microempreendedores individuais e microempresários têm grande dificuldade em realizar o planejamento financeiro. O fluxo de caixa é um importante

instrumento para análise e planejamento financeiro de uma empresa, pois lista as entradas e saídas e avalia o volume de vendas (Lemes Júnior.; Cherobim; Rigo, 2010).

Contas receber

Estar à frente da concorrência em um ambiente tão competitivo e de grande importância, e a concessão correta de créditos aos clientes é um dos fatores que vai fomentar a competitividade. Hoji (2019) fala sobre a relevância do assunto, e mostra a possibilidade de aumento nas vendas com a percepção dos clientes da facilidade de pagamento.

O objetivo principal do gestão de contas a receber é:

A gestão de contas a receber deve ter como principal objetivo, uma vez estabelecidas convenientemente as formas de financiamento aos clientes, receber seus haveres exatamente como convencionado. Essa é uma atividade à qual a empresa deve dedicar grande atenção e esforço, para que consiga se manter no mercado competitivo e ampliar o seu poder de competição (HOJI, 2019).

O autor cita ainda que as empresas devem adotar uma política de crédito, uma vez que existe risco dos clientes não cumprirem com os pagamentos, buscando o equilíbrio entre o volume de vendas e a concessão de crédito aos clientes corretos.

Os 5Cs do Crédito, é uma técnica muito utilizada para se avaliar uma política de crédito, Hoji (2019) organiza os conceitos apresentados no quadro 2.

Quadro 2 - 5 Cs do Crédito

5 C's do crédito	
Caráter	É um item de elevado grau de subjetividade, mas também de grande importância, por representar a seriedade com a qual o cliente cumpriu os seus compromissos financeiros no passado. O Caráter tem relação com aspectos morais e éticos. No caso de pessoa jurídica, denota a cultura da empresa e o caráter de seus administradores. Um problema neste item, certamente, afetará os demais.
Capacidade	Diz respeito à capacidade que o cliente possui para cumprir os seus compromissos financeiros, ou seja, de realizar os pagamentos de seus financiamentos tal como acordado. Essas informações podem ser obtidas por meio de análise de demonstrações financeiras, informações disponíveis no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa (empresa de análise de crédito) etc. A consideração de um cenário provável no futuro também é importante, pois, dependendo das perspectivas futuras do setor em que a empresa atua, do comportamento dos concorrentes, da tecnologia que utiliza etc., mesmo que naquele momento ela esteja com boa capacidade de pagamento, pode ser que no futuro próximo não mais esteja. Essa forma de observação é válida tanto para o cliente pessoa jurídica quanto para o cliente pessoa física.
Capital	Analisa a solidez financeira da empresa por meio da sua estrutura econômica-financeira. Observa quão comprometido está o patrimônio líquido em relação ao seu financiamento, confrontando-o com suas obrigações. A análise é feita por meio de índices reveladores de riscos, como índices de liquidez, de endividamento e de cobertura de juros, além de outras informações constantes nas demonstrações financeiras (ver Capítulo 3). A sua capacidade de geração de caixa para a manutenção do negócio, o nível de imobilização em relação ao patrimônio líquido, investimentos em equipamentos e tecnologia, capital de giro etc., são importantes indicadores da perspectiva de continuidade do negócio.
Colateral	É a garantia que o cliente pode oferecer ao pleitear o crédito, podendo ser por meio de hipoteca, seguro de crédito, fiança, penhor, alienação fiduciária etc. A importância da garantia está ainda no fato de que ela pode neutralizar eventuais fragilidades apresentadas pelo financiado em outros itens.
Condições	Este item leva em consideração a situação econômica geral do mercado no qual o cliente (pessoa física ou jurídica) está inserido, assim como, se o caso, da situação específica do setor no qual ele atua. Se em determinado setor ocorrerem desaceleração econômica, dificuldades de financiamentos, elevação de custos, atuação forte de concorrentes etc., o cliente pode ser atingido e ter comprometido a sua capacidade de pagamento.

FONTE: HOJI (2019)

Para Martins et al.,(2013, p. 60), contas a receber são aqueles valores a serem recebidos decorrente de vendas a prazo, sejam elas de mercadorias e serviços, ou provenientes de outras transações.

Segundo Matias (2007), as contas a receber derivam-se de outras atividades em que não estão ligadas à sua atividade principal. Tem-se como exemplo os adiantamentos a funcionários e operações de vendas de imobilizado.

Já para Segundo Filho (2005):

Conta a receber de uma empresa depende da sua política de crédito. As políticas de crédito não devem desestimular as vendas nem causar prejuízos à empresa. Por outro lado, se os prazos de pagamento e as condições de financiamento das vendas

forem facilitados, normalmente haverá um volume maior de contas a receber, aumentando assim a probabilidade de contas incobráveis e o custo de financiamento aos clientes. (SEGUNDO FILHO, 2005, p.12).

Contas a Pagar

De acordo com Segundo Filho (2005, p. 12):

Contas a pagar é a parte integrante do processo de gestão do fluxo de caixa, sendo utilizado para o controle de pagamento de fornecedores e de outros pagamentos inerentes às atividades normais da empresa, além de pagamentos relativos às aquisições de investimentos em novos permanentes operacionais ou não-operacionais.

Já Leone (2000), as contas a pagar e um controle dos compromissos ao qual a empresa deverá honrar junto a seus fornecedores. Substancialmente contas a pagar correspondem às obrigações da empresa com os terceiros, quando se compra mercadorias ou prestação de serviços.

Para Hoji (2019), uma organização precisa ter uma boa relação de parceria com os fornecedores, para oferecer um bom atendimento aos clientes. Esta boa relação com os fornecedores é fundamental para a gestão de estoques. Esta boa relação faz com que os produtos tenham preços competitivos e qualidade, e que sejam entregues na quantidade certa e nos prazos combinados.

Conforme o Sebrae (2018), manter o controle de contas a pagar é uma tarefa bastante importante para as empresas, pois ali estão os compromissos assumidos. Abaixo estão considerações de fundamental relevância que serão analisadas no processo atual:

- identificar todas as obrigações a pagar;
- priorizar os pagamentos, na hipótese de dificuldade financeira;
- verificar as obrigações contratadas e não pagas;

- não permitir a perda de prazo, de forma a conseguir descontos;
- não permitir a perda de prazo, de forma que implique no pagamento de multa e juros;
- fornecer informações para elaboração do fluxo de caixa;
- conciliação com os saldos contábeis.

Capital de Giro

Para Leites (2015, p. 23), “o capital de giro é o montante de recursos necessários à manutenção das atividades operacionais da empresa, enquanto não ocorre o recebimento das vendas”.

Lemes e Pisa (2010, p. 20) mencionam que “a empresa deve ter reservas para suprir as necessidades de capital de giro, caso isso não ocorra, a solução será a tomada de empréstimos com a menor taxa de juros possível”.

Segundo Padoveze e Benedicto (2011, p. 259), “a terminologia capital de giro vem da visão circular do processo operacional de geração de lucros, ou seja: comprar estoques, produzir, vender e receber, voltar a comprar estoques, produzir e vender/receber”.

Segundo Hoji (2019) capital de giro são empréstimos de curto prazo destinados ao giro da empresa, suprimindo a necessidade de caixa, garantidas com duplicatas a receber normalmente, este empréstimo pode ser parcelado ou quitado em parcela única, as taxas, prazos e condições normalmente são estabelecidas antes da assinatura do contrato.

Vimos que o capital de giro é o total de recursos que a empresa necessita para realizar suas operações diárias, ou seja, girar o seu ativo.

Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

Segundo Assaf Neto (2010), a DRE fornece o resultado da instituição, lucro ou prejuízo em determinado exercício, que são transferidos para as contas do patrimônio líquido. Para ele, o lucro ou prejuízo são resultados das receitas, custos e despesas incorridas pela empresa no período vigente, de acordo com o regime de competência, sejam valores pagos ou recebidos.

A DRE é um demonstrativo que supõe antecipadamente a continuação da empresa:

As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade está em marcha e continuará em operação no futuro previsível. Dessa forma, presume-se que a empresa não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações; se tal intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada (FERRONATO, 2015, p. 194).

De acordo com Matarazzo (2008), a DRE é um demonstrativo dos aumentos e reduções ocasionados no patrimônio líquido pelas operações da organização. Normalmente as receitas representam o aumento do ativo, através da inclusão de novos recursos, como por exemplo, dinheiro proveniente das transações ou duplicatas a receber. Vale ressaltar que quando se aumenta o ativo, o patrimônio líquido também sofre alteração para mais. Já as despesas significam redução do ativo ou acréscimo do passivo exigível. Portanto, todas as receitas e despesas encontram-se dentro da demonstração de resultados, prestando informações importantes sobre a empresa.

Quadro 3 – Exemplo de Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício "31.12.2009"	
Vendas brutas	R\$174.000,00
Imposto Simples	-R\$8.580,00
Vendas Líquidas	R\$165.420,00
Custo das Mercadorias Vendidas	-R\$95.000,00
Lucro Operacional Bruto	R\$70.420,00
Despesas Administrativas	-R\$48.507,00
Despesas com Vendas	-R\$4.200,00
Despesas Financeiras Líquidas	-R\$2.911,00
Lucro Operacional Líquido	R\$14.802,00
Perdas de capital	-R\$200,00
Lucro Líquido do Exercício	R\$14.602,00

FONTE: Ferronato (2015)

METODOLOGIA

□ Abordagem metodológica;

Foi definido o método indutivo, pois ele se inicia como algo particular partindo para uma questão mais ampla. E de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 82):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal. O objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Gil (2008, p. 26) define pesquisa sendo "[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico". O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos".

De acordo com Gil (2008), ela parte do particular para o geral. Pois haverá um formulário de pesquisa em que trará informações particulares dos micro e pequenos empresários que serão posteriormente tabulados e representados em gráficos.

□ Técnicas de pesquisa;

Os métodos utilizados para a fundamentação teórica e descrição sobre gestão financeira e suas ferramentas foram pesquisas bibliográficas, utilizando livros e artigos científicos já publicados.

"A vantagem de uma pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (GIL, 2008, p. 50).

Considera-se este estudo como uma pesquisa exploratória e descritiva, pois trará informações particulares dos microempreendedores e microempresas através de uma pesquisa para análise e descrição do conhecimento dos gestores das ferramentas de gestão financeira.

Para Acevedo (2013, p. 71), o objetivo principal da pesquisa exploratória:

é proporcionar maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado, permitindo assim que o pesquisador delimite de forma mais precisa o problema. geralmente, a pesquisa exploratória é a primeira etapa de uma investigação maior que também abrangerá outros níveis de pesquisas. Uma investigação que se utiliza apenas de pesquisa exploratória não formula hipóteses, pois é ao final da pesquisa exploratória que estas são geradas. A pesquisa exploratória nunca verifica hipóteses. É na etapa de exploração que as hipóteses são clarificadas e é no nível da pesquisa explicativa que a hipótese é testada.

E a pesquisa descritiva:

A pesquisa descritiva pode ser utilizada pelo investigador quando o objetivo do estudo for: (1) descrever as características de um grupo; (2) estimar a proporção dos elementos de determinada população que apresente características ou comportamentos de interesse do pesquisador; (3) descobrir ou compreender as relações entre os constructos envolvidos no fenômeno em questão. Cabe ressaltar que a pesquisa descritiva não objetiva explicar o fenômeno investigado. Ela visa apenas descrevê-lo, no entanto, os conhecimentos produzidos por ela são essenciais para outras pesquisas que visem explicar o fenômeno (ACEVEDO, 2013, p. 71).

Para a pesquisa ser quantitativa, será utilizado um questionário para avaliar o nível de conhecimento dos gestores das micro e pequenas empresas em relação às ferramentas de gestão financeira.

Segundo Richardson (2017), a pesquisa quantitativa se caracteriza por quantificar tanto na modalidade de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

□ Delimitação do universo e amostra;

A delimitação da pesquisa teve como intuito mostrar o conhecimento dos gestores das micro e pequenas empresas de Belo Horizonte e região metropolitana sobre ferramentas de gestão financeira, através de uma amostra não probabilística.

A amostra será feita através do Google Formulários com um total de 14 perguntas, em que serão aplicados o questionário a um total de 50 gestores para obtenção dos resultados.

□ Coleta de dados e instrumento de pesquisa:

Para a coleta de dados, a fim de identificar o conhecimento dos microempreendedores individuais e microempresários sobre a gestão financeira e suas ferramentas, será realizada uma pesquisa através de questionário com roteiro estruturado para obtenção dos dados desejados. Sendo aplicado a 50 (cinquenta) gestores de micro e pequenas empresas em Belo Horizonte e região metropolitana um questionário com 14 perguntas, no segundo semestre de 2022. O questionário será aplicado pessoalmente utilizando o Google Formulários para o armazenamento e tabulação dos dados.

Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Nele poderá conter perguntas abertas ou fechadas. Onde as abertas possibilitam respostas mais detalhadas e variadas, e as fechadas facilitam na análise dos dados.

□ Análise dos dados.

Os dados da pesquisa foram coletados e analisados através de metodologias estatísticas do próprio Google Formulário. O questionário foi um instrumento de pesquisa importante para a conclusão do trabalho.

O Google Forms, após a conclusão das entrevistas, a própria plataforma nas questões optativas apresentou gráficos em forma de pizza com percentuais. Para as questões abertas a tabulação realizada pelos autores do trabalho foi a quantificação das respostas mais relevantes e significativas para o escopo do trabalho.

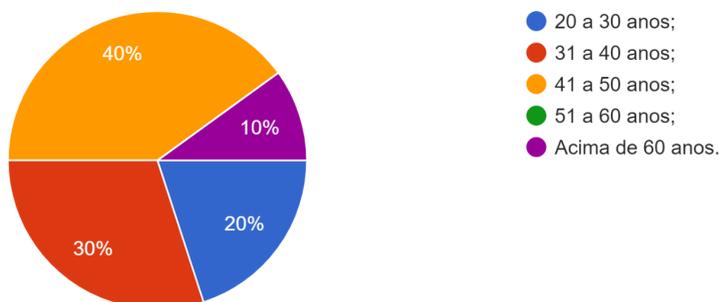
As entrevistas foram realizadas no mês de novembro, no perfil dos entrevistados revelou que todos são proprietários do próprio negócio.

Perfil etário

Observou-se no gráfico que 70% dos entrevistados possuem entre 31 a 50 anos de idade. Mostrando que a maioria dos entrevistados já possuem uma idade com certa experiência de vida e provavelmente boas experiências profissionais, encorajados a terem seus próprios negócios, algo que não veria em uma faixa etária menor e sem experiência.

Qual sua idade

10 respostas



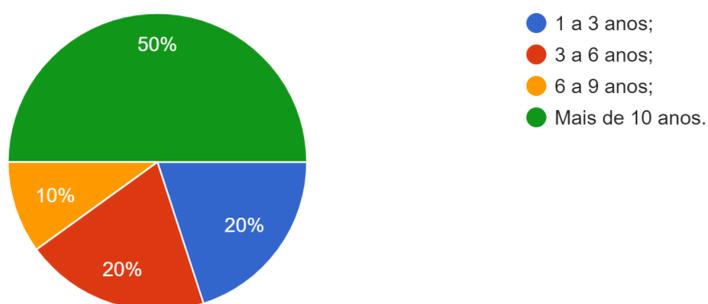
Fonte: autores (2022)

Segmento

No que diz respeito ao segmento gráfico, nota-se que 50% dos entrevistados estão no segmento há mais de 10 anos.

Há quanto tempo você está no segmento gráfico e/ou comunicação visual?

10 respostas



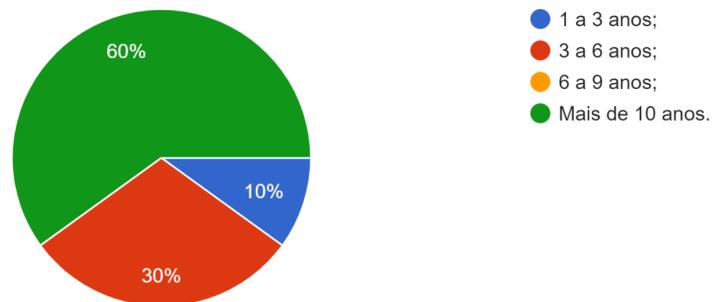
Fonte: autores (2022)

Tempo de mercado

De acordo com os dados da pesquisa, 60% das empresas estão no mercado há mais de 10 anos, com isso mostra-se que essas empresas estão consolidadas no mercado.

Há quanto tempo sua empresa está no mercado?

10 respostas



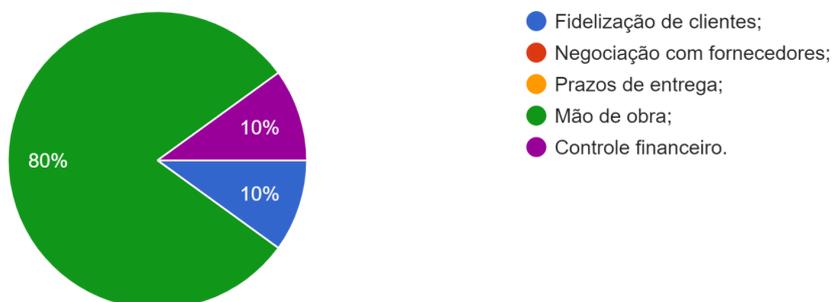
Fonte: autores (2022)

Gargalos

No que se refere a maior dificuldade da empresa, 80% dos entrevistados relataram que a maior dificuldade encontrada é a mão de obra, pois assim como em vários segmentos, a mão de obra qualificada é algo bem escasso, um problema bem comum em nossa sociedade hoje, seguido de 10% para controle financeiro, e finalizando 10% para a fidelização dos clientes.

Qual a maior dificuldade da empresa?

10 respostas



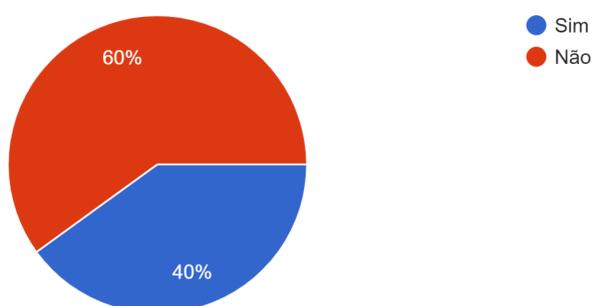
Fonte: autores(2022)

Qualificação

De acordo com o gráfico abaixo, nota-se que 40% dos entrevistados possuem qualificação administrativa. Isso é um forte indicativo do porquê dessas empresas estarem bem consolidadas no mercado.

Você possui alguma formação ou qualificação na área administrativa?

10 respostas



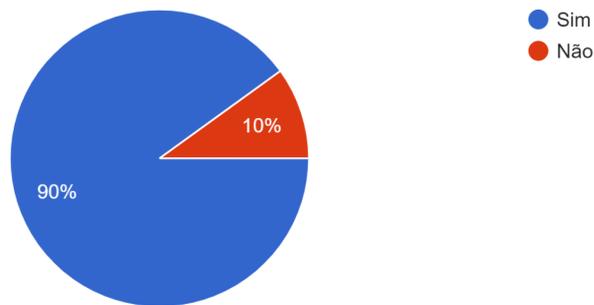
Fonte: autores(2022)

Controle financeiro

Observou-se que 90% dos entrevistados fazem algum controle financeiro nas empresas, evidenciando que os entrevistados tomam decisões baseando-se no controle financeiro apurado.

Você faz algum controle financeiro na empresa?

10 respostas



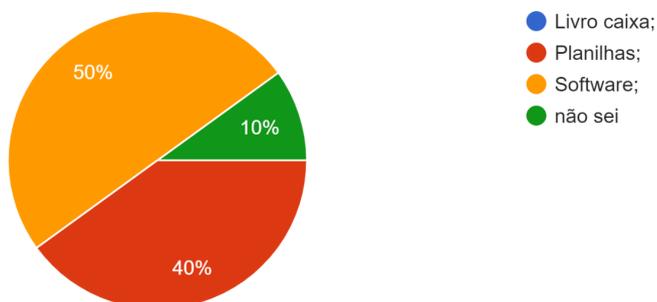
Fonte: autores(2022)

Como é realizado o controle financeiro

No que diz respeito ao controle financeiro, nota-se que 50% dos entrevistados realizam seu controle financeiro através de software, tornando mais eficiente o gerenciamento do dinheiro em sua empresa, e 40% utilizam planilhas.

Seu controle financeiro é realizado através de:

10 respostas



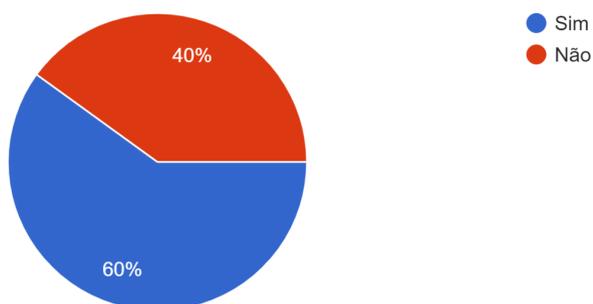
Fonte: autores(2022)

Tomada de decisões

De acordo com os entrevistados, nota-se que 60% deles utilizam os resultados obtidos através do controle financeiro para suas tomadas de decisões nas empresas.

Utiliza este controle para tomada de decisões na empresa?

10 respostas



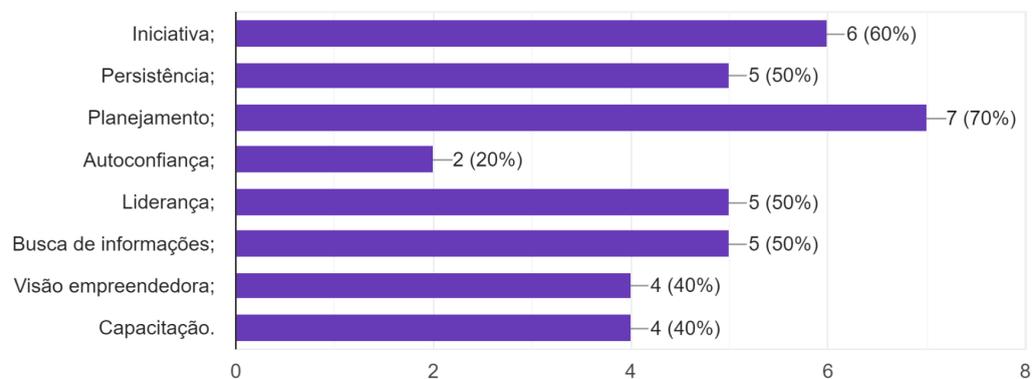
Fonte: autores(2022)

Empreendedor moderno

De acordo com os resultados obtidos através dos entrevistados, 70% considera o planejamento como característica mais importante para um empreendedor moderno, seguido de iniciativa com 60% das respostas. Mostrando assim que os entrevistados possuem uma boa visão administrativa, pois é de extrema importância fazer um bom planejamento munido de iniciativa para obtenção de sucesso de um empreendimento.

Quais características você identifica em um empreendedor moderno (marque no máximo 3 opções)?

10 respostas



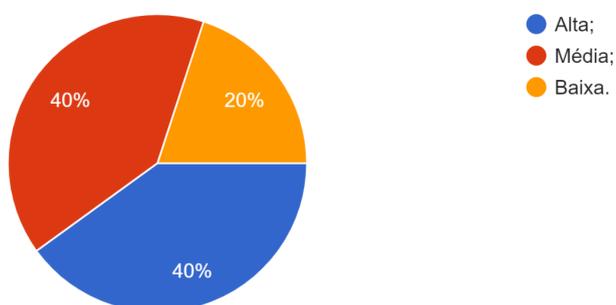
Fonte: autores(2022)

Programa de gestão financeira

De acordo com os gráficos abaixo, 80% dos entrevistados têm uma perspectiva de média para alta de implantar um programa de gestão financeira na sua empresa.

Qual perspectiva de você implantar um programa de gestão financeira na sua empresa?

10 respostas



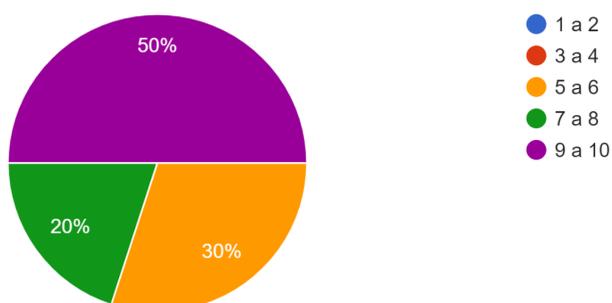
Fonte: autores(2022)

Importância da gestão financeira

Em relação ao gráfico abaixo, 70% dos entrevistados consideram em nota de 1 a 10, a gestão financeira com a importância de 7 a 10 para suas empresas.

Em uma escala de 1 a 10, em que 1 representa menor e 10 a maior, qual importância a gestão financeira tem para sua empresa?

10 respostas



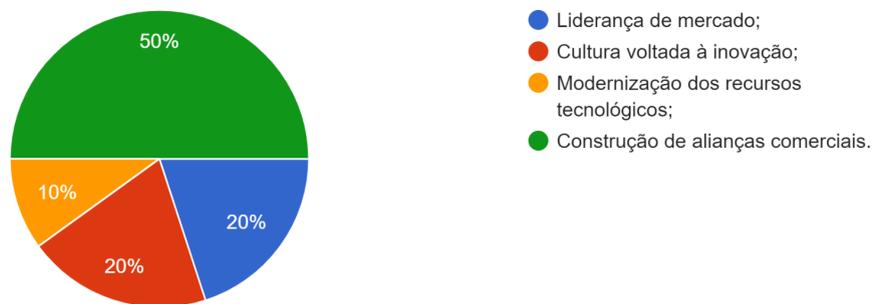
Fonte: autores(2022)

Empresa de sucesso

Observou-se no gráfico que 50% dos entrevistados consideram como fator de sucesso para uma empresa, a construção de alianças comerciais, seguido de liderança de mercado e cultura voltada à inovação com 20% cada um e finalizando 10% considerou modernização dos recursos tecnológicos.

Como você avalia o sucesso de uma empresa de grande porte?

10 respostas



Fonte: autores(2022)

CONCLUSÃO

O presente trabalho foi realizado com a finalidade de mostrar a importância da gestão financeira para micro e pequenas empresas do segmento gráfico e comunicação visual na cidade de Vespasiano. No decorrer do trabalho foram definidos os objetivos, métodos a serem utilizados e análise de dados.

Com um referencial teórico bem embasado no que diz respeito à importância da gestão financeira e suas ferramentas para a sobrevivência das micro e pequenas empresas,

seguimos para a coleta de dados através do questionário para os empresários, e obtenção dos resultados.

Observou-se nas pesquisas realizadas que a maioria das empresas no ramo gráfico e comunicação visual de Vespasiano possuem mais de 10 anos no mercado e que a grande maioria utiliza alguma forma de controle financeiro, e julgam ser de suma importância para o seu negócio este controle, e ainda que toma decisões baseadas nos resultados destes controles. Isso nos mostra o quanto é importante uma empresa ter uma boa gestão e controle financeiro, possibilitando a tomada certa de decisões, consolidando a empresa no mercado, indo contrário ao tempo de mortalidade das pequenas empresas.

Outro fator importante também observado foi a faixa etária dos empresários, onde se julga ter maiores experiências profissionais e qualificações, que também vai contrário a taxa de mortalidade das empresas, onde a maior causa pelo fracasso das empresas é a inexperiência, incompetência e falta de conhecimento.

E um dos caminhos para um empreendimento de sucesso está na busca do conhecimento constante, visando se qualificar na área administrativa de maneira a conhecer todas as ferramentas de gestão financeira disponíveis para assim aplicá-las dentro da organização. Outra questão importante está na contratação de mão de obra especializada e até mesmo consultoria externa para ajudar na gestão do negócio e extrair o melhor para a empresa. Isso aumentará a longevidade do negócio e melhorará os resultados esperados.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Cláudia. **Como fazer monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2013.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2010.

Borges, R. P; Oliveira, D. M. (2014). **Sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas**: estudo dos fatores determinantes e condicionantes, Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 10, n.19, p: 506-512. ISSN 1809-0583 Disponível em:

<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/seminario/sobrevivencia.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2020.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHINEM, R. **Marketing e divulgação da pequena empresa**: como o pequeno e microempresário podem chegar à mídia. 3. ed. São Paulo: Senac, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: Dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira**: uma abordagem introdutória. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

DEITOS, M. L. M. de S. **A gestão da tecnologia em pequenas e médias empresas**: fatores limitantes e formas de superação. Cascavel: Edunioeste, 2002.

DRUCKER , Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: CENAGE LEARNING, 2019.

FERRONATO, Airto João. **Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas**: sobrevivência e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**: 10.ed. Pearson São Paulo. 2004.

HOJI, Masakazu; LUZ, Adão Eleutério da. **Gestão financeira e econômica**: didática, objetiva e prática. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; Cherobim, Ana Paula; Rigo, Cláudio Miessa. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa. PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando Micro e Pequenas Empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier. Atlas, 2010.

LEITES, Eduardo Tomedi. **Apostila Análise Avançada das Demonstrações Contábeis**. 2º semestre de 2015.

LEONE, George S. Guerrab. **Curso de contabilidade de custos**. 3. Ed. São Paulo, 2000.

LITENSKI, M.; LOZECKYI, J. Controles Financeiros: Um enfoque acerca das finanças empresariais. **Revista Eletrônica Lato Sensu – UNICENTRO**, Paraná, Ano 2, nº 1, p.1 - 30, julho de 2007.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos e IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços** - Abordagem Básica Gerencial. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços** – Abordagem Básica e Gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro.** São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 2.ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MENON, R.A.;IANESKO, J.A. **A utilização de análise através de índices para uma boa administração financeira** *Revista Eletrônica Lato Sensu* – UNICENTRO, Paraná, Ano 2, nº 1, p.1 - 21, julho de 2007.

PADOVEZE, Clovis Luis. BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras.** 3ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEGUNDO FILHO, José. **Controle Financeiro e Fluxo de Caixa.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SELEME, Laila Dell Bem. **Finanças sem complicação.** São Paulo: Intersaberes, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio.** Disponível em:
<[SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. 2018. **Controle de Contas a Pagar.** Disponível em:
<](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-fazer-a-gestao-financeira-do-pequeno-negocio,d999a442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=Gest%C3%A3o%20financeira%20%C3%A9%20o%20conjunto,lucro%20%2D%20nas%20atividades%20da%20empresa.> . Acesso em: 22 abr. 2022.</p></div><div data-bbox=)

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas.** Disponível em:
<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-e-do-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** 2014. Disponível em:
<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> . Acesso em: 22 abr. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Três em cada 10 MEI fecham as portas em até cinco anos de atividade no Brasil.** Disponível em:
<<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/tres-em-cada-10-mei-fecham-as-portas-em-ate-cinco-anos-de-atividade-no-brasil,7dd6221f9f21a710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SILVA, Edson. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** guia de sobrevivência empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VIEIRA, M. L. **A contribuição das micro e pequenas empresas para a redução da pobreza no Brasil.** Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Ceará, Curso de Pósgraduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2007

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Preencha aqui o nome da empresa: _____

2. Preencha seu nome e sua função: _____

3. Qual sua idade:

- 20 a 30 anos;
- 31 a 40 anos;
- 41 a 50 anos;
- 51 a 60 anos;
- Acima de 60 anos.

4. Há quanto tempo você está no segmento de gráfica e/ou comunicação visual?

- 1 a 3 anos;
- 3 a 6 anos;
- 6 a 9 anos;
- Mais de 10 anos.

5. Há quanto tempo sua empresa está no mercado?

- 1 a 3 anos;
- 3 a 6 anos;
- 6 a 9 anos;
- Mais de 10 anos.

6. Qual a maior dificuldade da empresa?

- Fidelização de clientes;
- Negociação com fornecedores;
- Prazos de entrega;
- Mão de obra;
- Controle financeiro;
- Outra: _____

7. Você possui alguma formação ou qualificação na área administrativa?

Sim

Não

8. Você faz algum controle financeiro na empresa?

Sim

Não

9. Seu controle financeiro é realizado através de:

Livro caixa;

Planilhas;

Software;

Outro: _____

10. Utiliza este controle para tomada de decisões na empresa?

Sim

Não

11. Quais características você identifica em um empreendedor moderno (marque no máximo 3 opções)?

Iniciativa;

Persistência;

Planejamento;

Autoconfiança;

- Liderança;
- Busca de informações;
- Visão empreendedora;
- Capacitação;
- Outros: _____

12. Qual perspectiva de você implantar um programa de gestão financeira na sua empresa?

- Alta;
- Média;
- Baixa.

13. Como você avalia o sucesso de uma empresa de grande porte?

- Liderança de mercado;
- Cultura voltada à inovação;
- Modernização dos recursos tecnológicos;
- Construção de alianças comerciais.

14. Em uma escala de 1 a 10, em que 1 representa menor e 10 a maior, qual importância a gestão financeira tem para sua empresa?

- 1 a 2;
- 3 a 4;
- 5 a 6;
- 7 a 8;
- 9 a 10.

Comportamento do empreendedorismo no Brasil e seus desafios

Entrepreneurship behavior in Brazil and its challenges

Ana Paula Vieira da Silva¹
Cairine Viziane de Souza Santos²
Delmi Vicente Carvalho³
Erick Pereira Andrade⁴
Igor Willian da Silva Guimarães⁵

Resumo: O empreendedorismo desempenha um importante papel no desenvolvimento social e no crescimento econômico. Nessa perspectiva se faz necessário um estudo mais aprofundado para analisar o atual cenário do empreendedorismo, bem como, entender o perfil do empreendedor e as dificuldades enfrentadas, para isso o desenvolvimento do presente trabalho teve como base pesquisas do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), Sebrae e artigos científicos. Assim sendo, este estudo tem como objetivos avaliar o empreendedorismo no Brasil, o empreendedorismo comparando o Brasil com outros países e o impacto da pandemia da COVID-19 para o empreendedorismo no Brasil. O estudo permitiu concluir que o empreendedorismo é uma força motora da economia brasileira e devido ao aumento da competitividade especializar-se tornou-se um fator crucial para longevidade das empresas, estar atento ao mercado, as mudanças de perspectivas, as tecnologias e as oportunidades, como a própria pandemia demonstrou.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreender. Pandemia. GEM.

Abstract: *Entrepreneurship plays an important role in social development and economic growth. From this perspective, a more in-depth study is necessary to analyze the current scenario of entrepreneurship, as well as to understand the profile of the entrepreneur and the difficulties faced, for this the development of the present work was based on research by the Global Entrepreneurship Monitor (GEM), Sebrae and scientific articles. Through specific objectives, data collection instruments were designed to assess entrepreneurship in Brazil, entrepreneurship comparing Brazil with other countries and the impact of the COVID-19 pandemic on entrepreneurship in Brazil. The study allowed us to conclude that entrepreneurship is a driving force of the Brazilian economy and, due to the increase in competitiveness, specializing has become a crucial factor for the longevity of companies, being attentive to the market, changes in perspectives, technologies and opportunities, as the pandemic itself demonstrated.*

Keywords: *Entrepreneurship. Undertake. Pandemic. GEM.*

1 INTRODUÇÃO

O ato de empreender está relacionado à capacidade que um indivíduo tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. Muito se tem discutido, acerca do quanto o empreendedorismo tem contribuído para mudanças importantes no Brasil e no Mundo.

Apesar de ser um assunto cada vez mais comum no mundo dos negócios, empreender tem suas dificuldades. Diariamente novos empreendedores entram no mercado, mas nem sempre atingem o resultado esperado. Com isso, muitos destes negócios fecham suas portas em um curto tempo.

A dificuldade dos empreendedores em implementar o plano de negócio é um fator preocupante quando analisamos a quantidade de micro e pequenas empresas que fecham antes mesmo de atingirem um resultado positivo. Um estudo sobre a Sobrevivências das Empresas (2020), realizado pelo SEBRAE, mostra que 21,6% das microempresas e 17% das empresas de pequeno porte fecham antes de atingirem 5 anos.

A razão para a descontinuidade das empresas é constantemente abordada, e pode envolver diversas variáveis, mas um dos principais motivos é a falta de planejamento, os empreendedores iniciam o negócio e não tem um plano a ser seguido ou no caso das empresas que aderem ao plano, muitas vezes tendem a não fazer a revisão ou acompanhamento dele. Segundo Dornelas (2001) “o trabalho do administrador ou a arte de administrar concentra-se nos atos de planejar, organizar, dirigir e controlar.”

O empreendedorismo desempenha um importante papel no desenvolvimento social e no crescimento econômico. Nessa perspectiva se faz necessário um estudo mais aprofundado para analisar o atual cenário do empreendedorismo, bem como, entender o perfil do empreendedor e as dificuldades enfrentadas, para isso o desenvolvimento do presente trabalho teve como base pesquisas do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), SEBRAE e artigos científicos.

Assim sendo, este estudo tem como objetivos avaliar o empreendedorismo no Brasil, o empreendedorismo comparando o Brasil com outros países e o impacto da pandemia da COVID-19 para o empreendedorismo no Brasil.

Afinal, o presente estudo teve como pergunta problema: Como o empreendedorismo tem se comportado no Brasil e quais os desafios enfrentados?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo e empreendedor

O empreendedorismo está em constante crescimento e tem se tornado cada vez mais relevante para o mercado e a sociedade em geral. Segundo Dornelas (2005), empreendedorismo é a transformação de ideias em oportunidades através do envolvimento de pessoas e processos que gera a criação de negócios de sucesso. É de extrema importância para o desenvolvimento econômico e tem proporcionado maiores oportunidades e inovação.

Para Dolabela (1999, p. 43), empreendedorismo:

[...] é utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seus sistemas de atividades, seu universo de atuação, para seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção organização etc. designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas.

Neste contexto temos o empreendedor como indivíduo capaz de assumir os riscos, criativo, arrojado e capaz de proporcionar um futuro inovador. Segundo Dornelas (2001) o processo de empreender envolve todas as funções, atividades e ações associadas com a criação de novas empresas. O empreendedorismo abrange a criação de algo novo, de valor, requer dedicação e comprometimento de tempo e esforço necessário para fazer a empresa crescer.

Segundo Dornelas, 2005 “O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele, assumindo riscos calculados.”

De acordo com Chiavenato, 2004:

O empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios financeiros e capacidade de identificar oportunidade [...].

É a pessoa que destrói a ordem econômica existente graças à introdução no mercado de novos produtos/serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnológicos.

O empreendedor assume riscos e através da criatividade e da identificação das oportunidades, idealizam um projeto que resultará em sucesso e inovação. Os projetos a curto prazo geram sucessos, mas a longo prazo depende de evolução e planejamento para se manterem no mercado.

2.2 Empreendedorismo inicial e estabelecido de acordo com o GEM

O GEM (2019) é responsável pela coleta de dados sobre empreendedorismo em todo o mundo. A pesquisa é feita com especialistas nacionais onde analisam o contexto dos países para as pessoas que estão a criar negócios. O empreendedorismo para o GEM (2019) é visto em um sentido amplamente avaliado, podem ser imbuídos empreendedores dos mais diversos setores, com negócios formais ou não. Na conceituação GEM, o empreendedorismo é qualquer iniciativa de criar um negócio, seja um trabalho autônomo seja ele individual, um novo empreendimento ou a expansão de uma empresa que já existia. A pesquisa com a população menos jovem traz uma possível análise das características, motivo e ambição dos envolvidos que iniciam um negócio, assim como de suas atitudes em sociedade em relação ao empreendedorismo. A pesquisa GEM (2019) busca categorizar esses empreendedores conforme o estágio dos negócios que eles estão. Portanto, empreendedores iniciais que são nascentes ou novos e empreendedores estabelecidos.

Segundo o GEM (2019) os empreendedores nascentes se envolvem na estruturação de um empreendimento onde são os donos, porém falta pagar o salário, pró-labores ou outra forma de remuneração aos proprietários. Os novos empreendedores tanto são proprietários como administram um novo empreendimento. Os empreendedores estabelecidos são aqueles que tanto são proprietários quanto administram e tem um negócio tido como fortalecido e já em consolidação, que paga salário, pró-labores ou outras formas de remuneração aos proprietários. As taxas de empreendedorismo gerais segundo GEM (2019) são feitos os cálculos de acordo com a pesquisa com as pessoas adultas, que são indivíduos entre 18 e 64 anos. As taxas revelam um quadro do chamado empreendedorismo no país no que mede proporcionalmente indivíduos envolvidos com essas atividades e ao passo do empreendimento que se envolveram e, mostram seus importantes motivos para serem empreendedores.

2.3 Empreendedorismo e Criatividade

É fundamental para o empreendedor ter criatividade, por permitir a ele enxergar aquilo que ninguém vê, dando oportunidade de novos negócios. Segundo Thompson (1993, p. 24) a “criatividade é a capacidade de olhar para a mesma coisa que todos os outros, mas ver algo de diferente nela”.

A criatividade é uma ferramenta importante em todas as áreas, e no mercado atual ela é um diferencial competitivo, principalmente no empreendedorismo. De acordo com o Sebrae (2021) “Empreender é ter coragem para pensar e para fazer diferente. Ter criatividade para apresentar soluções que atendam às necessidades do mercado.”

Ainda segundo o Sebrae (2021) a criatividade está relacionada a capacidade de criar algo de produzir e transformar os ambientes para atender as necessidades, ao contrário do que as pessoas acreditam, a criatividade não é exclusividade de alguns, ela pode ser aprimorada e desenvolvida com o tempo, para isso basta ter foco e determinação em ações que a estimule.

2.4 Plano de Negócios

O plano de negócios vem com intuito de mapear a empresa visando identificar quais possíveis problemas que a empresa possa vir a ter no futuro, e quais seriam os melhores caminhos a se seguir para a resolução deles. Para o Dolabela (2008) o plano de negócios é definido como uma linguagem completa utilizada para descrever o que é ou a pretensão do que deve ser uma empresa, sendo que sua utilização reduz a taxa de risco do negócio e sustenta a tomada de decisões, que também pode sinalizar que não se deve abrir a empresa ou lançar o produto.

Degen (1989) tem dois pontos de vistas distintos sobre o Plano de negócios que são:

1. O futuro empreendedor: O plano de negócio representa uma oportunidade única para o futuro empreendedor pensar e analisar todas as facetas do novo negócio, sem deixar que nenhuma seja deixada de lado;

2. Os investidores: O plano de negócio é uma peça fundamental, requerida por potenciais investidores para avaliarem o novo empreendimento e tomarem a decisão de participar.

O Plano de Negócios bem-feito não garante o sucesso do empreendimento, ele apenas aponta os caminhos que tem que seguir pois foi feito todo um estudo a respeito das situações que podem vir a ocorrer na empresa

Reis e Armond (2012, p. 107) acreditam que com o plano de negócio é possível identificar os riscos e propor planos para minimizá-los e até mesmo evitá-los; identificar seus pontos fortes e fracos em relação à concorrência e o ambiente de negócio em que atua; conhecer seu mercado e definir estratégias de marketing para seus produtos e serviços; analisar o desempenho financeiro de seu negócio, avaliar investimentos, retorno sobre o capital investido; enfim, o empreendedor terá um poderoso guia que norteará todas as ações de sua empresa.

Depois de todo um estudo elaborado sobre seu plano de negócios ele serve como base para apresentar a empresa na busca de investimento e colocar em prática suas ideias. Quando você tem um planejamento bem-feito facilita na hora da aprovação dos investimentos e traz mais confiança ao investidor de que sua empresa está de fato preparada para enfrentar o mercado.

2.4.1 Plano de Marketing

O Plano de Marketing tem como função definir as melhores estratégias e traçar objetivos para implementação de um de determinado produto ou serviço no mercado, ele viabiliza a implantação da operação e traz consigo também a avaliação dos resultados (LIMEIRA, 2003)

O conceito de marketing para Ogden (2002, p. 1) ressalta que este “estabelece que uma empresa deve satisfazer os desejos e as necessidades do consumidor em troca de lucro. [...] a empresa ou organização deve direcionar todos os seus esforços a dar a seus clientes serviços e produtos que eles desejam ou necessitam.”

Para Kotler e Armstrong (1998, p. 3), “marketing deve ser compreendido não só no antigo sentido de vender, mas também de satisfazer as necessidades dos clientes”. No mercado competitivo em que vivemos, os consumidores estão cada vez mais exigindo um tratamento diferenciado de acordo com sua necessidade.

2.4.2 Plano de Operacional

O plano operacional é pensado para que se possa ter o melhor domínio possível quando o assunto é produção de produtos e atendimento ao consumidor. Dornelas (2003, p. 100) para mais clareza “informações operacionais atuais e previstas de fatores como lead time do produto ou serviço, percentual de entrega a tempo, rotatividade do inventário, índice de refugo, lead time de desenvolvimento de produto ou serviço etc.”

De acordo com Chiavenato (2005, p. 192) “resume na descrição de como será feito o atendimento ao cliente, as políticas de venda e de financiamento, os sistemas de entregas, o relacionamento com o público, a seleção de fornecedores, as políticas de compras e de estoque etc.”

O planejamento operacional descreve a forma como a empresa vai funcionar, todos os processos e operações detalhadamente.

2.4.3 Plano financeiro

“Planejamento financeiro é um aspecto importante das atividades da empresa porque oferece orientação para a direção, a coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para que atinja seus objetivos” (Gitman, 2004, p. 92)

O Plano financeiro é elaborado para que o empreendedor venha ter uma visão se seu empreendimento é viável ou não. Ele traz de forma clara um raio-x de tudo que vai ser gasto, com custos fixos, variados, para a abertura de uma empresa. Ele traz consigo também uma previsão orçamentária de vendas, e um prognóstico de quanto tempo vai demorar para ter o retorno do capital investido.

Gitman (2002, p. 434) fala que o planejamento financeiro “mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações de uma empresa para atingir seus objetivos”. Pois ele é fundamental para saber antecipadamente o que a organização vai necessitar para conseguir iniciar e manter o seu negócio.

2.5 Planejamento estratégico

Quando se cria uma empresa seu principal objetivo é obter lucro, e para isso a empresa precisa está alinhada em questões de ideias, metas a serem alcançadas, no uso dos recursos tanto materiais, como humanos e financeiros e para que isso ocorra da melhor forma possível e necessário que faça um planejamento estratégico.

De acordo com Oliveira (2008) inicialmente é necessário saber onde a organização quer chegar e como está no momento para alcançar este objetivo. Isto acontece durante o planejamento estratégico através do diagnóstico onde serão identificados as Oportunidades e Ameaças do ambiente externo e os Pontos Fortes e Pontos Fracos da organização

O planejamento estratégico é feito com o intuito de ajudar a alcançar o objetivo de maneira mais organizada e eficiente, fazendo com que a empresa esteja sempre alinhada às ideias e sabendo usar seus recursos de forma a alcançar os melhores resultados. Segundo Oliveira (2008), eficiência é fazer as coisas de maneira adequada, resolvendo os problemas, salvaguardando os recursos aplicados, e cumprindo seu dever e reduzir custos; eficácia, é fazer as coisas certas, produzindo alternativas criativas, maximizando a utilização de recursos, obtendo resultados e aumentando o lucro; e, efetividade é manter-se no mercado apresentar resultados globais positivos ao longo do tempo (permanentemente).

O planejamento estratégico nem sempre é voltado somente para o presente ele também é pensado a média e longo prazo, tentando prever e mapear possíveis problemas que podem vir a surgir eventualmente como por exemplo uma possível crise financeira, ou até mesmo uma possível crise sanitária

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem metodológica

Lakatos; Marconi (2011, p.65), “Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo– conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Foi utilizado o método dedutivo para analisar uma pesquisa secundária do GEM, onde partiu-se de uma premissa geral para uma premissa menor, ou seja, segundo Gil 2008, parte-se de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para chegar a conclusões de maneira lógica.

3.2 Técnicas de pesquisa

A abordagem do problema desta pesquisa foi feita de forma qualitativa, porque na qual foram analisados dados de uma pesquisa secundária do GEM. “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. (PEREIRA, 2018, p. 67)

O método de pesquisa deste trabalho quanto aos objetivos é descritivo porque foi realizada a descrição das características da pesquisa do GEM. Segundo Gil, 2008: “As pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Quanto aos procedimentos, a abordagem feita foi através do estudo bibliográfico a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. De acordo com Gil, 2008: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

3.3 Coleta de dados e instrumento de pesquisa

A pesquisa secundária é a síntese de informações de dados que já foram coletados por outras fontes. Neste trabalho foi realizado um processo de apuração de informações para comprovar a problemática levantada. A pesquisa é o primeiro passo para dar início a uma coleta de dados, para isso foram utilizados os dados dos relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), além de pesquisas realizadas pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), artigos científicos. Após a coleta foram realizados estudos e análises, utilizando as fontes primárias, a fim de atender aos objetivos deste estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. Empreendedorismo no Brasil

O presente estudo buscou evidenciar e analisar dados importantes para o empreendedorismo, trazendo informações relevantes sobre o empreendedorismo no Brasil, perfil do empreendedor, paralelo com outros países e os impactos da pandemia da COVID-19, utilizando como base dados das pesquisas de 2019 e 2020 do relatório de Monitoramento Global de Empreendedorismo (GEM), Sebrae e artigos científicos.

4.1.1. Empreendedorismo segundo o estágio

Gráfico 1 - Evolução das taxas (em %) de empreendedorismo segundo estágio do empreendimento (inicial, estabelecido e total) - Brasil - 2002:2019



Fonte: GEM Brasil 2019

Analisando a taxa de empreendedores iniciais, observa-se uma queda na taxa em 2005, e mais adiante uma evolução crescente significativa em 2010, atingindo valores cada vez maiores como em 2015 que alcançou 21% e em 2019 que tem um marco histórico de 23,3%.

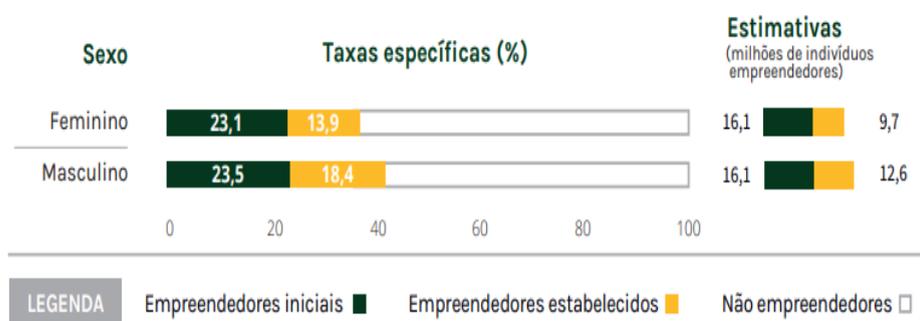
Segundo Empreender360 2020, observou-se uma queda nas taxas de empreendedores estabelecidos, que são aqueles que administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado. Essa taxa teve seu pico histórico em 2018 e, em 2019, retornou ao padrão observado em 2016 e 2017. Sua diminuição pode ser explicada pelas dificuldades que estes empreendedores enfrentam (endividamento, inadimplência, forte queda da demanda etc.).

De acordo com Empreender360 2020, verificou-se que o crescimento expressivo dos empreendedores, e um dos principais fatores do aumento do empreendedorismo no Brasil, é especialmente por necessidade. Abrir um negócio próprio é não só um sonho, mas em muitos casos a única saída para muitos brasileiros. A pesquisa GEM 2019, mostra que a recuperação da economia brasileira, em 2019, se deu, pelo aumento gradual do consumo incentivado pela baixa inflação, redução da taxa básica de juros (Selic) e utilização dos valores sacados das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.2 Empreendedorismo - sexo

O GEM 2019 levantou as taxas específicas de empreendedorismo considerando estratos relacionados às características sociodemográficas de sexo da população brasileira. O gráfico apresentado a seguir mostra as taxas específicas e estimativas de empreendedorismo segundo o sexo no Brasil em 2019.

Gráfico 2 - Taxas específicas (em %) e estimativas de empreendedorismo segundo o sexo - Brasil - 2019



Fonte: GEM Brasil 2019

Com base no gráfico o número de empreendedores iniciais do sexo feminino e masculino são bem próximo. Isso pode ser justificado pela inserção da mulher na atividade empreendedora, assim como em outras posições no mercado de trabalho, que vem crescendo ao longo dos anos, o que pode ser corroborado pelos dados do IBGE 2019 que mostram que o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres.

Analisando o gráfico os números dos empreendedores estabelecidos do sexo Masculinos são maiores que os feminino, mostra que 18,4% são homens, enquanto as mulheres representam 13,9%. Segundo o GEM 2019, no passado, a atuação maior de homens na atividade empreendedora pode ter contribuído para a criação de um estoque de empreendedores estabelecidos com forte presença masculina.

4.1.3 Empreendedorismo - faixa etária

Gráfico 3 - Taxas específica (em %) e estimativas em empreendedorismo segundo a faixa etária - Brasil - 2019

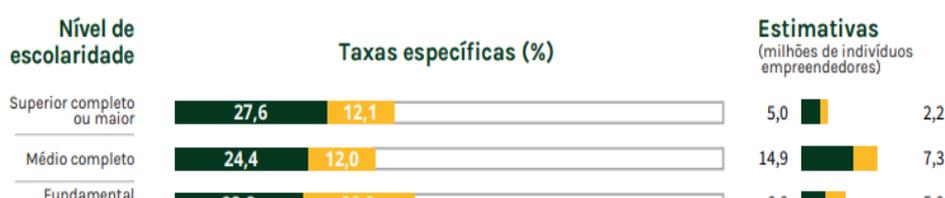


Analisando o gráfico referente à faixa etária destaca-se que os maiores percentuais estão entre 18 a 44 anos dos empreendedores iniciais, a faixa etária que mais se diferencia é dos seniores de 55 a 64 anos com o menor percentual que chega a 12,4%. Segundo o GEM 2019 é importante destacar que, mesmo com a menor taxa, o contingente de brasileiros com mais de 55 anos iniciando um negócio foi de aproximadamente 2,5 milhões, devido à expectativa de vida do brasileiro a tendência é deste número crescer cada vez mais.

Segundo o GEM 2019, ao analisar o empreendedor estabelecido é possível identificar o inverso, destaca-se que os maiores percentuais estão entre 45 a 64 anos. O gráfico também mostra que a faixa com a menor taxa de empreendedorismo estabelecido foi a dos mais jovens (18 a 24 anos), com 7,2%. Mesmo mais baixo, esse percentual significou um contingente de 1,8 milhões de pessoas que empreenderam cedo e conseguiram manter seus negócios.

4.1.4 Empreendedorismo - escolaridade

Gráfico 4 - Taxas (em %) específicas e estimativas de empreendedorismo segundo o nível de escolaridade - Brasil - 2019



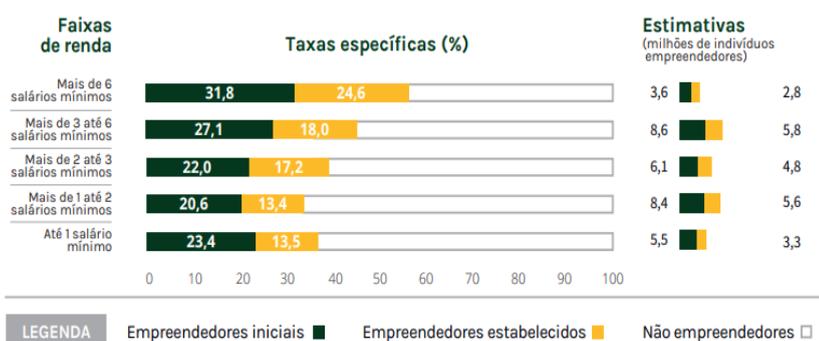
Fonte: GEM Brasil 2019

De acordo com o gráfico, percebe-se que os maiores percentuais de escolaridade para os empreendedores iniciais são de níveis Superior completo ou maior e Médio completo, o menor percentual está no nível Fundamental incompleto com 18,4%. Analisando os empreendedores estabelecidos é possível identificar o inverso, onde os maiores percentuais estão nos níveis de Fundamental incompleto e Fundamental completo, já o menor percentual está no Superior completo ou maior com 12,10%.

Em paralelo com o gráfico 3 onde vimos que o maior percentual de empreendedores iniciais são entre os mais jovem, segundo o GEM 2019 é possível perceber que junto com este fenômeno jovem empreendedor, vem a exigência de conciliar a manifestação de um espírito empreendedor com a necessidade tanto de aperfeiçoamento acadêmico como profissional, vitais para o desenvolvimento das pessoas e dos negócios o que corrobora o percentual de 27,6% no nível Superior completo ou maior entre os empreendedores iniciais, ou seja, os jovens estão estudando mais.

4.1.5 Empreendedorismo - Renda

Gráfico 5 - Taxas específicas (em %) e estimativas de empreendedorismo segundo as faixas de renda - Brasil - 2019



Brasil 2019

relação à renda familiar dos empreendedores, o gráfico mostra que nos negócios iniciais percebe-se que o maior número de entrantes estão entre aqueles que têm uma renda superior a 6 salários mínimos que chega a um percentual de 31,8%, que conforme o GEM 2019 representa cerca de 3,6 milhões de empreendedores. Enquanto aqueles que recebem até 1 salário mínimo representam apenas 23,4%. Considerando apenas as duas menores faixas de renda, até 2 salários mínimos, havia um contingente de quase 14 milhões de pessoas envolvidas com atividades relacionadas à criação ou estruturação de novos negócios (empreendedorismo inicial). Segundo o GEM 2019, isto é um reflexo da desigualdade de renda no país, onde um grande contingente de pessoas ganha pouco e um pequeno grupo ganha muito.

4.2. Empreendedorismo - Comparação com outros países

O GEM 2019, levantou as taxas específicas de empreendedorismo considerando estratos relacionados às características sociodemográficas sexo, faixa etária, nível de escolaridade e renda do Brasil em comparação com outros países.

4.2.1 Empreendedorismo - sexo

TABELA 1 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo inicial (TEA) segundo o sexo - Economias

Economias	Masculino	Feminino	Razão ²	TEA
Brasil	23,5	23,1	1,0	23,3
África do Sul	11,4	10,2	1,1	10,8
Alemanha	9,5	5,7	1,7	7,6
Austrália	12,3	8,8	1,4	10,5
China	9,4	7,9	1,2	8,7
Estados Unidos	18,3	16,6	1,1	17,4
Índia	17,1	12,7	1,3	15,0
México	13,6	12,4	1,1	13,0

selecionadas - 2019

Fonte: GEM 2019

Com base na tabela acima podemos concluir que em comparação com os outros países do mundo o Brasil apresenta a maior taxa de todas, tanto no masculino taxa de 23,5%, como no feminino de 23,1% quase um empate técnico entre as taxas. De acordo com a GEM 2019, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas é o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030.

TABELA 2 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo estabelecidos (TEE) segundo o sexo - Economias selecionadas - 2019

Economias	Masculino	Feminino	Razão ²	TEE
Brasil	18,4	13,9	1,3	16,2
África do Sul	4,5	2,6	1,8	3,5
Alemanha	6,6	3,8	1,7	5,2
Austrália	7,3	5,8	1,3	6,5
China	10,4	8,2	1,3	9,3
Estados Unidos	11,9	9,3	1,3	10,6
Índia	14,6	9,1	1,6	11,9
México	2,3	1,4	1,6	1,8

Fonte: GEM 2019

Analisando as taxas de empreendedorismo estabelecidos (TEE), notou-se que em todos os países, o empreendedorismo entre os homens supera o das mulheres. Segundo GEM 2019, para cada 1 mulher empreendedora inicial, 1,3 homem era empreendedor estabelecido no Brasil em 2019.

Segundo Sebrae 2021, um estudo realizado pelo McKinsey Global Institute, diz que a promoção da igualdade de condições de trabalho promoveria um incremento de cerca de 30% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Existe então, uma correlação positiva entre maior

produtividade econômica da mulher, principalmente empresárias, e o crescimento econômico de um país. Mulheres geram emprego e oportunidades para outras mulheres, fomentando uma rede de crescimento e de grande aprendizado. Hoje o Brasil é o sétimo país com maior número de mulheres empreendedoras.

4.2.2 Empreendedorismo - faixa etária

TABELA 3 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo inicial (TEA) segundo a faixa etária - Economias selecionadas - 2019

Economias	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	TEA
Brasil	24,3	26,1	26,7	22,6	12,4	23,3
África do Sul	8,4	12,6	9,2	14,3	8,5	10,8
Alemanha	10,1	11,8	7,3	6,3	4,4	7,6
Austrália	5,5	13,4	13,5	10,0	8,0	10,5
China	10,6	13,1	9,9	7,4	2,8	8,7
Estados Unidos	15,8	22,1	22,1	13,3	13,4	17,4
Índia	14,6	16,9	15,3	11,9	14,7	15,0
México	12,2	14,1	14,3	12,7	9,3	13,0

Fonte: GEM 2019

De acordo com a tabela, na comparação com os países as taxas de empreendedorismo inicial no Brasil foram superiores, que conforme o GEM 2019 esses percentuais elevados podem ser justificados pelo momento social e econômico do país, no qual se observou uma retomada da economia e do otimismo no meio empresarial e financeiro.

Conforme o GEM 2019, entre os mais seniores, Índia (14,7%) e Estados Unidos (13,4%) tiveram taxas superiores à brasileira (12,4%), mas é importante destacar que mesmo com a menor taxa, o contingente de brasileiros com mais de 55 anos iniciando um negócio foi de aproximadamente 2,5 milhões, devido à expectativa de vida do brasileiro e a tendência é deste número crescer cada vez mais.

TABELA 4 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo estabelecido (TEE) segundo a faixa etária - Economias selecionadas - 2019

Economias	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	TEE
Brasil	7,2	12,7	18,2	23,8	20,5	16,2
África do Sul	1,4	3,8	4,0	3,5	6,0	3,5
Alemanha	0,1	4,6	5,6	7,2	6,1	5,2
Austrália	0,9	3,3	5,5	10,3	12,3	6,5
China	8,2	8,6	9,2	11,2	9,1	9,3
Estados Unidos	2,9	5,4	12,6	14,0	16,2	10,6
Índia	6,3	12,9	14,5	13,0	14,8	11,9
México	0,6	1,5	2,6	2,1	3,1	1,8

Fonte: GEM 2019

De acordo com o relatório do GEM 2019, em relação ao empreendedorismo estabelecido, a maioria dos países tiveram as maiores taxas entre 55 aos 64 anos, com exceção do Brasil. O gráfico também mostra que em todos os países a faixa com a menor taxa de TEE foi a dos mais jovens (18 a

24 anos), isso pode ser explicado pela expectativa de vida escolar que parece haver proporcionalmente menos jovens no empreendedorismo estabelecido.

4.2.3 Empreendedorismo - escolaridade

TABELA 5 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo inicial (TEA) segundo o nível de escolaridade - Economias selecionadas - 2019

Economias	Alguma educação	Secundário completo	Pós-secundário	TEA
Brasil	20,8	24,4	28,3	23,3
África do Sul	8,2	9,1	13,4	10,8
Alemanha	4,7	5,8	12,5	7,6
Austrália	6,5	6,9	12,5	10,5
China	8,2	8,0	9,5	8,7
Estados Unidos	14,0	14,7	18,5	17,4
Índia	13,8	18,0	14,2	15,0
México	10,7	14,6	20,3	13,0

Fonte: GEM 2019

A tabela mostra que na maioria dos países as maiores taxas de empreendedores iniciais estão nos níveis de superior completo, com isso, demonstrando a busca de capacitação dos empreendedores.

TABELA 6 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo estabelecido (TEE) segundo o nível de escolaridade - Economias selecionadas - 2019

Economias	Alguma educação	Secundário completo	Pós-secundário	TEE
Brasil	21,7	12,0	12,3	16,2
África do Sul	2,7	3,3	4,0	3,5
Alemanha	5,2	3,7	7,1	5,2
Austrália	8,2	5,0	7,5	6,5
China	9,5	10,0	8,6	9,3
Estados Unidos	11,4	10,2	10,0	10,6
Índia	11,8	11,6	12,7	11,9
México	1,7	1,3	4,0	1,8

Fonte: GEM 2019

Conforme mostra a tabela, o Brasil (21,7%), os Estados Unidos (11,4%) e a Austrália (8,2%) foram os países que tiveram no grupo de indivíduos com “alguma educação” a mais alta taxa de empreendedorismo estabelecido. Nas demais economias, as maiores taxas estavam entre os que tinham “pós-secundário”. Com exceção da China que a maior taxa ficou no nível “secundário completo”.

4.2.4 Empreendedorismo - Renda

TABELA 7 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo inicial (TEA) segundo os percentis de renda - Economias selecionadas - 2019

Economias	33% menor	33% central	33% maior	TEA
Brasil	21,6	22,0	27,6	23,3
África do Sul	11,1	10,4	10,9	10,8
Alemanha	7,0	6,7	11,2	7,6
Austrália	8,8	10,5	13,1	10,5
China	7,8	8,9	8,7	8,7
Estados Unidos	14,6	18,5	19,5	17,4
Índia	16,1	15,0	18,8	15,0
México	12,7	13,7	13,7	13,0

Fonte: GEM 2019

Com base na tabela podemos observar que o Brasil dentre os países é o que tem a TEA com maior porcentagem de renda superior cerca de 27,6%, em contraponto a China e o pior com 8,7%. Conforme o GEM 2019 a diferença entre as taxas do nível inferior de renda e superior, evidencia nesses países a importância da atividade empreendedora na perspectiva de geração de renda familiar.

TABELA 8 - Taxas específicas (em %) de empreendedorismo estabelecido (TEE) segundo os percentis de renda - Economias selecionadas - 2019

Economias	33% menor	33% central	33% maior	TEE
Brasil	13,5	17,2	19,2	16,2
África do Sul	3,7	3,2	3,7	3,5
Alemanha	1,9	3,4	11,1	5,2
Austrália	3,6	8,3	7,9	6,5
China	9,0	9,0	10,3	9,3
Estados Unidos	5,7	10,4	14,8	10,6
Índia	11,9	13,8	15,1	11,9
México	1,8	1,4	2,2	1,8

Fonte: GEM 2019

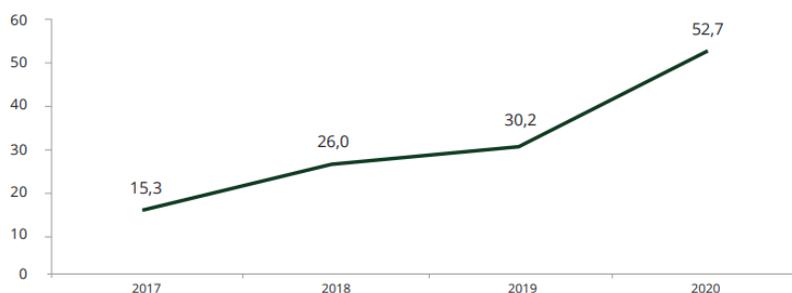
Analisando a Tabela, percebe-se que no Brasil a taxa de estabelecidos com renda superior foi 19,2% maior que a TEE geral brasileira, de acordo com o GEM 2019, assim como no Brasil, na Alemanha, nos Estados Unidos e na Índia, conforme aumenta a renda familiar, cresce também a intensidade da atividade empreendedora estabelecida.

4.3. Impacto da pandemia da Covid-19 para o empreendedorismo

A pandemia da Covid-19, vem produzindo impacto não apenas em questões de saúde pública, mas também afetou a população de modo geral em termos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos. As atividades empreendedoras também sofreram suas consequências, conforme apresentado a seguir, a partir da análise da pesquisa GEM 2020.

4.3.1. Potenciais empreendedores

Gráfico 6 - Taxa (%) de potenciais empreendedores - Brasil 2017:2020



Fonte: GEM Brasil 2020

A crise provocada pela pandemia despertou em muitos brasileiros o desejo de empreender elevando a taxa de potenciais empreendedores para significativos 52,7%, a taxa mais alta desde 2017, essa taxa vem apresentando um crescimento expressivo ao longo dos anos, que se evidenciou em 2020 com um aumento de 22,5 pontos percentuais em comparação a 2019 (30,2%).

Esse aumento se deu muito por conta da influência da pandemia pois causou diversas demissões e uma escassez de oportunidades de emprego. Assim a opção de se iniciar um empreendimento foi para muitos uma estratégia de sobrevivência, permitindo a geração de renda durante os períodos de fechamento e isolamento social.

4.3.2. Empreendedores decorrentes da pandemia

TABELA 9 - Percentual da população que afirma conhecer pelo menos uma pessoa que iniciou um negócio devido à pandemia da coronavírus - Economias participantes - 2020

Classificação	Economias	Níveis de renda ¹	% da população
1	Indonésia	M	69,8
2	Panamá	A	63,2
3	Omã	A	62,4
4	Angola	B	62,1
5	Chile	A	55,2
6	Colômbia	M	54,6
7	Guatemala	M	53,9
8	Índia	B	53,4
9	Brasil	M	52,1
10	Uruguai	A	43,4

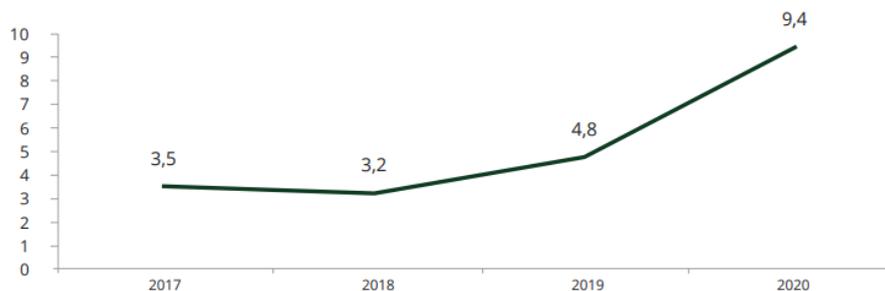
Fonte: GEM Brasil 2020

Dentre as 43 economias participantes, o Brasil aparece em 9º colocado com uma taxa de 52,1% da população, esse número corrobora com o gráfico analisado anteriormente onde se fazia uma projeção de possíveis empreendedores. O cenário pandêmico durante esse período favoreceu esse alto índice de pessoas que iniciaram um novo negócio.

De acordo com o GEM 2020 o empreendedorismo tem sido visto por analistas como uma das soluções contra a crise provocada pela pandemia, oferece novas vias de geração de renda nas economias frente ao fechamento de muitos negócios e à perda de muitos empregos.

4.3.3. Descontinuidade dos negócios

GRÁFICO 7 - Taxa (%) de descontinuidade - Brasil 2017:2020



Fonte: GEM Brasil 2020

Analisando o gráfico é possível avaliar a evolução da taxa de descontinuidade em 2020, essa variação sofreu um aumento mais significativo, onde a taxa quase dobrou em relação ao ano anterior e atingiu a marca de 9,4%, de acordo com o GEM 2020. A pandemia impôs dificuldades para o funcionamento de muitos negócios pelo risco da Covid-19 e por efeito de decretos governamentais impondo medidas de restrições objetivando a não proliferação do vírus.

5. CONCLUSÃO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

5.1. CONCLUSÃO

O presente trabalho foi iniciado com o objetivo de verificar o nível de empreendedorismo no Brasil, ao longo do trabalho foi possível identificar diversos dados que mostram um cenário de crescimento e desenvolvimento do empreendedorismo.

Ao analisar o perfil do empreendedor, com base nas variáveis sociodemográficas, como sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar, ainda é possível perceber a desigualdade socioeconômica brasileira. Alinhado a isso às taxas de mortalidade prematura das empresas evidenciam que muitos empreendedores iniciam sua trajetória sem o conhecimento básico para avançar com seu objetivo e enfrentam muitas dificuldades na gestão do negócio.

O cenário mundial sofreu um dos maiores impactos financeiros e sanitários com a chegada da Covid-19, onde a taxa de descontinuidade das empresas disparou em relação aos anos anteriores, assim como, o aumento no empreendedorismo inicial, devido também às taxas de desemprego, deixando evidente a importância do empreendedorismo para o Brasil como alternativa para o desenvolvimento econômico e social.

Por fim, concluímos que o empreendedorismo é uma força motora da economia brasileira e devido ao aumento da competitividade especializar se tornou um fator crucial para longevidade das empresas, estar atento ao mercado, as mudanças de perspectivas, as tecnologias e as oportunidades, como a própria pandemia demonstrou. Também é importante que se tenha incentivos por parte do governo, para o crescimento do empreendedorismo.

5.2. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A grande dificuldade enfrentada neste trabalho foi a pandemia da Covid que modificou o cenário de aprendizado, onde alunos, professores e faculdades se viram obrigados a mudarem e a se adaptarem às novas bases de ensino, que inicialmente era ofertado presencialmente e passou a ser remoto em virtude das medidas de distanciamento e isolamento social, limitando o campo de pesquisa e dificultando o encontro e o alinhamento entre alunos e orientadores.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2004.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1989.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**: Uma ideia, uma paixão e um plano de negócio: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Sextante, 2008

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luiza**. Uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. - 140 edição. - São Paulo, Cultura Editores Associado, 1999a.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando idéias em negócios**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 9ª reimpressão.

EMPREENDER360. **Empreendedorismo no Brasil – GEM 2019**: Você sabia que um pouco mais de um terço da população brasileira está à frente de alguma atividade empreendedora?, 2020. Disponível em: <<https://empreender360.org.br/empreendedorismo-no-brasil-gem-2019/>>. Acesso em: 30 Outubro 2022

GEM 2019 – Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo, 2019. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>> Acesso em: 15 agosto 2022.

GEM 2020 – Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo, 2020. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/gem-livro-2020/gem-livro-empreendedorismo-no-brasil-2020-web-1-compactado-compactado/>> Acesso em: 15 agosto 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2002.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 10ª Edição São Paulo: Pearson, 2004.

IBGE. **Conheça o Brasil - População - Quantidade de homens e mulheres**.

Disponível em:

<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em: 11 novembro 2022.

KOTLER, Philip.; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 7 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **E-Marketing: o marketing na internet com casos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OGDEN, James R. **Comunicação integrada de marketing: modelo prático para um plano criativo e inovador**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. – 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Adriana Soares. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

REIS, Evandro Paes dos.; ARMOND, Álvaro Cardoso. **Empreendedorismo**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

SEBRAE. **Criatividade**: O sucesso nos negócios. Sebrae, 2021. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/criatividade-o-sucesso-nos-negocios,46b876613887b710VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 12 maio 2022.

SEBRAE. **Empreendedorismo como opção de carreira**: Oportunidade e riscos para uma carreira de sucesso. Sebrae, 2021. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/empreendedorismo-como-opcao-de-carreira,a45daa93990ad710VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 12 maio 2022.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas**. Sebrae, 2021. Disponível em:

<https://www.agenciasebrae.com.br//asn/Estados/NA/Sobrevivencia-empresas-sebrae_Final.pdf> Acesso em: 14 abril 2022.

SEBRAE. **Participação de mulheres empreendedoras cresce no Brasil**. Sebrae, 2021. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/noticias/participacao-de-mulheres-empreendedoras-cresce-no-brasil,06fd4563d8318710VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 11 novembro 2022.

THOMPSON, C. **Grande ideia!** São Paulo: Saraiva, 1993

CIDADES INTELIGENTES: desafios de sua implementação no Brasil

Eliseu André de Carvalho¹

Ronan Lutiane da Silva²

Helder Rodrigues da Costa³

Resumo: A tecnologia evolui rapidamente e alcança cada vez mais segmentos e aspectos da vida cotidiana. Fatalmente, novas tecnologias permitem o surgimento e o uso de recursos tecnológicos para tornar as cidades cada vez mais eficientes, dinâmicas e integradas. As chamadas Cidades Inteligentes são uma realidade fora do Brasil e dentro dele. Este artigo conceituou o que são consideradas Cidades Inteligentes e apresentou alguns casos brasileiros e internacionais da adoção deste conceito. Discutiu-se e elencou possíveis desafios, correlacionados com Tecnologia da Informação, que poderiam surgir no processo de implementação deste modelo no país e apresentou cidades que já estão seguindo processos para se inserirem dentro do conceito e/ou tornarem se mais inteligentes.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes; Desafios na implementação no Brasil; Tecnologia da Informação; Inteligência Artificial; Internet das Coisas.

Abstract: Technology evolves quickly and reaches more and more segments and aspects of everyday life. Fatally, new technologies allow the use of technological resources to make cities increasingly efficient, dynamic and integrated. The so-called Smart Cities are a reality outside Brazil and within it. This article conceptualized what are considered Smart Cities and presented some Brazilian and international cases of the adoption of this concept. Possible challenges were discussed and listed, correlated with Information Technology, which could arise in the process of implementing this model in the country and presented cities that are already following processes to insert themselves within the concept and/or become more intelligent.

Keywords: SmartCities; Challenges in implementation in Brazil; Information Technology; Artificial intelligence; Internet of Things.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, é inegável o fato de que a tecnologia se tornou uma parte importante do cotidiano: prova disso são os muitos estudos a respeito da influência da tecnologia nos diversos âmbitos da vida. Meyer (2018) relata que a tecnologia está invadindo e alavancando a conectividade, inteligência artificial, setores de saúde e finanças, entre outros. Também são provas as soluções tecnológicas que têm se mostrado presentes em muitos lugares - em carros, nos bolsos das pessoas, nos sites em que elas navegam em seus celulares, no trabalho etc. Muller (2016) cita como exemplo o estudo feito pelo jornal The Guardian, no qual foi apurado o hábito de 50% dos entrevistados levarem seus *smartphones* para o banheiro. Esse percentual foi ainda maior em pesquisa de 2019, em que foi apurado que 96% dos usuários da chamada geração Z (os nascidos entre o fim da década de 1990 e 2010) mantêm o mesmo hábito. (MARQUES, 2019). Nesse ínterim, avanços tecnológicos já chegaram nos equipamentos que ficam dentro de nossas casas, ou mesmo nas casas em si.

Não obstante à sua presença nos mais diversos âmbitos da vida, os avanços tecnológicos chegaram a um patamar mais amplo e abrangente: as cidades. Por todo o mundo, ouve-se falar de cidades inteligentes e suas maravilhas, suas evoluções e inovações que transformam toda a rotina dos seus habitantes.

O conceito de cidades inteligentes - ou *SmartCities*, no termo estrangeiro alternativo - não é tão novo: há relatos de que já eram mencionados entre estudiosos e profissionais das décadas de 1980 e 1990 (AMARAL, 2021). Segundo a União Europeia, *SmartCities* são sistemas de pessoas interagindo, usando e compartilhando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida (FGV, 03/2022). Essa interação é considerada inteligente devido ao uso estratégico de recursos de tecnologia e outros setores com vistas a melhorar, ampliar e frequentemente automatizar serviços e infraestruturas, atendendo assim às necessidades sociais e econômicas de uma cidade.

A implantação ou a transformação de uma cidade inteligente, como qualquer outro processo de evolução e melhoria, tem seus desafios e riscos, assim, faz-se importante estar atento e conhecê-los, de forma a estabelecer meios para mitigá-los ou mesmo anulá-los, na melhor das hipóteses.

O foco deste trabalho é, portanto, estudar e discutir os desafios da/na implementação de cidades inteligentes no Brasil. Estes desafios, deve-se dizer, podem se apresentar de diversas formas, quais sejam, falta ou dificuldade de investimentos, falta ou desconhecimento de quais tecnologias aplicar, dificuldades de acesso a essas tecnologias (dificuldades que podem ser causadas novamente por falta de investimentos, falta ou dificuldade de parcerias que viabilizem o acesso às tecnologias ou outros fatores desconhecidos, temática que também será discutida aqui neste artigo). Note-se, no entanto, que o presente trabalho não busca propor melhorias ou apresentar eventuais soluções para um possível problema relativo à implantação de cidades inteligentes. O que aqui se pretende refere-se a apenas elencar e teorizar sobre os problemas citados, o que não impede, entretanto, que, posteriormente, seja possível, a partir do conhecimento aqui construído, pontuar alternativas para estes.

O objetivo geral desse trabalho é, portanto, identificar os desafios da implantação de cidades inteligentes no Brasil e seus objetivos específicos são:

- Apresentar modelos e/ou casos de referência internacionais que possam servir como base para os modelos implementados no Brasil.
- Conceituar e apresentar modelos e iniciativas de cidades inteligentes no Brasil.
- Discutir possíveis desafios que podem surgir no processo de implementação deste modelo no país.

Dentre os possíveis desafios que se apresentam, a disponibilidade de tecnologias utilizadas e necessárias para a implantação de uma cidade inteligente pode ser um dos principais. Essa disponibilidade pode, por sua parte, ser oriunda de problemas de investimento, como falta de recursos, parcerias com países fornecedores de tecnologias e afins.

Observando o cenário atual de expansão tecnológica generalizada e, conseqüentemente, das cidades inteligentes, vê-se a necessidade de um estudo aprofundado dos efeitos colaterais, tanto da implementação quanto da vigência de tal modelo, visando dar visibilidade a possíveis benefícios, bem como eventuais prejuízos sociais.

As cidades inteligentes podem beneficiar a sociedade de uma maneira geral, possibilitando várias melhorias para o cotidiano do cidadão. Esta integração tecnológica pode ser, por exemplo, um ponto vital para garantir a acessibilidade de toda população aos serviços de saúde e transporte, uma vez que estariam interligados. A quantidade de informação gerada poderia também

ser utilizada para melhorar a eficiência dos serviços públicos, promovendo a tomada de decisão inteligente.

Também pode ser um possível benefício das cidades inteligentes o fortalecimento da segurança pública, pois a infraestrutura pode permitir que a tecnologia facilite o trabalho das forças de segurança, assim diminuindo taxas de criminalidade Segundo a Seagate, fabricante de discos rígidos, as reduções de fatalidades podem chegar a 10%, enquanto a redução no tempo de resposta dos serviços de emergência pode chegar a 35%, além de impactos ambientais positivos. (Seagate, 2022)

Dados tais exemplos, mostra-se de extrema importância compreender e documentar os fatores que determinam o progresso da adoção das cidades inteligentes no Brasil. Além disso, ressalta-se toda contribuição acadêmica e social que a discussão aqui proposta pode legar, haja vista a possibilidade de maiores esclarecimentos acerca de uma realidade que se faz cada vez mais presente na vida do cidadão comum.

De tal maneira, e diante das considerações apresentadas, o presente trabalho questiona: quais são os desafios para a implantação de cidades inteligentes no Brasil?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Que é uma Cidade Inteligente?

A definição de cidade inteligente é ampla e complexa. As primeiras conversas sobre o que hoje permeia o que entendemos como cidades inteligentes podem ser encontradas em discussões entre estudiosos que ocorriam já na década de 1980. (GLASMEIER; CHRISTOPHERSON, 2015)

Não se tem ao certo quando exatamente surgiram, mas é possível afirmar que se intensificaram com o surgimento de tecnologias que integram a chamada Internet das Coisas (IoT) - artigo no site da Oracle (2022) define IoT como uma rede de objetos físicos conectados a sensores,

softwares e tecnologias com objetivo de troca de dados com outros dispositivos e sistemas, cujo meio de conexão usado é a internet.

Na atualidade, os conceitos que nos ajudam a entender o contexto que envolve a classificação de uma cidade como *SmartCity* passam por questões políticas e administrativas, como investimentos em tecnologias e infraestruturas, planejamento urbano, investimentos sociais, e tudo relacionado à administração da cidade. A principal característica, no entanto, está no uso de tecnologia da informação e comunicação para integrar todos estes aspectos:

“Uma cidade inteligente usa tecnologia da informação e comunicação (TIC) para melhorar a eficiência operacional, compartilhar informações com o público e fornecer uma melhor qualidade de serviço governamental e bem-estar do cidadão”
(TWI LTD (HEAD OFFICE), 2022)

A evolução tecnológica e o surgimento do conceito de Internet das Coisas (IoT, no termo em inglês) trouxe facilidades que permitiram a diversos setores, através da aceleração nos seus processos de transformação digital, se comunicarem de maneira mais eficiente e rápida. O uso de tecnologias baseadas nesse conceito permite que sistemas antes separados, como os usados pelo departamento de trânsito de uma cidade e/ou o sistema de coleta de lixo, possam interagir entre si para, em um exemplo hipotético, permitir que os veículos do serviço de coleta tenham prioridade de estacionamento e passagem durante a execução do serviço de coleta pelas ruas de uma cidade.

Segundo Cosgrove **et al.** apud Brasil (2020), a IBM define cidade inteligente como “aquela que utiliza todos os meios de informação disponíveis para melhor compreender e controlar as operações, otimizando o uso de recursos escassos”. Já a Cisco, outro grande fornecedor de recursos de tecnologia da informação e ativos de redes, argumenta que uma cidade inteligente faz uso de recursos de tecnologia como soluções para o aumento de eficiência, redução de custos e melhoria da qualidade geral. (FALCONER; MITCHELL **apud** Brasil 2020).

Os autores acima citados corroboram a visão de que a principal característica de uma cidade inteligente é, ao menos para os propósitos de definição neste estudo, o emprego constante de tecnologias da informação para viabilizar e melhorar quaisquer de seus processos internos.

Vale ressaltar, entretanto, que o viés tecnológico não é o único fator para o desenvolvimento de uma cidade inteligente, embora seja crucial. Consideram-se ainda fatores como mobilidade, energia, serviços de saneamento e afins. (VELOSO, 2021)

Há ainda enfoques propostos por normatizações técnicas ISO que citam enfoques de infraestrutura, como a ISO 37100, 37200 e outras. Estes enfoques, embora importantes e até necessários para uma visão mais ampla de cidades inteligentes, não são necessariamente alvo deste estudo.

2.2 Panorama Mundial

Mundo afora, existem vários *rankings* que listam cidades inteligentes e as classificam baseados em critérios diversos - não se pode afirmar unanimidade dada a variedade desses rankings e critérios. Um dos mais aceitos é o *ranking Cidades em Movimento*, da IESE Business School, na Espanha. Além da tecnologia, tal *ranking* também analisa fatores como transporte público, trânsito de carros, segurança, acesso a serviços e outros fatores de cunho administrativo. (RIVEIRA, 2021)

Ainda neste *ranking*, cidades como Nova York são destaque por possuírem soluções como uma plataforma interativa que transformou antigos sistemas telefônicos públicos em uma forma de oferecer acesso à internet à população, em parceria com a fornecedora de infraestrutura de telecomunicações Cisco. Sensores nas escolas permitem redução de gases que provocam o efeito estufa, e os departamentos de transportes passaram a contar com dados de monitoramento de trânsito em tempo real para tomada de decisões e gerenciamento. Esses dados provêm de sensores e câmeras instalados em cruzamentos, semáforos etc. (ETESCO, 2021)

A cidade de Amsterdã, na Holanda, é considerada pioneira por investimentos em sustentabilidade e tecnologia - ela possui plataformas para incentivar instituições, empresas e cidadãos a desenvolverem projetos próprios que beneficiem a qualidade de vida de todos (ETESCO, 2021).

Cidades menos conhecidas como Mississauga, no Canadá, também são destaque. Neste caso, a cidade é basicamente um centro tecnológico que oferece sistemas em nuvem para conectar os cidadãos aos serviços públicos. Há ainda programas para digitalização gratuita de pequenas empresas, de modo a permitir que operem *online*. Programas de capacitação de talentos em tecnologia fomentados pela administração da cidade também são oferecidos. (DIAS, 2021)

Algumas dessas ideias e tecnologias já se encontram aplicadas ou em desenvolvimento no Brasil, tanto pelo governo federal quanto pelo governo de algumas das nossas principais cidades, como é o caso do acesso a serviços públicos informatizados, que vem sendo implementado e aprimorado pelo governo federal através da plataforma gov.br.

2.3 Um Breve Panorama Brasileiro

O Brasil já possui cidades com projetos ou processos para se tornarem cada vez mais inteligentes. Um *ranking* de 2016, citado em artigo no site da revista Exame (2016), lista as 50 cidades mais inteligentes do país até aquele ano. Segundo o *ranking*, até aquela data, as 10 cidades mais inteligentes do Brasil eram, por ordenação no *ranking*: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Florianópolis (SC), Barueri (SP), Recife (PE) e Campinas (SP). (ABRANTES, 2016)

Dentre os projetos citados, destacam-se as iniciativas nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Rio de Janeiro.

Em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo, ressaltamos ações como monitoramento de vias e trânsito com uso de câmeras que permitem a integração entre os sistemas de controle de tráfego e os serviços de segurança pública. (ABRANTES, 2021).

Há ainda aplicativos para celular que permitem acesso aos horários de ônibus em tempo real, tanto das regiões centrais como metropolitanas em algumas dessas capitais. As informações desses aplicativos vêm de parcerias com as operadoras de transporte público e são atualizadas ou editadas também pelos usuários.

Outras iniciativas levantadas por estudos feitos pela Câmara dos Deputados, cita projetos como o da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes, que atua para orientar municípios, elaborando planos diretores de tecnologias e iniciativas que permitam aos municípios se inserir no contexto de uma cidade inteligente. (BRASIL 2020)

2.4 Desafios

Para Veloso (2021), o maior dos desafios para um projeto de cidades inteligentes está ligado à questão financeira. O projeto de uma cidade inteligente é algo que caminha por vários anos, envolvendo, portanto, uma questão financeira, limitada pelo orçamento dos municípios. Os insumos tecnológicos - lâmpadas LED, semáforos inteligentes, sensores (de presença, de tráfego, de coleta de lixo, entre outros), câmeras de vigilância e aplicativos que ajudam a monitorar os horários dos ônibus – são recursos caros e que tem seu peso no orçamento das cidades.

Some a isso a necessidade de que esses recursos precisam estar integrados tecnologicamente. Novamente, Veloso (2021) cita essa necessidade de integração tecnológica como outro desafio.

Existe, por exemplo, o risco de uma tecnologia não conversar com outra que foi empregada. Um semáforo e um sensor de tráfego/velocidade que não se integram podem pôr o investimento a perder, e dificultar a melhoria de mobilidade que se dispõem a prover caso funcionassem de maneira integrada. Para prover esta integração, há uma necessidade de conhecimento técnico, que por sua vez demanda investimento em pessoal capacitado, o que novamente remete a questão da limitação financeira.

Para Santos e Diniz (2021), os desafios para a concretização de um projeto de cidade inteligente se resumem em dificuldades que podem ser divididas em três pilares ou pontos principais: entendimento do que é uma cidade inteligente, sendo este segundo os autores o principal ponto de geração de dificuldades haja vista a necessidade de apoio popular aos projetos, custo e tempo da difusão e conscientização da população atingida acerca dos benefícios e uso de recursos e tecnologias que tornem as cidades inteligentes, e necessidade de investimento em infraestrutura tecnológica.

Cenários de pouco conhecimento dos insumos e processos tecnológicos, aliados a um baixo investimento ou dificuldade de captação de recursos financeiros, são os maiores entraves para concretização dos projetos. Uma forma de contornar a dificuldade e limitação financeira dos municípios está na captação de recursos através de parcerias público-privadas, que visariam permitir investimentos e aquisição de tecnologia, pessoal e soluções tecnológicas utilizadas nos projetos. (SANTOS; DINIZ, 2021)

3. METODOLOGIA

O presente trabalho busca apresentar e discutir conceitos relativos à implantação de cidades inteligentes no Brasil, assim como pontuar eventuais desafios para que isso ocorra. Para tanto, pretende-se fazer o uso de pesquisa descritiva/exploratória, apresentando, primeiramente, o conceito de cidades inteligentes e diferenciando tal pensamento daquele que remete ao conceito de cidades sustentáveis e/ou outros termos que possam gerar confusão entre conceitos, relacionando casos consolidados internacionalmente ao cenário interno do Brasil, de forma a gerar familiaridade com o tema e tornar claras as principais características de cidades inteligentes. (SILVA *et al.*, 2001)

Pretende-se ainda, por meio de pesquisa bibliográfica (Gil, 1991, apud SILVA *et al.*, 2001), apresentar cidades inteligentes que já estejam em implantação no Brasil: a intenção é apresentar de forma clara o que torna ou não uma cidade em um projeto de cidade inteligente dentro dos âmbitos relacionados à tecnologia.

A fim de que os objetivos apresentados sejam alcançados, pesquisa e coleta de dados serão baseadas em autores, livros, artigos e conteúdo que permitam compreensão clara e embasada do conceito de *SmartCities*. A partir da compreensão deste conceito, buscar-se-á apresentar os desafios para implementação de cidades inteligentes no Brasil com foco no tecnológico, teorizando e apresentando dados embasados em autores que possuam credibilidade.

Como parte do desenvolvimento do trabalho, buscar-se-á também apresentar hipóteses que contribuam para que surjam desafios para a implantação das cidades inteligentes no Brasil, de forma a permitir que futuras análises e estudos contribuam para a proposição de soluções para os desafios apresentados.

Este estudo tem caráter unicamente qualitativo (LARA; MOLINA, 2015), enfatizado pela análise documental que será apresentada conforme já citado anteriormente.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Desafios de cidades inteligentes e prioridades de implantação no Brasil

Nos dias de hoje, muitas cidades têm ambições de se tornarem as cidades inteligentes de amanhã. Em busca de alcançar tal objetivo, está em tramitação o projeto de lei 976/2021 que instituirá o projeto nacional de cidades inteligentes, um grande passo no sentido de modernização das cidades brasileiras.

Para direcionar e padronizar o desenvolvimento de cidades inteligentes no Brasil, o Governo Federal, por meio dos Ministérios do Desenvolvimento Regional, da Ciência e Tecnologia e Inovações, das Comunicações, entre outros, iniciou em 2020, a compilação e revisão da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Neste documento, disponível para acesso público no site do governo federal, estão expressos o conceito de cidades inteligentes com foco no país e uma agenda que visa direcionar os esforços de desenvolvimento urbano sustentável que em conjunto com outras melhorias tornarão as cidades brasileiras mais inteligentes. A carta, disponível em versões completa e resumida, é direcionada às várias entidades públicas e privadas, envolvidas no desenvolvimento sustentável, fornecimento de serviços e tecnologias, responsáveis por gestão e administração de qualquer cidade, de modo a fornecer um padrão de objetivos e recomendações a serem atingidos, que por sua vez, irão nortear as ações de desenvolvimento dessas cidades.

4.2 Problemas com a implantação de tecnologias de cidades inteligentes.

Recentemente, os conceitos de cidades inteligentes, bem como as primeiras tentativas de implementação reais, foram acusados de serem muito centrados na tecnologia, impulsionados principalmente pelos próprios objetivos das empresas fornecedoras desses equipamentos e sem um foco real nas necessidades das comunidades e das pessoas. Portanto, isso levou a uma necessidade geral de uma abordagem mais sustentável. Entretanto, cidades inteligentes estão sobretudo

relacionadas ao uso de recursos de tecnologias inteligentes, análise de dados e tecnologias de informação e comunicação (TICs) para garantir a eficiência de operações como governo, transporte, comércio, energia, aplicação da lei e saúde. Dada a escala de tais operações, as cidades inteligentes inevitavelmente encontrarão desafios.

Na era digital, as cidades dependem cada vez mais de tecnologia inteligente e inovação. Em todo o mundo, iniciativas de cidades inteligentes combinam TI com dispositivos conectados, desde descarte de resíduos até sensores inteligentes, que podem melhorar e simplificar o gerenciamento da cidade.

O Quadro 1, a seguir, fornece uma visão geral de algumas cidades brasileiras, listadas no Ranking de Smart Cities 2022, e com base neste ranking apresenta alguns dos desafios que elas têm tido ou tiveram em algum momento de seu processo de transformação digital. Os dados que usou-se para alimentar o Quadro 1 provêm do ranking de cidades inteligentes em sua edição do ano de 2022 e comparam diversos indicadores, sendo listados apenas alguns relacionados à tecnologia da informação.

Quadro 1 – Comparativo: Problemas com implantação de tecnologias X Cidades

Problemas/Desafios	Sã o P a u l o	C u r i t i b a	B e l o H o r i z o n t e	R e c i f e	M a n a u s
Conectividade	X				X
Tecnologias disponíveis	X				X
Investimentos (custo de equipamentos - câmbio)	X	X	X	X	X
Mão-de-obra qualificada disponível			X		X
Integração entre tecnologias disponíveis			X		

FONTE: Próprio autor com dados do ranking Cidades Inteligentes 2022.

Um dos grandes desafios levantados para qualquer cidade inteligente está na conexão. Serviços integrados como semáforos inteligentes, sensores de fluxo de tráfego, coleta de dados de ambiente, estações de transporte público com estimativas de tempo de espera dos ônibus e metrô dependem de conectividade de rede e acesso cada vez mais constante e estável à internet, e muitas das vezes, a tecnologia usada nessa conexão é a móvel, devido à característica dos recursos de hardware que provem essas informações. Atualmente em sua 5ª geração (5G), a conexão móvel é usada largamente pelos cidadãos em seus smartphones, mas as redes devem ainda ser capazes de lidar com demandas de comerciantes e máquinas de cartão de crédito e débito que se conectam a essas, sistemas de monitoramento de segurança por câmera de vídeo e controle de tráfego remoto, e afins. Portanto, uma cidade inteligente utiliza diversos sensores que são atualmente baseados na internet das coisas (IoT). A infraestrutura que permite estas conexões deve ao mesmo tempo ser robusta, estável, e precisa estar na vanguarda dos avanços tecnológicos do setor de comunicações para se manter atualizada e ser capaz de suportar a crescente demanda. Cidades como São Paulo - 3ª

posição geral no ranking de cidades inteligentes e Manaus - 67ª posição geral - estão listadas no Quadro 1 como contendo problemas de conectividade devido a não possuírem toda a sua população coberta pelas redes móveis de 4ª Geração, numa era em que conforme já mencionado, caminha-se para o investimento nas redes 5G. As redes de 5ª geração são recentes, e ainda nem estão totalmente disponíveis no país, conforme cita um artigo no site do G1, em que a previsão de cobertura total é para 2029; porém já se tem estudos e estão sendo desenvolvidas as tecnologias que serão as suas substitutas. Mais uma vez, o investimento nas redes de 5ª geração deverá ser reaproveitado ou reciclado para permitir em um futuro que pode não estar distante o investimento nas suas substitutas. (FEITOSA JUNIOR; SILVA; OLIVEIRA, 2022). Adicionalmente, entre as cinco cidades do quadro, São Paulo é a que possui a menor média de velocidade das conexões de banda larga contratadas - 210 Mbps. Este dado por si só não é suficiente para definir um problema de conectividade, mas aponta para uma defasagem de investimentos seja em infraestrutura de redes, seja em disponibilidade de provedores de serviço, dado o tamanho populacional da cidade.

Outro dos desafios que se apresentam como potencial empecilho é a disponibilidade de tecnologias usadas na transformação digital de uma cidade. Uma cidade inteligente deve dispor de dispositivos que sejam capazes de captar dados do tráfego como câmeras de monitoramento em tempo real, sensores de fluxo, semáforos, sensores para medição de temperatura e qualidade do ar, poluição, dados do meio ambiente de forma geral. Estas tecnologias são em sua maioria importadas de outros países, e a disponibilidade delas no mercado e a volatilidade do câmbio representam um grande desafio para sua importação e conseqüente implementação nos projetos de modernização das cidades. Em Manaus, por exemplo, não estão disponíveis semáforos inteligentes (que se utilizam de dados de sensores e inteligência artificial para regular o trânsito e o tempo dos semáforos de forma automática) e nem mesmo iluminação pública inteligente (baseadas em leds, com sensores que ajustam a iluminação à luz natural). Em São Paulo, por exemplo, apenas semáforos inteligentes estão disponíveis. Todas as outras cidades do Quadro 1 têm, entre outras tecnologias, pelo menos estas duas citadas disponíveis.

A operação, instalação e manutenção destes equipamentos demanda por sua vez, o investimento e contratação de mão de obra qualificada, profissionais que estejam por dentro da evolução tecnológica e conheçam o suficiente para manter os equipamentos em funcionamento e por conseqüência, a coleta contínua de dados dos sistemas e tratamento em tempo real. Segundo o ranking, em nenhuma das cinco cidades listadas no quadro, o percentual de profissionais com ensino superior completo em empregos formais chegou a 35%, e em Manaus ficou pouco acima de 20%. Com base nessas informações, é possível elencar que em algum momento a falta de mão de obra

qualificada vai impactar o desenvolvimento dos processos de transformação digital e possivelmente exigirão investimentos em qualificação e treinamento de profissionais, corroborando a ideia de que mão de obra qualificada disponível é um ponto a ser considerado ao implementar os projetos.

Toda essa infraestrutura demanda planejamento e investimentos altos, que precisam ser fomentados por parcerias público-privadas para se concretizarem. Este é, então, outro desafio, trazido à tona pela necessidade do investimento nas redes e tecnologias que são usadas, e que se apresenta como um problema compartilhado por todas as cidades listadas no Quadro 1, pois a evolução tecnológica é constante, e a *smartcity* precisa acompanhá-la, sob pena de se tornar tecnologicamente obsoleta. Artigo (em inglês) no site da Huawei Brasil menciona como as redes de 6ª Geração (6G), serão capazes de integrar e proporcionar redes neurais de modo a tornar cada vez mais próximos os mundos cibernéticos e físicos. (Huawei Technologies Co., Ltd, 2021). O investimento necessário para uma *smart city* se consolidar é portanto constante, e depende não só de parcerias público-privadas como de continuidade de políticas públicas entre governos, o que se traduz em um desafio e potencial problema, pois nem sempre governos entrantes continuam políticas iniciadas pelos governos anteriores. O investimento é necessário, seja em tecnologia, mão de obra qualificada, manutenção, atualização de equipamentos e outros aspectos relacionados às tecnologias utilizadas.

Um problema que pode ocorrer de forma constante devido a um mal planejamento ou uma concepção incorreta do projeto de transformação digital de uma *SmartCity* é a integração entre as tecnologias utilizadas. Os sensores que mapeiam o trânsito e geram dados de fluxo precisam ser compatíveis com as infraestruturas de IA que irão analisar e controlar os semáforos, que também devem ser compatíveis e integrados com essa infraestrutura. Não adianta ter sensores e câmeras que leem o trânsito se os semáforos não forem capazes de serem ajustados remotamente por estas IAs, ou se a conexão dos diversos dispositivos não for rápida o bastante para permitir a transmissão de dados em tempo real e assim fomentar a tomada de decisões que vai melhorar o fluxo em determinada região. Compatibilidade de interfaces e tecnologias é um desafio potencial ao se planejar uma cidade inteligente, com impacto direto no investimento, na mão de obra necessária e até na necessidade de atualização de infraestrutura existente, pois as tecnologias disponíveis podem não ser compatíveis com a infraestrutura atual da cidade. Belo Horizonte, por exemplo, enfrentou problemas anos atrás durante o processo de atualização de cabeamento de redes, em que alguns prédios não eram capazes de ter suas redes atualizadas por motivos diversos.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho discutiu os desafios para a implantação de cidades inteligentes no Brasil sob a ótica da Tecnologia da Informação. Evidentemente que existem vários outros indicadores tratados no contexto de *SmartCities* que não foram contemplados por não serem área de domínio dos autores apesar de influenciarem o processo de implantação de cidades inteligentes.

Dentre os indicadores pesquisados e listados no Ranking Connected *SmartCities* foram elencados cinco deles, relacionados fortemente à Tecnologia da Informação.

No tocante ao indicador conectividade, é interessante ressaltar o paradoxo identificado na Cidade de São Paulo, a maior das brasileiras e do mundo, com um PIB que supera o de alguns estados brasileiros, possuir uma velocidade média de conexão de banda larga contratada ser a menor entre as cinco cidades nesse trabalho, o que prejudicaria a velocidade de tomadas de decisão via serviços de Inteligência Artificial numa metrópole desse porte.

Outro indicador tratado que nos remete a reflexões é a disponibilidade de mão obra qualificada disponível para o planejamento, execução e manutenção das *SmartCities*, pois citamos números de formação em todas as áreas do conhecimento, porém se formos fazer um recorte das formações atinentes aos processos de cidades inteligentes, a situação se tornaria mais crítica.

O indicador frequente em todas as cidades pesquisadas foi de investimentos, sendo um fator limitante no processo de transformação das nossas cidades. Importante ressaltar que se referem a custos para além de equipamentos, que poderiam ser minorados com uma política coordenada nacionalmente, o compartilhamento de experiências, projetos, pessoal qualificado e demais recursos.

Como trabalho futuro sugere-se tratar a integração dos sistemas de tecnologia da informação empregadas nas cidades inteligentes com outros sistemas, como por exemplo, produção, transmissão e distribuição de energia, com foco em fontes alternativas renováveis e com baixa emissão de CO₂, que corroborariam para as metas firmadas pelo país nas conferências internacionais do clima, a exemplo do que foi tratado no Egito em novembro de 2022.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Talita. **As 50 cidades mais inteligentes do Brasil em 2016**. 2016. Última atualização em 13/09/2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-50-cidades-mais-inteligentes-do-brasil-em-2016/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

AMARAL, Lívia. **Cidades Inteligentes - Conheça este Conceito**: saiba o que torna uma cidade inteligente e descubra exemplos no Brasil e no mundo. 2021. Lívia Amaral. Disponível em: <https://quantageracao.com.br/cidades-inteligentes-conheca-esse-conceito/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Consultoria Legislativa. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Cidades Inteligentes: uma abordagem humana e sustentável** uma abordagem humana e sustentável. 2020. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara PDF. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40194>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Governo Federal (org.). **CARTA BRASILEIRA PARA CIDADES INTELIGENTES**. 2021. PDF, Versão completa. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes/CartaBrasileiraparaCidadesInteligentes2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DIAS, Maria Clara. **Conheça as 7 cidades mais inteligentes do mundo – e por que se chamam assim**. 2021. Artigo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/7-cidades-mais-inteligentes-mundo-por-que/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

ETESCO. Empresa Privada. **Smart City: Conheça 5 cidades mais inteligentes do mundo**. 2021. Artigo. Disponível em: <https://etesco.com.br/smart-city-conheca-5-cidades-mais-inteligentes-do-mundo/#>. Acesso em: 24 abr. 2022.

FEITOSA JUNIOR, Alessandro; SILVA, Victor Hugo; OLIVEIRA, Luciana de. **5G no Brasil: guia explica o que vai mudar com a nova tecnologia**. 2022. Artigo. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/07/06/5g-chega-ao-brasil-nesta-quarta-guia-explica-o-que-vai-mudar-com-a-nova-tecnologia.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FGV PROJETOS (Brasil). Fundação Getúlio Vargas. **O que é uma cidade inteligente?** [20--]. Artigo. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente#:~:text=Segundo%20a%20uni%C3%A3o%20Europ%C3%A9ia%2C%20Smart,melhoria%20da%20qualidade%20de%20vida...> Acesso em: 19 mar. 2022.

GLASMEIER, Amy; CHRISTOPHERSON, Susan. **Thinking about smart cities**. 2015. PDF, pág 1. Disponível em: <https://olc.worldbank.org/system/files/Smart%20Cities%20CJRES%20021415.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INTELBRAS. **Cidades inteligentes no Brasil: o que são e quais tecnologias utilizam**. 2022. Disponível em: https://blog.intelbras.com.br/cidades-inteligentes-no-brasil/?gclid=Cj0KCQiAmpyRBhC-ARIsABs2EArt6GKIS-S78y2oUiOcS1UbRdx6-qsPrxeCudhc7Xue-_OaBoT4djlaAllFEALw_wcB. Acesso em: 12 mar. 2022.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. **PESQUISA QUALITATIVA: APONTAMENTOS, CONCEITOS E TIPOLOGIAS**. 2015. PDF, Capítulo 5. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MARQUES, Pablo. **96% dos usuários da geração Z levam o celular até para o banheiro**: pesquisa mostra que donos de smartphone com até 23 anos não deixam o aparelho de lado quando estão sentados no vaso sanitário. 2019. Artigo. Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/96-dos-usuarios-da-geracao-z-levam-o-celular-ate-para-o-banheiro-23102019>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente**: tecnologias urbanas e democracia. 2019. PDF. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/10/smart_city-web.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

MULLER, Nicolas. **O impacto da tecnologia em nossas vidas**: Entenda o impacto que a tecnologia promoveu em nossas vidas. Veja o que mudou e como nos habituamos com as novidades.. 2016. Artigo. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16174-o-impacto-da-tecnologia-em-nossas-vidas>. Acesso em: 19 set. 2022.

ORACLE. **O que é IoT?** 2022. Artigo. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/internet-of-things/what-is-iot/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RANKING Conected Smart Cities. 2022. Website Interativo. Disponível em: <https://ranking.connectedsmartcities.com.br/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

REDAÇÃO (comp.). **O que são cidades inteligentes e como elas formam o futuro sustentável.** 2021. Disponível em: https://www.alemdaenergia.engie.com.br/o-que-sao-cidades-inteligentes-e-como-elas-formam-o-futuro-sustentavel/?gclid=CjwKCAjw7IeUBhBbEiwADhiEMeSM8rjmg3F8nLovNbyM6XI3CMXdtrMAeOuY1zBXuogZnT7YRpevhoCHaAQAvD_BwE. Acesso em: 20 abr. 2022.

RIVEIRA, Carolina (ed.). **O que as "cidades inteligentes" no mundo têm a ensinar ao Brasil.** 2021. Artigo. Disponível em: <https://exame.com/brasil/cidades-inteligentes-infraestrutura/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SANTOS, Hugo de Andrade; DINIZ, Henrique Galvão. **Cidades Inteligentes: Perspectivas e Desafios no Brasil.** 2021. Artigo. Disponível em: <https://www.sigalei.com.br/blog/cidades-inteligentes-perspectivas-e-desafios-no-brasil>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SEAGATE TECHNOLOGY LLC. **O que é uma cidade inteligente e como ela ajuda a economia local?** 2022. Artigo. Disponível em: <https://www.seagate.com/br/pt/solutions/surveillance/what-is-a-smart-city/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, Edna Lúcia da *et al.* **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 2001. PDF. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

TWI LTD (HEAD OFFICE) (Reino Unido). **What's A Smart City?** -definitionandexamples.[20--?]. Disponível em: <https://www.twi-global.com/technical-knowledge/faqs/what-is-a-smart-city>. Acesso em: 21 abr. 2022.

VELOSO, Roger (ed.). **Descubra quais são os desafios das cidades inteligentes no Brasil: o que são as cidades inteligentes.** 2021. Vídeo. Disponível em: <https://blog.houer.com.br/desafios-das-cidades-inteligentes-no-brasil/#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20vale%20ressaltar%20que%20o,de%20energia%2C%20entre%20outros%20fatores..> Acesso em: 23 abr. 2022.

WIKIPÉDIA (comp.). **Cidade Inteligente**. 2021. Artigo - Revisado em 16/novembro/2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cidade_inteligente&oldid=62434258. Acesso em: 09 abr. 2022.

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS NO SETOR JURÍDICO

Francieli Ferreira Fujie Costa¹

Italo Lemos da Silva²

Resumo.

A automação no setor jurídico é imprescindível para agilizar processos e evitar erros humanos, bem como para reduzir custos, trazer benefícios para a sociedade e os operadores profissionais da área. A tese apresentada visa demonstrar de forma clara e objetiva o detalhamento de processos jurídicos e também o papel de automação desses processos, demonstrando os benefícios dessas aplicações no cotidiano, que podem trazer agilidade e eficiência para o poder judiciário, operadores do direito e sociedade.

Palavra-chave: Setor jurídico, processos, automação, direito, tecnologia.

Automation in the legal sector is essential for processes and to avoid human errors, as well as to reduce costs, bringing benefits to society and operators in the area. The thesis presented aims to demonstrate clearly and objectively the detailing of legal processes and also the role of automation of these processes demonstrating the benefits of everyday applications that can bring agility and efficiency to the judiciary, operators of law and society.

1. Graduando em Sistema de Informação. E-mail: italo.silva@sourpomove.com.br

2. Graduando em Sistema de Informação. E-mail: francieli.costa@soupromove.com.br

Doutorando em Modelagem Matemática computacional (CEFET-MG)

Mestre em Modelagem Matemática computacional (CEFET-MG)

Especialização em Engenharia de Software - PUC-Minas

Bacharel em Ciência da computação

Gestor de Iteração - Companhia de Tecnologia de Minas Gerais - Prodemge

Professor das Instituições - Universidade PUC Minas E-mail:

nelson.junior@somospromove.com.br

1. Introdução

Atualmente, a sociedade de maneira geral, tem vivenciado momentos de grandes modificações - tais mudanças, deve-se ressaltar, compreendem, especialmente, cenários ligados à área da tecnologia, que está cada vez mais presente no cotidiano de pessoas e empresas.

Boa maneira de se notar como a tecnologia tem feito parte do dia a dia do cidadão comum, está em perceber como várias tarefas, que até pouco tempo, precisavam de muitas pessoas para serem realizadas, passaram a ser realizadas por um grupo menor de pessoas, ou mesmo por computadores - momento em que a automação de processos começa a ter lugar de destaque.

Se antes a ideia de máquinas substituindo humanos em processos produtivos parece realidade de filmes ficcionais, em pleno século XXI, tal cenário se tornou mais frequente do que se possa imaginar - a fim de que o processo produtivo seja realizado com maior agilidade e eficiência, e de que haja redução de custos ou mesmo maior produtividade.

A automação de processos tem se apresentado como realidade possível e palpável - embora possa ser aplicada em distintas áreas, o presente projeto de pesquisa pretende discutir a automação de processos na área jurídica, pontuando e exemplificando como tal ferramenta pode contribuir positivamente para o bom andamento de intimações, processos distintos etc.

Realidade não muito distante, sabe-se que, até pouco tempo atrás, processos judiciais tinham apenas acessibilidade física, o que dificultava e causava maior morosidade ao serviço prestado pelo poder judiciário. Além disso - tornar o processo mais demorado - havia também maior dispêndio financeiro, haja vista a necessidade, em muitas situações, de muitas pessoas procurando por um mesmo arquivo.

Posteriormente, e frente a evoluções que a tecnologia trouxe, mudanças graduais foram sendo realizadas no cenário judicial, fazendo com que processos impressos passassem a ser eletrônicos.

E será neste cenário evolutivo que a discussão aqui proposta pretende se desenvolver.

Ciente de que a tecnologia pode contribuir para que a justiça se tornem mais célere, o presente projeto de pesquisa questiona: como poderia a automação de processos auxiliar em tal tarefa, visando, além de agilidade processual, diminuição

em eventuais falhas humanas? Qual impacto a automação de processos judiciais poderia ter na redução de custos?

Certamente, ainda se faz necessário desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que possam otimizar ainda mais o serviço judicial, com a finalidade de reduzir custos e acelerar os processos que muitas vezes ficam parados por anos.

Entretanto, e mesmo que futuramente, outras tecnologias possam surgir, o intuito é discutir como as ferramentas atuais podem contribuir com a justiça para que o serviço seja eficiente e seguro.

2. Referencial teórico

2.1 Processo judicial físico

Antes que informações relacionadas à automação de processos sejam apresentadas, faz-se importante destacar como era o funcionamento judicial antes de qualquer tipo de automação ou virtualização de processos judiciais.

Anteriormente, cabe ressaltar, e antes que importantes ferramentas tecnológicas fossem utilizadas na seara jurídica, a justiça funcionava com o método totalmente físico; assim, a demanda de funcionários era muito maior (TOCO, 2018)¹.

Também é de grande importância lembrar que os cartórios judiciais ficavam com um grande volume de processos que se amontoavam e precisavam ser armazenados por longos anos - os processos tinham sua movimentação também de forma física, e, com isso, era extremamente demorado o caminho do cartório judicial até o gabinete do juiz para expedir muitas vezes um simples despacho (TOCO, 2018)².

¹ TOCO, Leonardo. **Os 10 motivos pelos quais a revolução tecnológica na área jurídica é um caminho sem volta.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67698/os-10-motivos-pelos-quais-a-revolucao-tecnologica-na-area-juridica-e-um-caminho-sem-volta>. Acessado em 2 mai. 2022.

² TOCO, Leonardo. **Os 10 motivos pelos quais a revolução tecnológica na área jurídica é um caminho sem volta.** Disponível em:

Além disso, todo peticionamento ou consulta realizada pelo advogado tinha que ser de forma presencial, demandando tempo e custo financeiro, já que a dedicação do advogado em um processo era dispendiosa, com custos de deslocamento, impressões, cópias etc. (SAJ ADV, 2020)³.

Assim, e diante de tantas dificuldades na prestação do serviço judicial e da demora nas soluções dos conflitos, fez-se necessário providenciar sistemas que automatizassem o setor que já estava em colapso.

Ainda que necessária, toda mudança gera incertezas e dúvidas, principalmente para aqueles que exerciam a advocacia no momento desta transição, já que os conhecimentos voltados à informática eram restritos e básicos.

Nesse sentido, "a transferência do meio físico para o digital trouxe uma grande ruptura para os profissionais do direito que atuavam até então no modo tradicional" (BARBOSA, 2018)⁴.

Segundo a revista consultor jurídico o início da expansão da virtualização de processos eletrônicos começaram em 2020 com apenas 3,1% e ao longo dos anos foi se expandindo atingindo a marca de 96,9% de novos casos eletrônicos (CONJUR, 2021)⁵

Tratando da questão de morosidade processual segundo site PGE do Ceará estima-se que cerca de 70% do tempo de andamento de um processo é utilizado

<https://jus.com.br/artigos/67698/os-10-motivos-pelos-quais-a-revolucao-tecnologica-na-area-juridica-e-um-caminho-sem-volta>. Acessado em 2 mai. 2022.

³ **SAJ ADV**. Petição inicial: tudo o que você precisa saber sobre. Disponível em: <https://blog.sajadv.com.br/peticao-inicial-eletronica/>. Acessado em 4 març. 2022.

⁴ BARBOSA, Luciana. **Processos físicos e eletrônicos**: você sabe a diferença? Disponível em: <https://blog.advise.com.br/processos-eletronicos-e-fisicos/>. Acessado em 14 abr. 2022.

⁵ ConJur. Processos eletrônicos já são 97% do total do país, mostra levantamento do CNJ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-29/processos-eletronicos-sao-97-total-pais-mostra-cnj> acessado em 18 set. 2022.

com procedimentos manuais, no entanto, com a automação poderiam ser agilizados. (MIRANDA, SERGIA 2010)⁶

Logo, e com o objetivo de tornar a tramitação processual mais rápida, a tecnologia começou a transformar este setor de maneira gradual a partir do ano de 2007. (FLORÃO, 2020)⁷.

Entretanto, e com o intuito de não gerar desconforto principalmente no mundo jurídico, era necessário regulamentar essa mudança, e para isso foi promulgada a lei n. 11.419 de dezembro de 2006, a qual determina que todos os documentos produzidos ou juntados eletronicamente garantissem a sua origem e seus signatários (PARREIRA, 2006)⁸.

Embora estivesse devidamente regulamentada, diante das incertezas e da falta de confiança advindas de advogados, magistrados e servidores, houve de que tal transformação não daria certo.

Mesmo assim, após a lei acima citada, todo processo novo aboliu a utilização do meio físico (papel), e as informações passaram a ser armazenadas em grandes bancos de dados digitais.

O acompanhamento processual passou a ser realizado online, com intimações feitas de forma automática aos advogados por e-mail, e por isso, o velho hábito de ir até o Fórum onde tramita o processo de interesse em horário comercial, para protocolizar uma petição, deixou de existir. Com conexão à internet, essa ação passou a ser realizada de qualquer local e em qualquer horário. (BARBOSA, 2018)⁹.

⁶ MIRANDA, SERGIA. A virtualização da justiça e positiva ?. Disponível em: <https://pge-ce.jusbrasil.com.br/noticias/2589197/a-virtualizacao-da-justica-e-positiva> Acessado em: 26 set 2022

⁷ FLORÃO, Marcos. **O impulso da pandemia à evolução digital da Justiça**. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/inoa-e-acao/a-pandemia-como-catalisadora-da-evolucao-digital-da-justica-brasileira-16062020>. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

⁸ PARREIRA, Antonio Carlos. **Breves anotações sobre a lei do processo eletrônico**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9309/breves-anotacoes-sobre-a-lei-do-processo-eletronico>. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

⁹ BARBOSA, Luciana. **Processos físicos e eletrônicos: você sabe a diferença?** Disponível em: <https://blog.advise.com.br/processos-eletronicos-e-fisicos/>. Acesso em 14 abr. 2022.

Com o decorrer do tempo, após a implantação gradual do processo eletrônico, do processo de qualificação oferecido aos servidores públicos para operar o sistema, e da adaptação de advogados e escritórios, houve a detecção de pequenos erros ou falhas; no entanto, e como tecnologias estão em evolução constante, foram realizadas correções e melhorias.

Alguns processos ainda são burocráticos e retrógrados, cabe dizer, mas a tendência é que se tornem cada vez mais flexíveis, possibilitando a automação, com ganho de tempo e economia de custos. (TENÓRIO; LIMA, 2021)¹⁰.

O ramo do direito caminha junto com a tecnologia, e os operadores que não acompanharem esta evolução ficarão obsoletos (atualmente, apesar de poucos processos mais antigos serem físicos, muitos deles já foram virtualizados, fazendo com que a maioria já seja de processos eletrônicos).

Assim, é possível o acompanhamento e o peticionamento por meio eletrônico, podendo todo o trabalho ser realizado de forma remota, sendo desnecessário deslocamentos ao fórum, seja para simples consulta, cópia de processo ou juntada de documentos (TENÓRIO; LIMA, 2021)¹¹.

Além disso, todos os documentos juntados aos autos do processo podem ser assinados eletronicamente, o que garante a origem e seus signatários. Também, os arquivos ficam mais disponíveis, sem o risco de perda ou avarias, como ocorria com frequência anteriormente, trazendo mais segurança a todos (NASCIMENTO, 2014)¹².

¹⁰ TENÓRIO, Brenda dos Santos; LIMA, Jeniffer Isamara Peixoto Batista. **Uma Análise Acerca da Automação Jurídica dos Processos na Atualidade**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/internet-e-informatica/uma-analise-acerca-da-automacao-juridica-dos-processos-na-actualidade/> Acesso em 01 de Jun. de 2022.

¹¹ TENÓRIO, Brenda dos Santos; LIMA, Jeniffer Isamara Peixoto Batista. **Uma Análise Acerca da Automação Jurídica dos Processos na Atualidade**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/internet-e-informatica/uma-analise-acerca-da-automacao-juridica-dos-processos-na->

¹² NASCIMENTO, Rodrigo Melo do. **A Assinatura De Atos Processuais Praticados Em Meio Eletrônico**. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_87_88/rodrigo_melo_nascimento.pdf. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

Cumprido ressaltar que, dentro de toda essa tramitação processual, um dos atos mais importantes, é a intimação da parte e do advogado o que geralmente dispõe de um prazo para que haja uma manifestação dentro de um processo, seja para requerer algo ou dar cumprimento a uma ordem judicial, e a perda de um prazo acarreta sérias consequências.

Desta forma, a tecnologia veio colaborar ainda mais com este seguimento, automatizando intimações de vários processos para determinado destinatário, inclusive com *software* que organize até mesmo os prazos processuais. (CARDOSO, 2021)¹³.

Para isso, as ferramentas tecnológicas utilizadas são os RPA e API, as quais serão aprofundadas a seguir.

2.2 RPA

A tecnologia RPA tem como objetivo simplificar manuseio de tarefas repetitivas e operacionais por meio de softwares trazendo agilidade e minimizando possíveis falhas humanas.

“O RPA funciona a partir do transporte de informações que os desenvolvedores identificam ao determinar as tarefas que serão executadas pelo sistema. Isso pode acontecer pela entrada automática de dados, integração e comunicação entre ferramentas e outras possibilidades que a tecnologia viabiliza” (FindUP 2021)¹⁴

Segundo o site migalhas.com a funcionalidade da tecnologia é capaz de beneficiar o meio jurídico uma vez que possui a funcionalidade de imitação de execuções humanas como montar uma petição ou até mesmo buscar andamentos processuais nos sites dos tribunais. (AGIAL ANTONIA 2022)¹⁵

Além disto a utilização de um robô de automação pode proporcionar monitoramento e execução em tempo integral. No cotidiano dos funcionários do

¹³ CARDOSO, Saulo. **Como Automatizar o Acompanhamento de Intimações e Publicações**. Disponível em: <https://corejur.com.br/como-automatizar-o-acompanhamento-de-intimacoes-e-publicacoes/> . Acesso em 01 de Jun. de 2022.

¹⁴ FINDUP, O que é RPA quais são os benefícios para TI. Disponível em: <https://www.findup.com.br/o-que-e-rpa/> Acesso em 30 de out de 2022

âmbito jurídico a informação é algo extremamente necessário para evolução dos casos, porém, nem sempre os sistemas que disponibilizam esta informação estão estáveis.

Podemos citar como exemplo de tecnologia de automação a empresa DWRPA focada no desenvolvimento de robôs de automação de processos, com sistema E-PROTOCOL capaz de integrar com sistemas de gestão jurídica para automação de petições eletrônicas. Os robôs da DWRPA são capazes de efetivar os protocolos e retornar os recibos para o sistema de gestão. (BIRGIMANN, Lujan 2020)¹⁵

Atualmente, a DWRPA já possui integração com os sistemas Projudi, E-Saj e PJE, que são os sistemas mais utilizados atualmente pelos tribunais, onde são consultadas todas as interações e comunicações referentes a um processo. (MAMMANA, Marcelo 2020)¹⁶

Então com a tecnologia RPA os usuários não precisam realizar diversas consultas para que pudessem verificar seus andamentos, uma vez que a utilização de um robô pode disponibilizar a informação, assim que publicada e com isso mitigando falhas como a perda de prazos. (CAILLET RAFAEL 2021)¹⁷.

2.3 Conceito de API

API (Application Programming Interface) é uma interface de programação de aplicações que integra um sistema possibilitando segurança dos dados, sendo assim facilitando diversas linguagens e acessos específicos (SILVA, 2021)¹⁸.

¹⁵ BIRGIMANN, Lujan Solução em RPA jurídico. disponível em: <https://dwrpa.com.br/> Acesso em 13 nov 2022

¹⁶ MAMMANA, Marcelo Dos Sistemas de Processos Eletrônicos no Brasil. Disponível em: <https://mmadureira.jusbrasil.com.br/artigos/864004656/dos-sistemas-de-processos-eletronicos-no-brasil> Acesso em 13 nov de 2022.

¹⁷ Caillet, Rafael. Como a presença tecnológica tem se consolidado no meio jurídico Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/blog/jurid-web/como-a-presenca-tecnologica-tem-se-consolidado-no-meio-juridico> Acesso em 30 out 2022

¹⁸ SILVA, Douglas. O que é api? Vantagens e Aplicações. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/o-que-e-api/>. Acesso em 02 de Jun. de 2022.

Referida interface funciona como um tipo de ponte, que faz conexão com aplicações e programas, fazendo com que seja utilizado para vários tipos de aplicações dentro da empresa; apesar de ser invisível para o usuário o programador da tecnologia conhece os resultados e ferramentas da interface.

As APIs proporcionam a integração entre sistemas que possuem linguagem totalmente distintas de maneira ágil e segura. Em outras formas de integração de sistemas, o profissional que realiza o trabalho precisa, muitas vezes, instalar recursos compatíveis com o sistema no qual se busca efetuar a integração, gerando um grande trabalho e, conseqüentemente, atraso na geração de negócios e processos produtivos de uma companhia¹⁹.

Tendo em vista que atualmente diversos escritórios fazem a utilização de sistemas ERP para gestão jurídica, auxiliando na organização e padronização dos processos realizados diariamente.

O mercado tecnológico vem oferecendo diversas ferramentas para tais funções, das quais utilizam-se vários tipos de linguagem de programação, e com isso podemos citar a API, como uma solução para integrar sistemas de gestão jurídica com ferramentas de disponibilização e captura de andamentos processuais e assim, o usuário final tem possibilidade de obter todas as informações centralizadas, de forma que facilite a organização dos processos.

Segundo o site âmbito jurídico, o avanço tecnológico e a busca de uma capacidade de atendimento elevada, é essencial que a empresa busque por uma solução eficiente, como é o caso de um ERP, uma vez que o sistema ERP disponibiliza as informações para serem acessadas em um só sistema de forma prática e rápida. (AMBITO JURIDICO, 2020)²⁰

Por todo exposto, concluímos que a importância da centralização de informações em um só sistema, a utilização de API é indispensável, já que possibilita

¹⁹ FERNANDES, André. **O que é API?** Entenda de uma maneira simples. Disponível em: <https://vertigo.com.br/o-que-e-api-entenda-de-uma-maneira-simples/>. Acessado em 3 abr. 2022.

²⁰ AMBITOJURIDICO. Saiba como adotar um ER. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/noticias/saiba-como-adotar-um-erp-ao-seu-escritorio-de-advocacia/> Acessado em 23 out. 2022

a integração com diversos sistemas de linguagens de programação distintos e com isso é possível centralizar todas as informações de forma que o trabalho do usuário seja otimizado.

Visando todos os benefícios que a API pode nos proporcionar, podemos visualizar o crescimento de utilização desta ferramenta, segundo site programmable a utilização desta integração vem crescendo consideravelmente nos últimos anos.

Em 2019 a programmable identificou que houve mais de 30% de crescimento mensal no desenvolvimento de novas APIs em relação aos últimos quatro anos. (WENDELL, 2019)²¹

”O diretório ProgrammableWeb eclipsou a marca de 22.000 APIs em junho de 2019 e esse marco nos dá a chance de ver o que os dados podem nos dizer sobre a economia das APIs. Desde 2005, vimos as APIs crescerem de uma curiosidade para uma tendência, e agora ao ponto em que as APIs são essenciais para muitas empresas”

Neste contexto, podemos considerar que pode beneficiar não somente em áreas jurídicas mas também para alimentação de diversos sistemas de gestão, visando a centralização de informações e celeridade no trabalho dos usuários.

2.4 A importância da evolução tecnológica na área jurídica

Além das razões acima apresentadas, sabemos que exercer o ofício da tecnologia da informação é uma árdua tarefa que exige muito tempo e dedicação.

O advogado moderno necessita lidar com um mercado de trabalho cada vez mais exigente, e com uma rotina em que precisa estar atento a prazos de processos,

²¹ Santos, Wendell. APIs mostram taxa de crescimento mais rápida em 2019. Disponível em: <https://www.programmableweb.com/news/apis-show-faster-growth-rate-2019-previous-years/research/2019/07/17> Acessado em 23 out 2022

ao andamento trâmite dos novos processos ajuizados se dê por meio eletrônico de seu escritório, e à realização da gestão financeira e ao atendimento ao cliente.

Por que, então, não usar os aparatos tecnológicos a seu favor? Em meio a uma agenda semanal de compromissos tão carregada, a utilização inteligente da tecnologia pode ser o diferencial para se manter ativo no mercado - a fim de suprir tais carências, foram criados sistemas voltados especificamente ao trabalho de processo jurídicos: a automação e a virtualização dos processos jurídicos.

Outra razão que corrobora a tese de que os robôs da empresa Oystr, que utiliza da tecnologia RPA (Robotic Process Automation) no meio jurídico, para captura de intimações e andamentos processuais. Contudo, é importante salientar que, ao entender exatamente a função de um sistema como o software jurídico, é possível concluir que ele servirá para solucionar apenas as atividades repetitivas que se fazem em um escritório de advocacia, fóruns e comarcas. Ou seja, ele pode acelerar processos, diminuir margens de erro e aumentar substancialmente a produtividade, audiências virtuais, despacho no balcão virtual com juízes e assessores, PJe é rentabilidade para todos stakeholders (HOFMANN *et al.*, 2020, p. 45).

Hofmann (2020) afirma que o fator fundamental que incentiva a aplicação de RPA nos processos é a substituição das pessoas em atividades em que o papel humano não agrega valor ao processo e onde a eficiência de custos é desejada.

Atualmente, existem diversos sistemas que já trabalham com esse tipo de automação, como já citado anteriormente a Oystr é um grande exemplo desses sistemas que utilizam de tecnologias dos RPAs para conectar-se com mais informações disponibilizadas pelos tribunais.

Contudo muitos escritórios utilizam de outros sistemas para cadastro e controles dos seus processos que, em conjunto a sistemas que trabalham com o monitoramento dos andamentos processuais poderiam trazer as informações de forma clara e prática para os advogados.

Tal integração poderia ser realizada através de API que por sua vez tem como principais características a viabilidade em integrar sistemas de linguagens de programação distintas.

2.5 Redução de custos com automação.

Conforme podemos depreender dos estudos apontados na tese, verificamos que o poder judiciário anteriormente a automação tinha um custo elevado para os operadores do direito, como por exemplo os advogados e escritórios de advocacia.

Estes tinham um custo elevado com os processos físicos, com o deslocamento até o fórum para consultar um processo ou protocolar uma petição, os custos com cópias, papéis, grampos, impressões, entre outras, custos estes, que não podem ser auferidos em termos exatos, pois são variáveis a depender do tipo de processo, localidade do fórum e do escritório e duração da tramitação.

Também podemos destacar o custo elevado para o poder judiciário, que demandava de maior contingente de pessoal para compor as secretarias, já que o trabalho manual era mais demorado e exigia muitas pessoas para executá-lo.

Inobstante era necessário o local físico para armazenamento de tantos processos o que gerava um custo adicional de manutenção deste local, bem como o custo de locação ou compra desde imóvel.

Importante impacto no custo da automação foi com a economia de papéis, grampos, carimbos, armazenamento, carrinhos, tinta de impressoras, canetas entre outros diversos materiais de escritório, em especial, o impacto ambiental com a redução do desmatamento para a produção do papel.

No entanto, foi necessário por parte do poder judiciário, um investimento na implantação da automação, na sua manutenção e aperfeiçoamento. Porém, se compararmos os gastos e os resultados, podemos perceber que o investimento na automação traz muito mais benefícios, já que os processos são mais ágeis e eficientes, trazendo uma qualidade na prestação de serviço.

Reforça Cristiane Silva redatora especializada em gestão jurídica em relação aos benefícios financeiros da implementação da tecnologia de automação.

“A automação jurídica demandará um investimento inicial para ser implementada, entretanto, para fazer a implementação de um sistema de automação jurídica, é fundamental que os seus benefícios reflitam em uma boa estratégia financeira.

Um dos cortes que em geral acontece com a automação jurídica, são os custos com pessoal. Como geralmente já é de praxe, a tecnologia faz grande parte das atividades burocráticas e repetitivas, não sendo necessário que o escritório contrate mais estagiários e mão de obra em geral para desempenhá-las.” (SILVA Cristiane, 2022.)²²

Portanto, é notório o ganho financeiro dos escritórios, como também do poder judiciário com a automação dos processos neste setor.

3. METODOLOGIA

Para desenvolvimento desta pesquisa, adotamos os métodos quantitativos e qualitativos, nos quais serão levantados questionamentos no que se diz respeito à automação de processos em meio jurídico, buscando entender a visão cotidiana dos prós e contras da automatização de processos.

Também para desenvolvimento do tema utilizamos artigos publicados de empresas, como, por exemplo, da DWRPA, que, atualmente, presta serviços de automação de processos jurídico através de RPA. Também foi exposto os conceitos de RPA obtidos por meios de pesquisas científicas publicadas, bem como também o esclarecimento sobre a utilização de API para integração com o RPA para conhecer o que é essencial para melhorar os procedimentos e produções no âmbito jurídico, através da automação tecnológica.

²² SILVA Cristiane. Quais as vantagens de automação jurídica para seu escritório de advocacia?. disponível em: <https://www.ultimatum.com.br/quais-as-vantagens-da-automacao-juridica-para-o-seu-escritorio-de-advocacia/> acesso em 15 dez 2022.

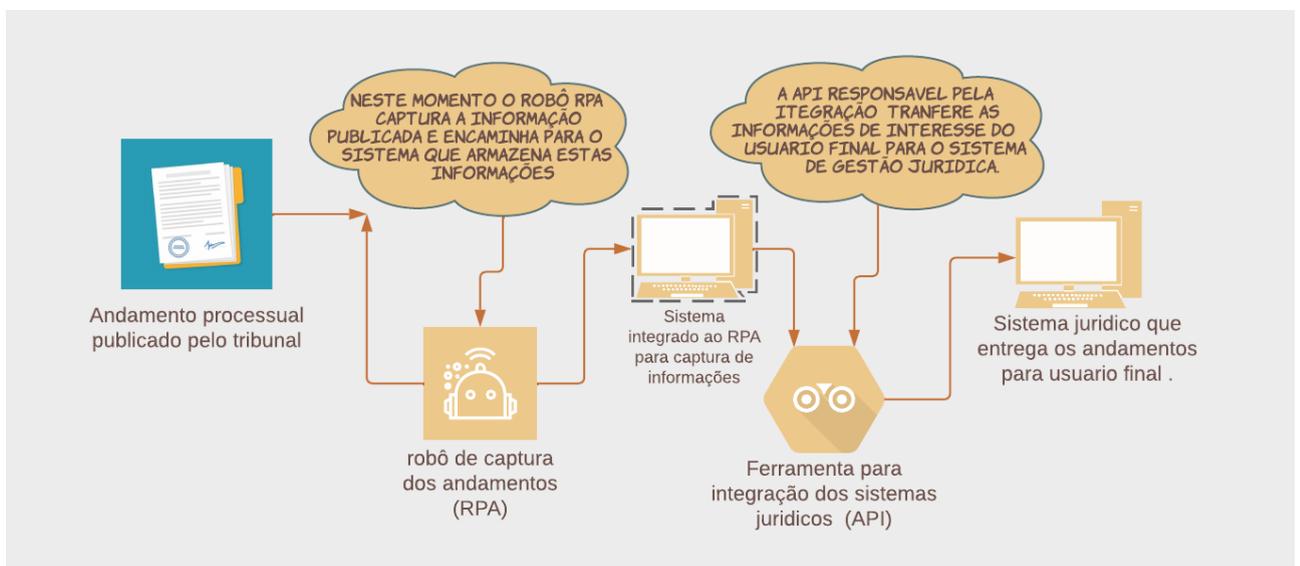
Para tanto, a pesquisa foi baseada em estudos e análise do que já está sendo aplicado nos Tribunais e escritórios advocatícios. Também observaremos os possíveis erros e falhas que devem ser minimizados, pelo menos.

O estudo foi desenvolvido a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos a base dos andamentos processuais, comunicação de atos, RPA e robôs que poderão funcionar com todos os tipos de servidores e *softwares*, exigindo significativamente menos tempo e conhecimento técnico.

Abordamos também informações referentes a sistemas que automatizam tarefas manuais, tudo com base em regras específicas, previamente criadas de forma virtual, movimentações de pastas, sistemas integrados, com intuito de diminuir o tempo gasto, bem como os custos financeiros.

Abaixo demonstra-se um fluxograma para melhor entendimento da integração sugerida:

Fluxograma



Legenda

1. Andamento processual publicado pelo tribunal

2. Robô de captura dos andamentos (RPA)
3. Sistema integrado ao RPA para captura de informações
4. Ferramentas para integração dos sistemas jurídicos (API)
5. sistema jurídico que entrega os andamentos para usuário final

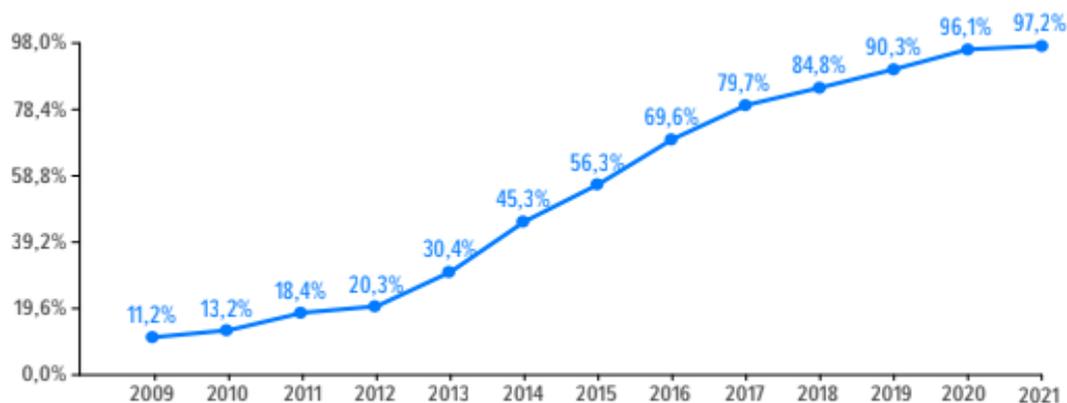
4. Apresentação dos resultados.

Conforme foi apresentado no estudo em questão, podemos evidenciar que a virtualização dos processos se destaca na automação como uma necessidade para celeridade e diminuição de possíveis falhas no âmbito jurídico.

Como percebemos, apesar do início ser questionado por alguns membros do setor jurídico com relação à segurança no sistema, podemos observar que a automação realmente veio para ser consolidada e aperfeiçoada, tendo em vista os resultados positivos através da implantação da automação.

Senão vejamos, que os estudos apresentados pelo CNJ realizado através do sistema DATAJUS em colaboração com todos os Tribunais do país demonstram o ganho substancial no projeto de automação e virtualização neste setor.

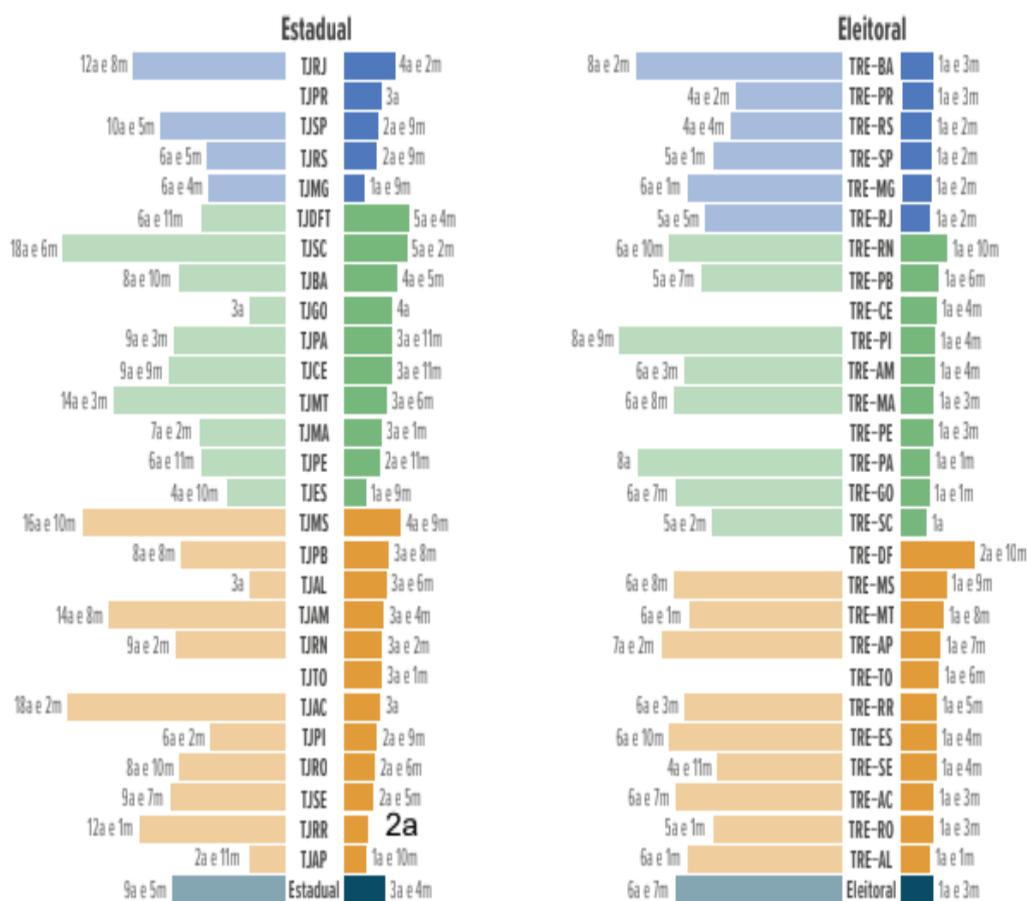
Série histórica do percentual de processos eletrônicos.

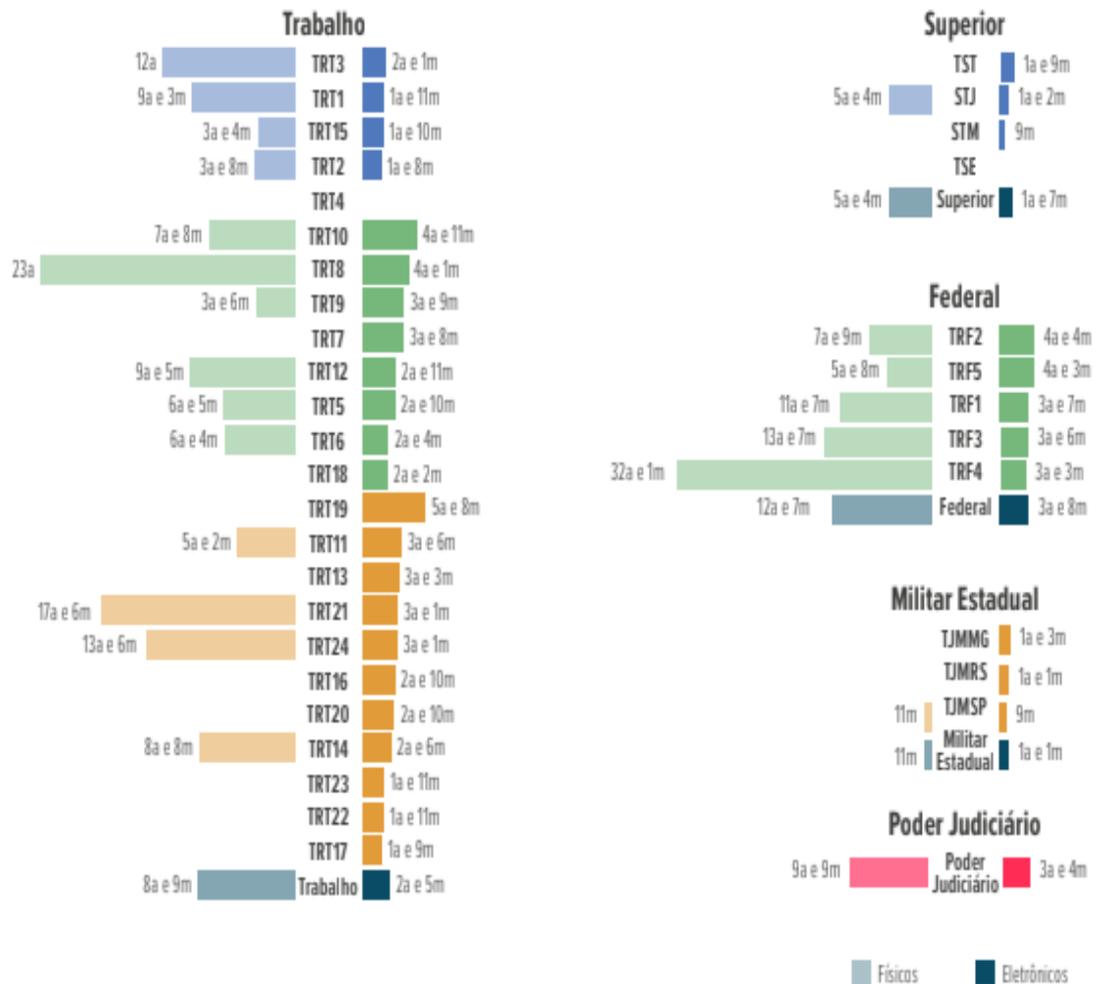


É possível analisar no gráfico apresentado que entre o ano de 2009 e 2021 ocorreu uma curva acentuada devido ao aumento de processos novos em formato eletrônico, com isso, possibilitou implantação de novas tecnologias para maior desenvolvimento dos trabalhos realizados no meio jurídico.

No ano de 2009 apenas 11,2% dos processos eram eletrônicos e ao longo dos anos foram implantados diversos sistemas tecnológicos para auxiliar na automatização, chegando a marca de 97,2% no ano de 2021.

Tempo médio dos processos eletrônicos e físicos pendentes, por tribunal.





fonte: Estatísticas CNJ – pag. 195

No presente gráfico é demonstrado, o tempo de duração dos processos físicos e eletrônicos, com grande relevância para fazermos uma comparação analítica de ambos.

Com isso, concluímos que um processo eletrônico tramita de forma mais célere do que um processo físico, com base nos dados verificamos que o processo

físico dura aproximadamente nove anos e nove meses, enquanto o processo eletrônico tem duração média de três anos e quatro meses

Assim evidenciamos que de acordo com a pesquisa apresentada no presente trabalho, a automação tem um marco importante para uma nova era de processos mais rápidos e eficientes.

5. Conclusão.

O sistema judiciário brasileiro mostra-se sobrecarregado e lento; por isso, e ciente de tal realidade, o presente projeto defende a tese de como avanços tecnológicos podem mitigar eventual realidade – acredita-se que a automação de processos dentro da área jurídica possa contribuir para que sejam reduzidos custos e tempo, gerando agilidade nos andamentos processuais e diminuindo a margem de erros e falhas humanas.

Além disso, deve-se salientar que a discussão aqui apresentada se mostra relevante porque, possíveis falhas humanas possam ser minoradas – senão erradicadas – com a utilização de um *software* automatizado para monitorar os andamentos processuais.

De tal forma, processos judiciais seriam tratados com mais agilidade, evitando inclusive eventuais perdas de prazos que devem ser rigorosamente cumpridos.

Há ainda benefício outro que deve ser destacado: a discussão aqui desenvolvida poderá levar benefícios aos profissionais da área de tecnologia, uma vez que foi demonstrado, a possibilidade e necessidade de automação no setor para estes profissionais, ampliando o seu horizonte nesta área.

Por fim, destaca-se também que a discussão ora realizada contribuiu aos discentes, de maneira geral, contribuições relacionadas a processos integrativos e/ou interligados, haja vista a interseção entre áreas importantes e que, ao caminharem juntas, podem privilegiar grande parte da sociedade brasileira.

A automação de processos é uma área ampla que necessita de inovação e criatividade, por tal razão, deve ser explorada cada vez mais pelos estudantes de TI, através das tecnologias que possuem capacidade de lidar com a alta demanda de informações, de maneira ágil e prática.

Assim, toda e qualquer automação que venha a desobstruir o sistema judiciário terá forte impacto social, pois pessoas e empresas poderão ter seus conflitos solucionados em menor tempo e com menor custo, financeiro e emocional.

Além de todos os ganhos já apresentados podemos destacar que diante de um cenário em que empresas jurídicas possuíam gastos com deslocamento, contratação e assistentes para trabalhos, como por exemplo, deslocamento para cópia, consulta de processos nos tribunais que hoje podem ser realizados com automação RPA.

Contudo, podemos considerar que apesar dos custos de investimento na automação, a redução dos custos referente ao processos físicos são impactantes em relação ao ganho em eficiência e agilidade na automação.

Com isso conclui-se que a evolução tecnológica pode beneficiar e agilizar processos jurídicos, que anteriormente se tratavam de processos morosos que conseqüentemente causam atrasos judiciais desnecessários; e com automação desses processos esta questão pode ser superada, e com isso beneficiando todas as partes envolvidas.

Por fim, é um setor que vem sendo aperfeiçoado constantemente com sistemas tecnológicos e a tendência de crescimento para a área de tecnologia no sistema judicial do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARNOUD, Analu Neves Dias. **Do contexto histórico do processo judicial eletrônico.** Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/31690/do-contexto-historico-do-processo-judicial-eletronico>. Acesso em 05 de Jun. de 2022.

AZEVEDO, Bernardo. **TJRN investe em sistemas para automatizar ações repetitivas**. Disponível em: <<https://bernardodeazevedo.com/conteudos/tjrn-investe-em-sistemas-para-automatizar-acoes-repetitivas/>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

BANDEIRA, Regina. **Pesquisa revela que 47 tribunais já investem em inteligência artificial**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/pesquisa-revela-que-47-tribunais-ja-investem-em-inteligencia-artificial/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

BARBOSA, Luciana. **Processos físicos e eletrônicos: você sabe a diferença?** Disponível em: <https://blog.advise.com.br/processos-eletronicos-e-fisicos/>. Acessado em 14 abr. 2022.

BRANDÃO, Claudio Mascarenhas. Processo Eletrônico na Justiça do Trabalho. In: CHAVES, Luciano Athayde (org). **Curso de Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012, p.743-792.

CARDOSO, Saulo. **Como Automatizar o Acompanhamento de Intimações e Publicações**. Disponível em: <https://corejur.com.br/como-automatizar-o-acompanhamento-de-intimacoes-e-publicacoes/>. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

CAPELLETI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, 59 p.

CARVALHO, Cesar Marques. **Processo Judicial Eletrônico: um desafio necessário**. Revista do Tribunal do Trabalho da 1ª Região. Rio de Janeiro, v.23, n.52,p.105-115.

DIOGO, Alex. **O que é RPA (Robotic Process Automation)?** Disponível em : <https://jornadarpa.com.br/cb/blog/o-que-e-rpa/index.html> Acesso em 01 jun. de 2022

FERNANDES, André. **O que é API? Entenda de uma maneira simples**. Disponível em: <https://vertigo.com.br/o-que-e-api-entenda-de-uma-maneira-simples/>. Acessado em 3 abr. 2022.

FLORÃO, Marcos. **O impulso da pandemia à evolução digital da Justiça**. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/inova-e-acao/a-pandemia-como-catali>

sado ra-da-evolucao-d igital-da-justica-brasileira-16062020. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

GONÇALVES, Anderson. **Robôs assumem tarefas repetitivas e ajudam tribunais a acelerar processos.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/robos-tribunais-parana/> Acesso em 05 de jun. de 2022.

HAINZENREDER JÚNIOR, Eugênio. **Direito à privacidade e poder diretivo do empregador: o uso do e-mail no trabalho.** São Paulo: Atlas, 2009.180p.

KOETZ, Eduardo. **7 benefícios práticos da automação de documentos para o setor jurídico.** Disponível em: <https://blog.advbox.com.br/7-beneficios-automacao-de-documentos/>. Acesso em 05 de jun. de 2022.

NASCIMENTO, Rodrigo Melo do. **A Assinatura De Atos Processuais Praticados Em Meio Eletrônico.** Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_87_88/rodrigo_melo_nascimento.pdf. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

PARREIRA, Antônio Carlos. **Breves anotações sobre a lei do processo eletrônico.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9309/breves-anotacoes-sobre-a-lei-do-processo-eletronico>. Acesso em 01 de Jun. de 2022.

RED HAT. O que é automação robótica de processos. Disponível em: <https://www.redhat.com/pt-br/topics/automation/what-is-robotic-process-automation>. Acessado em 15 abr. 2022.

SAJ ADV. Petição inicial: tudo o que você precisa saber sobre. Disponível em: <https://blog.sajadv.com.br/peticao-inicial-eletronica/>. Acessado em 4 março. 2022.

SILVA, Douglas. **O que é api? Vantagens e Aplicações.** Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/o-que-e-api/>. Acesso em 02 de Jun. de 2022.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Reforma tópica do processo penal: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime de provas, principais modificações do júri e as medidas cautelares pessoais (prisão e medidas diversas da prisão).** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

TENÓRIO, Brenda dos Santos; LIMA, Jeniffer Isamara Peixoto Batista. **Uma Análise Acerca da Automação Jurídica dos Processos na Atualidade.** Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/internet-e-informatica/uma-analise-acerca-da-automacao-juridica-dos-processos-na-atualidade/> Acesso em 01 de Jun. de 2022.

TOCO, Leonardo. **Os 10 motivos pelos quais a revolução tecnológica na área jurídica é um caminho sem volta.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67698/os-10-motivos-pelos-quais-a-revolucao-tecnologica-na-area-juridica-e-um-caminho-sem-volta>. Acessado em 2 mai. 2022.-rpa/ Acesso em 30 de out de 2022.

SILVA Cristiane. Quais as vantagens de automação jurídica para seu escritório de advocacia?. disponível em: <https://www.ultimatum.com.br/quais-as-vantagens-da-automacao-juridica-para-o-seu-escritorio-de-advocacia/> acesso em 15 dez 2022

ALTERAÇÕES QUE A TECNOLOGIA PROPORCIONOU NO MÉTODO DE ENSINO NO BRASIL NO PERÍODO DA COVID-19

Charles Severiano Coelho De Carvalho Santos²³
Darlan Paiva De Oliveira²⁴
Silas Guimaraes Silva²⁵
Helder Rodrigues da Costa²⁶

Resumo: A partir de 2019 o mundo foi tomado pelo SARS-CoV-2 (coronavírus), gerando perdas e caos em diversas áreas, trazendo um grande prejuízo para a sociedade. Este artigo apresenta a forma como a pandemia impactou a sociedade, em particular a área da educação. Também mostra como a tecnologia foi de suma importância para atender à necessidade dos estudantes e professores brasileiros, que por sua vez estavam impossibilitados de assistir às aulas presenciais devido ao lockdown promovido pelas autoridades de saúde. Trata também das várias tecnologias e plataformas utilizadas, para que essa necessidade fosse atendida no contexto da pandemia, e, por fim, os benefícios advindos dessas implementações e como se tornaram aliadas e transformadoras no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: TICs, Pandemia COVID-19, Ensino Remoto, Ferramentas de Videoconferência.

²³ Bacharelado do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Promove de Tecnologia.

²⁴ Bacharelado do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Promove de Tecnologia.

²⁵ Bacharelado do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Promove de Tecnologia.

²⁶ Professor do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Promove de Tecnologia.

Abstract: As of 2019, the world was taken over by SARS-CoV-2 (coronavirus), causing losses and chaos in several areas, bringing great harm to society. This article presents how the pandemic has impacted society, in particular the area of education. It also shows how technology was of paramount importance in meeting the needs of Brazilian students and teachers, who in turn were unable to attend face-to-face classes due to the lockdown promoted by the health authorities. It also deals with the various technologies and platforms used, so that this need was met in the context of the pandemic, and, finally, the benefits arising from these implementations and how they became allies and transformers in the teaching and learning process.

Keywords: TICs, COVID-19 pandemic, Remote Learning, Videoconferencing Tools.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, fez-se possível vivenciar a crescente expansão de um vírus denominado SARS-CoV-2 (coronavírus), responsável pela disseminação de doença infecciosa e que se propaga pela boca ou pelo nariz de uma pessoa infectada, seja através de um espirro, por meio da respiração, tosse, entre outros (Governo Federal, 09/2022). Ainda que tenham sido alcançados vários avanços para o devido combate a tal doença, em pleno 2022, 2 anos após o início da pandemia que mudou a forma de vivenciarmos o mundo, o coronavírus ainda segue afetando sociedades do mundo inteiro.

De tal maneira, e diante do cenário que ainda segue sendo experienciado, medidas de segurança continuam sendo adotadas para que a eventual contaminação por referido vírus seja minimizada - tais medidas foram criadas e divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), instituição intergovernamental responsável pela criação e formulação de normas sanitárias, entre outros processos voltados à saúde: uma das principais medidas de segurança formuladas pela OMS diz respeito ao distanciamento social, que alterou o dia a dia de funcionamento de diversas atividades econômicas e sociais.

Com a disseminação do vírus COVID-19, fez-se inevitável o distanciamento de professores de seus respectivos alunos, como dito anteriormente, sendo necessária a criação, a implantação e a adaptação de métodos e artifícios educacionais para que não fosse interrompido o fluxo normal de atividades acadêmicas/escolares, já que tal interrupção acarretaria vários malefícios aos alunos e ao ensino, de maneira geral: frente a tal cenário, o ensino remoto passou a ser visto como solução possível e viável para minorar possíveis perdas educacionais – infelizmente, como se viu ao se deparar com esta realidade, muitos seriam aqueles que não teriam tal possibilidade como algo real em seu dia a dia, o que tornou mais acentuadas eventuais desigualdades e o quanto ainda é precário, como um todo, a rede tecnológica presente no Brasil.

Portanto, e diante da nova realidade que passou a ser parte comum na vida de muitos estudantes, bem como de professores e do próprio sistema virtual que precisou se adequar a novas necessidades, se faz necessário desenvolver reflexão sobre a importância dos métodos tecnológicos utilizados e/ou desenvolvidos

durante o decorrer da pandemia COVID-19, sendo relevante observar como os processos educacionais foram vivenciados no contexto brasileiro, haja vista terem sido aparatos tecnológicos que tornaram possível a continuidade do ensino e aprendizagem.

Diante do contexto apresentado, ratifica-se a importância do projeto em comento, uma vez que o tema que será abordado impacta tanto o corpo docente quanto o corpo discente, assim como a sociedade como um todo: mesmo que o mundo tenha “parado” por algum tempo, leis de mercado e a necessidade de constante atualização e aprimoramento seguiram constantes, exigindo candidatos devidamente instruídos e com formação adequada – produtos de um processo de ensino-aprendizagem que, como o mercado, não pôde parar.

Embora o distanciamento social tenha sido necessário para que a disseminação do coronavírus fosse minimizada (distanciamento este que afetou todas as áreas da sociedade), este projeto de pesquisa pretende discutir como tal necessidade impactou de maneira direta o setor da Educação, assim como pontuar de que maneira a tecnologia contribuiu para que eventuais atrasos educacionais pudessem ser, no mínimo, minimizados.

O distanciamento social foi aplicado no Brasil e em vários outros países, e as aulas que antes eram presenciais foram, em sua maioria, alteradas para o ensino remoto (síncrono) e à distância (assíncrono). Para implementar esta forma de ensino em escolas e universidades, algumas ferramentas e métodos de ensino foram aplicados. Ferramentas de videoconferência como Google Meet, Zoom, Teams foram grandemente adotadas neste período, a partir de 2020/1. De acordo com a Empresa Google, proprietária do Google Meet, “o uso do sistema aumentou 30 vezes nos meses em que as medidas foram adotadas”. (GOOGLE CLOUD. 04/2022)

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar como ferramentas tecnológicas utilizadas durante o período de pandemia no setor da educação afetaram o método de ensino e aprendizagem e os objetivos específicos seriam:

- Relacionar quais tecnologias se adequaram ao cenário da educação na pandemia mundial e no Brasil.
- Os entraves e potencialidades enfrentados por discentes e docentes no uso dessas tecnologias.

- Demonstrar vantagens e/ou desvantagens no uso de tais ferramentas durante o período atípico vivido no país.
- Avaliar se tais tecnologias tiveram a infraestrutura correta para atender o volume de acesso que se apresentou.

Para tanto, e cientes de que foram necessárias adaptações para que alunos pudessem seguir com seu aprendizado, o presente projeto de pesquisa questiona: de que maneira a tecnologia influenciou práticas de ensino durante a pandemia?

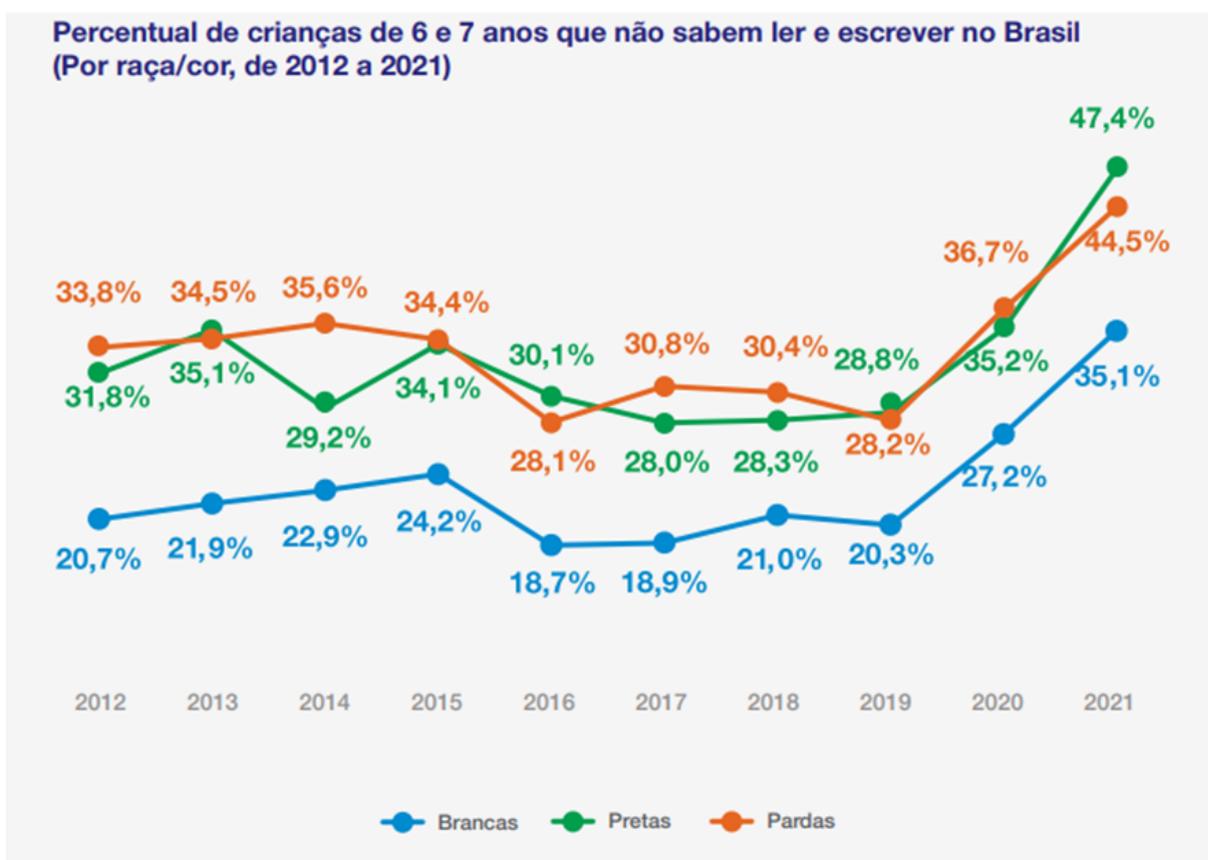
2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entre o ano de 2019 e 2022, devido a disseminação de doença infectocontagiosa causada pelo SARS-CoV-2 (coronavírus), houve a retenção, repentina e inesperada, de pessoas em suas casas: tal medida se fez necessária para que o vírus responsável pela COVID-19 não se propagasse de modo que aumentasse exponencialmente o número de casos, sobrecarregando o sistema de saúde, principalmente porque o tratamento da doença exigia em alguns casos, equipamentos e insumos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) específicos para tratar uma Síndrome Respiratória Grave, escassos naqueles dias. De tal maneira, e ao vivenciar um distanciamento social inédito para muitos (senão para todos), fez-se necessário reestruturar métodos de ensino, adequando-os a novas modalidades de aprendizagem – foram essas adaptações, deve-se dizer, possibilitadas por artefatos tecnológicos, que permitiram a alunos e professores permanecerem em contato e darem continuidade ao processo de ensino-aprendizado, buscando minimizar eventuais impactos da pandemia na educação. De toda forma, e ainda que tenham sido utilizados procedimentos que tiveram como intuito minorar possíveis danos ao sistema educacional, o número de alunos não alfabetizados cresceu durante o período da pandemia. (CNN, 02/2022)

Neste momento, se faz relevante ressaltar que, mesmo sendo tentadora a ideia de se discutir aspectos que envolvam motivos que poderiam fazer com que um ou outro cidadão pudesse ter acesso ou não aos aparatos tecnológicos para que o

processo de ensino-aprendizagem não fosse prejudicado durante o período da pandemia, não é o intuito deste trabalho aprofundar tal temática, senão que apenas citá-la, haja vista ser palpável tal realidade uma vez mais – a de que seguem sendo desiguais eventuais oportunidades que são oferecidas, de maneira geral. De tal modo, ressalta-se que o viés teórico aqui a ser desenvolvido caminhará por perpassar ideias voltadas à utilização de aparatos tecnológicos e/ou tecnologias.

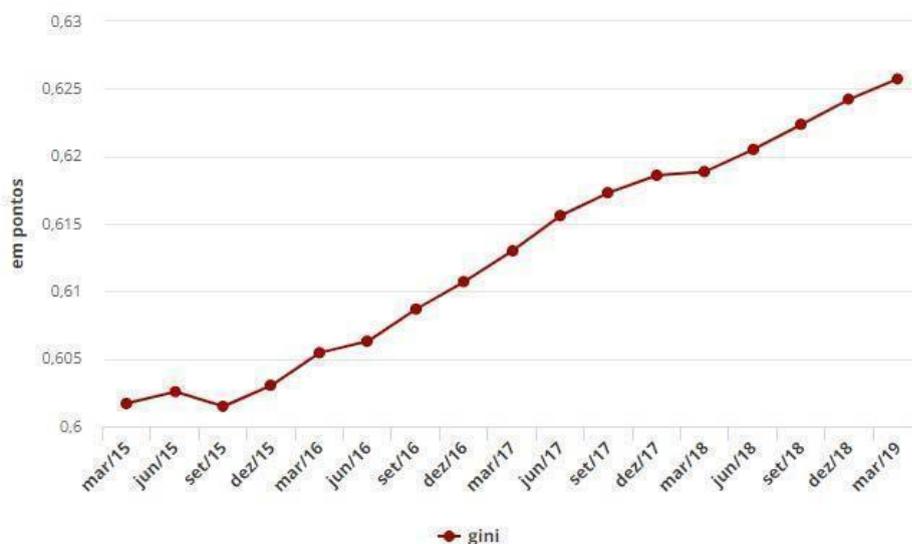
Figura 1: Estimativa de crianças analfabetas no Brasil



FONTE: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação

Percebe-se, pela Figura 1, que o analfabetismo na faixa etária abordada estava em redução até o início da pandemia COVID-19, e sofreu um crescimento, independentemente de raça/cor, após o início oficial dela no Brasil, em março de 2019.

Figura 2: Aumento da desigualdade de renda e a pobreza no Brasil



FONTE: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)/FGV (Fundação Getúlio Vargas)

Alunos e professores enfrentam vários problemas com a suspensão das aulas presenciais e com a implantação do modelo de ensino à distância, tendo em vista que para a grande maioria deles já houve a dificuldade no acesso à internet e computadores, e segundo uma pesquisa do **Instituto Península**, a grande maioria dos professores não se sentiam ou não estavam preparados e também nunca tinham lecionado à distância ou de forma remota antes da pandemia. (INSTITUTO PENÍNSULA, 11/2022)

E diante dessa situação em que se encontra o mundo, no quesito ensino, onde todos tiveram de se adequar a variados tipos de ferramentas tecnológicas que possibilitaram que o ensino não ficasse estagnado, de acordo com site **Inspere**, essa foi o modo com que as instituições de ensino e alunos tiveram para contornar o problema. Enfatiza-se também que esse método acarreta em vários pontos positivos e negativos na utilização da tecnologia no ensino.

O site menciona como vantagem a melhoria na acessibilidade, onde tanto aluno como professor poderiam acessar de qualquer lugar, e cita também como vantagem por incentivar o aluno a aprender individualmente, pesquisando por meio de variadas plataformas conhecidas e em diferentes fontes.

Ainda de acordo com o site, a desigualdade tecnológica, existente no país, o analfabetismo digital, a menor interação social entre os alunos e professores

e a segurança dos dados pessoais dos alunos e professores são pontos negativos do uso da tecnologia na educação. (INSPER, 11/2022)

No que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos voltados para o ensino em tempo de pandemia, e de acordo com site **Repositorium** a disponibilidade de recursos tecnológicos fez-se ampla e diversificada para auxílio do meio acadêmico, dando autonomia a alunos e professores para interagir, seja por meio de *smartphones*, *tablets*, *notebooks* ou *desktops*. Ainda segundo tal site, os recursos tecnológicos disponibilizados não só atenderam às expectativas do ensino, como também, puderam se tornar grandes aliados para as instituições educativas - se o emprego dessas tecnologias tivesse sido adotado previamente, menores seriam os danos no ensino vivenciado no período da pandemia. (REPOSITORIUM, 02/2022)

Para Gomes, Pinheiro e Pimentel (2021), o ensino presencial ou semipresencial visa tanto as tecnologias digitais que as mesmas se tornaram complementação dos recursos tradicionais, de um modo geral, ampliando a gama de possibilidades didáticas para o ensino.

O uso de ferramentas tecnológicas no período de pandemia cresceu tanto, deve-se ressaltar, para adequar e atender quesitos que dizem respeito à autonomia do ensino. O benefício trazido foi tão grande que, para o processo de ensino/aprendizagem que se tornara parte do cotidiano acadêmico e das redes de ensino, tornou-se viável não só o seu uso no período da Covid-19, mas efetivo de estadia para qualquer eventualidade no ensino, seja remoto, virtual ou a distância: ferramentas tecnológicas como *Teams*, *Google Meet*, *Zoom*, dentre outras tecnologias de videoconferência, permitiram (e seguem permitindo) a comunicação entre alunos e professores por uma transmissão de vídeo ao vivo. Já outras ferramentas tecnológicas com o mesmo intuito voltado ao aprendizado, permitem o gerenciamento e a criação de conteúdos de multimídia; auxiliam na organização e no planejamento das aulas; potencializam o trabalho didático dos docentes e permitem ainda que o educador ofereça a seus alunos arquivos de texto e questionários avaliativos – ferramentas como o *Google Classroom*, o *kahoot!*, o *Canva*, o *Notion* dentre outras, completam a interatividade de aprendizado entre as partes usuárias, educador/aluno e/ou aluno/aluno. (IEDUCAÇÃO, 02/2022)

Embora as ferramentas tecnológicas sejam eficazes, faz-se necessário pontuar que sua abordagem não é substituir os métodos tradicionais, e, sim, complementar e enriquecer ainda mais as formas de aprendizagem já existentes, seja em épocas de crise ou não – a utilização de tais ferramentas pode fazer com que sejam adotadas novas medidas que venham a sanar e/ou a complementar o ensino em todo e qualquer ambiente (presencial ou virtual), mantendo a interatividade acadêmica, necessária e desejada para a boa aprendizagem do aluno. (Gomes, 02/2022)

E mesmo que possam complementar e/ou acrescentar aos métodos educacionais já existentes, os recursos tecnológicos precisam se manter atuais e adequados ao campo da interatividade acadêmica: tais ferramentas precisam possuir recursos de perfil tecnológicos atraentes, intuitivos, práticos e que realmente possam entregar aquilo que for proposto ao usuário. Além disso, há questões a serem sempre revistas. Uma delas diz respeito a como essas tecnologias podem influenciar positiva e/ou negativamente o dia a dia do internauta. Daí a necessidade de se observar se tais tecnologias terão a infraestrutura adequada para atender e dar suporte aos seus usuários. (GOOGLE CLOUD. 03/22)

Um recurso tecnológico atraente ao usuário, cabe dizer, é aquele que chama a atenção em sua funcionalidade: referido sistema é objetivo e direto, com recursos completos e escaláveis, capazes de oferecer experiência gratificante no atendimento de suas funcionalidades. Vale ressaltar a influência negativa do emprego de recursos tecnológicos entre alunos e professores, seja em decorrência de seu mau uso ou mesmo por falta de interesse em aproveitar ao máximo os recursos disponíveis. Há de se falar ainda que o uso exclusivo de meios eletrônicos para acesso à educação pode contribuir para que qualidades desenvolvidas em decorrência de convívio social sejam tolhidas, fazendo com que importantes vivências sejam eventualmente prejudicadas – mensurar o quão deve ser utilizado da realidade e/ou da virtualidade ainda merece estudos mais aprofundados que não serão tratados neste trabalho. (CPERS, 11/2022)

Ferreira, Branchi e Sugahara(2022), ao discutirem ideias semelhantes às aqui apresentadas, afirmam:

O ensino superior remoto emergencial é um tipo de ensino mediado pela tecnologia de tal forma que as peculiaridades das aulas presenciais sejam realizadas por meio de tecnologias e plataformas digitais. Como experiência inovadora de ensino, diferente das atividades conhecidas como Ensino a Distância, merece ser aprofundada. (...) Em um cenário como o apresentado pela pandemia Covid-19 evidencia-se a importância da convergência entre ensino tradicional e remoto, como meio de superar obstáculos na trajetória do uso de tecnologias na prática pedagógica. (FERREIRA. 04/22)

Portanto, a tecnologia no ensino é mais que um conceito de ideias: é também meio real no qual podem e devem ser adotadas medidas práticas de ensino/aprendizagem do passado (não tão distante), do hoje e do amanhã. A tecnologia, e todos os aparatos frutos de sua existência, devem ser vistos como grandes aliados que complementam e auxiliam o processo educativo no país e no mundo – se usados de forma saudável e legítima, podem moldar novas realidades acadêmicas e intelectuais, seja para o corpo docente ou para o corpo discente. (Augusto Zadra, 03/2022)

2.1 Ambientes Virtuais De Aprendizagem

Em 2020, devido às medidas de isolamento, setores como o do Ensino, precisaram modificar a maneira de operar. Aulas que antes eram ministradas presencialmente, em sua maioria, passaram a ser ministradas de forma remota. Tal método de ensino abriu portas para a implantação de diversas aplicações voltadas para o ensino de jovens e adultos.

Os chamados AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) ou LMS (*Learning Management System*), são plataformas desenvolvidas exclusivamente para disponibilizar cursos e atividades ao aluno, ambas alimentadas, gerenciadas e corrigidas pelo professor, possibilitando assim, a comunicação virtual entre professor e aluno como também aluno e aluno. Muitas dessas ferramentas são *open source*, ou seja, possuem código aberto para cópia, implantação e até mesmo modificação. Tal método torna o software maleável para possíveis adaptações de acordo com a necessidade do usuário.

Um exemplo de AVA é o Moodle, “...uma plataforma de aprendizagem projetada para fornecer a educadores, administradores e alunos um único sistema robusto, seguro e integrado para criar ambientes de aprendizagem personalizados.”

(Moddle, 04/2022). Criado pelo Desenvolvedor Martin Dougiamas, foi oficialmente lançado em 2001, mas já estava em desenvolvimento na década de 1990. A plataforma é *open source* e gratuita, possui uma documentação simples e bem estruturada, a fim de auxiliar outros desenvolvedores na implantação do Moddle em instituições de ensino e afins. A plataforma foi traduzida e atualmente possui um total de 120 idiomas, sendo que grande parte das traduções foram realizadas pela própria comunidade que a utiliza.

2.2 Videoconferências

Outra ferramenta muito utilizada para manter aluno e professor conectados durante o isolamento, sem necessariamente estarem fisicamente no mesmo ambiente, foram as videoconferências. Plataformas de videoconferências como Zoom, Meet, Teams, Skype, entre outras foram amplamente utilizadas no setor da educação.

Um ponto positivo no uso das videoconferências é o custo benefício, “chamadas de voz são baseadas em VoIP (*Voice Over Internet Protocol*). Uma de suas vantagens é o custo, pois as ligações entre usuários da mesma plataforma, em geral, são gratuitas, sendo necessária apenas uma conexão de internet. Ao contrário da telefonia tradicional, o VoIP não exige a construção de uma infraestrutura exclusiva. A vantagem econômica é tão relevante, que há uma tendência para que as operadoras de telefonia substituam o atual sistema de comutação de circuito pelo VoIP [Seo 2008]. Diversos aplicativos de mensagens instantâneas oferecem o serviço de VoIP, tornando-o ainda mais popular.” (Universidade Federal Fluminense, UFF, 2021, p. 6).

3 METODOLOGIA

O intuito desta pesquisa é observar e avaliar a eficácia obtida pelas plataformas tecnológicas usadas durante o período de pandemia, no setor da educação. Além disso, pretende-se debater ainda se tais plataformas conseguiram oferecer a estrutura necessária para que escolas e faculdades não fossem

prejudicadas devido a alterações trazidas pela necessidade do ensino remoto - tais meios foram e continuam sendo de grande importância, pois contribuíram para a continuidade das atividades escolares, de maneira geral, no Brasil e no mundo todo.

A fim de que os objetivos propostos sejam alcançados, o presente projeto utilizará o método qualitativo de pesquisa. Também será utilizada a pesquisa documental, que, segundo Arilda(1995, p. 2), representa uma forma de trazer várias fontes de dados para a pesquisa (contidas em jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), que serão importantes no decorrer deste estudo.

Por fim, ressalta-se que serão utilizadas bibliografias de autores conceituados e que já tenham desenvolvido pesquisas na área aqui em comento.

4 DESENVOLVIMENTO

Diante da pandemia e do isolamento, a quantidade de pessoas utilizando a internet aumentou consideravelmente, estima-se que no Brasil a quantidade de pessoas com alguma conexão subiu de 71% em 2019 para 83%, isso corresponde a 61,8 milhões de casas com algum tipo de conexão com a internet.

Os dados pertencem a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros (TIC Domicílios 2020), divulgados em livro no dia 25/11/2021 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), órgão do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

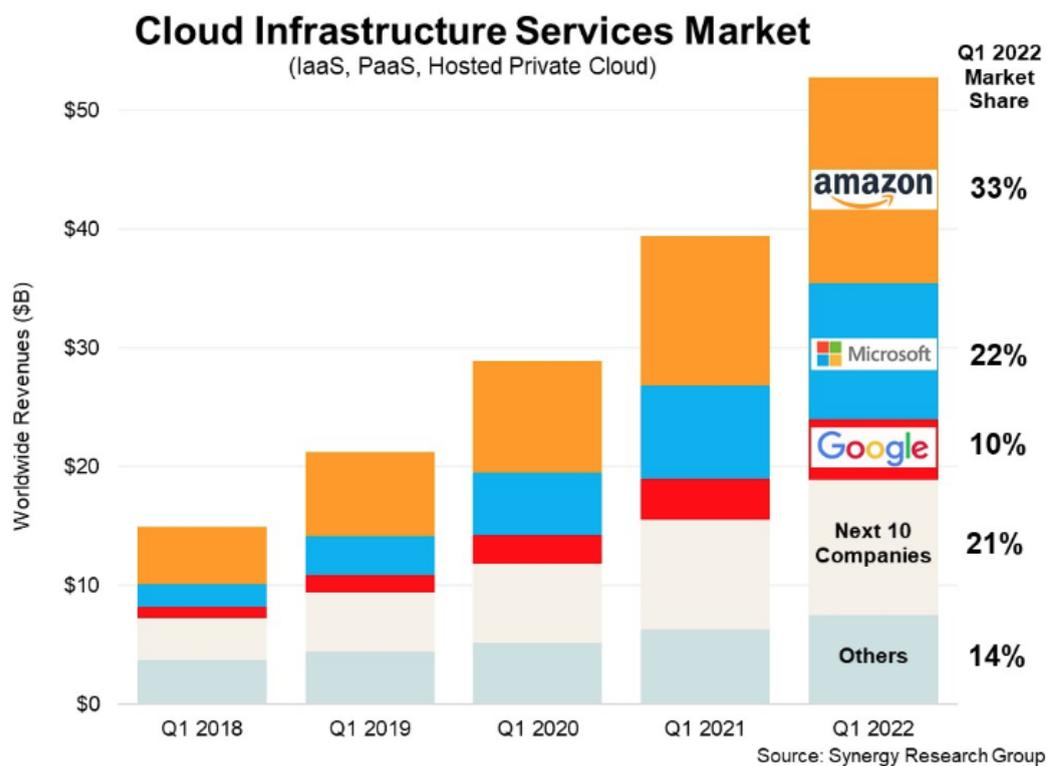
Tais dados nos expõe a necessidade que empresas do ramo de tecnologia tiveram e ainda têm, quanto ao desempenho, armazenamento, processamento e memória para suportar tamanha demanda de acessos. Aplicações que não estão preparadas para grandes quantidades de acesso e processamento perdem valor devido a lentidão de seus sistemas, sendo assim, cabe à empresa manter seus serviços o mais elásticos possível para que em tempos de grande demanda, sigam com qualidade para que o usuário use seus serviços sem ser prejudicado.

Uma tecnologia que visa resolver este problema sem que as empresas invistam na compra de grandes servidores, antes muitos utilizados, porém de

grandes custos para manutenção e mão de obra, são as empresas voltadas à computação em nuvem (*Cloud Computing*). Os serviços de *Cloud Computing* permitem aos usuários finais acessar uma grande quantidade de aplicações e serviços de qualquer lugar, independente de sua quantidade. Segundo o National Institute of Standards and Technology (NIST, pág. 5), *Cloud Computing* é “um modelo para permitir o acesso de rede onipresente, conveniente e sob demanda a um conjunto compartilhado de recursos de computação configuráveis (por exemplo, redes, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços) que podem ser rapidamente provisionados e liberados com mínimo esforço de gerenciamento ou interação do provedor de serviço”. (NIST, 10/2011)

De acordo com o Synergy Research Group, empresa que “fornece dados trimestrais de rastreamento e segmentação de mercado em mercados relacionados a TI e nuvem, incluindo receitas de fornecedores por segmento e por região”, os gastos corporativos do primeiro trimestre de 2020 em serviços de infraestrutura em nuvem se aproximaram de 53 bilhões de dólares. Dentre as empresas que prestam este serviço, Amazon, Microsoft e Google estão no top 3 das mais requisitadas no mercado. (Synergy Research Group, 04/2022)

Figura 3: Evolução do consumo mundial de serviços em nuvem nos primeiros de 2018 a 2022.



Fonte: Synergy Research Group

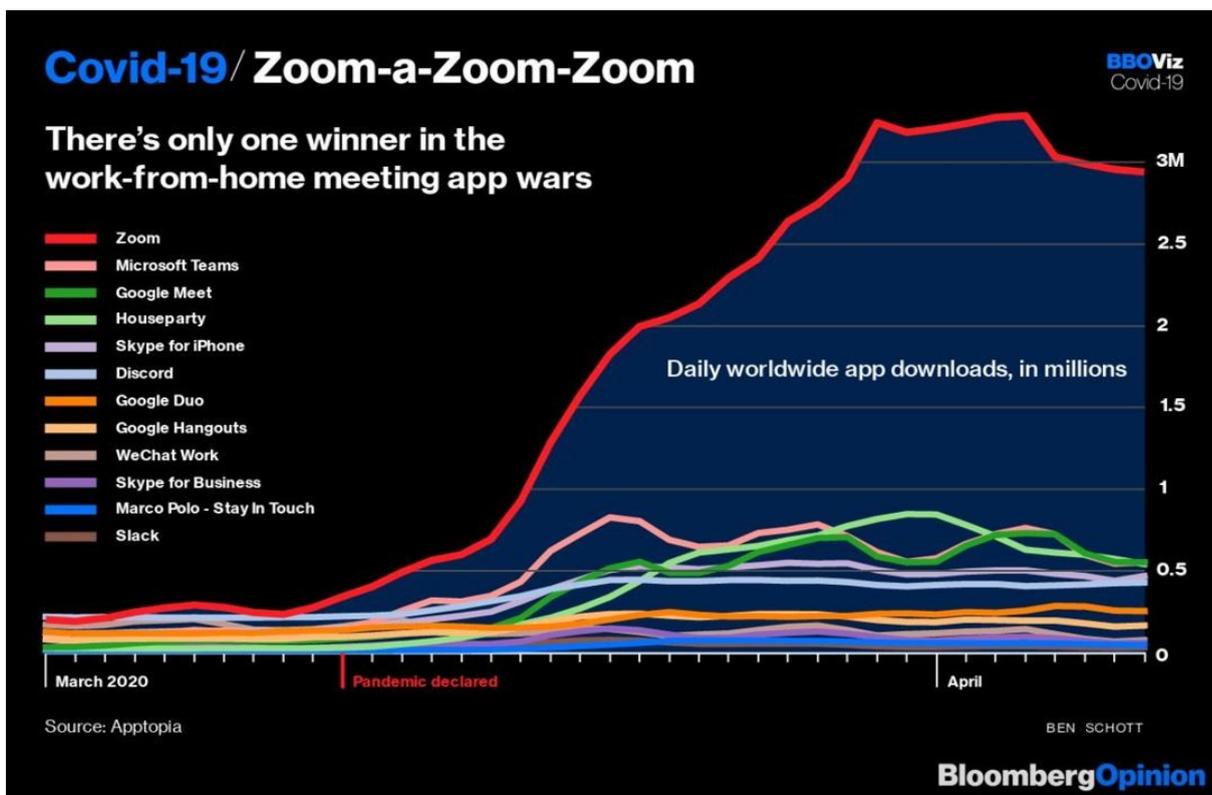
A empresa de videoconferência Zoom possui parceria com a AWS desde o ano de sua fundação (2011), o serviço tem sido de grande valor no período pandêmico devido às grandes quantidades de usuários conectados diariamente, além da necessidade de armazenar gravações de aulas, reuniões e afins. De acordo com Andy Jassy, CEO da AWS, “O COVID-19 mudou tudo para o Zoom, exigindo que a empresa atendesse às necessidades de videoconferência de centenas de milhões de novos participantes em todo o mundo, e a AWS esteve presente desde o início para garantir que o Zoom pudesse ser dimensionado para atender a esses novos requisitos praticamente da noite para o dia”. Andy também cita que houve um salto na quantidade diária de usuários que utilizaram o serviço de videoconferência que em 2019 era de 10 milhões para 300 milhões por dia desde abril de 2020. (AWS, 11/2020)

O Zoom oferece, em determinados planos, um total de 1GB de armazenamento ilimitado para usuários no uso de armazenamento em nuvem para gravações, enquanto o Google Meet que utiliza o Google Cloud oferece um total de 15 GB. (Forbes, 09/2022).

Zoombombing

O número elevado de acessos também trouxe problemas de segurança para a Zoom que no ano de 2020 era o serviço de videoconferência mais utilizado, seguido por Microsoft Teams e Google Meet.

Figura 4: Quantidade de usuários X ferramentas de videoconferência disponíveis.



Fonte: Apptopia

O problema de segurança apelidado de “Zoombombing” (ou Invasão Zoom) se dava pela invasão de usuários mal intencionados às salas de reunião compartilhadas e tinham como objetivo promover desordem. Os usuários compartilhavam links impróprios e diversos discursos de ódio, o que ocasionava no fechamento dos eventos virtuais, reuniões e outros eventos realizados no Zoom e em outros serviços de videoconferência. (Demartini. 03/2020)

O então ministro da Economia brasileiro, Paulo Guedes, sofreu o ataque Zoombombing em uma reunião com líderes empresariais e jornalistas em um encontro que era transmitido virtualmente, mesmo que o evento fosse presencial. Durante o encontro diversos usuários, não convidados, acessaram o link da sala falando em diversos idiomas, além disso, um vídeo pornográfico foi exibido por alguns segundos durante a transmissão, depois de alguns minutos os invasores foram expulsos da sala. (O GLOBO, 05/2021).

Mesmo que o nome do ataque invasor tenha sido apelidado com o nome da empresa, as invasões não ocorriam apenas na plataforma Zoom, mas em diversas

outras como o Google Meet, Teams, entre outros. No entanto, como a plataforma possuía uma quantidade de acessos relativamente maior que os demais, os ataques ocorriam majoritariamente no Zoom.

No mês de abril de 2020, Eric Subrah Yuan, CEO do Zoom, compartilhou um comunicado no site do Zoom se desculpando pelos ocorridos do Zoombombing e informou que a plataforma não estava preparada para a quantidade de acessos simultâneos, mas que estavam trabalhando para corrigir os problemas. No comunicado Eric também citava diversas novas funcionalidades e correções de problemas presentes na plataforma. Algumas delas foram voltadas para o setor da educação, como “um guia para administradores sobre como configurar uma sala de aula virtual”, “um guia sobre como proteger melhor suas salas de aula virtuais”, “por padrão, os professores sejam os únicos que podem compartilhar conteúdo em sala de aula”. (Subrah, 04/2020)

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

Os AVA's foram amplamente utilizados durante a pandemia do Coronavírus, como é citado por Phil Hill, cofundador da MindWires, consultor e escritor especializado em estratégia de tecnologia educacional e gerenciamento de mudanças organizacional, “o número acessos ao site Moodle aumentou 30% em apenas um dia, e o uso do MoodleCloud aumentou 4x nas últimas semanas.” (PHIL HILL, 04/2020). Ferramentas como essa e várias outras possibilitaram que aluno e professor mantivessem uma comunicação de qualidade, sem necessariamente estarem presentes nas instituições. Esse tipo de ferramenta, que já era utilizado antes da pandemia, possibilitou que alunos e professores pudessem interagir de forma assíncrona, viabilizando acessos por dispositivos e internet menos robustos devido ao equilíbrio de carga nos serviços compartilhados em contraposição com as aulas ao vivo (remotas) que consomem recursos simultâneos para sua viabilidade.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que diante de um período atípico de pandemia da Covid-19 vivenciado no Brasil e no mundo, medidas de distanciamento social foram adotadas para que o vírus não se espalhasse ainda mais, além de unidades de saúde como Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Hospitais, postos de Saúde e seus insumos estavam em estado críticos devido a onda do vírus, porém, o ensino e o aprendizado da população brasileira não podia parar, assim se intensificaram o uso de ferramentas tecnológicas que influenciaram práticas de ensino durante a pandemia.

Tais ferramentas tecnológicas como Teams, Google Meet, Zoom dentre outras foram implementadas e atualizadas se tornando um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVAs) para atender a modalidade de ensino e aprendizagem ao vivo (remoto), as quais foram evoluindo rapidamente e contribuindo para o cenário e aprendizagem. Com o emprego dessas ferramentas, alunos e professores se reuniam em tempo real por videoconferência, permitiram (e seguem permitindo) a comunicação por uma transmissão de vídeo ao vivo. A produção de material autoinstrucional demanda prazos incompatíveis com o momento educacional vivido no início da pandemia, quando era necessário manter rapidamente a continuidade da oferta de aulas. E essas ferramentas foram decisivas nesse momento por viabilizar que professores pudessem “continuar” com a execução dos planos de ensino das disciplinas que ministravam, sem a necessidade de criação de conteúdos digitais autoinstrucionais. Em questão de poucos dias, centenas de milhares de alunos e professores puderam “continuar” o processo de ensino e aprendizagem iniciado em fevereiro de 2020 (caso brasileiro).

Já outras ferramentas tecnológicas, com o mesmo intuito voltado ao aprendizado, permitem o gerenciamento e criação de conteúdos de multimídia; auxiliando na organização e no planejamento de aulas; potencializando o trabalho didático dos docentes e permitem ainda que o educador ofereça aos seus alunos arquivos de texto e questionários avaliativos – ferramentas como o Google Classroom, Okahoot!, o Canva, Ava, o Notion dentre outras, completam a interatividade e viabilizaram uma etapa de transformação no modelo de ensino e aprendizagem que contemplam a produção de material didático autoinstrucionais.

A intensificação e o uso inesperado dessas ferramentas trouxeram dificuldades por parte de discentes e docentes tanto na operação, quanto na sua

obtenção, instalação e configuração. E ainda pode ser uma grande desvantagem por que o uso indiscriminado de tais ferramentas diminui o convívio social devido às longas horas de interatividade virtual, planejamento e digitalização.

Embora as ferramentas tecnológicas sejam eficientes, é necessário dizer que seu emprego não substituirá os métodos tradicionais de ensino, e sim, complementar o aprendizado já existente. A utilização dessas ferramentas pode fazer com que sejam adotadas novas medidas que venham proporcionar o ensino a todo e qualquer ambiente (presencial ou virtual), mantendo a interatividade acadêmica necessária e desejada para a bom aprendizado do aluno, estando ele de qualquer lugar, bastando ter acesso à internet, o que pode viabilizar a inclusão de mais indivíduos ao processo educacional. No entanto no Brasil nem todos tem condições de acesso à internet, seja por infraestrutura não disponíveis em todo território ou condições financeiras, e esse é fator de atenção e ação de quem coordena e regula as ações educacionais em todo o território nacional (MEC).

Portanto o presente trabalho demonstra que diante do cenário vivido, a adoção das ferramentas tecnológicas e suas funcionalidades são de grande valia, não só no período que se passou ou que se passa por pandemias, mais sim uma forte aliada, complementando o ensino e aprendizado de alunos/professores, para um novo mundo onde em que o saber é que define o Homem e as gerações futuras.

A tecnologia foi o caminho, passando por rápidas adequações, para atender ao ensino e aprendizagem, seja ele remoto (ao vivo) ou autoinstrucional, contribuindo para a melhoria do cenário educacional. Alunos e professores puderam e continuam a se reunir em tempo real por videoconferência, permitindo a comunicação, e ainda o gerenciamento e criação de conteúdos que auxiliaram na organização, no planejamento de aulas e produção de material didático pelos docentes.

Como trabalho futuro sugere-se um estudo dos impactos no uso de TICs, no período pandêmico e mesmo posterior a ele, na educação pública, já que abordamos o seguimento privado e público em conjunto devido à indisponibilidade de dados mais consistentes e segmentados, pois se sabe que o quantitativo de alunos matriculados em escola públicas é bem superior aos matriculados na rede privada, sobretudo no ensino fundamental, e isso poderá nortear ações do poder

público federal, estaduais e municipais na melhoria da oferta da educação aos brasileiros e na redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AWS, AWS and Zoom Extend Strategic Relationship, Disponível em: <<https://press.aboutamazon.com/2020/11/aws-and-zoom-extend-strategic-relationships>> Acesso em 22/11/2022

CEE. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil.

Disponível em:

<<https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>> Acesso em 28/09/2022

CETIC, Executive Summary - Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Households - ICT Households 2020; CETIC.BR|NIC.BR

Disponível em:

<<https://cetic.br/pt/publicacao/executive-summary-survey-on-the-use-of-information-and-communication-technologies-in-brazilian-households-ict-households-2020/>> Acesso em 22/11/2022.

CNN BRASIL. Número de crianças brasileiras que não sabem ler e escrever cresce 66% na pandemia. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-criancas-brasileiras-que-nao-sabem-ler-e-escrever-cresce-66-na-pandemia/>> Acesso em 14/02/2022.

CPERS. Cansaço e repetição: curso online obrigatório continua dificultando a vida dos educadores. Disponível

em: <<https://cpers.com.br/cansaco-e-repeticao-curso-obrigatorio-seguinte-dificultando-a-vida-dos-educadores-gauchos/>>. Acesso em 08/11/2022.

DEMARTINI, Felipe. Hackers estão invadindo conferências do Zoom para exibir pornografia. CANALTECH, 2020. Disponível em:

<https://canaltech.com.br/seguranca/hackers-estao-invadindo-conferencias-do-zoom-para-exibir-pornografia-162649/>. Acesso em: 24/11/2022

FERREIRA, Denise Helena Lombardo; BRANCHI, Bruna Ângela; SUGAHARA, Cibele Roberta. Processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas e

atividades remotas no Ensino Superior em tempo da pandemia Covid-19. In: Revista Praxis. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3464> . Acesso em 17/04/2022.

FORBES, Google Meet Vs. Zoom, Disponível em:

<https://www.forbes.com/advisor/business/software/google-meet-vs-zoom/>. Acesso em: 22/11/2022

GOMES, Alex Sandro; PIMENTEL, Edson Pinheiro. Ambientes Virtuais de

Aprendizagem para uma Educação mediada por tecnologias digitais. In: PIMENTEL,

Mariano; SAMPAIO, Fábio F. SANTOS, Edméa (Org.). Informática na Educação: ambientes de aprendizagem, objetos de aprendizagem e empreendedorismo. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. (Série Informática na Educação CEIE-SBC, v.5) Disponível em: <https://ieducacao.ceie-br.org/ava>. Acesso em 15 fev. 2022.

GOOGLE CLOUD. Three months, 30x demand: How we scaled Google Meet during COVID-19. Disponível em: <https://cloud.google.com/blog/products/g-suite/keeping-google-meet-ahead-of-usage-demand-during-covid-19/>. Acesso em 15/03/2022.

GOVERNO DO BRASIL - O QUE É COVID-19? gov.br, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 21/09/2022.

IEDUCACAO. Ambientes virtuais de aprendizagem para uma educação mediada por tecnologias digitais. Disponível em: <https://ieducacao.ceie-br.org/ava/>. Acesso em 15/02/2022.

INSPER. Tecnologia na educação: Quando inovação e conhecimento se unem. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/tecnologia-educacao> Acesso em 23/11/2022

INSTITUTO PENÍNSULA. Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil. Disponível em: https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Covid19_InstitutoPeninsula_Fase2_at%C3%A91405-1.pdf Acesso em 23/11/2022

MODDLE. Sobre o Moodle, Disponível em: https://docs.moodle.org/all/pt_br/Sobre_o_Moodle. Acesso em: 17/10/2021

NIST, The NIST Definition of Cloud Computing; Disponível em: <http://faculty.winthrop.edu/domanm/csci411/Handouts/NIST.pdf>. Acesso em: 22/11/2022

O GLOBO. Reunião de Guedes com empresários é invadida por 'zoombombing'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/reuniao-de-guedes-com-empresarios-invadida-por-zoombombing-1-25036137>. Acesso em: 24/11/2022

OMS - Organização Mundial da Saúde (World Health Organization), 2022. Disponível em: <https://www.who.int/pt>.

PHIL HILL, Aumento maciço no uso de LMS e vídeo síncrono devido ao COVID-19 (Massive Increase in LMS and Synchronous Video Usage Due to COVID-19), 02/04/2020, Disponível em: <https://philonedtech.com/massive-increase-in-lms-and-synchronous-video-usage-due-to-covid-19/>, Acesso em 17/10/2022

REPOSITORIUM. Reflexões sobre tecnologia e educação em tempo de pandemia; Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70228> ou <9. Reflexões sobre tecnologia e educação.pdf>. Acesso em 10/04/2022.

SIELO 25 BRASIL. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães, Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/>>, Acesso em: 15/10/2022.

SUBRAH, Eric. A Message to Our Users, Zoom Blog, 2020. Disponível em: <<https://blog.zoom.us/a-message-to-our-users/>>. Acesso em: 24/11/2022

SYNERGY RESEARCH GROUP, Huge Cloud Market Still Growing at 34% Per Year; Amazon, Microsoft & Google Now Account for 65% of the Total. Disponível em: <<https://www.srgresearch.com/articles/huge-cloud-market-is-still-growing-at-34-per-year-amazon-microsoft-and-google-now-account-for-65-of-all-cloud-revenues>>. Acesso em 22/11/2022

Universidade Federal Fluminense (UFF). Mudança no perfil de tráfego de redes brasileiras em decorrência da pandemia pelo novo coronavírus. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbrc/article/view/16736>, Acesso em 20/10/2022

WAVE, Workshop sobre ambientes virtuais avançados e educação - WAVE2019. Disponível em: <<https://wave.cin.ufpe.br/2019/>>. Acesso em 15 fev. 2022.

ZADRA, Augusto Nogueira. Hoje Em Dia. A utilização de sistemas na Internet em benefício da sociedade. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/opiniaio/a-utilizac-o-de-sistemas-na-internet-em-beneficio-da-sociedade-1.574074>>. Acesso em: 21/03/2022.

Aplicação Do Princípio Da Insignificância Pelo Delegado De Polícia

Application Of The Principle Of Insignificance by The Police Chief

Arthur Martins De Souza ¹
Bruna Alevato Lacerda Teixeira ²
Margareth de Abreu Rosa ³

Resumo: Este artigo, através de pesquisa bibliográfica e análise contundente, pretende abordar a hipótese de aplicação do princípio da insignificância no cotidiano policial e forense. Com esse objetivo, a presente discussão parte do questionamento a respeito da possibilidade ou da impossibilidade de aplicação desse princípio no âmbito investigacional pelo Delegado, que é Autoridade Policial no Brasil.

Palavras-chave: Delegado de Polícia, Princípio da Insignificância, bagatela.

Abstract: *This article, through bibliographical research and blunt analysis, aims to approach the hypothesis of principle of of insignificance's application in the police and forensic routine. With this purpose, the present discussion starts from questioning about the possibility or impossibility of applying this principle in the investigation field by the Police Chief, who is the authority in Brazil.*

Keywords: *Chief of Police, Principle of Insignificance, trifle*

¹Graduando em Direito pelas Faculdades Promove de Belo Horizonte/MG.
arthur.souza@soupromove.com.br

²Graduanda em Direito pelas Faculdades Promove de Belo Horizonte/MG.
bruna.teixeira@soupromove.com.br

³Margareth Rosa. Orientadora da disciplina TCC II, turma João Pinheiro N. E-mail: margareth.rosa@somoskennedy.com.br Centro Mineiro de Ensino Promove. Área do Conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Direito.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de analisar o cumprimento da missão constitucional e legal da autoridade policial, especificamente, face à apuração de um delito de bagatela, estimando por uma justiça célere, proporcional e isonômica. Levando em consideração a evolução do Direito para que este esteja de acordo com as necessidades da sociedade, alguns princípios ganham destaque no ordenamento jurídico, sendo um deles o princípio da insignificância, objeto do presente artigo.

O delegado de polícia é o primeiro detentor de conhecimentos jurídicos oficialmente reconhecido pelo Estado a ter contato com um suposto fato típico, o qual em um primeiro momento busca analisar se o fato está realmente em situação de flagrância e se a conduta é realmente típica, tanto do ponto de vista formal como material.

Conseqüentemente, o delegado deverá zelar pela efetivação dos valores constitucionalmente estabelecidos, tais como, o pleno reconhecimento de cidadania aos indivíduos e a dignidade da pessoa humana, atuando, portanto, de forma a não permitir a ocorrência do que Murilo de Carvalho (2002) denomina de “estatania”, isto é, a mera subsunção do sujeito “à máquina política pelo envolvimento na malha da burocracia estatal.”

Contudo, como não existe dispositivo legal que trate sobre a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância pelo delegado de polícia de forma explícita, ocorre certa discussão sobre o tema, razão pela qual serão expostos neste artigo posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais que tratam acerca da temática.

Para tanto, será analisada a origem histórica do princípio da insignificância e, identificadas as atuais circunstâncias em que são aplicadas o princípio da insignificância no sistema judiciário, para assim, apurar a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância pelo delegado de polícia nos crimes de bagatela na fase pré-processual, como proposta de diminuição da taxa de judicialização das demandas.

O tema gera reflexão e discussão a respeito da efetivação de medidas legais que possibilitariam a efetivação do *minimis non curat praetor* e a conseqüente mudança

do atual cenário de judicialização de causas irrelevantes para o direito penal.

Segundo Valente (2010), em virtude dos princípios constitucionalmente estabelecidos, o Poder de Polícia não pode mais ser apenas um instrumento da burocracia estatal sem uma capacidade reflexiva que garanta aos pares da sociedade a efetivação de seus direitos positivos e negativos.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Princípio da insignificância

Em que pese haver divergência entre os doutrinadores sobre a origem do princípio da insignificância, a maioria deles, como Diomar Ackel Filho, sustenta que o referido princípio tem sua origem no direito romano, em que vigorava a máxima contida no brocardo *minimis non curat praetor*, segundo o qual, o magistrado, à época chamado de “*Praetor*”, não cuidaria de causas de mínima importância e se atentaria a situações de maior relevância, considerados inadiáveis. Neste mesmo contexto, observa-se o entendimento de Fernando Capez:

O Princípio da Insignificância é originário do Direito Romano, e de cunho civilista, tal princípio funda-se no conhecido brocardo de *minimis non curat praetor*. Em 1964 acabou sendo introduzido no sistema penal por Claus Roxin, tendo em vista sua utilidade na realização dos objetivos sociais traçados pela moderna política criminal (CAPEZ, 2017, p.11).

Por outro lado, Maurício Antônio Ribeiro Lopes (1997), posiciona-se de maneira diversa afirmando que, em virtude de o direito romano ter se expandido sob amparo do direito privado e não do direito público, o brocardo *minimis non curat praetor* possui uma aplicação voltada aos eixos do direito civil ou privado, não sendo algo específico para ser aplicado no âmbito penal. Sobre o tema Ribeiro Lopes afirma:

O Direito Romano foi notadamente desenvolvido sob a ótica do Direito Privado e não do Direito Público. Existe naquele brocardo menos do que um princípio, um mero aforismo. Não que não pudesse ser aplicado vez ou outra a situações de Direito Penal, mas qual era a noção que os romanos tinham do princípio da legalidade? Ao que me parece, se não nenhuma,

uma, mas muito limitada, tanto que não se fez creditar aos romanos a herança de tal princípio. (LOPES, 2000, p. 41 a 42)

Apesar do respeito aos posicionamentos dos estimáveis doutrinadores, conforme verificado, a origem do princípio da insignificância se dá no Direito Romano, mas a sua introdução na seara penal denota-se dos pós Segunda Guerra Mundial, devido às dificuldades econômicas enfrentadas, no qual ocorreu o aumento da criminalidade de bagatela, sendo que, inicialmente, o Princípio da Insignificância esteve ligado aos delitos patrimoniais.

Ribeiro Lopes (2000, p. 86) atribui a Claus Roxin a ideia e a formulação inicial do princípio em sua obra *Política Criminal y Sistema del Derecho Penal* publicada no ano de 1964, onde aponta o Princípio da Insignificância como causa de excludente de tipicidade e, para ele, este princípio permite excluir a tipicidade da maioria dos tipos cujo dano seja de pouca importância e não apenas os patrimoniais, sendo que tanto o Princípio da Bagatela quanto a adequação social, devem ser usados como auxiliares interpretativos para trazer a adequada inteligência sobre o caso concreto, ou seja, apesar de tipicamente previstas na legislação criminal, não produzem relevante lesão aos bens jurídicos tutelados, no qual Roxin afirmava que às infrações penais bagatelares não se fazia necessária a aplicação de sanção penal.

Segundo ensina Claus Roxin:

Somente se podem punir as lesões de bens jurídicos e as contravenções contra fins de assistência social, se tal for indispensável para uma vida em comum ordenada. Onde bastem os meios do direito civil ou do direito público, o direito penal deve retirar-se". (ROXIN, 1998, p. 23)

Rogério Greco (2017, p. 94) explana que mesmo havendo quem afirme que o princípio da insignificância já existia no direito romano, a "criminalidade de bagatela" surgiu na Europa, como um problema que surgiu com a Primeira Guerra Mundial. Após a Segunda guerra, houve aumento dos delitos de caráter patrimonial e econômico, caracterizados em subtrações de pequena relevância, dando origem a primeira nomenclatura doutrinária de "criminalidade de bagatela". Ainda para Greco (GRECO, 2017) "o desenvolvimento do princípio da insignificância é atribuído principalmente a Claus Roxin."

Destarte, o Princípio da Insignificância foi se desenvolvendo, mas sempre ligado ao Princípio da Legalidade, ou seja, não pode haver crime e nem pena que não resultem de uma lei prévia. Foram feitos estudos mais claros a partir do movimento Iluminista com a evolução do Princípio da Legalidade, no qual o legislador, considerado o único capaz de constituir normas que apontem as penas de cada delito (Princípio da Legalidade), esclareça que a medida dos delitos é o prejuízo que os mesmos são capazes de causar à sociedade (Princípio da Insignificância).

Por fim, cita-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão que traz em seu artigo 5º uma notável expressão do Princípio da Insignificância, quando cita que a lei penal só alcança os casos de graves ataques à sociedade, ou seja, se não houver prejuízo relevante, não há que se falar na aplicação da lei.

3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CORRELATOS

O termo “Princípio” tem o significado de algo que antecede, o fundamento, a causa, o começo e, também, no meio jurídico, é conceituado como um conglomerado de normas e definições disposto com fim de guiar o indivíduo a um objetivo. Greco (2017, pg. 53), disserta que “os princípios, em uma escala hierárquica, ocupam o lugar de maior destaque e importância, refletindo, obrigatoriamente, sobre todo o ordenamento jurídico.”

A principiologia constitucional revela-se como a formalização das normas fundamentais, ou seja, diretrizes voltadas aos indivíduos além de obrigações inerentes a determinadas situações, podendo, assim, ser apontada como o alicerce central do Estado Democrático de Direito. A Constituição Republicana de 1988 é a materialização daquilo que Hans Kelsen denomina de Norma Fundamental, isto é, na hierarquia das normas do Estado Brasileiro, a Constituição é a lei máxima que irá basear todo o ordenamento jurídico e, os princípios constitucionais são a proteção formalizada dos atributos fundamentais da ordem jurídica brasileira.

Assim, no âmbito do Direito Penal Brasileiro, os princípios constitucionais formam a sustentação do ordenamento escrito, tendo em vista que buscam assegurar os

direitos fundamentais do cidadão, estabelecendo, na seara penal, a adoção de um Direito Penal mínimo que seja voltado a situações que demonstrem a derradeira necessidade da intervenção do Poder Público.

Desse modo, merecem destaque alguns princípios constitucionais que revelam suma importância para o tema no ordenamento jurídico brasileiro.

3.1 - Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade da pessoa humana versa sobre a atribuição de valor ao ser humano como tal. O indivíduo não pode ser considerado mero objeto como feito no passado. É, por outro lado, reconhecido como um ser dotado de núcleo mínimo de direitos não sujeitos à intervenção do Estado.

Estabelecido no artigo 1º, inciso III da Constituição de 1988, pode-se dizer que mais do que um princípio, se trata de um Fundamento da República Federativa do Brasil tendo em vista sua anterioridade a própria carta constituinte. Merece destaque a dilação de Rodrigo Colnago a cerca do tema que, situa o referido princípio no ordenamento da seguinte forma

É o princípio, segundo o qual nenhuma previsão legal de infração penal pode ter conteúdo atentatório a dignidade humana, ou seja, as leis penais devem possuir conteúdo e adequação social, descrevendo como infrações penais apenas os fatos que realmente colocam em perigo bens jurídicos fundamentais para a sociedade. (COLNAGO, 2010, p. 10)

No que tange as sanções do direito penal, o referido princípio estabelece verdadeira barreira para criação e aplicação de sanções desproporcionais aos fatos praticados, não permitindo como ocorrido no passado onde denota-se a aplicação de castigos classificados como cruéis, tendo em vista que, dado o contexto de um crime de bagatela, poderiam ser consideradas como de grande sofrimento, característica esta abolida pelo Estado Democrático de Direito,

Nesse contexto, nota-se que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana em virtude de sua abrangência, encontra sintonia com o Princípio da Insignificância no que se refere a adequação social, uma vez que a dignidade humana deve ser levada em conta face a aplicação das normas penais a casos onde há mera subsunção do fato a norma. Deve, na realidade, ser fator primordial de ponderação

dado o contexto em que se insere o caso concreto, levando em consideração suas peculiaridades para apurar a forma mais adequada na resolução da demanda.

3.2 - Princípio da Proporcionalidade

O princípio da proporcionalidade surgiu pela primeira vez em meados do século XVII no período histórico conhecido como iluminismo e desde seu advento foi moldado a ser um limitador do direito penal. Tem como objeto a dialética entre os direitos individuais e os anseios da sociedade. Esta ideia de proporcionalidade foi ratificada inclusive pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 a qual já trazia em seu texto que “a lei só deve cominar penas estritamente necessárias e proporcionais ao delito.”

Logo, desde seu advento a aplicação da proporcionalidade tem como fim o equilíbrio entre um fato tipificado pela norma penal e a sanção a ele atribuída. Isto é, a relação entre o injusto penal e a pena aplicada.

Atualmente, no contexto brasileiro o princípio da proporcionalidade pode ser encontrado de maneira implícita por toda a constituição e ainda, determinada corrente doutrinária afirma ser possível também encontrar fundamento do mencionado princípio no artigo 5º parágrafo 2º entre outros. O princípio opera como baliza da atividade do intérprete da lei, mas também da própria atividade do legislador, o que torna possível a efetivação de constante fiscalização pelas diretrizes constitucionais.

Sobre o princípio da proporcionalidade Rogério Zeidan aduz:

O princípio da proporcionalidade constitui limite material ao *ius puniendi*. Faz conexão entre os fins do Direito Penal e o fato cometido pelo delinquente, rechaçando o estabelecimento de cominação penal (proporcionalidade abstrata) ou a imposição de penas (proporcionalidade concreta) que careçam de toda a relação valorativa com tal fato, contemplado na globalidade de seus aspectos. Sobre essa ótica, o poder punitivo, ao considerar o fato delituoso, deve ser proporcional na imputação da conduta incriminadora e na aplicação da respectiva sanção. Para tanto, deve-se ter parâmetros como a danosidade social e o grau da conduta e, sobretudo, a finalidade de tutela correspondente à pena aplicada. (ZEIDAN, 2002, p 69).

O princípio da proporcionalidade pode ser diretamente relacionado ao princípio da insignificância, uma vez que este vigora sobre condutas consideradas irrelevantes

na seara penal, eliminando-as do âmbito do Direito Penal, por motivo de não haver a proporcionalidade entre o fato formalmente típico e a resposta estatal a essa prática.

Desse modo, a proporcionalidade deve prevalecer entre a pena diante do ato praticado pelo agente. O princípio da insignificância torna-se fundamental para amparar fatos demasiados das sanções e assim, assegurar a realização da justiça ante a proporcionalidade estabelecida na constituição.

3.3 - Princípio da Fragmentariedade

O princípio da insignificância é analisado em conjunto com os princípios da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, a fim de afastar ou excluir a tipicidade penal. Para a aplicação do princípio da insignificância devem ser considerados aspectos objetivos, no que se refere à infração praticada, quais sejam, mínima ofensividade da conduta do agente; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica causada.

O princípio da fragmentariedade é uma complementação do princípio da intervenção mínima, o qual quer dizer que o Direito Penal só deve proteger os bens jurídicos mais importantes, das condutas mais graves. Ivan Silva explana que o princípio da fragmentariedade serve de fundamento para o princípio da insignificância “à medida em que este só permite a penação de condutas típicas que materialmente lesionem o bem atacado” (SILVA, 2004, p. 124).

O Doutrinador Eduardo Medeiros Cavalcanti explana:

Este ramo da ciência jurídica protege tão somente valores imprescindíveis para a sociedade. Não se pode utilizar o Direito Penal como instrumento de tutela de todos os bens jurídicos. E neste âmbito, surge a necessidade de se encontrar limites ao legislador penal (CAVALCANTI, 2005, pg. 302).

Este princípio determina que os ilícitos que atentam contra os valores fundamentais para o progresso da sociedade e que materializam infrações penais e que, em razão do caráter fragmentário, o Direito Penal é a última etapa ou última ratio de proteção do bem jurídico, contudo não quer dizer que o Direito Penal seja omissivo, mas que os pontos mais consideráveis dentre os bens protegidos pelo

ordenamento jurídico devem receber a proteção da ciência penal.

4 TEORIA DO CRIME E ELEMENTOS DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME

A conceituação do instituto que vem a ser conhecido como crime no ordenamento jurídico brasileiro revela-se como ponto inicial para a compreensão dos demais institutos do Direito Penal abordados no presente artigo. Trata-se, pois, da reunião dos aspectos que deverão estar presentes na ocorrência do fato jurídico que permitirão a efetivação do *ius puniendi* do Estado em desfavor do autor do fato.

A partir da inteligência das normas penais pode-se concluir que o legislador brasileiro não definiu de forma expressa o que vem a ser considerado como crime, permitiu, porém, no artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal apenas a diferenciação entre crime e contravenção penal, que passou a ser definido como conceito legal de crime, *in verbis*:

Art. 1º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativamente ou cumulativamente (BRASIL, 1941)

Por essa razão pode-se concluir que a definição do conceito de crime ficou a cargo dos estudiosos das ciências penais, os quais dissertam a respeito da existência de teorias aptas a definir o instituto, quais sejam, o crime perante a concepção material, formal e analítica.

De modo geral, a concepção formal é aquela que considera puramente o aspecto legislativo, definindo o crime como sendo toda e qualquer conduta que vá de encontro à previsão contida na lei penal. Portanto, para que uma conduta seja enquadrada como crime perante tal concepção, é fundamental a aprovação pelo congresso nacional de norma definidora e que essa norma esteja em vigor ao tempo da ocorrência do fato.

De outro lado, a concepção material além da previsão contida do texto normativo, conforme Bitencourt (2019), consiste o crime na “ação ou omissão que contraria os valores ou interesses do corpo social, exigindo sua proibição com cominação de pena”. E por fim, a concepção analítica nas palavras de Sanches (2016) “leva em consideração os elementos estruturais que compõem infração penal, prevalecendo o fato típico, ilícito e culpável.”

Cabe destacar que o sentido analítico de crime abre espaço ainda para discussão a respeito dos componentes do crime. Para tanto, faz-se necessário compreender certos desdobramentos de tal conceito, dando eles origem às teorias bipartida, tripartida e quadripartida.

Conforme Capez (2017) “Para a concepção bipartida de crime, a culpabilidade não integra o seu conceito, sendo o crime apenas fato típico e ilícito.”

Por outro lado, para a maioria da doutrina penalista, para que seja crível falar-se em crime, necessário se faz além do fato típico e ilícito, a culpabilidade que também deverá ser elemento integrante do conceito. Nesse sentido Rogério Greco (2017, p. 199 apud Francisco de Assis Toledo, 1994, p. 80)

Substancialmente, o crime é um fato humano que lesa ou expõe a perigo bens jurídicos (jurídico-penais) protegidos. Essa condição é, porém, insuficiente para a dogmática penal, que necessita de outra mais analítica, apta a pôr à mostra os aspectos essenciais ou os elementos estruturais do conceito de crime. E dentre várias definições analíticas que têm sido propostas por importantes penalistas, parece-nos mais aceitável a que considera as três notas fundamentais do fato-crime, a saber: ação típica (tipicidade), ilícita ou antijurídica (ilicitude) e culpável (culpabilidade). O crime, nessa concepção que adotamos, é, pois, ação típica, ilícita e culpável.

Por fim, no que concerne a denominada teoria quadripartida, parte minoritária da doutrina assevera que além dos três elementos citados anteriormente, seria integrante da conceituação do crime a punibilidade.

Enquanto a doutrina minoritária se divide entre as teorias bipartida e a teoria quadripartida, nota-se a partir dos aspectos doutrinário e jurisprudencial que a teoria tripartida é a que mais tem evidência. Por tal razão, a discussão a respeito

do tema no presente trabalho se atentará ao entendimento majoritário, restringindo-se apenas ao primeiro dos elementos do conceito analítico de crime, ou seja, o fato típico.

4.1 - Tipicidade Formal, Material e Conglobante

De maneira ampla, afirmar que uma conduta é típica significa que, do fato ocorrido, apurou-se a adequação perfeita da conduta praticada por um indivíduo ao molde previsto abstratamente na norma penal, ou seja, a um tipo penal incriminador. A adequação necessária para qualificar o fato como típico pode ser aferida de formas diversificadas.

A primeira maneira de afirmar a ocorrência do ilícito penal é através da chamada tipicidade formal, segundo a qual o fato é considerado típico, quando, a conduta do agente se ajusta perfeitamente à previsão normativa. Nas palavras de Cunha

A teoria tradicional compreendia a tipicidade sob o aspecto meramente formal. Assim, conceituava-se a tipicidade como a subsunção do fato à norma. Deste modo, aquele que subtraía uma caneta “bic” de uma papelaria praticava conduta típica, ajustando-se seu comportamento à norma estampada no artigo 155 do Código Penal. (CUNHA 2017, p. 266)

Nesse sentido, disserta Toledo (1994): “Frise-se, contudo, que a tipicidade aqui referida é, antes, um juízo formal de subsunção, que decorre da ‘função de garantia’ do tipo, para que se observe o princípio da anterioridade da lei penal.” Conforme entendimento citado, na análise da tipicidade formal, caso a conduta não se amolde aos exatos termos da previsão contida em lei, estar-se-á diante de um indiferente penal.

Por outro lado, observa-se que, para caracterização da tipicidade material além da subsunção do fato à norma, torna-se necessário a verificação de outro elemento, qual seja, a lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal. Ou seja, a mera tipificação da conduta como criminosa não é suficiente para que o ordenamento jurídico considere o fato como de relevância para que seja considerado como crime. Desse modo, dever-se-á conceber a ideia de tipo penal como um instituto dotado de certo preciosismo e relevância que transvaze a concepção formal.

Desse modo, Toledo ao dissertar a respeito, afirma:

[...]. Assim, a conduta, para ser crime, precisa ser típica, precisa ajustar-se formalmente a um tipo legal de delito (*nullum crimen sine lege*). Não obstante, não se pode falar ainda em tipicidade, sem que a conduta seja, a um só tempo, materialmente lesiva a bens jurídicos, ou ética e socialmente reprovável (TOLEDO, 1994, p. 125).

Portanto, conclui-se que a tipicidade material apura a relevância contida no caso concreto avaliando a conduta do agente e o bem tutelado a fim de concluir pela provocação ou não do Direito Penal. Logo, somente os danos considerados vultosos ao bem juridicamente protegido poderão servir de fundamento para deflagração daquilo entendido como tipicidade material. Diante de tal consideração faz-se necessário apontar que exatamente nesse contexto avalia-se a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância uma vez que caso a ofensa ao bem juridicamente protegido seja considerada de elevada significância, acarretando na constatação da tipicidade material, não haverá que se falar em aplicação do referido princípio, vez que, a invocação do princípio da bagatela está amparada tão somente nas lesões com mínimo potencial lesivo, isto é, os quais se excluem da tipicidade material.

Por conseguinte, cabe destacar também o que se entende por tipicidade conglobante, conceito que põe em evidência a ideia de que qualquer fato considerado penalmente típico carrega a condição de antinormatividade. Logo, na tipicidade conglobante é de caráter fundamental que a conduta do indivíduo contrarie o ordenamento jurídico de modo amplo não bastando apenas a contrariedade ao Direito Penal, isto é, somente quando um sujeito praticar um fato tipificado como crime e tal fato contrariar o ordenamento como um todo haverá o reconhecimento da tipicidade. Se, por outro lado, o fato praticado encontrar guarida nos demais ramos do ordenamento jurídico, haverá a ocorrência de um fato atípico.

A respeito do explanado assevera Cunha

A proposta da teoria da tipicidade conglobante é harmonizar os diversos ramos do Direito, partindo-se da premissa de unidade do ordenamento jurídico. É uma incoerência o Direito Penal estabelecer proibição de comportamento determinado ou incentivado por outro ramo do Direito (isso é desordem jurídica). Dentro desse espírito, [...], é imprescindível verificar não apenas a subsunção formal fato/tipo e a relevância da lesão ou perigo de lesão, mas também se o comportamento é antinormativo, leia-se, não determinado ou incentivado por qualquer ramo do Direito (Cunha, 2017 p. 267).

Para fins de elucidação do tema abordado, ressalta-se que o presente artigo tem como base o entendimento majoritariamente concebido entre doutrina e jurisprudência de que para fala-se a respeito da ocorrência do ilícito penal, necessário se faz a constatação de três

elementos essenciais, o fato típico, ilícito e culpável.

4.2 – Conduta

A conduta é a ação ou omissão do sujeito que dá causa ao fato típico. As condutas podem ser comissivas (ação), que é considerada o movimento do homem que gera alguma mudança no mundo externo, ou omissivas (omissão), onde ocorre a falta de ação necessária que rompe uma mudança no mundo externo.

Em síntese, a vontade é a causa da conduta, e a conduta é a causa do resultado. Não há vontade no tocante a produção do resultado. O elemento volitivo, interno, acarreta um movimento corporal do agente, o qual, objetivamente, produz o resultado. (MASSON, 2017, p.245)

Ademais, as condutas podem ser classificadas em culposas ou dolosas. O dolo é toda vontade humana geradora de um resultado, enquanto a culpa a falta de uma vontade que gerou o resultado por imprudência, negligência ou imperícia (GRECO, 2017).

A Teoria Finalista da ação tem por conhecimento que o homem não pratica uma conduta sem visar um resultado a partir dessa, sendo a conduta o desejo de sua prática e seu movimento.

Para a teoria finalista da ação (ou da ação finalista), como todo comportamento do homem tem uma finalidade, a conduta é uma atividade final humana e não um comportamento simplesmente causal. Como ela é um fazer (ou não fazer) voluntário, implica necessariamente uma finalidade. Não se concebe vontade de nada ou para nada, e sim dirigida a um fim. A conduta realiza-se mediante a manifestação da vontade dirigida a um fim. O conteúdo da vontade está na ação, é a vontade dirigida a um fim, e integra a própria conduta e assim deve ser apreciada juridicamente". (MIRABETE, 2021, p. 102 a 103)

A teoria finalista, prevê, portanto, que toda ação humana é uma prática da atividade finalista, onde o homem tem noção das consequências de sua conduta. Ou seja, a vontade sempre busca um fim, sendo impossível separar vontade da conduta, a qual a vontade torna-se parte integrante da conduta e, com isto, dela inseparável.

Analisando o estudo acerca da conduta, percebe-se que a teoria finalista é a mais influenciadora no âmbito jurídico, pois é a que melhor esclarece sobre a ação com fundamento no próprio direito positivo. Por conseguinte, a conduta é um elemento indispensável e relevante do fato típico.

4.3 – Resultado

O Resultado é caracterizado pela modificação no mundo exterior, causada pela conduta de um indivíduo, sendo, portanto, a transformação criada pela conduta praticada e seus efeitos, como disserta Damásio (2015 p. 283): “É certo de que a própria conduta já constitui modificações no mundo exterior. Todavia, o resultado é a transformação operada por ela, é o seu efeito, dela se distinguindo.”

Outrossim, o resultado pode ser dividido em: jurídico, onde a simples indisciplina e desobediência à lei, causa o perigo de lesão a um bem juridicamente tutelado ou a própria lesão deste, causando o resultado; e normativo, onde ocorre o resultado material (naturalístico), causada pela conduta do agente.

Sendo assim, constata-se que toda infração penal gera resultado jurídico, pois sempre há um bem jurídico que está sendo violado, mas nem sempre tem o resultado naturalístico, que é oriundo de crime material.

4.4 - Nexo de Causalidade

O nexu causal consiste na ligação entre a conduta realizada pelo sujeito e o resultado que foi gerado pela ação e, com isto, somente com a constatação do nexu causal pode-se imputar sanção a um agente a partir do resultado gerado. O ordenamento jurídico brasileiro aderiu a teoria da equivalência dos antecedentes - *conditio sine qua non*, em que a conduta comissiva ou omissiva será observada, analisando o fato que gerou o resultado para trás, para se chegar ao crime causado (DAMASIO, 2013).

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 13, preleciona a teoria da equivalência dos antecedentes, o qual cita que, na causa, vale-se tanto a ação como a omissão, na qual sem ela não teria ocorrido o resultado.

Art. 13, CPB - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido (BRASIL, 1940).

Conclui-se que, a partir da teoria da equivalência, todo evento perpetuado para a ocorrência de um fato deverá ser considerado como causa.

5 PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

A partir da implementação dos objetivos sociais traçados pela moderna política criminal, a institucionalização do princípio da insignificância teve como fundamento, o reconhecimento do caráter subsidiário do sistema penal decorrente dos próprios fins por ele visados, como, por exemplo, a intervenção mínima do Poder Público.

Importante se faz o destaque que, apesar do contexto citado, o princípio da insignificância não encontra respaldo para aplicação indistinta, por outro lado, encontra balizas a serem consideradas no que se refere às possibilidades de aplicação. O Supremo Tribunal Federal assevera a respeito de pressupostos necessários para deflagração do princípio da insignificância que atuarão como parâmetros para aferição da ocorrência ou não de uma conduta insignificante.

A título de esclarecimento ressalta-se que corrente doutrinária minoritária disserta a respeito da diferenciação entre requisitos objetivos e subjetivos para a admissibilidade do princípio da insignificância. No entanto, a partir da análise da jurisprudência da Corte do Supremo Tribunal, denota-se predominante o entendimento de que apenas os pressupostos objetivos são necessários à apuração de um crime de bagatela. Nesse sentido

A caracterização da infração penal como insignificante não abarca considerações de ordem subjetiva: ou o ato apontado como delituoso é insignificante, ou não é. E sendo, torna-se atípico, impondo-se o trancamento da ação penal por falta de justa causa (HC 77.003, 2ª T., Marco Aurélio, RTJ 178/310). :

Razão pela qual no presente artigo para constatação da efetiva justiça na aplicação do princípio da insignificância, serão considerados os chamados requisitos objetivos exarados pelo Supremo Tribunal Federal.

Para a cúpula do Poder Judiciário, tem como requisito a mínima ofensividade da conduta que é necessária ao se falar em insignificância e caracteriza-se quando a conduta praticada pelo agente não causa detrimento a integridade moral ou física da vítima tão pouco da sociedade. Por conseguinte, nota-se como fundamental a Ausência de periculosidade social da ação que é evidenciada quando explícito que o suposto delito não expõe a perigo a sociedade ou ao seu patrimônio. E ainda, deve ser apurado o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento caracterizado quando no contexto social, contemporâneo ao fato, não se verifique significativa lamentação da sociedade. Por fim, a inexpressividade jurídica da lesão, para o Supremo Tribunal, deverá ser constatável, sendo caracterizada pela avaliação do grau de ofensa aos bens juridicamente tutelados pela norma penal.

6 O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA

O chefe ou delegado de Polícia é o agente estatal encarregado da gerência da delegacia de sua área, entre suas funções pode-se citar a coordenação de inquéritos policiais desde sua abertura até a conclusão, averiguações externas à delegacia, entre outros procedimentos com fim de esclarecimento dos delitos, de forma a tornar possível a propositura de ação penal.

A título de exemplo, diversas legislações como o Código Eleitoral, Lei de Execução Penal, Lei da Prisão Temporária, Lei sobre Crimes Contra a Ordem Tributária, Código de Trânsito Brasileiro, Lei Maria da Penha, Lei Sobre Organizações Criminosas, dentre outras, ressalta-se o Código de Processo Penal que estabelece as seguintes atribuições ao Delegado de Polícia:

Art. 4º ao art. 23 – Do Inquérito Policial

Art. 32, § 2º – Emitir atestado de pobreza.

Art. 39 – Receber a representação criminal, nos casos de crimes de ação penal pública condicionada.

Art. 107 – Declarar-se suspeito, quando ocorrer motivo legal.

Art. 120 – Proceder à restituição de coisas apreendidas.

Art. 127 – Representar por medidas assecuratórias junto ao juízo competente.

Art. 149, § 1º – Representar ao juiz pelo exame de sanidade mental.

Art. 163 – Providenciar a lavratura de auto circunstanciado de Exumação cadavérico, bem como diligenciar na identificação da sepultura objeto de exumação.

Art. 168 – Requisitar a complementação dos exames de lesões corporais.

Art. 169 – Providenciar a não alteração do estado das coisas em local de crime até a chegada dos peritos.

Art. 174, III – Requisitar os documentos que existirem em arquivos ou estabelecimentos públicos para fins de exame pericial;

Art. 176 – Formular quesitos nas perícias em geral.

Art. 178 – Requisitar as perícias em geral aos diretores das repartições periciais.

Art. 180 – Nomear peritos para resolver divergências periciais, requisitar novo exame pericial, quando a divergência não for resolvida.

Art. 184 – Indeferir a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade. (BRASIL, 1940)

Tamanha abrangência funcional resulta em alto grau de responsabilidade. Atualmente, o delegado de polícia deverá, obrigatoriamente, ser Bacharel em Direito bem como ser submetido a concurso público e, por decorrência lógica, professo nas ciências jurídicas. Tais exigências permitem ao Estado conferir à figura do delegado o status de primeira autoridade detentora de conhecimentos jurídicos a ter contato oficial com um suposto fato típico.

Conseqüentemente, o delegado deverá zelar pela efetivação dos valores constitucionalmente estabelecidos, tais como, o pleno reconhecimento de cidadania aos indivíduos e a dignidade da pessoa humana, atuando, portanto, de forma a não se sujeitar à máquina política decorrente do envolvimento na malha da burocracia do Estado atuando como mero aplicador da norma penal de maneira *ipsis litteris* desatento aos fins da constituição cidadã.

O delegado de Polícia tem como âmago de suas funções a observância da missão constitucional de garantia dos direitos fundamentais da pessoa, atuando estritamente de modo a efetivar a proteção dos cidadãos bem como do sistema democrático brasileiro. Nesta toada disserta Railda Saraiva que

O processo penal e as garantias que o regem não são dirigidas aos criminosos, podendo ser alteradas conforme o grau de perversidade destes. A tutela se dirige à sociedade como um todo e a cada indivíduo em particular, que pode, a qualquer momento, se transformar em suspeito ou acusado, ficando sujeito a abusos injustificáveis e a injustiças irreparáveis se não cercado das garantias constitucionais que lhe asseguram um devido processo legal. (SARAIVA, 2009 p. 69)

Diante de tal aspecto, é possível visualizar o impacto gerado na sociedade pelo cargo de delegado no contexto atual de ligação com o Direito, em especial com o

Direito Constitucional, Direito Penal e Processo Penal. Dessa forma, o delegado de polícia para que atue no sentido da efetivação dos princípios adotados pelo sistema legal, faz jus à discricionariedade que se revela inerente às suas funções que em realidade não se resumem a mera efetivação da norma positivada, mas, face a sua formação e a importância de seu cargo, constituem o dever de racionalização, efetiva aplicação do Direito e consequente manutenção dos objetivos do Estado Democrático de Direito. Tal discricionariedade é conceituada por Celso Antônio Bandeira de Mello da seguinte forma

A margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar com sua vontade ou juízo a norma jurídica, diante do caso concreto, segundo critérios subjetivos próprios, a fim de dar satisfação aos objetivos consagrados no sistema legal. (MELLO, 2008, p .267)

Esta discricionariedade que em realidade constitui um poder-dever da autoridade, deve observância à dignidade humana, zelando pelo cumprimento das normas e pela não ocorrência de arbitrariedades com a justificativa de fazer cumprir a lei. A discricionariedade atribuída a autoridade policial é abordada por Fernando Capez, onde disserta que

Antes da lavratura do auto, a autoridade policial deve entrevistar as partes (condutor, testemunhas e conduzidos) e, em seguida, de acordo com a sua discricionária convicção, ratificar ou não a voz de prisão do condutor. O auto somente não será lavrado se o fato for manifestamente atípico, insignificante ou se estiver presente, com clarividência, uma das hipóteses de causa de exclusão da antijuridicidade. (CAPEZ, 2017, p.262)

Por essa razão, face ao acatamento jurisprudencial - doutrinário do Princípio da insignificância no contexto do Ordenamento Jurídico Pátrio, suas positivas consequências e a missão constitucional do cargo do delegado de Polícia enquanto agente Estatal de salvaguardar os objetivos do Estado Democrático de Direito durante a efetivação das funções de Polícia Judiciária, torna-se de suma importância a inclusão da possibilidade de aplicação do princípio da insignificância por tal agente ante sua discricionariedade orientado através dos pressupostos de aplicação estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

7 A VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

PELO DELEGADO DE POLÍCIA

O atual cenário do Poder Judiciário Brasileiro em âmbito criminal é revelado através do relatório Justiça em Números, editado pelo Conselho Nacional de Justiça o qual revela que em 2020, 1,9 milhão de casos novos criminais foram demandados sendo 1,2 milhão (63,2%) na fase de conhecimento; 11 mil (0,6%) em âmbito recursal; 567,6 mil (29,3%) no segundo grau; e 133,4 mil (6,9%) nos Tribunais Superiores.

O número de processos, levando em consideração a perspectiva dos princípios penais da fragmentariedade e subsidiariedade do direito penal, revela a necessidade de racionalização a cerca de medidas que possam embasar a efetivação da dignidade da pessoa humana, estabelecida como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

Não obstante o elevado número de causas penais constantes no judiciário brasileiro, os dados revelados pelo Conselho Nacional de Justiça se mostram ainda mais alarmantes, quando, além da apuração dos números, o estudo se aprofunda à realidade dos casos concretos.

A título de exemplo, cita-se o RHC126272 levado à corte do Superior Tribunal de Justiça, onde constatou-se a condenação pelas instâncias ordinárias decorrente de furto de dois filés de frango empanados, cujo valor total corresponde à monte de R\$ 4 (quatro) reais. No caso em vertente manifestou-se com êxito o ministro Rogério Schietti no sentido do trancamento da ação penal face a insignificância penal da conduta do acusado.

O referido caso, não revela excessão ao contexto atual e auxilia ainda na interpretação da desproporção entre as causas bagatelares levadas ao judiciário brasileiro e o valor gasto pelo Estado na resolução de demandas como a acima explícita. Ainda conforme o relatório editado pelo Conselho Nacional de Justiça, o custo médio de um processo aos cofres públicos, em média tem o custo de R\$1.848,00 (mil oitocentos e quarenta e oito reais) na justiça comum.

Dado o contexto atual, cada vez mais se torna notória a aplicação do princípio da insignificância nas decisões judiciais conforme orientam as cortes superiores bem como sua aceitação pela doutrina brasileira. Consequentemente, o binômio necessidade/possibilidade de aplicação pelo delegado se faz mais discutido, vez que na legislação não se encontra disposição quanto à viabilidade do delegado de polícia aplicar o

princípio, afirmando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em passado recente que, apenas o Poder Judiciário seria detentor de capacidade para aplicar o princípio da insignificância.

Ocorre que diversos são os doutrinadores que se manifestam contra tal entendimento. Masson (2017) disserta que o reconhecimento da atipicidade pelo Poder Judiciário é também possível pela autoridade policial face a idêntica formação jurídica necessária para ocupação do cargo.

Do mesmo ponto de vista partem Fontes e Moraes (2016) ao afirmarem que o entendimento da corte se reveste de obsolescência e contradição à atual concepção do cargo de delegado de polícia que tem como paradigma a Constituição Cidadã de 1988, da qual decorre o fato de que a autoridade policial deve, desde o primeiro contato com um possível fato típico resguardar as garantias dos indivíduos envolvidos, primando pela diretriz da dignidade da pessoa humana e pela intervenção mínima do Estado.

Não obstante, Gomes (2002) ao analisar a lavratura de um auto de prisão em flagrante referente ao furto de uma cebola direciona o detentor do cargo de delegado de polícia à possibilidade de aplicação do princípio ao afirmar que

A prisão em flagrante de Izabel é fruto de um equívoco. Demonstra de outro lado que o ensino jurídico no nosso país (e particularmente o ensino do Direito Penal) precisa avançar. O homem já chegou à lua, o mundo se globalizou, planeta se integrou inteiramente pela Internet e o nosso Direito Penal continua o mesmo da Segunda Guerra Mundial. O delegado agiu da forma como agiu porque aprendeu na faculdade a ser um legalista positivista e napoleônico convicto. Esse modelo de ensino jurídico (e do Direito Penal) já morreu. Mas se já morreu, porque o delegado continua lavrando flagrante no caso do furto de uma cebola? A resposta é simples: morreu mas ainda não foi sepultado! O modelo clássico e proveito do Direito penal é como elefante: dar tiros nele é fácil, difícil será sepultar o cadáver. O delegado, o juiz e o promotor que seguem o velho e ultrapassado modelo de Direito penal (formalista, legalista), no máximo aprenderam o Direito penal do formalismo (que começou a ficar decadente na Europa na década de 60 exatamente por ser puramente formalista). Apesar disso, ainda é o modelo contemplado (em geral) nos manuais brasileiros e é o ensinado nas faculdades de direito (GOMES, 2002)

É necessário ressaltar ainda que em homenagem a fragmentariedade do direito penal, o Poder Judiciário não deve ser provocado a valer-se do sistema penal em eventos que não possuam relevância para tanto. Como ressaltado anteriormente, em decorrência da aplicação do princípio da insignificância, haverá a ausência da tipicidade material, resultando, portanto, em um fato atípico para a autoridade

judiciária, que por uma conclusão lógica, pode ser dedutível da mesma forma por uma autoridade policial. Desse modo:

[...] o princípio da insignificância afasta a tipicidade do fato. Logo, se o fato é atípico para a autoridade judiciária, também apresenta igual natureza para a autoridade policial. Não se pode conceber, exemplificativamente, a obrigatoriedade da prisão em flagrante no tocante à conduta de subtrair um único pãozinho, avaliado em poucos centavos, do balcão de uma padaria, sob pena de banalização do Direito Penal e do esquecimento de outros relevantes princípios, tais como o da intervenção mínima, da subsidiariedade, da proporcionalidade e da lesividade. Para nós, o mais correto é agir com prudência no caso concreto, acolhendo o princípio da insignificância quando a situação fática efetivamente comportar sua incidência. (MASSON, 2017 p. 48)

O delegado tem o encargo de ser o primeiro assegurador da legalidade, pois, diligência nas demandas investigativas como primeira autoridade acreditada pelo Estado. Desse modo, garantir a autonomia das decisões do detentor do cargo equivale à proteção da aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana. Por tais razões, a autoridade policial, face a um fato que seja materialmente atípico, pode e deve aplicar o referido princípio. Tal medida não só assegura a derradeira efetivação dos valores constitucionalmente estabelecidos como revela também alternativa legalmente viável para descongestionamento do poder judiciário, o que por consequência lógica permite a efetiva tutela do Poder Público no que tange aos fatos relevantes.

8 CONCLUSÃO

No decorrer do presente artigo, procurou-se investigar a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância pelo delegado de polícia e observou-se que a viabilidade se manifesta com a necessidade de evitar que demandas que não trazem considerável dano à sociedade sejam levadas à seara processual penal resultando no aumento da precariedade do sistema no que tange a resolução de demandas de considerável gravidade.

Não obstante, pôde-se concluir pela aplicabilidade do princípio da insignificância em decorrência dos atuais valores constitucionais perseguidos pelo Estado Democrático de Direito explicitados no atual entendimento da corte superior que estabelece pressupostos

de aplicação para o referido princípio e ainda face à ausência de vedação de tal possibilidade no ordenamento jurídico pátrio.

A aplicação do princípio, em sede policial é, ainda nos dias de hoje, um assunto controvertido vez que na bibliografia forense há relevante discordância de colocações e pareceres sobre tal possibilidade. Como exemplo, tem-se o recém superado posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que se manifestava no sentido de que apenas o Poder Judiciário ter a capacidade de aplicação do princípio.

No entanto, para diversos doutrinadores aliados a entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a referida perspectiva encontra-se desatualizada somada ainda à ausência de disposição na legislação brasileira que vede o reconhecimento da atipicidade material de uma conduta pelo delegado. Perspectiva essa que, -embora vedado ao delegado arquivar inquérito de ofício- possibilita a não produção do auto de prisão em flagrante ou o não recebimento da *notitia criminis*. Nesse sentido assevera Machado (2019, *apud* LYRA FILHO) que “o delegado de polícia não só pode como deve classificar as infrações penais. Trata-se de operação intelectual plena (embora suscetível de retificação) e indeclinável (imprescindível à irradiação procedimental)”.

Por tais razões, partindo-se da diretriz constitucional de garantia da dignidade da pessoa humana, da qual decorre a atual perspectiva de atuação no setor da segurança pública e, assim, englobando a concepção do cargo de delegado de polícia, conclui-se que o ocupante do cargo deve exercer suas atribuições com a finalidade de garantir os direitos fundamentais de seus pares na sociedade levando em consideração a necessidade de maior eficiência e rapidez na resolução das demandas jurídico-criminais aplicando o princípio da insignificância nas situações em que se mostrar cabível através dos parâmetros legais, doutrinários e jurisprudenciais.

Cabe ressaltar que diante de tal entendimento não se propõe a impunidade dos agentes por seus atos, mas sim, a verdadeira aplicação dos valores constitucionais e da missão atribuída ao agente estatal, o que terá por resultado a adequação dos atos aos devidos campos do direito, restando assim, em homenagem ao princípio a fragmentariedade do direito penal, apenas as causas verdadeiramente relevantes e necessárias à manutenção da ordem social.

Por fim, pode-se concluir que, como o Delegado de Polícia é o primeiro operador da lei e, aliado aos seus conhecimentos técnicos e jurídicos necessários, seria coerente e lógico privilegiá-lo como tendo total autonomia para analisar a viabilidade da aplicação do Princípio da Insignificância desde o momento da *notitia criminis*, verificando, também, a

tipicidade do ato ilícito, sendo que este "filtro" inicial feito pelo Delegado, atende também ao interesse público e pode corroborar com o andamento das demais causas existentes na seara penal.

REFERÊNCIAS

ACKEL FILHO, Diomar. **O princípio da insignificância no direito penal**: julgados do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. São Paulo: nome da editora, 1988.

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. V1, Parte geral (arts. 1. a 120), 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BAGATELA: documentário. Direção de Clara Ramos. Polo de Imagem; Fundação Padre Anchieta (TV Cultura). 2010. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKoZAqP20Hg>. Acesso em: 11, set, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Habeas-corpus nº 126.272 - MG, da 2ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Brasília, DF, 1 de junho de 2021. Disponível em: < https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/SiteAssets/documentos/noticias/07062021%20RH_C126272.pdf > Acesso em: 02 de novembro de 2022.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Delegado de polícia e aplicação do princípio da insignificância**. Portal JusBrasil, 2011. Disponível em: <https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/121937970/delegado-de-policia-e-aplicacao-do-principio-da-insignificancia>. Acesso em: 11, set, 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. v. 1, Parte geral (arts. 1. a 120), 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAVALCANTI, Eduardo Medeiros. **Crime e sociedade complexa**: uma abordagem interdisciplinar sobre o processo de criminalização. Campinas: LZN, 2005, p. 302.

COLNAGO, Rodrigo. **Direito penal: parte geral** - 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 2010. - (Coleção estudos direcionados: perguntas e respostas; 7 / coordenadores Fernando Capez, Rodrigo Colnago).

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. V. Único, Parte Geral (arts. 1º ao 120). 4. Ed. Bahia: JusPodivm, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luiz Flávio. **Prisão por furto de uma cebola**. 2002. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2002-mai-21/ninguem_preso_flagrante_furto_cebola.

GOMES, Luiz Flávio. **Caso Angélica Teodoro: Roubo de um pote de manteiga e princípio da irrelevância penal do fato**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1020, 17 abr. 2006. Disponível em: . Acesso em: 27 nov. 2017.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal – parte geral**. 10. ed. Niterói: Impetus, 2017.

JESUS, Damásio. **Direito penal: parte geral**, ed 36. São Paulo Saraiva. 2015

JUSTIÇA em números 2021. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-justica-em-numeros2021-12.pdf> >. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. **Princípio da insignificância no direito penal: análise à luz da lei 9.099/95: juizados especiais criminais, lei 9.503/97, código de trânsito brasileiro e jurisprudência atual**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado: parte geral**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. v. 1.

ROXIN, Claus. **Política Criminal y Sistema del Derecho Penal**. Barcelona: Bosch, 1972.

ROXIN, Claus. **Problemas Fundamentais de Direito Penal**. Lisboa: Ed. Vega, 1998.

SARAIVA, Railda. **A Constituição de 1988 e o ordenamento jurídico – penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

SILVA, Ivan Luiz. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. Curitiba: Ed Juruá, 2004.

MACHADO, Ângela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Prática penal**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELLO, Celso Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MIRABETE, Julio Fabrini; FABRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal – Parte**

Geral. 35ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2021)

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico penal**. Trad. Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2001.

ZEIDAN, Rogério. **Ius Puniendi, Estado e Direitos Fundamentais: Aspectos de Legitimação e Limites da Potestade Punitiva**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

A POLÍTICA DE AUSTERIDADE COMO PRÁTICA DESCONSTITUINTE

THE AUSTERITY POLICY AS A DISCONSTITUTING PRACTICE

Alice Cristina Moraes²⁷

Ernane Salles da Costa Junior²⁸

Nataly de Sousa Ferreira²⁹

Ruth Clemencia Cruz Oliveira³⁰

Resumo: O artigo através de pesquisa bibliográfica e contundente estudo pretende discorrer sobre os contornos da política de austeridade frente a razão do Estado que tem como base fundamental a efetivação de direitos sociais e demais garantias oriundas do texto Constitucional.

Palavras-chaves: Política de austeridade. Direitos sociais. Força normativa da Constituição da República. Projeto desconstituente.

Abstract: The article, through bibliographical research and incisive study, intends to discuss the contours of the austerity policy in view of the reason of the State, which has as its fundamental basis the realization of social rights and other guarantees arising from the Constitutional text.

Keywords: **Austerity policy. Social rights. Normative force of the Constitution of the Republic. Disruptive project.**

²⁷ Graduanda em Direito pelas Faculdades Promove de Belo Horizonte/MG. alice.moraes@soupromove.com.br.

²⁸ Ernane Salles. Orientador da disciplina TCC II, turma João Pinheiro. E-mail: ernane.salles@soupromove.com.br.

²⁹ Graduanda em Direito pelas Faculdades Promove de Belo Horizonte/MG. nataly.ferreira@soupromove.com.br

³⁰ Graduanda em Direito pelas Faculdades Promove de Belo Horizonte/MG. ruth.oliveira@soupromove.com.br

1 INTRODUÇÃO

Dispõe-se que o presente emprego tem a missão de discorrer sobre os impactos da política de austeridade frente aos objetivos e direitos fundamentais da República. Nesse sentido, será atenuada a correlação da crise econômica e política com a aprovação de medidas que vão de encontro ao texto Constitucional.

A emenda constitucional 95 é um exemplo das referidas medidas, visto que impõe um teto para os gastos públicos federais por 20 anos. O teto, entretanto, não incide sobre a totalidade do orçamento, apenas sobre o orçamento fiscal e sobre o orçamento da seguridade social. Sendo assim, as despesas financeiras e em oriundas da dívida pública não estão incluídas.

Diante disso, nota-se que a medida incide apenas sobre as despesas mais necessárias do Estado, bem como segue em caminho adverso do estabelecido pela Constituição da República a luz de seus princípios fundamentais.

De tal sorte, a pesquisa tem como propósito identificar a política de austeridade como a tradução de um projeto desconstituente, visto que institui um Estado voltado para ter um fim em si mesmo. No entanto, a atividade fim do Estado é prestar saúde, educação e segurança, e essas são as áreas que foram mais afetadas pela emenda.

Diante disso, questiona-se: A política de austeridade condiciona a força normativa da Constituição de 1988 aos hiperativos do mercado?

A pesquisa buscará respostas a essas e outras indagações a medida em que irá analisar o contexto político e econômico que ensejaram na adoção do controle fiscal, bem como os seus perigos para o desenvolvimento dos direitos fundamentais e sociais, seu regime jurídico e consequências da aplicação da austeridade no país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de se levantar a pauta proposta pela presente pesquisa, indispensável traçar os contornos históricos que culminaram na aprovação da Emenda 95 em 2016.

Nesse sentido, certo que em meados de 2014 afloram traços mais expressivos da crise política e econômica que motivou a política de austeridade posteriormente adotada. Contudo, ela teve seus primeiros traços desenhados anos antes.

Entre o período de 2003 a 2005, durante o então governo Lula, o país passou por uma inflexão na política econômica, passando a experimentar um novo padrão de crescimento econômico voltado para a construção de um Estado mais forte e participativo na economia, visando a redução das desigualdades salariais, o aumento no investimento público, e a dotação de uma política fiscal expansionista.

Dessa forma, constata Laura Carvalho

No caso brasileiro, a reorientação da política econômica foi promovida de forma amena e gradual. Entre 2003 e 2005, durante o primeiro governo Lula, a principal novidade se deu no âmbito das políticas de transferência de renda, expandidas e universalizadas com a criação do programa Bolsa Família.³¹

Os sinais da crise, entretanto, começam a surgir já em 2005 com o escândalo do mensalão que envolveu o governo Lula em um esquema de compra de votos e desencadeou a saída de José Dirceu do governo, conforme conclui a autora³².

Agora, sobre os olhares atentos ao antipetismo que já se anunciava no país, frente aos indícios de corrupção, Dilma Rousseff é eleita em 2011. A presidente inicia seu mandato com a demissão de ministros envolvidos em corrupção, dando os primeiros passos a um projeto que mais tarde foi reconhecido como faxina moral.

³¹ (CARVALHO, 2018, p. 12).

³² (CARVALHO, 2018, p. 15).

Em março de 2013 Dilma chega a atingir 79% de aprovação pessoal e 63% de aprovação do seu governo, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), números que não foram alcançados nem mesmo por seu antecessor.

Sobre a política de governo a presidente também se afastou das adotadas por Lula, reduzindo os gastos sociais, se voltando para políticas de desoneração ao setor privado, incentivando a redução do Estado nos investimentos públicos e a criação de políticas industriais, desonerando o setor produtivo.

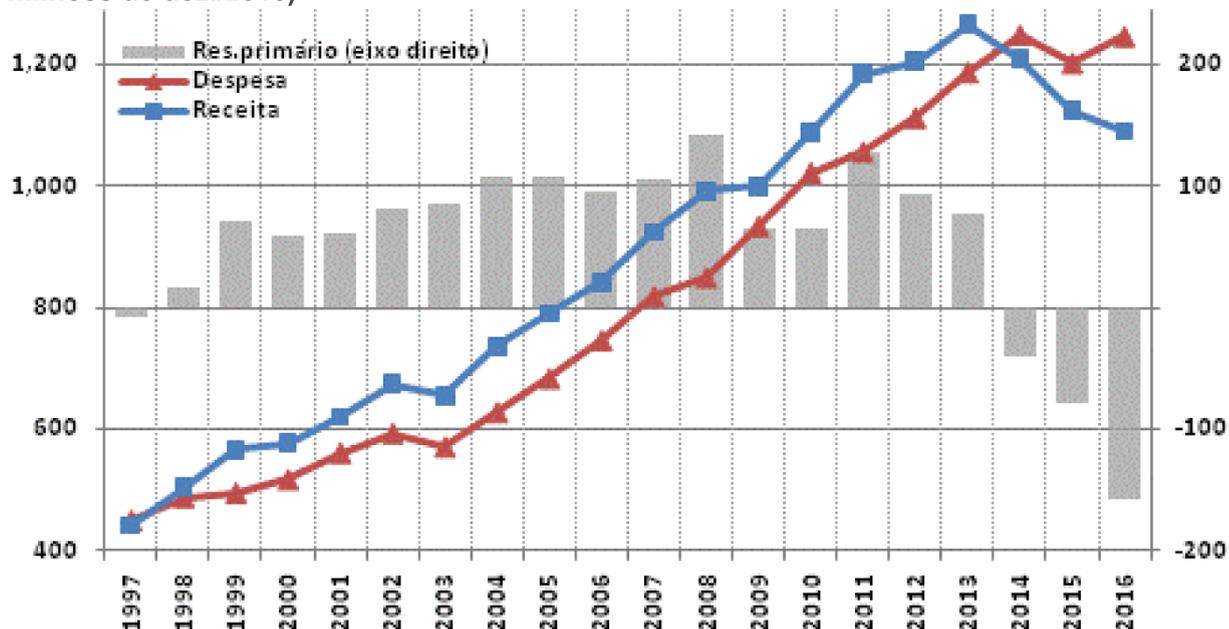
Nesse sentido, argumenta Sarrano e Summa

O desempenho sombrio dos investimentos nos permite concluir que a mudança na orientação da política macroeconômica desde 2011, com o governo tentando estimular o investimento privado e o emprego não através do aumento da demanda agregada, mas principalmente pela redução de custos e / ou aumentando as margens líquidas de lucro das empresas, foi um fracasso. Essas medidas parecem não ter estimulado em nada as despesas de investimento.³³

Portanto, com a política de desoneração as receitas do estado começaram a cair, o que responde pela queda das receitas é a redução do crescimento econômico a partir de 2011 em relação ao período anterior e a política de renúncia de receita que aumentou muito na estratégia de mobilização do setor privado.

³³ (SARRANO, SUMMA, 2015, p. 30).

Gráfico - Receitas, despesas e resultado primário ajustados do Governo Central (R\$ milhões de dez./2016)



Fonte: STN ajustada. Elaboração Chernavsky, Emilio. Dweck, Esther. Teixeira, Rodrigo. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Scielo Brasil, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ecos/a/FhqwGFnqbJkTWLHXLJbzVzP/?lang=pt#>>. Acesso em: 14, novembro de 2022.

Evidente que com a baixa nas receitas e os mesmo gastos o déficit nominal do Estado passou a aumentar, por consequência as dividas tanto bruta, quanto liquida também aumentaram. Em 2014 o Estado teve pela primeira vez o período de déficit primário, isso é, arrecadou menos que gastou.

Apesar da economia em desaceleração e a baixa na questão fiscal, o fator determinante para a instauração da situação de crise é a resposta que o governo Dilma deu a esse cenário de deterioração da questão fiscal brasileira.

2.1 Da política de Austeridade

Antes de dissecar a aplicação da politica de austeridade no Brasil necessária se faz a análise do que a compreende em linhas gerais.

É o que delimita Mark Blyth:

Austeridade é uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. Fazê-lo, acham os seus defensores, inspirará a “confiança empresarial” uma vez que o governo não estará “esvaziando” o mercado de investimento ao sugar todo o capital disponível através da emissão de dívida, nem aumentando a já “demasiada grande” dívida da nação.³⁴

O autor, ainda, completa que a austeridade é uma ideia perigosa por três razões: primeiro, porque não funciona. Segundo, porque depende de que as classes menos favorecidas paguem pelos erros da classe dominante. Terceiro, porque repousa sobre uma grande “falácia da composição”: nem tudo que se aplica ao nível de uma família, de uma empresa ou de um país, se verifica para o conjunto destes.

Passemos a análise da premissa do autor, as políticas de austeridade não funcionam porque sofrem de uma ilusão estatística e distributiva, visto que as políticas de cortes geram desemprego e crises econômicas, e com o excesso de mão de obra disponível, os empregadores reduzem seus gastos e aumentam seus lucros.

Dito isso, a política de austeridade é pura e simplesmente uma política de classes e afeta de forma desproporcional aqueles que dependem de políticas públicas para exercer com dignidade a cidadania. Ora, conforme conclusão, em uma democracia a sustentabilidade política supera a necessidade econômica o tempo todo.

Logo, a política de austeridade consiste então na contenção de gastos e controle fiscal, com o objetivo de equilibrar as contas do país e estimular o crescimento econômico. O principal problema se aloja na aplicabilidade, onde se observa a diminuição do Estado social e não a diminuição do Estado, visto que na mesma proporção que se reduz em políticas públicas se aumenta em protecionismo ao empresariado, questão que será melhor desenvolvida nos próximos tópicos.

³⁴ (BYTH, 2017, p.19).

2.2 Do teto de gastos

A aplicação da austeridade no Brasil é inaugurada no governo Dilma, com o ajuste fiscal promovido em 2014 pelo até então ministro da economia Joaquim Levy.

No entanto, é em 2016 que se dá a aprovação da Emenda 95, dispondo de validade de 20 anos e vigência temporária. A referida Emenda estabelece um teto de gastos sobre o orçamento fiscal e sobre o orçamento da seguridade social.

Em sua redação, fica estabelecido para cada ano limites individualizados para as despesas primárias, não podendo haver aumento real, apenas o reajuste inflacionário. Destaca-se a sua não incidência para as despesas financeiras, pagamento de juros, e pagamentos em virtude da dívida.

O pretexto usado para sua aprovação é de que o teto de gastos ajudaria a controlar as despesas públicas e atrairia investidores que sentiriam mais confiança no comprometimento do Estado com a responsabilidade fiscal. Assim, a medida em que os investimentos seriam ampliados a economia do país se beneficiaria.

Passados 5 (cinco) anos desde a aprovação dessa lei o cenário que foi desenhado ainda não saiu do papel. Já antes da pandemia o desemprego estava em 11,6%, bem como o PIB de 2019 foi de 1,2% segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3 Perigos em relação aos direitos sociais

Superada essa questão, sobressai a de maior destaque, a austeridade como aponta Blyth³⁵, vem sendo entendida como penitência “a dor virtuosa após a festa imoral”.

A luz desse princípio, a Emenda 95 desenha um Estado mínimo em políticas públicas, mas não para o empresariado e demais gastos financeiros. De fato, é inexplicável a implementação de um teto de gastos que incide sobre as despesas mais necessárias do Estado.

³⁵ BLYTH, Mark. Austeridade: A história de uma ideia perigosa, 1ª ed., São Paulo, 2017.

Para mais, apesar de o disposto teto incidir sobre todos os serviços públicos, à saúde e à educação são destinados recursos mínimos, conforme exigência da Constituição da República³⁶. Em síntese, isso não resulta em mais investimento, apenas determina que do total dos recursos será remanejado o mínimo constitucional para essas áreas, o que sobrar, de acordo com o teto, é destinado as demais.

Dessa forma, o que se tem com a Emenda é um verdadeiro desmonte das políticas públicas no país. Assim conclui Ernane Salles³⁷, ao afirmar que o teto de gastos fixado pela Emenda 95 excepcionaliza os direitos fundamentais, fazendo com que a Constituição de 1988 só valha naquilo que não contraria a Emenda.

3 METODOLOGIA

A pesquisa proposta vislumbra problematizar a política de austeridade adotada pelo governo brasileiro. Nesse contexto, o teto de gastos públicos instituído pela emenda 95 é exemplo do projeto desconstituinte que tem como principal objetivo a degradação constitucional. Sob exata perspectiva, trataremos agora da metodologia aplicada ao projeto.

Nas palavras de Cleber Cristiano e Ernani Cesar³⁸, o método dedutivo, de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica. Dito isso, quanto ao raciocínio a pesquisa será dedutiva.

A acerca da abordagem, José Guilherme³⁹ dispõe que na pesquisa qualitativa o pesquisador deve reunir elementos suficientes para chegar, racionalmente, a uma conclusão aceitável sobre determinado fenômeno. Nesse sentido, em relação à abordagem a pesquisa será qualitativa.

³⁶ Arts. 198, §2º e 198 da CF.

³⁷ JUNIOR, Ernane Salles da Costa e DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. Tempo da Constituição e Ponte para o Futuro: uma análise a partir da teoria crítica da aceleração social. Rev. Direito e Práx. 12 (01). Publicado em 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/LkhpWJQMtgvnYqnwmcT8RCL/>. Acesso em 23 de abril de 2022.

³⁸ (CRISTIANO, CESAR, 2013, p. 32).

³⁹ (GUILHERME, 2010, p. 52).

Quanto à natureza, a pesquisa será básica, conforme descrevem Cleber Cristiano e col Ernani Cesar⁴⁰, a pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

Em relação aos fins a pesquisa será explicativa. Sobre a pesquisa explicativa dispõe Antônio Carlos⁴¹, se dá quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados. Visa a identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos; “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas.”

No que diz respeito aos meios, observa-se que a pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de material já publicado. Com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Dito isso, quanto aos meios a pesquisa será bibliográfica.

No tocante aos instrumentos de pesquisa, será utilizada a análise de conteúdo. Sobre a análise de conteúdo, descreve Daniel Souza⁴², esse instrumento trata de materiais já existentes. A partir deles é possível comparar a diferença entre dados de diferentes épocas ou constatar semelhança de informações ao decorrer do tempo, visando sempre o tratamento do máximo de dados possível.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Regime jurídico dos direitos fundamentais

Para fiel análise do regime jurídico dos direitos fundamentais, necessário se faz compreender a relevância jurídica dada a estes pela Constituição, nesses termos discorre Mendes

A relevância da proclamação dos direitos fundamentais entre nós pode ser sentida pela leitura do Preâmbulo da atual Constituição. Ali se proclama que a Assembleia Constituinte teve como inspiração básica dos seus trabalhos o propósito de

⁴⁰ (CRISTIANO, CESAR, 2013, p. 18).

⁴¹ (CARLOS, 2010, p. 30).

⁴² (SOUZA, 2020, p. 14).

"instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança". Esse objetivo há de erigir-se como o pilar ético-jurídico-político da própria compreensão da Constituição.⁴³

Além disso, a Constituição da República também estabelece em seu artigo 60, §4º, que os direitos e garantias individuais são cláusulas pétreas. Nesse sentido, tem-se que a efetivação desses é obrigatória nos termos da sua própria natureza.

De fato, os direitos fundamentais traduzem o direito a viver num Estado que garante condições de vida digna para as pessoas que nele convivem. Portanto, prescinde enunciar que a observância dos direitos fundamentais esta intrinsecamente ligada a um parâmetro realmente democrático de convívio social.

Dito isso, se o país não conseguir produzir níveis de serviços públicos que refletem esses direitos estaremos diante de uma crise de legitimidade do sistema político brasileiro. Cenário caótico para um país que ainda tem uma democracia em amadurecimento.

4.2 Do princípio da vedação do retrocesso

O princípio da vedação do retrocesso é um princípio implícito que foi inicialmente difundido no país por José Canotilho por meio da comparação com a legislação portuguesa. Seu regramento disciplina a proibição do legislador ordinário e legislador constituinte de reduzir garantias sociais que foram dadas.

Tal princípio está ligado inicialmente a dignidade da pessoa humana, dito isso, não é possível retroagir em garantias sociais de modo a ofender a dignidade do indivíduo. Nesse sentido, discorre Luís Roberto Barroso

⁴³ (MENDES, 2009, p.302).

O princípio da proibição do retrocesso decorre justamente do princípio do Estado Democrático e Social de Direito, do princípio da dignidade da pessoa humana, do princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras dos direitos fundamentais, do princípio da proteção da confiança e da própria noção do mínimo existencial.⁴⁴

Assim também pauta Canotilho, ao atestar que os direitos fundamentais devem ser dotados de garantias e estabilidade em relação as conquistas já alcançadas pela sociedade em relação ao legislador.

Logo, o princípio da vedação do retrocesso foi criado com a missão de deter a violação do regime jurídico dos direitos fundamentais a medida em que garante que estes não se sujeitavam a atos discricionários de governo.

4.3 Do mínimo existencial

O artigo 3º da Constituição Federal abduz como princípios fundamentais da República o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, e a redução das desigualdades sociais.

A despeito desses objetivos o princípio do mínimo existencial busca definir condições materiais mínimas para a preservação da integridade de cada indivíduo. Nesse cenário, ao Estado cabe a função de suprir as deficiências que negam ao indivíduo o gozo dos direitos fundamentais já garantidos na Constituição.

Nesse sentido, enuncia Paula

O mínimo existencial apresenta-se sob duas formas: impõe ao Estado o dever de oferecer prestações positivas de natureza

⁴⁴ (BARROSO, 2001. p. 158).

assistencial e, ainda, como direito de natureza negativa, como imunidade fiscal, impede-o de invadir a esfera da liberdade mínima do cidadão representada pelo direito à subsistência.⁴⁵

Bem como, já se posicionou o STJ ao evidenciar que o Poder Público não pode se furtar a garantir aos cidadãos o mínimo essencial para sua sobrevivência:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010)– MANUTENÇÃO DE REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – DEVER ESTATAL RESULTANTE DE NORMA CONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO, NO CASO, DE TÍPICA HIPÓTESE DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO – DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO PROVOCADO POR INÉRCIA ESTATAL (RTJ 183/818-819) – COMPORTAMENTO QUE TRANSGRIDE A AUTORIDADE DA LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA (RTJ 185/794-796) – A QUESTÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL: RECONHECIMENTO DE SUA INAPLICABILIDADE, SEMPRE QUE A INVOCAÇÃO DESSA CLÁUSULA PUDER COMPROMETER O NÚCLEO BÁSICO QUE QUALIFICA O MÍNIMO EXISTENCIAL (RTJ 200/191-197) – O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUÍDAS PELA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO – A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO PODER PÚBLICO – A TEORIA DA “RESTRIÇÃO DAS RESTRIÇÕES” (OU DA “LIMITAÇÃO DAS LIMITAÇÕES”) – CARÁTER COGENTE E VINCULANTE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS, INCLUSIVE DAQUELAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE VEICULAM DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DA SAÚDE (CF, ARTS. 6º, 196 E 197)– A QUESTÃO DAS “ESCOLHAS TRÁGICAS” – A COLMATAÇÃO DE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS COMO NECESSIDADE INSTITUCIONAL FUNDADA EM COMPORTAMENTO AFIRMATIVO DOS JUÍZES E TRIBUNAIS E DE QUE RESULTA UMA POSITIVA CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO DIREITO – CONTROLE JURISDICIONAL DE LEGITIMIDADE

⁴⁵ (FLORES, 2007, p. 75).

DA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL QUE SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE CERTOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS (PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL, PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL, VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO) – DOCTRINA – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DELINEADAS NA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA (RTJ 174/687 – RTJ 175/1212-1213 – RTJ 199/1219-1220) – EXISTÊNCIA, NO CASO EM EXAME, DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.⁴⁶

Logo, nota-se que a garantia do mínimo existencial não admite liberalidade política, bem como os direitos fundamentais não são posições ideológicas. A inobservância desses em políticas públicas traduz a inobservância do texto constitucional, e sem síntese, uma agressão ao Estado democrático.

4.4 Da submissão da Constituição aos imperativos do mercado

Em primeiro lugar, é necessário destacar que a separação entre a economia, a política e o ordenamento jurídico é muito menor do que se pretende, dito isso, a tentativa de tornar a economia uma ciência exata é um dos grandes problemas que a levam a se tornar totalmente estéril no que diz respeito ao desenho de políticas públicas.

Esse esforço de afastar o Estado da economia impulsiona a ideia de que o ele é um adversário do mercado e do crescimento econômico, devendo ser reduzido e contido a fim de que se tenha sucesso nessas áreas frente ao seu dinamismo natural.

Apesar disso, o que o cenário da política atual mostra é exatamente o contrário, as políticas de austeridade voltadas para um contexto de Estado liberal revelaram-se ineficientes, jogando a economia brasileira que estava em desaceleração, em razão da política de desoneração, em uma brutal recessão econômica.

⁴⁶ (STF, 2014, online).

Superada essa questão, incumbe ressaltar a crise de credibilidade e legitimidade que nasce com a submissão do texto constitucional a modelos de governo e políticas econômicas. Ora, ainda que fosse uma boa estratégia econômica, os direitos e prerrogativas sociais garantidos pela Constituição não estão sujeitos a preferências políticas e de mercado.

Exata crise se propaga ao passo em que a Constituição perde sua força normativa num projeto que Cristiano Paixão intitula de desconstitucionalização. Nesses termos discorre

Basta “destruir por dentro”, ou seja, adotar práticas administrativas que violam o texto constitucional de modo frontal, ora retirando a proteção mínima estabelecida pela Constituição, ora subvertendo alguns de seus dispositivos fundamentais. Em ambos os casos, estamos diante de práticas desconstituintes.⁴⁷

A esse despeito, inocência pensar que o ataque a força normativa da Constituição não é uma afronta direta a democracia, uma vez que cresce a ideia de que o texto constitucional é descartável e se naturaliza sua constante revisão. Por meio dessas revisões, nota-se uma clara tentativa de normatizar a supressão dos direitos e garantias fundamentais, desconstituindo por dentro, conforme Paixão conclui, os princípios do Estado democrático de direito.

Por essa razão, essencial destacar os fundamentos do texto constitucional e reforçar a sua força vinculante. Assim pauta Dotta e Marques

A Constituição Federal de 1988 é garantista e progressista, por meio da qual as normas constitucionais têm eficácia vinculante. Isso pode ser constatado no art. 3º da Carta Magna, que descreve os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a saber: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Portanto, não há espaço para o uso

⁴⁷ (PAIXÃO, 2020, online).

da “reserva do possível” em detrimento dos direitos sociais previstos como base fundamental de um Estado.⁴⁸

Conclui-se ao afirmar que o presente artigo busca em principal ressaltar a força normativa da Constituição, bem como evidenciar que nem os direitos fundamentais, nem a Constituição e muito menos a democracia, estão à disposição de crises financeiras.

4.5 Da ideia de disponibilidade dos direitos sociais

Além do todo abordado, evoca-se a violação do regime jurídico dos direitos fundamentais, visto que o teto de gastos públicos impõe um regime fiscal de congelamento de gastos sobre as despesas mais necessárias do Estado.

De fato, não é possível admitir que o Estado seja um fim em si mesmo, já que a atividade precípua do Estado é prestar políticas públicas que garantam saúde, educação, segurança, cultura e lazer para aqueles que individualmente não conseguem suprir essas necessidades básicas.

Sobre isso, pauta Osvaldo Carvalho

O contexto de crises financeiras e econômicas não deve permitir que direitos fundamentais sociais sejam violados em detrimento de escolhas de políticas econômicas restritivas. A falência do Estado em administrar as diversas crises e sua ineficiência nos métodos de gestão não devem pautar o modo de agir do Estado Social de Direito. Desse modo, as garantias das necessidades básicas das pessoas são tratadas como questões de **solidariedade** ao invés de direitos previstos constitucionalmente.⁴⁹

A luz do exposto por Carvalho, se tem a tradução da perda da força normativa da Constituição, conforme já retratado, esse cenário revestido ao contexto dos direitos fundamentais e

⁴⁸ (DOTTA, MARQUES, 2017, online).

⁴⁹ (CARVALHO, 2019, p.5).

sociais reflete a ilusão de que esses direitos são traços de generosidade do Estado. Trazendo à tona a ideia da discricionariedade de políticas públicas garantidoras.

Contudo, as normas Constitucionais não admitem modulação no que diz respeito ao sucateamento de direitos já adquiridos, é o que disciplina o princípio da vedação do retrocesso. Sobre isso, Tatsch afirma

Todos os Poderes devem observar a aplicação do princípio da proibição de retrocesso social, mormente o legislador na elaboração da lei orçamentária anual. Este deverá realizar uma análise efetiva na alocação dos gastos públicos, principalmente quando se tratar de corte nos direitos sociais. O princípio da proibição do retrocesso social determina que o legislador priorize os recursos destinados a custear os direitos sociais prestacionais na elaboração das leis orçamentárias, caso contrário, esses atos poderão sofrer controle de constitucionalidade.⁵⁰

Portanto, salienta-se que restrições de orçamento ou qualquer outra política de governo empregada ao Estado não forma fonte de justificação para inobservância do texto Constitucional. Transpassa, entretanto, o esforço para relativização e submissão dos direitos sociais à benevolência do poder público.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo procurou contextualizar a política de austeridade por seus pressupostos e aplicação na política econômica brasileira. Por meio da referida análise, evidenciou-se que a austeridade consiste em um controle fiscal, onde se gasta menos e aloca aquilo que é considerado supérfluo para depois. O principal objetivo é equilibrar as contas públicas.

Nesse cenário, denotou-se a aplicação de tais medidas com a emenda 95 que conforme anteriormente abordado instituiu um teto de gastos públicos. O argumento para sua aprovação foi que o teto ajudaria a controlar as despesas públicas e atrair investidores que sentiriam mais confiança ao observar o comprometimento do país com a questão da responsabilidade fiscal.

⁵⁰ (Tatsch, 2016, p.1).

Conforme trabalhado, passados 5 anos desde a aprovação da emenda o cenário que tinha sido desenhado não saiu do papel. Já antes da pandemia o desemprego estava em 11,6%, bem como o PIB de 2019 foi de 1,2% segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, salienta-se que a própria premissa da austeridade repousa em um projeto que visa o desmonte dos direitos sociais, tendo em vista que congela as políticas públicas e atinge apenas a população que não tem condições de pagar por serviços equivalentes no setor privado.

Em suma, essa ideia cria muito além de uma crise economia, colocando em xeque a credibilidade da democracia e reduzindo a força normativa da Constituição a hiperativos do mercado e da economia. Dessa forma, extrai-se a narrativa de um projeto desconstituinte, que nos termos de Cristiano Paixão, visa desconstruir a Constituição “por dentro”.

Isto posto, contracena o regime jurídico dos direitos sociais, os princípios do mínimo existencial e da vedação do retrocesso e o próprio Estado democrático de direito. Ora, para que tenhamos uma democracia plena, temos que ter uma sociedade plena no que diz respeito a liberdade, igualdade, e ao acesso a condições materiais de existência mínimas. Sendo uma imposição dos poderes públicos a ampliação de políticas públicas para efetivação desses direitos.

Nesse sentido, portanto, o presente emprego finaliza ao retomar a base do trabalho desenvolvido por Blyth, ao definir que a austeridade é uma ideia perigosa por três razões: primeiro, porque não funciona, conforme se extrai dos 5 anos de vigência sem êxito da Emenda 95.

Segundo, porque depende de que as classes menos favorecidas paguem pelos erros da classe dominante. Ora, no caso brasileiro a crise econômica nasce de uma política de renúncia de receitas e espera-se solução pelo corte de gastos em políticas públicas.

Terceiro, porque repousa sobre uma grande “falácia da composição”: nem tudo que se aplica ao nível de uma família, de uma empresa ou de um país, se verifica para o conjunto destes, visto que em uma democracia a sustentabilidade política supera a necessidade econômica o tempo todo.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Ricardo Alex Ribeiro. Análise da Emenda Constitucional n. 95, de 2016, sob a perspectiva de violação de direitos fundamentais. Publicado em 2018. Disponível em

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/2531/1991>. Acesso em 23 de abril de 2022.

ANDRADE, Anne. Reflexões sobre os direitos sociais em tempos de crise econômica. Revista Processos Multidisciplinar, 2021. Disponível em <https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/409/489>. Acesso em: 10/11/2022.

BLYTH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa, 1ª ed., São Paulo, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. VADE MECUM ACADÊMICO DE DIREITO RIDDEL. - 28.ed. -São Paulo: Riddel, 2019.

CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico, 1ªed., São Paulo, 2018.

CARVALHO, Osvaldo. Os direitos fundamentais em tempos de crise econômica. Revista de Direito Administrativo. Disponível em: <<http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1031>>. Acesso em: 18/11/2022.

DOTTA, Alexandre Godoy; MARQUES, Camila Salgueiro da Purificação. Programas sociais, a exclusão social e a vedação ao retrocesso: direitos sociais no Brasil em crise. Revista do Direito. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 53, pp. 2-22, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/9624>>. Acesso em: 19/11/2022.

FLORES, G. M. D. Z. Mínimo existencial – uma análise à luz da teoria dos direitos fundamentais. In: Justiça do Direito, v. 21, n. 1, 2007.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, Ernane Salles da Costa e OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. Tempo da Constituição e Ponte para o Futuro: uma análise a partir da teoria crítica da aceleração social. Rev. Direito e Práx. 12 (01). Publicado em 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/jj/rdp/a/LkhpWJQMtgvnYqnwmcT8RCL/>. Acesso em 23 de abril de 2022.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica, 8º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre Revista de Investigações Constitucionais. Volume: 4, Número: 1. Publicado em 2017. Disponível em: <https://treinamento24.com/library/lecture/read/664307-como-transformar-link-em-referencia-bibliografica>. Acesso em 20 de abril de 2022.

MENDES, Gilmar. COELHO, Inocêncio. BRANCO, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., São Paulo, 2009.

NEVES, Marcelo da Costa Marques. A constitucionalização simbólica. [S.l: s.n.], 2007.

PAIXÃO, Cristiano. 30 anos: crise e futuro da Constituição. 03/05/2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/30-anos-crise-e-futuro-da-constituicao-de-1988-03052018>. Acesso em 17 de abril 2022.

PAIXÃO, Cristiano. Destruindo "por dentro": práticas desconstituinte do nosso tempo. 13/07/2020. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/artigos/destruindo-por-dentro-praticas-desconstituintes-do-nosso-tempo-por-cristiano-paixao/>. Acesso em 17 de abril de 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2º ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

SERRANO F.; SUMMA, R. (2015). Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Center for Economic and Policy Research, ago.

STF - ARE: XXXXX MG, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 02/12/2014, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-250 DIVULG XXXXX-12-2014 PUBLIC XXXXX-12-2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/25338650/inteiro-teor-159281715>. Acesso em: 20/11/2022.

STRECK, Lenio Luiz. Do AI-5 à PEC 55: receita para destruir uma Constituição e um país. Carta Maior. 12/12/2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Do-AI-5-a-PEC-55-receita-para-destruir-uma-Constituicao-e-um-pais/4/37432>. Acesso em: 23 de abril 2022.

TATSCH, Ricardo. Direitos Sociais, Crise Econômica, Proibição de Retrocesso Social e o Orçamento Público. Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades Opet. Acesso em: 11/11/2022.

VIEIRA, José Guilherme Silva. Metodologia de Pesquisa Científica na Prática. Curitiba: Editora Fael, 2010.

Faculdade Promove de Belo Horizonte

**Estudo sobre a Lei Geral de Proteção de Dados à Luz do Ordenamento
Jurídico Brasileiro e a Responsabilidade Civil**

Robéria Fernandes da Silva

Lázaro Rizi Paizante

RESUMO: O artigo busca compreender como ocorre a Responsabilidade Civil na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18, e responder qual será o tipo de responsabilidade civil aplicada aos casos de danos relacionados aos dados pessoais: responsabilidade objetiva ou subjetiva. Faz-se necessário analisar os artigos que tratam do tema e pesquisar qual a posição doutrinária e jurisprudencial predominante. A pesquisa pretende, ainda, verificar qual o dano moral causado no caso de vazamento de dados.

PALAVRAS-CHAVE Responsabilidade Civil. Privacidade. Intimidade. Sigilo de Dados. Dano Moral.

ABSTRACT: The article aims to understand how Civil Liability occurs in the General Data Protection Law (LGPD), Act nº 13.709/18, and to answer what will be the type of civil liability applied to cases of damages related to personal data: objective or subjective liability. It is necessary to analyze the articles related with the subject and research the predominant doctrinal and jurisprudential position. The research also intends to verify the moral damage caused in the case of data leakage.

Orientador

Prof. Me. Débora Moreira Maia.

1. INTRODUÇÃO

As constantes transformações sociais e os avanços tecnológicos trouxeram consigo grandes desafios para a sociedade, sobretudo nas relações jurídicas e nas formas de transmissão de informação e de relacionamento entre as pessoas. Com o advento das redes sociais, as informações tornaram-se mais acessíveis e as notícias mundiais são disseminadas muito rapidamente, praticamente de forma instantânea.

As pessoas passaram cada vez mais a fornecer e armazenar dados relativos à sua privacidade e seu ID digital (identidade digital) em ambientes virtuais, tornando-se vulneráveis ao vazamento de dados e sendo alvos de interesses econômicos. A identidade digital, basicamente, vem a ser qualquer dado pessoal existente no mundo virtual, que pode ser ligado a uma pessoa real. Dados como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) costumam ser disponibilizados de forma

consentida pelo usuário em alguma relação jurídica de consumo. Apesar do consentimento, deve estar claro para o consumidor onde seus dados serão usados e com quem serão compartilhados, o que nem sempre ocorre.

Nesse cenário de transformações, avanços tecnológicos e velocidade da informação, surge a Lei nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 14 de agosto de 2018, com vigência a partir de agosto de 2020, com a tarefa de positivizar a disciplina jurídica no que tange ao tratamento de dados pessoais no ordenamento brasileiro. A LGPD brasileira sofreu influência do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD ou GDPR, em inglês), da União Europeia, em vigor desde maio de 2018, e que serve como base para o mundo todo. O marco civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, também influenciou e estimulou a edição da LGPD no Brasil.

A LGPD nasce para proteger direitos fundamentais, como o da liberdade e o da privacidade, proporcionar aos cidadãos garantias de segurança e conceder punição, nas esferas cível e penal, a todos aqueles que, sem autorização prévia, divulgarem indevidamente dados pessoais. Ela regulamenta a forma como os dados pessoais e aqueles considerados sensíveis serão armazenados e protegidos, estabelecendo limites aos abusos relacionados à sua manipulação, com enfoque direcionado à imputação da obrigação de reparar o dano causado.

No que tange à reparação do dano causado, a LGPD dedica uma sessão específica à Responsabilidade Civil, com aplicações que, como será demonstrado ao longo do artigo, causam divergências interpretativas entre doutrinadores interessados em compreender corretamente as palavras do legislador e em facilitar a sua aplicabilidade ao Poder Judiciário. As divergências doutrinárias versam sobre o tipo de responsabilidade civil imposta na LGPD, se será responsabilidade objetiva ou subjetiva, baseada na culpa ou no risco, sendo necessário, quase sempre, dialogar com o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para aplicá-la de forma mais equânime.

Diante destes fatos, sobressai a questão: Como mensurar o uso dos dados pessoais pelos provedores de internet ou provedores de comunicação? Como balizar o tipo de responsabilidade pela exposição indevida de ID digital dos usuários

da rede mundial de computadores? O que está resguardado pela lei, e o que é de responsabilidade do próprio usuário?

Essas e outras perguntas buscarão ser respondidas ao longo do desenvolvimento do presente artigo acerca da responsabilidade civil na LGPD.

2. CONJUNTURAS ANTERIORES À LGPD EM TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E A RESPONSABILIDADE CIVIL

Nos próximos parágrafos será feito um apanhado de fatos anteriores à edição da LGPD que estão relacionados ao problema objeto de estudo e são considerados relevantes para a compreensão do fundamento da responsabilidade civil previsto na lei, se será a culpa ou o risco.

No primeiro momento há exposta uma análise histórica de como se deu a criação da LGPD, a partir da necessidade jurídica de uma regulamentação para o tratamento e armazenamento de dados pessoais que protegesse os direitos da personalidade, bem como os direitos da intimidade, honra e privacidade.

Em seguida, é feita uma abordagem sobre as legislações anteriores à LGPD que já dispunham de tratamento de dados pessoais, e como a responsabilidade civil era tratada nesses casos, bem como os entendimentos jurisprudenciais consolidados sobre o tema, além de uma cronologia de eventos de proteção de dados.

2.1. Análise Histórica de Como Se Deu a Criação da LGPD

A [LGPD](#) surgiu através de uma demanda natural da sociedade e instituições de justiça, a necessidade inicial de empresas e usuários da internet para questões da cyber segurança, ganharam notoriedade em razão da escalada dos Cyber crimes.

Em 2018, segundo um estudo da McAfee publicado na revista Veja⁵¹, o Brasil registrou perdas progressivas com crimes virtuais, chegando a R\$ 10 bilhões por ano.

O Brasil é um dos atores mundiais nesse quesito, juntamente a outros países como, Rússia, Índia, Coreia do Norte e Vietnã. Assim sendo, a LGPD surge em um contexto e esforços contínuo de diversas instâncias no sentido de combater os crimes perpetrados na rede mundial de computadores, bem como fraudes diversas que, com o tempo, crescem assustadoramente no Brasil.

Mediante desafios diversos, constatou-se que a ausência de uma autoridade Nacional de Proteção de Dados, dificultava a responsabilização por vazamento de dados, assim como permitia um ambiente propício para crimes e fraudes digitais, uma vez o cidadão encontra-se com seus dados expostos na rede constantemente, através da massificação de coleta de dados, como nos aponta Ana Frazão;

Apesar de o tratamento de dados pessoais em si já ser há muito realizado, os fatores que explicam sua inédita expansão nos tempos hodiernos estão atrelados às novas tecnologias disponíveis aos agentes de tratamento, sobretudo o *Big Data* e o *Big Analytics*, as quais permitem a consecução dos fins almejados de maneira mais eficaz, veloz, massiva e diversificada. (FRAZÃO, 2019, p.24).

Assim, diante da “na ausência de regulação adequada”, os procedimentos envolvendo o tratamento de dados “passaram a ser realizados sem maiores cuidados, podendo levar a sociedade a exposições com reflexos futuros indesejados.

Desta forma, a LGPD, Lei nº 13.709/2018, vem a ser um dispositivo legal que busca fornecer às pessoas naturais, um efetivo controle de dados pessoais dos cidadãos, criando instrumentos protetivos ao seu uso, seja utilizado por uma empresa privada, como uma clínica médica, por exemplo, ou por um órgão público, como uma prefeitura.

2.2. Legislações e Jurisprudências Pré-Existentes no Brasil sobre Tratamento de Dados Pessoais e Responsabilidade Civil

51

<https://veja.abril.com.br/economia/brasil-perde-us-10-bilhoes-por-ano-com-cibercrime-diz-mc-afee/>

A pulverização de leis e ordenamentos sobre o tema, e ainda assim sem definição ou regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil abria margem para pouco ou nenhum cuidado por aqueles que manipulavam este tipo de informação.

Nesta ótica, percebemos que várias foram as tentativas de regulamentar e coibir o vazamento em massa de informações pessoais, assim como de exposição de intimidade na rede mundial de computadores.

De melhor compreensão destacam-se alguns dos eventos que de certa forma lançaram holofotes sobre a necessidade de regulamentação sobre o tema, assim como foram ponto de partida para discussão sobre a LGPD.

Cronologia de eventos de proteção de dados⁵²

- **2011** – Editada a Lei nº 12.527/2011, regulamentando o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relacionada ao acesso à informações sigilosas. Esta lei é conhecida na atualidade como Lei de Acesso à Informação.
- **2012** – Adveio a Lei 12.737/2012, criminalizando a obtenção e uso indevido de dados pessoais através de aparelhos eletrônicos, ou seja, a tipificação criminal de delitos informáticos. Esta lei ficou conhecida como Lei Carolina Dieckmann, devido aos acontecimentos da época que culminaram com a aprovação da referida lei.
- **2012** – Em um contexto de vazamentos de dados deliberadamente, dá-se partida na discussão do General Data Protection Regulation (GDPR) no bloco econômico da Europa, que culminaria em sua aprovação e entrada em vigor em meados do ano de 2018. Torna-se referência para diversos países.
- **2013** – Um técnico da NSA (Agência Nacional de Segurança) dos Estados Unidos, Edward Snowden deixa o mundo perplexo com o vazamento de grande volume de dados pessoais coletados de forma deliberada pelo Governo Americano.

⁵² <https://idcatedra.com.br/2021/08/gdpr-o-que-e-e-qual-a-diferenca-em-relacao-a-lgpd/>

- **2013** – O vazamento efetuado por Snowden, alarmou o mundo e com ele teve-se acelerado a discussão do Marco Civil da Internet no Brasil.
- **2018** – O mega vazamento de dados na Europa, que ficou conhecido como Cambridge Analytics, com coleta e utilização de dados pelo Facebook sem conhecimento e autorização dos usuários.
- **2019** – Com a discussão ainda incipiente, editou-se a Lei 13.853/2019 prorrogando por mais seis meses a entrada em vigor da LGPD, passando seus efeitos para agosto de 2020.
- **2020** – Já no contexto da pandemia, e arestas ainda a se sanar, no ano de 2020, foi aprovada a Lei 14.010/2020 definindo em seu artigo 20º que as sanções administrativas por atos ocorridos sob a vigência da LGPD, somente teriam eficácia em agosto de 2021.
- **2021** – Com a entrada em vigor da LGPD no ano anterior, passa a ser aplicada pesadas multas ao responsável por vazamento de dados.

Nota-se uma sequência de eventos envolvendo o uso inadequado ou, com exposição sem controle de dados pessoais de qualquer cidadão, em escala mundial, acelerando o processo de aprovação da LGPD no Brasil.

Assim, com o objetivo de regulamentar e unificar, em um único diploma, questões exclusivamente atinentes à temática do tratamento de dados pessoais, há a preocupação com diversos direitos hoje tutelados pela LGPD, a exemplo da proteção à privacidade, à defesa do consumidor e a outros aspectos da liberdade individual.

Nesse sentido, o *habeas data*, previsto no art. 5º, LXXII, da Constituição Federal de 1988, foi a primeira materialização concreta de alguns direitos relacionados à proteção de dados pessoais assegurados aos cidadãos perante o Estado.

No entanto, o dispositivo constitucional acabou por não se demonstrar relevante para o desenvolvimento do direito à proteção de dados pessoais no Brasil devido à sua escassa aplicabilidade prática, esvaziada por outras alternativas processuais que se popularizam muito mais, a exemplo do mandado de segurança.

Em outra ponta o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com notória e efetiva contribuição na responsabilidade objetiva no país, ganhou destaque por concentrar um volume considerável das contencções judiciais a respeito do uso de dados sigilosos de cidadãos, uma vez que ao prever expressamente um “direito do consumidor a proteção de suas informações de caráter pessoal” a título de exemplo, destaca-se o art. 43, *caput*, bem como seus parágrafos 1º a 3º e 6º, muitos dos quais foram agora replicados, para o tratamento de dados pessoais em geral, pela LGPD. (Brasil, 1990).

A influência do CDC, e observada ainda sobre o registro e armazenamento em banco dados pessoais, e informações de crédito e consumo de consumidores que buscam algum serviço financeiro, na compra e venda de mercadorias e serviços, criando mais a tarde a lei do “Cadastro Positivo” cuja finalidade trata sobre disciplinar “a formação e consulta a bancos de dados com informações de inadimplimento, de pessoas naturais, para formação do histórico de crédito.

Destaca-se que a lei do Cadastro Positivo, foca exclusivamente nos bancos de dados para formação de histórico de crédito.

Observando as demais legislações, encontramos a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), instituída de forma a regulamentar os mandamentos constitucionais voltados à necessidade de transparência e publicidade da Administração Pública com relação aos cidadãos, introduzindo o conceito de “informação pessoal”.

Posteriormente foi editada a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), provida com papel de disciplinar o uso da internet no país, e instituiu a partir dali, a proteção de dados pessoais como um de seus princípios, deixando campo fértil para legislação que viria posteriormente, o qual viria a ser a LGPD, a forma que seria dada esta proteção de dados.

Com estudo dos referidos diplomas legais editados com o passar dos tempos, é possível notar ausência de maiores comprometimentos, seja legislativo ou jurisprudencial quanto a responsabilidade civil no contexto do tratamento de dados pessoais, sendo a única tentativa mais sólida neste sentido foi a regulamentação da

utilização de bancos de dados para formação do histórico de crédito com a lei do “cadastro positivo”, no entanto ainda incipiente e limitada o seu alcance.

3, A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

A Constituição da República de 1988 colocou o homem como centro da titularidade de direitos ao estabelecer, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental. Compreende-se, então, que a dignidade da pessoa humana é um direito da personalidade, sendo, portanto, intransmissível e irrenunciável.

“O processo de fundamentalização, constitucionalização e positivação dos direitos fundamentais colocou o indivíduo, a pessoa, o homem, como centro da titularidade de direitos”. (CANOTILHO, 2003, p. 416.)

A proteção aos direitos da personalidade na Constituição Federal continua em seu artigo 5º, ao trazer uma série de direitos e garantias individuais aos seres humanos para permitir uma convivência mais harmônica e respeitosa entre as pessoas.

Já o Código Civil dedicou o seu Capítulo II aos direitos da personalidade, nos artigos 11 a 21. Esses artigos oferecem diretrizes jurídicas específicas para solucionar questões práticas envolvendo os direitos da personalidade.

Sob o olhar de Bittar (2003, p. 03), consideram-se como da personalidade os direitos reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, previsto no ordenamento jurídico exatamente para a defesa de valores inatos no homem, como a vida, a higidez física, a intimidade, a honra, a intelectualidade e outros tantos.

A respeito dos direitos da personalidade, que além da proteção à dignidade da pessoa humana, estão relacionados também a defesa da privacidade, intimidade, honra, imagem, e não estão relacionados a questões patrimoniais, discorre Venosa:

A personalidade jurídica, juntamente com a noção de dignidade, possui valor jurídico insuscetível de ser totalmente tipificado. Sua proteção é ampla, impossível de ser descrita em situações normativas. A tutela jurídica será aplicada nos casos concretos específicos. (VENOSA, 2018, p. 477).

Assim, ensina o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino “[...] o caminho entre a necessidade humana e o direito subjetivo, se o legislador ainda não o percorreu, e há um interesse legítimo, deve o Juiz percorrê-lo, ou senão, ficará seu titular desamparado.” Nessa sociedade de constante transformação e de grande acesso à informação e ao conhecimento, a privacidade é um importante bem jurídico a ser tutelado.

3.1. Privacidade: O Direito à Intimidade e ao Sigilo

Os direitos à intimidade, privacidade, honra e imagem são considerados direitos fundamentais, e a sua defesa está garantida pela Constituição da República de 1988 (CR/88), em seu artigo 5º inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Esses direitos fundamentais defendidos constitucionalmente estão relacionados à dignidade da pessoa humana, que é um princípio fundamental também previsto na CR/88, em seu artigo 1º, inciso III, e são chamados no ordenamento jurídico como direitos da personalidade, pois são personalíssimos e dizem respeito à própria pessoa .

O Código Civil Brasileiro também dispôs sobre os direitos da personalidade, dedicando ao tema o Capítulo II, artigos 11 a 21, que oferecem diretrizes jurídicas específicas para solucionar questões práticas e litígios envolvendo tais direitos.

Qualquer violação a direitos de personalidade acarretará dano e, portanto, necessidade de reparação pelo seu agente causador, seja a pessoa natural ou a pessoa jurídica. A LGPD, em seu artigo 1º, comprova a proteção aos direitos da pessoa natural.

Art. 1º “Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.” (BRASIL, 2018)

O artigo 2º da LGPD disciplina em seus incisos I e IV, no que tange aos

direitos da personalidade, como: I - o respeito à privacidade; e IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

Os juristas Nelson Rosenvald e Cristiano Farias entendem que a privacidade:

[...] é o refúgio impenetrável pela coletividade, merecendo proteção. Ou seja, é o direito de viver a sua própria vida em isolamento, não sendo submetido à publicidade que não provocou, nem desejou. Consiste no direito de obstar que a atividade de terceiro venha a conhecer, descobrir ou divulgar as particularidades de uma pessoa. (ROSENVALD, FARIAS, 2017, p. 268).

Dessa forma, percebe-se que o ordenamento jurídico brasileiro protege os direitos da personalidade e coloca-os em rol de direitos fundamentais, cuja violação representa dano e enseja claro dever de indenizar.

4. A RESPONSABILIDADE CIVIL AS DIFERENTES FORMAS DE SE VISLUMBRÁ-LA NA LGPD

Nas palavras de Sérgio Cavalieri Filho (2008. p. 240), “a responsabilidade civil é toda ação ou omissão que gera violação de uma norma jurídica legal ou contratual. Assim, nasce uma obrigação de reparar o ato danoso”. Para o autor, a responsabilidade civil é um dever jurídico sucessivo que surgiu da violação de um dever jurídico originário.

Para o doutrinador Sílvio Venosa, a responsabilidade civil é:

“Em princípio, toda atividade que acarreta prejuízo gera responsabilidade ou dever de indenizar (...) O termo responsabilidade é utilizado em qualquer situação na qual alguma pessoa, natural ou jurídica, deva arcar com as consequências de um ato, fato ou negócio danoso”. (VENOSA, 2020, p.347).

Compreende-se que, em ambas as definições, a responsabilidade civil está relacionada à ideia de organização da sociedade no qual um indivíduo não deve prejudicar o outro. E, caso ocorra algum tipo de prejuízo ou alguém se sint

prejudicado, a responsabilidade civil será utilizada para forçar alguém a reparar os danos causados a terceiros por sua ação ou omissão.

De acordo com o professor Carlos Roberto Gonçalves (2017), são quatro os elementos essenciais da responsabilidade civil: ação ou omissão, culpa ou dolo do agente, relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima.

Antes de se aprofundar na análise sobre qual o fundamento disposto na LGPD que atribui o dever de indenizar, faz-se necessário expor os dispositivos legais importantes para os contornos dessa discussão. A Seção III, do Capítulo VI da LGPD, chamada “Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos”, é formada pelos artigos 42 a 45, sendo esses os dispositivos que serão analisados para responder a problemática da pesquisa, se responsabilidade subjetiva ou objetiva.

4.1. A Responsabilidade Civil Subjetiva

A responsabilidade civil subjetiva, conforme preceitua Gagliano, Pablo Stolze (2017), é aquela decorrente de dano causado em função de ato doloso ou culposos. A culpa, de natureza civil, se caracteriza quando o agente causador do dano atua com negligência ou imprudência, e a obrigação de indenizar, ou seja, de reparar o dano é a consequência jurídica do ato ilícito.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. (BRASIL, 2002)

Ainda segundo Gagliano, Pablo Stolze (2017), a noção básica da responsabilidade civil na doutrina subjetiva é o princípio segundo o qual cada um responde pela própria culpa, cabendo sempre ao autor o ônus da prova de tal culpa do réu.

As professoras Gisela Sampaio da Cruz Guedes e Rose Melo Venceslau Meireles defenderam em 2019 a doutrina subjetivista em relacionada à LGPD. Em sua tese, as autoras destacam, primeiramente, que apesar de serem defensoras da aplicabilidade de uma responsabilidade subjetiva, é impossível negar que nenhum dos quatro artigos relacionados ao tema “deixam claro qual foi a espécie de

responsabilidade adotada pelo legislador”. Segundo as doutrinadoras, “a LGPD deveria ter sido explícita em relação à natureza da responsabilidade, de forma a evitar uma série de controvérsias que inevitavelmente vão surgir em razão dessa falta de clareza em delimitar o campo de encargo das responsabilidades”.

Um dos argumentos defendidos pelas autoras para defender a culpa como fundamento para o surgimento do dever de indenizar encontra-se previsto na causa excludente de responsabilidade do art. 43, II: a ausência de “violação à legislação de proteção de dados”. Percebe-se que, diferentemente dos incisos I e III deste artigo, o referido dispositivo não se relaciona ao nexo de causalidade. Além disso, é divergente a qualquer um dos incisos do art. 12, § 3º, do CDC, cujos termos inspiraram diretamente a elaboração do art. 43 da LGPD.

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

- I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;
- II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou
- III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. (BRASIL, 2018).

As doutrinadoras explicam que, por meio do art. 43, II, da LGPD é possível deduzir que o agente de tratamento de dados em tese responsável isenta-se do dever de pagar indenização “ainda que exista nexo causal entre a [sua] conduta e o dano, se ele conseguir provar que cumpriu os deveres impostos pela LGPD”.

Dessa forma, as autoras concluem que o fato de ser a culpa um dos requisitos presentes na LGPD para análise do surgimento da obrigação de reparar o dano, sendo que a ausência de violação à lei também pode ser considerada uma prova de inexistência de conduta culposa.

4.2. A Responsabilidade Civil Objetiva

Conforme Carlos Roberto Gonçalves, de acordo com o fundamento dado à responsabilidade civil, a culpa será ou não o elemento da obrigação de reparar o dano.

Em face da teoria clássica, a culpa era fundamento da responsabilidade. Esta teoria, também chamada de teoria da culpa, ou “subjéctiva”, pressupõe a culpa como fundamento da responsabilidade civil. Em não havendo culpa, não há responsabilidade.

Diz-se, pois, ser “subjetiva” a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa. A prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável. Nessa concepção, a responsabilidade do causador do dano somente se configura se agiu com dolo ou culpa. (GONÇALVES, 2017. p. 47)

No entanto, em determinadas situações, a lei impõe a certas pessoas a reparação de um dano causado a outrem independentemente de culpa. Trata-se, neste caso, da responsabilidade civil objetiva, que não necessita de culpa para ser caracterizada, sendo necessários apenas o dano e o nexo de causalidade.

Na responsabilidade civil objetiva, todo dano é indenizável e deve ser reparado por quem a ele se liga por um nexo de causalidade, sendo indispensável essa relação entre a ação e o dano. O Código Civil de 2002 consagrou de forma expressa a responsabilidade objetiva em seu art. 927:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2002)

A ocorrência da responsabilidade objetiva é justificada pela Teoria do Risco. Segundo essa teoria, toda pessoa que exerce alguma atividade cria um risco de dano para terceiros e deve ser obrigada a repará-lo, ainda que a sua conduta não demonstre culpa. O que significa dizer que a responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a ideia de risco, o “risco proveito”:

“que se funda no princípio segundo o qual é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (ubi emolumentum, ibi onus); ora mais genericamente como “risco criado”, a que se subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo.” (GONÇALVES, 2017. p. 48)

Facchini Neto (2003), aponta que a responsabilidade civil “se explica porque o agente teria criado um risco para os demais, ou porque retirou algum proveito de uma coisa ou do trabalho de outrem”. O autor entende também que é necessário afastar-se do princípio da culpa, avançando-se em direção a um modelo misto, de um lado a culpa e do outro a responsabilidade objetiva, fundada no risco ou na ideia de garantia da suposta vítima.

Além do disposto no artigo 927, o abuso de direito, o dano causado por

produto, a responsabilidade dos incapazes, a responsabilidade pelo fato de coisa de animal também versam sobre a responsabilidade objetiva.

A maior controvérsia e divergência doutrinária de todo este trabalho é compreender se a responsabilidade civil na LGPD será objetiva ou subjetiva. O ponto de divergência encontra-se na culpa.

Os autores Danilo Doneda e Laura Schertel Mendes publicaram artigo científico no final do 2018 com o entendimento de que se aplicaria a responsabilidade civil objetiva à LGPD. Dentre seus argumentos está a afirmação de que “o tratamento de dados apresenta risco intrínseco aos seus titulares”.

Para respaldar a sua tese, os autores consideram dispositivos da LGPD que não estão situados especificamente na seção sobre a responsabilidade civil dos agentes de tratamento, na qual existe uma construção normativa que busca restringir ao máximo os casos em que o tratamento de dados é juridicamente permitido, limitando-os às situações nas quais as operações com informações ligadas aos particulares sejam “úteis e necessárias”.

Dessa forma, conclui-se que o argumento dos autores baseia-se no fato de que a própria LGPD visa delimitar expressamente as situações permitidas de tratamento, para evitar a banalização. Por meio da criação de inúmeras restrições, constata-se que a atividade é caracterizada como de risco, a ponto de atrair a responsabilização dos agentes de tratamento, independentemente de culpa. Nesse mesmo entendimento, reconhece que a atividade de tratamento de dados “impõe riscos aos direitos”.

4.2.1. A Ocorrência do Dano Moral *In re ipsa*

O dano é um requisito essencial para a existência da responsabilidade civil, conforme Gagliano, Pablo Stolze (2017), todo dano deve ser reparado, seja ele moral (extrapatrimonial) ou material (patrimonial).

Como o objeto do artigo é a Responsabilidade Civil na LGPD, que não envolve questões patrimoniais, o tipo de dano a ser explorado é o dano moral, que vem a ser, conforme entendimento de Maria Helena Diniz: “a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo ato lesivo”. (DINIZ, 2003, p. 84).

Já o professor Carlos Roberto Gonçalves, traz um conceito mais completo e

afirma que o “dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, intimidade, a imagem, o bom nome, etc., como se infere dos art. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação” (GONÇALVES, 2009, p.359).

O entendimento em relação ao conceito de dano moral é pacífico entre os doutrinadores. O dano moral é aquele que afeta a personalidade e, de alguma forma, ofende a moral e a dignidade da pessoa humana.

No caso de inserções indevidas de nomes de pessoas em cadastro de inadimplentes, ou no vazamento de dados pessoais, a responsabilidade opera-se pelo simples fato da violação, considerando que o bem jurídico tutelado pela Lei Geral de Proteção de Dados são os direitos da personalidade, sobretudo a privacidade e intimidade do sujeito de direito.

Verificada a lesão a direito da personalidade, surge a necessidade de reparação do dano moral presumido, não sendo necessária a prova do prejuízo, bastando o nexo de causalidade. Tem-se, neste caso, a ocorrência do dano *in re ipsa*, segundo o qual qualquer dano a direitos fundamentais ou da personalidade será presumido pelos próprios fatos.

Dano moral não mais se restringe à dor, tristeza e sofrimento, estendendo a sua tutela a todos os bens personalíssimos - os complexos de ordem ética -, razão pela qual podemos defini-lo, de forma abrangente, como sendo uma agressão a um bem ou atributo da personalidade. (CAVALIERI FILHO, 2018, p. 118)

O dano moral parte da violação aos direitos da personalidade, que eventualmente, poderá ou não ter como efeitos danos aos sentimentos. O bem jurídico a ser reparado são os direitos da personalidade, que são indisponíveis, e não o que a pessoa sentiu.

Ocorre que o dano moral nada tem a ver com a dor, mágoa ou sofrimento da vítima ou de seus familiares: O pesar e consternação daqueles que sofrem um dano extrapatrimonial não passam de sensações subjetivas, ou seja, sentimentos e vivências eminentemente pessoais e intransferíveis, pois cada ser humano recebe os golpes da vida de forma única, conforme o seu temperamento e condicionamentos. Afinal, "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é". (ROSENVALD; FARIAS; 2017, p. 297).

Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, a violação ao tratamento de

dados ofenderá o direito à privacidade de outrem, nascendo, o dano moral *in re ipsa*,

CONFIGURA DANO MORAL IN RE IPSA a ausência de comunicação acerca da disponibilização/comercialização de informações pessoais em bancos de dados do consumidor.” (REsp 1.758.799-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019)

Portanto, conforme Gagliano, Pablo Stolze (2017), doutrinadores têm defendido que o prejuízo moral que alguém diz ter sofrido é provado *in re ipsa*, ou seja, pela força dos próprios fatos.

5. ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Ao se iniciar o estudo da LGPD especificamente, faz-se necessário verificar quem são os atores que a lei trouxe: os controladores, operadores e encarregados. A própria lei, em seu artigo 5º além de trazer importantes conceitos necessários à melhor compreensão do dispositivo legal, explica quem são esses atores:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

- a. - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- b. - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- c. - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- d. - agentes de tratamento: o controlador e o operador; (BRASIL, 2018)

Compreendidos quem são os atores trazidos pela lei, passa-se à análise dos artigos 42 a 45, que estão relacionados à responsabilidade civil e interessam a este estudo:

Artigo 42: “O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo”. (BRASIL, 2018)

Ao examinar o referido dispositivo, percebe-se que são necessários alguns

requisitos para estabelecer a responsabilidade civil do agente de tratamento de dados, seja ele controlador ou operador, que são eles: a existência de um exercício efetivo de atividade de tratamento de dados, a comprovação da existência de um dano e a violação da lei.

O artigo 42 fala de uma relação de causalidade, no qual a reparação precisa ocorrer em virtude da atividade de tratamento de dados. Sobre o dano moral, como a violação fere direitos da personalidade, e pela interpretação do art. 5º, inciso X da Constituição Federal, comprova-se a ocorrência do dano *in re ipsa*. O dispositivo não faz menção à culpa e nem ao risco, não qualifica a conduta do agente, o que torna possível a conclusão de se trata de responsabilidade objetiva.

Um ponto discutível desse artigo é que o controlador possui a mesma responsabilidade do operador na questão da segurança dos dados, o que é questionável ao implicar a um funcionário, com posição hierarquicamente inferior, o dever de indenizar, uma vez que a sua responsabilidade, enquanto empregado da empresa deveria ser subjetiva, ainda que coubesse ação de regresso ao proprietário.

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

- I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;
- II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou
- III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. (BRASIL, 2018)

O artigo 43 traz hipóteses excludentes de Responsabilidade Civil, podendo ser comparado ao artigo 14, §3º do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90. Como dito anteriormente, em muitos momentos a LGPD dialogará com o CDC, que tem como regra a responsabilidade civil objetiva, reafirmada nesse dispositivo, no qual apenas as excludentes retiram do agente de tratamento de dados a responsabilidade pelo dano causado.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; (BRASIL, 1990)

II - a culpa exclusiva do e terceiro.

O artigo 44 define o conceito de “tratamento irregular”, ao prever que assim o será sempre que “deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar”, bem como define em seus incisos I, II e III as circunstâncias para auxiliar nessa avaliação.

Ainda sobre o artigo 44, constata-se que ele apresenta divergência acerca do tipo de responsabilidade civil a qual se submetem os agentes de tratamento de dados, se comparado às afirmações do art. 42. O dispositivo fala de um tratamento irregular de dados como gerador da responsabilidade civil, enquanto o art. 42 impõe a responsabilidade ao dano causado. Veja:

Art. 44. O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

- I - o modo pelo qual é realizado;
- II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
- III - as técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano. (BRASIL, 2018)

Para concluir a análise dos dispositivos da LGPD relacionados à responsabilidade civil, tem-se o artigo 45: “As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente”.

O artigo remete novamente ao Código de Defesa do Consumidor, que tem como regra a responsabilidade civil objetiva, no qual os fornecedores respondem, independentemente de culpa, por danos causados ao consumidor em caso de vício ou defeito.

As sanções administrativas aplicáveis aos casos de violação de dados pessoais estão previstas nos artigos 52 a 54 da LGPD, e vão desde as penalidades de advertência e multa simples, até a aplicação de multa diária no valor máximo de R\$ 50 milhões e a proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Conforme verificado:

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional: [\(Vigência\)](#)

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;

V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;

VII - (VETADO);

VIII - (VETADO);

IX - (VETADO).

X - suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

XI - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

XII - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) (BRASIL, 2018).

Para aplicação das sanções descritas acima, primeiramente haverá a instauração de um procedimento administrativo, no qual será assegurado o direito à ampla defesa e também verificadas as peculiaridades do caso concreto, conforme disposto no §1º do artigo 52:

§ 1º As sanções serão aplicadas após procedimento administrativo que possibilite a oportunidade da ampla defesa, de forma gradativa, isolada ou cumulativa, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e considerados os seguintes parâmetros e critérios:

I - a gravidade e a natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados;

II - a boa-fé do infrator;

III - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

IV - a condição econômica do infrator;

V - a reincidência;

VI - o grau do dano;

VII - a cooperação do infrator;

VIII - a adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos internos capazes de minimizar o dano, voltados ao tratamento seguro e adequado de dados, em consonância com o disposto no inciso II do § 2º do art. 48 desta Lei;

IX - a adoção de política de boas práticas e governança;

X - a pronta adoção de medidas corretivas; e

XI - a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção. (BRASIL, 2018).

Compreende-se que particulares como a boa-fé do infrator, a sua cooperação e condição econômica, bem como a reincidência e o grau do dano serão algumas

das consideradas no momento de aplicação das sanções administrativas para o caso de violação de dados pessoais previstos na LGPD.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, pôde-se compreender que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um marco para o Brasil no que diz respeito à proteção aos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, intimidade, honra e imagem, em se tratando de dados pessoais.

A LGPD surge no Brasil praticamente como uma resposta aos movimentos já experimentados nos ordenamentos jurídicos de outros países, voltados para o reconhecimento da necessidade de se editar leis específicas para que regulamentem a proteção de dados pessoais, a exemplo da União Européia, com a edição do RGPD que trouxe influências diretas para a LGPD, tanto na promulgação, quanto na própria redação final.

A violação da privacidade do cidadão ou de qualquer outro direito fundamental por meio do vazamento de dados pessoais constitui ofensa ou lesão aos direitos da personalidade, e gera, portanto, o direito à indenização por danos morais. No descumprimento de uma obrigação, no caso o sigilo e a proteção de dados pessoais de usuários, seja por inadimplemento contratual ou por descumprimento de dever legal, também ocorre o dever de indenizar o ofendido.

O dano sofrido pelo usuário com a violação ou o vazamento de seus dados pessoais é considerado dano moral *in re ipsa* ou presumido, no qual a pessoa ofendida não precisa provar a existência da lesão ao seu direito de personalidade, mas tão somente comprovar a existência do fato que o dano estará configurado.

Percebe-se, nessa referida análise sobre o dano *in re ipsa* uma tendência bastante favorável à aplicação da responsabilidade objetiva em detrimento da subjetiva, pautada exclusivamente pelo risco e não pela culpa, nas situações de dano previstas na LGPD. Configurado o dano moral *in re ipsa*, pode-se compreender que os agentes controladores de dados respondem objetivamente pelos danos causados ao usuário ou proprietário dos dados pessoais, ou seja, respondem independentemente de culpa.

No entanto, a divergência em torno dessa questão não se soluciona tão

facilmente. O importante é que o presente artigo não pretendeu fornecer uma resposta definitiva para o problema central que o justificou, mas sim apresentar primeiramente um panorama sobre os diferentes pontos de vista e correntes doutrinárias, para, em seguida, analisar mais detalhadamente as diferentes nuances que o permeiam e os artigos dispostos sobre o tema.

Após análise dos posicionamentos e dos artigos da LGPD que se referem à responsabilidade civil, apesar de uma tendência clara à objetividade da responsabilização civil, não há como conceder um veredito final para a questão, considerando que existem perspectivas sustentadas por alegações juridicamente válidas, pautadas por entendimentos de doutrinadores respeitados nacionalmente, que também devem ser observadas.

Fato é que não houve clareza do legislador e um posicionamento explícito no momento de elaboração e na própria redação da LGPD que cerceasse qualquer controvérsia de posicionamento sobre a questão do tipo de responsabilidade civil a ser aplicada, apesar da ciência da importância do debate entre a escolha da responsabilidade objetiva ou da subjetiva para solução dos mais diversos litígios.

A ausência desse posicionamento explícito do legislador no tocante à elaboração da lei que enseja as divergências doutrinárias, pode acarretar, até mesmo, em certa insegurança jurídica aos julgadores na resolução de litígios concretos que envolvam a responsabilização pelo tratamento ou vazamento de dados pessoais. A questão é ainda incipiente para se esperar que os tribunais possuam uma posição homogênea, principalmente no que tange à omissão legislativa.

Portanto, conclui-se que existe o desafio de se construir uma base harmônica de precedentes jurídicos que auxiliem nos julgamentos de questões envolvendo problemas de responsabilidade civil sujeitos ao regramento da LGPD. Para isso, faz-se necessário o aprofundamento em estudos sobre a temática com o objetivo de resolver problemas que poderiam ser facilmente solucionados caso a legislação fosse clara acerca do tipo de responsabilidade civil aplicada à LGPD.

As responsabilizações advindas da LGPD passaram a ser aplicadas em agosto de 2021. Entre as sanções previstas pela lei com o descumprimento das normas, estão advertência, multa simples e multa diária, além de eliminação dos

dados pessoais a que se refere a infração. A multa pode ser de até 2% do faturamento da pessoa jurídica, podendo chegar ao limite de 50 milhões de reais por infração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. 8. ed. rev. aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 49

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 2.181, de 20 de março de 1997, Brasília, DF, 1997. Código de Defesa do Consumidor.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei 13.709/18.

BRASIL. Marco Civil da Internet. Lei 12.964/14.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7ª ed. Coimbra: Edição Almedina, 2003, p. 416.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil, 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. V.7. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FACCHINI NETO, Eugênio. “Da responsabilidade civil no novo Código”, in: SARLET, Ingo Wolfgang (org). O novo Código Civil e a Constituição. Porto Alegre: Liv. Do Advogado, 2003, p. 160.

FARIAS, Cristiano & ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. 15ª ed. Salvador: Juspodvim, 2017.

FRAZÃO, Ana. Fundamentos da proteção dos dados pessoais: Noções

introdutórias para a compreensão da importância da Lei Geral de Proteção de Dados. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. . Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 23-52. ISBN 978-85-5321-663-5. p. 24.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, v. 3 : responsabilidade civil / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 17. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

GOMES, Orlando. Obrigações. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2016 p. 307.

GONÇALVES, Carlos Roberto Direito civil brasileiro, volume 4 : responsabilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. V. IV. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz; MEIRELES, Rose Melo Venceslau. Término do Tratamento de Dados. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 219-241. ISBN 978-85-5321- 663-5.

MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo. Reflexões iniciais sobre a nova Lei Geral de Proteção de Dados. Revista de Direito do Consumidor. vol. 120. ano 27. p. 469-483. São Paulo: Ed. RT, nov.-dez. 2018.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 15. Ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 268.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Responsabilidade Civil. 4. ed. rev. atual. Salvador: Juspodivm, 2017c, p. 297.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência. 10. ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 2167.

TARTUCE, Flávio. Manual de responsabilidade civil: volume único / Flávio Tartuce. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

VENOSA, Sílvio. Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2 / Sílvio

Venosa - 20ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2020, p. 347.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: obrigações e responsabilidade civil. 17. ed.. São Paulo: Atlas, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. A Constituição de 1988 e o Direito Civil. In: MORAES, Guilherme Peña de;(Org.). 30 anos da Constituição Federal e o direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 477.

ZIKMUND, W. G. Business research methods. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

<https://idcatedra.com.br/2021/08/gdpr-o-que-e-e-qual-a-diferenca-em-relacao-a-lgp/> (Acesso em Novembro de 2022).

A LESÃO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM RAZÃO DE PRISÕES RESPALDADAS APENAS EM RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO

THE INJURY TO CONSTITUTIONAL PRINCIPLES DUE TO PRISONS SUPPORTED ONLY IN PHOTOGRAPHIC RECOGNITION

Laysa Lorryne Barbosa da Cunha⁵³

Lorena Cecília Ferreira⁵⁴

Luana Carolina Lopes de Souza⁵⁵

RESUMO: O reconhecimento fotográfico é um meio de prova inominado, ou seja, não está expressamente previsto no Código de Processo Penal. Entretanto, é amplamente utilizado no ordenamento jurídico brasileiro, muitas vezes, sem observar os requisitos legais, princípios constitucionais e processuais penais que corroboram em prisões injustas e ilegais violando direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Reconhecimento. Fotográfico. Direitos. Prisões. Provas.

⁵³ Graduanda do Curso de Direito pela Faculdade Promove de Belo Horizonte. E-mail: laysa.cunha@soupromove.com.br

⁵⁴ Graduanda do Curso de Direito pela Faculdade Promove de Belo Horizonte. E-mail: lorena.ferreira@soupromove.com.br

⁵⁵ Graduanda do Curso de Direito pela Faculdade Promove de Belo Horizonte. E-mail: luana.souza@soupromove.com.br

ABSTRACT: Photographic recognition is an innominated means of proof, that is, it is not expressly provided for in the Code of Criminal Procedure. However, it is widely used in the Brazilian legal system, often without complying with the legal requirements, criminal constitutional and procedural principles that corroborate in unfair and illegal prisons fundamental rights guaranteed by the Federal Constitution of 1988.

KEY-WORDS: :Recognition. Photographic. Rights. Prisons. Evidence.

1. INTRODUÇÃO

As provas no processo penal são utilizadas para reconstruir os fatos acontecidos na prática delituosa, a fim de que seja formado o convencimento do juiz para que seja prolatada a sentença, destacando-se, nesse contexto, o conceito de meio de prova como instrumento pelo qual se oferece ao juiz meios de conhecimento acerca do crime praticado. Dessa forma, o Código de Processo Penal (CPP) intitulou algumas espécies de prova, entre elas, o reconhecimento de pessoas e coisas com amparo legal no art. 226 e seguintes do CPP. Reconhecimento é um ato por meio do qual alguém é levado a analisar alguma pessoa ou coisa e, recordando o que havia percebido em um determinado contexto, compara as duas experiências.

De acordo com entendimento doutrinário e jurisprudencial, esse recurso tem sido amplamente utilizado no ordenamento jurídico brasileiro, sendo o reconhecimento fotográfico, modalidade derivada desse meio de prova. Entretanto, essa forma de reconhecimento, muitas vezes, não tem seguido os princípios e procedimentos processuais estabelecidos pelo Código de Processo Penal tendo em vista que se trata de uma prova inominada, isto é, não é prevista expressamente no *códex*.

O curso do processo e, em especial, a instrução processual deve ser pautada nos princípios constitucionais, como por exemplo, contraditório e ampla defesa, presunção de inocência e dignidade da pessoa humana. Quando o meio probatório admitido em juízo afronta um desses princípios constitucionais estamos diante de graves violações aos direitos fundamentais do cidadão assegurados pela Constituição Federal de 1988.

As violações constitucionais podem corroborar em prisões ilegais considerando que o reconhecimento fotográfico é um meio de prova frágil, passível de contaminação e interpretações errôneas, principalmente, pelas falsas memórias da vítima. Ademais, a utilização desse procedimento no ordenamento jurídico brasileiro leva pessoas inocentes ao

cárcere, em grande maioria, a população preta que é estereotipada e marginalizada na sociedade, tendo seus direitos mitigados e inferiorizados.

Destarte, o reconhecimento fotográfico deve ser utilizado com cautela no processo penal com a observância dos princípios constitucionais e processuais penais para que não haja afronta aos direitos individuais estabelecidos na Carta Magna.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A PROVA NO PROCESSO PENAL

As provas são uma forma de reconstruir e demonstrar a existência de um fato incontroverso. As provas no processo penal são utilizadas para reconstruir um fato e instruir o julgador com base nessa reconstrução. Para Lopes Jr. (2020, p. 383), as provas são os meios através dos quais se fará essa reconstrução do passado (crime). O tema probatório é sempre a afirmação de um fato (passado).

Dessa forma, o Código de Processo Penal regula a prova para que não venha a prejudicar as partes envolvidas na incontroversa e por isso normatiza, trazendo os seus princípios e a forma de coleta.

2.1.1 Conceito de Prova

De acordo com Nucci (2020, p. 683) o termo prova origina-se do latim – *probatio* –, que significa ensaio, verificação, inspeção, exame, argumento, razão, aprovação ou confirmação. Dele deriva o verbo provar – *probare* –, significando ensaiar, verificar, examinar, reconhecer por experiência, aprovar, estar satisfeito com algo, persuadir alguém a alguma coisa ou demonstrar. Assim, partindo do significado da palavra prova temos que no processo penal a prova tem o objetivo de verificar os acontecimentos que antecederam o fato delituoso para comprovar a existência ou não de um crime.

Logo, a prova tem seu poder judiciário com objetivo claramente definido: a reconstrução dos fatos investigados no processo, buscando maior coincidência possível com a realidade histórica, isto é, com a verdade dos fatos, tal como efetivamente ocorridos no espaço e no tempo, buscando a reconstrução da verdade, sendo o meio que o Juiz encontra para

conhecer os fatos antes de chegar em uma sentença condenatória. A prova é o meio de convicção do julgador para que seja formado seu convencimento.

Através – essencialmente- das provas, o processo pretende criar condições para que o juiz exerça sua atividade recognitiva, a partir da qual se produzirá o convencimento externado na sentença. É a prova que permite a atividade recognoscitiva do juiz em relação ao fato histórico narrado na peça acusatória. O processo penal e a prova nele admitida integram o que se poderia chamar de modos de construção do convencimento do julgador, que formará sua convicção e legitimará o poder contido na sentença. (LOPES JR, 2020, p. 384)

Portanto, a prova é o elemento demonstrativo da autenticidade ou veracidade de um fato, que tem por objetivo formar a convicção do juiz sobre os elementos necessários para a decisão da causa.

2.1.2 Meios de Prova

Em suma, meio de prova é instrumento pelo qual se oferece ao juiz meio de conhecimento acerca do crime praticado. Isto é, as provas no processo penal são utilizadas para reconstruir os fatos acontecidos na prática delituosa para que seja formado o convencimento do juiz para que seja prolatada a sentença, como explanado no tópico anterior.

Dessa forma, o Código de Processo Penal intitulou algumas espécies de prova, sendo elas, exame de corpo de delito e das perícias em geral com previsão legal no artigo 158 a 184 do CPP utilizada quando é necessário para o julgamento do processo um saber técnico que vai além do conhecimento ordinário do magistrado, em que é designados peritos ou realizado exame pericial nos crimes que são deixados vestígios. O interrogatório do acusado previsto, em que é recolhido o depoimento pessoal do réu como forma de permitir a defesa do sujeito passivo, bem como o depoimento do ofendido para responder acerca das circunstâncias e autoria do crime. A confissão é meio de prova no qual é reconhecido pelo agente a prática do ato do qual está sendo acusado. A testemunha é uma pessoa, que não tem interesse no litígio, capaz de depor, que age sobre o compromisso de dizer a verdade e ser imparcial, confirmando ao juízo fatos importantes e relativos ao caso litigioso. Ademais, há o reconhecimento de pessoas e coisas e a acareação que significa colocar cara a cara duas ou mais pessoas para confrontar as informações e declarações. Por fim, prova documental, indícios e busca e apreensão.

Assim, no ordenamento jurídico brasileiro o juiz não tem permissão para julgar baseando-se apenas em sua opinião pessoal ou costumes, sendo necessário analisar os meios de provas admitidas em direito e aplicáveis diante do caso concreto e montar sua convicção pelos instrumentos probatórios que integram os autos.

2.2 O RECONHECIMENTO NO PROCESSO PENAL

Neste tópico serão abordados temas relevantes acerca do reconhecimento à luz do processo penal brasileiro, como por exemplo, seu conceito, a natureza e espécies. Trata-se de um assunto de extrema importância a ser abordado preliminarmente para a compressão do reconhecimento fotográfico.

2.2.1 Conceito De Reconhecimento

Inicialmente, para que se possa compreender o reconhecimento de pessoas como meio de prova, é preciso definir o que é reconhecimento. Nesse sentido, de acordo com as palavras de Capez (2019, p. 461), o reconhecimento é o meio processual de prova, eminentemente formal, pelo qual alguém é chamado para verificar e confirmar a identidade de uma pessoa ou coisa que lhe é apresentada com outra que viu no passado.

Ademais, o reconhecimento no processo penal é o resultado de um processo cognitivo realizado no presente de fatos ocorrido no passado onde a vítima irá recordar os fatos que vivenciou durante o acontecimento do fato delituoso. O reconhecimento é o resultado de um juízo de identidade entre uma percepção presente e uma passada. Reconhece-se uma pessoa ou uma coisa quando, vendo-a, se recorda havê-la vista anteriormente. (NUCCI, 2020, p. 834)

Em síntese, o reconhecimento é uma forma de recordar alguém ou coisa com o uso de ferramenta psicológica onde por meio de um processo comparativo e de lembranças do passado pretende-se trazer a percepção acerca do fato delituoso.

2.2.2 Espécies de reconhecimento no Processo Penal

O procedimento de reconhecimento está previsto nos artigos 226 a 228 do Código de Processo Penal, podendo incidir sobre pessoas e coisas. Incorre sobre pessoas quando houver suspeitas congruentes de que a pessoa a ser reconhecida tenha tido alguma espécie de

participação no fato delituoso, bem como incorrerá sobre objeto ou coisas quando se entender que tal objeto possa ter vínculo com a infração penal.

2.2.2.1 O Reconhecimento de pessoas

O reconhecimento de pessoas é uma das espécies de prova prevista no art. 226, I a IV do Código de Processo Penal. É um ato probatório a ser realizado na fase judicial, em que uma pessoa poderá reconhecer ou não pessoa diversa, com a finalidade de contribuir para a apuração dos fatos que deram origem ao processo. Desde logo costuma ser orientado pelo método descrito no art. 226 do CPP que trata do reconhecimento pessoal, *in verbis*:

Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma: I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida; II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la; III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela; IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais. Parágrafo único. O disposto no nº III deste artigo não terá aplicação na fase da instrução criminal ou em plenário de julgamento. Primeiramente, a pessoa que irá fazer o reconhecimento deve descrever a pessoa que será reconhecida. Em seguida, como dispões o inciso II, se possível, a pessoa a ser reconhecida será colocada ao lado de outras que tenham semelhança a ela, assim, a pessoa que irá reconhecer, deve apontá-lo.

O reconhecimento de pessoas é delimitado no código penal como sendo um procedimento a ser realizado na modalidade visual e presencial por excelência. No entanto, dispositivos esparsos no ordenamento jurídico permite que diante da impossibilidade de um procedimento mais rigoroso seja realizado o procedimento não presencial, reconhecido doutrinarmente por um reconhecimento informal, que nas palavras de Lopes Jr (2020, p. 534) é admitido em nome do princípio do livre convencimento motivado do julgador.

Desse modo, o reconhecimento é permeado de fragilidades que podem dificultar a sua manutenção como prova na instrução processual, caso não sejam observados os requisitos legais, como ocorre, por exemplo, quando a pessoa a ser reconhecida não é perfilada com outras pessoas detentoras de características semelhantes, o que eleva a probabilidade de indução ao erro do reconhecedor. Ou quando o reconhecimento é realizado durante o

depoimento apenas se apontando para a pessoa a ser reconhecido, o que lhe atribui o caráter de mera prova testemunhal.

2.2.2.2 Reconhecimento de coisas

O reconhecimento de coisas no processo penal brasileiro tem o escopo de identificar os diversos produtos relacionados com a prática da infração penal, podem ser compreendidos como sendo armas, bens patrimoniais, além do conjunto de objetos, tais como carta, res furtiva, entre outros que foi empregado na realização do crime. É certo que o reconhecimento destes produtos ou coisas servirá de ato probatório na apuração da responsabilidade do infrator. (PACELLI, 2020, p. 490)

Esse procedimento está previsto no artigo 227 do CPP, sendo tratado também como um meio de prova. Para Nucci (2020, p. 841) são objetos passíveis de reconhecimento: a) coisas que, sob variada forma, relacionem-se com o fato delituoso; b) coisas sobre as quais recaiu a ação do criminoso; c) coisas com as quais se levou a efeito a infração penal, tais como ocorre com os instrumentos do delito; d) coisas que, acidentalmente, foram alteradas, modificadas ou deslocadas pela ação criminosa, direta ou indiretamente; e) coisas que se constituíram no cenário da ocorrência do fato punível.

Nesse sentido, o reconhecimento de coisas está ligado ao ato de reconhecer os produtos e ações utilizadas na prática do delito a ser investigado.

2.2.2.3 O Reconhecimento Fotográfico

O reconhecimento fotográfico é costumaz nas delegacias de polícia durante a fase pré-processual. Quando ocorre um delito a vítima se dirige até a repartição policial e lhe são mostradas fotografias de possíveis suspeitos presente nos “álbuns de identificação” que possuem características semelhantes com as descritas pela vítima para que seja feita a identificação do acusado.

Dessa forma, o reconhecimento por meio de fotos é um meio de prova em que as partes são intimadas com o fim de verificar e confirmar a autenticidade da identidade em comparação a algo visto em momento passado. Esse meio de prova é conhecido como prova inominada, ou seja, não está prevista expressamente no Código de Processo Penal, mas é aceita dentro do ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com Lopes Jr (2020, p. 537),

“deve-se advertir que o fato de admitirmos as provas inominadas tampouco significa permitir que se burle a sistemática legal.”

Nesse sentido, esse meio de prova traz grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais sobre sua utilização tendo em vista que não é uma matéria pacífica de entendimento.

2.2.3 A visão doutrinária acerca do reconhecimento fotográfico

Conforme brevemente exposto, o reconhecimento fotográfico não é uma matéria pacífica de entendimento, havendo significantes posicionamentos doutrinários acerca do tema, que será explorado nesse ponto do trabalho. Embora seja usualmente utilizada dentro das delegacias brasileiras como meio de prova, ainda se discute a sua natureza jurídica e sua forma de aplicação sem que haja violação dos pressupostos penais e processuais vigentes.

Tem sido admitido como prova, embora deva ser analisado com muito critério e cautela, pois a identificação de uma pessoa ou o reconhecimento de uma coisa por intermédio da visualização de uma fotografia pode não espelhar a realidade, dando margem a muitos equívocos e erros. (NUCCI, 2020, p. 835)

Alguns doutrinadores consideram o reconhecimento por meio de fotos como uma prova inominada tendo em vista que não está presente no rol de meios de prova tipificadas no Código de Processo Penal a considerando como uma variação do reconhecimento pessoal previsto no art.226 do CPP.

O reconhecimento do acusado através de fotografias não encontra previsão legal. Porém, seja em virtude do princípio da busca da verdade, seja por força do princípio da liberdade na produção de provas, tem sido admitido pela doutrina e pela jurisprudência, sendo considerado espécie de prova inominada. (LIMA, 2017, p.718)

Para Lopes Jr. (2020, p. 537) “o reconhecimento fotográfico somente pode ser utilizado como ato preparatório do reconhecimento pessoal, nos termos do art. 226, inciso I, do CPP, nunca como um substitutivo àquele ou como uma prova inominada.” Assim, na visão desse doutrinador, o reconhecimento por meio de fotos não poderia nem mesmo ser considerado como uma prova inominada por considerar que ela decorre de uma variação ilícita de outro ato estabelecido na lei processual penal, cuja garantias e procedimentos não foram devidamente observados.

No mesmo diapasão, Nucci, que considera o reconhecimento fotográfico como prova inominada assevera sobre a forma de que ela deverá ser utilizada. Em suas palavras (2020, p. 835), “o reconhecimento fotográfico não pode ser considerado uma prova direta, mas sim indireta, ou seja, um mero indício”.

A doutrina majoritária contempla essa forma de reconhecimento como prova inominada, assim, fazendo com que não haja consenso quanto ao seu uso por parte da doutrina e da jurisprudência, justamente pela ausência de sua regulamentação na legislação penal. Há quem entenda a fragilidade desse tipo de reconhecimento quando for o único meio de prova diante dos possíveis vícios humanos, como a falsa memória e percepções da vítima no momento do reconhecimento.

No entendimento de Pacelli, o reconhecimento fotográfico não poderá, jamais, ter o mesmo valor probatório do reconhecimento de pessoa, tendo em vista as dificuldades notórias de correspondência entre uma (fotografia) e outra (pessoa), devendo ser utilizado este procedimento somente em casos excepcionais, quando puder servir como elemento de confirmação das demais provas. (PACELLI, 2020, p.547)

Assim, a doutrina majoritária compreende que o reconhecimento fotográfico, em suma, não poderá ser utilizado com único meio de prova que corrobore no aprisionamento do acusado se ausente outros meios probatórios diante de sua fragilidade material e da ausência de previsão legal que implica em sua utilização indevida sem observância dos pressupostos penais, que será abordado especificamente ao longo desse estudo.

2.2.4 A visão jurisprudencial do reconhecimento fotográfico

Os Tribunais Superiores possuem entendimentos favoráveis à utilização do reconhecimento fotográfico como meio de prova, contudo, sabiamente, condiciona o uso desse meio de prova com a observância dos requisitos legais estabelecidos no artigo 226 do CPP. Ou seja, de acordo com as jurisprudências dos tribunais brasileiros é necessário que o reconhecimento por meio de fotos siga os procedimentos exigidos para o reconhecimento pessoal, quais sejam:

Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:
I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida;

II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;

III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela;

IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.

Parágrafo único. O disposto no III deste artigo não terá aplicação na fase da instrução criminal ou em plenário de julgamento.

Assim, infere-se, que esse meio de prova não deve ser utilizado isoladamente como único meio probatório, mas em conjunto com as demais provas que instruem a investigação da autoria delituosa, considerando que sua utilização sem a observância dos requisitos previstos no artigo 226 poderá ensejar sua nulidade.

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do HC 712.781 concedeu *habeas corpus* para absolver o acusado condenado por roubo e corrupção de menores com base apenas em reconhecimento fotográfico, realizado em desconformidade com a legislação penal.

O Relator, ministro Rogerio Shietti Cruz afirmou que, mesmo quando realizado de acordo com o modelo legal – descrito no artigo 226 do Código de Processo Penal (CPP) –, o reconhecimento pessoal, embora válido, "não pode induzir, por si só, à certeza da autoria delitiva", exigindo provas adicionais. Por outro lado, acrescentou, se o reconhecimento for feito em desacordo com a lei, será inválido e não poderá "lastrear juízo de certeza da autoria do crime, mesmo que de forma suplementar", nem servir de base para a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia ou a pronúncia do réu.

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DE PESSOA REALIZADO NA FASE DO INQUÉRITO POLICIAL. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 226 DO CPP. PROVA INVÁLIDA COMO FUNDAMENTO PARA A CONDENAÇÃO. ABSOLVIÇÃO QUE SE MOSTRA DEVIDA. ORDEM CONCEDIDA.

(...)

3. Se realizado em conformidade com o modelo legal (art. 226 do CPP), o reconhecimento pessoal é válido, sem, todavia, força probante absoluta, de sorte que não pode induzir, por si só, à certeza da autoria delitiva, em razão de sua fragilidade epistêmica. Se, todavia, tal prova for produzida em desacordo com o disposto no art. 226 do CPP, deverá ser considerada inválida, o que implica a impossibilidade de seu uso para lastrear juízo de certeza da autoria do crime, mesmo que de forma suplementar. Mais do que isso, inválido o reconhecimento, não poderá ele servir nem para lastrear outras decisões, ainda que de menor rigor quanto ao standard probatório exigido, tais como a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia e a pronúncia.

(...) (HC n. 712.781/RJ, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 15/3/2022, DJe de 22/3/2022.) GRIFO NOSSO.

O Supremo Tribunal Federal (STF) diverge em alguns pontos apresentados pelo STJ em relação a observância dos requisitos do art. 226 para a validação do reconhecimento fotográfico como meio de prova.

Em julgamento recente, a Primeira Turma do STF, que teve como relator o Ministro Edson Fachin, seguindo precedentes já formados pela Suprema Corte, consideraram que reconhecimento fotográfico que não segue os procedimentos previstos na legislação para o reconhecimento pessoal poderá ser válido e usado como meio de prova, entretanto, asseveram que esse meio de prova deve estar em consonância com outros instrumentos probatórios que atestem a autoria do crime.

AÇÃO PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO. 1. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. CONSUMAÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 12.234/2010. NÃO OCORRÊNCIA. 2. INÉPCIA DA DENÚNCIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. ALEGAÇÕES DELIBERADAS POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA. PRECLUSÃO. 3. RECONHECIMENTO FOTOGRAFICO. POSSIBILIDADE DE COMPOR O CONJUNTO PROBATÓRIO, AINDA QUE REALIZADO SEM INTEGRAL OBSERVÂNCIA ÀS FORMALIDADES PREVISTAS NO ART. 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. 4. MÉRITO. CORRUPÇÃO PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE À PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. 5. DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

(...) 3. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a valoração do reconhecimento fotográfico, mesmo quando realizado sem integral observância às formalidades previstas no art. 226 do Código de Processo Penal, desde que as suas conclusões sejam suportadas por outros elementos de prova produzidos no decorrer da instrução criminal.** (...). (AP 1032, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 22/04/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 23-05-2022 PUBLIC 24-05-2022). GRIFO NOSSO.

É possível visualizar que o Supremo Tribunal Federal se norteia pela possibilidade de o reconhecimento fotográfico ser utilizado como meio de prova. Para a Corte não há que se mencionar em nulidade do meio probatório realizado por meio de reconhecimento fotográfico, mesmo que durante a instrução não tenha sido observado os procedimentos do art.226. Tese firmada que contrapõem os precedentes do Superior Tribunal de Justiça que compreende que a inobservância desse artigo pode ensejar a nulidade desse meio de prova.

Embora haja divergências jurisprudenciais acerca do procedimento desse meio de prova, as teses firmadas nos tribunais brasileiros são firmes no entendimento de que o

reconhecimento por meio de fotos não poderá ser utilizado isoladamente como único meio probatório. Desse modo, entende-se o e. TJMG:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - MÉRITO - ILEGALIDADE DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO - OCORRÊNCIA - INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 226 DO CPP - NULIDADE DO PROCEDIMENTO - ABSOLVIÇÃO - NECESSIDADE - PROVA INSUFICIENTE - IN DÚBIO PRO REO - RECURSO PROVIDO. 1. Sobre o reconhecimento de pessoas, o Superior Tribunal de Justiça tem mudado de entendimento, de modo a considerar que o reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquérito policial, apenas é apto, para identificar o réu e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 da Lei Adjetiva e quando corroborado por outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. 2. Ausentes provas suficientes para a condenação, é premente a absolvição por insuficiência de provas, nos termos do artigo 386, inciso VII, do CPP. 3. Recurso provido. (TJMG - Apelação Criminal 1.0105.21.004488-6/001, Relator(a): Des.(a) Pedro Vergara, 5ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 04/10/2022, publicação da súmula em 11/10/2022)

Logo, compreende-se que é necessário que o reconhecimento fotográfico esteja em harmonia com outros elementos probatórios para fundamentar uma condenação, considerando que é uma prova inominada e possui uma fragilidade material comparada a outras provas, podendo corroborar em condenações injustas e graves violações dos direitos fundamentais assegurados pela Carta Magna de 1988, que será objeto de estudo no presente trabalho.

2.3 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Os direitos foram sendo garantidos pelos ordenamentos jurídicos de maneira gradual. Em alguns momentos, receberam tratamento jurídico adequado à altura de sua natureza e importância, em outros, foram completamente desconsiderados. (BAHIA, 2021, p. 159)

A positivação dos direitos e garantias fundamentais enfrentou, ao longo dos anos, importantes revoluções e evoluções históricas. As lutas democráticas e movimentos constitucionalistas ao decorrer da história proporcionaram o surgimento das gerações dos direitos fundamentais que atualmente são assegurados pela Constituição Federal de 1988. Dessa forma, temos os princípios e direitos constitucionais como pilares do nosso ordenamento jurídico e da proteção dos direitos humanos.

Para Lopes Jr. (2020, p.66) os princípios constitucionais devem efetivamente constituir o processo penal. Assim, no caso do reconhecimento por meio de fotografias utilizado como meio de prova para embasar uma prisão cautelar ou até mesmo uma condenação está sujeita a violar importantes princípios e direitos constitucionais quando feito em desobediência aos requisitos legais.

Um dos princípios mais importante estabelecido no texto constitucional é o princípio da Dignidade da pessoa humana expresso no art. 1º, III, da CF/88.

É esse princípio que inspira os típicos direitos fundamentais, atendendo à exigência do respeito à vida, à liberdade, à integridade física e íntima de cada ser humano, ao postulado da igualdade em dignidade de todos os homens e à segurança. É o princípio da dignidade humana que demanda fórmulas de limitação do poder, prevenindo o arbítrio e a injustiça. Nessa medida, há de se convir em que “os direitos fundamentais, ao menos de forma geral, podem ser considerados concretizações das exigências do princípio da dignidade da pessoa humana. (MENDES, 2012, p.210)

Logo, quando uma pessoa é privada de sua liberdade indevidamente há violação do princípio da dignidade da pessoa humana e conseqüentemente a vários outros direitos e garantias previstos no art. 5º da CRFB\88, tendo em vista que uma prisão injusta revela ofensa à honra, à imagem, à vida livre e digna de um cidadão. Por isso a importância da observância dos princípios constitucionais.

Prescreve o art. 5º, LVII da CRFB\88 que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Extraímos desse artigo o princípio da presunção de inocência que é o reitor do processo penal tendo em vista que traz a concepção de que o imputado é inocente devendo ser reduzidas ao máximo as medidas que restrinjam seus direitos durante o processo. O princípio da presunção de inocência é reconhecido, atualmente, como componente basilar de um modelo processual penal que queira ser respeitador da dignidade e dos direitos essenciais da pessoa humana. (LOPES JUNIOR, 2020, p. 106)

Na fase probatória a presunção de inocência se revela na produção de provas lícitas, reguladas pelo Código de Processo Penal e em observância aos requisitos legais sem que haja qualquer violação ao direito do acusado, conforme exarado pelo doutrinador Aury Lopes Jr:

Como adverte ZANOIDE DE MORAES, a presunção de inocência como norma probatória “exige que o material probatório necessário para afastá-la seja produzido pelo órgão acusador de modo lícito e tenha conteúdo incriminador. No cumprimento de seu ônus probatório a acusação deverá utilizar apenas provas lícitas e voltadas a

demonstrar a culpa do imputado e materialidade da infração, em todos os aspectos. (...) Não se admite ainda, nenhum tipo de inversão de carga probatória, sendo censuráveis – por violação do princípio da inocência – todos os dispositivos legais neste sentido. Mas não basta “qualquer” prova, é preciso que seja lícita, buscada, produzida e valorada dentro dos padrões constitucionais e legais. (LOPES JUNIOR, 2020, p. 110)

Ademais, a produção de provas realizadas em disformidade com a legislação corrobora na violação do princípio do contraditório e ampla defesa assegurados pelo art. 5º, LV da CRFB/88, tendo em vista que esses princípios são uma confrontação da prova e comprovação da verdade. Ou seja, se no curso de um processo criminal há apenas uma fotografia sendo utilizada como meio de prova, cuja produção se deu de forma unilateral por meio da comprovação da memória (ou falsas memórias) da vítima, a defesa do imputado é prejudicada diante da ausência de informações a serem confrontadas e conseqüentemente o princípio restará mitigado. Conforme pontua Aury (2020, p. 113) o contraditório deve ser visto em duas dimensões: no primeiro momento, é o direito à informação (conhecimento); no segundo, é a efetiva e igualitária participação das partes. É a igualdade de armas, de oportunidades.

Nos termos do art. 5º, LVI, da CRFB\88 “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Desse princípio extraímos a inadmissibilidade no ordenamento jurídico brasileiro de provas que violem os direitos e as garantias fundamentais do imputado, buscando assim proteger os direitos individuais, como por exemplo, o direito à imagem, à intimidade e à privacidade. A inadmissibilidade não está restrita no meio de prova utilizado, podendo atingir também os resultados obtidos.

Em tema de prova, portanto, mesmo quando não houver vedação expressa quanto ao meio, será preciso indagar ainda acerca do resultado da prova, isto é, se os resultados obtidos configuram ou não violação de direitos. E se configurarem, se a violação foi e se poderia ter sido autorizada. (PACELLI, 2020, p. 438). Essa citação do professor Eugenio Pacelli exemplifica a situação do reconhecimento fotográfico como meio de prova, tendo em vista que embora não esteja tipificado no *códex*, não há vedação expressa acerca de sua utilização, contudo, deverá ser observado se os resultados produzidos a partir de sua utilização não violaram importantes direitos constitucionais.

Dessa forma, a decretação de uma prisão e, principalmente, uma condenação judicial embasada apenas no reconhecimento fotográfico sem a observância dos requisitos legais, poderá ensejar graves violações constitucionais, além de impactos judiciais e sociais.

A partir dessa análise, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro elaborou um relatório acerca do reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro e divulgado pelo site da Agência Brasil, que trouxe como exemplo a história de Tiago Vianna Gomes, 28 anos, que foi preso duas vezes por crimes que não cometeu. Isso aconteceu porque uma foto dele constava em álbum de suspeitos, em uma delegacia de polícia. Tiago foi denunciado, apenas com base no reconhecimento de sua imagem, por crime de roubo, nove vezes. Em nenhum dos sete casos já encerrados, foi considerado culpado. Dois casos ainda tramitam na Justiça.

A subcoordenadora de Defesa Criminal da DPRJ, Isabel Schprejer, explica que o reconhecimento por foto não está expressamente previsto na legislação, mas o entendimento majoritário é que esse reconhecimento pode ser realizado desde que sejam observados os requisitos legais e que o reconhecimento pessoal seja essencialmente presencial. “Na prática, a gente observa que isso não é realizado”, diz, Isabel, que acrescenta: “O que a gente observa, muitas vezes, é a exibição de uma única fotografia para a vítima ou a exibição de um álbum de suspeitos para ela folhear e apontar livremente a pessoa que entende ser mais parecida com o criminoso”.

Logo, observa-se que quando o reconhecimento por meio fotográfico é utilizado isoladamente, sem outros meios de provas que embasem a instrução criminal, bem como não é observado os requisitos do art. 226 do CPP, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário, há uma clara afronta aos princípios constitucionais e violação de direitos fundamentais.

No caso relatado pela DPRJ, houve violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos primordiais do ser humano, quais sejam, o direito à liberdade, à imagem, à intimidade, à privacidade que foram mitigados pelo próprio Estado que não observou os princípios basilares da Constituição para aplicação do processo penal corroborando em prisões injustas e ilegais.

2.4 A MEMÓRIA NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO POR MEIO DA FOTOGRAFIA

Antes de adentrar no fenômeno das falsas memórias no ato do Reconhecimento fotográfico, é preciso entender, em apertada síntese, a respeito da memória em si.

De início, vale ressaltar que as imagens não ficam retidas na memória interminavelmente, uma vez que qualquer modelo de “cópia” poderia gerar conflitos quando armazenada, em virtude da demasiada gama de conhecimentos adquiridos ao longo da vida (LOPES, Júnior. 2007, p. 61).

Nesse ensejo, Antônio Damásio expõe:

As imagens não são armazenadas sob forma de fotografias fac-similares de coisas, de acontecimentos, de palavras ou de frases. O cérebro não arquiva fotografias Polaroid de pessoas, objetos, paisagens; não armazena fitas magnéticas com música e fala; não armazena filmes de cenas de nossa vida; nem retém cartões com ‘deixas’ ou mensagens de teleprompter do tipo daquelas que ajudam os políticos a ganhar a vida. (...) Se o cérebro fosse uma biblioteca, esgotaríamos suas prateleiras à semelhança do que acontece nas bibliotecas. (DAMÁSIO, Antônio. 1996, p. 128-129)

Assim, existem dois tipos de memórias: a procedural – relacionada ao aprendizado, e a memória declarativa. No que tange ao assunto para a compreensão das falsas memórias no reconhecimento, o mais importante são as memórias declarativas, que é capaz de armazenar momentos, fatos e eventos conscientemente.

Na memória declarativa, é possível haver esquecimento dos detalhes ao passar do tempo, quando se trata, por exemplo, de um acidente. Isso acontece porque, logo após um determinado fato, os indivíduos recordam com riqueza os detalhes, mas sempre será apenas uma “parte”, o fragmento do todo. Entretanto, ao longo do tempo, estes detalhes são facilmente esquecidos, porém a lembrança do momento dramático permanece.

Isto posto, compreende-se que a memória pode sofrer deturpações, não seguindo fielmente a verdade, dado que, por força de processos externos e internos, pode haver erros nos recebimentos de informações ou, como descrito acima, o “esquecimento natural”, razão pela qual surge a discussão das falsas memórias.

Desse modo, ao tentar se recordar de certo momento (ou pessoa) por meio da fotografia, há grandes chances de possuir distorções memoriais, dificultando o reconhecimento de tal fato ou característica apresentada.

No processo penal, umas das provas importantíssimas – e muitas vezes indispensável, é a prova testemunhal e o depoimento pessoal. Ocorre que, como já tratado no tópico anterior, a memória do ser humano pode acontecer falhas que afetam a legitimidade de um reconhecimento ou uma narrativa.

A prova penal na espécie de reconhecimento fotográfico não tem previsão legal, sendo os argumentos construídos por doutrinas e jurisprudências, o que apresenta, na prática, diversos problemas na execução.

Sabe-se, assim, que a utilização da apresentação de fotografias gera uma memória fotográfica para quem precisa reconhecer, causando confrontos com as lembranças adquiridas e as imagens amostradas. Neste ato, raramente terá um convencimento oposto da parte, em virtude da indução.

Isto acontece porque a testemunha ou a vítima procedem com o ato probatório tendo a persuasão de que as autoridades penais/judiciais somente vão lhe mostrar fotografias com o acerto de que o autor do delito estará entre aquelas imagens. Entretanto, isto não acontece na prática, e então a parte, inconscientemente, busca uma solução de não frustrar as expectativas das autoridades responsáveis, o que leva elas a indicar uma fotografia aleatória que “mais” tem proximidade com as características do indivíduo real.

É de suma importância, também, considerar a expectativa formada pelo reconhecedor que possui uma tendência de sempre ouvir e ver aquilo que deseja, como certos estereótipos (cultura, sexo, raça, cor, entre outros) que podem e costumam influenciar a sociedade ao apontar uma autoria criminal.

Ademais, a falsa memória fotográfica no processo penal tem como causa as situações e o tempo em que a parte ficou observando o indivíduo, bem como o efeito deletério da memória, ou seja, a diminuição da percepção das características caso o reconhecimento fosse feito pessoalmente, tendo em vista que a parte reconhecedora estará constricta aos elementos incluídos na imagem. Igualmente, observa-se que por meio da imagem fotográfica há uma reprodução estática, não demonstrando a atual e toda característica do acusado e, por isso, no ato da identificação será verificada a situação no momento em que foi retirada determinada fotografia, e não no ato em que ocorreu o delito.

Nesse sentido, assevera Giacomolli (2011, p. 64) que “[...] a imagem cristalizada na foto representa uma expressão do sujeito que está sendo fotografado e não do que está em movimento, empunhando uma arma, falando, correndo; portanto, bem diversas do ambiente tensional do cometimento de um delito”.

De acordo com Mello e Gervitz (2019), os detalhes que podem ser absorvidos das fotos misturam-se com produtos da imaginação a fim de criar memórias vividas do evento (real ou falso). Dessa forma, a vítima que foi exposta a um momento de grande carga emocional e não se recorda com exatidão dos detalhes e características do acusado, ao ver

uma fotografia – que exprime uma concepção de realidade – associa a imagem com o que mais se assemelha ao que está em seu subconsciente.

(...) as imagens não simplesmente conseguem adicionar\modular detalhes, mas são capazes de gerar efetivamente uma maior propensão a aceitação de falsas informações. Não só, verifica-se, inclusive, um nítido caminho mental de se buscar na memória aquilo que se passou a entender como verdade. Assim, mais do que simplesmente influenciar, parece que as imagens são realmente capazes de transformar, ou até criar, lembranças. (GERVITZ e MELLO, 2019)

Posto isso, o reconhecimento fotográfico é uma prova frágil por estar sujeita as percepções da mente humana que - muitas vezes - apresenta falhas, distorções e falsas memórias corroborando em erros durante o reconhecimento.

2.5 O RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO E O ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

Ao analisar informações das pesquisas indicadas nas referências bibliográficas, verifica-se que a população negra é a maior parte dentre as vítimas de falhas do processo de reconhecimento fotográfico. Por isso, para discorrer sobre o reconhecimento dessa parte da sociedade – muitas vezes vista como “marginais”, é importante dar ênfase ao racismo estrutural e o preconceito racial vigente no Brasil, resultante de um passado escravocrata.

A priori, cumpre ressaltar que o racismo, de acordo com a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Decreto nº 65.810/69, é caracterizado como:

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.

Toda a raça humana contém vestígios deixados pela escravidão, o que marcou a evolução de diversas nações. No entanto, a escravidão nem sempre foi relacionada somente a uma raça ou cor. No Brasil Colônia, por exemplo, o início da escravidão se deu por meio de índios nativos, porém, como a mão-de-obra demonstrou escassa na realização dos trabalhos nos engenhos, corpos africanos passaram a ser transportados para o Brasil nos famosos “navios negreiros” e vendidos como escravos, onde permaneciam em rotinas exaustivas, com

torturas e péssimas condições de sobrevivência. Dessa forma, os escravos eram separados dos povos de outras classes.

Originado deste o período colonial, o Brasil construiu uma hierarquia de raças, no qual prevaleceu a segregação dos negros, que mesmo após a ascensão da democracia, a imagem marginalizada dos advindos da escravatura permanecem.

Embora houve a abolição do trabalho escravo, com a aprovação da Lei Áurea, não ocorreu qualquer política eficaz para a inserção da população negra na sociedade brasileira, visto que sem recursos era impossível não viver às margens da sociedade que já era livre, contribuindo para a sua posição social atual – mesmo que indiretamente.

Isto posto, percebe-se que o sistema penal também restaura práticas racistas, pois a criminalização de corpos negros se iniciou após a abolição da escravidão, com a produção de leis penais que recaíram apenas perante a população negra.

Nesse diapasão, Camila Cassino Dias, em sua obra “Olhos que Condenam”, destaca a utilização do sistema penal frente às classes raciais:

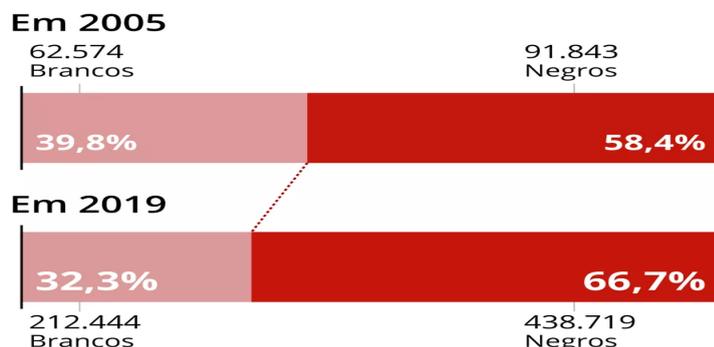
No que respeita o Código Penal de 1940 e o Código de Processo Penal de 1941, cumpre destacar que ambos são isentos de legislação específica sobre a população negra. No entanto, ainda que a prática racista não estivesse expressamente prevista na legislação promulgada, o racismo das instituições de controle havia deixado resquícios na atuação das agências de criminalização secundária, representadas pelo Poder Executivo, uma vez que a criminologia positivista consolidou-se como o suporte teórico do treinamento policial da época (DIAS, 2020, p. 337)

Assim, compreende-se que o racismo não é formado por um agrupamento de fatos e atos separadamente, mas como um processo histórico e político em virtude de um privilégio estrutural de pessoas, como a prisão em massa de povos negros e até a criminalização das favelas.

O racismo estrutural introduzido na sociedade não se manifesta apenas no aprisionamento da população negra, mas também de um genocídio. De acordo com o 14º Anuário de Segurança Pública, constata-se que no período de 15 anos a proporção de negros no sistema carcerário aumentou 14%, enquanto a da população branca diminuiu 19%.

Prisões no Brasil

Dois em cada três detentos são negros



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Infográfico elaborado em: 16/10/2020



Fonte:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/raio-x-da-violencia-no-brasil-em-10-pontos-segundo-o-anuario-da-seguranca-publica.ghtml>

Ademais, no ano de 2021, foi demonstrado uma elevação de 367,4% na população negra carcerária, número este muito maior do que o de presos brancos, de 195,1% (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 388).

Desse modo, aprecia-se a predominância dos indivíduos de cor/raça negra nos presídios do país, manifestando uma “freguesia” no sistema penal brasileiro, fundamental, para o presente ensinamento, um exame sobre o reflexo da influência gerada na utilização do meio de prova que se baseia no reconhecimento fotográfico, nos protótipos informais realizados no processo penal, perante o fenômeno do encarceramento da população negra.

O Brasil, por ser um país que delongou o fim da era da escravidão (por motivos econômicos), seus vestígios comparecem até os dias atuais, e em sua maioria de maneira perspicaz e tênue. Uma dessas formas, como citado anteriormente, é o reconhecimento de imagens equivocadas de pessoas pretas, atribuindo a estas culpas de delitos que não praticaram, embasado apenas em seu estereótipo de cor de pele, raça ou etnia.

'Fui preso após foto do meu Facebook ir parar em álbum de suspeitos'; polícia prende inocentes com base em reconhecimento fotográfico falho

Camilla Veias Mota - @cavmota
Da BBC Brasil em São Paulo

13 agosto 2021



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58119703>

Uma circunstância comum é que na maior parte dos fatos de condenações injustas através do reconhecimento fotográfico o perfil das vítimas é semelhante à maioria dos indivíduos que compõem o sistema carcerário: negros, periféricos e de baixa renda.

Tal argumento foi comprovado recentemente por uma completa pesquisa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), publicada em maio deste ano, que investigou 242 ações julgadas pelo Tribunal de Justiça entre janeiro e julho de 2021. Restou constatado que 63,74% dos acusados são negros, permanecendo em cárcere em razão da prisão preventiva por uma média de 1 (um) ano e 2 (dois) meses.

Também, uma pesquisa feita pelo Colégio Nacional dos Defensores Públicos (CONDEGE), em conjunto com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, apontou que pessoas negras retratam 83% das pessoas presas de forma injusta por falhas no reconhecimento fotográfico, sendo, inclusive, manchetes de grandes meios de comunicação jornalístico.



Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>



Fonte: <https://theintercept.com/2022/04/04/negros-inocentes-album-de-suspeitos-tj/>



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/reconhecimento-fotografico-leva-a-prisao-8-entre-10-reus-absolvidos-mostra-estudo.shtml>

Percebe-se, então, que a rotulação está presente no inconsciente comunitário daqueles que são vistos como marginalizados. Preconceitos e máscaras influenciam fortemente no ato do reconhecimento pessoal e inclinam-se a uma potencialização quando não são respeitados os procedimentos adequados, o que sucede contra o princípio do *in dubio pro reo*.

Sempre que uma autoridade legal mostrar à vítima ou testemunha álbum com um percentual expressivo de pessoas negras para o reconhecimento do autor do delito estaremos diante um procedimento que visa padronizar o perfil dos suspeitos, conforme expõe Felipe Augusto da Silva (2022):

[...] Dar-se-á prosseguimento a um círculo vicioso nos tribunais judiciários, nos quais a condenação irá incidir unicamente na palavra da vítima ou testemunha pelo reconhecimento fotográfico, acarretando condenação de inocentes sem o devido processo legal.

Dessa forma, ao ocorrer um reconhecimento de imagens etiquetado, resta demonstrado um processo na justiça criminal com vários vícios de compreensão, o que acarreta para a sociedade um recado de que somente por se fazer parte de um grupo caracterizado como suspeito, decorrente da descriminalização racial, é suficiente para se considerar culpado.

À vista disso, é necessário evidenciar o vínculo direto entre o racismo estrutural e as prisões injustas, principalmente nos procedimentos de reconhecimento por meio da fotografia realizado pelas autoridades policiais, em conformidade com o que realmente deve ser feito. Mesmo que o processo histórico, político e social dos brasileiros tenha dado com fulcro nas descriminalizações que possuem a raça como elemento fundamental, é preciso frisar sempre a responsabilidade social para buscar meios de mudanças com o objetivo de que casos como esses não ocorram mais.

3 METODOLOGIA

Levando em consideração o atual cenário jurídico descrito nas seções anteriores, este trabalho visa explorar o tema: a lesão aos princípios constitucionais originados pelas prisões injustas decorrentes do reconhecimento fotográfico. Assim, o presente estudo tem o objetivo de responder a seguinte problemática: o procedimento de reconhecimento fotográfico como único meio de prova poderá ser considerado constitucional em virtude da violação dos requisitos processuais penais?

De acordo com Gustin e Dias (2014, p. 21) a vertente jurídico-dogmática considera o Direito com auto-suficiência metodológica e trabalha com elementos internos ao ordenamento jurídico. Desenvolve investigações com vistas à compreensão das relações normativas nos vários campos do Direito e com a avaliação das estruturas interiores ao ordenamento jurídico.

Dessa forma, a realização do presente do trabalho foi desenvolvida a partir da vertente metodológica exploratória por meio de fontes bibliográficas para proporcionar uma descrição assertiva do previsto no art. 226 do Código de Processo Penal, qual seja, o reconhecimento formal de pessoas, e explicar sobre as falsas memórias, questionando-se o seu valor probatório e a obrigatoriedade da observância do procedimento prescrito em lei, em que medida a realização do reconhecimento pode vir a fomentar falsas memórias e condenações equivocadas.

Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada por meio de método dedutivo, que pressupõe a razão com a única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro e utiliza-se uma cadeia de raciocínio descendente, da análise geral para a particular, até a conclusão.

O procedimento de pesquisa foi realizado por meio de levantamento bibliográfico e documental. Assim, foram usadas doutrinas, artigos e a legislação de constitucional e penal, a fim de enriquecer a absolvição de informações e permitir um aprimoramento no estudo para destrinchar as lesões ao constitucionalismo, referente ao princípio da dignidade da pessoa humana, delimitando quando ocorre uma prisão injusta baseada apenas no reconhecimento fotográfico feito pela vítima e pelas autoridades policiais. Ademais, foram apontados os fundamentos e opiniões doutrinárias, bem como a própria legislação, para analisar os principais motivos que essas prisões acontecem.

Portanto, foi explorado durante a pesquisa qual o entendimento firmado pelos doutrinadores, bem como pelos operadores do direito acerca do tema apresentado. Além disso, uma análise de artigo e jurisprudências que abordam a caracterização do reconhecimento fotográfico para identificar autores de determinados delitos, quanto à relevância da memória da vítima para ser considerado meio de prova primordial, e as consequências dessa identificação.

4 CONCLUSÃO

Para se chegar à uma sentença condenatória é necessário que o julgador tenha elementos suficientes para embasar seu posicionamento. Na ceara penal é imprescindível que

se tenha lastro probatório suficiente do autor do delito, por isso, os meios de prova são utilizados como uma forma de reconstrução dos fatos a fim de embasar e nortear o convencimento do magistrado.

Dessa forma, os meios de provas a serem analisados no curso da investigação criminal devem estar em consonância com a legislação penal, bem como serem utilizados estritamente com as observâncias dos princípios constitucionais e processuais penais a fim de evitar erros e violação de direitos.

O reconhecimento fotográfico é uma prova inominada, admitida no ordenamento jurídico brasileiro por analogia ao reconhecimento pessoal. Assim, por não ser regulamentada há muitas discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca de sua utilização como meio de prova. No entendimento majoritário, esse procedimento poderá ser empregado desde que presente outros meios probatórios e que siga o procedimento previsto no art.226 do Código de Processo Penal.

Caso não siga os requisitos legais gerando falhas no ato de reconhecimento poderá ser violados direitos fundamentais considerando que se trata de um procedimento frágil por estar dependente da memória humana que pode apresentar falhas e falsas memórias. Ainda, esse procedimento abre margem para preconceitos raciais enraizados na nossa sociedade desde a época escravocrata tendo em vista que a maioria dos presos condenados com base nesse meio de prova são pretos, refletindo na estereotipação marginalizada de uma raça.

Destarte, o reconhecimento fotográfico é um procedimento que apresenta rupturas e corrobora em prisões injustas de pessoas inocentes que tiveram seus direitos e garantias fundamentais mitigados e violados ao terem suas condenações baseadas em uma prova inominada de materialidade prejudicada. Assim, é extremamente necessário que seu uso no ordenamento jurídico siga os requisitos legais e esteja em consonância com os demais elementos probatórios que instruem a investigação para que o princípios constitucionais consagrados pela Carta Magna de 1988 sejam devidamente respeitados.

5 REFERÊNCIAS

BAHIA, Flávia. **Direito Constitucional**. 5ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
BRASIL. {Constituição (1998)}. **Constituição Federal**. Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 106 de 07/05/2020. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 02 de novembro de 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm Acesso em: 01 de novembro de 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva: 2019.

DAMÁSIO, Antônio. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. Trad. Portuguesa Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Camila Cassiano. **“Olhos que condenam”**: Uma análise autoetnográfica do reconhecimento fotográfico no processo penal. Revista da AJURIS. Porto Alegre, v.47, n. 148, junho.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4> . Acesso em: 12 nov. 2022.

GERVITZ, Luiza; MELLO, Maria Cecilia. **A influência da imagem sobre a memória e a reconstrução dos fatos. O desafio do reconhecimento fotográfico**. Revista de Direito e Medicina. Volume 4\2019. Página 04.

GIACOMOLLI, N. J. **A fase preliminar do processo penal: crises, misérias e novas metodologias investigatórias**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. p. 164.

GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

LIMA, Renato. **Manual de Processo Penal: Volume Único**. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

LOPES JUNIOR, Aury; GESU, Carla Cristina Di. **Falsas memórias e prova testemunhal no processo penal: em busca da redução de danos**. In: Revista de Estudos Criminais, Ano VII, n. 25. Sapucaia do Sul: 2007, p. 61.

LOPES JUNIOR, Aury; **Direito processual penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MATIDA, Janaína; CECCONELLO, William Weber. **Outra vez sobre o reconhecimento fotográfico**. In: Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-01/limite-penal-outra-vez-reconhecimento-fotografico>. Acesso em: 21 nov. 2022

MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MLODINOW, L. **Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas**. Tradução por: Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 59-60.

NUCCI, Guilherme. **Curso de Direito Processual Penal**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TOKARNIA, Mariana. **Reconhecimento fotográfico de réu pode levar a erro, diz relatório**. Agência Brasil, 2022. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/reconhecimento-fotografico-de-reu-pod-e-levar-erro-diz-relatorio>>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 24ª Ed. São Paulo: Editora Gen, 2020.

SILVA, Felipe Augusto da. **A questão racial envolvida nos reconhecimentos fotográficos**. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/96961/a-questao-racial-envolvida-nosreconhecimentos-fotograficos>.
Acesso em: 21 nov. 2022.

A Necessidade de Positivar o Princípio da Insignificância e Suas Razões

Jacinta Pereira Martins⁵⁶

Willian Alexsandro dos Santos Júnior⁵⁷

Resumo: A inobservância da aplicação do Princípio da Insignificância pela autoridade competente, a qual é a primeira a se deparar com o caso em concreto, gera inúmeros prejuízos. Cite-se, a exemplo, o abarrotamento do judiciário com ações as quais seriam desnecessárias se fosse aplicado o referido Princípio, a prisão de inúmeras pessoas não habituais em crimes, as quais praticam um delito por necessidade, o gasto exorbitante de dinheiro público com um processo que, ao chegar à instância superior, tem aplicada a insignificância e o conseqüente arquivamento. No âmbito jurídico-acadêmico, essa questão suscita reflexões e debates acerca da violação do Estado Democrático de Direito, dos ideais de justiça implícitos e explícitos na Carta Magna atual e ao sistema Processual Penal declarado acusatório. Isso porque, conforme o entendimento sedimentado no Direito Brasileiro, a aplicação do Princípio Bagatela é a regra, conforme os casos já delineados pelo Supremo Tribunal Federal, tendo o mencionado Princípio status consuetudinário sendo um direito subjetivo daquele que ocupa o polo passivo de um processo penal.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância; Bagatela; Crime de Bagatela;

1 Introdução

⁵⁶ Bacharelanda do curso de Direito pela Faculdades Kennedy de Minas Gerais – jacinta.martins@soukenendy.com.br – Orientador: Professor Mestre Arthur Nadú Rangel – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5250558243796979>

⁵⁷ Bacharelando do curso de Direito pela Faculdades Kennedy de Minas Gerais – willian.alexandro.direito@hotmail.com – Orientador: Professor Mestre Arthur Nadú Rangel – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5250558243796979>

O Princípio da Insignificância foi abordado de forma jurídica pela primeira vez, ao que se tem conhecimento, em 1903 por Franz Von Liszt que ao discorrer sobre a legislação penal de sua época afirmava que a Lei fazia uso excessivo da pena e questionava se não seria caso de retornar à máxima *mínima non curat praetor* (“o protetor não cuida de minudências”).⁵⁸ Entretanto, a consagração do termo “Princípio da Insignificância” foi cunhada por Claus Roxin, 1964, em sua obra “*Política Criminal y Sistema Del Derecho Penal*”, contrapondo-se às teorias radicais existentes à época as quais defendiam a rígida aplicação da Lei Penal para toda e qualquer situação. Roxin formula sua tese a partir de duas perguntas: “De que serve, porém, a solução de um problema jurídico, que apesar de sua linda clareza e uniformidade é político-criminalmente errada? Não será preferível uma decisão adequada do caso concreto, ainda que não integrável no sistema?”⁵⁹ Nas palavras de Rogério Greco:

O Princípio da Insignificância, defendido por Claus Roxin, tem por finalidade auxiliar o intérprete quando da análise do tipo penal, para fazer excluir do âmbito de incidência da lei aquelas situações consideradas como bagatela.”⁶⁰

De mesmo modo preleciona Luiz Regis Prado:

“De acordo com o princípio da insignificância, formulado por Claus Roxin e relacionado com o axioma *mínima non cura praeter*, enquanto a manifestação contrária ao uso excessivo da sanção criminal, devem ser tidas como atípicas as ações ou omissões que afetem infimamente a um bem jurídico-penal.”⁶¹

Percebe-se que é pacífico o entendimento doutrinário de que o Princípio Bagatelar tenha ingressado no Direito Penal por intermédio de Roxin, com égide na máxima *mínima non curat praetor*. Não obstante, frisa-se que o referido princípio fez lugar no mundo jurídico dado a seu caráter auxiliador interpretativo, isto é, com dito alhures, uma “ferramenta” hermenêutica ao aplicador da Lei/intérprete, posto que o Direito Penal é a *ultima ratio* e

⁵⁸ LISZT, Franz Von. **Tratado de Direito Penal Alemão**, Vol. 1, Biblioteca Digital Jurídica – STJ, 1903;

⁵⁹ ROXIN, C. (2000). **Política Criminal y sistema del derecho penal**. Buenos Aires: Hammurabi.

⁶⁰ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, Vol. 1, 16. Ed. Niterói: Impétus, 2014, págs. 65 à 69;

⁶¹ PRADO, Luis Regis. **Curso de direito penal brasileiro: parte geral**. v1. 11.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 182;

deve-se limitar às figuras mais relevantes de agressões aos bens jurídicos tutelados por este ramo. Assis Toledo, sustenta que:

[...] segundo o princípio da insignificância, que se revela por inteiro pela sua própria denominação, o direito penal, por sua natureza fragmentária, só vai aonde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas”.⁶²

Ultrapassada a origem do Princípio em discussão, surge a dúvida quanto à sua função. Em que pese o nome ser bem sugestivo, Princípio da Insignificância/Bagatela, mister compreender como ocorre sua aplicabilidade. Nesse ponto, busca-se a definição de crime segundo conceitos jurídicos. Diga-se de passagem, que, para o conceito analítico de crime, o Brasil adota a denominada Teoria Tripartite. Nas palavras de Rógerio Greco:

[...] o crime, para aqueles que adotam o seu conceito analítico, é composto pelo fato típico, pela ilicitude e pela culpabilidade. Para que se possa falar em típico é preciso, ainda, que reconheçamos a presença dos seguintes elementos:

- a) Conduta (dolosa ou culposa – comissiva ou omissiva);
- b) Resultado;
- c) Nexo de causalidade (entre a conduta e o resultado);
- d) Tipicidade (formal e conglobante).⁶³

Segundo entendimento doutrinário consolidado, a Bagatela incide no instituto da tipicidade conglobante, isso porque a tipicidade formal, adequação da conduta com a norma descrita, sempre existirá em caso de reconhecimento da insignificância, pois se não houvesse tipicidade formal, não se chegaria ao ponto de questionar a tipicidade material do fato.

Rogério Greco, a exemplo, preleciona que:

Para que se possa concluir pela tipicidade conglobante, é preciso verificar dois aspectos fundamentais: a) se a conduta do agente é antinormativa; b) se o fato é materialmente típico. O estudo do princípio da insignificância reside nesta segunda vertente da tipicidade conglobante, ou seja, na chamada tipicidade material.

Elaborando um raciocínio lógico, chegaríamos à seguinte conclusão: se não há tipicidade material, não há tipicidade conglobante; por conseguinte, se não há tipicidade penal, não haverá fato típico; e, como consequência lógica, se não há o fato típico, não haverá crime.⁶⁴

⁶² TOLEDO, Francisco Assis. **Princípio Básicos de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1982, p.133;

⁶³ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, Vol. 1, 16. Ed. Niterói: Impétus, 2014, págs. 65 à 69;

⁶⁴ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, Vol. 1, 16. Ed. Niterói: Impétus, 2014, págs. 65 à 69;

Reconhecida a consagração do Princípio da Insignificância na seara penal, deve-se observar sua aplicabilidade e seus contornos. No ordenamento jurídico brasileiro não há previsão em Lei do referido instituto. O que existe são as considerações doutrinárias expostas acima, além de outras as quais os juristas rotineiramente se deparam e o contornos delimitados pelos Tribunais Superiores, em específico pelo Supremo Tribunal Federal, quando proferiu a seguinte decisão⁶⁵:

“ E M E N T A: PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGÍTIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO SIMPLES, EM SUA MODALIDADE TENTADA - "RES FURTIVA" NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 20,00 (EQUIVALENTE A 5,26% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDIDO DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. -

O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: "DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR". - O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

(HC 92463, Relator(a): CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/10/2007, DJe-134 DIVULG 30-10-2007 PUBLIC 31-10-2007 DJ 31-10-2007 PP-00104 EMENT VOL-02296-02 PP-00281)”

Percebe-se que a citada corte estabelece que deve haver – cumulativamente - para verificação da insignificância da ação, a mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade da ação social, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade de lesão jurídica provocada. Tal raciocínio é pacífico.

⁶⁵ (Julgado) HC 92463, Relator(a): CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/10/2007, DJe-134 DIVULG 30-10-2007 PUBLIC 31-10-2007 DJ 31-10-2007 PP-00104 EMENT VOL-02296-02 PP-00281

Concomitantemente, há de se lembrar que o Direito, enquanto ciência do campo humano, evolui a cada dia e caminha passo a passo com a sociedade, de modo que qualquer mudança de interesse no corpo social ocasionará, impreterivelmente, mudanças no ordenamento jurídico.

Deste modo, os Tribunais Superiores vêm superando questões ultrapassadas, tal qual o valor do dano causado pelo agente, a reincidência e outros quesitos. As referidas características estão deixando de ser empecilhos frente à aplicação do Princípio da Insignificância, de modo que os julgadores buscam um ideal de justiça equânime e, assim, sendo recorrente a ocorrência de diversos julgados no sentido de que⁶⁶:

“Ementa: AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA CRIMINAL. FURTO DE SEIS DESODORANTES E TEMPERO CULINÁRIO. RES FURTIVA DEVOLVIDA À VÍTIMA, SEM MÁCULA. RÉU REINCIDENTE ESPECÍFICO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ESTABELECIDOS PELA JURISPRUDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A inexistência de argumentação apta a infirmar o julgamento monocrático conduz à manutenção da decisão agravada. 2. A reincidência, mesmo que específica, não impede o reconhecimento do princípio da insignificância, mormente se verificado o preenchimento dos requisitos jurisprudencialmente construídos para a sua incidência. 3. A aplicação do princípio da bagatela não se condiciona a nenhuma fórmula apriorística, como a que limita a sua incidência a bens com valor inferior a 10% do salário mínimo. A valia do bem deve ser aferida dentro de seu contexto de essencialidade, de forma individualizada. 4. Apesar de reprovável, a conduta não gerou significativa ofensa ao bem jurídico tutelado e não evidenciou periculosidade social suficiente para justificar a proteção do Estado na seara penal. 5. Agravo regimental desprovido. (RHC 205902 AgR-AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 06/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 09-03-2022 PUBLIC 10-03-2022)”

Todavia, em que pese as delimitações tecidas pelas cortes superiores e os intuitos com a aplicação da “bagatela”, percebe-se que há abarrotamento do sistema judiciário com inúmeras causas as quais poderiam ser dirimidas com observância do princípio em questão. Tanto é que, em 2012, o STJ, quando completava 25 (vinte e cinco) anos de existência, em sua página oficial no site jusbrasil⁶⁷, publicou um texto dando conta de que número de Habeas Corpus na mencionada casa julgadora lograra a marca de 300.000 (trezentos mil).

⁶⁶ (Julgado) RHC 205902 AgR-AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 06/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 09-03-2022 PUBLIC 10-03-2022;

⁶⁷ Em 25 anos, número de habeas corpus no STJ bate em 300 mil:

<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/114420311/em-25-anos-numero-de-habeas-corpus-no-stj-bate-em-300-mil>

Acessado dia: 14/07/2022

Por fim, as autoridades, delegados de polícia, juízes de primeira instância e até desembargadores dos Tribunais Estaduais posicionam-se de forma omissa e até mesmo arcaica, quando do reconhecimento da insignificância da conduta perpetrada pelo acusado, haja vista o entendimento doutrinário e jurisprudencial revelado no país. O que corrobora tal fato são as inúmeras decisões dos Tribunais Superiores no sentido de reconhecer a incidência do Princípio em apreço. Cita-se, à exemplo, o HC 699.572 -SP, julgado pelo STJ em 13 de outubro de 2021, no qual houve o trancamento de um inquérito policial em que se apurava a prática de furto qualificado cometido por uma mulher que encontrava-se em situação de rua, e que os valores dos alimentos subtraídos não chegavam à R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

2 Evolução Histórica Do Princípio Bagatela

Quando do estudo do Direito, no introito da referida disciplina, diversas considerações históricas, sociais, filosóficas e fáticas são apontadas a respeito. No tocante ao ponto historicidade, aspecto mais importante num primeiro momento, percebe-se que o Direito Romano, devido ao expansionismo do Império Romano, foi/é precursor em diversos quesitos. Não obstante, percebe-se que o “Princípio da Insignificância” já possuía certas expressões, haja vista a conformidade com o brocardo “*mínima non curat praetor*”⁶⁸.

Entretanto, embora haja consenso de que o supracitado Princípio surgiu na Roma Antiga, Maurício Antônio Ribeiro Lopes nega que a expressão em latim seja predecessora do “Princípio Bagatela”, sustentando que o referido se aplicava, somente, ao Direito Civil⁶⁹, dado que o Direito Romano sustentava-se, primordialmente, sob as características do Direito Privado.

Conquanto, há um entendimento pacífico entre todos os juristas de que o Princípio da Insignificância foi, de fato, introduzido no Direito Penal por intermédio de Claus Roxin, como causa excludente de tipicidade. Salienta-se que, segundo os parâmetros delineado por Roxin, a expressão “*mínima non curat praetor*” era um “braço” auxiliar da interpretação da situação

⁶⁸ Diomar Ackel Filho apud Maurício Antonio Ribeiro Lopes. Princípio da Insignificância no direito penal. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000. p. 4

⁶⁹ LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Princípio da Insignificância no Direito Penal: Análise à luz da Lei 9.099/95 – Juizados Especiais Criminais e da Jurisprudência atua. São Paulo: RT, 1997, p.37-38.

delituosa, pois a mera previsão da adequação social analisada pelo legislador não seria, por si só, suficiente para afastar o delito cometido, sendo que, neste compasso, o Princípio em apreço torna-se indispensável para afastar os delitos de pequena monta. Delitos os quais, em muitas das vezes, sequer justificam a deflagração de toda máquina estatal para persecução criminal.

Mister ressaltar que, embora seja um Princípio autônomo, o referido encontra amparo/fundamentação em outros dois Princípios previstos na seara Penal, quais sejam: o Princípio da Proporcionalidade e o Princípio da Intervenção Mínima. Esse, em síntese, dispõe que o Direito Penal, pelo seu caráter de *ultima ratio* e a gravidade de suas consequências, deve se abster de das causas as quais possam ser solucionadas por outras áreas do Direito. Aquele, sustenta, que a pena deve ser proporcional à gravidade da conduta do agente. Beccaria, ao tratar da proporcionalidade dos delitos e das penas, sustenta que:

“Se o prazer e a dor são a força motora dos seres sensíveis, se entre os motivos que impelem os homens às ações mais sublimes foram colocados pelo Legislador invisíveis o prêmio e o castigo, a distribuição desigual destes produzirá a contradição, tanto menos evidente quanto mais é comum, de que as penas punem os delitos que fizeram nascer. Se uma pena igual é destinada a dois delitos que ofendem desigualmente a sociedade, os homens não encontraram um obstáculo forte o suficiente para não cometer um delito maior, se dele resultar uma vantagem maior”⁷⁰

Nessa situação, eis que surge o Princípio da Insignificância, sobretudo, avaliando a desproporcionalidade da pena a ser aplicada ante à mínima lesividade do ato praticado e com o fito secundário de desestimular a prática de delitos mais gravosos para os quais existam penas semelhantes, ou idênticas, aquelas previstas para as condutas insignificantes.

O supracitado Princípio difundiu-se no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente nos anos 90, através de construções doutrinárias onde os juristas fundavam suas posições jurídico-profissionais no Estado Democrático de Direito e no Processo Penal acusatório. Desde então, em inúmeras vezes, o Magistrado, Desembargador ou autoridade competente para julgamento do fato, reconhece insignificância da conduta.

⁷⁰ BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi Di. Dos delitos e das penas. Trad. Lucia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes. 2005. p.52. Título original: Dei delitti e dele pene.

3 Aplicabilidade Na Modernidade

3.1 Constatações Iniciais:

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que o Princípio da Insignificância incidirá, diretamente, no fenômeno do crime. Não se trata, portanto, de matéria ‘externa’ ao crime, mas, sim, de um instituto o qual, repisa-se, irá macular o conceito analítico do crime. Neste momento, importante debruçar-se sobre a conceituação técnico-jurídica, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, de crime, segundo o qual esse é um fato típico, antijurídico/ilícito e culpável. Em síntese, para que, juridicamente, exista crime, deve haver o preenchimento/observância dos três institutos citados acima. Concomitantemente, dentro de cada instituto citado acima há características/pressupostos de validade do referido, sob pena de inexistência, jurídica, do ato criminoso. Ou seja, para efetiva repreensão/punição da conduta perpetrada pelo agente, o fato por ele praticado deve pautar-se no efetivo preenchimento dos requisitos técnicos.

Ultrapassadas tais considerações, questão importante que surge, é acerca de qual instituto/requisito de validade para existência do crime incidirá o Princípio Bagatelar, pois, como dito, o referido é fator intrínseco à (in)existência e validade do crime. Validade forma, diga-se de passagem, pois como veremos a Insignificância da conduta atuará na ‘esfera’ material. Isto é, o crime existirá, entretanto, somente no campo formal⁷¹.

3.2 Incidência Na Tipicidade:

Em primeiro lugar, insta aclarar que o fato típico é o primeiro instituo sobre o qual recai a análise técnica da existência do crime e que é composto por características as quais devem existir fiel preenchimento. Nas palavras de Rógerio Greco:

[...] o crime, para aqueles que adotam o seu conceito analítico, é composto pelo fato típico, pela ilicitude e pela culpabilidade. Para que se possa falar em típico é preciso, ainda, que reconheçamos a presença dos seguintes elementos:

⁷¹ ZACHARYAS, Lidia Losi Daher. Princípio da insignificância no direito penal. Revista jurídica da escola superior do ministério público de São Paulo. São Paulo, v. 2, pp. 245-262, 2012.

- e) Conduta (dolosa ou culposa – comissiva ou omissiva);
- f) Resultado;
- g) Nexo de causalidade (entre a conduta e o resultado);
- h) Tipicidade (formal e conglobante).⁷²

Conforme defendido por Rogério Greco, Francisco de Assis Toledo, Diomar Ackel, Odone Sanguiné⁷³ e outros inúmeros doutrinadores, o Princípio da Insignificância atua como causa de exclusão da tipicidade. Tal entendimento é o que prevalece, também, nos tribunais superiores. Diga-se de passagem, que, conforme Rogério Greco, o Princípio supra esvai, tão somente, a denominada tipicidade conglobante, pois:

Para que se possa concluir pela tipicidade conglobante, é preciso verificar dois aspectos fundamentais: a) se a conduta do agente é antinormativa; b) se o fato é materialmente típico. O estudo do princípio da insignificância reside nesta segunda vertente da tipicidade conglobante, ou seja, na chamada tipicidade material.

Elaborando um raciocínio lógico, chegaríamos à seguinte conclusão: se não há tipicidade material, não há tipicidade conglobante; por conseguinte, se não há tipicidade penal, não haverá fato típico; e, como consequência lógica, se não há o fato típico, não haverá crime.⁷⁴

Tal raciocínio é amplamente difundido e aceito pela sua lógica, pois se, de fato, não houvesse tipicidade na conduta outrora praticada, não haveria necessidade de se analisar a incidência do Princípio da Insignificância. Todavia, há doutrinadores que discordam de tal posição, a exemplo de Fernando Capez, quando esse é enfático em dizer, em linhas gerais, que o fato insignificante é erroneamente atingido pela esfera penal.

Nessa linha de pensamento, entende-se que o fato típico não é ilícito penal, podendo, todavia, ser ilícito de outra natureza ou, ainda, objeto de tutela por outros ramos de controles formais ou sociais. Assim, Capez exemplifica seu posicionamento dizendo que:

⁷² GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, Vol. 1, 16. Ed. Niterói: Impétus, 2014, págs. 65 à 69;

⁷³ ZACHARYAS, Lidia Losi Daher. Princípio da insignificância no direito penal. Revista jurídica da escola superior do ministério público de São Paulo. São Paulo, v. 2, pp. 245-262, 2012.

⁷⁴ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, Vol. 1, 16. Ed. Niterói: Impétus, 2014, págs. 65 à 69;

“[...]se a demissão com justa causa pacifica o conflito gerado pelo pequeno furto cometido pelo empregado, o direito trabalhista tornou inoportuno o ingresso do penal”.

“Se o furto de um chocolate em um supermercado já foi solucionado com o pagamento do débito e a expulsão do inconveniente freguês, não há necessidade de movimentar a máquina persecutória do Estado[...]”⁷⁵

Muito embora tal raciocínio enseje determinadas considerações jurídicas acerca da avaliação do fato pela seara penal, percebe-se que o melhor raciocínio, e o mais aceito, é aquele tecido por Rogério Greco, pois, de fato, se inexistisse a tipicidade material da conduta, como indiretamente sustenta Capez⁷⁶, não haveria que se analisar a possibilidade de reconhecimento da Insignificância.

Logo, percebe-se que o Princípio em apreço expurga a tipicidade material do fato, pois, o ato praticado se amolda ao tipo penal, entretanto, dado ao mínimo grau de lesividade, torna-se atípico no campo material.

3.3 Incidência Na Ilicitude/Antijuridicidade:

Quando da análise da ilicitude/antijuridicidade da conduta perpetrada, para existência do citado instituto o que se avalia é a existência das denominadas excludentes de ilicitude, as quais estão previstas entre os artigos 23 a 25, do Código Penal, e são: legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de direito e estado de necessidade.

Nota-se a taxatividade das hipóteses que excluem a ilicitude. Frisa-se, também, que sem ilicitude/antijuridicidade não há, tecnicamente crime.

Percebe-se, também, que na ilicitude, ou nas hipóteses as quais a excluam, revela-se a permissividade da realização de condutas típicas lesivas para proteção de um dos bens jurídicos que se estejam em colisão.⁷⁷ Nesse sentido, há vinculação doutrinária entre o Princípio Bagatelar a exclusão da ilicitude da conduta.

Todavia, questão importante que surge é: se as hipóteses as quais excluem a ilicitude são taxativas, de que forma se aplica o Princípio da Insignificância nesse contexto?

Ivan Luiz da Silva, Alberto Silva Franco, Carlos Frederico Pereira, Juarez Tavares e outros operadores do direito, defendem que a atribuição de caráter material à antijuridicidade,

⁷⁵ CAPEZ, Fernando, Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2007. p.19

⁷⁶ CAPEZ, Fernando, Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2007. p.19

⁷⁷ GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p.437.

evidenciada pela lesão ou exposição à lesão de bens jurídicos tutelados, ocasionam a licitude da conduta e, por conseguinte, é causa excludente da ilicitude⁷⁸.

Não obstante, há operadores do direito os quais vinculam a exclusão da ilicitude da conduta por intermédio do estado de necessidade em causas as quais, em suma, digam respeito ao furto famélico ou furto de subsistência, pois, em síntese, aquele que furta para se alimentar ou alimentar sua família, ante ao desemprego e o abandono social, o faz, em tese, amparado por um estado de necessidade de natureza humana e moralmente compreensiva.

Entretanto, o estado de necessidade tem seus contornos delineados no Código Penal, mais precisamente no artigo 24, onde não há previsão do furto famélico e, como dito alhures, as causas excludentes de antijuridicidade são taxativamente previstas na legislação penal. Ademais, o Princípio Bagatela restaria com sua aplicabilidade mitigada nessa hipótese incidindo, somente, em casos de furto famélico ou de subsistência.

Portanto, em que pese as considerações fático-doutrinárias tecidas pelos defensores acerca da incidência do Princípio da Insignificância no instituto da tipicidade, tal conceituação não é aceita pelos tribunais e pela maior parte dos juristas.

3.4 Incidência Na Culpabilidade:

A culpabilidade, dentro da estrutura analítica do crime, vem a ser a reprovação por parte do ordenamento jurídico frente ao agente delituoso. Nas palavras de Luiz Flávio Gomes:

“[...]é juízo de reprovação que recai sobre o agente do fato que podia se motivar de acordo com a norma e agir de modo diverso, conforme o Direito.”⁷⁹

Frisa-se que a culpabilidade, em linhas gerais, para aqueles que sustentam a incidência da insignificância nesse instituto, é voltada ao momento de aplicação da reprimenda; no momento da dosimetria, funcionando o Princípio Bagatelar como uma espécie de eximente de pena, adotando-se, *in casu*, a Teoria Bipartida do Delito⁸⁰.

⁷⁸ ZACHARYAS, Lidia Losi Daher. Princípio da insignificância no direito penal. Revista jurídica da escola superior do ministério público de São Paulo. São Paulo, v. 2, pp. 245-262, 2012.

⁷⁹ GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 543-544.

⁸⁰ ZACHARYAS, Lidia Losi Daher. Princípio da insignificância no direito penal. Revista jurídica da escola superior do ministério público de São Paulo. São Paulo, v. 2, pp. 245-262, 2012.

Ressalta-se que os requisitos integrantes da culpabilidade são: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. A imputabilidade, nessa hipótese, é a capacidade de responsabilização do agente, excluindo-se, assim, os penalmente inimputáveis.

Doravante, a potencial consciência da ilicitude eleva, ainda mais, o subjetivismo do autor do fato, avaliando se esse possuía conhecimento acerca do ilícito o qual praticava, sendo certo de que o conhecimento da Lei é inescusável, todavia, conforme disposição do artigo 21, do Código Penal, há possibilidade de isenção ou redução de pena, pelo denominado “erro de proibição”, dado, como dito, a possibilidade de um ‘desconhecimento’ da Lei Penal.

Já a exigibilidade de conduta diversa, cuja previsão é analisada com as hipóteses previstas no artigo 22, do Código Penal (coação moral irresistível e obediência hierárquica), analisa as possibilidades de escolhas do agente frente a situação delituosa. Ou seja, observa se era possível esperar/exigir, do autor do fato, comportamento diverso daquele o qual é o crime. Se a resposta for positiva, haverá penalização e o crime, segundo sua análise técnica, estará incólume. Todavia, se a resposta ao referido questionamento for negativa, não haverá possibilidade de responsabilização.

Conquanto, percebe-se, sem a necessidade de aprofundamento no referido tema, que a incidência da insignificância é incabível no instituto em comento, eis que, conforme leciona Ivan Luiz da Silva⁸¹, esta não integra a estrutura do delito conforme a Teoria Finalista e pelo fato de que o citado Princípio tem o efeito de retirar o caráter criminoso da ação típica, vez que, nesse caso, o mesmo restaria incólume.

Há, ainda, doutrinadores que sustentam a correlação da inexigibilidade de conduta diversa com o Princípio da Insignificância em casos de furto famélico e furtos de subsistência. Porém, tal raciocínio não prevalece no sistema jurídico brasileiro, vez que, também, mitigaria a aplicação do princípio supra por se restringir aos casos mencionados.

Assim, percebe-se a impossibilidade de dizer que o Princípio Bagatelar incide no instituto da culpabilidade.

4 O Poder Punitivo Estatal E A Insignificância:

Para reconhecimento da insignificância o STF delimitou determinados contornos, quais sejam: a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da

⁸¹ SILVA, Ivan Luiz da .Princípio da insignificância no direito penal. Curitiba: Juruá, 2010. p. 163.

ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada. A referida corte, quando do aceite da insignificância em seus julgados e consequente proferimento de acórdão, estabelece, com força imperativa, a observância do Princípio Bagatelar pelas autoridades em geral, sobretudo, pelos Magistrados de primeira instância, os quais se mostram relutantes quanto a aplicabilidade do Princípio. O que corrobora tal fato é o abarrotamento das instâncias superiores em causas que são reconhecidas insignificância, por óbvio, somente na instância superior.

Oportuno lembrar o HC 699.572 -SP⁸², julgado pelo STJ em 13 de outubro de 2021, no qual houve o trancamento de um inquérito policial em que se apurava a prática de furto qualificado cometido por uma mulher, que se encontrava em situação de rua. Os valores dos alimentos subtraídos não chegavam à R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). Há, além desse julgado, inúmeros outros os quais já estão, inclusive, em fase de execução da pena e que geram certa repulsa aos Ministros os quais se deparam com tais causas, dada a desproporcionalidade da atuação jurisdicional e o crime cometido, fazendo lembrar as manifestações de Beccaria quanto a proporcionalidade das penas.

Diante disso, o questionamento acerca da inobservância das autoridades face ao Princípio da Insignificância é algo necessário. Ocorre que tal situação não é exclusiva ao Princípio da Insignificância, mas é inerente ao extremismo do Processo Penal em geral, tanto que Francesco Carnelutti, em sua obra “As Misérias do Processo Penal”, asseverava que:

“[...] hoje sempre mais, sob este aspecto, a função judiciária está ameaçada pelos opostos perigos da indiferença ou do clamor: indiferença pelos processos pequenos, clamor pelos processos célebres. Naqueles a toga parece um instrumento inútil; nestes se assemelha, lamentavelmente, a uma veste teatral. A publicidade do processo penal, a qual corresponde não somente à ideia de controle popular sobre o modo de administrar a justiça, mas ainda, e mais profundamente, ao seu valor educativo, está, infelizmente, degenerada em um motivo de desordem. Não tanto o público que enche os tribunais ao inverossímil, mas a invasão da imprensa, que precede e persegue o processo com imprudente indiscrição e não de raro descaramento, aos quais ninguém ousa reagir, tem destruído qualquer possibilidade de juntar-se com aqueles aos quais incumbe o tremendo dever de acusar, de defender, de julgar. As togas dos magistrados e dos advogados, assim, se perdem na

⁸² Julgado pelo STJ, HC 699.572 – SP, disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/>, acessado em 10/04/2022.

multidão. Sempre mais raro são juízes que têm a severidade necessária reprimir esta desordem.”⁸³

Percebe-se as críticas tecidas ao sensacionalismo midiático em razão de retirar, em síntese, o estatuto de “ser” dos integrantes do processo, sobretudo, do acusado, e o colocar em uma posição de “coisa” cuja finalidade é atender ao anseio punitivo da sociedade. Ressalta-se que o sensacionalismo empreendido, sobretudo pelos telejornais os quais estão em uma busca incessante por audiência, enfatizam situações para além da realidade com o fito de atrair mais audiência. Logo, a sociedade, inconscientemente alienada, vem expressando um viés totalmente punitivo.

Concomitantemente, o punitivíssimo pode/é evidenciado pela síndrome de “Deus”, que em muito acomete as autoridades públicas as quais acreditam que podem fazer tudo conforme sua vontade e que seu senso de justiça é o único correto e, assim, perpetuam a punição a qualquer custo como única alternativa à lide penal, independente das peculiaridades de cada caso⁸⁴.

Todavia, como dito alhures, tal situação enseja a impetração de inúmeros Habeas Corpus, interposição de vários recursos e, inevitavelmente, o abarrotamento do judiciário, em especial, o abarrotamento das instâncias superiores para análise de casos em que se fosse pautado pelos fatos e -principalmente- fosse observada a possibilidade de aplicação do Princípio da Insignificância, a realidade jurídica do ordenamento brasileiro seria distinta.

5 Conclusão

Inicialmente, visualiza-se que apesar de toda discussão acerca do surgimento do Princípio em contexto, a doutrina dominante manifesta-se de que sua origem retoma ao Império Romano.

Em segundo lugar, passada à uma análise jurídica e constitucional mais generalizada, observa-se que o reconhecimento e a aplicação do Princípio da Insignificância é algo extremamente necessário, principalmente em observância à Dignidade da Pessoa Humana, a proporcionalidade das penas, ao caráter de “*ultima ratio*” do Direito Penal e as premissas de

⁸³ CARNELUTTI, Francesco, *As Misérias do Processo Penal*. Edijur, 3ª Ed. 7ª Tiragem, Leme – SP, 2022;

⁸⁴ SILVA, Higor Ferreira da. *Síndrome de Deus: a Perversão Como Expressão do Divino Encarnado.*, P.09. Portal “psicologia.pt”, 2017.

um Estado Democrático de Direito e os Princípios Fundamentais e os Objetivos da República, consolidados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Quanto à natureza jurídica do Princípio e sua incidência no fato considerado criminoso, a doutrina e a jurisprudência dominantes o considera como causa excludente da tipicidade material, observando-se o conceito analítico de crime sob o prisma da teoria tripartite do delito.

Não obstante, embora os tribunais superiores tenham estabelecidos os contornos do Princípio Bagatelar por meio de suas súmulas e o reconhecem sem muita resistência quando do apreço de algum pleito, situação distinta ocorre com outras autoridades, à exemplo dos juízes de primeiro grau, membros do ministério público, desembargadores estaduais, juízes federais, delegados de polícia e outras autoridades públicas as quais deveriam reconhecer o Princípio supra e não o fazem, ocasionando o abarrotamento das instâncias superiores com a impetração de inúmeros Habeas Corpus e interposição dos recursos cabíveis para dirimir o injusto.

Quando da busca das razões as quais levam as autoridades ‘primárias’ a rechaçarem e não reconhecerem da incidência da insignificância visualiza-se um viés punitivista e muitas vezes carregados da “síndrome de Deus” e/ou a “síndrome de Hércules”. Seja pelo clamor midiático, seja por uma inobservância dos imperativos de justiça ou, até mesmo, pelo esquecimento de que o Estado é laico, as autoridades decidem embalados não pelas determinações estabelecidas pelas cortes superiores, mas, sim, por ideais pessoais ou até mesmo religiosos esquecendo-se, como dito, de realizar a verdadeira justiça sendo aquela equiname e adequada aos postulados de Aristóteles, para adequar as desigualdades de forma necessária a cada caso.

Oportuno, também, esclarecer que com as atitudes retrógradas mencionadas acima por parte das autoridades públicas, além dos prejuízos ao ser humano o qual figura como polo passivo de um processo criminal em que posteriormente há incidência da insignificância, o gasto excessivo com a máquina estatal ao deflagrar um processo ‘natimorto’ e o abarrotamento das instâncias superiores é um problema latente o qual poderia ter sido resolvido com a observância do Princípio Bagatelar.

Logo, para dirimir tais situações faz-se necessário a positivação do Princípio da Insignificância no arcabouço da legislação penal como um imperativo às autoridades, com os contornos delineados dando ênfase a justiça negocial e a 2ª velocidade do Direito Penal. Não há que se falar em congratulação ao fato, formalmente, típico praticado pelo agente, pois, em

um projeto legislativo ideal, em tese, só haveria a supressão da possibilidade de prisão permanecendo, porém, a possibilidade de cautelares diversas da prisão, mas, tudo isso, de acordo com o caso em concreto.

6 Referências

LISZT, Franz Von. **Tratado de Direito Penal Alemão**, Vol. 1, Biblioteca Digital Jurídica – STJ, 1903;

ROXIN, C. (2000). **Política Criminal y sistema del derecho penal**. Buenos Aires: Hammurabi.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, Vol. 1, 16. Ed. Niterói: Impétus, 2014, págs. 65 à 69;

PRADO, Luis Regis. **Curso de direito penal brasileiro: parte geral**. v1. 11.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 182;

TOLEDO, Francisco Assis. **Princípio Básicos de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1982, p.133;

(Julgado) HC 92463, Relator(a): CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/10/2007, DJe-134 DIVULG 30-10-2007 PUBLIC 31-10-2007 DJ 31-10-2007 PP-00104 EMENT VOL-02296-02 PP-00281

(Julgado) RHC 205902 AgR-AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 06/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 09-03-2022 PUBLIC 10-03-2022;

(Site/notícia) Em 25 anos, número de habeas corpus no STJ bate em 300 mil: <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/114420311/em-25-anos-numero-de-habeas-corpus-no-stj-bate-em-300-mil> Acessado dia: 14/07/2022;

Diomar Ackel Filho apud Maurício Antonio Ribeiro Lopes. **Princípio da Insignificância no direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000. p. 4;

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. **Princípio da Insignificância no Direito Penal: Análise à luz da Lei 9.099/95 – Juizados Especiais Criminais e da Jurisprudência atual**. São Paulo: RT, 1997, p.37-38;

BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi Di. **Dos delitos e das penas**. Trad. Lucia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes. 2005. p.52. Título original: Dei delitti e delle pene;

ZACHARYAS, Lidia Losi Daher. **Princípio da insignificância no direito penal**. Revista jurídica da escola superior do ministério público de São Paulo. São Paulo, v. 2, pp. 245-262, 2012;

CAPEZ, Fernando, **Curso de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2007. p.19;

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p.437;

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 543-544;

SILVA, Ivan Luiz da .**Princípio da insignificância no direito penal**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 163;

Julgado pelo STJ, HC 699.572 – SP, disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/>, acessado em 10/04/2022;

CARNELUTTI, Francesco, **As Misérias do Processo Penal**. Edijur, 3ª Ed. 7ª Tiragem, Leme – SP, 2022;

SILVA, Higor Ferreira da. **Síndrome de Deus: a Perversão Como Expressão do Divino Encarnado**., P.09. Portal “psicologia.pt”, 2017;

**Da (Im)Possibilidade De Divisão Da Pensão Por Morte Entre
Companheiras e Filhos do *De Cujus***

***The (In)Possibility Alimony Concession For Death Between De Cujus'
Partners and Childrens***

Jânio Oliveira Donato⁸⁵

Carlos Henrique da Rocha Louzada⁸⁶

Jeiferson Soares Ferreira Magalhães⁸⁷

Larissa Melo de Queiroga Soares⁸⁸

Resumo: O presente artigo científico tem por finalidade a análise da pensão por morte e sua natureza jurídica nas esferas do direito sucessório e do direito previdenciário, especificando o caso no quesito referente à hipótese a eventual divisão do benefício entre múltiplos herdeiros do *De Cujus*. O presente estudo tende a analisar a origem do instituto e a sua previsão legal e na doutrina aplicada nos dias atuais, contando com uma revisão bibliográfica à luz do código civil vigente.

Palavras-chave: Pensão; Morte; Falecido; Lei; Beneficiário.

Abstract: *The purpose of this scientific article is to analyze the Alimony for death and its legal nature in the spheres of inheritance law and social security law, specifying the case in terms of the hypothesis of the eventual division of the benefit among multiple heirs of the De Cujus. The present study tends to analyze the origin of the institute and its legal prediction and in the doctrine applied today, with a bibliographical review in the light of the current civil code.*

Keywords: *Alimony; Death; Deceased; Law; Beneficiary.*

1 INTRODUÇÃO

⁸⁵ Jânio Oliveira Donato. Mestre em Direito Processual e Especialista em Ciências Penais. Advogado e Professor Universitário.

⁸⁶ Carlos Henrique da Rocha Louzada. Acadêmico de Direito.

⁸⁷ Jeiferson Soares Ferreira Magalhães. Acadêmico de Direito.

⁸⁸ Larissa Melo de Queiroga Soares. Acadêmico de Direito.

A pensão por morte consiste em um benefício previdenciário previsto na Lei n.º 8.213/91 é devido ao conjunto de dependentes do segurado que faleceu, sendo ele aposentado ou não. Com o devido tema exposto e possuindo uma definição, vale ressaltar o evento determinante do devido ato que é a morte, só podendo então ser concedido por meio deste evento. Em linhas gerais, o benefício será regido pela legislação previdenciária vigente à época do óbito do segurado e deve atender os três requisitos que legislação vigente prevê: a ocorrência do óbito, a comprovação da condição de dependente do requerente do benefício e a manutenção da qualidade de segurado do instituidor do benefício. Nos dias atuais possuímos diversas modalidades que podem ser cedidas ao recebedor do benefício, e métodos atuais de cálculos para o tal recebimento então busca-se responder às seguintes questões-problemas: diante do tema apresentado a divisão por pensão por morte, na hipótese de haver duas companheiras do segurado, seria cabível? Os filhos, fora do casamento do segurado tem direito de receber a pensão?

Como hipótese, podemos trazer que o cabimento de divisão da pensão se dá pela seguinte maneira:

- Com a companheira (Já tem decisões nos Tribunais que comprovada a existência de dois relacionamentos à época do óbito, e sendo ambas consideradas dependentes, a pensão legada deve ser rateada entre a esposa e a companheira do instituidor).
- Com a esposa.
- Com filhos, podendo ser os filhos legítimos, fora do casamento ou até mesmo adotados.
- Com outros dependentes.

O disposto nos artigos 74 a 78 da Lei n.º 8.213/91 traz a previsão legal sobre o pagamento da pensão por morte e é bem específico ao definir os seus beneficiários.

Ocorre, no entanto, que, após a morte do segurado, pode ser descoberto que o de cujus mantinha dois ou mais relacionamentos afetivos ainda em vida, o que pode

ensejar a dúvida sobre a quem caberia a percepção do valor correspondente ao da pensão por morte.

O que há muito a se discutir sobre isso, tendo em vista a realidade das famílias brasileiras, e discutir os impactos trazido com a reforma da previdência no que diz respeito ao novo valor atribuído aos beneficiários, como a definição que os filhos do falecido tanto os fora do casamento ou não terão o mesmo direito de receber o benefício, até que complete 21 anos quando perde o direito. O valor da pensão será proporcional a 50% do valor da aposentadoria na data do óbito + 10% para cada dependente, tendo um limite de até 100%.

Por esta razão, o tema escolhido para o estudo que se propõe tem relevância social, considerando que abordará uma temática afeta à abrangência nos beneficiários nos casos em que o falecido tiver mais que união estável, ou filhos. Em que pese já existir previsão legal sobre o pagamento da pensão por morte, a mesma apenas inclui a esposa/companheira como beneficiária sendo omissa quanto a existência de outra união estável em concomitância, mesmo que, a rigor, não se permita a bigamia, e seus filhos, sendo assim, todo debate e discussão acerca desta temática tem, por sua novidade, relevância jurídica.

Essa situação é levantada nos dias atuais, por razão dos diversos tipos de famílias que hoje se dispõe na sociedade, não se limitando em apenas famílias normativas, mas pela possibilidade de famílias construídas pela relação socioafetiva entre seus membros, incluindo assim, personagens novos na construção familiar.

Nesta esteira trazemos a figura da companheira fora do matrimônio, que se tornou uma peça chave concorrente com a esposa do *de Cujus*, tendo em vista que por mais que o relacionamento seja extraconjugal, muitas vezes essa companheira possui consigo a situação adquirida de, muitas vezes, o falecido a ajudar com suas despesas pessoais, gerando uma responsabilidade, uma dependência financeira.

Expondo essa nova categoria que está presente nos dias atuais, ampliando o leque de famílias, criando novas formas de dependentes as pesquisas e doutrinas deverão ser norteadas por este novo parâmetro, atendendo e abarcando-as.

Para responder a essa questão, o artigo adotou como metodologia de pesquisa pura visto se tratar de um aspecto de natureza prática.

Como objetivo teórico-metodológico é descritiva, isto porque, o assunto representa a visibilidade para aqueles que são geralmente, não tão vistos, já que culturalmente, existe uma problemática sob a visão dos filhos unilaterais. Além disso, a abordagem da pesquisa será qualitativa, visa-se analisar os impactos de julgados procedentes e doutrinas na qual inclui a companheira e filhos fora da relação conjugal - matrimonial.

Na especificidade dos objetivos, trazemos a discussão sobre a divisão da pensão para dependentes extraconjugais; Análise dos direitos da companheira no direito brasileiro e aclarar sobre os valores atuais a receber da pensão por morte depois da Reforma da Previdência em 2019 e os impactos que isso trouxe a subsistência das famílias.

Ademais, buscou-se na jurisprudência pátria qual tem sido o entendimento atual dos tribunais sobre o tema, concluindo-se, como será visto, pela (IM)POSSIBILIDADE da cessão do benefício e divisão entre seus herdeiros e companheiras valendo de que o entendimento do STF tem sido dividido entre ser permitido ou negado, abrindo o leque jurídico ao bom senso baseado em cada situação única das experiências humanas modernas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DA PENSÃO POR MORTE NO BRASIL

O benefício de pensão por morte foi instituído em 1835 com a fundação do primeiro Montepio Geral dos Empregados do Estado, no qual os seus membros adquiriram o direito de os seus beneficiários receberem em troca uma pensão por morte quando os primeiros falecessem. Posteriormente, funcionários dos Correios e

outras pessoas aderiram à ideia dos memoriais, garantindo uma parcela ao dependente e evitando a desamparo total na hora do falecimento.

Mais com o passar dos anos a previdência social foi criada pela Lei Eloy Chávez, em 1923 (Decreto, lei 4.682). com essa lei, eles criaram caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários apenas. Essas caixas deveriam ser mantidas pelas empresas, para ajudar as famílias dos empregados, o setor público tinha o poder de regulamentar e supervisionar a atividade. Assim deu, início ao sistema privado da previdência brasileira. Assim criando a pensão por morte é um dos benefícios mais antigos do ordenamento jurídico brasileiro.

Em 1919, o Decreto nº 3.724, criou a Lei de Acidentes de Trabalho, o benefício as famílias dos trabalhadores surgiram como indenização, o decreto 49. Entretanto, não se tratava de uma lei exclusivamente previdenciária. Tal lei só foi editada em 1923 por meio do Decreto nº 4.682/1923, Lei Eloy Chaves.

Em 1928, foi a vez dos trabalhadores dos serviços de telégrafos e radiotelegrafo. Nos anos de 1931 e 1932 foi a vez dos empregados dos demais serviços públicos e os trabalhadores da mineração. esses regimes o beneficiário era o herdeiro, sendo escolhido pela ordem de sucessão. Mas havia uma grande divergência em relação aos os sexos, pois a pensão para o dependente do sexo masculino só era prevista caso o marido, pai ou irmão fossem inválidos. Já para as mulheres o seu direito era quando se casaram civilmente. A Previdência pública iniciou-se apenas em 1933, com a criação do primeiro Instituto de Previdência, o dos marítimos, surgindo nos anos seguintes o dos comerciários e bancários (1934); dos industriários (1936); dos servidores do estado e dos empregados de transportes e cargas (1938).

A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer o tríplice custeio da previdência social, mediante recursos do Poder Público, trabalhadores e empregadores. Já a Constituição de 1946 trouxe, pela primeira vez a expressão “previdência social”. Em 1949, o Decreto 26.778/1949, teve como objetivo primordial promover a unificação das normas referentes às Caixas de Aposentadorias e Pensões e aos Institutos, ante a notória injustiça social que as normas diferentes causavam aos trabalhadores.

Em 1960, foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS (Lei nº 3.807), que unificou o plano de benefícios dos institutos. A LOPS regulamentava a pensão por morte nos artigos 36 a 42. Previa a carência de 12 contribuições mensais e a possibilidade de o segurado designar uma pessoa (seria qualquer pessoa, independente de pertencer ao núcleo familiar) a quem receberia a pensão quando falecesse.

Em 1967, ocorreu a unificação da previdência urbana brasileira com a unificação dos institutos e a criação do Instituto Nacional de Previdência Privada.

Em 1971, os trabalhadores rurais passaram a ser segurados previdenciários. Entretanto, tinham regime diferenciado. A pensão por morte correspondia a 30% do salário mínimo. Apenas em 1988, com a atual Constituição Federal, surgiu a seguridade social, sistema que engloba a previdência social, a assistência social e a saúde. Nela houve a proibição de tratamento diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais, foi fixado um mínimo para os benefícios que substituem a remuneração do trabalhador, que seria o salário mínimo, com isso os homens passaram a ter direito à pensão por morte, mesmo não inválido.

A partir de então, houve a necessidade de alteração na legislação mais de uma vez. Em 1991, com as Leis nº 8.212 e 8.213 a carência de 12 contribuições mensais deixou de existir. Em 1995, a Lei nº 9.032 excluiu a possibilidade de o segurado designar pessoa como futura beneficiária.

Em 1998, a Emenda 20 trouxe várias inovações que representaram a 1ª Reforma da Previdência. Já em 2003, houve a 2ª Reforma na previdência, com foco nos servidores públicos efetivos e militares.

Em 2014, a Medida Provisória 664 promoveu importantes alterações na lei dos benefícios do Regime Geral da Previdência (Lei nº 8.213/91), tendo sido considerada como uma minirreforma na previdência. Com algumas alterações a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 13.135/15, essa lei introduziu alterações aos requisitos para concessão de pensão por morte ao dependente cônjuge ou companheiro do falecido. O que a lei trouxe como alteração foi de forma retrospectiva ao direito social do cônjuge ou companheiro do segurado falecido ao

recebimento de pensão por morte, garantido de forma mais benéfica por lei anterior a Lei 8213/91.

Em 2019, a Reforma da Previdência, Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, alterou uma série de benefícios do INSS. Tanto as regras de concessão de benefícios quanto a forma de calculá-los foram alteradas.

2.2 DA PREVISÃO LEGAL REFERENTE AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PENSÃO POR MORTE

O benefício concedido aos dependentes do segurado denominado “pensão por morte” tem por objetivo manter a família em caso de falecimento do responsável por sua manutenção.

O benefício está previsto nos artigos 74 a 79 da Lei nº 8.213/1991 e regulamentado nos artigos 105 a 115 do Decreto nº 3.048/1999.

Três condições devem ser atendidas para que o benefício seja concedido: falecimento do segurado; a elegibilidade do falecido para o seguro; e qualificação do beneficiário como dependente do falecido.

A partir da Constituição Federal de 1988, o Programa de Previdência Social passou a funcionar no regime geral de contribuição e remessa obrigatórias, mantendo o equilíbrio financeiro em relação à atividade e concedendo benefício por morte aos dependentes e companheiros de trabalho de ambos os segurados homens e mulheres. Ressalte-se ainda que, de acordo com o artigo 201, inciso V, § 2º, da Carta Magna nenhum benefício que substitua o salário de contribuição do empregado ou o rendimento do seu trabalho poderá ser inferior a um salário mínimo. Essa regra foi então codificada pela Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Portaria de Serviços Preventivos.

Por outro giro o Doutrinador Martins, conceituar a seguridade social, como conjunto de princípios, de regras, que estabelecer um sistema de proteção social os indivíduos. (MARTINS, 2009).

A partir daí, mais de uma mudança na lei foi necessária. A carência de 12 contribuições mensais deixou de existir em 1991 em decorrência das leis 8.212 e 8.213. Em 1995, a Lei nº 9.032 proibiu a possibilidade de o segurado designar uma pessoa como futuro beneficiário. A Emenda 20 introduziu uma série de inovações em 1998 que constituíram a primeira Reforma Preventiva. A Segunda Reforma Preventiva ocorreu em 2003, com foco nos militares e efetivos prestadores de serviço público. Uma medida conhecida como Medida Provisória 664, que foi vista como uma minirreforma à lei das condições pré-existentes (Lei no 8.213/91), promoveu alterações significativas em 2014. Algumas mudanças foram feitas antes da Medida Provisória ser transformada na Lei 13.135 / 15. A Reforma da Previdência, Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, alterou uma série de benefícios do INSS. Tanto as regras de concessão de benefícios quanto a forma de calculá-los foram alteradas.

Analisando a doutrina constata-se que a Seguridade Social "é um conjunto de normas jurídicas, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à assistência social, à previdência social e à saúde". (TEIXEIRA, 2010, p. 55).

O nosso artigo traz o problema do reconhecimento do pai biológico aos filhos unilaterais, aonde o de cujus, vem a falecer antes mesmo de tomar ciência da existência do seu filho, e a concorrência de duas companheiras do segurado, esses casos são bem comuns no cotidiano das famílias brasileiras.

O ordenamento jurídico, sempre foco na dignidade das famílias não lembradas, isso, é importante estar atento à distribuição adequada do pensamento para que não haja distinção na relação entre os filhos bilaterais e unilaterais, sempre priorizando a necessidade de cada um.

Assim, Maria Berenice Dias (2010), diz que, "deixar de reconhecer a família paralela como entidade familiar leva à exclusão de todos os direitos do âmbito do direito das famílias e sucessório"

Em relação a companheira, quando já comprovada a união estável sua dependência econômica é presumida, porém a ex-cônjuge sua dependência econômica pode ser caracterizada pelo recebimento de pensão alimentícia que

percebia antes do falecimento do ex-cônjuge ou através de outra ajuda financeira devidamente comprovada.

Por mais que o ordenamento jurídico tem abordado o assunto com mais clareza e sobriedade por meio da legislação e dos julgados ao longo dos anos recentes, ainda há uma grande carência ao alcance dos “esquecidos” do âmbito familiar.

2.3. DAS PRINCIPAIS REGRAS APLICÁVEIS AO DIREITO SUCESSÓRIO

O nosso artigo é para esclarecer sobre a pensão por morte quando o segurado falecido deixa, sob sua dependência, cônjuges e ex-cônjuges, bem como companheiras e ex-companheiras, filhos e filhos unilaterais. Um tema bastante polêmico quando se trata de relações extraconjugais e filhos unilaterais, tendo a possibilidade de adquirir o benefício da pensão junto com a cônjuges e filhos bilaterais.

Antes de entrar no mérito da questão, só para lembrar que no artigo 74 da Lei 8.213/91, a pensão por morte é um benefício previdenciário concedido aos dependentes do falecido, aposentado ou não, tendo como requisitos básicos para ter o direito é o óbito do segurado, a qualidade do segurado, como se diz o falecido tem que ter vinculação jurídica com a seguridade social e o segurado ter dependentes para ter direito.

No artigo 16 da Lei 8.213/91, traz quem pode receber o benefício, e tem uma ordem que é: 1) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, 2) os pais e 3) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

A lei é bem clara em relação a ordem de quem recebe o benefício da pensão morte, o exemplo é que os dependentes da classe 1, exclui o direito dos dependentes das classes 2 e 3, assim segue essa ordem para saber quem tem direito ao benefício. No § 4º do artigo 16, traz que os que estão na classe 1º

(cônjuge, companheira ou filho), não precisa provar dependência econômica, mais as demais classes de dependentes necessitam de provar que depende necessariamente do falecido.

Também no artigo 1.829 do Código Civil de 2002, traz a ordem como se teve ocorre a sucessão, sendo na seguinte ordem: I) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II) aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III) ao cônjuge sobrevivente e IV) aos colaterais.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no artigo 201, inciso V, traz que tanto homens e mulheres tem o mesmo direito no recebimento do benefício de pensão por morte. Assim, as mesmas informações apresentadas neste conteúdo também podem ser aplicadas para uma situação envolvendo uma segurada falecida, seu ex-esposo e o companheiro atual no momento do óbito.

O que podemos entender que a pensão por morte tem o resguardo a proteção dos beneficiários do segurado falecido que dependiam de sua renda para viver, servindo tal benefício como uma espécie de substituição ou continuidade da renda do falecido(a).

O benefício entre filhos e conjugues, será dividido igualmente entre eles, com isso quando um dependente perde seu direito de receber, como exemplo quando o filho completa 21 anos, neste caso a pensão por morte não segue o modelo da pensão alimentícia que mesmo depois do filho completar a maioridade se comprovar que estão cursando curso técnico ou faculdade (ou ainda curso pré-vestibular) e não tem condições financeiras para arcar os estudos e etc.

O valor a receber pela pensão por morte é calculado em cima do número de dependentes, com isso sempre que um dos beneficiários perde o direito a pensão, o valor será recalculado. Também podemos observar que não há distinção entre cônjuge e companheira, em relação aos valores que cada uma deve receber. Assim, a lei não traz o caso como concreto, pois se trata de um caso pouco falado, mais tem julgados em todo o Brasil aonde o valor tem sido dividido em 50% do benefício da

pensão, que não haja filhos para entrar na divisão pois se tiver vai ser atribuído em partes iguais.

O problema a ser discutido no presente artigo ocorre quando um segurado da previdência falece e deixa a cônjuge, ou filhos concebidos na constância do casamento, ou seja, eles dependem de sua renda para viver, pois se tratar do responsável pelo lar, mas também após a sua morte descobre que ele teve uma companheira aonde no momento em vida gerou um vínculo de união estável aonde presumi que ela depende economicamente do falecido ou em outro caso ele tenha filhos unilaterais, onde não tem conhecimento pela família do falecido e após a sua morte ele aparece.

Para situações como a descrita acima, tem entendimento recorrente em nossa Justiça é bastante discutido, no sentido de se afirmar que o sistema jurídico brasileiro é monogâmico e não admite concurso entre entidades familiares, assim não reconhecendo a relação extraconjugal como família e conseqüentemente negando a possibilidade de recebimento de pensão por morte.

Mais não podemos confundir a relação que envolve o adultério aonde muitas das vezes é usado como uma tese de defesa da parte conjugue, com uma união estável, aonde gera um afeto entre duas pessoas assim gerando efeitos previdenciários, diferente da relação extraconjugal aonde envolve o adultério, assim violando a fidelidade e lealdade, se tratando uma relação ilícita sem efeito previdenciário.

Apesar da Justiça brasileira ser ainda conservadora, no sentido de se reconhecer a relação extraconjugal como ilícita sob o ponto de vista jurídico, é preciso destacar que existem decisões contrárias, que reconhecem a possibilidade do reconhecimento da união estável e conseqüentemente da concessão de pensão por morte para relações extraconjugais, conforme no 2.3 na segunda jurisprudência citada.

Entretanto, cada vez mais, a legislação previdenciária tem sofrido alterações para limitar e diminuir o tempo de recebimento da pensão por morte. Conforme a Medida Provisória 871/19, restringiu o pagamento da pensão por morte a ex-cônjuges, pois limitou o recebimento do benefício por período determinado em

sentença ou acordo judicial, sendo que o pagamento será feito unicamente pelo prazo remanescente na data do óbito.

2.4 DA (IM)POSSIBILIDADE DE DIVISÃO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE DOIS OU MAIS COMPANHEIROS

Nesta situação veremos os dois lados, tanto a impossibilidade como a possibilidade da divisão da pensão por morte entre conjugues e companheiras.

Diante do cenário apresentado a divisão da pensão por morte entre cônjuge e companheira, chegou até ao Supremo Tribunal Federal, através de Recurso Extraordinário em que se reconheceu a repercussão geral, com isso foi levado ao STF para que julgasse e reconhecesse a união estável com o casamento, um caso polemica por se tratar de questão constitucional.

Com a maioria dos votos entendeu-se que não caberia o reconhecimento das duas relações, pois feria o ordenamento jurídico por causa da ideia de monogamia.

Diante da decisão, não teve o reconhecimento assim não sendo possível a divisão da pensão por morte, com isso na esfera previdenciária, só seria possível esse rateio entre a companheira e a ex-cônjuge que já recebia a pensão em forma alimentícia enquanto o segurado era vivo, assim poderia haver a divisão entre elas.

Por outro lado, também a possibilidade de divisão entre cônjuge e companheira, assim tendo um discurso muito grande no meio judiciário, onde há várias jurisprudências entendendo que sim pode ser dividida a pensão, certo que vai além do âmbito do direito família, pois reconhece a união entre o homem e duas mulheres foge do ordenamento jurídico por causa da ideia de monogamia.

Apesar de ter esse entendimento de reconhecer famílias simultâneas, isso não aplica ao meio do direito de família e sucessões, esse mérito é valido somente perante ao Direito Previdenciário, quando do pleito de pensão por morte.

Com esse entendimento teve sempre levar sobre a legislação previdenciária, pois sempre foi mais liberal que o direito de família, com isso para que a

companheira passe a ter o direito teve comprovar a união estável conforme pede a lei, assim adquirindo o direito. Temos a Súmula nº 159 do extinto Tribunal Federal de Recursos, que dispõe: "É legítima a divisão da pensão previdenciária entre a esposa e a companheira, atendidos os requisitos exigidos".

Com isso a possibilidade da divisão para o benefício de pensão por morte, pois o que se entende é que como comprovado que o segurado falecido era o que sustentava os dois lares, com isso é reconhecido o direito à pensão as duas.

2.5 DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA RELACIONADA AO TEMA

Conforme a seguir veremos que o Supremo Tribunal de Justiça de Minas Gerais vem decidindo acerca da divisão dos valores da pensão por morte entre a conjuge e a companheira, aonde a pensão é dividida por partes iguais, não tendo prejuízo para ambas. vejamos:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - UNIÃO ESTÁVEL - SEGURADO CASADO - SEPARAÇÃO DE FATO - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - DIVISÃO PROPORCIONAL ENTRE COMPANHEIRA E EX-ESPOSA. 1. É devido o pagamento de pensão por morte na condição de companheiro quando comprovado que a parte autora e o segurado mantinham relacionamento amoroso configurado pela convivência duradoura, pública e contínua, estabelecido com o objetivo de constituição de família, e ausente impedimento legal (art. 1.723, Código Civil). 2. A existência de casamento quando comprovada separação de fato do casal não impede a caracterização da união estável. 3. Demonstrada a dependência financeira da ex-esposa do segurado, que percebia, à época do óbito, alimentos provisórios fixados em ação divórcio na quantia por ela pleiteada, é cabível a divisão do valor global da pensão por morte entre a ex-esposa e a companheira, competindo a esta a cota-parte correspondente ao que sobejar, após deduzido o valor proporcional aos alimentos. (Apelação Cível 1.0521.08.074667-5/001, 6ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Relator: Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, Data de julgamento: em 21/06/2016, Data da Publicação: 01/07/2016. (grifamos).

Neste caso o Supremo tribunal Federal julgou favorável a divisão da pensão por morte, pois foi comprovado que o de cujus manteve um relacionamento simultâneo tanto no casamento como a união estável com as duas mulheres, assim gerando os efeitos previdenciário.

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL PARALELA AO CASAMENTO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. BENEFÍCIO DEVIDO. 1. A relação de concubinato mantida em concomitância com uma relação matrimonial não afasta, por si só, o direito da concubina à percepção do benefício de pensão por morte, desde que demonstrada a união estável com o de cujus. In casu, restou comprovado que o de cujus manteve, durante mais de vinte anos, paralela e simultaneamente, o casamento com a autora Dyva e a união estável com a corré Regina, o que, ao que tudo indica, perdurou até a data do seu falecimento, em 2011. 3. O Supremo Tribunal Federal, em 09-03-2012, reconheceu a existência de repercussão geral em processo no qual se discute a possibilidade de o concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários (RE 669465). Porém, como a questão pendente de decisão definitiva no Supremo Tribunal Federal e sobretudo porque o Judiciário não pode ignorar a realidade dos fatos comprovados nos autos, deve ser reconhecido que ambas – autora e corré – ostentam a condição de dependentes previdenciárias do falecido, fazendo jus a corré à pensão em virtude do falecimento deste. (TRF-4 – AC: 50135682620134047200 SC 5013568-26.2013.4.04.7200, Relator: JORGE ANTONIO MAURIQUE, Data de Julgamento: 12/07/2018, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SC). (grifamos).

Assim, como no julgado acima, é possível ver decisões aonde o filho unilateral também tem direito a pensão por morte, sem qualquer diferencia e com todos os direitos que o filho bilateral, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - PENSÃO POR MORTE - FILHA FORA DO CASAMENTO - INCLUSÃO COMO BENEFICIÁRIA - POSSIBILIDADE. Ainda que se admita que a real intenção do contratante do plano era não incluir a autora como sua dependente, não poderia assim agir, porquanto, após o advento da Constituição Federal de 1988, não há como se admitir qualquer discriminação resultante do fato de ter

sido filho reconhecido por força de decisão judicial. Em outras palavras, não há que prevalecer qualquer diferença de direitos entre filhos que provenham de justas núpcias e aqueles havidos fora da constância do casamento. (Apelação Cível 1.0000.16.073790-4/006 , 14ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Relator: Des.(a) Marco Aurelio Ferenzini, Data de julgamento: em 04/06/2020, Data da Publicação:04/06/2020. (grifamos).

3 METODOLOGIA

Levando-se em conta o atual cenário jurídico apresentado nas seções anteriores, este trabalho ao explorar o seguinte tema: **Da (Im)possibilidade de divisão da pensão por morte entre companheiras e filhos do *de cujus*** que terá como principal objetivo analisar se, os impactos dos julgados recentes que inclui outra companheira e filhos como beneficiários da pensão por morte, a fim de responder às questões: diante do tema apresentado a divisão por pensão por morte, na hipótese de haver duas companheiras do segurado, seria cabível? Os filhos do segurado têm direito de receber a pensão?

De acordo com Gustin e Dias, a primeira vertente, jurídico-dogmática:

[...] considera o Direito com autossuficiência metodológica e trabalha com elementos internos ao ordenamento jurídico. Desenvolve investigações com vistas à compreensão das relações normativas nos vários campos do Direito e com a avaliação das estruturas interiores ao ordenamento jurídico. Acentua a noção de eficiência das relações entre e nos institutos jurídicos, restringindo a análise do discurso normativo aos limites do ordenamento. (“GUSTIN; DIAS, 2014”, página 21).

Assim, toda investigação científica pressupõe um conjunto de marcos doutrinários e procedimentos técnicos para o desenvolvimento da ciência. Portanto,

a fim de realizar o percurso necessário da pesquisa, realizar-se-ão alguns apontamentos metodológicos básicos deste trabalho.

Dessa forma, a pesquisa terá como finalidade a pesquisa pura visto se tratar de um aspecto de natureza prática. Cabe, ainda, destacar que o objetivo teórico-metodológico é descritiva, isto porque, o assunto representa a visibilidade para aqueles que são geralmente, não tão vistos, já que culturalmente, existe uma problemática sob a visão dos filhos unilaterais. Além disso, a abordagem da pesquisa será qualitativa.

E, por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será por pesquisa de fontes, por meio do exame de teorias jurídicas e legislação relativas ao tema em estudo escolhidas através de levantamento bibliográfico.

4 CONCLUSÃO

Na atualidade, diante de um contexto de múltiplas configurações do núcleo familiar, vários aspectos da legislação vigente precisam se adaptar a tal cenário de modo a atender todos de maneira justa e igualitária.

Com a questão do benefício da pensão por morte não foi diferente, a legislação foi assertiva e coerente ao beneficiar o ente familiar devido, mesmo que, tal configuração familiar a qual pertence ainda não esteja presente no ordenamento jurídico da CF/88.

De acordo com todo o referencial teórico levantado para o desenvolvimento desse estudo em congruência com os autores do presente artigo, é notória a demanda por um reconhecimento normativo mais plural nesse sentido, conferindo um maior índice de justiça, além de refletir de uma forma mais realista a fotografia do que ocorre no tocante às múltiplas configurações familiares não apenas no Brasil, mas à nível global. Pode-se presumir que, obtendo esse reconhecimento, torna-se mais simples qualquer trâmite envolvendo questões futuras relativas às heranças.

É fato que, à luz de todas as demandas sociais que emergem ao longo dos

tempos e que, o judiciário deve se adaptar, tal problemática no que tange à configuração familiar, também deve ser contemplada.

Logo, atinge-se a consciência que, não bastam apenas decisões isoladas, fundamentadas no bom senso de um magistrado, mas que não garantem a segurança para todos. Tal fato deve estar previsto na instância máxima do judiciário, na Constituição, e não está presente ainda.

O Judiciário, apesar de, nas suas decisões, fornece indicativos positivos no sentido de acolhimento dos diversos tipos de família, ainda carece de um posicionamento mais incisivo quanto à colocação de leis que versem de forma mais direta sobre essa questão. Tal posicionamento poderia garantir uma maior segurança jurídica, não ficando restritas às decisões interpretativas e às jurisprudências disponíveis atualmente.

Pode-se concluir que, a trajetória global de evolução das leis mostra que o principal fator motivacional é a dinâmica social, que se traduz nas mudanças de costumes e na luta pela conquista de direitos. A resposta frente à tais demandas vêm de um legislativo e de um judiciário sempre atuantes e atualizados, em consonância com a voz da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 8.213 de 24 de julho de 1991.** Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/páginas/42/1991/8213.htm>> Acesso em: 21.nov.22.

COELHO, A. O. B. SILVA, B. S. da. **Os efeitos do reconhecimento da multiparentalidade na pensão por morte do regime geral da previdência social.** Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, 65-80, 2020. Disponível em <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/277> Acesso em 21.nov.22.

MORAIS, D. M. de. RIBEIRO, C. G. SILVA, J. S. **Poliamor e seus efeitos previdenciários na pensão por morte.** Revista Jurídica da FANAP 4 (1), 2017. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=divis%C3%A3o+da+pens%C3%A3o+para+dependentes+extraconjugais%3B&btnG=#d=gs_qabs&t=1669039766114&u=%23p%3D8UchUc5ncGkJ> Acesso em 20.nov.22.

NOGUEIRA, T. D. **A partilha do benefício previdenciário pensão por morte nas relações familiares.** UNICEUB – Brasília, 2019. Disponível em <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13340> Acesso em 21.nov.22.

SILVA, G. A. B. da. **Pensão por morte como direito devido ao menor sob guarda.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022. Disponível em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4015> Acesso em 20.nov.22.

SAMARA, C. S. JUSSARA, P. M. **O BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE NO CONTEXTO ATUAL.** UNIUBE, 2020. Disponível em

<http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/1289> Acesso em: 21.nov.22

SILVA, L. I. O. **PENSÃO POR MORTE NO ÂMBITO DA FAMÍLIA MODERNA.** Faculdade Raízes em Anápolis – Goiás, 2019. Disponível em <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/17184> Acesso em 21.nov.22.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível 1.0521.08.074667-5/001. Apelante: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS E OUTRO(A)(S), ESTADO DE MINAS GERAIS, NEUSA PIMENTA PEREIRA. Apelada: MARIA MARCIA GOMES DE CARVALHO. Relator: Des. Edilson Olímpio Fernandes. Data de julgamento: em 21/06/2016. Data da Publicação: 01/07/2016. Disponível em :<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=1&totalLinhas=1&paginaNumero=1&linhasPorPagina=1&palavras=PREVIDENCI%20RIO%20PENS%20MORTE%20UNI%20EST%20CIVEL%20SEGURADO%20CASADO%20SEPARA%20FATO%20DEPENDENCIA%20ECONOMICA%20DIVIS%20PROPORCIONAL%20ENTRE%20COMPANHEIRA%20EXESPOSA&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20referencias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&> Acesso em: 21.nov.22

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS NA ATENÇÃO DOMICILIAR EM PACIENTES PORTADORES DE ESCLEROSE MÚLTIPLA LATERAL AMIOTRÓFICA (ELA): UMA REVISÃO NARRATIVA

THE CHALLENGES FACED BY NURSES IN HOME CARE IN PATIENTS WITH AMYOTROPHIC LATERAL MULTIPLE SCLEROSIS (ALS): A NARRATIVE REVIEW

Tânia Mara Pinheiro⁸⁹

Tamires Sodré Ferreira Costa⁹⁰

Ricardo Felipe de Souza⁹¹

Dirceu Antônio Cordeiro Júnior⁹²

Resumo: A Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica (ELA) é um distúrbio irreversível caracterizado pela degeneração exclusiva dos neurônios motores superiores e inferiores do córtex motor primário e tronco cerebral, o que desencadeia uma paralisia muscular, é uma doença rara, de caráter progressivo, e até o presente momento, sem cura. A ELA causa um comprometimento motor avançado, podendo atingir o sistema respiratório e até levar o indivíduo a óbito. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo descrever, por meio de uma revisão narrativa de literatura, os desafios enfrentados pelos Enfermeiros no âmbito domiciliar diante do portador de Esclerose

⁸⁹ Graduando em Enfermagem pela Faculdade Kennedy. Email: tania.pinheiro@soukennedy.com.br

⁹⁰ Graduando em Enfermagem pela Faculdade Kennedy. Email: tamires.costa@soukennedy.com.br

⁹¹ Graduando em Enfermagem pela Faculdade Kennedy. Email: ricardo.souza@soukennedy.com.br

⁹² Docente da Faculdade Kennedy. Email: Dirceu.junior@somoskennedy.com.br

Múltipla Amiotrófica Lateral (ELA) em cuidados paliativos, e de que forma este profissional pode auxiliar o cuidador informal. O modelo de estudo considerado é o de revisão de literatura narrativa com natureza qualitativa. O levantamento das publicações ocorrerá nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A atuação do Enfermeiro no manejo do cuidador informal lhe oferece suporte, além da implantação da sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que visa suprir as demandas do portador em cada fase da progressão da doença desenvolvendo uma assistência humanizada. A temática envolve os âmbitos acadêmico e profissional, pois auxilia a compreender melhor o prognóstico da doença, visando um cuidado humanizado, a fim de melhorar a qualidade de vida ao paciente oferecendo segurança e conforto, além de proporcionar um ambiente ideal para seu tratamento e acolhimento aos familiares.

Palavras-chave: Esclerose Amiotrófica. Assistência Domiciliar à Saúde. Ano de Vida ajustado

Abstract: *Amyotrophic Lateral Multiple Sclerosis (ALS) is an irreversible disorder characterized by exclusive degeneration of upper and lower motor neurons of the primary motor cortex and brainstem, which triggers muscle paralysis. , no cure. ALS causes advanced motor impairment, which can reach the respiratory system and even lead the individual to death. Thus, the present study aims to describe, through a narrative literature review, the challenges faced by Nurses in the home environment before the Amyotrophic Lateral Multiple Sclerosis (ALS) patient in palliative care, and how this professional can assist the informal caregiver. The study model considered is the review of narrative literature with a qualitative nature. The survey of publications will occur in the databases of the Virtual Health Library (VHL). The role of the Nurse in the management of the informal caregiver supports him, in addition to the implementation of the systematization of Nursing Assistance (SAE), which aims to meet the demands of the patient in each phase of the progression of the disease, developing a humanized assistance. The theme involves the academic and professional fields, as it helps to better understand the prognosis of the disease, aiming at humanized care, in order to improve the quality of life of the patient, offering safety and comfort, in addition to providing an ideal environment for their treatment and reception. to family members.*

Keywords: *Amyotrophic Sclerosis. Home Health Care and. Adjusted Life Year.*

1. INTRODUÇÃO

A Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica (ELA) é um distúrbio irreversível caracterizado pela degeneração exclusiva dos neurônios motores superiores e inferiores do córtex motor primário e tronco cerebral, o que desencadeia uma paralisia muscular. Segundo Ribeiro (2019), é uma doença rara, de caráter progressivo, e até o presente momento, sem cura. A ELA causa um comprometimento motor avançado, podendo atingir o sistema respiratório e até levar o indivíduo a óbito (ANDRADE, 2019). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a incidência da ELA é em média cerca de 1/50.000 por ano enquanto a prevalência média chega a 1/20.000 por habitantes, por se tratar de uma doença rara e incapacitante o Ministério da Saúde em 2014 ampliou o cuidado instituindo a Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com Doenças Raras incluindo ELA (OMS, 2020). Devido à velocidade da progressão da doença, no diagnóstico já se faz necessário um preparo na abordagem tanto ao paciente quanto aos familiares, sendo necessário à atuação do Enfermeiro no manejo do cuidador informal, lhe oferecendo um suporte, além da implantação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que visa suprir as demandas do portador em cada fase da progressão da doença desenvolvendo uma assistência humanizada (PICOLINOS 2021). Mesmo com todos os avanços, ainda não se descobriu uma cura para esta doença, que traz consigo a incapacidade de realizar o seu autocuidado, mas sim meios de retardar a progressão da doença, por isso o tratamento oferecido para os pacientes é de modo paliativo (RIBEIRO *et. al.*, 2019), Vale ressaltar que o diagnóstico da doença ELA desestrutura completamente o paciente e a família, por esse motivo o enfermeiro tem um papel de grande importância durante período de vida do paciente no qual o cuidado específico e humanizado pode tornar o processo menos difícil e doloroso (OSS; FRAMIL, 2021).

Diante deste contexto, Bezerra (2018) relata que a Teoria de Orem tem sido utilizada no Brasil para ações educativas realizadas por Enfermeiros, devendo agir de forma a orientar sobre os cuidados tanto aos pacientes quanto aos cuidadores informais. Com a evolução da doença este portador cada vez mais evolui no déficit do autocuidado, requerendo uma sobrecarga física e tempo. O cuidado ao paciente com dependência funcional torna a tarefa ainda mais exaustiva e estressante, já que estando dependente, o indivíduo necessitará de cuidados mais exigentes e por tempo indeterminado (ALMEIDA *et. al.*, 2017).

A Pesquisa relacionada às dimensões no cuidado prestado pela equipe de enfermagem em indivíduos com ELA vem se tornando cada vez mais relevantes em razão da ampla visibilidade das doenças crônicas neurodegenerativas. Por se tratar de uma doença que não tem cura, é fundamental compreender quais os cuidados necessários com o paciente, além disso, a equipe de enfermagem no cuidado domiciliar deve entender os sintomas, os critérios de diagnóstico e realizar o acompanhamento correto para sua eficácia (LUCHESE; SILVEIRA, 2018).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo descrever, por meio de uma revisão narrativa de literatura, os desafios enfrentados pelos Enfermeiros no âmbito domiciliar diante do portador de Esclerose Múltipla Amiotrófica Lateral (ELA) em cuidados paliativos, e de que forma este profissional pode auxiliar o cuidador informal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica

A Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica é definida como um distúrbio neurodegenerativo, incurável, inevitável, irreversível Gayoso e Maria Vitória (2019), com comprometimento nos neurónios motores superiores e inferiores que origina uma debilidade progressiva da musculatura dos membros, tórax e abdômen (SOUZA *et.al.*, 2019). A ELA ainda não tem uma causa específica, porém Thonhoff (2018) enfatiza que o mediador de evolução da ELA é a neuroinflamação, caracterizada pela infiltração dos monócitos e linfócitos periféricos no Sistema Nervoso Central, sendo que no início da doença os fatores anti-inflamatórios atuam e à medida que a doença progride eles se tornam pró-inflamatório e nefrotóxico.

Segundo Yang (2019) a maioria das doenças neurodegenerativas está associada a uma deficiência do baço e do rim à fleuma, umidade e estase sanguínea pertencente à síndrome de astenia, podendo ser lento e/ou contínuo. O diagnóstico precoce seria um diferencial, uma vez que tal patologia tem uma progressão muito rápida permitindo o início do tratamento o mais rápido possível (COSTA, 2018). Os exames realizados para fechar o diagnóstico são: Ressonância magnética, Eletroneuromiografia e o Ultrassom que se destaca entre eles por ser de baixo custo e por seu grau de especificidade em detectar a presença de atrofia muscular (DUARTE, 2020). Atualmente o único fármaco autorizado para o tratamento seria o Riluzol tendo um tempo de uso limitado com probabilidade de perder a sua eficácia com o tempo (SILVEIRA, 2019).

Outros tratamentos podem ser utilizados como, por exemplo: A medicina tradicional chinesa combinada com a medicina ocidental com intuito de aliviar os sintomas e retardar a progressão da doença, onde o profissional da saúde utilizam algumas escalas de pontuação para avaliação clínica da ELA como também a resposta do tratamento, porém nenhuma delas consegue detectar alterações significativas (ZHENG, 2022).

2.2 Enfermagem Paliativa Frente à Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica na Atenção Domiciliar

Os cuidados paliativos na enfermagem foram definidos pela Organização Mundial da Saúde em 1990 e recomendados para todos os países como parte do cuidado integral ao ser humano. Propondo uma

linha de cuidados aos doentes crônicos, cuja doença está progredindo e ameaçando a continuidade da vida (COSTA *et al.*, 2016). Ressalta-se, que há diversas reflexões que respaldam e evidencia a aproximação da enfermagem com os cuidados paliativos, entretanto, a teoria do Autocuidado de Dorothea Elizabeth Orem tem foco no paciente como elemento principal do tratamento, objetivando sua melhora em relação à qualidade de vida (BEZERRA *et al.*, 2018).

Dorothea Elizabeth Orem foi uma das principais teóricas de enfermagem da América que desenvolveu a Teoria de Enfermagem do Déficit de Autocuidado, também conhecida como Modelo de Enfermagem de Orem. Nos cuidados paliativos, Orem (1991) menciona que é essencial preservar a força corporal do paciente, enfatizando sua autoestima, o que exige uma assistência simples, deliberada e sistemática, promovendo o autocuidado quando não há mais possibilidade de realizá-lo por si próprio. Apesar de parecer um desafio para os profissionais de enfermagem nos cuidados paliativos, suas orientações são versáteis e cria estratégias para que o paciente cuide de si próprio. Sua teoria também pode ser aplicada aos cuidados terapêuticos, a partir de algumas vertentes: agir ou executar para o outro, direcionar o outro, amparar ao outro (tanto físico, como psicologicamente), adaptar um ambiente terapêutico e instruir o outro.

No que diz respeito à Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica (ELA), a sobrevida após o surgimento dos sintomas é de 3 a 5 anos, apesar de existir casos de sobrevivência por mais de 10 anos, como o físico Stephen Hawking. Aproximadamente 30% dos indivíduos com a doença vivem por 5 anos, de 10% a 20% mais de 10 anos, e apenas 5% vivem por 20 anos (SILVA *et al.*, 2018).

A doença traz consigo transtornos físicos e psicológicos, independente do tempo de sobrevivência do paciente, que exigem cuidados específicos, o que se torna necessário o cuidado paliativo para oferecer qualidade de vida para o indivíduo e família/cuidador (TOSTA *et al.*, 2019).

Segundo Silva *et al* (2018) o acometimento da doença resulta em fraquezas e atrofia musculares, contrações involuntárias e câimbras. Além disso, o paciente sente falta de ar, dificuldades na fala e em engolir, perda de peso severa, tremores e dificuldades em ficar de pé. Ressalta-se, portanto, que as pessoas com a doença sofrem de paralisia gradual e morte precoce em decorrência da ausência de capacidades fundamentais como falar, respirar, engolir e se movimentar.

Diante do exposto, suas complicações devem ser tratadas sintomaticamente por diversos profissionais de saúde. No Brasil, o Ministério da Saúde estabeleceu o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o tratamento da ELA em novembro de 2002. Há também a Lei nº 10.424, de abril de 2002, que instituiu o Programa de Enfermagem Domiciliar no Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, destaca-se a Sistematização da Assistência à Enfermagem (SAE) na avaliação individual sobre as necessidades do paciente e quais os cuidados em que ele necessita em razão do acometimento da doença. Apesar dos cuidados paliativos na enfermagem domiciliar não substituir os cuidados hospitalares, são fundamentais para garantir o conforto e do paciente e humanizar os tratamentos (LUCHESI; SILVEIRA, 2018).

Na ELA, os cuidados paliativos são recomendados desde o diagnóstico, principalmente porque o período entre o início dos sintomas e o diagnóstico significa que muitos pacientes já estão gravemente incapacitados quando são diagnosticados. Os membros da equipe de cuidados paliativos, liderados por um médico especialista em cuidados paliativos, podem trabalhar em um contexto multidisciplinar dentro de seu próprio ambiente de cuidados (como cuidados paliativos comunitários ou domiciliares, unidades especializadas de internação e cuidados paliativos ambulatoriais) (TOSTA *et al.*, 2019).

A equipe de cuidados paliativos faz parte da abordagem multidisciplinar mais ampla de cuidados que atravessa os diferentes setores de cuidados envolvidos na prestação de serviços aos pacientes com ELA e suas famílias (OSS; FRAMIL, 2021). Os cuidados paliativos domiciliares desempenham um papel

multifacetado na ELA, com envolvimento no controle dos sintomas, com um diálogo aberto e compreensivo, baseado no apoio ao paciente, família e assistência com transições de cuidados. Pesquisas apontam melhora na carga de sintomas e qualidade de vida, com o encaminhamento precoce ao especialista de cuidados paliativos em ELA e outras doenças neurodegenerativas (BOSSE *et al.*, 2020).

Em todas as doenças, assim como na ELA, os cuidados paliativos pressupõem a ação de uma equipe interdisciplinar, visto que a proposta se constitui em cuidar do indivíduo em todos os aspectos: físico, mental, espiritual e social (AMARAL; SILVA, 2019). Essa nova especialização em saúde reflete a mudança de paradigma e os conceitos em torno do corpo humano, doença e morte (BRASIL, 2020). A cura não é ação principal em Cuidados Paliativos, o acolhimento sim. Logo, segundo Amaral e Silva (2019), é necessário que diante de uma doença sem cura, o paciente receba um tratamento que permita manter sua dignidade. Os cuidados paliativos não se destinam a tratar, prolongar ou apressar a morte de um paciente, pois se concentram no controle dos sintomas físicos e mentais e nos sintomas típicos dos estágios finais de uma doença incurável e na melhoria da qualidade de vida. O cuidado paliativo domiciliar promove ao paciente, e a seus familiares, acolhimento e suporte emocional, na busca de motivações para as dificuldades na inserção de estratégias de intervenção propostas, auxiliando no entendimento e aceitação do diagnóstico e condição clínica, fortalecendo recursos de enfrentamento (BOSSE *et al.*, 2020).

2.3 Enfermagem e o Cuidador Informal na Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica

A esclerose múltipla lateral amiotrófica é uma doença que, segundo Luchesi e Silveira (2018), ocorre entre 2 e 16 novos casos por 100.000 pessoas. Portanto, uma doença pouco conhecida pela incidência que ocorre, sendo rara a produção de artigos por enfermeiros. Assim, como a literatura de enfermagem sobre ELA é escassa, descreveremos um tema que os enfermeiros podem trazer para essa população.

A esclerose múltipla lateral amiotrófica, doença que, segundo Silva *et al.* (2018) caracteriza-se pela progressão da degeneração do neurônio motor e consequente paralisia muscular progressiva, resultando na necessidade de auxílio no penteado, abotoamento de camisas, dispositivos para caminhada, busca de objetivos, trabalho, entretenimento e movimentação ser interrompido, ficará

acamado, totalmente dependente de todos os cuidados, não verbaliza, mas permanecerá lúcido, com manutenção da atividade intelectual, o ouvinte saberá tudo o que está acontecendo ao seu redor. O papel da enfermagem e do cuidador informal na doença da ELA é essencial, vai além dos atos e condutas terapêuticos técnicos, as intervenções promovem uma melhor qualidade de vida para o paciente e o cuidador, sendo necessário conhecer a doença e trocar conhecimentos científicos e culturais com a família, permitindo a comunicação por meio de expressões faciais e oculares em um piscar de olhos, oferecendo momentos de leitura, musicoterapia (CARVALHO; MENEZES, 2020). Durante a internação por meio da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), será uma questão de planejar a assistência a esses pacientes de forma holística, a fim de oferecer qualidade de vida ao paciente, cuidados com o estoma, incluindo a inclusão de familiares e cuidadores para que os cuidados domiciliares continuem a ser prestados (VACCA, 2020).

No ambiente hospitalar, há contato constante com a possibilidade ou ocorrência de óbito. Principalmente nas unidades de longa permanência e na clínica médica, o contato com a morte e morrer acaba se tornando rotina, o que leva os profissionais a uma sensação de vazio, medo e fracasso. Esses sentimentos reproduzem bem a realidade atual das organizações hospitalares em relação à complexidade das situações vivenciadas (GUTIERREZ; CIAMPONE, 2018).

No campo da enfermagem, a comunicação representa uma estratégia muito relevante para a prática dos cuidados paliativos. E quando sustentado por uma relação de atitude, cooperação, sentimento e sensibilidade, esse instrumento é um importante motor na relação entre o enfermeiro e o paciente terminal (MULLAN; KOTHE, 2019).

O tratamento contínuo é, em alguns casos, invasivo e podem ocorrer recidivas do estado doloroso, efeitos adversos ou complicações que requerem internação prolongada, causando sofrimento ao paciente, seus familiares e profissionais (GUEDES; OLIVEIRA, 2018). A equipe assistencial participa diretamente do processo de tratamento e está presente no final da vida, sendo responsável por ajudar os pacientes sem possibilidades terapêuticas e seus familiares. Ao cuidar de pacientes com patologias críticas, os profissionais de saúde se deparam com situações de sofrimento, angústia, medo, dor e raiva vivenciadas pelos pacientes e seus familiares e, como o ser humano é dotado de emoções e sentimentos, por vezes manifesto as mesmas reações em vez dessas pessoas (MOTA; GOMES *et al.*, 2019).

Com isso, pode-se reconhecer a necessidade dos profissionais de enfermagem e os cuidadores se prepararem para enfrentar a terminalidade da vida dos pacientes em geral e não recusar o cuidado, pois esse profissional, como auxiliar, pode ajudar essa pessoa a morrer com os princípios éticos legais (PENHA, 2019).

Preparar-se para o luto não é tarefa fácil, pois o cuidado ao paciente acamado, fragilizado e, portanto, dependente de cuidados, exige preparo psicológico e físico do enfermeiro, pois enfrentar o fim da vida envolve muitos sentimentos e requer pessoal, eficiência, sentimental. Preparação, porque é preciso lembrar que o fim da vida está chegando para todos (MOTA; GOMES *et al.*, 2019).

Além de desenvolver diagnósticos, intervenções e propor objetivos de conduta, o enfermeiro deve acompanhar o plano terapêutico, monitorando a resposta do paciente a ele. Em todas as fases da doença, desde os sintomas mais leves até os cuidados paliativos e preparação para a morte, o planejamento com o cliente é essencial diante da perda das habilidades de comunicação, não podendo interferir ativamente no seu processo de adoecimento (VACCA, 2020).

A enfermeira e o cuidador gerenciam profissionalmente vastas complexidades práticas na sistematização do cuidado de enfermagem, no gerenciamento do cuidado e na avaliação cuidadosa das intervenções com base nas necessidades identificadas, desde procedimentos relativamente

mundanos até cuidados contínuos e educação em saúde para apoiar a prática e melhorar os resultados do cuidado, nos remetendo a um cuidado holístico (MARIN, 2017).

A evolução da doença geralmente reúne múltiplos fatores que carecem de assistência, criticidade e objetividade. Mudanças súbitas e repentinas no padrão de vida dos pacientes com ELA exigem adaptação informada às condições estabelecidas, bem como a qualquer doença grave e incapacitante, aumentando assim a relevância da intervenção adequada do profissional de saúde, por natureza do enfermeiro (GLORIA, 2016).

3. METODOLOGIA

3.1 Abordagem

O método que foi aplicado é o fenomenológico, que trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja-se o modelo se atenta à descrição direta da experiência na forma que ela é; em que seu cotidiano é baseado socialmente e compreendida da forma que é interpretada (GIL, 2017).

3.2 Métodos de pesquisa

O modelo de estudo considerado foi uma revisão da literatura narrativa, conforme Costa, Da Silva Vasconcelos e Tassitano (2017) este tipo de revisão visa interligar conteúdos baseados em dados que se tornaram pilares na investigação proposta, um estudo com abrangência multidisciplinar exploratório de natureza básica com abordagem qualitativa, esse método tem o objetivo de sintetizar resultados da pesquisa de maneira organizada e abrangente, fornecendo informações mais amplas sobre um assunto (ERCOLE *et al.*, 2014). É um modelo de pesquisa que combina dados da literatura teórica e prática, além de incorporar uma vasta gama de objetivos. E sua abordagem teve como foco

ampliar o conhecimento sobre os fenômenos, e a percepção dos participantes ante a um contexto determinado (MINAYO, 2014).

3.3 Coletas de dados e instrumento de pesquisa

O levantamento das publicações foi baseado de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde as preconizadas serão a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Latinamericandcaribbean Health Sciences (LILACS), Medical Literatureanalysisand retrieval System (MEDLINE/Pubmed) e Biblioteca Virtual de Enfermagem (BDENF).

A pesquisa foi realizada para considerar estudos científicos publicados entre os anos 2016 a 2022, que possua texto completo nos idiomas inglês e português, disponíveis eletronicamente e gratuitos, utilizando Descritores em Ciências da Saúde (DECS) Esclerose Amiotrófica, Assistência Domiciliar à Saúde e Ano de Vida Ajustado.

3.4 Delimitações do universo e amostra

Após o desígnio dos descritores e a identificação das ferramentas utilizadas, os mesmos foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão, onde foram determinados como critérios de inclusão os artigos originais, gratuitos, disponíveis na íntegra, em português e inglês, publicados nos últimos cinco anos, que apresentavam embasamento científico temático, atendendo a finalidade do estudo. Os critérios de exclusão compreenderão em resumos, estudos incompletos e fora do período estabelecido.

3.5 Análises de dados

Diante do levantamento dos critérios de inclusão e exclusão, as ferramentas selecionados foram revisadas por meio de uma leitura analítica a fim de alinhar as informações contidas no texto e identificar o objetivo deste estudo. O instrumento de pesquisa detalhado em um quadro expositivo onde os artigos serão analisados por meio dos resultados contidos no material, sem que haja interferência pessoal nas informações de cada autor. Por se tratar de pesquisa que não tem envolvimento com seres humanos, foi dispensada a necessidade da submissão do estudo para os aspectos legais.

4. Apresentação dos Resultados e Discussão

Após passar pelos critérios preconizados na metodologia da presente pesquisa, foram incluídos artigos que estivessem em consonância com a pergunta a ser respondida e o objetivo a ser alcançado. Na seleção final, foram encontrados 83 artigos para discussão e descrições dos resultados, selecionados 15 artigos para conclusão dos resultados obtidos, porém apenas 6 atenderam os critérios desta revisão compondo os resultados para discussão, escolhidos a partir dos critérios já mencionados. Os estudos selecionados no quadro abaixo contém um breve resumo dos métodos e resultado de cada um.

Quadro 1 – Caracterização dos Estudos Selecionados

Autor / Ano	Método	Resultados
Nascimento; Fonseca, 2021	Pesquisa de campo, descritiva, com abordagem qualitativa com questionário autoaplicável contendo perguntas abertas em um Serviço de Atendimento Multidisciplinar Domiciliar (SAMD).	A assistência será fornecida por tempo limitado e, portanto, deve ser para conforto, alívio da dor, angústia e controle dos sintomas.
Banitalibi et al., 2022	Pesquisa de um estudo quase experimental realizado em cuidadores familiares de pacientes com Esclerose Múltipla Lateral Amiotrófica no Irã em 2018-2019	Nesse momento e no processo de cuidar, as equipes multidisciplinares são fundamentais para o enfrentamento da doença, mais sobrecarga de cuidado tem sido descrito como o impacto que o cuidado tem na saúde física e mental, nas relações familiares e do profissional de saúde nas atividades diárias.
<i>Topcu et al., 2021</i>	Pesquisa qualitativa em tempo real, realizado com 12 cuidadores de esclerose múltipla.	O cuidador informal proporcionar o bem estar para saúde de seus familiares, mais viver a sobrecarga do cuidado. Destacaram a natureza multifacetada e complexa da qualidade de vida do cuidador e do portador de esclerose múltipla e apontaram que, embora a maioria das experiências dos cuidadores da ELA tenha sido negativa, também houve alguns aspectos positivos da prestação de cuidados que ajudaram a mitigar esses problemas experiências negativas.
Omena et al., 2018	Revisão integrativa	A enfermagem busca fortalecer a profissão como ciência que, quando realizada corretamente, orienta a enfermagem, passando do conhecimento empírico para o cuidado baseado em evidências, tomada de decisão, raciocínio clínico, diagnóstico, intervenção e resultados.

Lima et al., 2021	Revisão integrativa	Pesquisas mostram que a angústia, a impotência, o medo, a angústia, a raiva, a frustração e o sofrimento moral vivenciado pelos profissionais de enfermagem no cuidado Pesquisas mostram que a angústia, a impotência, o medo, a angústia, a raiva, a frustração e o sofrimento moral vivenciado pelos profissionais de enfermagem no cuidado ao paciente terminal são relatados pelos enfermeiros.
Andrade et al., 2019	Revisão bibliográfica	Devido ao caráter degenerativo, progressivo e irreversível desta patologia, os pacientes com ELA necessitam de ajuda abrangente e específica. As equipes de enfermagem estão envolvidas diretamente no cuidado desses pacientes, pois apresentam alterações nas necessidades humanas básicas.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

De acordo com De Nascimento e De Fonseca (2021) O principal objetivo dos cuidados paliativos é prevenir e aliviar o sofrimento do paciente e de seus familiares, bem como promover uma melhoria na qualidade de vida de todos. Por meio desse formato é possível proporcionar um atendimento humanizado e gerenciar os cuidados paliativos por meio do trabalho do enfermeiro e de uma equipe multidisciplinar é fundamental para a progressão da doença, a fim de proporcionar um momento de satisfação e qualidade de vida.

Segundo De Omena *et al* (2018), o papel do profissional de enfermagem é fundamental nos cuidados paliativos e, além de vincular a ciência com a arte de cuidar durante seu trabalho, também é formada nas ciências técnicas que são fundamentais para o cuidado do paciente com ELA. Os profissionais de enfermagem buscam seu espaço e reconhecimento desde o início, passando da enfermagem experiencial para a ciência centrada na enfermagem destinada a sustentar a vida e reduzir o sofrimento pessoal. A atenção terciária altamente especializada é fundamental em todos os níveis de atenção à saúde.

A sobrecarga dos enfermeiros pode prejudicar seu desenvolvimento profissional e emocional, causando impacto na vida pessoal. Tendo em vista que os sentimentos negativos ainda predominam na assistência, torna-se fundamental que o enfermeiro compreenda e gerencie as emoções de seus pacientes, além de seu papel de cuidador (LIMA, *et al*, 2021).

Além de tentar fornecer controle automático, alívio da dor e outras possíveis ocorrências futuras. É de suma importância à integração entre a equipe multidisciplinar, como foco principal do trabalho atual, a assistência de enfermagem. A sistematização da assistência de (SAE) torna-se imprescindível ao cuidado, proporcionando uma assistência humanizada e integral. Para realizar um planejamento e intervenções na assistência de enfermagem nos cuidados com paciente portador da ELA, proporcionando qualidade de vida (De ANDRADE *et al.*, 2019). No decorrer da progressão da doença e do surgimento das incapacidades os cuidadores são expostos a diversas emoções como ansiedade, medo, estresse, frustrações entre outros; acarretando uma pesada carga de atendimento ao paciente (OPARA e BROLA, 2018; VAN DER HIELE *et al.* 2019).

Diante deste cenário os enfermeiros enfrentam inúmeros desafios na atenção domiciliar desde o manejo na sintomatologia e declínio no déficit do auto cuidado do portador até questão financeira, despreparo técnico e emocional do cuidador informal, onde inúmeras situações são apresentadas a este profissional no decorrer do seu atendimento, fica clara a importância de promover educação em saúde aos cuidadores no manejo deste portador. (Pozzoli, et.al, 2017).

Embora haja inúmeros métodos e escalas disponíveis para avaliar o nível de sobre carga dos cuidadores ainda surgiu à necessidade de melhorias no que tange a percepção por parte dos profissionais da saúde na identificação precoce desta sobre carga (KUDIA *et.al*, 2017). Banitalibi *et.al* (2022), enfatiza a necessidade de ser disponibilizado aos cuidadores de ELA programas de autogerenciamento, com foco na redução da carga de cuidados, o autogerenciamento traz consigo meios de aprendizagem e habilidades de enfrentamento na adaptação, autocuidado, apoio social e até mesmo espiritual, aumentando eficácia e reduzindo a carga de estresse no cuidadores.

5. CONCLUSÃO

A Esclerose Múltipla é uma doença crônica, autoimune, que acomete o sistema nervoso central, sendo a causa mais comum de incapacidade neurológica em adultos jovens. Afeta 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil estima-se a existência de 25 mil portadores desta doença. Ao longo dos últimos 20 anos com a evolução da medicina, diversas pesquisas e vários tratamentos já foram propostos para a Esclerose Múltipla, nem todos foram eficaz ou tão pouco lhe foi descoberto à cura, porém com a evolução da doença o portador cada vez mais evolui com um déficit do autocuidado, desprendendo uma necessidade e uma sobrecarga maior do cuidador. Os estudos comprovam uma natureza multifacetada e complexa no que tange a qualidade de vida tanto do portador quanto do cuidador, e na grande maioria dos estudos, enfatizam projetos e meios de

suporte para o portador, sem analisar os impactos que são gerados ao cuidador tanto física, social e emocional.

Diante disso o Enfermeiro se destaca por ser um profissional capacitado em prestar assistência ao portador além de promover ações educativas agindo de forma a orientar, treinar e acompanhar o cuidador em cada fase da progressão da doença a fim de minimizar a sobre carga dos cuidadores e promover uma melhor qualidade de vida a ambos. Conclui-se que por se tratar de uma doença neurodegenerativa de caráter progressiva o quanto antes for diagnosticada e tratada, poderá evitar sequelas e permitir a pessoa uma melhor qualidade de vida, em maior tempo possível.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tiago Henrique Souza; DE MORAIS SILVA, Betânia Eneida. OS CUIDADOS PALIATIVOS: ALTERNATIVA E POSSIBILIDADE DE AMPARO E DE DIGNIDADE DIANTE DO MORRER. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 5, n. 1, p. 121-131, 2019.

AUGUSTO DA SILVEIRA, Alexsander; SIQUEIRA Sue Christine. QUALIDADE DE VIDA DO PACIENTE COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA E POTENCIAIS TRATAMENTOS. **Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás-RRS-FESGO**, v.2, n.1,2019.

BANITALEBI, Soheila et al. The Effect of a Self-Management Program on Care Burden and Self-Efficacy in Family Caregivers of People With Multiple Sclerosis. **Journal of Nursing Research**, v. 30, n. 5, p. e234, 2022.

BEZERRA, Maria Luiza Rêgo *et al.* Aplicabilidade da teoria do déficit do autocuidado de ordem no Brasil: uma revisão integrativa. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 21796750**, v.9, 2018.

BOSSE, Tamara Simão *et al.* Desafios associados à esclerose lateral amiotrófica: relato de caso clínico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 43, p. e2750-e2750, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Atenção Primária à Saúde: avaliação a saúde. Brasília: SASP, 2020. CARVALHO, L.C de, MENEZES TMO, 2012, Sistematização

da assistência de enfermagem ao cliente com esclerose lateral amiotrófica: um estudo de caso. **Rev. bloqueado UFPE online**. 2020 dezembro; 6(12): 2998-3005.

COSTA, Patrícia Bezerra da; VASCONCELOS; Karla Fabiana da silva; TASSITANO, Rafael Miranda. Qualidade de vida: pacientes com insuficiência renal crônica no município de Caruaru, PE. **Fisioterapia em movimento**, v. 23, n. 3, 2017.

DE ANDRADE, Douglas Araújo Muniz et al. A INFLUÊNCIA DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR NA QUALIDADE DE VIDA DOS PORTADORES DE ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA THE INFLUENCE OF MULTIDISCIPLINARY CARE IN THE QUALITY OF LIFE OF AMIOTROPHIC LATERAL SCLEROSIS. 2019.

DE ALMEIDA, Lilian Sanguinett; FALCÃO, Ilka Veras; CARVALHO, Tatiana Lins. Avaliação da sobrecarga dos cuidadores de pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) /Evaluation off overloading on caregivers off people with Amyotrophic Lateral Sclerosis (ALS). **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 3, p. 585-593, 2017.

DE ANDRADE, Douglas Araújo Muniz *et al.* A INFLUÊNCIA DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR NA QUALIDADE DE VIDA DOS PORTADORES DE ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA THE INFLUENCE OF MULTIDISCIPLINARY CARE IN THE QUALITY OF LIFE OF AMIOTROPHIC LATERAL SCLEROSIS. 2019

DO NASCIMENTO, Lucas Cavalcante; DA FONSECA, Ivana Annely Cortez. Cuidados paliativos na assistência domiciliar: a vivência de uma equipe multidisciplinar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 6, p. e8117-e8117, 2021.

DE OMENA, Izabelle Cristina Acioly et al. Assistência de enfermagem ao paciente com esclerose lateral amiotrófica: uma revisão integrativa. *Enfermagem no Brasil*, c. 17, não. 6, pág. 702-712, 2018

DUARTE, Márcio Luís *et al.* Ultrassonografia versus eletroneuromiografia para o diagnóstico da fasciculação na esclerose lateral amiotrófica: revisão sistemática e meta-análise. **Radiologia Brasileira**, v. 53, n. 2, p. 116-121, 2020.

ERCOLE, F.F.; MELO L.S.; ALCOFORADO, C.L.G.C., *et al.* Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Rev Min Enferm**, v.18, n.1, p.1-260, jan/mar. 2014.

GAYOSO, Maísa Vitoria. Adaptação transcultural e validação para a população brasileira do instrumento Amyotrophic Lateral Sclerosis Specific Quality of Life–Short Form (ALSSQOL-SF) para a avaliação da qualidade de vida em indivíduos com esclerose lateral amiotrófica. 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Rev. atual. **São Paulo: Atlas**, 2019.

Liao W., Jiang W., GAO P., Yuan Y., Li G., Pan W. Tratamento da esclerose lateral amiotrófica do baço com base na teoria básica da Medicina Tradicional Chinesa.

Revista Chinesa de Medicina Integrativa em Doença Cardio-Cerebrovascular. 2019; 17 (7): 1029-1031

LIMA, Ana Cássia Ferreira et al. O impacto biopsicossocial em enfermeiros frente ao processo De morte e morrer de pacientes terminais. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 95, n. 33, 2021.

LUCHESI, Karen Fontes; SILVEIRA, Isabela Costa. Cuidados paliativos, esclerose lateral amiotrófica e deglutição: estudo de caso. In: **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2018.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo (SP): Hucitec, 2014. 393p.

MOTA, M. S. *et al.*, Reações e sentimentos de profissionais de enfermagem diante da morte de pacientes sob seus cuidados. Redondo. **Gaúcha Enferm.** (online) [online]. 2019, vol.32, n.1, pp.129135. ISSN 1983-1447.

MULLAN, BA; KOTHE, EJ. Avaliação de um curso de treinamento de habilidades de comunicação em enfermagem: as relações entre capacidade auto avaliada, satisfação e desempenho real. **Enfermeira Educ Pract** 2019; 10(6): 374-378.

OLIVEIRA, Acary Souza Bulle; Roberto Dias Batista. Esclerose lateral amiotrófica (ELA): três letras que mudam a vida de uma pessoa. Para sempre. **Arquivos de Neuropsiquiatria**. v 67 p.750-782,2009.

OREM, D. E. et al. Nursing. Concepts of practice, St Louis: Mosby. **Year book**, 1991.

OSS, ANA KARLA PICOLI; FRAMIL, Juliana Barbosa. O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO PALIATIVO EM PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTROFICA (ELA). 2021.

Pacientes con esclerosis lateral amiotrófica en la Comunidad Valenciana. **Neurología**, v. 36, n. 7, p. 504-513, 2021.

Pozzoli, Sandra Maria Luciano e Cecílio, Luiz Carlos de Oliveira Sobre o cuidar e o ser cuidado na atenção domiciliar. *Saúde em Debate* [online]. 2017, v. 41, n. 115 [Acessado 24 Novembro 2022] , pp. 1116-1129. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711510>>. ISSN 2358-2898.

RIBEIRO, Ana Celsa Soares *et al.* Diagnósticos e intervenções de enfermagem ao adulto acometido por esclerose lateral amiotrófica. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, 2019.

SILVA, Cassidy Tavares *et al.* A integralidade do cuidado de enfermagem ao indivíduo com esclerose lateral amiotrófica. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 2, n. 1, p. 61-68, 2018.

SILVA, Leandro Pereira *et al.* Esclerose lateral amiotrófica: descrição dos aspectos clínicos e funcionais de uma série de casos em uma região de saúde no nordeste do Brasil. **Journal of Health & Biological Sciences**. v.6, n.3, p.:293-298,2018.

SOUSA, Maria João Vieira. **Sobrecarga e percepção da qualidade de vida dos cuidados informais de pessoas com esclerose lateral amiotrófica**. 2020. Dissertação de Mestrado.

Thonhoff Jason R; SIMPSON, Ericka P; APPEL Stanley.H. Neuroinflammatory mechanisms in amyotrophic lateral sclerosis pathogenesis. **Current Opinion in neurology**, v.31 n.5, p.635-639.2018.

TOPCU, Gogem *et al.* Informal carers' experiences of caring for someone with Multiple Sclerosis: A photovoice investigation. **British Journal of Health Psychology**, v. 26, n. 2, p. 360-384, 2021.

TOSTA Greyce Kelley Ferreira da Silva *et al.* Principais intervenções de enfermagem utilizadas para melhoria das condições de vida de pessoas com esclerose lateral amiotrófica. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 2, n. 1, p. 30-36, 2019.

Vacca VM Jr. Esclerose lateral amiotrófica: cuidados e considerações de enfermagem. **Alimentação com leite**; v.50 n.6 p.32-39, 2020.

VÁZQUEZ-COSTA, J. F. *et al.* Análisis del trayecto y retraso diagnóstico de los.

ZHENG, Xuanlu *et al.* Amyotrophic Lateral Sclerosis Symptom Score in Integrative Treatments (ALS-SSIT) for Evaluating Therapeutic Effect of Traditional Chinese Medicine: A Prospective Study. **Computational and Mathematical Methods in Medicine**, v. 2022, 2022.

Os Benefícios dos Cuidados Paliativos Aplicados à Pessoa Idosa em Fase Terminal: Uma Revisão de Literatura

The Benefits of Palliative Care Applied to the Terminally Ill Elderly Person: A Literature Review

Dalma Batista de Souza¹

Karine Pereira de Souza²

Olivia Thaiz Freire Martins³

Prof. Dr. Tadeu Henrique de Lima⁴

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar os benefícios dos cuidados paliativos na vida do idoso em fase terminal. Foi realizada uma revisão de literatura acerca do tema proposto. A pesquisa de dados foi feita através de sites específicos como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Biblioteca Virtual da Saúde, Pubmed e Google Acadêmico. Os artigos selecionados serão descritos de forma a enaltecer sobre os benefícios dos cuidados paliativos na vida do idoso em fase terminal, visto que o envelhecimento é um fenômeno mundial, e junto a esse crescente fenômeno é possível observar um aumento nos casos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's), doenças crônicas degenerativas, assim como o câncer. A assistência paliativa é um método de cuidado que está em crescente ascensão no país, tendo como principal objetivo a prestação de cuidados focada no ser humano, oferecendo suporte emocional, espiritual, físico e social, tanto para o paciente quanto para seus entes queridos.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Cuidados Paliativos em Idosos; Fase Terminal; Tecnologias em Saúde e Envelhecimento Populacional.

Abstract: This study aims to analyze the benefits of palliative care in the life of terminally ill elderly. A literature review was conducted on the proposed theme. Data was searched through specific websites such as SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences), Virtual Health Library, Pubmed and Google Scholar. The selected articles will be described to clarify the benefits of palliative care in the life of the elderly in the terminal phase, since aging is a worldwide phenomenon, and along with this growing phenomenon it is possible to observe an increase in cases of chronic

non-communicable diseases (NCDs), chronic degenerative diseases, as well as cancer. Curative care seeks to prolong life at any cost regardless of the prognosis of the disease or the patient's will. On the other hand, in palliative care, a line of care that is on the rise in the country, aims at a care delivery focused on the human being, offering emotional, spiritual, physical and social support.

Keywords: Palliative Care; Palliative Care for the Elderly; Terminal Phase; Health Technologies and Population Ageing.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global, sendo uma evolução natural na qual ocorrem diversas alterações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas no indivíduo comprometendo, assim, a sua autonomia e a adaptação do seu organismo ao meio externo (MACENA; HERMANO, COSTA, 2018).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), estima-se que em 2050 haverá um total de dois bilhões de pessoas com mais de 60 anos em todo o mundo, sendo que 80% dessas pessoas estão concentradas nos países em desenvolvimento, como, por exemplo, o Brasil. Ainda, de acordo com Costa e outros (2018), as principais razões deste envelhecimento são a queda da natalidade e fecundidade e do aumento da expectativa de vida, bem como os avanços da medicina que proporcionaram aumento da eficácia dos diagnósticos, tratamentos e medicações para doenças crônico-degenerativas e infecciosas.

Em contrapartida, o aumento da expectativa de vida tem levado a uma maior prevalência de câncer e outras doenças crônicas para as quais o envelhecimento é considerado um fator de risco. Em concomitância, o avanço da medicina vem fortalecendo o combate a doenças que antes eram consideradas agudas e fatais, promovendo, assim, longevidade para as pessoas que possuem essas patologias (CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA Nº 35, 2014).

Foi diante dessa temática que nas últimas décadas surgiu um cuidado especializado aos portadores dessas doenças crônicas e fatais, sendo a Dame Cicely Saunders, a fundadora desse moderno movimento do qual foi chamado de cuidados paliativos, um cuidado voltado para o ser humano em todas as suas dimensões seja ela física, social, emocional e espiritual (GUTIERREZ *et al.*, 2019). O termo cuidado paliativo origina-se do latim “*pallium*” o que significa proteger e amparar. Na teoria, os cuidados paliativos (CPs) são considerados intervenções destinadas aos pacientes que estão numa situação de terminalidade de vida, e tem como finalidade amenizar sintomas desagradáveis, provocados pela progressão de uma doença ou pelo tratamento proposto. Desta forma, é de fundamental importância, tanto para o paciente como para sua família, uma atenção relacionada ao suporte emocional e social de modo a enfrentar esse momento com mais tranquilidade e dignidade (VIEIRA *et al.*, 2017).

A partir destas considerações, o presente estudo tem como objetivo buscar novas técnicas de cuidados paliativos e quais são os seus benefícios na vida do idoso em fase terminal, além de realizar levantamentos sobre as principais doenças que acometem essa população.

O estudo da temática proposta é de grande relevância para a saúde pública; sabe-se que esse progressivo aumento da proporção de idosos é um acontecimento mundial. Com exceção do continente africano, todos os países do mundo se encontram em algum estágio dessa evolução, associado a diversas mudanças do perfil epidemiológico, e demográfico das populações (SIMIELI; PADILHA.; TAVARES, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Envelhecimento

De acordo com a Organização das Nações Unidas (BRASIL, 2021), envelhecimento populacional é o fenômeno contemporâneo que tem ocupado lugar de destaque dentre os acontecimentos do século XXI. Entretanto, observa-se que nem sempre foi assim, a expectativa de vida da espécie humana, no princípio do século XX, era em torno de 45 anos em países como a Itália, Japão e França.

Além disso, o índice de mortalidade era muito elevado, especialmente nas crianças e nos adultos jovens, que raramente chegavam aos 60 anos, em decorrência da fome, doenças infectas contagiosas e problemas climáticos (CHAIMOWICZ, 2018).

No Brasil, não era dessemelhante, no início do século passado, a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros não chegava aos 40 anos de idade, sendo que um quarto dos brasileiros não atingia os 60 anos. A queda da mortalidade nos países em desenvolvimento declinou na segunda metade do século XX, graças ao desenvolvimento das imunizações e dos antibióticos. No Brasil, o declínio da mortalidade só foi perceptível no início da década de 40, quando a expectativa de vida aumentou de maneira significativa, aproximando-se dos 54 anos, em 1970 (CHAIMOWICZ, 2018).

Segundo o Centro Regional de Informação da Europa Ocidental (UNRIC, 2021) a população com 60 anos ou mais está crescendo de maneira acentuada em todo o mundo,

cerca de 3% ao ano em comparação aos grupos etários mais jovens. Em 2017, estimava-se que 962 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais, o que representava 13% da população mundial. Pesquisas apontam que em 2050 o Brasil terá cerca de 32 milhões de idosos, cerca de 16% da população brasileira, será a sexta maior população de idosos do mundo.

Para a Organização Mundial de Saúde, o envelhecimento está ligado diretamente com o desenvolvimento do país, sendo que nos países desenvolvidos a pessoa é considerada idosa a partir de 65 anos e nos países em desenvolvimento a partir dos 60 anos (SILVA, A. S., 2021)

No Brasil, são considerados idosos aquelas pessoas com idade maior ou igual a 60 anos. Entretanto, classifica-se o envelhecimento de duas formas: quanto ao critério demográfico por faixa de idade, a chamada “terceira idade”, que vai dos 60 anos a 79 anos, “velho-jovem”, e a chamada “quarta-idade” ou “velho-velho” que seria a população de 80 anos ou mais, sendo essa faixa etária a população que vem crescendo de maneira mais acentuada, no Brasil e no mundo (MINAYO; FIRMO, 2019).

Atualmente, o envelhecimento tem se tornado um dos maiores desafios da saúde pública, já que culmina em diversas mudanças do perfil epidemiológico, sociais e econômicos das populações. Em decorrência da própria fragilidade, os idosos tornam-se mais susceptíveis a determinadas patologias como as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's) que são doenças multifatoriais de repercussão mundial, essas doenças provocam elevado número de óbitos e incapacidades físicas, além de gerar um grande impacto na economia. Sendo que, nos idosos, essas patologias têm repercussões que geram uma maior demanda por serviços de saúde, as internações são mais frequentes e o tempo é maior em comparação com outras faixas etárias (SIMIELI, I., 2019).

2.2 Doenças que acometem os idosos em fase terminal

Do ponto de vista demográfico e epidemiológico, as pessoas que hoje possuem entre 60 e 85 anos simbolizam uma fração da população que escapou do alto índice de mortalidade infantil por doenças transmissíveis e incuráveis no século passado, como a pneumonia, a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), a tuberculose, varíola, meningite etc. Entretanto, apesar de terem sobrevivido à essas doenças, não se beneficiaram

do controle de doenças que hoje são consideradas incuráveis como a hipertensão, dislipidemia e diabetes (CHAIMOWICZ, 2018).

Naquela época, o tabagismo era algo rotineiro na vida dessas pessoas, muitos iniciavam o seu uso ainda na adolescência, a atividade física era negligenciada, assim como o consumo de frutas, verduras e legumes. Devido ao estilo de vida apresentado, grande parte da população adquiriu problemas de saúde, como o sobrepeso, desencadeando, por exemplo, processos de aterogênese; sem suporte e conhecimento adequado, muitos desses idosos evoluíram para patologias que, atualmente, são conhecidas como doenças crônicas não transmissíveis CHAIMOWICZ, 2018).

Segundo o Caderno de Atenção Básica nº 35 (2014), as doenças crônicas não transmissíveis (DNCT's) são aquelas doenças peculiares de cada indivíduo, sendo que essas não apresentam cura, mas, sim, tratamento, sendo capazes de incapacitar os afetados na realização de diversas atividades básicas de vida diária (ABVD), prejudicando, desta forma, a qualidade de vida dessas pessoas.

Essas doenças podem ser classificadas como doenças oncológicas, degenerativas, neurológicas, cardiovasculares, osteomusculares, neuropsiquiátricas, e respiratórias, podendo, ainda, ser classificadas como modificáveis e não modificáveis, sendo que nas modificáveis fazem parte a hipertensão arterial, tabagismo, sedentarismo, obesidade, diabetes mellitus, colesterol e, dentre as não modificáveis, temos o sexo, raça e idade (MINAYO; FIRMO, 2019).

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), existe uma maior incidência de doenças oncológicas em idosos pela perda de capacidade de correção fisiológica do organismo. Ocorre um retardo na capacidade funcional, prejudicando na defesa imune. Essas alterações imunológicas acontecem de forma natural com o avançar da idade. Os cânceres mais comuns nessa população são o câncer de próstata, mama, pele, pulmão, bexiga, linfoma de não-Hodgkin.

Ainda de acordo com o Caderno de Atenção Básica nº 35 (2014), essas doenças são adquiridas ao longo da vida, tendo como fatores de risco a situação social e cultural, doenças essas que podem ser agravadas com o processo de envelhecimento. Sabe-se, também, que

pacientes portadores dessas patologias estão vivendo mais, graças ao avanço da medicina e da farmacologia, porém, com baixa qualidade de vida.

2.3 Cuidados Paliativos

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) descreve os cuidados paliativos como sendo uma abordagem que tem como intuito a melhora na qualidade de vida do paciente e dos seus familiares, que estão diante de uma doença que ameace a continuidade da vida, tendo como foco o alívio da dor e outros problemas psicossociais, espirituais e físicos.

O objetivo principal dos cuidados paliativos é proporcionar qualidade de vida ao indivíduo, independentemente do tempo atribuído a ela, tendo como princípios não acelerar nem retardar a morte; afirmar a vida e encarar a morte como um processo natural; fornecer um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a doença do paciente e a sua morte. Os Cuidados Paliativos tiveram origem no Reino Unido, no ano de 1960, tendo como precursora a enfermeira, médica e assistente social Cicely Saunders (SILVA *et al.*, 2021).

Usualmente, quando uma doença acomete a vida de uma pessoa, ocasiona-se a busca por tratamentos objetivando a cura, e quando isso não é possível desencadeia emoções tais como o medo, culpa, negação e a frustração. A finalidade dos cuidados paliativos é atender esses pacientes cujo tratamento não tem mais eficácia de cura, buscando amenizar o sofrimento, a dor e proporcionar qualidade de vida diante da certeza da morte (QUEIROZ, 2018).

É importante entender que os pacientes sob cuidados paliativos sejam compreendidos como um ser humano que possui suas particularidades, como a dor física, conflitos existenciais e necessidades que, muitas vezes os fármacos ou aparelhos de alta tecnologia não são suficientes para aliviar tais incômodos, sendo de suma importância que esses pacientes sejam amparados, confortados, compreendidos pelos profissionais que os acompanham e por seus familiares (SILVA *et al.*, 2021).

Corroborando com o texto acima, o Manual de Cuidados Paliativos (2020) relata a importância do enfermeiro diante desses cuidados, sendo que ele atua diretamente na assistência desses pacientes. Assim, o Código de Ética de enfermagem ressalta que o enfermeiro é inteiramente ligado à restauração do doente, devendo estes profissionais

demonstrar empatia e respeito à pessoa e aos seus familiares, atuando com uma comunicação clara e adaptando-se no contexto terapêutico deste paciente, a fim de que seja amenizado os desconfortos, as angústias e sofrimentos nos momentos que antecedem a sua morte (MATSUMOTO, 2012).

2.4 Novas tecnologias nos cuidados paliativos

Quando se pensa sobre os avanços tecnológicos em saúde, considera-se que ele aumentou a expectativa de vida humana (AGUIAR, 2019). Assim, as novas tecnologias encontradas neste estudo, destacam-se: Realidade Virtual (RV), Musicoterapia e o Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC).

2.4.1 Realidade Virtual

Conforme Cipresso e outros (2018), a Realidade Virtual se destaca como nova tecnologia que vem sendo promissora para os avanços de tecnologias em saúde e aumentando as possibilidades de aprimoramento da funcionalidade e qualidade de vida dos pacientes e até mesmo familiares que estão diante de enfermidades e/ou situações que ameaçam a vida.

A definição da Realidade Virtual (RV) é o uso da tecnologia computacional para criar e preservar um ambiente e projetar a presença física de uma pessoa nesse lugar, facilitando sua interação com o meio (CIPRESSO *et al.*, 2018).

A Realidade Virtual vem ganhando destaque pelo avanço e o aprimoramento de aplicativos e *Softwares* que otimizam meios de interação dos clientes, o desenvolvimento de dispositivos, como óculos imersivos e câmeras 360 graus, e sua utilidade em vários setores como educação, engenharia, treinamento militar e saúde (MATTHEWS, 2018).

Em destaque nos cuidados paliativos, a Realidade Virtual vem se desenvolvendo como um instrumento favorável no aprimoramento de tecnologias e desenvolvimento de métodos e técnicas de intervenções para proporcionar qualidade de vida de pacientes e seus familiares, que passam por enfermidades que ameaça a vida (JOHNSON, 2018).

De acordo com Johnson (2018), a Terapia de Exposição à Realidade Virtual (TERV) é considerada uma técnica terapêutica em ambiente virtual, nesse contexto sua utilização vem sendo focada nas doenças, situação, sinais e sintomas, como tratamento da dor que pode ser aguda ou crônica, para sua diminuição ou desatenção frente a terapias invasivas, cansaço, disfunções do sono, controle do estresse, reabilitação motora.

Já Loannou e outros (2020) relatam que a TERV ajuda na compreensão e aceitação da enfermidade pelo próprio paciente e os familiares e proporciona perspectivas motivadoras para enfrentar a doença, ter uma aceitação da morte de forma natural, mesmo que já estejam em cuidados paliativos e trabalha a interação do paciente socialmente e espiritualmente. Contribuindo com o texto acima segue a citação:

A TERV é uma alternativa às terapias tradicionais, sendo compreendida como uma técnica de tratamento em ambiente computacional, virtual, tridimensional, interativo e imersivo, o qual permite ao participante experimentar uma sensação de presença, que pode reduzir o comportamento de negação às terapêuticas e facilita o envolvimento emocional do paciente (GERARDI *et al.*, 2010).

Para Buyuk e outros (2010), a Terapia de Exposição à Realidade Virtual é uma forma para que o paciente possa usar sua imaginação, tendo livre espaço para liberar suas próprias memórias, imaginações e criar sua própria experiência de acordo com sua realidade, e nesse espaço o paciente pode mudar o cenário a qual foram tratados, enfrentar seus medos, angústias, traumas e estresse. Assim posto:

É crescente a aplicação de sistemas de RV para a reabilitação de uma variedade de déficits resultantes de lesões do sistema nervoso. Vários sistemas de RV para a reabilitação de membros superiores foram desenvolvidos e testados, no mundo, seguindo diferentes métodos e conceitos terapêuticos: sistemas para treinar movimentos de alcance baseados na imitação de um instrutor virtual; baseados em dispositivos hápticos (dispositivos táteis, que fornecem feedback sensorial aos usuários quando tocam objetos virtuais); de treino de movimentos gerais por ensaio mental, imitação de movimentos do braço não-parético (TIERI *et al.*, 2018).

2.4.2 Musicoterapia

Na condição de cuidados paliativos, a musicoterapia é a aplicabilidade dos sons e da música para o paciente em tratamento, com objetivo de proporcionar conforto, estimular ao bem-estar físico, mental, social, espiritual e emocional do doente que se encontra em fase

terminal. É vista como uma opção ou complemento terapêutico, pois pode ser combinada com outras terapias tradicionais (ESPINDOLA *et al.*, 2018).

Segundo Barcelos e outros (2018), no processo de restabelecimento dos mecanismos biológicos a música é extremamente importante, pois possibilita uma melhor qualidade de vida para os pacientes que estão em situação de fragilidade. Contribuindo com o texto acima segue a citação:

Além de diminuir a dor, a música traz diversos benefícios aos pacientes, tais como: estimula a comunicação verbal e não verbal para possibilitar a expressão de sentimentos, pensamentos e emoções; promove equilíbrio através dos elementos rítmicos da música; propicia a interação social; melhora o humor; possibilita a participação em propostas que envolvam movimentos expressivos e danças; melhora a autoestima, o bem-estar e a qualidade de vida; promove o compartilhamento de vivências; intensifica as relações interpessoais; fornece apoio a exploração e validação de questões relacionadas à espiritualidade e o processo de finitude (PETERSEN, 2012).

O profissional precisa estar presente no momento da Musicoterapia, com cordialidade e criatividade, com objetivo de permitir que o paciente encontre formas positivas de enfrentar sua doença (AGUIAR, 2019).

2.4.3 Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC)

O avanço tecnológico na área de saúde modificou o cenário das doenças com alta mortalidade e doenças crônicas. Surgiu, nesse contexto, possibilidades de novas formas para o cuidado, de acordo com cada necessidade do paciente, minimizando o sofrimento em relação a punções venosas, que para um paciente em cuidados paliativos é muito doloroso devido a fragilidade da rede venosa, ou a própria doença pode dificultar o acesso, e até mesmo a idade avançada (MARCUCCI; CABRERA, 2015).

Perante as inovações tecnológicas destaca-se o Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC), que é um dispositivo usado como um cuidado tecnológico, de acordo com sua facilidade de inserção e com longa permanência sem interromper a terapêutica. Na rede venosa periférica é inserido o dispositivo intravenoso, que previne flebites, assegura a infusão de soluções irritantes ou vesicantes e tem baixo custo em relação a outros acessos venosos (NASCIMENTO *et al.*, 2020).

Nos cuidados paliativos, muitas vezes, são utilizados medicamentos intravenosos para alívio da dor, assim, utiliza-se o PICC, proporcionando conforto para o paciente e seus familiares que ficam preocupados (SAMPAIO, 2019). Sendo assim:

A prática de inserção do PICC é exclusivamente do Enfermeiro, encontra-se no Artigo 1º da Resolução nº 258/2001 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Contudo, somente estão aptos aqueles que estiverem qualificados mediante capacitação específica (COFEN, 2001).

Na atuação prática, a equipe de enfermagem analisa e avalia o paciente e suas condições clínicas, o acesso venoso periférico, a terapêutica, se é possível realizar a manutenção adequada daquele cateter, avalia se há presença de sinais flogísticos (SILVA *et al.*, 2020).

2.5 A importância da equipe multidisciplinar nos Cuidados Paliativos

Os cuidados paliativos, uma vez que busca um cuidado focado no paciente, abrangendo todos os aspectos seja ele físico, espiritual, social e mental requer uma atenção de todos os profissionais de saúde, ou seja, de uma equipe multiprofissional. De forma que cada profissional desenvolva os seus cuidados na área que o seu conhecimento lhe autoriza a atuar. Sendo que, o alvo principal é garantir que as necessidades do paciente e de seus familiares sejam atendidas de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo (MANUAL DE CUIDADOS PALIATIVOS, 2020).

O Manual de Cuidados Paliativos, da Academia Nacional de Cuidados Paliativos - ANCP (2020), descreve a atuação de cada profissional de saúde que, em síntese, consiste em: o profissional enfermeiro tem um importante papel na equipe, pois é o responsável por realizar uma avaliação criteriosa dos sinais e sintomas do indivíduo, além de promover medidas de conforto para o alívio do sofrimento e da dor, assim como manter uma boa relação com os familiares, reforçando sempre as orientações clínicas a fim de que as metas traçadas pela equipe multiprofissional sejam alcançadas.

O médico é um profissional que tem toda a sua formação voltada para a cura da doença e, quando se depara com um paciente em cuidados paliativos, onde o

foco não é mais a doença e sim a pessoa, abrangendo todas as suas dimensões, é necessário que este profissional reveja os seus conceitos, dentro da sua área de conhecimento. O médico paliativista tem como dever realizar os diagnósticos clínicos, conhecer a enfermidade, sua história, quais tratamentos foram realizados e como será o prognóstico daquela patologia para aquele paciente. É também dever do médico paliativista sugerir medicamentos e tratamentos que sejam pertinentes, de acordo com o quadro do paciente e tendo como objetivo evitar procedimentos desnecessários que possam aumentar o sofrimento do paciente (MANUAL DE CUIDADOS PALIATIVOS, 2020).

O assistente social promove uma rede de apoio social, traçando o perfil socioeconômico do paciente; o fisioterapeuta busca por meio de técnicas e exercícios aliviar o desconforto causado pela dor, atuando também na promoção da autonomia, além de apoiar a família na assistência ao paciente; o fonoaudiólogo, através de estratégias auxilia na melhora da qualidade de vida, para que o paciente alcance o seu máximo potencial, tanto físico, psicológico, social e espiritual dentro das suas limitações; o capelão trabalha no alívio da dor e do sofrimento, além de estimular o paciente a viver de forma mais ativa possível, reafirma a vida e trabalha a morte como sendo um processo natural; o psicólogo fornece apoio para o paciente e sua família, a fim de que possam enfrentar esse momento de forma mais serena possível (CRUZ *et al.*, 2021).

3 METODOLOGIA

O método de abordagem utilizado nessa pesquisa foi o método dedutivo, baseado em um método lógico, partindo de proposições verdadeiras, ou seja, são conteúdos já publicados, possibilitando, por meio deles, se chegar a novos conhecimentos (GIL, 2008).

Este estudo teve como finalidade realizar uma pesquisa de natureza básica, uma vez que gera conhecimento focando na melhoria de teorias científicas já existentes. O meio de abordagem foi qualitativo, pois, segundo Malhora (2001) a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema. Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa foi do tipo exploratória descritiva, pois irá ser inspirada em revisão de literatura, sendo que futuramente, os achados serão descritos e interpretados.

Para a realização deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico, onde foram utilizadas as seguintes plataformas: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *U.S National Library of Medicine* (Pubmed), tendo como intuito buscar artigos científicos que discorrem sobre as novas técnicas dos cuidados paliativos na vida do idoso em fase terminal.

A delimitação foi com base em artigos publicados em português e inglês no período de 2001 a 2022, sendo utilizados os seguintes descritores: cuidados paliativos, cuidados paliativos em idosos, fase terminal, tecnologias em saúde e envelhecimento populacional, sendo desconsiderados artigos que não correspondem com o tema citado.

Para examinar os artigos foi utilizada a técnica de análise do discurso, pois, segundo Gil (2010), consiste numa técnica de análise que explora as relações entre discurso e realidade, verificando como os textos são feitos, sendo assim, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, é levado em consideração o conhecimento do pesquisador acerca do assunto.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas análises de pesquisa levantadas acerca do tema proposto foram selecionados 32 artigos entre 2001 e 2022, estruturado com autor e ano; país; idioma; desenho de estudo; período; população e que atendiam aos objetivos propostos, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Síntese dos artigos selecionados

Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
AGUIAR, J. <i>et al.</i> , 2019	Brasil	Português	Estudo Bibliométrico	Out. - dez., 2019	População em geral

Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
BARCELOS <i>et al.</i> , 2018	Brasil	Português	Revisão Integrativa	2007 - 2017	Pacientes com transtornos mentais
BRASIL, 2014	Brasil	Português	Revisão Integrativa	2014	População em geral
BUYUK <i>et al.</i> , 2021	Estados Unidos da América	Inglês	Estudo Experimental	2021	Meninos de 5 a 10 anos de idade submetidas à cirurgia de circuncisão
CHAIMOWICZ, 2018	Brasil	Português	Estudo Exploratório Descritivo	2018	Profissionais de saúde
CIPRESSO <i>et al.</i> , 2018	Estados Unidos da América	Inglês	Revisão Bibliográfica	2018	População em geral
COFEN, 2001	Brasil	Português	Resolução	2001	Profissionais de Enfermagem

Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
COSTA <i>et al.</i> , 2018	Estados Unidos da América	Inglês	Estudo Descritivo Exploratório	2015 - 2016	Profissionais de saúde
CRUZ <i>et al.</i> , 2021	Brasil	Português	Revisão Narrativa	2021	Pacientes com Esclerose Sistêmica
ESPINDOLA <i>et al.</i> , 2018	Brasil	Português	Revisão Narrativa de Literatura	2017	População em geral
FILHO; TRITANY, 2022	Brasil	Português	Revisão de Literatura	2022	População em geral
GERARDI, 2010	Estados Unidos da América	Inglês	Revisão de Literatura	2010	População em geral
GUTIERREZ <i>et al.</i> , 2019	Brasil	Português	Pesquisa Qualitativa	2019	Idosos em cuidados paliativos residentes em uma instituição de São Paulo

Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
JOHNSON <i>et al.</i> , 2018	Estados Unidos da América	Inglês	Estudo Piloto	2020	Pacientes adultos diagnosticados com doença terminal
LOANNOU <i>et al.</i> , 2020	Chipre	Inglês	Revisão Sistemática	2000 – 2020	Pacientes com câncer
MACEBA; HERMAN; COSTA, 2018	Brasil	Português	Revisão Bibliográfica Qualitativa	2018	População em geral
MANUAL DE CUIDADOS PALIATIVOS, 2020	Brasil	Português	Manual	2020	Profissionais de saúde
MARCUCCI; CABRERA, 2015	Brasil	Português	Pesquisa Epidemiológica Descritiva	1996 - 2010	Óbitos no município de Londrina, PR
MATSUMOTO, 2012	Brasil	Português	Revisão Bibliográfica	2018	População em geral

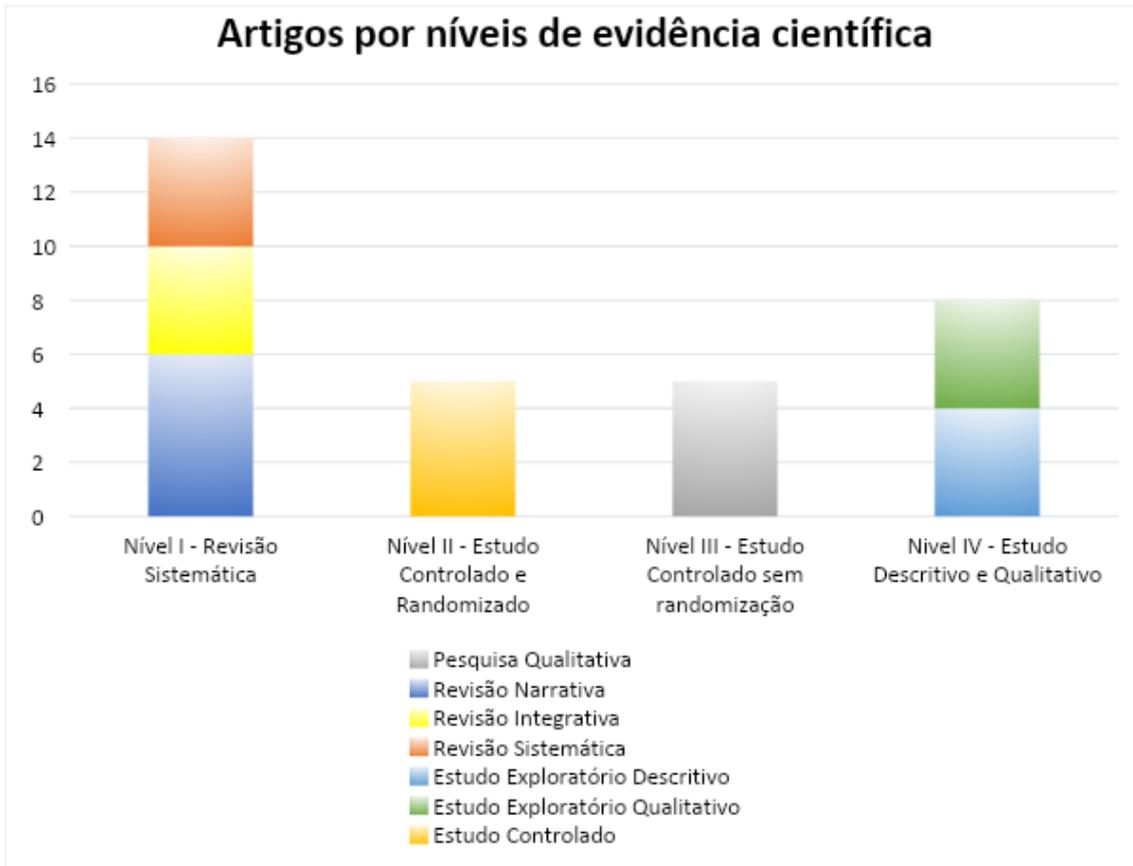
Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
MATTHEWS, D., 2018	Estados Unidos da América	Inglês	Revisão Integrativa	2018	População em geral
MINAYO; FIRMO, 2019	Brasil	Português	Pesquisa Qualitativa	2019	Idosos
NASCIMENTO <i>et al.</i> , 2020	Brasil	Português	Estudo Descritivo Qualitativo	Nov., 2017	Equipe de Enfermagem
PETERSEN, 2012	Brasil	Português	Revisão Bibliográfica	Abr. - jun., 2012	População em geral
QUEIROZ <i>et al.</i> , 2018	Brasil	Português	Pesquisa Qualitativa	Jul., 2015	Profissionais de equipe de Enfermagem
ROSA <i>et al.</i> , 2017	Brasil	Português	Estudo Qualitativo Descritivo	Ago. - out., 2015	Paciente oncológicos em cuidados paliativos

Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
SAMPAIO <i>et al.</i> , 2019	Brasil	Português	Estudo Transversal	Set. - nov., 2016	Paciente internados com câncer
SILVA, A. S., 2021	Brasil	Inglês	Pesquisa Qualitativa	2021	Médicos atuantes em unidade oncológica
SILVA <i>et al.</i> , 2021	Brasil	Português	Revisão Sistemática	2021	População em geral
SILVA, M. M. <i>et al.</i> , 2022	Brasil	Português	Estudo Exploratório Qualitativo	Out. - dez., 2010	Familiares de pacientes acometidos com câncer
SIMIELI; PADILHA; TAVARES, 2019	Brasil	Português	Estudo Transversal	2019	Idosos com doenças crônicas
TIERI <i>et al.</i> , 2018	Itália	Inglês	Revisão Sistemática	2018	População em geral

Autor / Ano	País	Idioma	Desenho de Estudo	Período	População
TURCHET <i>et al.</i> , 2022	Brasil	Português	Revisão Bibliográfica	2022	População em geral
WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017	-	Inglês	Revisão Sistemática	2017	População em geral

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

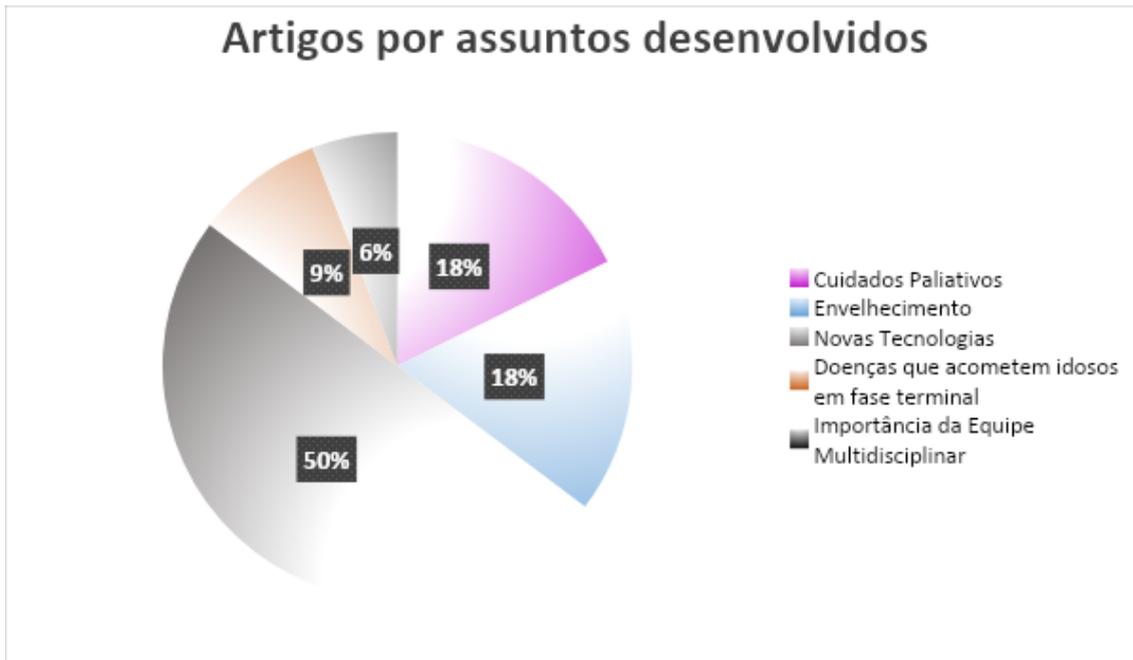
O processo de análise dos artigos selecionados foi classificado em níveis de evidência científica: Nível I - Revisão Sistemática; Nível II - Estudo Controlado Randomizado e Controlado; Nível III - Estudo Controlado sem randomização e Nível IV - Estudos Exploratório Descritivo e Qualitativo, conforme ilustra o gráfico1.



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras.

Os estudos incluídos na presente revisão visaram analisar sobre os benefícios dos cuidados paliativos em idosos, sendo que os autores (BARCELOS *et al.*, 2018, CIPRESSO *et al.*, 2018, ESPINDOLA *et al.*, 2018, SCHMID, W. *et al.*, 2018, SILVA *et al.*, 2021, TURCHET *et al.*, 2022, TIERI *et al.*, 2018) utilizaram a Revisão de Literatura como foco do estudo.

Ademais autores utilizaram outras formas de pesquisa QUEIROZ *et al.*, 2018 e SILVA, A. S., 2021 Pesquisa Qualitativa, SAMPAIO *et al.*, 2019 Estudo Transversal, ROSA *et al.*, 2017 Estudo Qualitativo Descritivo, SILVA, M. M. *et al.*, 2022 Estudo Exploratório Qualitativo.



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras.

Simieli (2019) em seu Estudo Transversal, observou que a hipertensão arterial sistêmica, osteoartrose, diabetes, depressão, osteoporose, dislipidemia, doença pulmonar crônica, doença musculoesquelética, Parkinson e Alzheimer são as doenças que mais acometem os idosos, sendo que, com o envelhecimento as doenças infectocontagiosas diminuíram de maneira acentuada, em contrapartida aumentou-se as DCNT's.

Três dos artigos pesquisados descreveram sobre as novas técnicas e as novas tecnologias que estão sendo utilizadas na medicina paliativa, a fim de controlar a dor e os desconfortos que essas doenças podem trazer a estes pacientes, vale salientar que, os Cuidados Paliativos têm como objetivo o alívio do sofrimento e da dor, tendo como foco principal a pessoa.

Cipresso e Johnson (2018), traz a Realidade Virtual como uma nova tecnologia por meios de aplicativos e *Software*, a Terapia de Exposição à Realidade Virtual vem sendo amplamente aceita e com inúmeros benefícios em relação ao alívio da dor, controle do estresse, dentre outros.

Espindola *et al.*, (2018) cita a musicoterapia como uma nova técnica que vem sendo utilizadas nos cuidados paliativos, com objetivo de proporcionar conforto, estimular ao

bem-estar físico, mental, social, espiritual e emocional do doente que se encontra em fase terminal. Marcucci; Cabrera (2019) menciona outra técnica que vem sendo utilizada que é o Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC), que é um dispositivo usado como um cuidado tecnológico, devido a sua facilidade de inserção e com longa permanência sem interromper a terapêutica, a fim de evitar o desconforto das punções venosas (NASCIMENTO *et al.*, 2020; SAMPAIO, 2019).

O artigo trouxe também o Manual de Cuidados Paliativos (2020) e informações retiradas dos sites da Organização Mundial de Saúde (2020) e do Centro Regional de Informação da Europa Ocidental (UNRIC, 2021), assim, com o Caderno de Atenção Básica nº 35, elaborada pelo Ministério da Saúde sobre Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica (BRASIL, 2014).

5 CONCLUSÃO

Neste estudo foi possível observar que o envelhecimento é de fato um acontecimento global, sabe-se que este relevante aumento se deve a diversos fatores, como podemos citar o avanço da medicina, da farmacologia e a criação de políticas públicas. Junto a este envelhecimento é notório o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, degenerativas, oncológicas, cardiovasculares, respiratórias, neurológicas e osteomusculares.

Diante disso, torna-se ainda mais importante o conhecimento dos profissionais de saúde e da população em geral acerca dos Cuidados Paliativos, quebrando esse paradigma de que Cuidados Paliativos só deve ser implantado quando não há mais o que fazer diante de uma doença que ameace a vida.

Quando, na verdade, os Cuidados Paliativos têm como objetivo melhorar a qualidade de vida desses pacientes, auxiliando e orientado, não só o paciente, como toda a sua família, desde o diagnóstico até o fechamento do prognóstico, quando termina todas as possibilidades de cura da medicina curativa.

Os objetivos do trabalho foram alcançados, visto que, novas técnicas terapêuticas estão sendo criadas e implementadas a fim de trazer conforto e melhora no quadro da dor e

dos desconfortos causados pela evolução da doença. Como podemos citar: a musicoterapia; a realidade virtual e o cateter venoso de inserção periférica.

Desta forma, observa-se, que os cuidados paliativos estão em crescente ascensão, o uso de novas técnicas terapêuticas que visam amenizar os desconfortos causados pela doença, está sendo utilizadas. Com o objetivo de trazer conforto e dignidade a esses pacientes que estão em terminalidade de vida.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. *et al.* **Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira.** Saúde Debate, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, 2019.

BARCELOS, V. M. *et al.* **A musicoterapia em pacientes portadores de transtornos mentais.** Rev Enferm UFPE online, v. 12, n. 4, p. 1054-1059, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).

BUYUK, E. T. *et al.* **The effect of virtual reality on Children's anxiety, fear and pain levels before circumcision.** Journal of Pediatric Urology, 17(4), 567.e1-567.e8. PMID:34006462, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpuro.2021.04.008>.

CHAIMOWICZ, F. **Rede de atenção: Saúde do idoso.** Belo Horizonte: NESCON/UFMG, 2018.

CIPRESSO, P. *et al.* **The past, present and future of virtual and augmented reality research: a network and cluster analysis of the literature.** Frontiers in Psychology, 9, 2086.

PMid:30459681, 2018.

DOI:

<http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02086>.

COFEN. **Parecer de Câmara Técnica.** Conjunto Nº 001/2019/CTAS/CTLN/COFEN. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/>. Acesso em 12 de nov. 2022.

COSTA, D. A. S. *et al.* **National curriculum guidelines for health professions 2001-2004: an analysis according to curriculum development theories.** Interface (Botucatu), 22(67), 1183-1195, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0376>.

CRUZ, N. A. O. *et al.* **The role of multidisciplinary team in palliative care in the elderly.** Research, Society and Development, [S.l.], v. 10, n. 8, p. e52110817433, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17433. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17433>. Acesso em 7 nov. 2022.

D'ALESSANDRO, M. P. S. *et al.* **Manual de cuidados paliativos.** São Paulo: Hospital Sírio Libanês. Ministério da Saúde, 175p., 2020.

ESPINDOLA, A. V. *et al.* **Relações familiares no contexto dos cuidados paliativos.** Rev. Bioét. (Impr.), v. 26, n. 3, p. 1-7, 2018.

FILHO, B. A. B. S; TRITANY, E. F. **Realidade virtual imersiva nos Cuidados Paliativos: perspectivas para a Reabilitação Total.** Artigo de Reflexão/Ensaio. Cad. Bras. Ter. Ocup. 30, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF22923024>.

GERARDI, M. *et al.* **Virtual reality exposure therapy for post-traumatic stress disorder and other anxiety disorders.** Current Psychiatry Reports, 12(4), 298-305. PMid:20535592, 2010. <http://dx.doi.org/10.1007/s11920-010-0128-4>.

GUTIERREZ *et al.* **Como os idosos em cuidados paliativos enfrentam o processo de morrer?.** Investigação Qualitativa em Saúde. Volume 2, AtasCIAIQ2019.

JOHNSON, T. *et al.* **Virtual reality use for symptom management in palliative care: a pilot study to assess user perceptions.** Journal of Palliative Medicine, 23(9), 1233-1238. PMid:31895637, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1089/jpm.2019.0411>.

LOANNOU, A. *et al.* **Virtual reality and symptoms management of anxiety, depression, fatigue and pain: a systematic review.** SAGE Open Nursing, 6, 1-13. PMid:33415290, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/2377960820936163>.

MACENA; HERMAN; COSTA. **Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento.** Revista Mosaicum, 27, jan./jun. 2018 - ISSN 1980-4180.

MARCUCCI F. C. I; CABRERA, M. A. S. **Morte no hospital e no domicílio: influências populacionais e das políticas de saúde em Londrina, Paraná, Brasil (1996 a 2010).** Ciência &

Saúde Coletiva, Londrina, v. 20, n. 3, p. 833-840, novembro, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/pt_1413-8123-csc-20-03-00833.pdf. Acesso em 07 nov. 2022.

MATSUMOTO, D. Y. **Cuidados Paliativos: conceitos, fundamentos e princípios**. Manual de cuidados paliativos ANCP, v. 2, n. 2, p. 23-24, 2012.

MATTHEWS, D. **Virtual-reality applications give science a new dimension**. Nature, 557(7703), 127-128. PMid:29713071, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1038/d41586-018-04997-2>.

MINAYO, M. C. S.; FIRMO, J. O. A. **Longevidade: bônus ou ônus?**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, p. 4-4, 2019.

NASCIMENTO, J. C. C. *et al.* **Percepção da enfermagem sobre avaliação da dor oncológica**. Revista Biológicas & Saúde Online, v. 10, n. 32, 2020. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/biologicas_e_saude/article/download/1937/1673. Acesso em 07 nov. 2022.

PETERSEN, E. M. **Buscando novos sentidos à vida: musicoterapia em cuidados paliativos**. Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto UERJ, v. 11, n. 2, p. 63-69, 2012.

QUEIROZ, T. A. *et al.* **Cuidados Paliativos ao idoso na terapia intensiva: Olhar da equipe de enfermagem**. Rev. Texto Contexto Enferm, v. 27, n. 1, p. e1420016, 2018.

ROSA, C. G. L. S. *et al.* **Meaning and Perceptions in Palliative Care: overview of patients on homecare**. Portuguese Rev Enferm UFPI. 2017, Jan-Mar;6(1):26-32.

SAMPAIO, S. G. S. M. *et al.* **Medicamentos e Controle de dor: Experiência de um Centro de Referência em Cuidados Paliativos no Brasil**. Revista Brasileira de Cancerologia. Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 13-365, outubro, 2019. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/365/479>. Acesso em 07 nov. 2022.

SILVA, A. E. *et al.* **Palliative care: definition and strategies used in medical practice**. Research, Society and Development, v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11585. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11585>. Acesso em 2 nov. 2022.

SILVA, A. S. **Envelhecimento populacional: realidade atual e desafios**. Global Academic Nursing Journal, v. 2, n. Sup. 3, p. e188-e188, 2021.

SILVA, M. M. *et al.* **Análise do cuidado de enfermagem e da participação dos familiares na atenção paliativa oncológica.** Rev. Bras. Ter. Intensiva. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 66-658, Jul/set., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/v21n3a22.pdf>. Acesso em 07 nov. 2022.

SIMIÉLI, I.; PADILHA, L. A. R.; TAVARES, C. F. F. **Realidade do envelhecimento populacional frente às doenças crônicas não transmissíveis.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, (37), e1511, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e1511.2019>.

TIERI, G. *et al.* **Virtual Reality in Cognitive and Motor Rehabilitation: Facts, Fiction and Fallacies.** Expert Review of Medical Devices, 15(2), 107-117, 2018. PMID:29313388. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/17434440.2018.1425613>.

TURCHET, *et al.* **Musicoterapia em cuidados paliativos.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.5, p.37923-37935, may.,2022. DOI:10.34117/bjdv8n5-341.

Estratégias Facilitadoras para a Implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem: uma revisão narrativa de literatura.

Facilitating Strategies for implementing the systematization of nursing care: a narrative review of the literature

Bárbara Helen da Costa Rúgio⁹³

Guilherme Henrique Santos Costa⁹⁴

Débora Cristine Gomes Pinto⁹⁵

Resumo: **Objetivo:** Identificar em literatura científica quais são as estratégias facilitadoras para a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem dentro dos serviços de saúde. **Método:** Revisão narrativa de literatura realizada na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS – BIREME, pelo acesso as bases eletrônicas de dados: MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), com ingresso pela PUBMED (National Library of Medicine), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BDENF (Base de Dados da Enfermagem). **Resultados:** A pesquisa nas bases de dados, considerando-se os critérios de inclusão e de exclusão, resultou em 8 (oito) artigos selecionados. E que destacaram-se como estratégias facilitadoras para implementação da SAE a capacitação da equipe, melhor dimensionamento dos profissionais e um maior conhecimento dos enfermeiros em relação ao seu instrumento de trabalho. O apoio da instituição e dos gestores na implementação e fiscalização, o fortalecimento do vínculo do enfermeiro com a equipe, paciente, gestores e coordenadores, além do ambiente de trabalho menos estressante, a criação de protocolos e a adoção de registros e linguagem padronizados. **Conclusão:** Através dos resultados encontrados neste estudo pode-se considerar que todos os meios identificados perpassam desde características voltadas ao profissional, seja em sua capacitação ou relação interpessoal, até questões associadas diretamente a estrutura e gestão do serviço de saúde. Cabendo empenho e envolvimento de todos para a eficácia da execução do processo.

Palavras-chave: Sistematização da Assistência de Enfermagem; Processo de Enfermagem; Estratégias; Implementação.

⁹³¹ Estudante de Enfermagem da Faculdade Kennedy – Email: barbara.rugio@soukeneddy.com.br

² Estudante de Enfermagem da Faculdade Kennedy – Email: guilherme.costa@soukeneddy.com.br

³ Coordenadora e Docente do Curso de Enfermagem da faculdade Kennedy-BH – Email: coordenacao.enfermagem@kennedy.com.br

Abstract: Objective: Identify in the scientific literature which are the facilitating strategies for the implementation of the Systematization of Nursing Care within health services. **Method:** Narrative review of the literature carried out in the Virtual Health Library – BVS – BIREME, through access to electronic databases: MEDLINE (International Literature in Health Sciences), with admission by PUBMED (National Library of Medicine), LILACS (Latin American Literature and of the Caribbean in Health Sciences), SciELO (Scientific Electronic Library Online) and BDENF (Nursing Database). **Results:** The search in the databases, considering the inclusion and exclusion criteria, resulted in 8 (eight) selected articles. And that stood out as facilitating strategies for the implementation of the SAE the training of the team, better sizing of professionals and a greater knowledge of nurses in relation to their work instrument. The support of the institution and managers in the implementation and supervision, the strengthening of the nurse's bond with the team, patient, managers and coordinators, in addition to a less stressful work environment, the creation of protocols and the adoption of standardized records and language. **Conclusion:** Through the results found in this study, it can be considered that all the identified means range from characteristics aimed at the professional, whether in their training or interpersonal relationships, to issues directly associated with the structure and management of the health service. Commitment and involvement of all for the effectiveness of the execution of the process.

Keywords: Systematization of Nursing Assistance; Nursing Process; Strategies; Implementation.

1 INTRODUÇÃO

É notório que a profissão de enfermagem possui uma grande importância para a sociedade. Ela é responsável por prover cuidado a todos, sendo pessoa, família ou comunidade, independente de idade, gênero, orientação sexual, etnia, religião, crença, cultura, condição social ou

qualquer outro fator relacionado, sendo em seu Código de Ética, definida como arte, ciência e prática social, indispensável para a população como um todo (COFEN, 2017).

E enquanto profissão científica, foi necessário a criação de uma forma de organizar e conduzir a prática do profissional enfermeiro, sendo criado um método de organização, que é a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), uma ferramenta sistemática e privativa do enfermeiro, que deve ser aplicada em todos os ambientes onde o cuidado de enfermagem for prestado (COFEN, 2009).

A aplicação da SAE traz diversos benefícios para a equipe de saúde e aos receptores do cuidado, como o aumento da qualidade assistencial, elevação da autonomia do enfermeiro, o direcionamento do cuidado voltado para cada paciente, bem como a organização da equipe (RIBEIRO; PADOVEZE, 2018).

A SAE possui por base o processo de enfermagem (PE), sendo este, formado por etapas interligadas e dependentes, que deve ser aplicado em todos os ambientes onde seja necessário a atuação da enfermagem, auxiliando no planejamento, implementação e avaliação dos resultados da SAE (COFEN, 2009).

Entretanto, são diversos fatores que dificultam a implementação da SAE nas instituições de saúde, o que faz com que a mesma, não seja aplicada em sua totalidade, prejudicando a assistência prestada, como ausência de incentivo por parte da gestão/chefia, espaço reduzido ou ausência de prontuário para que aconteça o registro, inexistência de capacitação ou atualização dos enfermeiros, além da sobrecarga de trabalho por dimensionamento incorreto da equipe e baixa disponibilidade de profissionais (PINTO; OLIVEIRA; BARRETO, 2021).

A implementação da SAE nos serviços de saúde não é realizada de forma imediata, ela requer um processo prolongado e gradativo de observação e análise, a fim de que as barreiras existentes, que desfavorecem sua concretude, possam ser vencidas (MACHADO *et al.*, 2019). Apesar da obrigatoriedade e da sua relevância na prática dos enfermeiros, a inserção da SAE ainda é um obstáculo para tais profissionais e instituições de saúde, sendo necessário a busca por estratégias que facilitem a sua aplicação (COSTA; SILVA, 2018; RIBEIRO; PADOVEZE, 2018).

Desta forma, com o intuito de identificar as técnicas encontradas pelos enfermeiros para implementar a SAE dentro dos serviços e instituições de saúde, bem como realçar a relevância da implementação da mesma, este estudo justifica-se pela indispensabilidade da obrigatoriedade em Sistematizar o Cuidar em Enfermagem.

Diante disso, acredita-se que identificar em literatura científica quais são as estratégias facilitadoras para a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem dentro dos serviços de saúde, contribuirá para uma melhor

adequação da fundamentação teórica e científica na prática diária e na execução do processo de enfermagem, além de outras contribuições para o avanço científico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistematização da Assistência de Enfermagem e o Processo de Enfermagem

A SAE é uma ferramenta utilizada pelos enfermeiros, que possibilita diagnosticar, prescrever e prover a assistência de uma forma individual a cada pessoa assistida, melhorando a comunicação profissional e elevando o padrão assistencial, com foco nas necessidades específicas do indivíduo (LIMA *et al.*, 2018). O objetivo de sistematizar a assistência de enfermagem é proporcionar aos pacientes um serviço organizado, humanizado, com respaldo na ética profissional (SILVA *et al.*, 2018).

Desde sua criação e desenvolvimento, a SAE proporcionou progressos e melhorias, propiciando o aperfeiçoamento da assistência por parte da equipe de enfermagem (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Através dessa metodologia, o enfermeiro deixa de exercer somente seu conhecimento técnico-científico e agrega também, a sua sensibilidade e empatia, com o propósito de estabelecer uma ligação entre o paciente e a equipe (PICCININI; COSTA; PISSAIA, 2018).

Considera-se que através da SAE torna-se possível a operacionalização do Processo de Enfermagem (PE), que é uma ferramenta de trabalho intelectual do enfermeiro, que conduz para o pensamento clínico, a elaboração de diagnósticos e intervenções de enfermagem (COFEN, 2009). Dispondo dessa metodologia, torna-se possível a produção de documentos e informações relacionada a cada etapa do processo (COREN-SP, 2021).

O PE está fundamentado em cinco etapas distintas, interdependentes e interrelacionadas, sendo elas: Histórico de Enfermagem; Diagnóstico de Enfermagem; Planejamento da Assistência de Enfermagem; Implementação ou Prescrição de Enfermagem e a última etapa denominada Avaliação da Assistência de Enfermagem (AZEVEDO *et al.*, 2019).

O Histórico de Enfermagem ou Coleta de Dados, consiste no levantamento de informações a respeito do paciente, família ou comunidade, por meio da anamnese, exame físico e avaliação dos resultados dos exames laboratoriais e de imagem, de modo que a avaliação inicial possa levar à formulação dos Diagnósticos de Enfermagem e das demais etapas do processo (RIBEIRO *et al.*, 2018).

Já o Diagnóstico de Enfermagem, refere-se a um processo de interpretação e agrupamento de dados, onde será feita a tomada de decisões baseado em evidências (SILVA; SILVA; GONZAGA, 2017). Para a sua aplicação o enfermeiro deve estar bem relacionado com os conceitos e definições diagnósticas dentro das taxonomias de enfermagem, como exemplo a *North American Nursing Diagnosis Association (NANDA-I)* (MENESES *et al.*, 2019).

A etapa três do processo é o Planejamento, que está associada a determinação dos objetivos a serem atingidos mediante as necessidades identificadas (BOTELHO; PRUCOLI, 2021). Todo o processo deverá ser registrado devidamente, associando diretamente o diagnóstico com o planejamento efetuado e para definir as intervenções e diagnósticos necessários, existem ferramentas que o enfermeiro pode utilizar, sendo um exemplo destas a Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC) e a Classificação Internacional para Prática de Enfermagem (CIPE) (SILVA; SILVA; GONZAGA, 2017).

A implementação é a concretização, por parte de toda a equipe de enfermagem, do que foi determinado no planejamento, nessa etapa é realizado a prestação dos cuidados, orientações, administração de medicamentos, dentre outras funções (CONCEIÇÃO *et al.*, 2017). Devendo ocorrer o registro correto de tudo quanto for feito, para que seja possível analisar posteriormente a assistência prestada, bem como dar continuidade ao tratamento desenvolvido (COREN-SP, 2021).

Na fase final do processo, denominada Avaliação de Enfermagem, observa-se a evolução do paciente e a efetividade de todo o processo (MERTINS *et al.*, 2018). O enfermeiro descobrirá se os cuidados estabelecidos e prestados foram satisfatórios, ou se há necessidade de um replanejamento ou adaptação de alguma das etapas, para que o atendimento seja desempenhado com qualidade e segurança (CONCEIÇÃO *et al.*, 2017).

A utilização das ferramentas descritas contribui efetivamente para que o profissional de enfermagem deixe de atuar de forma instintiva e sem embasamento científico, proporcionando a ele uma maior autonomia e poder de decisão, o que contribui na estruturação e reconhecimento da enfermagem enquanto ciência (COSTA; SILVA, 2018).

2.2 Implantação e implementação da SAE

Para ocorrer a implantação da SAE, o gestor, enquanto líder da equipe, deve promover reuniões, projetos e propostas para que a ferramenta seja aplicada (SANTOS *et al.*, 2021). Embora esteja descrito na resolução, que a SAE deva ser instituída em toda organização pública ou privada, verifica-se ainda, a presença de obstáculos a serem vencidos, que dificultam a sua implementação de modo apropriado e integral (BARRETO *et al.*, 2020).

A SAE e o PE proporcionam uma ascensão para a enfermagem e possibilitam diversos benefícios aos pacientes e as instituições de saúde, sendo necessário, portanto, que a implantação dessa metodologia seja efetiva, e o desenvolvimento do processo acurado (BORDIN *et al.*, 2021).

São diversos os fatores apontados pelos enfermeiros como dificultadores para a implementação e implantação da SAE, como a desmotivação associada a falta de trabalho em equipe, baixa adesão por parte dos técnicos em seguir o plano de cuidados, falta de tempo relacionado a poucos profissionais, alta demanda de trabalho e ausência de espaços adequados nos prontuários para o registro da assistência prestada (SILVA *et al.*, 2021). Nota-se também, que alguns enfermeiros não prescrevem por acharem suficiente a prescrição que é elaborada pelo profissional médico (BARRETO *et al.*, 2020).

A SAE é necessária ao serviço de saúde, porém, é desvalorizada por alguns enfermeiros que ainda não se atinaram para sua importância (DALPRA; SILVA; ALVES, 2022). Mesmo com todos os benefícios comprovados em literatura científica, é percebida como uma ferramenta que não funciona na prática, visto que, alguns profissionais não conseguem aplicá-la em seu ambiente de trabalho, desconhecem seu objetivo e a julgam como algo desnecessário ao processo de cuidar (COSTA; SILVA, 2018). Isso é preocupante, pois sabe-se que, a implementação dessa metodologia propicia muitos benefícios para os enfermeiros, pacientes (indivíduo, família e/ou comunidade) e instituição de saúde (SILVA *et al.*, 2019).

Em consequência disso a SAE e o PE acabam por sofrerem uma fragmentação no processo, ou seja, apenas algumas etapas das quais são constituídas, são realizadas (OLIVEIRA; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2018; SOMARIVA *et al.*, 2020). É de extrema importância que todas as cinco etapas sejam devidamente implantadas, seguidas e fundamentadas em bases científicas, para que a assistência prestada seja de qualidade (COSTA; SILVA, 2020).

Compreender os fatores que atingem diretamente a aplicação da SAE e do PE são importantes tanto quanto entender o funcionamento e etapas dos mesmos, pois sistematizar o cuidado, bem como realizar o Processo de Enfermagem, é o escopo da enfermagem moderna (MACHADO *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2019).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que para sua elaboração foram utilizadas as seguintes etapas metodológicas: determinação do tema e objetivo da pesquisa, formulação de questionamentos a serem respondidos, identificação e coleta de pesquisas relevantes, dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Para identificação do problema utilizou-se a

seguinte pergunta norteadora: “Quais são as estratégias facilitadoras para a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem dentro dos serviços de saúde? “

Para a realização do estudo foi elaborada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de selecionar artigos indexados ou catalogados, relacionados ao tema de interesse. Essa pesquisa foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS – BIREME, pelo acesso as bases eletrônicas de dados: MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), com ingresso pela PUBMED (National Library of Medicine), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BDEF (Base de Dados da Enfermagem). Também foi realizada a literatura cinzenta de artigos, diretrizes e guidelines referentes ao tema.

Em relação a busca bibliográfica foram utilizados os seguintes descritores: sistematização da assistência de enfermagem; estratégias e implementação, nas línguas português, inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão utilizados para estabelecer a amostra foram: recorte temporal de 2017 a 2022, uma vez que abordar os estudos produzidos nos últimos 5 anos, permite a análise de dados mais recentes. Ser estudo original (pesquisa) ou estudo de revisão ou estudo de caso, de abordagem quantitativa ou qualitativa, publicado eletronicamente na íntegra, em periódico indexado, na forma de artigo, nos três idiomas citados acima. O estudo deveria ainda abordar, no título ou resumo, as estratégias facilitadoras usadas para implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem nos serviços de saúde, ou ainda uma temática semelhante considerando o Processo de Enfermagem.

Foram excluídos os relatos de experiência, cartas, editoriais, teses, dissertações, monografias, livros, trabalhos não relacionados com o escopo do estudo ou que não responderam as questões norteadoras desta revisão e a produção duplicada nas bases de dados pesquisadas. Devido aos custos operacionais para obtenção de artigos não disponíveis na íntegra, foram desconsiderados os que não possuíam livre acesso.

A organização e análise dos estudos selecionados foram feitas a partir de um instrumento elaborado pelo pesquisador, constituído pelos dados: título do artigo; autor; ano de publicação; país de realização da pesquisa; desenho de pesquisa; objetivo da pesquisa; principais resultados ou recomendações/conclusão. Cada estudo foi identificado por um código, composto pela letra A (artigo), seguida de um número arábico que variou de um a oito (A1, A2, A3...). Por se tratar de uma revisão narrativa de literatura, este estudo não necessitou da aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa, contudo, foram considerados aspectos éticos como a citação dos autores nos artigos selecionados.

Por fim, a seleção dos estudos seguiu as recomendações do Checklist do Statement for Reporting Systematic Review and Meta-Analyses of Studies – PRISMA (GALVÃO, PANSANI, HARRAD, 2015), conforme a Figura 1.

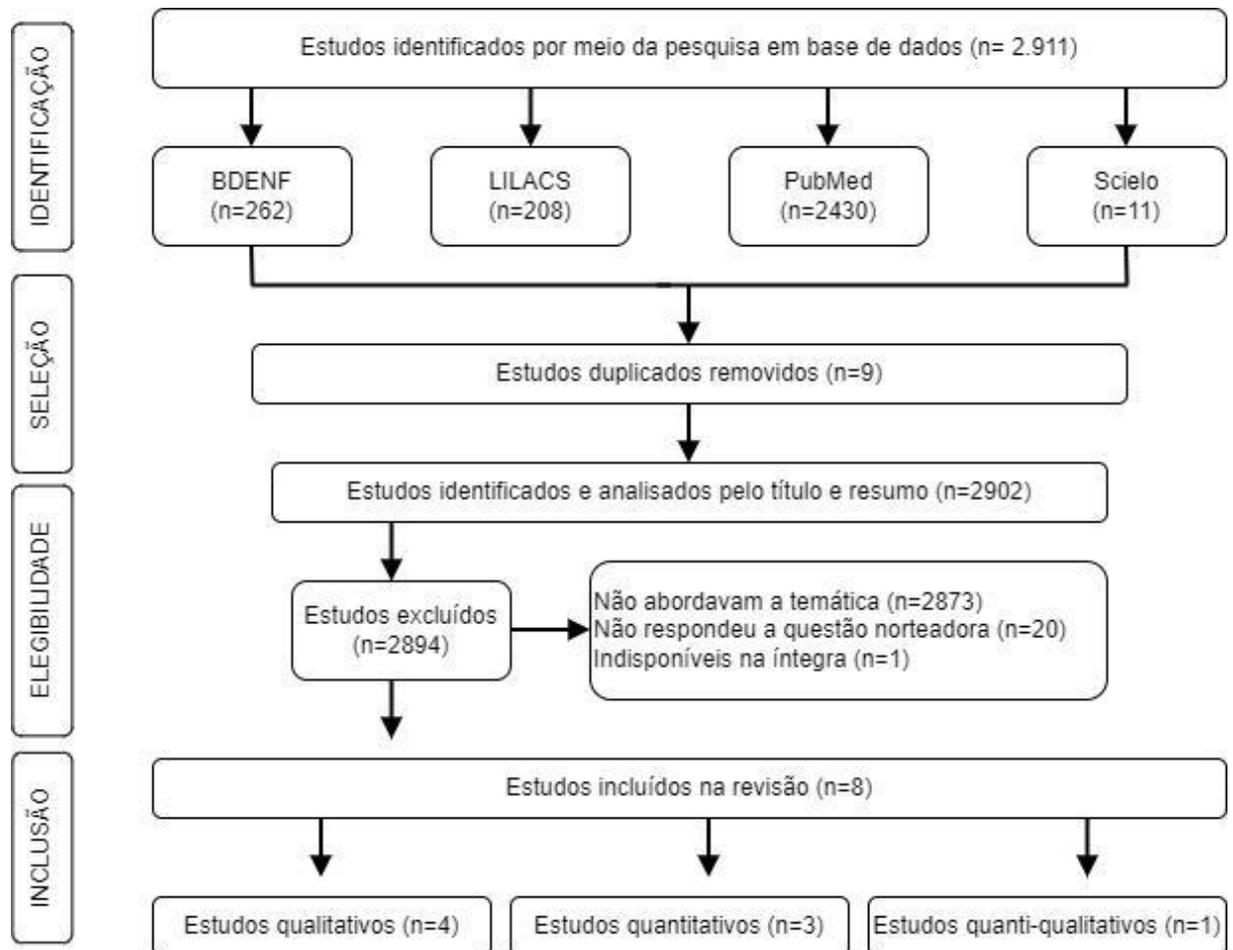


Figura 1- Fluxograma de identificação e seleção dos estudos elaborado a partir da recomendação PRISMA.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa nas bases de dados, considerando-se os critérios de inclusão e de exclusão, resultou em 3.257 artigos. Após a leitura minuciosa dos títulos e resumos da amostra encontrada, foi selecionado oito (100,0%) artigos para constituir a revisão. O maior quantitativo foi identificado na BDEF (n= 3; 37,5%), seguido por LILACS (n=2; 25%), Scielo (n=2; 25%) e Pubmed (n=1; 12,5%).

Dentre os estudos selecionados, predominou-se a língua portuguesa, com seis artigos (n=6; 75%), dois na língua inglesa (n=2; 25%) e nenhum na língua espanhola, destacando-se 2021 como o ano de maior publicação (75%). No que tange a origem, o Brasil se sobressaiu com sete (87,5%) estudos publicados, seguido por 1 (um) estudo da Etiópia (12,5%).

Em relação ao delineamento dos artigos elegidos, predominou-se as pesquisas de natureza descritiva-exploratória (n=4; 50%) e de acordo com o método de pesquisa empregado nos estudos, quatro (50%) são qualitativos, três (37,5%) quantitativos e um (12,5%) de abordagem quanti-qualitativo (Quadro 1).

Quadro 1- Caracterização dos estudos selecionados publicados no período de 2017 a 2021, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Cód.	Título	Ano/País	Delineamento	Objetivo	Principais resultados
A1	Nursing Care Systematization in a basic health unit: perception of the nursing team	2018/ Brasil	Descritivo-exploratória de abordagem quantitativa	Realizar um diagnóstico situacional da Sistematização da Assistência de Enfermagem em uma Unidade Básica de Saúde, na percepção da equipe de enfermagem	A percepção da equipe de enfermagem quanto aos fatores que poderiam facilitar a implementação da SAE são: Oferecer capacitação para equipe, conhecimento do enfermeiro sobre SAE e PE, adoção de protocolos, impresso padronizado para sistematização, adoção de uma linguagem padronizada, enfermeiro envolvido com o trabalho, garantia de recursos humanos, educação permanente para enfermeiros e a existência de um prontuário eletrônico.
A2	Sistematização da assistência de enfermagem: a <i>práxis</i> do enfermeiro de hospital de pequeno porte.	2020/ Brasil	Descritivo, de abordagem qualitativa	Descrever a vivência dos enfermeiros atuantes em unidade hospitalar em relação à Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).	Para que a SAE seja implementada é necessário o emprego de estratégias, tais como, priorização dos pacientes mais gravemente enfermos, utilização de plano de cuidados do tipo checklist e melhor treinamento da equipe de enfermagem, além da informatização de registros e comprometimento por parte dos gestores hospitalares.
A3	Implantação da sistematização da assistência por enfermeiras na atenção	2021/ Brasil	Revisão integrativa	Conhecer estratégias que facilitam e dificultam a implementação	As facilidades para melhor implementação da SAE na AB melhor capacitação profissional, autonomia, melhora do

	básica: facilidades e dificuldades			da Sistematização da Assistência de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde	vínculo entre o profissional, indivíduo e a comunidade, organização e planejamento da equipe de saúde e qualidade da assistência.
A4	Processo de enfermagem no ambiente hospitalar: potencialidades, fragilidades e estratégias vivenciadas por enfermeiros	2021/ Brasil	Exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa	Descrever as potencialidades e fragilidades vivenciadas por enfermeiros, atuantes no contexto hospitalar acerca do Processo de Enfermagem, bem como as estratégias para auxiliar nesse contexto.	Estratégias sugeridas para auxiliar na realização do PE: capacitação/sensibilização para os profissionais, maior integração entre os profissionais e adaptação/reavaliação do processo e dos instrumentos.
A5	The implementation of nursing process during patient care in Ethiopia: A systematic review and meta-analysis	2021/ Etiópia	Esta revisão sistemática e meta-análise	Determinar a estimativa conjunta recente e os fatores associados à implementação do PE durante a assistência ao paciente seria de grande importância para melhorar a qualidade da assistência de enfermagem no país.	Os principais fatores cientificamente significativos que têm associação positiva com a implementação do PE incluem o bom conhecimento dos enfermeiros sobre o PE, ambiente de trabalho bem organizado e não estressante, acessibilidade das instalações para implementar o PE, acesso ao treinamento.
A6	Sistematização da Assistência de Enfermagem segundo o conhecimento de enfermeiros do ambulatório	2021/ Brasil	Pesquisa descritiva qualitativa	Identificar o conhecimento dos enfermeiros do ambulatório de um hemocentro, acerca da	Observou-se ser necessária de maior compreensão sobre a SAE e sua implementação, treinamento da equipe e necessidade de adaptações no roteiro

	de um hemocentro			Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).	da SAE disponível no serviço, para atualização constante do impresso para auxiliar os enfermeiros no atendimento das especificidades do público do hemocentro.
A7	O que facilita e dificulta a sistematização da assistência de enfermagem na percepção dos enfermeiros das unidades de saúde da família?	2021/ Brasil	Descritivo-exploratório, de corte transversal e abordagem quantitativa	Analisar os elementos facilitadores e dificultadores na realização da Sistematização da Assistência de Enfermagem e Processo de enfermagem a partir da percepção dos enfermeiros das Unidades de Estratégia Saúde da Família.	Elementos facilitadores para implementação da SAE: necessidade do conhecimento de SAE/PE pelo enfermeiro, necessidade de capacitação para equipe, presença de sistemas informatizados e presença de linguagem padronizada.
A8	Sistematização da assistência de enfermagem em instituição de longa permanência para idoso: limites e possibilidades	2021/ Brasil	Descritiva e exploratória de abordagem qualitativa.	Analisar as principais limitações para a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem em instituição de longa permanência para idosos.	Deve-se haver a estimulação institucional e realização de treinamentos para equipe de enfermagem, proporcionando a melhoria da qualidade na assistência à sua clientela.

Fonte: dos autores

A capacitação profissional é citada, em todos os artigos, como um fator imprescindível para que ocorra a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (A1- A8) (BARRETO *et al.*, 2020; BAYIH *et al.*, 2021; MOREIRA *et al.*, 2021; OLIVEIRA; LIMA; GARCEZ, 2021; RIBEIRO; PADOVEZE, 2018; SANTOS *et al.*, 2021; SILVA; VAN AANHOLT; NICHATA, 2021; SILVEIRA *et al.*, 2021). O treinamento, além de ser uma importante etapa no processo, deve

acontecer de forma clara e didática, facilitando assim a aprendizagem por parte da equipe, e deve envolver não somente os enfermeiros, mas também, técnicos e auxiliares de enfermagem, uma vez que podem contribuir de forma ativa para que a implementação da assistência de enfermagem ocorra nas instituições e serviços de saúde (GOMES *et al.*, 2018).

A criação de grupos de estudos se mostrou como uma estratégia eficaz para potencializar o aprendizado do PE, uma vez que permite que os enfermeiros relembrem os conteúdos aprendidos durante a formação e ampliem seus conhecimentos com a realização de treinamentos sobre a execução do processo de enfermagem (SILVA *et al.*, 2021).

Representando um avanço para a formação da educação dos profissionais, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) foi instaurada visando ordenar os serviços de saúde, através da qualificação dos trabalhadores nas diversas áreas de atuação (BRASIL, 2009; BRASIL, 2018). Portanto, é uma estratégia essencial para desenvolver profissionais com raciocínio clínico e que sejam capazes de implementar e aplicar a SAE e o PE (ADAMY *et al.*, 2017).

A educação continuada e educação permanente é um direito dos profissionais de saúde, que possibilita os recém formados e aos que possuem mais tempo de formação, a obtenção ou atualização do conhecimento, permitindo que os trabalhadores, reciclem e construam novos saberes, tornando-os, mais preparados para a função a ser exercida (COFEN, 2017; RIBEIRO; SOUZA; SILVA, 2019).

Ainda no que se refere a necessidade de busca por conhecimento e capacitação, para que a SAE seja implementada de forma eficaz, o profissional enfermeiro deve possuir um vasto conhecimento sobre suas etapas e processos, estando sempre atualizado no assunto, pois isso, resulta em uma melhor assistência ao paciente (COSTA; SILVA, 2020).

Em concordância com o exposto acima, quatro dos artigos selecionados (A4 - A7) mencionam que o fato do enfermeiro possuir conhecimento voltado à área da SAE, é um fator que facilita sua implementação (BAYIH *et al.*, 2021; RIBEIRO; PADOVEZE, 2018; SILVA; VAN AANHOLT; NICHATA, 2021; SILVEIRA *et al.*, 2021).

Sendo a implementação da SAE obrigatória nos serviços de saúde, é importante

que o aprendizado inicie na graduação, os acadêmicos precisam ter contato e utilizar a sistematização durante as aulas, os estágios, práticas e projetos, para que quando formados, possam aplicá-la em seu local de trabalho (COREN, 2009; MARCOMINI; PAULA, 2019).

As instituições de ensino superior devem preparar seus alunos e disponibilizar meios para que a prática da Sistematização comece ainda na graduação, seja na realização de cursos de capacitação, projetos de extensão ou criação de ligas acadêmicas (SOUZA *et al.*, 2020). O estudo desta metodologia também deve estar inserido na grade curricular das escolas técnicas, visto que, os técnicos de enfermagem são profissionais fundamentais e necessários para a aplicação da SAE (PISSAIA; COSTA; OLIVEIRA, 2021).

A coparticipação das instituições ou serviços de saúde no processo de implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem é outra estratégia facilitadora apresentada pelos estudos (A4, A7 e A8) (BAYIH *et al.*, 2021; OLIVEIRA; LIMA; GARCEZ, 2021; SILVA; VAN AANHOLT; NICHATA, 2021). A direção das empresas de saúde devem cooperar garantindo meios para o desenvolvimento da SAE, tendo como base o perfil de pacientes a serem atendidos, a adaptação de espaço físico, bem como disponibilidade de recursos financeiros e de mão de obra (COSTA, SILVA, 2020).

O apoio dos gestores institucionais também é parte fundamental do processo, como mencionado no artigo (A2) (BARRETO *et al.*, 2020). É importante que a equipe de enfermagem trabalhe em conjunto com a gerência e a coordenação, discutindo as barreiras vivenciadas na aplicação da SAE, buscando formas de superá-las, a partir da realização de reuniões e elaboração de plano de ação (GOULART 2021; SILVA *et al.*, 2020).

Os gestores devem exercer uma liderança com base na relação de confiança, desconstruindo a imagem de um cargo autoritário e distante do convívio com a equipe, sendo ainda, capaz de aceitar e assumir mudanças, mediando também os interesses dos profissionais e da instituição (MAIA *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2017).

O dimensionamento, a organização, bem como o planejamento correto da equipe de enfermagem é um fator contribuinte para uma assistência de enfermagem eficaz (A1, A5 e A7) (RIBEIRO; PADOVEZE, 2018; SANTOS *et al.*, 2021; SILVA; VAN AANHOLT; NICHATA, 2021). A incorporação da SAE precisa se

ajustar de acordo com o cenário de cada instituição de saúde, e a quantidade de funcionários deve-se adequar ao número e grau de dependência de cada paciente a ser assistido (ANDRADE *et al.*, 2019).

O dimensionamento é a previsão da quantidade de profissionais necessários para atender a demanda assistencial (CONFEN, 2017). Quando efetuado de modo inadequado pode ocasionar doenças ocupacionais na equipe de enfermagem e aumento de casos de eventos adversos, impactando na segurança dos pacientes e dos profissionais (BRANDÃO *et al.*, 2018).

O ambiente de trabalho não estressante favorece a utilização ideal da SAE (A4) (BAYIH *et al.*, 2021). Sabe-se que a distribuição incorreta da equipe gera uma sobrecarga nos profissionais, acarretando um ambiente de trabalho estressante e impactando diretamente na implementação da SAE (OZANAM *et al.*, 2019). Outros meios que resultam nessa alteração ambiental são as jornadas duplas de trabalho, baixa remuneração, conflitos entre equipes, dentre outros (SANTANA; TONON, 2020). A criação de um espaço favorável de escuta ativa e o apoio mútuo entre os profissionais é uma boa opção para proporcionar uma estruturação do local, tornando o trabalho mais produtivo e agradável (MOTA *et al.*, 2021).

A alta demanda de trabalho acaba causando prejuízo aos profissionais e conseqüentemente aos pacientes assistidos (BOECK *et al.*, 2020). A sobrecarga ocasiona tanto um desgaste físico como mental, prejudicando o exercício seguro da assistência (COSTA *et al.*, 2018). É necessário que as instituições proporcionem recursos físicos e humanos para a atuação segura do profissional, voltando o olhar não só para a necessidade do cliente, mas também para a saúde do seu trabalhador (SANTOS *et al.*, 2020).

Coordenar uma equipe é uma tarefa difícil e exaustiva para o enfermeiro, mas importante para se obter sucesso na organização do trabalho (SOUZA *et al.*, 2018). Nessa circunstância, os artigos (A1 e A3) ressaltam a importância do vínculo entre os profissionais, paciente e comunidade, como um componente facilitador da implementação da SAE e do PE (MOREIRA *et al.*, 2021; SANTOS *et al.*, 2021).

Sendo assim, o enfermeiro deve possuir atitude e ter habilidades para buscar ser um líder inovador e criativo, conhecendo, examinando e respeitando as diferenças existentes em cada indivíduo, seja da sua equipe ou do paciente (PEREIRA; BEZERRA; BARROS, 2019). Deve-se ainda, ser aberto ao diálogo,

criando uma relação de confiança e promovendo um ambiente de trabalho harmonioso (SOUZA *et al.*, 2018).

A adoção de protocolos, impressos normatizados, bem como o uso de linguagem padronizada formam ferramentas essenciais para a execução da SAE e do PE (A2, A4, A6 e A7) (BARRETO *et al.*, 2020; BAYIH *et al.*, 2021; SILVA; VAN AANHOLT; NICHATA, 2021; SILVEIRA *et al.*, 2021). Os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) apresentam-se como instrumento gerencial, para melhorar o cuidado prestado e padronizar as intervenções de enfermagem, devendo esta ser aplicada juntamente com a equipe, mediante a realidade institucional (SALES *et al.*, 2018).

A padronização das atividades exercidas nos serviços de saúde, além de ser uma necessidade das instituições, é uma exigência legal, regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), os procedimentos operacionais padrão determinam a forma ideal e igualitária na qual a atividade deverá ser desenvolvida, reduzindo a possibilidade de falhas associadas a assistência (ANVISA, 2011; SALES *et al.*, 2018).

Os impressos ou documentos de enfermagem são constituídos de documentos técnicos, científicos legais e éticos, que além de serem utilizados para o registro dos cuidados e como respaldo legal no aspecto jurídico para equipe de enfermagem, podem ser úteis para fins de auditoria e mensuração da qualidade assistencial (JULIÃO *et al.*, 2021; MERTINS *et al.*, 2019).

O desenvolvimento dos registros de enfermagem, parece apontar resultados mais satisfatórios quando a documentação é informatizada e apresenta uma linguagem padronizada, demandando menos tempo do profissional, reduzindo a possibilidade de erros ao preencher e aprimorando a qualidade e a segurança da assistência realizada (MERTINS *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2019).

A documentação pode ter seu registro padronizado com a utilização dos sistemas de classificação *North American Nursing Diagnosis Association* (NANDA-I) para diagnósticos de enfermagem; *Nursing Interventions Classification* (NIC) que são classificações de resultados de enfermagem e *Nursing Outcomes Classification* (NOC) para as intervenções de enfermagem. Ambos facilitam e efetivam a realização do Processo de Enfermagem (BITENCOURT; SOUZA; SANTANA, 2021; SANTOS *et al.*, 2021).

5 CONCLUSÃO

A análise dos estudos permitiu identificar que a Sistematização da Assistência de Enfermagem é uma metodologia essencial que promove qualidade e efetividade à assistência prestada pelos enfermeiros. Todavia, tal ferramenta não é implementada em sua integralidade, conforme preconizado, e apresenta empecilhos que dificultam sua implementação, sendo necessário meios para facilitar tal prática.

Foram identificados na literatura científica diversas estratégias para facilitar a implementação da SAE, como a capacitação da equipe, melhor dimensionamento dos profissionais e um maior conhecimento dos enfermeiros em relação ao seu instrumento de trabalho. O apoio da instituição e dos gestores na implementação e fiscalização, o fortalecimento do vínculo do enfermeiro com a equipe, paciente, gestores e coordenadores, além do ambiente de trabalho menos estressante, a criação de protocolos e a adoção de registros e linguagem padronizados.

Dentre as estratégias apresentadas, a capacitação da equipe de enfermagem foi destaque nos estudos selecionados, uma vez que facilita o desenvolvimento das ações, organiza o cuidado e promove maior adesão entre os profissionais de enfermagem.

Através dos resultados encontrados, neste estudo, pode-se considerar que todos os meios identificados perpassam desde características voltadas ao profissional, seja em sua capacitação ou relação interpessoal, até questões associadas diretamente a estrutura e gestão do serviço de saúde. Cabendo empenho e envolvimento de todos para a eficácia da execução do processo.

Diante disso, acredita-se que o estudo poderá contribuir de forma satisfatória a todos os profissionais de enfermagem, trazendo, não somente, estratégias para que a metodologia seja implementada e desenvolvida em sua totalidade, mas também, reforçando a obrigatoriedade e relevância da Sistematização da Assistência de Enfermagem, em todos os serviços, públicos ou privados, e em todos os níveis de atenção à saúde.

O estudo realizado apresentou limitações quanto a busca dos artigos,

que apesar da grande quantidade encontrada, poucos eram condizentes ao tema proposto. Acredita-se também, que o tipo de metodologia utilizada tenha contribuído para a limitação da pesquisa.

Por fim, resalta-se que há uma necessidade de ampliar os estudos neste campo, para que cada vez mais, esse instrumento seja difundido nos serviços de saúde, promovendo uma otimização do trabalho, autonomia do profissional e possibilitando melhor qualidade da assistência prestada aos usuários.

REFERÊNCIAS

ADAMY, Edlamar Kátia *et al.* **Tecendo a educação permanente em saúde no contexto hospitalar: relato de experiência.** *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*. 2017;7: e1615.

<https://doi.org/10.19175/recom.v7i0.1924>. Disponível em:

<http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/1924/1876>. Acesso em: 11 nov. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RDC N° 63: **Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.** Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 2011, Seção 1, p.44-46Disponível em:

https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html. Acesso em: 12 nov. 2022.

ANDRADE, Priscila Martins *et al.* **Sistematização da assistência de enfermagem: vantagens e dificuldades na sua aplicação sob a ótica de enfermeiros.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S.L.], v. 11, n. 8, p. 1-8, 20 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e588.2019>. Disponível em:

<http://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/588>. Acesso em: 25 mar. 2022.

AZEVEDO, Oswalcir Almeida *et al.* **Documentação do processo de enfermagem em instituições públicas de saúde.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP* [online]. 2019, v. 53 [acessado 7 junho 2022], e03471. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018003703471>>. Epub

19 Ago 2019. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018003703471>. Acesso em 24 maio. 2022.

BARRETO, Mayckel da Silva *et al.* **Sistematização da assistência de enfermagem: a práxis do enfermeiro de hospital de pequeno porte.** *Escola Anna Nery* [online]. 2020, v. 24, n. 4 [acessado 20 maio 2022], e20200005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0005>>. Epub 29 Jun 2020. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0005>. Acesso em: 22 abril 2022.

BAYIH, Wubet Alebachew *et al.* **The implementation of nursing process during patient care in Ethiopia: a systematic review and meta-analysis.** *Heliyon*, [S.L.], v. 7, n. 5, p. 0-0, maio 2021. Elsevier BV.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e06933>. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34007930/>. Acesso em: 01 out. 2022.

BITENCOURT, Grazielle Ribeiro; SOUZA, Priscilla Alfradique de; SANTANA, Rosimere Ferreira. **Sistema de Classificação em Enfermagem NANDA-NOC-NIC aplicado ao Idoso no Contexto da Covid-19. Enfermagem Gerontologia no Cuidado do Idoso em Tempos da Covid 19**, [S.L.], p. 0-0, 2021. Editora ABEn. <http://dx.doi.org/10.51234/aben.21.e05.c09>. Disponível em:
<https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2021/04/e5-geronto3-cap9.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

BOECK, Karine Hoepers; HIITTL, Nicole; CEMBRANEL, Priscila; TASCETTO, Luciane. **A segurança do paciente devido os riscos da sobrecarga de trabalho dos enfermeiros**. *Rahis- Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde*, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 15-27, 24 maio 2020. RAHIS - Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde.
<http://dx.doi.org/10.21450/rahis.v16i3.5993>. Disponível em:
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/5993/3050>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BORDIN, Vanessa *et al.* **Percepção dos enfermeiros assistenciais sobre a a sistematização da assistência e o processo de enfermagem/ perception of assistance nurses on the systematization of assistance and the nursing process**. *Brazilian Journal Of Development*, Botucatu, Sp, v. 7, n. 3, p. 27433-27446, 2021. *Brazilian Journal of Development*. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n3-446>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26540>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BOTELHO, Natalia da Silva. **Uma análise da importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE): cuidados e acompanhamento aos pacientes**. Faculdade Metropolitana de São Carlos: FAMESC, São Carlos, 01 dez. 2021. Disponível em:
<http://multiplosacessos.com/ri/index.php/ri/article/view/312/291>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRANDÃO, Maria Girlane Sousa Albuquerque *et al.* **Dimensionamento de enfermagem como ferramenta de gestão do serviço de saúde/ nursing sizing as a health care management tool**. Disponível em:
<http://www.coren-ce.org.br/wp-content/uploads/2019/02/DIMENSIONAMENTO-DE-ENFERMAGEM-COMO-FERRAMENTA-DE-GEST%C3%83O-DO-SERVI%C3%87O-DE-SA%C3%9ADE.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9). Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

CONCEIÇÃO, Vander Monteiro *et al.* **Sistematização da Assistência de Enfermagem**: Uma Revisão Integrativa. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, [S. L.], v. 8, n. 3, p. 395-413, 01 jan. 201. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/231166690>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 358/2009, de 15 de outubro de 2009. **Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências**. In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília; 2009. [citado 2009 out 15]. Disponível em: < <http://www.portalcofen.gov> >. Acesso em: 25 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº. 543/2017: **Parâmetros para Dimensionar os profissionais de enfermagem na Atenção Primária à Saúde**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html. Acesso em 22 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº. 564/2017: **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. – Disponível em <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em 25 fev. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS – COREN (São Paulo). **Processo de Enfermagem**: guia para a prática. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, São Paulo, v. 0, n. 0, p. 1-256, 01 nov. 2021. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/SAE-web.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

COSTA, Ana Caroline da; SILVA, José Vitor da. **Significados de Sistematização da Assistência de Enfermagem sob a ótica de enfermeiros**. **Revista Praxis**, [S.L.], v. 12, n. 23, p. 0-0, 22 set. 2020. Fundação Oswaldo Aranha - FOA. <http://dx.doi.org/10.47385/praxis.v12.n23.789>. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/789>. Acesso em: 22 out. 2022.

COSTA, Ana; SILVA, José. **Representações sociais da sistematização da assistência de enfermagem sob a ótica de enfermeiros**. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v., n. 16, p. 139-146, 20 mar. 2018. Health Sciences Research Unit: Nursing. <http://dx.doi.org/10.12707/riv17069>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3882/388256613014/388256613014.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

COSTA, Claudia Silveira da et al. **A influência da sobrecarga de trabalho do enfermeiro na qualidade da assistência**. **Revista Uningá**, Maringá, v. 4, n. 55, p. 110-120, 01 dez. 2018. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/2403/1796>. Acesso em: 11 out. 2022.

COSTA, Valéria França; SILVA, Vanélia Nunes. **Sistematização da Assistência de Enfermagem: realidade ou utopia?** **Ciência Contemporânea**, [S. L.], v. 1, n. 6, p. 327-337, 16 jun. 2020. Disponível em: <http://cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/30/27>. Acesso em: 19 maio 2022. <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i1.181-185>. Acesso em: 22 maio 2022.

DALPRA, Renata Rabelo; SILVA, Sâmela Osório de Lima e; ALVES, Larissa Luz. **A implementação da SAE nos serviços de urgência e emergência: desafios e conquistas**. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 11, n. 13, p. 0-0, 11 out. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35237>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/35237/29859/394239>. Acesso em: 12 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 220 p. Disponível em:
<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2022.

GOMES, Renara Meira Gomes Meira *et al.* **Sistematização da assistência de enfermagem: revisitando a literatura brasileira. Id On Line Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 12, n. 40, p. 995-1012, 30 maio 2018. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/online.v12i40.1167>. Disponível em:
<https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/1167>. Acesso em: 23 out. 2022.

GOULART, Gimena Maiza Gomes dos Reis *et al.* **Aplicabilidade da Sistematização da Assistência de Enfermagem no ambiente hospitalar uma revisão de literatura**. 09 jul. 2021. Disponível em:
<https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1959/1/gmrgoulart.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.
<http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2020023003766>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/JkL8WQXJZFvNSYMc4McTZct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2022.

JULIÃO, Jéssica Maria Torres *et al.* **Importância da linguagem padronizada na assistência de enfermagem a portadores de lesões de pele: revisão integrativa da literatura. Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S.L.], v. 95, n. 33, p. 0-0, 1 fev. 2021. Revista Enfermagem Atual. <http://dx.doi.org/10.31011/reaid-2021-v.95-n.33-art.918>. Disponível em:
<https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/918>. Acesso em: 15 out. 2022.

LIMA, Aline Kedma Marques *et al.* **Sistematização da Assistência de Enfermagem: aplicabilidade da prática na clínica médica de um hospital do interior. Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 0, p. 379-396, 01 jan. 2018. Disponível em:
<https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/04/18119.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MACHADO, Jéssica Pereira *et al.* **Percepção de enfermeiros de unidades de internação clínica sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Nursing (São Paulo), [S. l.]**, v. 22, n. 257, p. 3220–3225, 2019. DOI: 10.36489/nursing.2019v22i257p3220-3225. Disponível em:
<https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/388>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MARCOMINI, Emilli Karine; PAULA, Vergínia Kuster. **Reflections under the theoretical and practical scope. Revista de Enfermagem da Ufpi**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 0-0, abr. 2019. Disponível em:
<https://ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/8111/pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MENESES, Alexandra Ribeiro Coelho *et al.* **Dificuldades dos acadêmicos de enfermagem na aplicabilidade da sistematização da assistência de enfermagem. Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 181-185, 1 jan. 2019. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO.

MERTINS, Simone Mathioni *et al.* **A aplicabilidade do sistema de documentação eletrônica do processo de enfermagem em um hospital geral.** *Revista Congresso Internacional em Saúde Online*, Rio Grande do Sul, 31, maio. 2019. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conintsau/article/view/11202>. Acesso em 27 out. 2022.

MOREIRA, Raysa Fernandes *et al.* **Processo de enfermagem no ambiente hospitalar: potencialidades, fragilidades e estratégias vivenciadas por enfermeiros.** *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, [S.L.], v. 11, n. 0, p. 0-0, 31 dez. 2021. RECOM (Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro). <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v11i0.4301>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1357915>. Acesso em: 01 out. 2022.

MOTA, Rosana Santos *et al.* **Estresse ocupacional relacionado à Assistência de Enfermagem em Terapia Intensiva.** *Revista Baiana de Enfermagem*, [S.L.], v. 35, p. 0-0, 19 jan. 2021. *Revista Baiana de Enfermagem*. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.38860>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/38860/24031>. Acesso em: 28 out. 2022.

OLIVEIRA, Adriana Antônia de; OLIVEIRA, Bianca Morais de; RIBEIRO, Maria Lucimaria Gama. **Implementação da Sistematização da Assistência de enfermagem na Prática Hospitalar: uma revisão integrativa.** *Pesquisa em Saúde e Enfermagem: Inovação a ciência*, Bahia, v. 0, n. 0, p. 41-47, 01 jan. 2018. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/4/14>. Acesso em: 21 out. 2022.

OLIVEIRA, Fabiano Fernandes de; LIMA, Dalva Irene Rodrigues de; GARCEZ, Eliziane Cristina da Silva. **Sistematização da assistência de enfermagem em instituição de longa permanência para idoso: limites e possibilidades.** *Nursing (São Paulo)*, [S.L.], v. 24, n. 272, p. 5082-5091, 4 jan. 2021. MPM Comunicação. <http://dx.doi.org/10.36489/nursing.2021v24i272p5082-5091>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1148264>. Acesso em: 02 out. 2022.

OLIVEIRA, Marcos Renato *et al.* **Sistematização da assistência de enfermagem: percepção e conhecimento da enfermagem brasileira.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.L.], v. 72, n. 6, p. 1547-1553, dez. 2019.

OLIVEIRA, Thais Reis *et al.* **Sistematização da Assistência de Enfermagem: análise da produção científica em oncologia : revisão integrativa.** *Brazilian Journal Of Development*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 9541-9555, 28 fev. 2020. *Brazilian Journal of Development*. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n2-314>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7219/6290>. Acesso em: 23 abr. 2022.

OZANAM, Márcia Andrade Queiroz *et al.* **Satisfação e insatisfação no trabalho dos profissionais de enfermagem.** *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 5, n. 6, p. 6156-6178, 2019. *Brazilian Journal of Development*. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv5n6-127>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/1845/1830>. Acesso em: 12 out. 2022.

PEREIRA, Tamiris; BEZERRA, Maria Rozinar; BARROS, Marcela. **Relações Interpessoais da equipe de enfermagem no ambiente de trabalho.** *Dêciência em Foco*, [s. l.], v. 3, n. 0, p. 0-0, 17 jul. 2019.

Disponível em: <https://revistas.uninorteac.com.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/271>. Acesso em: 29 out. 2022.

PICCININI, Vanusa Maria; COSTA, Arlete Eli Kunz da; PISSAIA, Luís Felipe. **Implantação da Sistematização da Assistência de Enfermagem como meio de qualificação da assistência ao idoso.** *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 307-317, 24 jul. 2018. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/rbceh.v14i3.6631>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/6631>. Acesso em 24 abr. 2022

PINTO, Dulcineia Martins; OLIVEIRA, Renata Tresco de; BARRETO, Mayckel da Silva. **Utilização da Sistematização da Assistência de Enfermagem um serviço de emergência: vivência dos enfermeiros.** *Revista Paranaense de Enfermagem*, Paraná, v. 0, n. 0, p. 96-103, 01 jan. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mayckel-Barreto/publication/349768503_UTILIZACAO_DA_SIS_TEMATIZACAO_DA_ASSISTENCIA_DE_ENFERMAGEM_EM_SERVICO_DE_EMERGENCIA_VIVENCIA_DO_S_ENFERMEIROS/links/604100ec92851c077f1877c4/UTILIZACAO-DA-SISTEMATIZACAO-DA-ASSISTENCIA-DE-ENFERMAGEM-EM-SERVICO-DE-EMERGENCIA-VIVENCIA-DOS-ENFERMEIROS.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

PISSAIA, Luís; COSTA, Arlete; OLIVEIRA, Eniz Conceição. **O ensino da Sistematização da Assistência de Enfermagem sob uma perspectiva contemporânea da literatura.** *Revista Educar Mais*, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 439-452, 9 mar. 2021. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. <http://dx.doi.org/10.15536/reducarmais.5.2021.2327>. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2327>. Acesso em: 12 out. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de (ed.). **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

RIBEIRO, Bárbara Caroline Oliveira; SOUZA, Rafael Gomes de; SILVA, Rodrigo Marques da. **A importância da educação continuada e educação permanente em unidade de terapia intensiva: revisão de literatura.** *Reicen: Revista de iniciação científica e extensão*, Goiás, Brasil, p. 167-175, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/253/193>. Acesso em: 15 out. 2022.

RIBEIRO, Grasielle Camisão; PADOVEZE, Maria Clara. **Nursing Care Systematization in a basic health unit: perception of the nursing team.** *Revista da Escola de Enfermagem da Usp*, Gh, v. 52, p. 1-7, 3 dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2017028803375>. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342018000100480&script=sci_arttext&tlng=pthttp://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342018000100480&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 25 fev. 2022.

RIBEIRO, Olga Maria Pimenta Lopes *et al.* **Aplicação do processo de enfermagem em hospitais portugueses.** *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. 2018, v. 39 [Acessado 24 maio 2022], e2017-0174. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0174>>. Epub 03 Set 2018. ISSN 1983-1447. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0174>.

SALES, Camila Balsero *et al.* **Standard Operational Protocols in professional nursing practice: use, weaknesses and potentialities.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.L.], v. 71, n. 1, p. 126-134, fev. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0621>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cc7m9JRGcVMPS9wpKshkVZz/?lang=pt#:~:text=Uma%20ferramenta%20gerencial%20que%20o,em%20considera%C3%A7%C3%A3o%20a%20realidade%20do>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SANTANA, Roseli Edna; TONON, Thiarles Cristian Aparecido. **Estresse ocupacional: desequilíbrio no exercício profissional de enfermagem.** *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 9, n. 8, p. 0-0, 1 jul. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5674>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5674/4686>. Acesso em: 29 out. 2022.

SANTOS, Andressa Katiucia Oliveira *et al.* **Implantação da sistematização da assistência por enfermeiras na atenção básica: facilidades e dificuldades.** *Journal Of Nursing And Health*. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1282021>. Acesso em: 01 out. 2022.

SANTOS, Carolina de Souza Carvalho Serpa *et al.* **Avaliação da sobrecarga de trabalho na equipe de enfermagem e o impacto na qualidade da assistência.** *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 9, n. 5, p. 1-1, 29 mar. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3201>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3201/5282>. Acesso em: 14 out. 2022.

SANTOS, George Luiz Alves *et al.* **Implicações da Sistematização da Assistência de Enfermagem na prática profissional brasileira.** *Revista da Escola de Enfermagem da Usp*, [S.L.], v. 55, n. 0, p. 1-8, 01 jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO).

SILVA, Aleksandra Martins da *et al.* **Perceptions of nurses about the implementation of the nursing process in an intensive unit.** *Revista Gaúcha de Enfermagem*, [S.L.], v. 42, p. 0-0. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200126>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/kd5MzdD3DG7qPpbMkfYvHQy/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Andressa Freitas *et al.* **Sistematização da Assistência de Enfermagem: reflexão teórica.** XXIII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, Cruz Alta Rs, v. 0, n. 0, p. 1-5, 23 out. 2018. Disponível em: [https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2018/XXIII%20SEMINARIO%20INTERINSTITUCIONAL/Ciencias%20Biologicas%20e%20da%20Saude/Mostra%20de%20Pos-Graduacao%20-%20RESUMO%20EXPANDIDO/SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20ASSIST%C3%8ANCIA%20DE%20ENFERMAGEM%20REFLEX%C3%83O%20TE%C3%93RICA%20\(7905\).pdf](https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2018/XXIII%20SEMINARIO%20INTERINSTITUCIONAL/Ciencias%20Biologicas%20e%20da%20Saude/Mostra%20de%20Pos-Graduacao%20-%20RESUMO%20EXPANDIDO/SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20ASSIST%C3%8ANCIA%20DE%20ENFERMAGEM%20REFLEX%C3%83O%20TE%C3%93RICA%20(7905).pdf). Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, Clarissa de Paula *et al.* **Atores intervenientes na implantação da informatização do processo de enfermagem.** *Journal Of Health Inform*, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 0-0, out. 2019. Disponível em: <https://jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/630/372>. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Edyra Damasceno da Costa e; VAN AANHOLT, Denise Philomene Joseph; NICHATA, Lucia Yasuko Izumi. **O que facilita e dificulta a Sistematização da Assistência de Enfermagem na percepção dos enfermeiros das Unidades de Saúde da Família?** *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, [S.L.], p. 336-346, 10 abr. 2021. Revista de Divulgacao Cientifica Sena Aires. <http://dx.doi.org/10.36239/revisa.v10.n2.p336a346>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1224438>. Acesso em: 02 out. 2022.

SILVA, Francisco Mateus Lima da; CARVALHO, José João Morais de; ALMEIDA, Luciene Carvalho Piedade. **Dificuldades na implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva Adulto.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S.L.], n. 28, p. 0-0, 18 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e986.2019>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/986/589>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Guilherme Fernando de Paula *et al.* **Percepções sobre a utilização da sistematização da Assistência de Enfermagem por enfermeiros de um hospital de médio porte do Acre.** *Revista Norte Mineira de Enfermagem*, [S. L.], v. 0, n. 0, p. 58-64, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renome/article/view/2259/2345>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SILVA, Joice da; SILVA, Julia Janaina da; GONZAGA, Márcia Féldreman Nunes. **Etapas do Processo de Enfermagem.** *Revista Saúde em Foco*, Santo Antônio do Amparo Mg, v. 9, n. 0, p. 594-603, 01 jan. 2017. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/067_etapasprocesso_enfermagem.pdf. Acesso em: 22 abril 2022.

SILVA, Larissa dos Santos *et al.* **Desafios para implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem na Terapia Intensiva: revisão integrativa.** *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 10, n. 12, p. 0-0, 26 set. 2021. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20603>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20603>. Acesso em: 22 out. 2022.

SILVA, Marcela Cordeiro *et al.* **A implementação da sistematização da assistência de enfermagem no ambiente hospitalar.** *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 6, n. 6, p. 33293-33306, 2020. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n6-039>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10989/9200>. Acesso em: 30 out. 2022.

SILVA, Vânea Lúcia dos Santos *et al.* **Leadership Practices in Hospital Nursing: a self of manager nurses.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, [S.L.], v. 51, n. 0, p. 0-0, 01 jan. 2017. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2016099503206>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/7rqXgJtZCjDv4KZw6b887kv/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVEIRA, Anna Carla Delcy Araújo *et al.* **Sistematização da Assistência de Enfermagem segundo o conhecimento de enfermeiros do ambulatório de um hemocentro.** *Revista de Enfermagem da Ufsm*, [S.L.], v. 11, p. 69, 6 out. 2021. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2179769264111>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1293065>. Acesso em: 02 out. 2022.

SOMARIVA, Vanessa Cristina Alves *et al.* **Percepções das equipes de enfermagem na Atenção Básica frente à Sistematização da Assistência de Enfermagem.** *Enfermagem em Foco*, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 142-147, 21 fev. 2020. Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. <http://dx.doi.org/10.21675/2357-707x.2019.v10.n4.2221>. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2221/617>. Acesso em: 23 maio 2022.

SOUSA, Ana Caroline Duarte de *et al.* **Atuação do Enfermeiro nas estratégias para resolução de conflitos. Revista de Administração em Saúde**, [S.L.], v. 18, n. 73, p. 0-0, 28 dez. 2018. Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde - ABRAMPAS.

<http://dx.doi.org/10.23973/ras.73.142>. Disponível em:

<https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/142/198>. Acesso em: 30 out. 2022.

SOUZA, Guilherme Barbosa *et al.* **Sistematização da assistência de enfermagem e processo de enfermagem: conhecimento de graduandos. Brazilian Journal Of Health Review**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 1250-1271. 2020. Brazilian Journal of Health Review. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n1-097>.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/7140/6229>.

Acesso em: 15 out. 2022.

SOUZA, Juliana Caldas de *et al.* **Validação de um Sistema Eletrônico de Documentação Clínica Baseado na Identidade da Enfermagem**. São Paulo, v. 0, n. 0, p. 0-0, 2019. Disponível em:

http://www.expansaoeventos.com.br/Trab_OM_IN_CONCERT/TRABALHO_34.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

VIANA, Magda Rogéria Pereira *et al.* **The Operation of the Nursing care Process in the Intensive care Unit Maternal / A Operacionalização do Processo de Cuidar em Enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva Materna. Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 696-703, 1 jul. 2018. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO.

<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.696-703>. Disponível em:

http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6175/pdf_1. Acesso em: 21 out. 2022.

Atitudes Alimentares, Uso De Mídias Sociais e Risco De Transtornos Alimentares Entre Estudantes De Uma Faculdade Particular De Belo Horizonte.

Eating Attitudes, Use Of Social Media And Risk Of Eating Disorders Among Students Of A Private College Of Belo Horizonte.

Izabela Taíza Ramos Vieira⁹⁶
Luana Mateuza Dos Santos Macedo⁹⁷
Natália de Carvalho Teixeira⁹⁸

Resumo: O estudo objetivou analisar as atitudes alimentares, uso de mídias sociais e risco de transtornos alimentares entre estudantes de uma faculdade particular de Belo Horizonte. Os dados foram coletados através do google formulários. O estudo observou um risco de transtornos alimentares entre as participantes do sexo feminino, bem como elevado grau de insatisfação com a imagem corporal entre todos os participantes.

Palavras-chave: Transtornos alimentares; Mídias sociais; Atitudes alimentares; Imagem corporal.

Abstract: The study aimed to analyze eating attitudes, use of social media and risk of eating disorders among students of a private college in Belo Horizonte. The data was collected through google forms. The study observed a risk of eating disorders among female participants, as well as a high degree of body image dissatisfaction among all participants.

Keywords: Eating disorders; Social media; Food attitudes; Body image.

⁹⁶ Estudante de Nutrição da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. Endereço eletrônico: izabela.vieira@soukennedy.com.br

⁹⁷ Estudante de Nutrição da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. Endereço eletrônico: luana.macedo@soukennedy.com.br

⁹⁸ Doutora em Ciência de Alimentos. Nutricionista. Coordenadora do curso de Nutrição da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. Endereço eletrônico: coordenacaonutricao@somoskennedy.com.br

1 INTRODUÇÃO

As atitudes alimentares são caracterizadas como “crenças, pensamentos, sentimentos e comportamentos relacionados com os alimentos”, enquanto os comportamentos alimentares se caracterizam como “ações em relação ao ato de se alimentar como, quando e de que forma comemos” (ALVARENGA et al, 2019, p. 27).

Já os transtornos alimentares descrevem os transtornos caracterizados por hábitos alimentares irregulares e sofrimento intenso com foco no peso ou na forma do corpo. As formas mais comuns são a Anorexia Nervosa, a Bulimia Nervosa e o Transtorno da Compulsão Alimentar (TCA) e afeta tanto mulheres quanto homens, podendo se desenvolver em qualquer fase da vida, mas geralmente aparecem durante a adolescência e a fase adulta (SBD, 2017).

As mídias sociais parecem estar relacionadas com a percepção da auto imagem corporal. Muitas vezes a imagem idealizada é completamente diferente da imagem real, gerando no indivíduo uma insatisfação com o próprio corpo por influência de comparações em blogs, sites e redes sociais que disseminam um padrão de beleza que julgam ser o ideal caracterizando um transtorno de imagem, também chamado de Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) (REZENDE, 2019).

O Brasil tem 152 milhões de internautas, segundo levantamento realizado pelo Centro Regional de Pesquisa para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) entre outubro de 2020 e maio de 2021 de usuários de Internet, equivalente a 81% da população do país com 10 anos ou mais. Esta estimativa vem do TIC Domicílios 2020 (Edição COVID-19 - Metodologia Adaptada). A pesquisa também observou que, em relação a 2019, a pesquisa constatou pela primeira vez que a proporção de domicílios conectados à Internet (83%) foi superior à de usuários individuais (81%), um aumento de 12 e 7 pontos percentuais, respectivamente (CETIC, 2021).

As mídias sociais possuem forte influência em comportamentos e atitudes alimentares da população, de forma positiva ou negativa dependendo do tipo de conteúdo que é exposto. A influência negativa vem prevalecendo, pois os perfis mais acessados são de blogueiros que nem sempre contém respaldos científicos, trazendo riscos às pessoas que acompanham essas informações sem um acompanhamento profissional especializado (TELES; MEDEIROS, 2020), podendo estar relacionado a transtornos alimentares nos indivíduos.

Um estudo realizado com universitários de Brasília demonstrou que as mídias sociais tem grande influência no comportamento dos estudantes universitários, na mudança de hábitos alimentares e na piora da imagem corporal. No entanto, um número considerável dos estudantes mostraram que seguem as redes sociais de Nutricionistas, mostrando a oportunidade de mudar a situação atual virtual, capaz de disseminar conteúdos que promovam saúde e qualidade de vida (BENATTO; CASTRO, 2018).

Assim, o problema de pesquisa que guiou este trabalho foi como se dá o uso de mídias sociais por estudantes de uma faculdade particular de Belo Horizonte, bem como quais são as atitudes alimentares e o risco de transtornos alimentares neste público. O estudo objetivou analisar as atitudes alimentares, uso de mídias sociais e risco de transtornos alimentares entre estudantes de uma faculdade particular de Belo Horizonte. Acredita-se como hipótese, que as mídias sociais são

amplamente utilizadas por estudantes e que eles podem estar em risco para transtornos alimentares e de imagem. Além disso, buscou-se analisar de que forma as mídias sociais são utilizadas por estudantes de uma faculdade particular de Belo Horizonte; investigar o risco de transtornos alimentares no público estudado; e descrever a auto percepção da autoimagem corporal pelos participantes da pesquisa.

Nos últimos anos as mídias sociais se tornaram cada vez mais acessíveis, funcionando como um difusor de informações com maior visibilidade e alcance, influenciando tanto de forma positiva quanto negativa na sociedade, principalmente nos hábitos e comportamentos alimentares e na percepção corporal da população. Diante disso, relatar de que forma as mídias sociais são usadas, bem como descrever as atitudes alimentares e a percepção da imagem corporal de estudantes do ensino superior é de extrema relevância para os estudos da Nutrição. Os resultados desta pesquisa podem fornecer aos profissionais de saúde informações para a implementação de programas de educação nutricional voltada para estudantes, uma vez que estiverem mais esclarecidas de que forma as mídias sociais são usadas, colaborando para a prevenção de doenças, e melhorando a saúde dos participantes. Para as pesquisadoras, o assunto desperta especial interesse pois é um tema recorrente no campo da nutrição. Assim, os resultados podem subsidiar futuras ações de educação alimentar e nutricional com âmbito profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transtornos Alimentares

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) define que os transtornos alimentares são alterações no comportamento alimentar causadas por relações complexas entre aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. Eles podem levar à perda de peso extrema, bem como à obesidade e outros problemas físicos, caracterizando os principais distúrbios de anorexia e bulimia (ABP, 2018).

A anorexia nervosa é um transtorno alimentar causado pela preocupação excessiva com o peso, o que pode levar a sérios problemas de saúde. Uma pessoa se olha no espelho e, embora muito magra, se vê com excesso de peso. Temendo o ganho de peso, exagera na atividade física, faz jejum, vomita, toma laxantes e diuréticos. É um distúrbio que é especialmente perceptível em mulheres jovens, mas que também está aumentando no público masculino. Ocasionalmente, pacientes com anorexia desenvolvem rapidamente caquexia, uma forma extrema de desnutrição (GOIÁS, 2019).

A bulimia nervosa refere-se à ingestão rápida de grandes quantidades de alimentos seguida de comportamentos que compensam esse comportamento compulsivo, como vômitos compulsivos, exercícios excessivos ou uso frequente de laxantes ou diuréticos. Pessoas com bulimia podem ter medo de ganhar peso e se sentir muito insatisfeitas com seu tamanho e forma. Criando sentimentos de vergonha, culpa e falta de controle, o ciclo de comer demais e purgação geralmente acontece em

segredo. Essas atitudes podem levar a problemas gastrointestinais, desidratação grave e problemas cardíacos devido a desequilíbrios eletrolíticos (SBD, 2017).

Uma pesquisa realizada por Nunes *et al*, (2017) com o objetivo de identificar os fatores de risco associados ao desenvolvimento de bulimia e anorexia nervosa em estudantes universitários, encontrou que os fatores de risco estão relacionados com a insatisfação e distorção da imagem corporal, com o excesso de peso, superestimação do peso, práticas inadequadas de gerenciamento de peso ao longo dos anos, estar expostos ao ambiente universitário estressantes, ser estudante de nutrição e educação física, idade, cultura familiar e gênero feminino. Portanto, estratégias, investigações e intervenções nesse grupo de risco devem ser desenvolvidas para identificar os primeiros sinais e sintomas de Transtornos Alimentares e facilitar a prevenção desses alunos de desenvolver Anorexia e Bulimia Nervosa.

Segundo o Ministério da Saúde, a compulsão alimentar refere-se ao consumo de uma grande quantidade de alimentos em um curto período de tempo (BRASIL, 2022). Ao contrário da bulimia nervosa, o comportamento compensatório não ocorre após um episódio de compulsão alimentar. Como resultado, muitas pessoas com essa condição podem ser obesas e ter um risco maior de doenças cardiovasculares. Pessoas que lutam contra este transtorno também podem sentir intensa culpa, angústia e constrangimento por comer demais, o que pode influenciar a progressão do transtorno alimentar (SBD, 2017).

Estudo realizado com estudantes da área da saúde de uma universidade pública, observou que os estudantes de nutrição estão mais expostos ao risco de apresentar transtornos alimentares do que os de outros cursos da área da saúde, demonstrando que identificar os comportamentos alimentares dos graduandos da área da saúde é necessário para evitar possíveis doenças psiquiátricas relacionadas à alimentação, pois atitudes alimentares inadequadas podem reduzir a qualidade de vida dessa população (COSTA *et al*, 2018).

2.2 Atitudes e Comportamentos Alimentares

As Atitudes Alimentares não apenas moldam e influenciam na alimentação, mas também afetam a cognição e o comportamento relacionados à regulação da ingestão de alimentos, aceitação alimentar e gerenciamento do ambiente alimentar. Para manter o estado nutricional, uma atitude alimentar positiva, confiante, confortável e flexível deve ser estabelecida e mantida, já o comportamento alimentar está associado a um conjunto de cognições e influências que governam e interferem nas condutas alimentares. O comportamento reflete a interação entre nosso estado físico, mental e ambiente externo (ALVARENGA *et al.*, 2019).

Um estudo realizado em estudantes universitários de Cuiabá-MT com objetivo de analisar a prevalência de comportamentos alimentares desordenados e fatores associados, observaram que estudantes insatisfeitos com sua imagem corporal, com sobrepeso e estressados, foram mais propensos a comportamentos de transtorno alimentar, podendo estar associado a um ciclo vicioso de

restrição, compulsão alimentar e purgação. Com isso destaca a necessidade de intervenções que visem criar sinergias entre as mudanças em nível individual nos comportamentos de estilo de vida, levando em consideração que hábitos e pensamentos inadequados estabelecidos nesta fase da vida podem continuar na vida adulta podendo contribuir nos transtornos alimentares (MATOS, 2018).

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, o ato de comer com regularidade e atenção, comer em ambientes apropriados e em companhia, favorecem no ato de evitar “beliscar” nos intervalos entre as refeições, no comer devagar desfrutando do que está comendo e também evitam que você coma demais. Desta forma, comer de forma regular, devagar e com atenção e em ambientes tranquilos e com uma boa companhia é uma boa maneira de controlar naturalmente o quanto comemos (BRASIL, 2014).

2.3 Transtorno Dismórfico Corporal (TDC)

O TDC caracteriza-se por uma percepção alterada de si mesmo, ou seja, a imagem que uma pessoa com o transtorno vê no espelho não corresponde à realidade. Por causa dessa visão completamente distorcida, os indivíduos acabam desenvolvendo um quadro de sofrimento psíquico que pode ter uma série de consequências (PARENTE, 2019).

Um estudo feito por Nogueira-De-Almeida, *et al* (2018) apresentou a prevalência de 41,7% de adolescentes com distorção da imagem corporal, seja por superestimação em adolescentes eutróficos ou subestimação em adolescentes obesos e com sobrepeso. As distorções de percepção da autoimagem, obteve um maior resultado em adolescentes do sexo feminino considerando que estes indivíduos sofrem maiores pressões sociais para a conquista de um "corpo perfeito", já os adolescentes do sexo masculino também apresentaram distorções de autoimagem, porém em menor proporção.

2.4 Mídias Sociais e sua Influência na Alimentação

A mídia social tornou-se um exemplo educativo de definição e regulação de corpo físico, estabelecendo padrões estéticos de acordo com os interesses do mercado. Influenciando a sociedade principalmente os adolescentes que estão em um momento de grandes mudanças, vulnerabilidade e instabilidade emocional da vida, momentos estes em que os indivíduos estão idealizando identidades corporais e procurando referências físicas. Considerando essa importante mudança e o momento que a mídia divulga e promove um certo modelo de "corpo ideal" é quando cria uma insatisfação corporal entre os adolescentes. Isso porque suas escolhas alimentares são fortemente influenciadas pelos padrões estéticos estabelecidos pela mídia (BITTAR; SOARES, 2020).

Um estudo realizado por Assis et al. (2020) com estudantes de nutrição com objetivo de avaliar a associação entre o uso da mídia social e comportamentos alimentares disfuncionais identificaram que dos 201 participantes, 52,74% (n = 106) tinham o hábito de seguir as dicas de dieta da mídia, 20,4% (n = 41) tinham o hábito de se alimentar de acordo com o conteúdo da mídia e 30,85% (n = 62)

seguiram aconselhamento dietético e/ou nutricional da mídia. Dentre eles, 96,52% (n = 194) acreditavam que a mídia influencia o comportamento alimentar das pessoas, 35,82% (n = 72) consumiam os alimentos para emagrecer recomendados pela mídia, 11,94% (n = 24) usavam medicamentos, 17,91% (n = 24) utilizaram suplementos e 1,49% (n = 3) utilizaram esteroides anabolizantes por recomendação dos canais de mídia. Eles ainda relataram que 32,34% (n = 65) se sentiram motivados a comer sem acompanhamento nutricional adequado por nutricionista ao observar um corpo anunciado como "bonito" pela mídia.

3 METODOLOGIA

Na pesquisa, foi utilizado como método de abordagem o hipotético-dedutivo; segundo Prodanov e Freitas (2013) este método se inicia com a observação de um problema científico, a qual formula hipóteses e pelo processo de inferência dedutiva testa estes fenômenos abrangidos pela hipótese. Quanto a abrangência foi multidisciplinar que segundo Prodanov e Freitas (2013), caracteriza os estudos que envolvem diversas áreas do conhecimento humano. Foram abordados temas da nutrição, psicologia e psiquiatria.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013), sendo que a coleta de dados foi realizada através de questionário, com resultados expressos através de forma objetiva. Já em relação aos objetivos, trata-se de um estudo descritivo e exploratório. A pesquisa descritiva tem por objetivo ser baseada em experimentos, envolvendo hipóteses, focando nos fatos, descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os. A pesquisa é classificada como exploratória quando o objetivo do autor é ter familiaridade com o problema sobre um tema no qual não se tem um conhecimento concreto (GIL, 2002). Quanto à natureza, uma pesquisa básica que visa gerar novos conhecimentos úteis para o progresso da ciência sem aplicação prática prevista (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto ao procedimento, foi realizada uma pesquisa de campo, que consiste em observar os fatos e fenômenos que ocorrem espontaneamente, na coleta e registro de dados que os envolvem, assumindo variáveis relevantes.

Os dados foram coletados por meio de um questionário online (APÊNDICE A) composto por perguntas semi estruturadas, com questões abrangendo os aspectos sócio demográficos, uso de mídias sociais, atitudes alimentares e percepção da imagem corporal, que foi disponibilizado na plataforma Google formulários. As perguntas sobre atitudes alimentares foram extraídas do *Eating Attitudes Test (EAT 26)* que foi proposto por Garner e Garfinkel (1979) e traduzido para o português por Bighetti (2003). Já a parte de percepção da imagem corporal foi baseada no estudo de Barbosa e Arrais (2020). Foram apresentadas imagens de silhuetas do corpo feminino ou masculino, conforme o sexo identificado pelo participante, que deveria indicar a imagem que melhor representa seu corpo atual e ideal.

Antes da aplicação do questionário, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, que foi aprovado, sob o número do parecer 5.645.921 e os dados só foram coletados após a sua

aprovação. Assim, os voluntários somente participaram após assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE).

A pesquisa foi realizada com alunos de uma faculdade privada de Belo Horizonte. Para alcançar tais grupos, o questionário foi enviado aos coordenadores de cada curso, que repassaram o *link* aos seus respectivos alunos. No segundo semestre de 2022, havia cerca de 2000 alunos matriculados. Para que houvesse uma amostra representativa deste universo, esperava-se aproximadamente 323 respostas. Contudo, após quatro semanas de divulgação do questionário via coordenadores de curso, somente 60 pessoas responderam. Assim, optou-se por trabalhar com uma amostragem por conveniência.

Para análise dos resultados, foi realizada uma análise estatística descritiva simples, calculando-se a frequência das respostas. Para análise de dados sobre atitudes alimentares, foi adotada abordagem utilizada por Barbosa e Arrais (2020), avaliando uma escala de pontos de 0 a 3 considerando que (sempre = 3; muitas vezes = 2; às vezes = 1; poucas vezes, quase nunca e nunca = 0). E a questão 25 apresenta pontuação em ordem reversa. A pontuação igual ou superior a 21 considera-se como um indicativo de comportamento de risco para transtorno alimentar (EAT 26 positivo). Para a análise dos dados referente a imagem corporal foi calculada a diferença entre a imagem escolhida como atual e a ideal baseado na escala *Figure Rating Scale (FRS)*, quando valores positivos indicaram insatisfação por excesso de peso e valores negativos, insatisfação por magreza, enquanto valores iguais a zero, satisfação (LOPES et al. 2017, BARBOSA; ARRAIS, 2020).

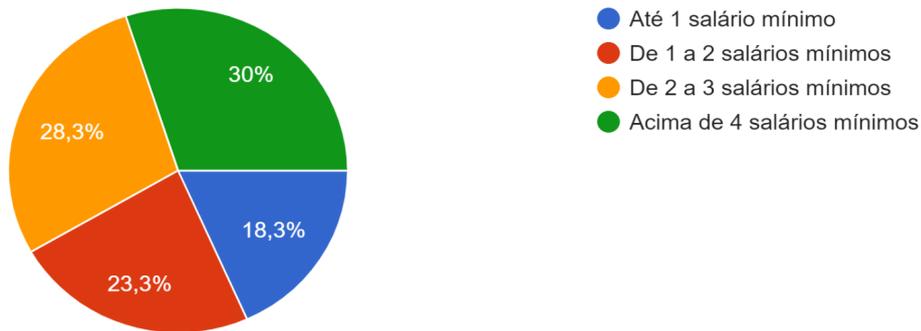
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização sócio demográfica

A maioria dos participantes (56,7%) são da faixa etária entre 18 e 25 anos, seguidos de 20% entre 25 e 35 anos, sendo a maioria do sexo feminino (80%), predominando o curso de nutrição 26,7% - possivelmente por ser um tema que chama mais atenção do curso - seguido de 23,3% de participantes do curso de direito e 13,3% do curso de enfermagem. Também houve participação de alunos dos cursos de estética e cosmética, gastronomia, publicidade e propaganda, jornalismo, engenharia civil, sistemas de informação e odontologia. Em relação ao período dos participantes, 33,3% se encontra do 7º ao 8º período, seguido de 23,3% do 1º ao 2º período.

Quanto à renda dos entrevistados, 30% apresentaram um rendimento mensal familiar de acima de 4 salários mínimos, seguido de 28,3% de 2 a 3 salários mínimos (Gráfico 1). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a renda média habitual real dos brasileiros é de R\$ 2.652,00 do segundo trimestre de 2022 (IPEA, 2022).

Gráfico 1: Renda mensal familiar em salários mínimos



Fonte: Próprias autoras.

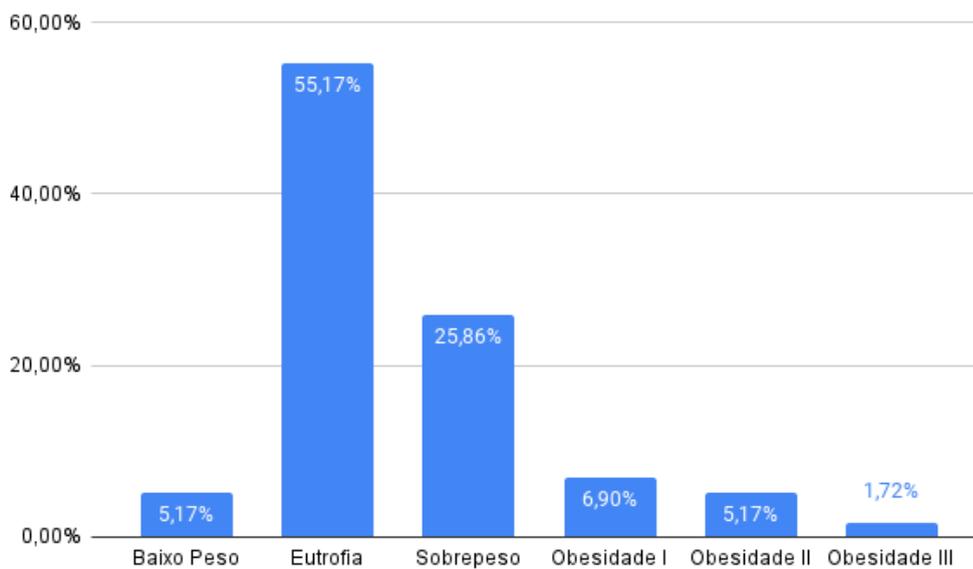
Salário mínimo: R\$ 1212,00

4.2 Peso, altura e IMC informados

Em relação ao peso e altura informados, os dados de dois participantes precisaram ser eliminados porque não foram preenchidos corretamente ou não informaram seus dados. Sobre o peso, os valores variaram de 43 kg a 155 kg, com uma média de 68,2 Kg e mediana 66 kg. Em relação a IMC variou de 17,04 kg/m² a 45,29 kg/m² com a média 24,89 kg/m² e mediana de 23,42 kg/m². A maioria dos participantes (55,17%) apresenta eutrofia em relação ao IMC, sendo que 39,65 % apresentam excesso de peso e 5,17 % apresentam baixo peso, conforme gráfico 2.

Estes resultados diferem um pouco da pesquisa da Vigilância de Fatores de Risco de Proteção Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) de 2021, que aponta que 58,6% da população de Belo Horizonte está com excesso de peso. Esta diferença pode ser explicada pelo fato de que a maioria dos participantes é formada por jovens de 18 a 25 anos. De fato, segundo os mesmos dados do Vigitel, o excesso de peso entre esta população está em torno de 35,7% (BRASIL, 2021), um pouco mais próximo dos dados da presente pesquisa.

Gráfico 2: IMC dos participantes da pesquisa

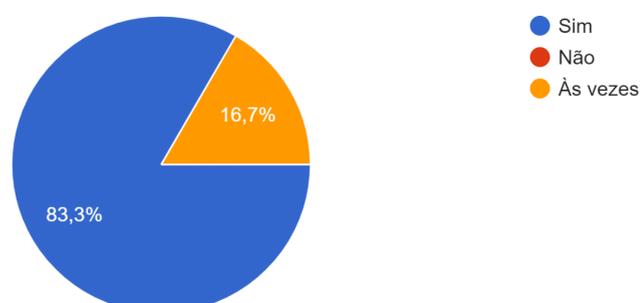


Fonte: Próprias autoras.

4.3 Uso de mídias sociais

Em relação ao uso de redes sociais a maioria (83,3%) declarou fazer uso e 16,7% responderam que às vezes utilizam, mostrando então que as mídias são amplamente utilizadas (Gráfico 3). Resultados parecidos foram demonstrados no estudo realizado por Andretta, *et al* (2021) com o objetivo de caracterizar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por adolescentes estudantes do Ensino Médio de escolas privadas de Porto Alegre e Região Metropolitana, apresentou que a TIC mais utilizada pelos adolescentes são as redes sociais representando 95,2%. No presente estudo, quando questionados quais as mídias mais utilizadas, o Whatsapp® ficou em primeiro lugar, caracterizando 56,7%, seguido do Instagram 36,7%. De fato, o Whatsapp® é a terceira mídia social mais utilizada no mundo, atingindo 2 milhões de pessoas de acordo com o novo Relatório de Visão Geral Global Digital 2022 – publicado em parceria com We Are Social e Hootsuite. No Brasil as redes sociais mais utilizadas destacam-se o Instagram atingindo 67,4%, seguido do Facebook 65,5% do público elegível que é de 13 anos ou mais (WE ARE SOCIAL E HOOTSUITE, 2022).

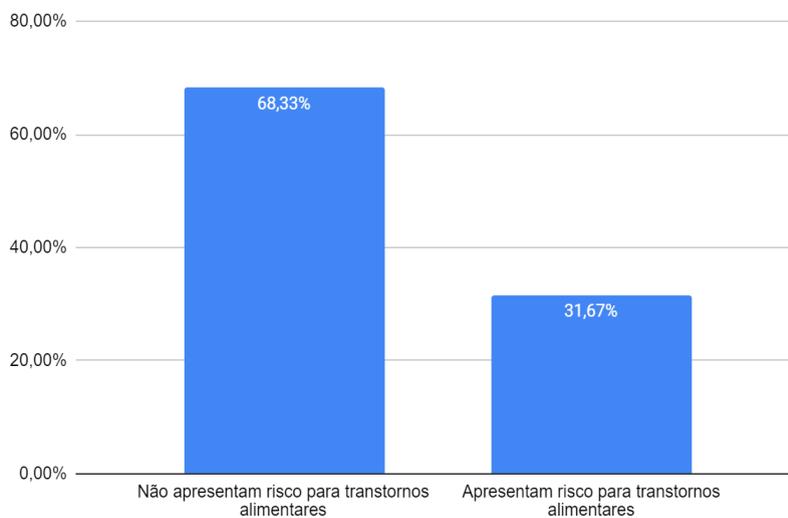
Gráfico 3: Uso de redes sociais pelos participantes da pesquisa.



4.4 Atitudes Alimentares

A partir do EAT-26, demonstrado no Gráfico 4, verificou-se que de todos os participantes 31,67 % apresentaram risco para transtornos alimentares. Entre o público feminino o risco de transtornos foi de 39,58% e no público masculino não houve riscos de transtornos. Resultado diferente foi encontrado em um estudo realizado com 86 estudantes de nutrição de uma faculdade particular do Distrito Federal, que avaliou a incidência de sinais de transtornos alimentares. Foi possível observar que 33,7% (n=29) da amostra apresentou resultado positivo para indicativo de transtornos alimentares em ambos os sexos (MILFONT *et al* ,2020). De fato, a maioria dos participantes da presente pesquisa também são do curso de nutrição, o que está de acordo com o estudo apresentado.

Gráfico 4: Análise do Teste de Atitudes Alimentares (EAT-26)



Fonte: Próprias autoras.

n=60

Em relação à análise da percepção da imagem corporal, os dados de 5 participantes precisaram ser eliminados porque não foram preenchidos corretamente. A predominância de respostas que representam a imagem do estudante atualmente está apresentada na Tabela 1. É possível observar, através da Tabela 1, que a maior frequência de respostas dos estudantes do sexo feminino, 28% (n=12), refere-se a silhueta 3 como a que melhor representa sua imagem atual, seguida da 4 (21%). Já em relação ao sexo masculino, os valores estão amplamente distribuídos através da escala, sendo as respostas com maior frequência de marcação sobre imagem atual as silhuetas 3 e 4 (25% cada).

Tabela 1: Imagens que representam os estudantes atualmente.

Silhuetas	1	2	3	4	5	6	7	8	9
% (feminino)	7% (n=3)	18,6% (n=8)	28% (n=12)	21% (n=9)	14% (n=6)	7% (n=3)	2,3% (n=1)	2,3% (n=1)	0% (n=0)

% (masculino)	8,3%	8,3%	25%	25%	16,6%	0%	8,3%	8,3%	0%
	(n=1)	(n=1)	(n=3)	(n=3)	(n=2)	(n=0)	(n=1)	(n=1)	(n=0)

Fonte: Próprias autoras.

A Tabela 2 apresenta a frequência de respostas que representam a imagem que o estudante queria estar (corpo ideal). Quando analisada a silhueta entre os estudantes do sexo feminino, notou-se que 51,2% (n=22) marcaram que a silhueta mais desejada seria a 3, e 33,3% (n=4) do sexo masculino escolheram a silhueta 4.

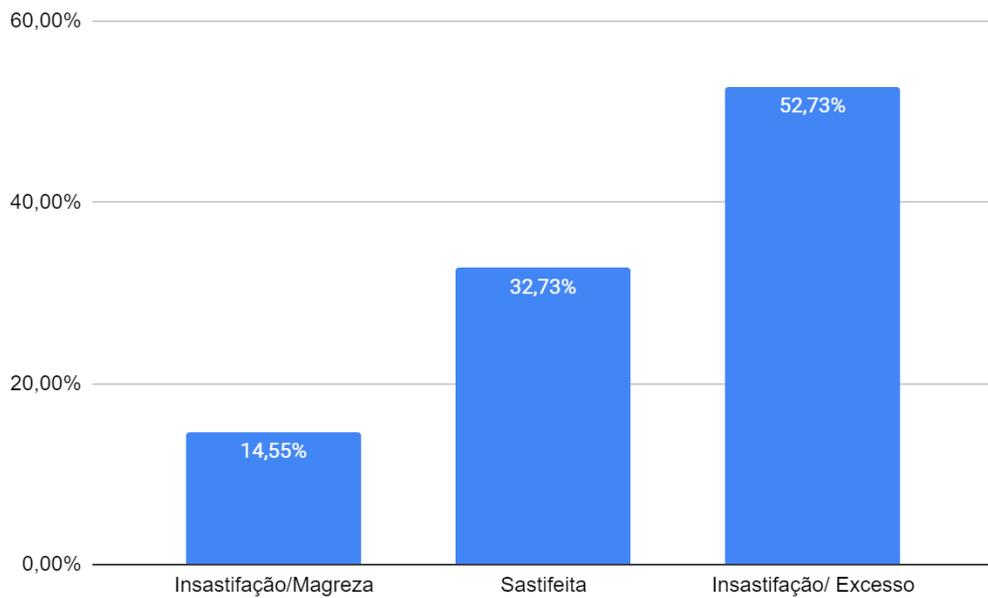
Tabela 2: Imagens que representam como os estudantes queriam estar.

Silhuetas	1	2	3	4	5	6	7	8	9
% (feminino)	9,3%	28%	51,2%	9,3%	2,3%	0%	0%	0%	0%
	(n=4)	(n=12)	(n=22)	(n=4)	(n=1)	(n=0)	(n=0)	(n=0)	(n=0)
% (masculino)	8,3%	16,6%	25%	33,3%	8,3%	0%	8,3%	0%	0%
	(n=1)	(n=2)	(n=3)	(n=4)	(n=1)	(n=0)	(n=1)	(n=0)	(n=0)

Fonte: Próprias autoras.

Ao calcular a diferença entre a imagem do corpo atual em relação ao corpo ideal, no presente estudo, 52,73% demonstraram insatisfação por excesso de peso, enquanto que 14,55% estavam insatisfeitos por magreza, totalizando 67,28% de insatisfação (gráfico 5). Resultados semelhantes foram encontrados em um estudo realizado por Lopes et al. (2017), com estudantes do sexo feminino, do curso de graduação em nutrição da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no qual foram distribuídos em dois grupos, de acordo com o período em que estavam cursando, por ingressantes e concluintes. Foi possível observar um percentual elevado de insatisfação por magreza ou excesso de peso entre as estudantes avaliadas, sendo 62,3% e 82,2% nos grupos ingressantes e concluintes respectivamente, visto que no presente predominaram o sexo feminino com insatisfação corporal.

Gráfico 5: Percepção da imagem corporal dos participantes



Fonte:
Próprias
autoras.

5 CONCLUSÃO

A hipótese deste trabalho era que as mídias sociais são amplamente utilizadas por estudantes e que eles podem estar em risco para transtornos alimentares e de imagem. De fato, esta hipótese foi confirmada, e os dados sugerem um elevado uso de mídias sociais inclusive para a busca de informações relativas à alimentação e saúde. Ainda assim, os dados do estudo também sugerem um risco de transtornos alimentares entre as participantes do sexo feminino, bem como elevado grau de insatisfação com a imagem corporal entre todos os participantes.

Os dados coletados através da presente pesquisa identificaram as mídias sociais mais utilizadas, destacando o Whatsapp® seguido do Instagram, destacando receitas, alimentação, saudável e nutricionista, como os conteúdos mais pesquisados o que indica uma busca por uma alimentação saudável. Em relação ao comportamento alimentar para risco de transtornos de acordo com os parâmetros utilizados, embora a maioria dos participantes não apresentem riscos de transtornos alimentares, foi possível observar uma porcentagem de risco para transtornos relevantes. Vale ressaltar que os transtornos alimentares são problemas de causas multifatoriais e nenhum fator pode ser levado em consideração de forma isolada. Em relação a percepção da imagem corporal, a maioria dos participantes demonstraram insatisfação relacionando a silhueta atual com a silhueta desejada, o que também pode estar associado a este risco de transtornos alimentares.

Assim, destaca-se a importância em realizar mais pesquisas que correlacionam o uso de mídias sociais com os riscos de desenvolvimento de transtornos alimentares e os impactos nas atitudes alimentares nos estudantes, com objetivo de desenvolver estratégias de intervenção nutricional para este público.

Este estudo contribuiu para o crescimento das autoras no processo de pesquisa e de compreensão da temática. Contudo, algumas dificuldades foram encontradas, especialmente em relação à baixa adesão ao preenchimento do questionário proposto. Assim, sugere-se pesquisas futuras feitas com

questionários físicos, em contato direto com o público, para tentar garantir uma participação mais efetiva.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Marle *et al.* **Nutrição Comportamental**. 2°. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole LTDA, 2019. ISBN 9788520456156.

ANDRETTA, Ilana et al . **Habilidades sociais e uso de mídias sociais por adolescentes no ensino médio**. Aletheia, Canoas , v. 54, n. 2, p. 44-54, dez. 2021 .

ASSIS, Liliane Cupertino de *et al.* **Uso da mídia social e sua associação com comportamentos alimentares disfuncionais em estudantes de Nutrição**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/HRGrxvWDZPcHCPKMKvFxsQy/#:~:text=Diversas%20cren%C3%A7as%20e%20comportamentos%20orientados%20ao%20uso%20da,dieta%20sem%20acompanhamento%20nutricional%2C%20mesmo%20por%20esse%20grupo..> Acesso em: 07 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **"Comorbidades psiquiátricas em transtornos alimentares" é tema do ABPTV**. 2018. Disponível em: <https://www.abp.org.br/post/comorbidades-psiQuiatricas-em-transtornos-alimentares-abptv>. Acesso em: 07 maio 2022.

BARBOSA, Fernanda Gomes; ARRAIS, Letícia Ruanda da Silva. **Comportamento Alimentar E Percepção Da Imagem Corporal Em Estudantes Do Ensino Superior Do Curso De Nutrição**. 2020. 34 f.(Graduação em Nutrição), Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020. Disponível em:<http://repositorio.fametro.com.br/jspui/handle/123456789/718>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BENATTO, Ana Sofia Gameiro Lopes de Castro; Castro, Maína Ribeiro Pereira. **A influência das redes sociais no comportamento alimentar dos universitários**, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13296/1/21553959.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

BIGHETTI, Felícia. **Tradução e validação do Eating Attitudes Test (EAT-26) em adolescentes do sexo feminino na cidade de Ribeirão Preto - SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2003. doi:10.11606/D.22.2003.tde-12042004-234230. Acesso em: 03-06-2022.

BITTAR, Carime; Soares, Amanda. **Mídia e comportamento alimentar na adolescência**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/mfTpzZ6F3YhywBGx5tVLkgx/>. Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde, Guia **Alimentar Para a População Brasileira**, ed. 2, 2014. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL, ministério da saúde. **Cuidado com a Compulsão Alimentar**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-que-ro-me-alimentar-melhor/noticias/2018/cuidado-com-a-compulsao-alimentar>. Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico : estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 128p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas/#:~:text=Vigitel%20Brasil%202021%20%3A%20vigil%C3%A2ncia%20de,em%202021%20%2F%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%2C>. Acesso em 28 nov 2022.

CETIC. CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Cresce o uso de Internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões, é o que aponta pesquisa do Cetic.br**. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/>. Acesso em: 07 maio 2022.

COSTA, Daniela Galdino *et al.* **Qualidade de vida e atitudes alimentares de graduandos da área da saúde**, Revista Brasileira de Enfermagem, 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0224>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/qZkpjny7BjybSKyw88XMhPk/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

GARNER, David M.; GARFINKEL, Paul E.. The Eating Attitudes Test: an index of the symptoms of anorexia nervosa. **Psychological Medicine**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 273-279, maio 1979. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0033291700030762>.

GIL, A. C **Como elaborar projetos de pesquisa** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Goiás . **Anorexia Nervosa**. 2019. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/biblioteca/7557-anorexia-nervosa>. Acesso em: 07 maio 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022**. 2022. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/09/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultado-da-pnad-continua-do-segundo-trimestre-de-2022/#:~:text=A%20renda%20m%C3%A9dia%20habitual%20real,em%20mar%C3%A7o%20\(R%242601\)](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/09/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultado-da-pnad-continua-do-segundo-trimestre-de-2022/#:~:text=A%20renda%20m%C3%A9dia%20habitual%20real,em%20mar%C3%A7o%20(R%242601).). Acesso em: 26 nov. 2022.

LOPES, Marcela Almeida Marreiros *et al.* **Percepção da imagem corporal e estado nutricional em acadêmicas de nutrição de uma universidade pública**. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316001469_percepcao_da_imagem_corporal_e_estado_nutricional_em_academicas_de_nutricao_de_uma_universidade_publica. Acesso em: 26 nov. 2022.

MATOS, Anna Paula de. **Comportamentos alimentares desordenados e fatores associados em estudantes universitários**, Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/2403/1/DISS_2018_Anna%20Paula%20de%20Matos.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

MILFONT, Isabella Meira; Senna, Rafaela Alves; Maynard, Dayanne Da Costa. **Transtornos Alimentares: Análise De Estudantes Do Curso De Nutrição De Uma Universidade Particular Do DF**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14779>. Acesso em: 26 nov. 2022.

NOGUEIRA-DE-ALMEIDA, Carlos Alberto *et al.* **Distorção da autopercepção de imagem corporal em adolescentes**. 2018. Disponível em: <https://d-nb.info/1180910524/34>. Acesso em: 07 maio 2022.

NUNES, Livia Garcia *et al.* **Fatores de risco associados ao desenvolvimento de bulimia e anorexia nervosa em estudantes universitários: uma revisão integrativa**, HU Revista, 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/09/859311/2629-16563-1-pb.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

PARENTE, Evandro Luiz Mitri. **O que é o transtorno dismórfico corporal**, SBCP-SC Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Regional Santa Catarina, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://sbcp-sc.org.br/artigos/o-que-e-o-transtorno-dismorfico-corporal/>. Acesso em: 15 maio 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. [S. l. Feevale, 2013. 277 p.

REZENDE, Beatriz Braga. **Transtornos Alimentares: A Influência Das Mídias Sociais Na Percepção Da Imagem Corporal De Jovens E Adolescentes**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13469/1/21600372.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Conceito e Tipos mais Frequentes de Transtornos Alimentares**. 2017. Disponível em:

<https://diabetes.org.br/conceito-e-tipos-mais-frequentes-de-transtornos-alimentares/#:~:text=Transtornos%20alimentares%20descrevem%20doen%C3%A7as%20que,ou%20a%20forma%20do%20corpo.>
. Acesso em: 09 abr. 2022.

TELES, Isabela Santos; MEDEIROS, Juliana Fernandes Batista. **A influência das redes sociais no comportamento alimentar e imagem corporal em mulheres – uma revisão de literatura.** 2020.

Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14450/1/Isabela%20Teles%20e%20Juliana%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

VIGITEL BRASIL 2021: **vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

WE ARE SOCIAL E HOOTSUITE. **Digital 2022:** Global Overview Report. 2022. Disponível em:

<<https://www.amper.ag/post/we-are-social-e-hootsuite-digital-2022-resumo-e-relatorio-completo>>.

Acesso em: 28 de nov 2022.

APÊNDICE A

Perguntas do questionário online:

Sócio Demográfico e uso de mídias sociais;

- | | |
|--|--|
| 1) Sexo? | <input type="checkbox"/> 1° ao 2° período |
| <input type="checkbox"/> Feminino | <input type="checkbox"/> 3° ao 4° período |
| <input type="checkbox"/> Masculino | <input type="checkbox"/> 5° ao 6° período |
| | <input type="checkbox"/> 7° ao 8° período |
| 2) Faixa etária? | <input type="checkbox"/> 9° ao 10° período |
| <input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos | |
| <input type="checkbox"/> Entre 25 e 35 anos | |
| <input type="checkbox"/> Entre 35 e 45 anos | 6) Faz uso de rede social? |
| <input type="checkbox"/> Entre 45 e 55 anos | <input type="checkbox"/> Sim |
| <input type="checkbox"/> Mais de 55 anos | <input type="checkbox"/> Não |
| | <input type="checkbox"/> Às vezes |
| 3) Qual a sua renda mensal? (Salário mínimo = R\$ 1212,00) | Se sua resposta anterior foi "SIM ou ÀS VEZES" responda as próximas perguntas |
| <input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo | |
| <input type="checkbox"/> De 1 a 2 salários mínimos | 7) Qual rede social mais utiliza? |
| <input type="checkbox"/> De 2 a 3 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Whatsapp® |
| <input type="checkbox"/> Acima de 4 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Facebook |
| 4) Curso? | <input type="checkbox"/> Instagram |
| <input type="checkbox"/> Nutrição | <input type="checkbox"/> Youtube |
| <input type="checkbox"/> Gastronomia | <input type="checkbox"/> Outros- Qual? ... |
| <input type="checkbox"/> Psicologia | |
| <input type="checkbox"/> Enfermagem | 8) Quanto tempo você gasta diariamente nas redes sociais? |
| <input type="checkbox"/> Outros- Qual? ... | <input type="checkbox"/> Menos de 2 horas |
| 5) Período | <input type="checkbox"/> De 2 a 4 horas |
| | <input type="checkbox"/> De 4 a 6 horas |

() Acima de 6 horas

9) Que tipo de conteúdo relacionado à alimentação você costuma seguir em suas redes sociais?

Atitudes Alimentares;

1) Fico apavorado com a ideia de estar engordando.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

2) Evito comer quando estou com fome.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

3) Sinto-me preocupada com os alimentos.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

4) Continuar a comer em exagero faz com que eu sinta que não sou capaz de parar.

- Sempre
- Muitas Vezes

- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

5) Corto os meus alimentos em pequenos pedaços

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

6) Presto atenção à quantidade de calorias dos alimentos que eu como.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

7) Evito, particularmente, os alimentos ricos em carboidratos (ex. pão, arroz, batatas, etc).

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

8) Sinto que os outros gostariam que eu comesse mais.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

9) Vômito depois de comer.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

10) Sinto-me extremamente culpada depois de comer.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

11) Preocupo-me com o desejo de ser magra.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

12) Penso em queimar calorias a mais quando me exercito.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

13) As pessoas me acham muito magra.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

14) Preocupo-me com a ideia de haver gordura em meu corpo.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

15) Demoro mais tempo para fazer minhas refeições do que as outras pessoas.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

16) Evito comer alimentos que contenham açúcar.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

17) Costumo comer alimentos dietéticos.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

18) Sinto que os alimentos controlam minha vida.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

19) Demonstro auto-controle diante dos alimentos.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

20) Sinto que os outros me pressionam para comer.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

21) Passo muito tempo pensando em comer.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

22) Sinto desconforto após comer doces.

Sempre

Muitas Vezes

Às Vezes

Poucas Vezes

Quase Nunca

Nunca

23) Faço regimes para emagrecer.

Sempre

Muitas Vezes

- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

24) Gosto de sentir meu estômago vazio.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

25) Gosto de experimentar novos alimentos ricos em calorias.

- Sempre

- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

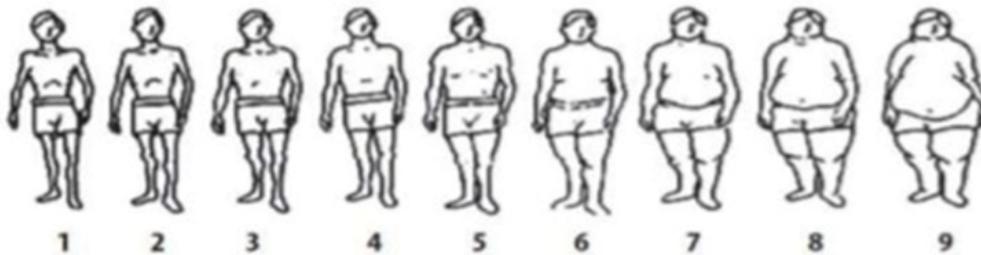
26) Sinto vontade de vomitar após as refeições.

- Sempre
- Muitas Vezes
- Às Vezes
- Poucas Vezes
- Quase Nunca
- Nunca

Percepção Da Imagem Corporal;

Observe as figuras abaixo:

Sexo Masculino



Barbosa e Arrais (2020)

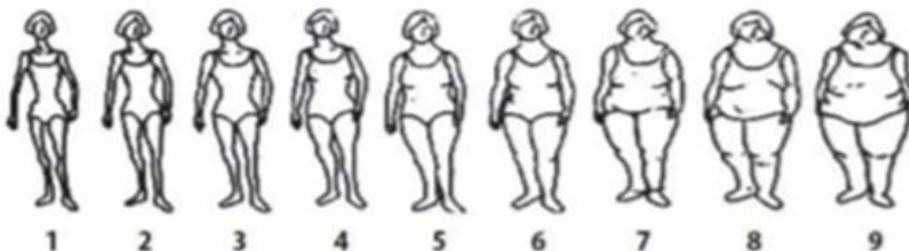
Marque a imagem que melhor representa você atualmente:

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 5 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 6 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 7 |
| <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 8 |
| | <input type="checkbox"/> 9 |

Marque a imagem que você gostaria de ser:

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 5 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 6 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 7 |
| <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 8 |
| | <input type="checkbox"/> 9 |

Sexo Feminino



Barbosa e Arrais (2020)

Marque a imagem que melhor representa você atualmente:

1

5

2

6

3

7

4

8

9

Marque a imagem que você gostaria de ser:

1

2

3

4

5

6

7

8

9

A Relação Entre o Eixo Intestino-Cérebro e as Alterações Psíquicas de Humor

The Relationship Between the Gut-Brain Axis and Psychic Mood Changes

Arieli de Oliveira Mendonça¹

Drielly Aparecida Ribeiro Nepomuceno¹

Gabriela Rodrigues Dias dos Santos¹

Sabrina Gomes Maia¹

Laila Caroline Gonçalves Rezende²

Resumo: O eixo intestino-cérebro tem sido instrumento de diversos estudos. A curiosidade se dá pelo fato de o cérebro e o intestino se comunicarem de forma bidirecional, no qual a microbiota intestinal interage com o cérebro, e este com o intestino. Tais achados sugerem que alterações na microbiota intestinal possam influenciar o comportamento e o humor. Diante disso, o objetivo desse estudo foi avaliar, por meio de uma revisão na literatura, a relação entre o eixo intestino-cérebro e as alterações psíquicas de humor, como ansiedade e depressão. Verificou-se que as bactérias da microbiota fornecem seus benefícios principalmente através do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA) e dos níveis séricos de biomarcadores inflamatórios, através da produção de neurotransmissores. Embora tenha sido demonstrado promissor o uso de probióticos no alívio dos sintomas depressivos, enfatiza-se a necessidade de mais evidências acerca do assunto.

Palavras-chave: Microbiota. Eixo intestino-cérebro. Disbiose. Ansiedade. Depressão.

Abstract: *The gut-brain axis has been the instrument of several studies. The curiosity is due to the fact that the brain and the intestine communicate bidirectionally, in which the intestinal microbiota interacts with the brain, and this with the intestine. Such findings suggest that changes in the intestinal microbiota may influence behavior and mood. Therefore, the objective of this study was to evaluate, through a literature review, the relationship between the gut-brain axis and psychic mood changes, such as anxiety and depression. Microbiota bacteria have been found to provide their benefits primarily through the hypothalamic-pituitary-adrenal (HPA) axis and serum levels of inflammatory biomarkers through the production of neurotransmitters. Although the use of probiotics in the relief of depressive symptoms has been shown to be promising, the need for more evidence on the subject is emphasized.*

Keywords: *Microbiota. Gut-brain axis. Dysbiosis. Anxiety. Depression.*

¹Acadêmicos do curso de Nutrição da faculdade Kennedy de Belo Horizonte. arieli.mendonca@soukennedy.com.br; drielly.nepomuceno@soukennedy.com.br; gabriela.santos@soukennedy.com.br; sabrina.maia@soukennedy.com.br.

²Nutricionista. Mestre em Ciência de Alimentos, UFMG. laila.rezende@somoskennedy.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A microbiota intestinal tem características pessoais para cada indivíduo, é o *habitat* de um vasto número de bactérias e contribui para o metabolismo do hospedeiro por vários mecanismos, incluindo aumento da captação de energia a partir da dieta, modulação do metabolismo lipídico, função endócrina alterada e aumento do tônus inflamatório (FUNG; OLSON; HSIAO, 2017). Assim como influencia muitos aspectos da fisiologia do ser hospedeiro, incluindo o metabolismo de nutrientes, resistência a infecções e desenvolvimento de sistema imune (GONÇALVES *et al.*, 2016).

Atualmente, pesquisas têm enfatizado a possível relação da microbiota gastrointestinal com o desenvolvimento de diversas doenças como obesidade, diabetes, inflamações e, recentemente, em distúrbios mentais e de comportamento como depressão, ansiedade e autismo (KAWASHITA, 2018). Isso porque, através do eixo intestino-cérebro, a microbiota intestinal é capaz de influenciar comportamentos associados à resposta estressora, circuitos neurais e no desenvolvimento de patologias como a depressão (FOND *et al.*, 2015).

O eixo intestino-cérebro consiste em um sistema complexo de vias que compreendem o sistema nervoso central, periférico, entérico e o autônomo. Trata-se de uma rede de comunicações, com fortes influências do sistema endócrino e imunológico intercelular (WANG; KASPER, 2014). Refere-se à sinalização bidirecional de mecanismos entre o TGI (trato gastrointestinal) e o SNC (sistema nervoso central) através de vias neuro-humorais complexas. Os sinais do cérebro podem alterar as funções sensório-motoras e secretórias do intestino, e inversamente, sinais aferentes viscerais originários do trato gastrointestinal podem modular a função cerebral (DALILE *et al.*, 2019). As vias de conexão entre o intestino e o cérebro incluem o cérebro, glândulas, intestino, células que participam do sistema imune e a microbiota do trato gastrointestinal (KAWASHITA, 2018).

Sabe-se que os hábitos alimentares desempenham um papel fundamental na modulação e na composição da microbiota intestinal (SANTOS; RAMALHO, 2019). Mudanças específicas na composição da microbiota intestinal foram demonstradas entre indivíduos de acordo com uma ingestão alimentar diferente. Uma dieta específica pode promover o crescimento de cepas bacterianas específicas, levando os hospedeiros a uma consequente alteração do metabolismo fermentativo, com efeito direto no pH intestinal, que pode ser responsável pelo desenvolvimento de uma flora patogênica. (BIBBÒ *et al.*, 2016).

A desregulação no metabolismo do triptofano pode desencadear quadros de ansiedade e depressão em pacientes diagnosticados com a síndrome do intestino irritável (SII) e outras doenças inflamatórias do trato gastrointestinal. (WACLAWIKOVÁ; AIDY, 2018).

Entre as funções que a microbiota intestinal exerce no corpo humano, estão: papel fundamental no sistema imune adaptativo e inato, absorção de diversos nutrientes e distribuição coordenada da gordura corporal, motilidade intestinal, além de servir de proteção contra lesões no epitélio intestinal

por agentes patogênicos, sendo importantíssima nas sinalizações com o SNC (MAYER *et al.*, 2014). Dessa forma, a perturbação dessa relação de simbiose, pode acarretar doenças no sistema neuroendócrino e imunológico (PETRA *et al.*, 2015).

Nesse sentido, Aizawa *et al.* (2016) relatam que a composição da microbiota intestinal de pessoas com depressão difere da microbiota de indivíduos saudáveis, apresentando menor diversidade na microbiota intestinal, bem como maiores níveis de marcadores inflamatórios. A depressão, por sua vez, é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno mental, caracterizado por tristeza, perda de interesse, ausência de prazer, oscilações entre sentimento de culpa e baixa autoestima, além de distúrbios do sono ou do apetite (OMS, 2011). Dados da OMS informam que atualmente o quadro de depressão afeta mais de 300 milhões de pessoas, sendo considerada a principal causa de problemas e incapacidade em todo o mundo (KOOPMAN; AIDY, 2017).

Portanto, identifica-se a relevância dos efeitos da saúde da microbiota intestinal para a compreensão do comportamento de doenças mentais ou psiquiátricas, associadas à comunicação eixo intestino-cérebro. Sendo necessário analisar as possíveis causas, novas terapêuticas e prováveis intervenções capazes de tratar ou prevenir os sintomas da doença. Nesse sentido, esta revisão objetivou caracterizar a relação da disbiose nas alterações psíquicas de humor, contribuindo para melhor compreensão da relação da dieta na prevenção e tratamento de alterações psicológicas, em especial as vias de produção do neurotransmissor serotonina, buscando entender como o eixo intestino-cérebro pode influenciar a produção deste hormônio e as alterações de humor.

Desta forma, o presente trabalho contribuirá tanto para a área acadêmica, no intuito de trazer uma revisão bibliográfica em língua portuguesa, quanto para o âmbito social, ampliando o acesso ao conhecimento científico, no intuito de proporcionar melhorias à saúde da população em geral através da identificação de possíveis causas das alterações do humor relacionadas à disbiose intestinal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Microbiota Intestinal

O TGI é uma estrutura oca com a função de digerir e absorver, disposto da orofaringe até a parte posterior do ânus. É composto por quatro divisões: esôfago, estômago, intestino delgado e cólon, e cada fragmento tem quatro camadas: serosa, muscular própria, submucosa e mucosa. As diversas aplicações de cada parte do TGI, como absorção e secreção, se devem a distribuição e ao tipo de epitélio e suas células diferenciadas em todo o tubo digestivo (TEJERO *et al.*, 2016).

O termo microbiota intestinal refere-se ao conjunto de microrganismos vivos principalmente bactérias anaeróbias, que colonizam o intestino logo após o nascimento (LOPES; SANTOS; COELHO, 2017). Conforme o amadurecimento do ser humano acontece, mais bactérias colonizam seu intestino. Estima-se que, um TGI adulto saudável aloja aproximadamente 1.000 espécies bacterianas. Essa população envolve mais de 100 trilhões de células microbianas que habitam o intestino delgado e grosso, o que é considerado 10 vezes o número de todas as outras células do corpo humano (YU; RAKA; ADELI, 2019).

A microbiota possui receptores do SNC e do sistema nervoso entérico (SNE) no TGI, podendo modificar sua fisiologia de acordo com o estímulo do hospedeiro (WANG; KASPER, 2014). Estudos mostraram que a modulação, manutenção e composição da microbiota são diretamente influenciadas por fatores ambientais, seja ele por parte das dietas, exercícios, ambiente materno, modo de parto ou por uso de probióticos (SOMMER; BACKHED, 2013).

São várias as funções que a microbiota intestinal participa, dentre elas: a função imunitária, metabólica, na absorção de nutrientes e também na proteção contra patógenos (KHANNA; TOSH, 2014).

A microbiota do intestino é capaz de gerar neurotransmissores como produtos de seus metabólitos. Dentre estes neurotransmissores, pode-se dar ênfase ao ácido γ -aminobutírico (GABA), serotonina, dopamina, epinefrina e acetilcolina. O GABA é um indispensável neurotransmissor de inibição de vários circuitos cerebrais, modulando ações fisiológicas e psicológicas. A secreção do GABA também propicia um pH adequado para a sobrevivência de inúmeras bactérias intestinais. Assim, sua desregulação pode ocasionar ansiedade e depressão (ARNETH, 2018).

A serotonina está intimamente relacionada com humor, comportamento, apetite, ciclo circadiano etc. Algumas bactérias são capazes de produzir e/ou induzir o hospedeiro a secretar essa substância. Essa regulação pode ser evidenciada pelo aumento da detecção de indoleamina-2,3-dioxigenase, uma enzima microbiana importante na degradação do triptofano (VEDOVATO *et al.*, 2015). Já a dopamina e epinefrina são hormônios relacionados com o estresse, tem a capacidade de aumentar o desenvolvimento microbiano patológico seis vezes mais, em horas, desempenhando um papel fundamental na função de: locomoção, cognição, emoção e secreção hormonal, semelhantemente a noradrenalina, principal neurotransmissor do sistema nervoso simpático (SNS) (ARNETH, 2018).

Estudos revelam que as bactérias probióticas estão aptas a produzirem essas substâncias neuroativas, as quais exercem influência sobre o eixo cérebro intestino (LYTE, 2011), conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Bactérias e a produção de neurotransmissores

Gênero	Neurotransmissor
<i>Escherichia, Bacillus, Saccharomyces</i>	Noradrenalina
<i>Candida, Streptococcus, Escherichia, Enterococcus</i>	Serotonina
<i>Bacillus, Serratia</i>	Dopamina
<i>Lactobacillus</i>	Acetilcolina

Fonte : Adaptada de Lyte (2011).

2.2 Eixo Intestino-Cérebro

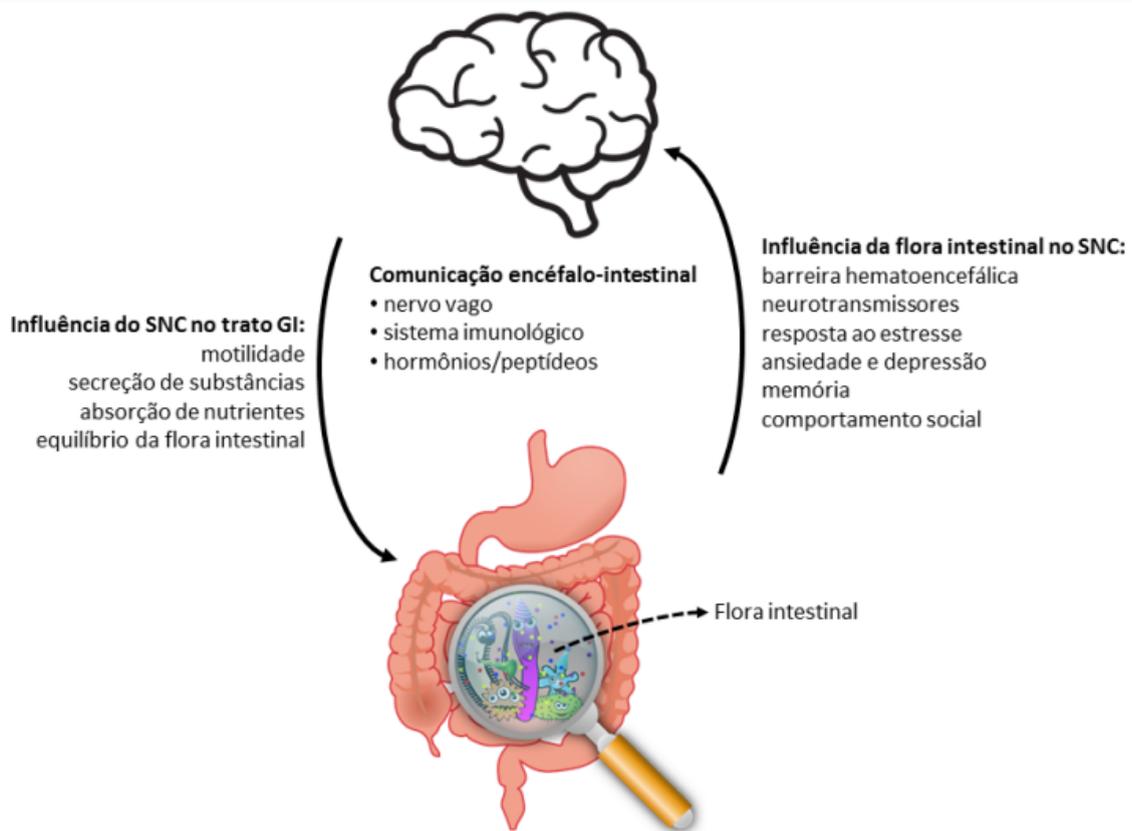
O conceito de Eixo-intestino-Cérebro (do inglês "GUT-BRAIN-AXIS, GBA") existe há mais de três décadas. As contribuições de muitas disciplinas científicas resultaram agora na aceitação de um sistema de sinalização bidirecional entre o intestino e o cérebro (STILLING; DINAN; CRYAN, 2014). Sabe-se que existe uma complexidade na comunicação entre o TGI, os microrganismos que o habitam, e o sistema nervoso periférico e central (MÖRKL, *et al.*, 2020).

Na relação eixo-intestino-cérebro são estabelecidas ligações mútuas entre as vias de comunicação que compreendem a microbiota intestinal e seus produtos metabólicos, o sistema nervoso entérico, ramos simpáticos e parassimpáticos do sistema nervoso autônomo, sistema neuroimune ou sistema imunológico neural, sistema neuroendócrino e SNC (COX; WEINER, 2018). Conforme Sampson *et al.* (2020), a comunicação bidirecional ocorre via aferente ou eferente e existem cerca de 5 vias de ligação entre a microbiota-intestino e cérebro. Compreendem essa ligação a rede de neurônios do sistema nervoso enteral, o sistema neuroendócrino, o hipotálamo-hipófise-adrenal, o sistema imunológico do intestino, e neurotransmissores e reguladores neuronais, além das barreiras muco-intestinal e hematoencefálica.

O SNC pode fazer o controle da microbiota intestinal por meio de sinalizações nervosas adrenérgica, impactando principalmente o trânsito intestinal e também a influência de neurotransmissores nos mediadores imunológicos que moldam a composição da microbiota e suas funções (COLLINS; SURETTE; BERCIK, 2012). A microbiota, por sua vez, é capaz de estimular as células do TGI a produzir neurotransmissores ou hormônios digestivos que podem alterar o cérebro e o comportamento. E também pode secretar neuroativos metabólicos na circulação, que trafegam para o SNC e induzem o nervo vago (COX; WEINER, 2018).

Levando em consideração a comunicação bidirecional entre microbiota-cérebro, não existem dúvidas que os processos cognitivos e emocionais, estão diretamente ligados a um circuito sistêmico integrado, incluindo a microbiota intestinal (SCHNORR; BACHNER, 2016). Lach (2017) descreveu a interação entre o intestino e o encéfalo, conforme Figura 1.

Figura 1 - Interação bidirecional entre a flora intestinal e o SNC.



Fonte: Lach (2017).

2.3 Disbiose

O eixo intestino-cérebro forma uma via de integração dos centros cerebrais com o SNE, que viabiliza regular diversos mecanismos, como: ação imunológica, auto-regulação intestinal e endócrina. Dessa forma, a perturbação dessa relação de simbiose, pode acarretar doenças no sistema neuroendócrino e imunológico (PETRA *et al.*, 2015).

A disbiose, por sua vez, é tida como um distúrbio na estrutura do microbioma, consistindo em processos como a perda de microorganismos benéficos, expansão dos microorganismos nocivos e perda da diversidade do microbioma gastrointestinal, perturbando a homeostase e desequilibrando a simbiose existente, promovendo o surgimento de patologias (COSTA *et al.*, 2019). É um processo que se caracteriza pela modificação da composição da flora intestinal, redução da diversidade bacteriana, expansão de patobiontes e alteração da capacidade funcional microbiana. Este desequilíbrio pode ser causado por fatores genéticos, estilos de vida (dieta ou stress), histórico de infecções, padrões de higiene, alergias e antibióticos (BUTTÓ *et al.*, 2015).

Em condições fisiológicas, a microbiota intestinal coexiste em simbiose mutualística com o hospedeiro, contribuindo para o controle homeostático do corpo, através da regulação das vias e funções imunes, endócrinas e neurais (ROMANI-PEREZ *et al.*, 2017).

A ocorrência da disbiose pode provocar processos inflamatórios no intestino, condição que está relacionada também com quadros de ansiedade. Estudos comprovam também que pessoas com depressão e autismo possuem desequilíbrio na sua microbiota entérica, principalmente relacionado a redução de diversidade e riqueza de espécies (OLIVEIRA; PROTACHEVICZ, 2019).

2.4 Alterações Psíquicas de Humor e Depressão

Os Transtornos do Humor ou Afetivos são aqueles cujo sintoma principal é a alteração do humor ou do afeto, da energia (ânimo) e do jeito de sentir, pensar e se comportar. Podem ser episódios de depressão ou de mania (difere da “mania de fazer as coisas” ou “tique” – nome dado à fase de euforia do transtorno bipolar), mas, quando a alteração de humor é causada por outra doença, não é considerado como transtorno do humor e sim um sintoma secundário da doença estabelecida (DEMETRIO; MINATOGAWA-CHANG, 2013).

A depressão é uma doença mental de elevada prevalência mundial. De acordo com um levantamento da OMS publicado em 2019, estima-se que a depressão afeta aproximadamente 280 milhões de pessoas em todo o mundo (IHME, 2019).

As causas da depressão podem variar, e alguns fatores de risco podem contribuir para o desenvolvimento da depressão, como estresse crônico, ansiedade crônica, traumas psicológicos, disfunções hormonais. A bioquímica cerebral evidencia que a deficiência de neurotransmissores, como serotonina, dopamina e noradrenalina estão envolvidos na regulação do humor (BRASIL, 2019).

Os sintomas da depressão podem variar muito, desde dores e sintomas físicos difusos como mal estar, cansaço, falta de energia, falta de concentração, queixas de falta de memória, e sensação de tristeza, autodesvalorização e sentimento de culpa, incapacidade de sentir prazer ou alegria, redução do interesse sexual, insônia ou sonolência, queixas digestivas, alterações de apetite, geralmente diminuído, e também aumento de interesse por carboidratos e doces (BRASIL, 2019).

2.5 Aspectos da Dieta na Modulação Intestinal

A perda gradativa da variedade da microbiota ao longo das gerações das sociedades industrializadas tem sido correlacionada ao crescente aumento de doenças crônicas não transmissíveis, com exemplo da obesidade, diabetes, síndrome metabólica, desnutrição, doenças inflamatórias intestinais, câncer do colorretal, entre outras. Por sua vez, uma alimentação saudável e intervenções nutricionais, como o consumo de prebióticos e probióticos podem ter ótimos benefícios na restauração da microbiota intestinal (CALATAYUD *et al.*, 2020).

No Brasil os probióticos são regulamentados pela RDC nº 2 de 7 de janeiro de 2002, que define substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedade funcional, e pela RDC nº 323 de 10 de novembro de 2003, que regulamenta o registro, alterações e revalidações de Medicamentos-Probióticos. Nestas resoluções, os probióticos são definidos como microrganismos vivos capazes de melhorar o equilíbrio microbiano intestinal, produzindo efeitos benéficos à saúde do indivíduo hospedeiro (BRASIL, 2002; BRASIL, 2003).

Os probióticos são organismos vivos com funções benéficas em nosso corpo. Eles podem manter uma integridade do revestimento intestinal, equilibrada ou pH do corpo; agir como antibiótico; regular imunidade e controle da inflamação diminuindo os níveis de lipossacarídeos (LPS); e aumentar o fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF). Por outro lado, bactérias probióticas bloqueiam a propagação e invasão de bactérias patogênicas que produzem antimicrobianos substâncias chamadas bacteriocinas. Além disso, eles facilitam a absorção de alimentos e melhoram biodisponibilidade de alguns nutrientes, como as vitaminas A, C e K e o grupo B (LIU; CAO; ZHANG, 2015) sendo estas vitaminas nutrientes essenciais envolvidos no desenvolvimento normal e funções do SNC (OPIE *et al.*, 2018).

Lactobacillus, *Bifidobacterium* e outras espécies foram usadas em estudos como suplementos probióticos para melhorar a biodiversidade e a saúde da microbiota intestinal e para tratar distúrbios de ansiedade, através da melhoria do equilíbrio da microbiota intestinal obtendo o título psicobióticos (GUALTIERI *et al.*, 2020).

De acordo com Gibson *et al* (2010), prebiótico é caracterizado como um ingrediente fermentado seletivamente que resulta em mudanças específicas na composição e / ou atividade de microbiota gastrointestinal, conferindo benefícios sobre a saúde do hospedeiro. Os principais tipos de prebióticos são: inulina, oligossacarídeos de soja (SOS), galactooligosacarídeos (GOS), xilo-oligosacarídeos (XOS), isomalto-oligosacarídeos (IMO), lactosacarose e gluco-oligosacarídeos (TEJERO *et al.*, 2016). Com eles, os microrganismos intestinais podem sintetizar ácidos graxos de cadeia curta (AGCC) e vitaminas (ENDERS *et al.*, 2015). Dentre os ácidos graxos de cadeia curta estão o propionato, butirato e acetato (VERAS; MAYNARD, 2018).

Segundo Guarino *et al* (2020), os prebióticos são fibras, que compõem a dieta e apresentam efeitos prebióticos. Contudo, é importante destacar que os prebióticos são geralmente considerados fibras, mas nem toda fibra é prebiótica. De acordo com Serrano (2017), considera-se como requisitos para uma substância ser considerada prebiótico da microbiota intestinal: resistência à degradação pelo ácido do estômago, enzimas ou hidrólise; fermentação por microrganismos intestinais; estimulação seletiva da multiplicação e da atividade de microrganismos benéficos no intestino.

As fibras dietéticas, por sua vez, são definidas pela Comissão do *Codex Alimentarius* (CAC), como "polímeros de carboidratos com um grau de polimerização não inferior a 3, que não são digeridos ou absorvidos no intestino delgado". Caracteriza-se pela sua "não digestibilidade" e é constituída por polímeros de carboidratos e polissacarídeos não amiláceos (componentes das paredes celulares das plantas) (SERRANO, 2017).

Diferentes estudos identificaram as alterações na microbiota do hospedeiro, como a diminuição ou aumento das bactérias, relacionadas a disbiose intestinal, protegendo a microbiota ou podendo aumentar os fatores inflamatórios, conforme o Quadro 2 (FRANÇA, 2019).

Quadro 2 – Alterações na dieta e consequências da disbiose

Dieta	Alterações	Efeitos
-------	------------	---------

Gordura	<i>Bifidobacteria spp.</i> ↓	A diminuição dessa bactéria diminui o fator protetor e a produção de GABA que atua como neurotransmissor na atividade e regulação cerebral (DINAN <i>et al.</i> , 2009).
Gorduras e Açúcares simples	<i>Clostridium innocuum</i> , <i>Enterococcus spp.</i> e <i>Catenibacterium mitsuokai</i> ↑	A produção de toxinas pelo <i>Clostridium spp.</i> e <i>Catenibacterium mitsuokai</i> contribuirá para a sintomatologia expressa da disbiose intestinal (SANTACRUZ <i>et al.</i> , 2009).
Açúcares complexos	<i>Enterobacteriaceae</i> e <i>Mycobacterium avium</i> ↓ <i>B. longum</i> e <i>B. breve</i> ↑	Dietas ricas em carboidratos complexos mostram espécies menos patogênicas, como <i>Mycobacterium avium</i> subespécie <i>paratuberculose</i> e <i>Enterobacteriaceae</i> . (WEI <i>et al.</i> , 2012).
Vegetariana	<i>E. coli</i> ↓	O vegetarianismo altera a microbiota intestinal em seres humanos porque a alta quantidade de fibra resulta em aumento da produção de ácidos graxos de cadeia curta por microrganismos que diminuem a pH intestinal. Isso evita o crescimento de bactérias potencialmente patogênicas, como <i>E. coli</i> e outras membros de <i>Enterobacteriaceae</i> (ZIMMER <i>et al.</i> , 2012).

*- ↓ : Diminuição / ↑ : Aumento.

Fonte: França (2019) *apud* Brown *et al* (2012).

3 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou o método dedutivo que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), é o método que, a partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica. Ainda segundo Prodanov e Freitas (2013), o raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas a partir de uma análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão.

Quanto à abrangência do estudo, o método empregado foi o multidisciplinar que, em definição dada por Nicolescu *et al.* (2000), a multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo.

Para a abordagem do problema, esta pesquisa aplicou a metodologia qualitativa, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. “Esse tipo de abordagem difere ainda da abordagem quantitativa pelo fato de não

utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Sob o ponto de vista de seus objetivos, esta é uma pesquisa de âmbito exploratória, definida por Prodanov e Freitas como:

Pesquisa exploratória: quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

Pesquisas exploratórias, para Gil (2010), são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele. “O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27).

No que se refere à natureza da pesquisa, foi utilizado método de pesquisa básica que, segundo Gil (2008), busca o progresso da ciência, a fim de desenvolver conhecimentos científicos sem preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado e objetiva a generalização, com vistas na construção de teorias e leis.

Conforme explica Prodanov e Freitas (2013), pesquisa de natureza básica difere da aplicada pois envolve verdades e interesses universais, enquanto a pesquisa de natureza aplicada envolve verdades e interesses locais.

Acerca do procedimento, levando em consideração a pesquisa de revisão sistemática, o estudo evidenciado foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Prodanov e Freitas (2013), é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico e internet.

[...] é um apanhado geral sobre os principais documentos e trabalhos realizados a respeito do tema escolhido, abordados anteriormente por outros pesquisadores para a obtenção de dados para a pesquisa. Essa bibliografia deve ser capaz de fornecer informações e contribuir com a pesquisa.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 80).

“A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

Para selecionar a amostra, foi realizado um estudo de revisão sistemática de literatura científica com consulta às bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *National Library of Medicine* (PubMed), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A busca foi realizada utilizando os seguintes descritores: “eixo intestino-cérebro” e “microbiota intestinal”, “disbiose” e “ansiedade”, “disbiose” e “depressão”, “disbiose e “probióticos” e “disbiose” e “prebióticos”.

Foi utilizado como critério de elegibilidade para inclusão os artigos científicos publicados nos últimos cinco anos (2017 a 2022) em inglês ou em português. Os critérios de exclusão foram estudos com gestantes, crianças, publicações de monografias, dissertações e teses e artigos que não tenham aderência específica à temática.

A seleção incluiu estudos de revisão sistemática, ensaios clínicos duplo e triplo-cegos, randomizados e controlados, em humanos e animais, que analisaram os efeitos do consumo de probióticos nas alterações psíquicas de humor.

Os dados desta revisão foram obtidos a partir da associação dos conceitos apresentados nos estudos selecionados, seus resultados e principais achados.

Para a realização da revisão sistemática foi necessária a presença de quatro pesquisadoras, responsáveis por pesquisar, filtrar, selecionar e associar as informações dos materiais disponíveis em literatura científica.

No que se refere aos materiais e recursos necessários para a realização da pesquisa, foram utilizados computadores/*notebooks* com acesso à *internet*, de propriedade pessoal, bem como privada, disponibilizados na biblioteca da Faculdade Kennedy unidade Prado/Belo Horizonte-MG, pelo período de nove meses.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados inicialmente 23 artigos abordando os descritores, que, após análise do objeto de estudo, 09 se enquadraram nos critérios de inclusão e foram avaliados e incluídos no artigo. Buscou-se a relação da saúde da microbiota intestinal nas alterações de humor a partir da suplementação de probióticos na dieta, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação entre uso de probióticos e efeitos sobre a mudança de humor

Referência	Objetivo	Desenho do Estudo	Resultados
Duranti <i>et al</i> (2020)	Entender se a produção de GABA em bifidobactérias é uma característica cepa-específicas para esclarecer quais táxons possuem a composição genética apropriada para a síntese de GABA.	No estudo foram feitas análises genéticas com mais de 1000 cepas isoladas do intestino de humanos e empregadas em um estudo in vivo em ratos da espécie <i>Groningen</i> .	No levantamento genético in vitro com 82 cepas, foram encontradas sete espécies diferentes de bactérias, onde quatro atuaram na síntese GABA. As cepas investigadas foram isoladas principalmente de amostras fecais ou biópsia de cólon de humanos saudáveis. Das amostras, 23% de todos os <i>B. teenis</i> testados foram classificadas como grandes produtoras de GABA, pois foram capazes de converter eficientemente mais de 65% do precursor em GABA. Houve também uma associação entre as espécies de <i>B. adolescentis</i> com melhora de transtornos mentais, como depressão e ansiedade.
Guillot (2020)	Analisar a participação do eixo microbiota-intestino-cérebro com alterações no comportamento humano, preferencialmente na infância, e o papel da disbiose como fator determinante.	Revisão de literatura. Foram revisadas as publicações sobre o tema em espanhol e inglês em bases de dados do PubMed, Google Scholar, SciELO e Latindex de 2015 a 2019.	No que diz respeito ao tratamento de ansiedade, não houveram evidências que comprovaram a eficácia da administração de probióticos em adultos, sugerindo novos estudos de meta-análises. Quanto à depressão, observou-se que as bactérias do gênero <i>Faecalibacterium</i> e <i>Coprococcus</i> , foram consistentemente associadas a indicadores de melhor qualidade de vida, capazes de modificar a microbiota, cujo efeito visa a saúde mental.
França (2019)	Entender a relação da dieta na alteração do microbioma no transtorno de humor, identificar a correlação entre os estímulos do eixo intestino-cerebral e transtorno de humor e analisar aspectos da dieta na modificação	Revisão narrativa. realizada no período de setembro a dezembro de 2019, nas bases de dados MEDLINE/PubMed, LILACS, SciELO e Google Scholar. Dos 123 artigos selecionados, 36 foram	Este estudo analisou artigos publicados entre 2009 e 2019 que correlacionam a influência dos probióticos na alteração de humor, chegando a conclusão que o uso destes são seguros, e podem ser moduladores do SNC, influenciando positivamente o humor. Assim, possuem propriedades antidepressivas e ansiolíticas, principalmente os gêneros <i>Lactobacillus</i> e <i>Bifidobacterium</i> .

	da microbiota intestinal e comunicação intestino-cérebro.	incluídos na revisão.	
Teng Ma <i>et al</i> (2021)	Investigar o papel funcional dos metagenomas intestinais nos efeitos benéficos à microbiota intestinal.	Estudo do tipo duplo-cego, randomizado, controlado por placebo em humanos, que analisou os efeitos do consumo de probiótico no alívio de sintomas de estresse, ansiedade e depressão, através de amostras fecais (43 pessoas receberam probióticos e 36 o placebo). Cada indivíduo recebeu 12 semanas de tratamento oral diário de <i>L. plantarum</i> P-8 (2 g; 2x10 ¹⁰ UFC/sachê/dia; maltodextrina como excipiente) ou placebo (apenas maltodextrina)	Durante o período de avaliação, observou-se na 12ª semana que o <i>Lactobacillus</i> , <i>Bifidobacterium</i> e <i>Faecalibacterium</i> se correlacionam positivamente com a saúde do cérebro e exerceram efeitos reguladores e protetores sobre doenças neurológicas. A <i>Bifidobacterium teenageris</i> exerceu efeito ansiolítico e antidepressivo ao reequilibrar a microbiota intestinal e diminuir as citocinas inflamatórias. O estudo também encontrou correlações negativas entre <i>B.teenis</i> , <i>B. longum</i> e <i>F. prausnitzii</i> com os escores de sintomas de estresse/ansiedade, enquanto <i>R. faecis</i> se correlacionou positivamente com esses escores. Além disso, foi observado um aumento na síntese de GABA e o declínio no nível de cortisol plasmático nos receptores de probióticos em comparação com os receptores de placebo.
Morais <i>et al</i> (2019)	Realizar uma revisão da literatura científica existente sobre o impacto do uso de probióticos no tratamento da depressão e sintomas depressivos em humanos.	Revisão de literatura de estudos clínicos que avaliaram o impacto da administração de probióticos em humanos, considerando-se elegíveis os estudos com desenho experimental duplo-cego e randomizado.	Dos 11 estudos selecionados, 9 identificaram melhoras nos índices de depressão avaliados, na forma em como os participantes percebem o estresse ou no conteúdo e tipo de pensamento que ocorre ao indivíduo quando este se depara com um sentimento de tristeza em indivíduos saudáveis ou com depressão leve.

Minayo, Miranda e Telhado (2021)	Entender os efeitos do uso de probióticos em algumas desordens mentais, especialmente na depressão, ansiedade e no estresse psicológico.	Revisão de literatura de estudos duplo e triplo-cegos, randomizados e controlados por placebo realizados em humanos (com idade entre 16 e 65 anos) que analisaram os efeitos do consumo de suplemento probiótico nos sintomas de depressão, ansiedade, níveis de cognição, estresse ou estado de humor.	As evidências apresentadas nesta revisão demonstram que o uso de probióticos impactam no perfil inflamatório dos pacientes e na regulação da via da serotonina, tendo em vista as alterações no eixo HPA e dos níveis séricos de biomarcadores inflamatórios presentes em pacientes deprimidos. Sete dos nove estudos comprovaram algum benefício da administração de probióticos em termos de saúde mental.
Roth <i>et al</i> (2021)	Abordar as características da síntese do triptofano e suas interações e impacto na saúde e em patologias neurológicas.	No estudo foi feita uma revisão na literatura com o intuito de abordar as características do metabolismo do triptofano e da homeostase intestino-cérebro.	Foi compreendido nas análises que a suplementação com probióticos das espécies dos <i>Lactobacillus helveticus</i> e <i>Bifidobacterium longum</i> , reduziu a ansiedade, melhorou o bem-estar emocional e reduziu a depressão sintomas em camundongos e humanos.
Charneca e Guerreiro (2021)	Elucidar o papel da nutrição e alimentação na prevenção e desenvolvimento das doenças psiquiátricas, assim como o impacto da modulação da microbiota intestinal como potencial alvo terapêutico.	Revisão de literatura de estudos com humanos, incluindo ensaios clínicos aleatorizados e em modelos animais, assim como artigos de revisão, revisão sistemática e meta-análise, com recurso à base de dados PubMed, de artigos publicados entre 2011-2021.	O artigo reporta que o tratamento com <i>Lactobacillus acidophilus</i> , <i>L. casei</i> e <i>Bifidobacterium bifidum</i> , durante o período de 8 semanas, causou uma diminuição significativa no score de depressão, em indivíduos com perturbação depressiva maior. Assim como, o uso dos probióticos <i>L. helveticus R0052</i> e <i>B. longum R0175</i> , em indivíduos com a mesma patologia, também durante 8 semanas, demonstrou a mesma eficácia, com resultado obtido através do Inventário de Depressão de Beck.
Forssten <i>et al</i> (2022)	O objetivo da revisão foi focar na função dos probióticos e no eixo	Revisão de literatura incluindo estudos de ensaio clínico	Evidências indicaram que algumas cepas podem ser eficazes na melhora dos comportamentos relacionados à depressão: a

	microbiota-intestinal-cérebro em relação aos transtornos de humor e revisar os desafios atuais da pesquisa pré-clínica à clínica.	randomizado, duplo-cego, controlado por placebo em camundongos e humanos, respectivamente.	combinação probiótica de multiespécie de <i>L. plantarum LP3</i> , <i>L. rhamnosus LR5</i> , <i>B. lactis BL3</i> , <i>B. breve BR3</i> e <i>Pediococcus pentosaceus PP1</i> aliviou comportamentos do tipo depressivo e diminuiu os níveis de corticosterona em camundongos submetidos a estresse por contenção. Da mesma forma, <i>L. plantarum WLPL04</i> aliviou comportamentos do tipo ansioso e depressivo e disfunção cognitiva induzida por estresse crônico em camundongos, ao mesmo tempo em que reverteu alterações anormais na composição da microbiota intestinal.
--	---	--	---

Os estudos de Morais *et al* (2019) demonstraram que a suplementação com probióticos apresenta potencial como terapia adjuvante no tratamento dos sintomas associados ao Transtorno de Depressão Maior e, principalmente, como ação preventiva de quadros depressivos em indivíduos saudáveis ou com depressão leve. Entretanto, quando investigaram o efeito da administração de probióticos a uma população idosa com leve transtorno de humor, não observaram alteração nos desfechos estresse, depressão e ansiedade. As espécies *L. acidophilus*, *L. casei*, *L. helveticus*, *B. lactis*, *B. longum* e *B. bifidum* foram as mais empregadas nos estudos, em concentrações entre 10⁸ a 10¹⁰ UFC/dia, com efeitos mensuráveis a partir da quarta semana de suplementação. De forma geral, poucos artigos identificaram as cepas (ou linhagens) utilizadas em seus estudos, porém, todos utilizaram bactérias dos gêneros *Lactobacillus* e *Bifidobacterium*. Alguns deles relatam que os participantes foram instruídos a ingerir os probióticos antes de grandes refeições, mas sem maiores especificações. Em consenso, nenhum estudo apontou reações adversas graves ao uso do suplemento.

A revisão de Minayo, Miranda e Telhado (2021) avaliou nove estudos de ensaio clínico com 698 indivíduos randomizados por um tempo de intervenção entre quatro e 12 semanas com a administração de apenas uma cepa ou a mistura de cepas probióticas dos seguintes gêneros: *Lactobacilos*, *Bifidobacterias*, *Streptococcus* e/ou *Lactococcus*. Os mais utilizados foram os *Lactobacilos*. Oito dos nove estudos avaliaram estresse e/ou ansiedade e cinco relataram melhora nos sintomas após a intervenção com probiótico. Entre estes, um, descreveu efeitos positivos nos sintomas físicos e em um biomarcador de estresse. Apesar de o *L. plantarum* não demonstrar efeitos benéficos nos itens relativos à depressão, sua administração resultou em sintomas reduzidos de estresse e ansiedade, e em melhora de várias funções cognitivas e de memória, em níveis reduzidos de cortisol plasmático e de citocinas pró-inflamatórias.

Nos estudos de Duranti *et al* (2020) foi feito um levantamento genético envolvendo 1.022 genomas de 82 cepas de *B. teenis* e empregado em um estudo in vivo em ratos, onde se permitiu identificar dois produtores de ácido gama aminobutírico (GABA) elevados. O objetivo do estudo foi entender se a produção do GABA - que é o principal neurotransmissor inibitório - em bifidobactérias e *B. teenis*, desempenha papel fundamental nos transtornos de ansiedade e depressão, com intuito de esclarecer quais táxons possuem a composição genética apropriada para a produção de GABA. Das espécies encontradas, quatro atuam na síntese GABA (*B. teenis*, *B. angulatum*, *B. meryci cum* e *B. samirii*), incluindo 75 dos 81 genomas analisados. Dentre as espécies de bifidobactérias identificadas que atuam na produção do GABA, *B. teenis*, *B. angulatum* e *B. dentium* são de origem humana, enquanto os outros são geralmente associados ao intestino de outros mamíferos, como macacos e bovinos. As cepas investigadas foram isoladas principalmente de amostras fecais ou biópsia de cólon de humanos saudáveis, no qual revelou uma característica frequente do táxon de *B. adolescente*, uma vez que 79% das cepas de *B. adolescente* testadas apresentaram a capacidade de transformar o precursor glutamato monossódico (GMS) em GABA. Mais especificamente, 23% de todos os *B. teenis* testados as cepas foram classificadas como grandes produtoras de GABA, pois foram capazes de converter eficientemente mais de 65% do precursor em GABA. Houve também uma associação entre as espécies de *B. adolescenteis* com transtornos mentais, como depressão e ansiedade. Os resultados alcançados contribuem para a ampliação do conhecimento atual sobre o papel das cepas *B. teenis* na modulação do eixo intestino-cérebro. No entanto, são necessários mais ensaios in vivo para validar ainda mais esses resultados.

A revisão de Guillot (2020) avaliou artigos publicados entre 2015 e 2019 que analisaram a composição e diversidade da microbiota intestinal e como ela pode gerar alterações na produção de neuroreceptores, na concentração de metabólitos e hormônios, correlacionando à distúrbios comportamentais, o espectro autismo, transtornos de déficit de atenção/hiperatividade, ansiedade, depressão e até doença de Alzheimer. No que diz respeito à ansiedade, não houve grande relevância na pesquisa experimental de tratamento com probiótico na dieta de camundongos, ou convincentes, se tratando de humanos. Sugerindo mais estudos de meta-análise

para validação desses dados. Já na depressão, observou-se que as bactérias do gênero *Faecalibacterium* e *Coprococcus*, ambos produtores de butirato, foram consistentemente associadas a indicadores de melhor qualidade de vida.

Na Revisão feita em literatura por Roth *et al* (2021), foi compreendido que probióticos das espécies dos *Lactobacillus helveticus R0052* e *Bifidobacterium longum R0175*, reduziram a ansiedade, melhoraram o estado emocional e foi percebida uma melhora na depressão reduzindo os sintomas em camundongos e humanos, respectivamente. O estudo compreendeu que o metabolismo do triptofano depende de micróbios intestinais e que podem estar envolvidos na patogênese de várias doenças neurais. Assim, identificar bactérias patogênicas e benéficas e sua ligação ao metabolismo do triptofano pode ajudar a tratar uma ampla gama de distúrbios neurológicos e psiquiátricos.

Os estudos revisados por Forssten *et al* (2022), indicaram que algumas cepas podem ser eficazes na melhora dos comportamentos relacionados à depressão, sendo que uma combinação probiótica multiespécie de *L. plantarum LP 3*, *L. rhamnosus LR 5*, *B. lactis BL 3*, *B. breve BR3* e *Pediococcus pentosaceus PP1*, foi capaz de aliviar os sintomas depressivos e diminuiu os níveis de corticosterona em camundongos submetidos a estresse por contenção. Da mesma forma, *L. plantarum WLPLO4* aliviou comportamentos do tipo ansioso e depressivo e disfunção cognitiva induzida por estresse crônico em camundongos, ao mesmo tempo em que reverteu alterações anormais na composição da microbiota intestinal.

França (2019), analisou artigos publicados entre 2009 e 2019 que avaliaram a influência da dieta na modulação da microbiota intestinal, especialmente, o uso de probióticos nas dietas e sua relação com transtornos de humor, chegando a conclusão de que o uso de probióticos é seguro e há fortes evidências de que estes podem ser moduladores do SNC e do humor, por possuírem propriedades antidepressivas e ansiolíticas, principalmente os gêneros *Lactobacillus* e *Bifidobacterium*. Porém, para respaldar esses achados, é necessário que mais estudos sejam realizados na área nutricional para elucidar esta relação.

O estudo de Teng Ma *et al* (2021), do tipo duplo-cego, randomizado, controlado por placebo em humanos, analisou os efeitos do consumo de *Plantarum P-8* (2 g; 2x10¹⁰ UFC/sachê/dia; maltodextrina como excipiente) ou placebo (apenas maltodextrina) durante o período de 12 semana, no alívio de sintomas de estresse,

ansiedade e depressão, através de amostras fecais. Embora 52 receptores de probióticos e 51 receptores de placebo tenham terminado o estudo, apenas 43 receptores de probióticos e 36 receptores de placebo doaram amostras fecais nas semanas 0 e 12 para a análise. Durante o período de avaliação, observou-se na 12ª semana que o *Lactobacillus*, *Bifidobacterium* e *Faecalibacterium* se correlacionam positivamente com a saúde do cérebro e exerceram efeitos reguladores e protetores sobre doenças neurológicas. A *Bifidobacterium teenageris* exerceu efeito ansiolítico e antidepressivo ao reequilibrar a microbiota intestinal e diminuir as citocinas inflamatórias. O estudo também encontrou correlações negativas entre *B.teenis*, *B. longum* e *F. prausnitzii* com os escores de sintomas de estresse/ansiedade. Além disso, foi observado um aumento na síntese de GABA e o declínio no nível de cortisol plasmático nos receptores de probióticos em comparação com os receptores de placebo.

A revisão de Charneca e Guerreiro (2021) realizada na base de dados da Pubmed, teve como objetivo elucidar o papel da nutrição e alimentação na prevenção e desenvolvimento de doenças psiquiátricas, assim como, o impacto da modulação da microbiota intestinal como potencial alvo terapêutico. O artigo elucidou evidências que indicaram a eficácia de probióticos na melhora dos comportamentos relacionados à depressão, tal como a combinação probiótica de multiespécie de *L. plantarum* LP3, *L. rhamnosus* LR5, *B. lactis* BL3, *B. breve* BR3 e *Pediococcus pentosaceus* PP1 no comportamento depressivo e diminuição dos

níveis de corticosterona em camundongos submetidos a estresse por contenção. Também foi revelado que a suplementação de *L. plantarum* WLPL04 aliviou comportamentos do tipo ansioso e depressivo e disfunção cognitiva induzida por estresse crônico em camundongos, ao mesmo tempo em que reverteu alterações anormais na composição da microbiota intestinal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências dos últimos 5 anos apresentadas nesta revisão de literatura mostraram, em uma pesquisa preliminar limitada, que a suplementação com probióticos demonstrou melhoria da gravidade dos sintomas nos transtornos de humor, como ansiedade e depressão. As espécies mais empregadas nos estudos

avaliados foram *Lactobacillus* e *Bifidobacterium*, em concentrações entre 10⁸ a 2x10¹⁰ UFC/dia, com efeitos mensuráveis a partir da quarta semana de suplementação. Contudo, o efeito da ação psicobiótica desses probióticos ainda precisa ser estabelecida.

Estudos sugerem que intervenções precoces com probióticos para restaurar a composição da microbiota intestinal podem reduzir o risco de desenvolvimento de transtornos de humor, como depressão (FORSSTEN *et al.*, 2022). Entretanto, investigações clínicas adicionais sobre o papel dos probióticos na saúde mental e cerebral, estudos como ensaios clínicos randomizados, duplo-cegos, triplo-cego e controlados por placebo em diferentes populações, são necessários para determinar a eficácia no alívio dos sintomas, assim como a dosagem e a duração do tratamento com probióticos.

Apesar disso, conclui-se que as evidências apresentadas nesta revisão demonstram que o uso de probióticos impacta no perfil inflamatório e na regulação do sistema serotoninérgico cerebral, tendo em vista as alterações no eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA) e dos níveis séricos de biomarcadores inflamatórios de pacientes deprimidos.

Embora tenha sido demonstrado o promissor uso de probióticos no alívio dos sintomas depressivos, enfatiza-se a necessidade de mais evidências acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

- AIZAWA E, Tsuji H, Asahara T, et al. Possible association of Bifidobacterium and Lactobacillus in the gut microbiota of patients with major depressive disorder. *J Affect Disord.* 2016;202:254-257. doi:10.1016/j.jad.2016.05.038
- ARNETH, B. M. Gut–brain axis biochemical signaling from the gastrointestinal tract to the central nervous system: gut dysbiosis and altered brain function. *Postgrad. Med. J.*, Oxford, v. 94, n. 1114, p. 446-452, 2018.
- BIBBÒ, S., IANIRO, G., GIORGIO, V., SCALDAFERRI, F., MASUCCI, L., GASBARRINI, A., & CAMMAROTA, G. O papel da dieta na composição da microbiota intestinal. *Revista Europeia de Ciências Médicas e Farmacológicas, Roma*, v. 20, n. 22, pág. 4743-4749, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27906427/>. Acesso em: 22 Abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental, Depressão: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção.** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/76depressao.html>. Acesso em: 13 Jun 2022..
- BRASIL. Ministério da Saúde, **RDC 2 de 7 de janeiro de 2002.** Aprova o Regulamento Técnico de Substâncias Bioativas e Probióticos Isolados com Alegação de Propriedades Funcional e ou de Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde, **RDC 323 de 10 de novembro de 2003.** Aprova o regulamento técnico de registro, alteração e revalidação de registro dos medicamentos probióticos.
- BUTTÓ, L. F., *et al.* **Mechanisms of Microbe–Host Interaction in Crohn’s Disease: Dysbiosis vs. Pathobiont Selection.** *Front. Immunol*, 6:555. 2015.
- BROWN, K. *et al.* **Diet-Induced Dysbiosis of the Intestinal Microbiota and the Effects on Immunity and Disease.** *Nutrients.*, Basel, Switzerland, v.4, n.8, p.1095-1119, 2012.
- CALATAYUD, Guillermo *et al.* **Dieta e microbiota. Impacto na saúde.** *Nutr. Hosp.*, Madri, v. 35, n. spe6, pág. 11-15, 2018 Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-16112018001200004. Acesso em 09 Abr. 2022.
- CHARNECA, Sofia; GUERREIRO, Catarina Sousa. SAÚDE MENTAL EM PERSPETIVA – O PAPEL DA NUTRIÇÃO E DA MICROBIOTA INTESTINAL: mental health in perspective - the role of nutrition and gut microbiota. *Associação Portuguesa de Nutrição*, Lisboa, v. 28, n. 1649, p. 1-5, 31 dez. 2021.
- CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. Recommended international code of practice general principles of food hygiene: CAC/RCP 1-1969, Rev. 4-2003.
- COLLINS, S., SURETTE, M., BERCIK, P. The interplay between the intestinal. *Nature Review Microbiology* 10:735-742. 2012.

COSTA, D. A. L. *et al.* Prevalência de sinais e sintomas de disbiose intestinal em indivíduos obesos atendidos em uma instituição de ensino de Brasília-DF. **RBONE-Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição E Emagrecimento**, v. 13, n. 79, p. 488-497, 2019. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1006>. Acesso em: 14 Maio 2022.

COX, Laura M.; WEINER, Howard L. Vias de sinalização da microbiota que influenciam a doença neurológica. **The American Society for Experimental NeuroTherapeutics**, ano 2018, v. 15, p. 135-145, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13311-017-0598-8>. Acesso em: 14 Maio 2022.

DALILE B, Van Oudenhove L, Vervliet B, Verbeke K. The role of short-chain fatty acids in microbiota-gut-brain communication. **Nat Rev Gastroenterol Hepatol**. 2019;16(8):461-478. doi:10.1038/s41575-019-0157-3

DURANTI, Sabrina; RUIZ, Lorena; LUGLI, Gabriele Andrea; TAMES, Héctor; MILANI, Christian; MANCABELLI, Leonardo; MANCINO, Walter; LONGHI, Giulia; CARNEVALI, Luca; SGOIFO, Andrea. Bifidobacterium adolescentis as a key member of the human gut microbiota in the production of GABA. **Scientific Reports**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-13, 24 ago. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-020-70986-z>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-70986-z>. Acesso em: 20 nov. 2022

Fond G, Boukouaci W, Chevalier G, et al. The "psychomicrobiotic": Targeting microbiota in major psychiatric disorders: A systematic review. **Pathol Biol (Paris)**. 2015;63(1):35-42. doi:10.1016/j.patbio.2014.10.003

FORSSTEN, Sofia D.; OUWEHAND, Arthur C.; GRIFFIN, Síle M.; PATTERSON, Elaine. One Giant Leap from Mouse to Man: the microbiota-gut-brain axis in mood disorders and translational challenges moving towards human clinical trials. **Nutrients**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 568, 27 jan. 2022. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/nu14030568>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8840472/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

DINAN, T. G. *et al.* Early life stress alters behavior, immunity, and microbiota in rats: implications for irritable bowel syndrome and psychiatric illnesses. **Biological psychiatry**, 65(3), 263–267, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2008.06.026>

O'Mahony, S. M., Marchesi, J. R., Scully, P., Codling, C., Ceolho, A. M., Quigley, E. M., Cryan, J. F., & Dinan, T. G. (2009). Early life stress alters behavior, immunity, and microbiota in rats: implications for irritable bowel syndrome and psychiatric illnesses. **Biological psychiatry**, 65(3), 263–267. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2008.06.026>

FRANÇA, Thaíza Barros de. **INTERAÇÃO ENTRE O EIXO MICROBIOTA-INTESTINO-CÉREBRO, DIETA E TRANSTORNOS DE HUMOR: UMA REVISÃO NARRATIVA**. 2019. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36993>. Acesso em: 05 Maio 2022.

FUNG, Thomas C; OLSON, Christine; HSIAO, Elaine y. **Interactions between the microbiota, immune and nervous systems in health and disease**. *Nature Neuroscience*, v. 20, n. 2, p. 145-155, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28092661/>. Acesso em: 07 Jun. 2022.

GIBSON, G. R. *et al.* Dietary prebiotics: current status and new definition. *Food Science and Technology Bulletin. Functional Foods*, v. 7, p. 1-19, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Juliana Lauar; YAOCHITE, Juliana Navarro Ueda; QUEIROZ, Camila de A. Almeida de; CÂMARA, Carlos Campos; ORIÁ, Reinaldo B.. Bases do Sistema Imunológico Associado à Mucosa Intestinal. **Sistema Digestório: Integração Básico-Clínica**, p. 369-388, nov. 2016. Editora Edgard Blücher. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/bases-do-sistema-imunologico-associado-a-mucosa-a-intestinal-20124>. Acesso em: 07 Jun. 2022.

GUALTIERI, P. *et al.* Psychobiotics Regulate the Anxiety Symptoms in Carriers of Allele A of IL-1 β Gene: A Randomized, Placebo-Controlled Clinical Trial. **Mediators of Inflammation**, v. 2020, 2020. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/mi/2020/2346126/>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

GUARINO, M. P. L. *et al.* Mechanisms of Action of Prebiotics and Their Effects on GastroIntestinal Disorders in Adults. **Nutrients**, v. 12, n. 4, p. 1037, 2020. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=fsr&AN=143024445&lang=ptbr&site=ehost-live>. Acesso em: 08 Abr. 2022.

GUILLOT, Carlos Castañeda. Microbiota intestinal e distúrbios do comportamento mental: microbiota intestinal e transtornos do comportamento mental. **Revista Cubana de Pediatría**, Havana, v. 1063, n. 2020922, p. 1-15, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-9925-5211>. Acesso em: 29 nov. 2022.

IHME – Instituto de Métricas em Avaliação de Saúde. **Estimativa de GBD (Global Burden Disease) de Transtornos Depressivos em 2019**. Disponível em: <https://vizhub.healthdata.org/gbd-results/?params=gbd-api-2019-permalink/d780dffbe8a381b25e1416884959e88b>. Acesso em: 1 Maio 2022.

KAWASHITA, Raphael. **A influência da microbiota intestinal na saúde humana e a possível relação com transtornos mentais e comportamentais**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/fa37f6fa-4cb7-44b8-b9ac-ffb2956d75d8/2954958.pdf>. Acesso em: 08 Jun. 2022.

KHANNA, Sahil; TOSH, Pritish K. Cartilha de um clínico sobre o papel do microbioma na saúde e na doença humana. **Mayo Clinic Proceedings**, ano 2014, v. 89, p. 107-114, 1 jan. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0025619613008860>. Acesso em: 14 Maio 2022.

KOOPMAN, Margreet; AIDY, Sahar El. Depressed gut? The microbiota-diet-inflammation triologue in depression. **Current Opinion In Psychiatry**, v. 30, n. 5, p. 369-377, set. 2017. Ovid Technologies

(Wolters Kluwer Health). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28654462/>. Acesso em: 07 Mar. 2022.

LACH, G. *et al.* Envolvimento da flora intestinal na modulação de doenças psiquiátricas. **Vittale – Revista de Ciências da Saúde**, v 29, n. 1, p. 64-82, 2017.

LIU, X.; CAO, S.; ZHANG, X. Modulation of Gut Microbiota–Brain Axis by Probiotics, Prebiotics, and Diet. **J Agric Food Chem**, Washington, v.63, n.36, p. 7885-7895, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26306709/>. Acesso em: 12 Abr. 2022.

LYTE, Mark. Probiotics function mechanistically as delivery vehicles for neuroactive compounds: microbial endocrinology in the design and use of probiotics. **Bioessays**, [S.L.], v. 33, n. 8, p. 574-581, 6 jul. 2011. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/bies.201100024>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21732396/>. Acesso em: 02 Jun. 2022.

LOPES, C. L. R.; DOS SANTOS, G. M.; COELHO, F. O. A. M. Prevalência de sinais e sintomas de disbiose intestinal em pacientes de uma clínica em Teresina-PI. **Cien. Desen.- Rev. Eletr. FAINOR**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 3, 2017.

MA, Teng *et al.* Probiotic consumption relieved human stress and anxiety symptoms possibly via modulating the neuroactive potential of the gut microbiota. **Neurobiology Of Stress**, [S.L.], v. 14, p. 100294, maio 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ynstr.2021.100294>.

MATTHEW J. *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, jun. 2022. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em? 20 Out. 2022.

MAYER EA, Savidge T, Shulman RJ. Brain-gut microbiome interactions and functional bowel disorders. **Gastroenterology**. 2014;146(6):1500-1512. doi:10.1053/j.gastro.2014.02.037

MARCONE, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003. 310 p. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 20 Maio 2022.

MINAYO, Miryam de Souza; MIRANDA, Iasmim; TELHADO, Raquel Senna. Revisão sistemática sobre os efeitos dos probióticos na depressão e ansiedade: terapêutica alternativa?. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 9, p. 4087-4099, set. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021269.21342020>. Acesso em: 15 Set 2022.

MORAIS, A. *et al.* Suplementações com probióticos e depressão: estratégia terapêutica? **Rev Ciênc Med**. 2019; 28(1): 31-47. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0897v28n1a4455>. Acesso em: 24 Ago 2022.

MÖRKL, S. *et al.* Probiotics and the microbiota-gut-brain axis: focus on psychiatry. **Current Nutrition Reports**, v. 9, n. 3, p. 171–182, 2020.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, B. *et al.* (Org.). **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000. p.13-29.

OLIVEIRA, Beatriz Aparecida Schmitz de; PROTACHEVICZ, Ana Paola. MULTIFATORIEDADE DAS DOENÇAS PSÍQUICAS: ASSERÇÕES ACERCA DO MICROBIOMA HUMANO. **XVII Jornada Científica dos Campos Gerais**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-4, 23 out. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL-PC/Downloads/1694-Texto%20do%20artigo-4275-1-10-20191206.pdf>. Acesso em: 07 Abr. 2022.

Organização Mundial da Saúde (org.). Depressão. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 28 nov. 2022.

OPIE, R. S. *et al.* A modified Mediterranean dietary intervention for adults with major depression: Dietary protocol and feasibility data from the SMILES trial. **Nutritional neuroscience**, Amsterdam, v.21, n.7, p.487-501, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28424045/>. Acesso em 08 Abr. 2022.

PETRA, A. *et al.* Gut-Microbiota-Brain Axis and Its Effect on Neuropsychiatric Disorders With Suspected Immune Dysregulation. **Clinical Therapeutics**, v. 37, n. 5, p. 984-995, maio 2015. Elsevier BV. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014929181500226X>. Acesso em: 15 Abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. 277 p.

ROMANÍ-PÉREZ, Marina; AGUSTI, Ana; SANZ, Yolanda. Innovation in microbiome-based strategies for promoting metabolic health. **Current Opinion In Clinical Nutrition & Metabolic Care**, v. 20, n. 6, p. 484-491, nov. 2017. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28862999/>. Acesso em: 10 Maio 2022.

ROTH, William; ZADEH, Kimia; VEKARIYA, Rushi; GE, Yong; MOHAMADZADEH, Mansour. Tryptophan Metabolism and Gut-Brain Homeostasis. **International Journal Of Molecular Sciences**, [S.L.], v. 22, n. 6, p. 2973, 15 mar. 2021. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijms22062973>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1422-0067/22/6/2973>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SAMPSON, T. *et al.* Gut Microbiota Regulate Motor Deficits and Neuroinflammation in a Model of Parkinson's Disease. **Cell**, v. 167, n. 6, p. 1469-1480.12, dez. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cell.2016.11.018>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27912057/>. Acesso em: 05 Jun. 2022.

SANTACRUZ A, Marcos A, Wörnberg J, et al. Interplay between weight loss and gut microbiota composition in overweight adolescents. **Obesity (Silver Spring)**. 2009;17(10):1906-1915. doi:10.1038/oby.2009.112

SANTOS, Felipe da Cruz; RAMALHO, Laura Kariny Vieira. **INFLUÊNCIA DAS DIETAS MEDITERRÂNEA E OCIDENTAL NA COMPOSIÇÃO DA MICROBIOTA INTESTINAL**. 2019. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Centro Universitário de Tiradentes, Maceió, 2019. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/3708/tcc%20corrigito%2009%20de%20dezembro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 Maio. 2022.

SCHNORR, S. L.; BACHNER, H. A. Focus: Microbiome: Integrative Therapies in Anxiety Treatment with Special Emphasis on the Gut Microbiome. **The Yale journal of biology and medicine**, v. 89, n. 3, p. 397, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27698624/>. Acesso em 19 Maio 2022.

SERRANO, Patricia Sánchez. **PREBIÓTICOS EN LA MEJORA DE LA FUNCIÓN GASTROINTESTINAL**. 2017. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Farmácia, Universidad Complutense, Madrid, 2017. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/57000/1/PATRICIA%20SANCHEZ%20SERRANO.pdf>. Acesso em: 29 Abri. 2022.

SOMMER, Felix; BÄCKHED, Fredrik. The gut microbiota — masters of host development and physiology. **Nature Reviews Microbiology**, v. 11, n. 4, p. 227-238, 25 fev. 2013. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/nrmicro2974>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23435359/>. Acesso em: 14 Maio 2022.

STILLING, R. M.; DINAN, T. G.; CRYAN, J. F. Microbial genes, brain & behaviour – epigenetic regulation of the gut-brain axis. **Genes Brain Behav.**, London, v. 13, n. 1, p. 69-86, 2014.

TEJERO, S. *et al.*. **Nutrição moderna de Shils**: Na saúde e na doença. 11. ed. São Paulo: Manole, 2016. cap. 38, p. 506-512.

VEDOVATO, K. *et al.* O eixo intestino-cérebro e o papel da serotonina. **Arq. Ciênc. Vet. Zool. UNIPAR**, v. 18, n. 1, p. 33-42, 2015.

VERAS, Mônica Stephany Corrêa; MAYNARD, Dayanne da Costa. **IMPORTÂNCIA DOS PREBIÓTICOS COMO MODULADOR DA MICROBIOTA INTESTINAL**. 2018. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Curso de Nutrição, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13303?mode=full>. Acesso em: 12 Maio 2022.

WACLAWIKOVÁ, Barbora; AIDY, Sahar El. Role of Microbiota and Tryptophan Metabolites in the Remote Effect of Intestinal Inflammation on Brain and Depression. **Pharmaceuticals**, v. 11, n. 3, p. 63, 25 jun. 2018. MDPI AG. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29941795/>. Acesso em: 07 Jun. 2022.

WANG, Yan; KASPER, Lloyd H.. O papel do microbioma nos distúrbios do sistema nervoso central. **Brain, Behavior, And Immunity**, v. 38, p. 1-12, maio 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24370461/>. Acesso em: 07 Jun. 2022.

WEI, D. *et al.* High-resolution three-dimensional reconstruction of a whole yeast cell using focused-ion beam scanning electron microscopy. **Biotechniques**. 2012 Jul;53(1):41-8. doi: 10.2144/000113850. PMID: 22780318.

YU, Y. *et al.* O Papel da Microbiota Intestinal no Metabolismo de Lipídios e Lipoproteínas. **Journal of Clinical Medicine**, v. 8, n. 12, pág. 2227, 17 dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/jcm8122227>. Acesso em: 25 Maio 2022.

ZIMMER J, Lange B, Frick JS, et al. A vegan or vegetarian diet substantially alters the human colonic faecal microbiota. **Eur J Clin Nutr.** 2012;66(1):53-60. doi:10.1038/ejcn.2011.141

**Nutrientes Que Favorecem o Processo De Cicatrização Das Feridas Crônicas:
Uma Revisão Integrativa**

*Nutrients that Support the Healing Process of Chronic Wounds:
A Integrative Review*

Dennis Teodoro Lopes¹

Bárbara Batista Barbosa²

Valéria Damasceno Dantas³

Professora orientadora: Ana Carolina Barbosa⁴

Resumo: A pele é considerada o maior órgão do corpo humano e sua integridade é fundamental para exercer plenamente suas funções. A ruptura da integridade do tecido cutâneo é chamada de ferida ou lesão. Cicatrização é a capacidade do organismo de regenerar a área lesada. Em pessoas saudáveis as feridas cicatrizam dentro do tempo esperado. Entretanto diversos fatores podem prejudicar e retardar a cicatrização de feridas, tornando-as crônicas. Um desses fatores é a carência de um ou mais nutrientes. Foi feita uma revisão na literatura científica disponível nos últimos cinco anos quais os nutrientes que interferem na cicatrização das feridas, fornecendo assim aos profissionais que lidam com esse problema de saúde pública informações para, juntamente com outras medidas necessárias, favorecer a regeneração da pele lesionada. Dentre os nutrientes necessários para o processo de cicatrização, além de doses adequadas de carboidratos, proteínas e lipídios, se destacam vários micronutrientes como as vitaminas A, C e D e os minerais zinco, cobre, selênio, manganês e magnésio. Todavia, a suplementação desses nutrientes para o tratamento de feridas crônicas é controversa. Ficou evidenciado que ao corrigir deficiências de um ou mais nutrientes, há uma melhora na evolução das feridas. Entretanto, não fica claro se esses nutrientes, além da quantidade necessária para corrigir a deficiência, trariam algum benefício a mais no processo de cicatrização. Apesar da necessidade de mais estudos para a indicação de suplementação, fica evidenciado que cada paciente deve ser avaliado individualmente quanto as suas necessidades.

Palavras-chave: Feridas. Nutrientes. Cicatrização.

***Abstract:** The skin is considered the largest organ of the human body and its integrity is essential to fully perform its functions. Breakdown of skin tissue integrity is called a wound or injury. Healing is the body's ability to regenerate the injured area. In healthy people, wounds heal within the expected time. However, several factors can harm and delay the healing of wounds, making them chronic. One of these factors is the lack of one or more nutrients. We reviewed the scientific literature available in the last five years which nutrients interfere with wound healing, thus providing professionals who deal with this public health problem with information to, along with other necessary measures, favor the regeneration of injured skin. Among the nutrients needed for the healing process, in addition to adequate doses of carbohydrates, proteins and lipids, there are several micronutrients such as vitamins A, C and D and the minerals zinc, copper, selenium, manganese and magnesium. However, the supplementation of these nutrients for the treatment of chronic wounds is controversial. It was evidenced that when correcting deficiencies of one or more nutrients, there is an improvement in the evolution of the wounds. However, it is not clear whether these nutrients, in addition to the amount needed to correct the deficiency, would bring any additional benefit to the healing process. Despite the need for further studies for the indication of supplementation, it is evident that each patient must be evaluated individually regarding their needs.*

Keywords: Wounds. Nutrients. Healing.

¹Graduando em Nutrição da Faculdade Kennedy. E-mail: dennis.lopes@soukennedy.com.br /

²Graduanda em Nutrição da Faculdade Kennedy. E-mail: barbara141@hotmail.com /

³Graduanda em Nutrição da Faculdade Kennedy. E-mail: valeria.dantas@soukennedy.com.br

⁴Mestre em Ciências dos Alimentos, Pós-graduada em Nutrição Clínica, Graduada em Nutrição. Docente na Faculdade Kennedy. E-mail: ana.duarte@somoskennedy.com.br

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

A pele é considerada o maior órgão do corpo humano e, além de revestir todo o corpo, exerce diversas funções como barreira protetora contra traumas e microrganismos, impermeabilidade contra várias substâncias químicas, controle da temperatura corporal, produção de vitamina D, detecção de estímulos sensoriais através do tato e outras funções (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2020; MONTEIRO *et al*, 2021; LOHNER, 2021).

Para exercer plenamente essas funções é fundamental a integridade da pele. Quando a pele sofre uma agressão maior que sua capacidade de proteção pode haver uma ruptura do tecido, o que chamamos de lesão ou ferida (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2020; MONTEIRO *et al*, 2021; LOHNER, 2021).

Uma ferida pode ter diversas causas, como traumas ou distúrbios clínicos que comprometem sua integridade (RIBEIRO, 2020; MARCHESINI *et al*, 2020). Uma vez lesionada, a pele tem a capacidade de regeneração, o que chamamos de cicatrização. Esse processo de cicatrização engloba fases sequenciais, didaticamente divididas em fase inflamatória, fase proliferativa e fase de remodelação (COLARES *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*; 2019; RIBEIRO, 2020; ALVES *et al* 2021).

Em pessoas saudáveis as feridas geralmente cicatrizam-se dentro do tempo esperado, conforme os estágios do processo de cicatrização descritos. Quando uma ferida não evolui conforme o esperado, com um processo de cicatrização demorado e geralmente com diversas intercorrências, como infecções e necrose, a ferida pode se tornar crônica. Essa dificuldade de cicatrização das feridas crônicas pode estar associada a diferentes fatores, tais como comprometimentos vasculares decorrentes de doenças crônicas, como a diabetes mellitus, imobilidade prolongada (paciente acamado ou cadeirante), neoplasias e alterações nutricionais (KAWAKAME *et al*, 2018; OLIVEIRA *et al*, 2019; MARCHESINI *et al*, 2020; RIBEIRO, 2020).

As feridas crônicas são consideradas problemas de saúde pública, acometendo a população de forma geral, independente do sexo, idade ou etnia. Elas acometem 5% da população adulta no mundo ocidental e causam altos custos para os serviços de saúde uma vez que envolvem diversos procedimentos como cuidados domiciliares, internações prolongadas, tratamentos complexos e uso de terapias adjuvantes. Além disso, as feridas crônicas têm altos índices de recorrência, uma vez que estão geralmente associadas a doenças crônicas como diabetes mellitus, insuficiência vascular e outras. Devido ao crescimento da expectativa de vida da população e conseqüentemente com o aumento das doenças crônicas e comorbidades, a prevalência de feridas crônicas tem aumentado (OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA *et al*, 2017; LIN *et al*, 2017; KAWAKAME *et al*, 2018; OLIVEIRA *et al*, 2019; BARCHITTA *et al*, 2019; MARCHESINI *et al*, 2020).

A condição nutricional do paciente se mostra eficaz e coadjuvante no processo de reparo tecidual e no tratamento, pois uma alimentação adequada ajuda a acelerar o processo e ainda, prevenir o surgimento de novas lesões. O déficit nutricional impacta diretamente na

tolerância tecidual, nas propriedades mecânicas da pele, na morfologia dos tecidos e nas propriedades fisiológicas como a capacidade de reparação. Além disso, alguns nutrientes são essenciais como componentes ou substratos para que a reparação tecidual aconteça nas suas diferentes fases (REMBE *et al*, 2018; BARCHITTA *et al*, 2019; COLARES *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2021; GUNTON *et al*, 2021; MONTEIRO *et al*, 2021).

Diante dos impactos na qualidade de vida do paciente portador de ferida crônica, o impacto nos custos dos serviços de saúde e o reconhecido papel da nutrição na cicatrização das feridas, esse trabalho busca através de uma revisão na literatura científica disponível nos últimos cinco anos fornecer conhecimento não apenas acadêmico, mas também aos profissionais que lidam com esse problema de saúde pública para, juntamente com outras medidas necessárias, favorecer a regeneração da pele lesionada.

1.2 Problematização e questão norteadora

O tratamento de feridas crônicas exige uma atenção multiprofissional. A enfermagem é uma das profissões que mais publicam estudos sobre feridas. Entretanto, apesar do crescente interesse dos profissionais de enfermagem no tratamento da ferida, nota-se que no meio assistencial ainda tem uma grande deficiência sobre a influência da uma nutrição adequada no processo de cicatrização, o que contribui muitas vezes para o retardo da cicatrização (VIEIRA, 2017; GARBUIO *et al*, 2018; COLARES, 2019). Apesar do olhar holístico do enfermeiro no cuidado do portador de feridas, o nutricionista é o profissional habilitado para discutir sobre nutrição e orientar de forma mais adequada as necessidades nutricionais de cada indivíduo.

Diante do apresentado, o problema que o artigo pretendeu responder foi: Quais nutrientes favorecem o processo de cicatrização das feridas crônicas?

O objetivo geral deste trabalho foi reconhecer os nutrientes que favorecem o processo de cicatrização de feridas crônicas. Como objetivos específicos buscou-se identificar a existência de uma descrição dos nutrientes necessários para o processo de cicatrização, além de compreender como a desnutrição pode interferir no processo de cicatrização e, por fim, analisar a importância da suplementação de nutrientes para o tratamento de feridas crônicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pele faz parte do sistema tegumentar, sendo considerada o maior órgão do corpo humano em área de superfície e peso. Exerce diversas funções, dentre elas o revestimento de todo o corpo, formando uma barreira protetora contra as agressões externas, como a invasão de microrganismos da superfície da pele, proteção contra radiação ultravioleta (essa última, graças à melanina produzida pelos melanócitos presentes no tecido tegumentar), proteção contra trauma e contra absorção de vários tipos de substâncias químicas nocivas. Além dessa função de proteger os órgãos de agressões externas, lesões químicas, mecânicas e biológicas, a pele ainda é responsável por regular a temperatura corporal, prevenir a desidratação por meio da perda de água corporal, absorver e excretar algumas substâncias (como o suor), detectar estímulos sensoriais através do tato, metabolizar vitamina D e desempenhar apresentação estética (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2020; MONTEIRO *et al*, 2021; LOHNER, 2021).

A pele, como qualquer outro tecido corporal, tem necessidades nutricionais específicas, de forma a garantir sua integridade, desenvolvimento, regeneração e correta realização das suas funções biológicas. Contudo, agressões de diversas naturezas podem comprometer a resistência tecidual, propiciando o surgimento de lesões ou feridas (entendem-se os dois termos como sinônimos) (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2020; MONTEIRO *et al*, 2021; LOHNER, 2021).

Uma ferida pode ser conceituada como uma perda da integridade da pele ou ruptura do tecido, ocorrendo comprometimento da epiderme e derme, podendo alcançar tecidos mais profundos (tecido subcutâneo, músculos, tendões e ossos). A causa de uma ferida deve-se a alguma agressão ao tecido vivo, podendo ser de origem mecânica (como trauma ou pressão), térmica (como queimaduras), química (devido contato com substâncias corrosivas), alérgicas, infecções que acometem a pele (como hanseníase, leishmaniose, erisipela e outras) ou por distúrbios clínicos ou fisiológicos. Uma vez presente, uma ferida compromete todos os benefícios estruturais e funcionais da pele, como o de proteção contra agentes externos (RIBEIRO, 2020; MARCHESINI *et al*, 2020).

As feridas podem ser classificadas como agudas ou crônicas. As feridas agudas são aquelas que, em pessoas saudáveis, normalmente cicatrizam dentro do tempo esperado, conforme os estágios do processo de cicatrização descritos logo abaixo. São exemplos de feridas agudas as de origem mecânica (como um trauma, arranhão ou corte) e as cirúrgicas. Já as feridas crônicas são mais complexas, não evoluem de acordo com as fases de cicatrização e

em geral possuem um longo período para reparo (geralmente superior a seis semanas) (KAWAKAME *et al*, 2018; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO, 2020; MARCHESINI *et al*, 2020).

A primeira fase da cicatrização, a inflamatória, inicia-se imediatamente após a lesão e o principal objetivo é estancar o sangramento e impedir a infecção por microrganismos. Para tal, num primeiro momento há liberação de substâncias vasoconstritoras, como as prostaglandinas, e ativação das plaquetas que estimulam a cascata de coagulação (controle do sangramento) e liberam fatores de crescimento que atraem os neutrófilos e macrófagos para área lesada (para combater possíveis infecções). Os macrófagos têm papel fundamental na secreção de citocinas que estimulam a síntese e liberação de óxido nítrico, alterando a resposta vascular inicial de vasoconstrição para vasodilatação, fundamental para chegada de mais nutrientes e células reparadoras para lesão (COLARES *et al*, 2019; RIBEIRO, 2020; ALVES *et al* 2021).

A segunda fase da cicatrização, proliferação, caracteriza-se por fibroplasia, ou seja, a migração e proliferação de fibroblastos. Os fibroblastos são responsáveis pela produção de colágeno, que é um tecido conjuntivo mais elástico e forte, formando a matriz extracelular local que irá fornecer os substratos para a migração celular e estruturas que restauram a função e a integridade do tecido. Em seguida, temos a angiogênese (formação de novos vasos sanguíneos) e desenvolvimento do tecido de granulação (tecido com aspecto vermelho “vivo” graças aos novos vasos sanguíneos formados pela angiogênese). A formação de novos vasos sanguíneos restabelece a perfusão tecidual, permitindo novamente o suprimento de oxigênio e outros nutrientes no local lesionado. Em seguida ocorre a reepitelização, caracterizada pela migração de queratinócitos não danificados das margens da ferida para o centro (COLARES *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO, 2020; ALVES *et al*, 2021).

A terceira e última fase da cicatrização, remodelação (ou maturação), é onde ocorre o processo de maturação e estabilização da síntese, degradação e realinhamento das fibras de colágeno e consequentemente aumento da resistência do leito danificado. Uma ferida é, portanto, considerada cicatrizada quando a continuidade da pele permite a atividade tensora normal do tecido (COLARES *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO, 2020; ALVES *et al*, 2021).

Essa dificuldade de cicatrização das feridas crônicas pode estar associada a diferentes fatores, tais como comprometimentos vasculares, estase sanguínea, excesso de

líquido intersticial, inflamação crônica da derme, Diabetes Mellitus, hipertensão arterial sistêmica, neuropatias, imobilidade prolongada (pacientes acamados ou cadeirantes), neoplasias e alterações nutricionais. Independente da etiologia, as lesões teciduais podem ser únicas ou múltiplas, apresentar tamanhos e localizações diferentes, acometendo, frequentemente, a porção distal dos membros inferiores em pacientes com doenças vasculares e proeminências ósseas em pacientes com imobilidade prolongada (KAWAKAME *et al*, 2018; OLIVEIRA *et al*, 2019; MARCHESINI *et al*, 2020; RIBEIRO, 2020).

Uma condição indispensável à vida é a capacidade de reparar e restaurar, de forma efetiva, a função dos tecidos lesados ou perdidos. Quando surge uma lesão ou ferida, o organismo saudável promove um processo de reconstituição do tecido chamado cicatrização. Esse processo engloba fases sequenciais, didaticamente divididas em fase inflamatória, fase proliferativa e fase de remodelação (COLARES *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO, 2020; ALVES *et al* 2021). Geralmente as feridas crônicas ficam estacionadas na fase inflamatória, impedindo ou dificultando que a lesão evolua normalmente para a fase de proliferação, entretanto com regulação positiva simultânea da angiogênese e deposição da matriz de colágeno (COLARES *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO, 2020; ALVES *et al*, 2021). Segundo Basiri *et al* (2022), normalmente as respostas inflamatórias agudas continuam por um curto período e desaparecem devido a mecanismo de *feedback* negativo. Entretanto, em feridas crônicas, as respostas inflamatórias falham em se regular, o que resulta em inflamação crônica e deterioração do processo de cicatrização. A hiperatividade das células inflamatórias resulta em uma maior geração de radicais livres que, juntamente com a regulação negativa de fatores anti-inflamatórios, como a interleucina 10, aumentarão a carga inflamatória. A expressão de interleucina-6 está fortemente relacionada com a cronicidade da ferida logo, juntamente com a proteína C reativa (PCR), está entre os melhores indicadores de inflamação e cicatrização de feridas em pacientes diabéticos com úlceras em membros inferiores. Portanto, controlar a inflamação e a infecção dentro e ao redor do local da ferida é um objetivo importante no tratamento de feridas (BASIRI *et al*, 2022).

Uma alimentação adequada é importante para impedir os riscos de desenvolver lesões ou, uma vez presentes, auxiliar no processo de cicatrização das mesmas (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2020; MONTEIRO *et al*, 2021; LOHNER, 2021). A desnutrição é um fator de risco comum que pode contribuir negativamente para cicatrização de feridas (OLIVEIRA *et al*, 2017; LIN *et al*, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO *et al*, 2020; ALVES *et al*, 2021).

Entre as feridas crônicas, duas muito frequentes na prática clínica são as úlceras ou lesões por pressão presentes em pessoas com mobilidade reduzida (como acamados e cadeirantes) e as úlceras ou lesões venosas em membros inferiores de pessoas portadoras de diabetes. Segundo Monteiro *et al* (2021), no Brasil, no período de 2014 a 2019, de 330.536 casos de incidentes decorrentes da assistência à saúde, 60.762 corresponderam à ocorrência de lesão por pressão. Segundo Basiri *et al* (2022) cerca de um quarto das pessoas com diabetes desenvolverá uma úlcera no pé e até 16% das mesmas levarão à amputação se não forem tratadas.

Sobre as lesões por pressão, Ribeiro *et al* (2020) evidenciou que há alta prevalência das mesmas na população desnutrida internada nos hospitais gerais brasileiros. Oliveira *et al* (2017) relata que “*baixos valores de Índice de Massa Corporal estão associados à redução da gordura corporal e, conseqüentemente, à diminuição da proteção contra a pressão em áreas ósseas proeminentes*”. A desnutrição é um dos fatores de risco mais importantes associados ao desenvolvimento e gravidade de lesões, associados a outros fatores de riscos que contribuem para maiores taxas de prevalência de feridas em pacientes internados, como idade, comorbidades e imobilidade (OLIVEIRA *et al*, 2017; OLIVEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019; RIBEIRO *et al*, 2020; ALVES *et al*, 2021)

Já com relação as úlceras venosas em membros inferiores, as mesmas são outra modalidade de lesão crônica que também apresenta uma cicatrização prejudicada diante de um quadro de nutrição. Segundo ALVES *et al* (2021), em estudos com pacientes com esse tipo de lesão, a deficiência proteica estava associada a uma pior cicatrização e o aumento dos marcadores inflamatórios a um pior prognóstico. No mesmo estudo, os pacientes com úlceras venosas apresentavam um consumo elevado de gordura, açúcar e sódio, mas um aporte insuficiente de vitamina C e deficiências severas de vitamina A, carotenoides, vitamina E e Zinco. Verificou-se também que os doentes com um índice de massa corporal superior ao dos controles, apresentavam níveis mais baixos de vitamina B6, B9, C e zinco.

A deficiência nutricional, portanto, interfere negativamente no processo de cicatrização de feridas, retardando esse processo e deprimindo o sistema imunológico, e conseqüentemente reduzindo significativamente a síntese e qualidade de tecido de reparação. A nutrição é tida como um fator preponderante em todo o processo de cicatrização de feridas, uma vez que diversos nutrientes estão envolvidos em todas as fases da cicatrização, fornecendo substratos para formação de novos tecidos, suprimindo a oxidação, promovendo

uma boa resposta imunológica e conseqüentemente diminuindo o risco de infecção (LIN *et al.*, 2017; VIEIRA, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2017; BARCHITTA *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2019; ALVES *et al.*, 2021).

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagens

A abordagem teve o método lógico dedutivo. Este método, segundo Prodanov e Freitas (2013), tem por objetivo explicar o conteúdo das premissas por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular. Portanto, este método foi o que melhor atendeu uma revisão bibliográfica, atendendo assim a pesquisa sobre quais nutrientes favoreceriam o processo de cicatrização.

3.2 Métodos de Pesquisa

A abrangência da pesquisa foi interdisciplinar, pois a temática que foi trabalhada ao longo do TCC II foi mais de uma área de ciência que se integravam.

Segundo a abordagem do problema de pesquisa foi qualitativa, esta trabalha:

Como o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...] dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis (MINAYO, 2002).

O pesquisador participa, compreende e interpreta os dados organizados, analisando-os durante a coleta, pois não busca comprovar evidências, visa à síntese dos fatos. Que é o que foi feito, pois este trabalho teve como abordagem a busca e análise de dados.

Quanto à metodologia, teve como método o descritivo, uma vez que nas pesquisas descritivas, o pesquisador observa, estuda, analisa, registra, ordena dados e interpreta os fatos sem sua interferência (PRODANOV e FREITAS, 2013). Este método foi o que melhor atendeu o trabalho.

Este projeto de pesquisa foi um trabalho puro, pois segundo Prodanov e Freitas (2013) esse tipo de pesquisa apresenta finalidades imediatas e produz conhecimento a ser

utilizado em outras ciências, e envolve verdades e interesses universais, uma vez que será uma revisão bibliográfica que produzirá conhecimento através do nosso problema de pesquisa.

O método de procedimento foi o Bibliográfico, uma vez que é um processo de documentação indireta, que tem por intuito a obtenção de dados, principalmente através de livros e artigos científicos, “*trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita, [documentos eletrônicos] [...]*.”(MARCONI e LAKATOS, 2001). Este procedimento é o que melhor se adequa ao nosso projeto de pesquisa, uma vez que identificamos conceitos e autores com trabalhos semelhantes que servirão de base para o nosso trabalho.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi feita por meio de fontes secundárias, em artigos disponíveis gratuitamente e publicados nos últimos cinco anos com o objetivo de analisar posições diversas em relação aos assuntos que fundamentavam teoricamente o objetivo deste trabalho.

Segundo Gil (1991), ainda que em quase todos os estudos seja necessária à pesquisa bibliográfica, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes secundárias. O autor afirma que parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas e que certo número de pesquisas dessa natureza é desenvolvida a partir da técnica de análise de conteúdo.

3.4 Delimitação do universo

No processo de delimitação do universo foram consultadas as bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)* e *National Center for Biotechnology Information (PUBMED)*.

Os artigos selecionados para a pesquisa tiveram os seguintes critérios: Estudos feitos em humanos, publicados nos últimos cinco anos, disponíveis de forma gratuita e na íntegra; Busca nos bancos de dados citados acima, utilizando as seguintes palavras-chaves em inglês: ferida (*wound*), cicatrização (*healing*) e nutrientes (*nutrientes*), associando as palavras “nutrientes e feridas” ou “nutrientes e cicatrização”.

Uma primeira seleção dos artigos foi feita eliminando aqueles que se repetiam em diferentes bases de dados, em seguida foram excluídos a depender do título e / ou resumo dos mesmos, sendo selecionados aqueles que iam de encontro ao tema desse trabalho. Os que passaram por essas etapas, após leitura integral dos artigos, foram utilizados os que abordavam a influência dos nutrientes na cicatrização das feridas crônicas.

3.5 Análise de dados

Sobre a seleção dos artigos feita em setembro de 2022, atendendo os critérios da delimitação do universo, tivemos:

Na base de dados da LILACS: foram encontrados 29 artigos com a busca “wound and nutrientes” + 16 artigos com a busca “healing and nutrientes”. Desses foram selecionados 2 atendendo os critérios de delimitação de universo.

Na base de dados da SCIELO: foram encontrados dois artigos com a busca “wound and nutrientes” + 4 artigos com a busca “healing and nutrientes”. Desses, dos 2 artigos que atendiam os critérios de delimitação de universo, entretanto 1 se repetia na busca no banco da LILACS.

Na base de dados da PUBMED: foram encontrados 56 artigos com a busca “wound and nutrientes” + 13 artigos com a busca “healing and nutrientes”. Desses foram selecionados 3 atendendo os critérios de delimitação de universo.

Com os artigos selecionados, os estudos foram analisados para identificar os dados relacionados ao tema da pesquisa e que estivessem de acordo com as palavras-chave. Para que os achados fossem detalhados e sistematizados, foi estabelecida uma tabela que conteve as informações pertinentes ao tema, para assim realizar uma associação de conceitos, fazendo assim uma análise crítica dos artigos relacionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os nutrientes citados em pelo menos um dos artigos selecionados foram colocados no quadro abaixo de resultados (quadro 1), primeiramente os macronutrientes (carboidratos, proteínas e lipídeos) e seguida aminoácidos e outros micronutrientes, em ordem alfabética, e não por ordem de importância.

Quadro 1 – Nutrientes citados em pelo menos um dos artigos e sua ação

Carboidratos		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2017	O processo de cicatrização consome energia, utilizando principalmente carboidrato sob forma de glicose. Para que o organismo não use proteínas no processo de cicatrização, o fornecimento adequado de calorias é importante.	É recomendado de 30 a 35 kcal/kg/dia de energia. Para CHO sua recomendação fica em torno de 50% a 60% do substrato energético.
Oliveira <i>et al</i> , 2019	A oferta calórica adequada evita que o organismo utilize proteínas no processo de cicatrização e sim carboidratos na forma de glicose evitando maior carência proteica e desnutrição.	É indicado uma dieta hipercalórica de 30 a 35 kcal/kg/dia, mas não especificou o percentual de CHO dentro do substrato energético.
Proteínas		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendações
Oliveira <i>et al</i> , 2017	Participam na neovascularização, na proliferação fibroblástica, na síntese de colágeno e na produção e migração de leucócitos.	Recomendação: 1,2 a 1,5 g/kg/dia de proteínas.
Oliveira <i>et al</i> , 2019	A carência proteica aumenta a fase inflamatória e o risco de infecção.	Recomendação: 1,2 a 1,5 g/kg/dia de proteínas.

<p>Moore <i>et al</i>, 2020</p>	<p>Baixa albumina sérica, a principal proteína circulante, resultará em uma inflamação inadequada resultando em cicatrização prejudicada. Proteínas e colágeno são necessários no estágio de maturação para melhorar a força do tecido.</p>	<p>Recomendação: 1,5 g e 3 g/kg/dia de proteínas.</p> <p>Entretanto, em estudos de suplementação de proteínas, há baixa evidência em humanos para indicação de dosagem (ver discussão).</p> <p>OBS: Pessoas com diabetes, e especialmente aquelas com lesão renal, devem limitar sua ingestão de proteínas para reduzir a proteinúria e melhorar o prognóstico em relação à nefropatia diabética.</p>
<p>Martinez Garcia <i>et al</i>, 2022</p>	<p>Estão envolvidas na proliferação de fibroblastos, síntese de colágeno, angiogênese e formação de neutrófilos e macrófagos, necessários na resposta imune. Uma resposta imune insuficiente retardará a cicatrização de feridas. A deficiência de proteína contribui para baixas taxas de cicatrização e deiscência da ferida.</p>	<p>A suplementação proteica varia de acordo com o estágio da ferida ou úlcera.</p> <p>Estágios I e II: 1,0 a 1,4 g/kg/dia.</p> <p>Estágios III e IV: 1,5 a 2,0 g/kg/dia, sendo a exigência máxima de 2,2 g/kg/dia.</p>
<p>Lipídios</p>		
<p>Autor</p>	<p>Efeito sobre a cicatrização</p>	<p>Recomendação</p>
<p>Moore <i>et al</i>, 2020</p>	<p>Ômega-3 de óleo de linhaça versus placebo apresentou baixa evidência para indicação de dosagem.</p>	<p>Sem recomendações.</p>

<p>Martinez Garcia <i>et al</i>, 2022</p>	<p>Ômega 3 - Influenciam a resposta imune e podem prevenir o agravamento das feridas. Um estudo realizado em pacientes que receberam um suplemento de micronutrientes enriquecido com ácidos graxos ômega-3 encontrou menor progressão das feridas existentes e diminuição da proteína C reativa (PCR), embora não tenham sido observadas diferenças na cicatrização em relação ao grupo controle.</p>	<p>Não há consenso quanto à quantidade.</p>
<p>Oliveira <i>et al</i>, 2019</p>	<p>Ácido alfa lipoico (um ácido graxo de cadeia curta produzido pelo organismo) é uma coenzima endógena que possui ação antioxidante, vasodilatadora e anti-inflamatória inibindo a expressão de interleucina 6 (IL-6), possuindo papel importante na cicatrização.</p>	<p>Sem recomendações.</p>
<p>Arginina</p>		
<p>Autor</p>	<p>Efeito sobre a cicatrização</p>	<p>Recomendação</p>
<p>Oliveira <i>et a</i>, 2017</p>	<p>Substrato para a ornitina, o óxido nítrico e a prolina, que resultam em vasodilatação, síntese e deposição de colágeno, além de ser um aminoácido condicionalmente essencial, requerido durante as fases de crescimento ativo como no processo de cicatrização, diabetes e situações de estresse.</p>	<p>Isolada – pouca diferença.</p> <p>Associado com zinco e antioxidantes – redução da área ferida em comparação ao controle.</p> <p>Dose: 4,5g de arginina por dia pode promover um benefício similar na cicatrização em comparação à dose de 9g.</p>

<p>Oliveira <i>et al</i>,2019</p>	<p>Um aminoácido que produz metabolitos como óxido nítrico (ON), prolina e poliaminas que são fundamentais em todas as fases da cicatrização.</p>	<p>Recomendação: 248 mg a 14g/dia de arginina.</p> <p>Porém, existem algumas recomendações na literatura variando de 8g/dia a 15-30g/dia.</p>
<p>Moore <i>et al</i>, 2020</p>	<p>Sem relato de efeitos.</p>	<p>Em estudos de associações com glutamina e β-hidroxi-β-metilbutirato versus placebo não foram encontradas evidências para indicação de dosagem.</p>
<p>Arribas-lo pes, 2021</p>	<p>Arribas-Lopes, 2021 divide a ação da arginina em duas vias na cicatrização de feridas: (a) a via da arginase, que produz poliaminas (necessárias para a proliferação celular), bem como ornitina e prolina (necessárias para a síntese de colágeno) e (b) a via induzível do óxido nítrico (NO) sintetase ou iNOS, que é um precursor do óxido nítrico. O óxido nítrico desempenha um papel fundamental na cicatrização de feridas, pois regula a proliferação celular, a formação de colágeno e a contração da ferida.</p>	<p>Sem recomendações.</p>
<p>Martinez Garcia <i>et al</i>,2022</p>	<p>A arginina está envolvida na síntese de prolina (precursor de colágeno) e óxido nítrico, sendo essencial para a cicatrização.</p>	<p>Sem recomendações.</p>

Glutamina		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira et al, 2017	A glutamina tem se mostrado importante, por estar relacionada à síntese de colágeno e proliferação de células inflamatórias.	Sem recomendações.
Oliveira et al, 2019	Este aminoácido tem papel fundamental no sistema imunológico na produção e proliferação linfocitária, atuando como substrato energético para os linfócitos.	Sem recomendações.
Moore et al, 2020	Sem relato de efeitos.	Em estudos de associações com glutamina e β -hidroxi- β -metilbutirato versus placebo não foram encontradas evidências para indicação de dosagem.
Arribas-Lopez, 2021	É usado como fonte de energia para a proliferação das células, incluindo linfócitos, macrófagos, fibroblastos e células epiteliais.	Recomendação variando de 0,2 a 0,5 g Ala-Gln/ kg/dia por até 14 dias, podendo chegar a 20 g/dia.
Martinez Garcia et al, 2022	A glutamina e a metionina estão envolvidas na proliferação celular e estimulam a síntese de colágeno.	Sem recomendações.

Metionina		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2019	É um aminoácido essencial que está envolvido na síntese de tecido conjuntivo e de colágeno.	Sem recomendações.
Martinez Garcia <i>et al</i> , 2022	A glutamina e a metionina estão envolvidas na proliferação celular e estimulam a síntese de colágeno.	Sem recomendações.
Beta-hidroxi-beta-metilbutirato (HMB) (metabólito da Leucina)		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2017	Está associada ao aumento de massa muscular, podendo inibir a <i>proteólise</i> muscular e modular o <i>turnover</i> de proteína.	O uso de 3g/dia pode aumentar a formação de colágeno, estimulando a cicatrização de feridas.
Oliveira <i>et al</i> , 2019	O HMB é um metabólico da leucina, aminoácido essencial, e tem papel inibitório da <i>proteólise muscular</i> modulando o <i>turnover</i> proteico e o aumento da produção de colágeno.	Sem recomendações.
Moore <i>et al</i> , 2020	Sem comentários.	Em estudos de associações com glutamina e β -hidroxi- β -metilbutirato versus placebo não foram encontradas evidências para indicação de dosagem.
Cobre		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação

Oliveira <i>et al</i> , 2017	Participa em reações de <i>cross-linking</i> do colágeno, elastina e na eliminação de radicais livres.	Sem recomendações.
Basiri <i>et al</i> , 2022	São fortes antioxidantes e apresentam potentes efeitos anti-inflamatórios.	Recomendação: 0,8 mg (RDA 88%) + orientação alimentar (vide discussão)
Fósforo		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2019	Um mineral que exerce papel estrutural, estando presente na composição da membrana celular, formando os fosfolipídios.	Sem recomendações.
Magnésio		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Moore <i>et al</i> , 2020	Acredita-se que a hipomagnesemia contribua para o desenvolvimento de neuropatia e atividade plaquetária anormal.	Baixa evidência para indicação de dosagem.
Manganês		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Basiri <i>et al</i> , 2022	É um forte antioxidante e apresenta potente efeito anti-inflamatório.	Recomendação: 0,8 mg (RDA 35% homens e 44% mulheres) + orientação alimentar (vide discussão)

Selênio		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2017	Cofator para a formação de colágeno, de tecido de granulação e epitelial, tem função antioxidante e é importante para a síntese de proteína.	Sem recomendações.
Oliveira <i>et al</i> , 2019	É o componente essencial da glutathionperoxidase, um potente sistema antioxidante endógeno, e ainda, é um redutor de radicais livres atuando como protetor das membranas biológicas, aumenta a resistência do sistema imunológico e sua deficiência pode estar relacionada à imunossupressão.	Sem recomendações.
Vitamina A		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2019	A vitamina A tem papel importante na manutenção da epiderme, na síntese de glicoproteínas e proteoglicanas, sua carência pode interferir na síntese de colágeno e pode retardar o processo de epitelização.	Sem recomendações.
Basiri <i>et al</i> , 2022	É um forte antioxidante e apresenta potente efeito anti-inflamatório.	Recomendação: 2500 UI (RDA 83%) + orientação alimentar (vide discussão)

Martinez Garcia <i>et al</i> , 2022	Estimula a epitelização e aumenta o número de macrófagos na ferida; Além de sua ação antioxidante, está envolvida na diferenciação de fibroblastos e síntese de colágeno, e reverte os efeitos dos glicocorticóides na cicatrização de feridas.	Sem recomendações.
Vitamina C		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2017	Atua na formação de colágeno, na função dos neutrófilos e macrófagos na fase inflamatória, age como agente redutor, protegendo o cobre e o ferro dos danos oxidativos, além de participar em todas as etapas da cicatrização.	Associar com arginina, mas sem recomendação de dosagem.
Oliveira <i>et al</i> , 2019	A vitamina C atua na hidroxilação da prolina e da lisina, aminoácidos essenciais na síntese de colágeno e na proliferação de fibroblastos.	Sem recomendações.
Basiri <i>et al</i> , 2022	É um forte antioxidante e apresenta potente efeito anti-inflamatório.	Recomendação: 204 mg/dia (RDA 304%) + orientação alimentar (vide discussão)
Martinez Garcia <i>et al</i> , 2022	Poderoso antioxidante que promove atividade de neutrófilos, aumenta a proliferação e migração de fibroblastos e está envolvido na angiogênese e síntese de colágeno, sendo a má cicatrização de feridas um indicador precoce de sua deficiência.	Sem recomendações.

Vitamina D		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Moore <i>et al</i> , 2020	Estimulação da fagocitose.	Baixa evidência para indicação de dosagem
Martinez Garcia <i>et al</i> , 2022	É um poderoso imunomodulador. Está envolvido na angiogênese e reepitelização da pele, sendo sua deficiência comum em pacientes com úlcera do pé diabético (UFD).	Sem recomendações.
Vitamina E		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2019	A vitamina E, por sua vez, é um importante agente estabilizador da integridade da membrana celular, protege as células das lesões causadas pelos radicais livres, está relacionada no processo de reparo e regeneração tecidual, bem como auxilia no sistema imunológico.	Sem recomendações.
Moore <i>et al</i> , 2020	Demonstrou melhorar a cicatrização através da regulação da inflamação, em estudos experimentais com animais.	Baixa evidência em estudos em humanos para indicação de dosagem.
Basiri <i>et al</i> , 2022	É um forte antioxidante e apresenta potente efeito anti-inflamatório.	Recomendação: 66 UI (RDA 200%) + orientação alimentar (vide discussão)

Martinez Garcia <i>et al</i> , 2022	Possui ação antioxidante e modula a expressão do fator de crescimento, embora existam poucas evidências estabelecendo sua influência na cicatrização de feridas.	Sem recomendações.
Zinco		
Autor	Efeito sobre a cicatrização	Recomendação
Oliveira <i>et al</i> , 2017	Cofator para a formação de colágeno, de tecido de granulação e epitelial, tem função antioxidante e é importante para a síntese de proteína.	Sem recomendações.
Oliveira <i>et al</i> , 2019	O zinco é um mineral eficaz na proliferação celular, na síntese de DNA, de ácido ribonucleico (RNA) e de proteínas essenciais nesse processo. 24,46 A deficiência desse mineral está relacionada a perda de força tênsil da cicatriz, diminuição de linfócitos, declínio do sistema imunológico, redução do processo de epitelização, da síntese de colágeno e da função fibroblástica.	Sem recomendações.
Moore <i>et al</i> , 2020	Contribui para a regulação das diferentes fases da cicatrização de feridas, incluindo inflamação, angiogênese e reepitelização	Baixa evidência para indicação de dosagem.
Basiri <i>et al</i> , 2022	É um forte antioxidante e apresenta potente efeito anti-inflamatório.	Recomendação: 6 mg (RDA 54% homens e 75% mulheres) + orientação alimentar (vide discussão)

<p>Martinez Garcia <i>et al</i>, 2022</p>	<p>Possui ação antioxidante e está envolvido na angiogênese, síntese e reepitelização de colágeno e reparo tecidual. Sua deficiência tem sido associada ao atraso na cicatrização de feridas.</p>	<p>Sem recomendações.</p>
---	---	---------------------------

Desnutrição e cicatrização

É importante salientar que, apesar da importância de cada nutriente individualmente, o estado nutricional como um todo e a desnutrição interferem diretamente no processo de cicatrização das feridas, causando redução da produção de fibroblastos, redução da angiogênese, redução na síntese de colágeno e diminuindo a capacidade de remodelação tecidual (OLIVEIRA *et al*, 2017; OLIVEIRA *et al*, 2019; ARRIBAS-LOPES *et al*, 2021). Outros estudos corroboram que a desnutrição prejudica a cicatrização de feridas uma vez que muitos nutrientes estão envolvidos em todas as fases da cicatrização, fornecendo substratos para formação de novos tecidos, antioxidantes para supressão da oxidação causada pelos radicais livres liberados, regulando a ação imunológica e conseqüentemente diminuindo o risco de infecção (RIBEIRO *et al*, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019; LIN *et al* 2017).

Segundo Alves *et al* (2021), a desnutrição prolonga a fase inflamatória, diminuindo a proliferação de fibroblastos e formação de colágeno e, conseqüentemente, reduzindo a força tênsil e a angiogênese. Essa carência de nutrientes também diminui a função das células T, a atividade fagocítica e a produção do fator do complemento e anticorpos. Verifica-se também níveis diminuídos de mRNA do TGF- β na ferida. Estas alterações na função imunitária podem levar a complicações na cicatrização, aumentando o risco de infecções.

Apesar de a desnutrição estar frequentemente associada ao baixo peso, é importante ter em conta que os indivíduos obesos podem apresentar deficiências nutricionais. Segundo Alves, 2021, em estudos com pacientes obesos com úlceras nos membros inferiores, a carência de nutrientes pode estar presente em 20-30% dos indivíduos. *“Este estado catabólico está associado a uma diminuição de massa magra e uma provável depleção de*

aminoácidos a nível muscular e periférico, incluindo glutamina, arginina a hidroximetilbutirato” (ALVES et al, 2021).

Dois exemplos de lesões crônicas, as úlceras em membros inferiores de portadores de diabetes e as lesões por pressão comumente encontradas em pacientes com limitações de mobilidade e sensibilidade, são exemplos de como o estado nutricional interfere no processo de cicatrização de feridas crônicas.

Com relação as úlceras em membros inferiores de portadores de diabetes, Moore et al 2020, reconhece em sua revisão sobre “Intervenções nutricionais para o tratamento de úlceras nos pés de pessoas com diabetes” que o estado nutricional pode ser um importante determinante na cicatrização de feridas, sendo bem fundamentada na literatura. Segundo Moore et al (2017) o principal objetivo da nutrição na cicatrização de feridas nos portadores de diabetes com úlceras em membros inferiores é fornecer calorias e nutrientes, uma vez que as deficiências de vitamina D, vitamina C, zinco e proteínas, como a albumina, demonstraram diminuir as taxas de cicatrização de feridas nesses pacientes.

Esses achados corroboram com os de ALVES et al (2021) que em estudos com doentes com úlcera venosa na perna verificou que, nas 12 semanas prévias ao estudo, 20% perdeu 5% do peso corporal, 27% apresentava níveis de albumina inferiores 3,5 g/dL e em 17% o IMC era inferior a 20 Kg/m². Nos doentes desnutridos, 55% apresentavam um aumento dos marcadores inflamatórios. Foi verificado que a deficiência proteica estava associada a uma pior cicatrização enquanto a presença de inflamação relacionava-se com um pior prognóstico. Pacientes com úlceras venosas, apesar de comumente terem maior consumo de gordura, açúcar e sódio, apresentavam um aporte insuficiente de vitamina C e deficiências severas de carotenoides, vitamina A, vitamina E e Zinco. Em pacientes com índice de massa corporal superior aos dos controles, verificou-se níveis mais baixos de vitamina B6, B9, C e zinco.

Já com relação as feridas ou lesões por pressão, comumente encontradas em pacientes com limitações de mobilidade e sensibilidade, Oliveira et al (2017) encontrou associação entre desnutrição e desenvolvimento de lesões por pressão. Os baixos valores de Índice de Massa Corporal estão associados à redução da gordura corporal e, conseqüentemente, à diminuição da proteção contra a pressão em áreas ósseas proeminentes. Ainda segundo Oliveira et al (2017), pacientes com mobilidade reduzida que receberam maior aporte proteico e energético, assim como nutrientes específicos, tendem a desenvolver menos lesões por pressão e a apresentar melhor cicatrização. Esses achados vão ao encontro dos

estudos de Ribeiro *et al* (2020) que evidenciou que há alta prevalência de lesões de úlcera por pressão na população desnutrida internada nos hospitais gerais brasileiros.

Necessidades energéticas

Segundo Arribas-Lopes (2021), sob condições de estresse como trauma ou após cirurgia, a demanda nutricional é aumentada em parte devido à proliferação celular e síntese proteica. Esse achado também vem ao encontro de outros estudos. Vieira (2017) e Barchitta *et al* (2019) reconhecem que Carboidratos, proteínas e lipídios fornecem energia para atender ao aumento das necessidades e apoiar a resposta inflamatória, atividade celular, angiogênese e deposição de colágeno na fase proliferativa do processo de cicatrização.

Segundo Arribas-Lopes (2021) e Martinez Garcia (2022), essa demanda metabólica aumentada por nutrientes, decorrente das condições de estresse, se não atendida, pode retardar ou mesmo impedir a cicatrização da ferida, tornando-se assim feridas crônicas. Isso corrobora com os achados de Barchitta *et al* (2019) onde o organismo, em resposta a uma lesão, aumenta as necessidades metabólicas da área da ferida, e em lesões crônicas, as necessidades de proteína e energia dos pacientes podem aumentar em 25% e 50%. Ainda segundo Barchitta *et al* (2019), caso os pacientes percam mais de 10% de massa magra, a imunidade já fica prejudicada, aumentando os riscos de infecção e, além disso, a cicatrização de feridas começa a competir com as demandas corporais para restaurar a massa magra. Em pacientes que perdem até 20%, o metabolismo dá prioridade à cura, entretanto para aqueles que perdem mais de 30% ocorrem um atraso na cicatrização para restaurar a massa magra.

Martinez Garcia (2022) também relata que são necessários nutrientes extras para o reparo tecidual e para restaurar as perdas por meio do exsudato da ferida. Ingestão insuficiente de energia, proteína, antioxidantes (vitamina C, A e zinco) são comuns em pacientes com feridas crônicas e têm sido associadas ao atraso na cicatrização e deiscência de feridas. Esses achados estão de acordo com os estudos de Alves *et al* (2021) que verificou que 63,63% dos indivíduos com úlcera venosa da perna não ingeriram a quantidade de energia recomendada e 72,73% não atingiram as necessidades proteicas. Em outro estudo também avaliado por Alves *et al* (2021) com 478 indivíduos diabéticos com úlceras de pé em risco de amputação, verificaram que 70,5% estavam em risco de desnutrição e 14,6% desnutridos.

Para calcular a necessidade energética para cicatrização de feridas, Oliveira *et al* (2017) avaliou alguns estudos sobre as necessidades calóricas e proporção de macronutrientes

para o portador de úlcera de pressão. Foi verificado requisitos diários de energia calculados por meio da equação de Schofield (1985).

Além desse estudo, Oliveira *et al* (2017) considerou um estudo que multiplicou o resultado da fórmula de Harris-Benedict (1919) por um fator de correção de 1,2 para atividade física e um fator de estresse para lesões por pressão de 1,1. Há ainda outros estudos onde tanto Oliveira *et al* (2017) quanto Oliveira *et al* (2019) recomendam de 30 a 35 kcal/kg/dia de energia.

MACRONUTRIENTES, MICRONUTRIENTES E ÁGUA:

MACRONUTRIENTES

Carboidratos

Segundo Oliveira *et al* (2017) e Oliveira *et al* (2019) o processo de cicatrização consome energia, utilizando principalmente o carboidrato sob forma de glicose. Para que o organismo não use proteínas no processo de cicatrização, o fornecimento adequado de calorias é importante. Isso também é evidenciado nos estudos de Vieira (2017) e Barchitta *et al* (2019), onde o paciente que apresenta um quadro de desnutrição, tanto em calorias e / ou proteica, o organismo mobiliza as proteínas como fonte de energia, desviando de suas funções, o que contribui para o retardo da cicatrização. Com isso a ingestão adequada de carboidratos previne o catabolismo de proteína endógena e conseqüentemente perda de peso e de massa magra.

Segundo Alves *et al* (2021), não está explícito que a deficiência de carboidratos atrasa a cicatrização, mas está comprovado que a sua ingestão promove a cicatrização. A glicose fornecida pelos carboidratos é a principal fonte de energia para as atividades dos leucócitos e fibroblastos. Além disso, os carboidratos também têm função estrutural, de transporte, imunológicas, enzimáticas e estimulam a secreção de hormônios e fatores de crescimento, incluindo a insulina que é útil nos processos anabólicos da fase proliferativa (BARCHITTA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2021).

Como vimos acima, Oliveira *et al* (2017) e Oliveira *et al* (2019) recomendam de 30 a 35 kcal/kg/dia de energia. Oliveira *et al* (2017) recomenda, dentro desse substrato

energético, em torno de 50% a 60% de carboidratos. Em outro estudo, de Alves *et al* (2021), a recomendação de consumo de carboidratos deve estar entre 45-55% do valor energético total.

Barchitta *et al* (2019) alerta para um cuidado com os pacientes diabéticos, pois a hiperglicemia e suas complicações podem reduzir a função dos granulócitos, promover a formação e atraso na cicatrização de feridas (devido principalmente a lesões vasculares) e ainda interferir no processo de absorção de nutrientes, causando a depleção de vários nutrientes, como magnésio, zinco, B12, B6 e ácido fólico.

Lipídios

Além de também fornecer energia, os lipídios têm funções estruturais tanto na matriz celular, quanto na bicamada lipídica das membranas celulares durante o crescimento do tecido. Eles também são precursores de prostaglandinas (mediadores da inflamação e metabolismo celular) e participam de várias vias de sinalização (BARCHITTA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2021).

Nos artigos selecionados por esta revisão, Moore *et al*, 2020 verificou que o ômega-3 de óleo de linhaça versus placebo apresentou baixa evidência para indicação de dosagem. Entretanto Martinez Garcia *et al* (2022) relata que o ômega-3 influencia a resposta imune e podem prevenir o agravamento das feridas. Um estudo realizado em pacientes que receberam um suplemento de micronutrientes enriquecido com ácidos graxos ômega-3 encontrou menor progressão das feridas existentes e diminuição da proteína C reativa (PCR), embora não tenham sido observadas diferenças na cicatrização em relação ao grupo controle. Em outro estudo, onde houve a suplementação de ácidos graxos ômega-3 e probióticos em pacientes com úlceras venosas versus placebo, mostrou efeitos benéficos no tamanho da úlcera, controle glicêmico e níveis de PCR.

Segundo Alves *et al* (2021) e Barchitta *et al* (2019) o efeito da suplementação de ácidos graxos essenciais na cicatrização de feridas é controverso. O ômega-3 possui ação anti-inflamatória, inibindo a produção de vários mediadores como fator de ativação plaquetária, IL-1 e TNF- α . Já o omega-6 possui ação pró-inflamatória, sendo precursor de prostaglandinas E3 e leucotrienos. Evidenciaram que a suplementação de ômega-3 pode diminuir a resistência à tração da ferida com um efeito prejudicial na cicatrização. Outra observação é a combinação do ômega-3 com ômega-6 que sugere diminuir a progressão das

úlceras de pressão. De acordo com essa evidência, a suplementação conjunta de ômega-3 e ômega-6 podem trazer benefícios, especialmente durante a fase inflamatória.

Outro artigo selecionado em nossa revisão, Oliveira *et al* (2019), cita um outro lipídio de interesse no tratamento de feridas: Ácido alfa lipóico (um ácido graxo de cadeia curta produzido pelo organismo) é uma coenzima endógena que possui ação antioxidante, vasodilatadora e anti-inflamatória inibindo a expressão de interleucina 6 (IL-6), possuindo papel importante na cicatrização.

Não se verificou nos estudos selecionados recomendações diárias de ômega-3, ômega-6 e ácido alfa lipóico. Segundo Alves *et al* (2021) o consumo de lipídios deve estar entre 15 a 40% das necessidades calóricas diárias não proteicas.

Proteínas

Dos artigos selecionados nesta revisão, Oliveira *et al* (2019) evidência que a carência de proteínas prolonga a fase inflamatória da cicatrização e aumenta o risco de infecções. Esse achado corrobora com Barchitta *et al* (2019), que afirma que além do risco de uma deficiência calórico proteica, grandes quantidades de proteína podem ser continuamente perdidas através dos exsudatos da ferida. Esse déficit proteico, além de aumentar o processo catabólico, prejudica todo o processo de cicatrização, onde algumas proteínas são usadas como mediadores inflamatórios na fase inflamatória (enzimas proteolíticas, citocinas, neuropeptídeos) e também são usadas nas células envolvidas na cicatrização, tanto para sua formação, quanto para sua atividade, prejudicando assim a resposta imune e retardando a progressão da fase inflamatória para a fase proliferativa, além de aumentar o risco de infecções (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019).

Considerando as fases: proliferativa e de remodelação, onde as proteínas são usadas como substrato, a deficiência proteico-energética também pode diminuir a atividade dos fibroblastos, retardando a angiogênese e reduzindo a formação de colágeno (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2021, OLIVEIRA *et al*, 2019). Sobre o colágeno, Vieira *et al* 2017 relata que o mesmo é o principal componente da matriz extracelular que está sendo reconstruída, sendo uma proteína de alto peso molecular responsável pela força tênsil da cicatriz, sendo produzido e degradado continuamente pelos fibroblastos.

Além disso, a deficiência de proteínas afeta também a pressão oncótica, predispondo o paciente ao edema, diminuindo assim a difusão de oxigênio e de nutrientes, impedindo ainda mais o processo cicatricial (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2021, OLIVEIRA *et al*, 2019).

Oliveira *et al* (2017) e Oliveira *et al* (2019) recomendam de 1,2 a 1,5 g/kg/dia de proteínas. Essa recomendação corrobora com Alves *et al* (2021), que recomenda o consumo de proteínas para pacientes com lesões está entre 1,25 a 1,5 g/Kg/dia, podendo chegar em alguns casos pode ir até 2,0 g/kg/dia. Deve-se considerar o tipo e a gravidade da ferida e as perdas proteicas que estão inerentes para uma melhor determinação das necessidades.

Aminoácidos

Os aminoácidos, assim como sua fonte, as proteínas, são essenciais para o processo de cicatrização: combustível preferencial das células de proliferação rápida, síntese e maturação do colágeno por via da ornitina e da prolina, estimula hormônios anabólicos (como o do crescimento), contribuindo para a regeneração tecidual e função imune.

Dentre os aminoácidos, a arginina, glutamina, metionina e a Beta-hidroxi-beta-metilbutirato (metabólito da Leucina) se destacam na cicatrização de feridas (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019, OLIVEIRA *et al*, 2017; OLIVEIRA *et al*, 2019; ARRIBAS-LOPES, 2021; MARTINEZ GARCIA *et al*, 2022).

Desses aminoácidos, a arginina e a glutamina receberam destaque nas referências analisadas, merecendo uma discussão à parte, como se segue:

Arginina

Arribas-Lopes (2021) divide a ação da arginina em duas vias na cicatrização de feridas: (a) a via da arginase, que produz poliaminas (necessárias para a proliferação celular), bem como ornitina e prolina (necessárias para a síntese de colágeno) e (b) a via induzível do óxido nítrico sintetase ou iNOS, que é um precursor do óxido nítrico. O óxido nítrico desempenha um papel fundamental na cicatrização de feridas, pois regula a proliferação celular, a formação de colágeno, a contração da ferida e precursora de monóxido de azoto, potente vasodilatador com propriedades antibacterianas e angiogênicas (ARRIBAS-LOPES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al* 2019).

Segundo Oliveira *et al* (2017) e Oliveira *et al* (2019) a arginina está presente em todo o processo cicatricial, desde a fase inflamatória até a fase de remodelação. Sabe-se que a fase inflamatória é caracterizada pela ativação do sistema imune, onde a arginina estimula a produção de anticorpos, a proliferação de linfócitos T, a produção de linfócitos B e a secreção de citocinas e fatores de crescimento. Outros estudos confirmam essas informações. (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA, 2017). Já na fase de Proliferação ou granulação, segundo Oliveira *et al* (2019) a arginina e o óxido nítrico, estimulam fatores de crescimento que participam nas quatro etapas fundamentais dessa fase: deposição de colágeno, angiogênese, formação de tecido de granulação e epitelização. Dessa forma, os metabólitos da arginina são essenciais, uma vez que as poliaminas exercem papel fundamental na divisão celular, na replicação de ácido desoxirribonucleico (DNA) e na regulação do ciclo celular, importante processo na etapa de epitelização. Enquanto isso, a prolina favorece a síntese de colágeno, sendo importante na fase de remodelação, que é seguida de deposição dessa proteína para finalização do processo cicatricial (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019)

Segundo Oliveira *et al* (2019), apesar da arginina não ser um aminoácido essencial, em situações de estresse metabólico ele deixa de ser sintetizado em quantidades adequadas, causando queda de sua concentração plasmática, e justificando, portanto, sua ingestão. Outros estudos corroboram com essa informação (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*; OLIVEIRA *et al*, 2019).

Vale a pena suplementar portadores de feridas crônicas com arginina? A maioria dos estudos obtiveram bons resultados, mas alguns foram contraditórios.

Segundo Oliveira *et al* (2019) em uma revisão de evidências científicas sobre o efeito da arginina, isolada ou associada, na cicatrização de lesões por pressão, o mesmo encontrou diversos estudos que obtiveram resultados significativos no aumento da taxa de cicatrização, diminuição do tempo para cicatrização completa das feridas e diminuição na quantidade de curativos utilizados (essa última variável é importante considerando os custos hospitalares com curativos).

Entretanto Oliveira *et al* (2019) reconhece que não se pode afirmar que a arginina possui efeito isolado e independente na cicatrização uma vez que os estudos associaram a arginina com vitaminas, minerais, glutamina, Beta-hidroxi-beta-metilbutirato (HMB) e/ou ácido alfa-lipóico. Essas combinações podem apresentar efeitos promissores no processo

cicatricial, dentro de um contexto alimentar adequado. Reconhece também que mais estudos são necessários sobre o uso dos metabólitos da arginina no processo de cicatrização como o óxido nítrico e a prolina e que há uma limitação em diferenciar a ação da arginina entre pacientes eutróficos e desnutridos, além de uma oferta energética individualizada. A partir daí determinar uma recomendação mais eficaz e específica para tratamento de lesões por pressão e seus estágios corroboram com essa análise Ribeiro (2020); Vieira (2017); Barchitta *et al*, (2019);

Oliveira *et al* (2017), também avaliou a evidência de suplementação de arginina e outros aminoácidos na cicatrização de lesões por pressão em pacientes desnutridos e com o estado nutricional normal, e encontrou melhoria significativa das mesmas. Em um dos estudos, Oliveira *et al* (2017) observou que pacientes que receberam o suplemento enriquecido com arginina tiveram diminuição significativa do tamanho da lesão por pressão em comparação com o grupo controle.

O uso de suplemento nutricional enriquecido com arginina, zinco e antioxidantes mostrou eficácia na cicatrização de lesões por pressão em pacientes desnutridos, porém em pacientes com o estado nutricional adequado não ficou claro os benefícios. Apesar de Oliveira *et al* 2017 reconhecer que a suplementação de arginina é geralmente favorável, a adição de outros nutrientes em preparações comerciais disponíveis pode confundir a análise. Além disso, o tempo de pesquisa tem sido relativamente curto.

Martinez Garcia (2022) avaliou a suplementação de arginina com outros suplementos (glutamina e Beta-hidroxi-metilbutirato, vitaminas D, C e E, magnésio, zinco, probióticos e com ácidos graxos ômega-3) em pacientes diabéticos com feridas ou úlceras em membros inferiores, mostrando melhora na redução do tamanho da ferida e na cicatrização. Entretanto também reconhece que são necessárias mais evidências clínicas para corroborar esses resultados.

Segundo Arribas-Lopes (2021), em uma revisão de evidências científicas sobre o efeito da arginina encontrou vários estudos que demonstram que a suplementação com arginina aumenta a deposição de colágeno e, portanto, aumenta a resistência à ruptura de feridas. Em um desses estudos, randomizado e controlado em 36 humanos saudáveis e não fumantes, suplementando sua dieta com 24,8 g de arginina livre como cloridrato de arginina e 17 g de arginina livre como aspartato de arginina por dia durante 2 semanas, foi observada melhora na síntese de colágeno através da deposição de hidroxiprolina. O conteúdo de hidroxiprolina foi avaliado como índice de síntese e deposição de novo colágeno em um tubo

de politetrafluoretileno inserido no local da ferida. Comparado ao controle, a suplementação de arginina melhorou significativamente o teor de hidroxiprolina. Esse resultado foi confirmado em outro estudo semelhante com 45 idosos saudáveis suplementados aleatoriamente ou não com 17 g de arginina por dia durante 14 dias. Também foi observada melhora na síntese de colágeno através da deposição de hidroxiprolina e função imune mediada por células T. A deposição de colágeno pode, em parte, ser aumentada pela função imune mediada por células T, uma vez que recrutam e ativam fibroblastos que desempenham um papel fundamental no reparo de feridas. Na mesma revisão, Arribas-Lopes (2021) analisou estudos que avaliaram o balanço de nitrogênio, mas com resultados contraditórios. Já com relação ao incremento da reepitelização e a proliferação linfocitária não houve diferença significativa com a suplementação. Houve, entretanto, uma melhora significativa da angiogênese e do óxido nítrico.

Entretanto Moore *et al* (2020), em sua revisão sobre “Intervenções nutricionais para o tratamento de úlceras nos pés de pessoas com diabetes” em estudo de associações de Arginina com glutamina e β -hidroxi- β -metilbutirato versus placebo evidenciou como incerto o impacto das intervenções nutricionais na cicatrização de úlceras nos pés em pessoas com diabetes em comparação com nenhuma suplementação nutricional. Também é incerto se há diferença nas taxas de eventos adversos, taxa de amputação, desenvolvimento de novas úlceras nos pés ou qualidade de vida entre intervenções nutricionais e placebo. Mais pesquisas são necessárias para esclarecer o impacto das intervenções nutricionais na cicatrização de úlceras nos pés em pessoas com diabetes. Esses estudos analisados, entretanto, apresentavam uma certeza de evidência é muito baixa e o estado nutricional inicial dos participantes foi muito mal relatado, e alguns ainda apresentavam níveis de imprecisão devido ao pequeno tamanho da amostra e amplos intervalos de confiança. Mais informações são necessárias para esclarecer o efeito das intervenções nutricionais no tratamento de úlceras nos pés de pessoas com diabetes.

Oliveira *et al* (2017) em sua revisão sugere que uma dose de 4,5g de arginina por dia pode promover um benefício similar na cicatrização em comparação à dose de 9g. Essa recomendação corrobora com os estudos de Barchitta *et al* (2019). Segundo o mesmo, em pacientes com feridas com ingestão adequada de proteínas, a dose recomendada de suplementação de arginina é de 4,5 g/dia, mas no contexto de deficiência de proteína essa dosagem não mostrou utilidade.

Oliveira *et al* (2019) encontrou uma variação nos estudos de 248 mg a 14g/dia de arginina, mas com recomendações na literatura variando de 8g/dia e de 15-30g/dia de arginina para pacientes em geral. Ainda segundo Oliveira *et al* (2019) há relatos de efeitos adversos como intolerância e desconforto gastrointestinal. Outra observação a ser considerada foi a maioria dos estudos utilizou a arginina associada a outros nutrientes como vitamina C, A, E, zinco, selênio, glutamina, β -hidroxi-metilbutirato (HMB), ácido lipóico, metionina e / ou fósforo (OLIVEIRA *et al*, 2019). Esses achados são semelhantes ao de Alves *et al* (2021) que encontrou evidências de benefícios para a cicatrização de feridas com suplementação oral contendo 17-30 g/dia de arginina, não existindo recomendações para dose máxima.

Glutamina

Segundo Oliveira *et al* (2017), Oliveira *et al* (2019) e Arribas-Lopes (2021), a glutamina desempenha vários papéis através de suas propriedades metabólicas, enzimáticas, antioxidantes e imunológicas. É o aminoácido mais abundante no organismo, condicionalmente essencial, em situação de estresse metabólico a sua concentração plasmática diminui rapidamente. É fundamental na estimulação da resposta inflamatória, pois estimula a produção e proliferação linfocitária, atuando como substrato energético para os linfócitos, protegendo contra o risco de complicações infecciosas e inflamatórias, regulando positivamente a expressão de proteínas de choque térmico.

A glutamina também é um precursor da glutatona, um antioxidante e um cofator essencial de várias reações enzimáticas, importante para estabilizar as membranas celulares e para transportar aminoácidos através delas. Quando presente no intestino pode ser metabolizada em citrulina, a qual é absorvida e transformada em arginina no ciclo renal. Além disso, a glutamina parece estar envolvida na fase inflamatória da cicatrização de feridas, regulando a apoptose de leucócitos, produção de superóxido, processamento de antígenos e fagocitose e mediando na síntese de colágeno (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019; ARRIBAS-LOPES, 2021).

Arribas-Lopes (2021) associa a glutamina na melhora a cicatrização de feridas, em parte, porque aumenta a concentração de arginina e citrulina, um precursor da arginina. Além disso, esse aminoácido também reduz a atrofia intestinal e limita a permeabilidade intestinal, indiretamente reduzindo a produção de citocinas pró-inflamatórias. A permeabilidade intestinal, medida pela razão de excreção lactulose/manitol, é um parâmetro

importante na cicatrização de feridas, pois seu incremento está correlacionado com a produção de citocinas pró-inflamatórias, como a interleucina-6, que desempenha um papel fundamental na modulação da cicatrização através da regulação da diferenciação, ativação e proliferação de queratinócitos, leucócitos, fibroblastos e células endoteliais.

Arribas-Lopes(2021) em uma ampla avaliação de estudos sobre a ação da glutamina na cicatrização concluiu que a suplementação de glutamina teve efeito significativo no balanço de nitrogênio ($p < 0,0001$), na diminuição da mortalidade do paciente ($p = 0,0004$), diminuição da permeabilidade intestinal medida através da relação lactulose/manitol ($p < 0,00001$), diminuição no tempo de internação ($p < 0,00001$), diminuição de marcadores inflamatórios Proteína C-reativa (PCR) ($p < 0,00001$), níveis de Interleucina-6 (IL-6) ($p = 0,0001$) e níveis de Fator de necrose tumoral alfa(TNF α) ($p < 0,00001$). No entanto, o efeito da suplementação de glutamina nos linfócitos T não alcançou significância ($p = 0,07$).

Arribas-Lopes (2021) em uma das suas revisões verificou que a concentração mínima de glutamina para obter resultados clínicos positivos é de 0,2 g/kg/dia de Glutamina, correspondendo a 0,303 g/kg/dia de dipeptídeo Alanina-Glutamina. Outro estudo, no entanto, relata que essa quantidade poderia ser aumentada para 20 g/dia de Glutamina. Em relação à toxicidade da Glutamina, um outro estudo analisado sugeriu que doses tão altas quanto 50-60 g/dia por várias semanas eram seguras e não apresentavam efeitos adversos.

Alves *et al* (2021), recomenda-se uma dose de 0,57g/Kg/dia de glutamina para a cicatrização de feridas. Não existem recomendações sobre a quantidade necessária para a cicatrização de feridas crônicas nem qual a sua dose máxima de segurança. Entretanto o uso em idosos pode ser prejudicial.

Entretanto Moore *et al* (2020), em sua revisão sobre “Intervenções nutricionais para o tratamento de úlceras nos pés de pessoas com diabetes”, verificou que em estudo de associações de Arginina com glutamina e β -hidroxi- β -metilbutirato versus placebo evidenciou como incerto o impacto das intervenções nutricionais na cicatrização de úlceras nos pés em pessoas com diabetes em comparação com nenhuma suplementação nutricional. Também é incerto se há diferença nas taxas de eventos adversos, taxa de amputação, desenvolvimento de novas úlceras nos pés ou qualidade de vida entre intervenções nutricionais e placebo. Mais pesquisas são necessárias para esclarecer o impacto das intervenções nutricionais na cicatrização de úlceras nos pés em pessoas com diabetes. Esses estudos analisados, entretanto, apresentavam uma a certeza da evidência é muito baixa e o estado nutricional inicial dos participantes foi muito mal relatado, e alguns ainda apresentavam níveis de imprecisão devido

ao pequeno tamanho da amostra e amplos intervalos de confiança. Mais informações são necessárias para esclarecer o efeito das intervenções nutricionais no tratamento de úlceras nos pés de pessoas com diabetes.

Assim como a arginina, apesar da glutamina está envolvida na fase inflamatória e na síntese de colágeno e apresentam diversas propriedades metabólicas, enzimáticas, antioxidantes e anti-inflamatórias, o efeito benéfico da suplementação de glutamina, isoladamente ou em combinação, ainda é controverso, provavelmente devido a diferenças no desenho do estudo, características do paciente e pelos tipos e combinações de suplementos (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019).

MICRONUTRIENTES

Segundo Martinez Garcia (2022), a deficiência de micronutrientes tem sido relacionada ao atraso na cicatrização. As vitaminas são consideradas os micronutrientes mais estudados no processo de cicatrização de feridas e que as mesmas são co-fatores em diversos processos na cicatrização (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019). Do mesmo modo, os sais minerais também estão envolvidos no processo de cicatrização de feridas devido aos seus papéis como fatores estruturais enzimáticos, metaloenzimas e antioxidantes (BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019).

Martinez Garcia (2022) relata que a ingestão insuficiente de Vitamina A, juntamente com outros nutrientes como vitamina C, Zinco e proteínas, são comuns em pacientes com feridas crônicas e têm sido associadas ao atraso na cicatrização e deiscência de feridas. Em pacientes com pé diabético, a suplementação com vitaminas A, juntamente com vitaminas C, D e E, magnésio, zinco, ácidos graxos ômega-3 e probióticos reduz o tamanho da úlcera e melhora o controle glicêmico. Na cicatrização de úlceras por pressão também se tem utilizado a suplementação de vitamina A, juntamente com proteínas, aminoácidos (arginina, glutamina e metionina), vitaminas C e zinco. Entretanto, em ambos os casos, são necessárias mais evidências para confirmar esses resultados.

Basiri *et al* (2022) analisou uma pesquisa com 29 pessoas diabéticas com úlceras em membros inferiores que previamente tinha uma ingestão significativamente baixa de antioxidantes potentes, como vitamina A, vitamina E, zinco, cobre e manganês, quando comparado com as recomendações da RDA. O mesmo estudo mostrou que o grupo que

recebeu suplementação nutricional, juntamente com a educação nutricional (aumento do consumo de fontes de proteína com baixo teor de gordura/alta biodisponibilidade, vegetais e carboidratos ricos em fibras, além de diminuir a ingestão de carboidratos refinados e simples), em comparação ao grupo controle, apresentou melhora significativa do estado de inflamação evidenciado com a diminuição de marcadores bioquímicos. Entretanto, o mesmo estudo reconhece que mais ensaios clínicos com tamanhos maiores são necessários para confirmar os resultados.

Desses micronutrientes, alguns receberam destaque nas referências analisadas, merecendo uma discussão à parte, como se segue:

Vitamina A

Além da sua importância na visão e várias outras funções sistêmicas, a vitamina A é necessária para a manutenção da epiderme normal e para a síntese de glicoproteínas e proteoglicanos, aumenta a velocidade da síntese do colágeno e a fibroplasia, a diferenciação celular normal e desenvolvimento nas funções imunológicas e reprodução. Além disso, a vitamina A parece funcionar como um hormônio que modula a atividade das células epiteliais e endoteliais, melanócitos e fibroblastos, ligando-se aos receptores do ácido retinóico (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019).

A deficiência de vitamina A prejudica a função das células B e T e a produção de anticorpos durante a fase inflamatória e, na fase proliferativa e de remodelação, diminui a síntese de colágeno, o desenvolvimento do tecido de granulação e epitelização (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019).

Martinez Garcia (2022) analisou um estudo de coorte realizado em pacientes com diabetes e úlceras em pernas, que mostrou a deficiência de vitamina A presente em 10,9% dos pacientes.

Encontrada em alimentos como fígado, gema de ovo, cenoura e folhas verdes, como brócolis e espinafre. Alguns estudos recomendam em pacientes com feridas uma suplementação de curto prazo de 10.000 até 25.000 UI/dia para evitar toxicidade (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2019). Segundo Barchitta *et al* (2019) a suplementação de vitamina A mostrou neutralizar o atraso na cicatrização de feridas causado

por corticosteroides para o tratamento de doenças inflamatórias pela regulação negativa do TGF- β e do fator de crescimento semelhante à insulina-1 (IGF-1).

Vitamina C

A vitamina C parece estar envolvida em todas as etapas da cicatrização de feridas com vários papéis: Na fase inflamatória a vitamina C participa da migração e transformação celular, recrutando neutrófilos para a ferida e de sua transformação em macrófagos. Na fase proliferativa, durante a síntese de colágeno, a vitamina C forma limites extras entre as fibras de colágeno, aumentando a estabilidade e a força da matriz do mesmo. Como antioxidante, a vitamina C é essencial para neutralizar a produção de radicais livres nas células danificadas, além de agir como agente redutor, protegendo o cobre e o ferro dos danos oxidativos, contribuindo assim para o metabolismo dos oligoelementos. Atua também no metabolismo e absorção do ferro e do cálcio. A vitamina C também é necessária para a síntese de ceramidas que vão formar a barreira lipídica da epiderme. Além disso, ela participa da síntese de outros complementos, imunoglobulinas e angiogênese (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA, 2017).

Moore *et al* (2020) relata que as deficiências de vitamina C, assim como de proteína, vitamina D e zinco, diminuem as taxas de cicatrização de feridas. Esse achado corrobora com Ribeiro (2020) e Vieira (2017) onde a deficiência da vitamina C causa fibras de colágeno anormais e alterações da matriz intracelular que se manifestam como lesões cutâneas, fraca adesão de células do endotélio (fragilidade de novos vasos.) e diminuição da força de tração de tecido fibroso.

Martinez Garcia (2022) analisou um estudo de coorte realizado em pacientes com diabetes e úlceras em pernas, mostrou que níveis subótimos de vitamina C afetaram 73%, compreendendo níveis marginais em 22,2% e deficientes em 50,8%.

Gunton *et al* (2021) conduziu um estudo duplo-cego randomizado, onde um grupo foi suplementado com 500 mg de vitamina C de liberação lenta. Evidenciou-se melhora da cicatrização de úlceras nos pés de quem recebeu a vitamina C em comparação ao grupo placebo. O estudo recomenda o uso da suplementação de vitamina C devido seu baixo custo, facilidade de acesso e administração em pacientes com úlceras crônicas nos pés, principalmente para aqueles com dosagens séricas potencialmente abaixo do ideal. Entretanto admitem que mais estudos são necessários para determinar se há um efeito limiar para a

vitamina C sérica acima do qual a terapia é ineficaz e se há subgrupos com melhor ou menor resposta.

Quanto à suplementação, Barchitta *et al* (2019), relata que estudos recomendam a suplementação de vitamina C entre 500 mg/dia em feridas não complicadas a 2 g/dia em feridas graves. Segundo ALVES *et al* (2021) indivíduos com deficiência de vitamina C com feridas: suplementação com 100-200mg/dia. Em feridas mais complexas, incluindo úlceras por pressão grau III e IV ou trauma severo: doses orais de 1000-2000 mg/dia até ao final do processo de cicatrização. Recomenda-se ainda que essa suplementação de vitamina C esteja associada com zinco e arginina (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017).

Vitamina D

Moore *et al* (2020) relata que as deficiências de vitamina D, assim como de proteína, vitamina C e zinco, diminuem as taxas de cicatrização de feridas. Esse achado corrobora com outros estudo que demonstraram que a vitamina D desempenha um papel importante na cicatrização de feridas, modulando a integridade estrutural e o transporte através das barreiras epiteliais (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019). Também é essencial para o processo inflamatório e síntese de colágeno. Em consonância com seus papéis, evidências recentes de deficiência de vitamina D entre pacientes com úlceras venosas e de pressão demonstram o envolvimento da vitamina D no processo de cicatrização de feridas (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019).

Razzaghi *et al* (2017) em um estudo randomizado, duplo-cego, controlado por placebo sobre os efeitos da suplementação de vitamina D na cicatrização de feridas em pacientes com diabetes e úlcera em pernas, evidenciou efeitos benéficos na homeostase da glicose, nos níveis de colesterol total, LDL, HDL, VHS, PCR. Além disso, a vitamina D pode ter desempenhado um papel indireto na cicatrização de feridas devido ao seu efeito na melhora do controle glicêmico.

A suplementação demonstrou diminuir o tamanho da úlcera e os biomarcadores inflamatórios. No entanto, há estudos que recomendam mais pesquisas para entender como a suplementação de vitamina D pode ser usada no tratamento de feridas (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; REMBE *et al*, 2018).

Vitamina E

Vitamina E, obtida no consumo óleos vegetais, nozes, vegetais e cereais integrais, está relacionada no processo de reparo e regeneração tecidual, participa da síntese de fatores de coagulação, auxilia no sistema imunológico e é um importante antioxidante que reduz radicais livres na fase inflamatória, prevenindo a oxidação dos fosfolípidios presentes nas membranas celulares, estabilizando a integridade das mesmas (VIEIRA, 2017; OLIVEIRA *et al*, 2019; OLIVEIRA, 2017).

Entretanto Barchitta *et al* (2019) relata que a vitamina E, paradoxalmente, afeta negativamente a resposta antioxidante e a fase inflamatória. Além disso, na fase proliferativa, a vitamina E pode afetar negativamente a síntese de colágeno e neutralizar os benefícios da suplementação de vitamina A no tratamento de feridas.

Sobre as vitaminas em geral, a suplementação é controversa: há muitas evidências que apoiam a suplementação de Vitaminas A, B, C e D (RIBEIRO, 2020; VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017). Entretanto alguns pontos precisam ser esclarecidos, como a necessidade de associar vitamina C com zinco e arginina e o fato da vitamina E apresentar efeitos contraditórios e ainda neutralizar os benefícios da vitamina A (BARCHITTA *et al*, 2019).

Zinco

O zinco é um mineral essencial que funciona em associação com mais de 300 enzimas diferentes, atuando em reações que envolvem a síntese ou a degradação de metabólitos principais, como carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Está envolvido também na estabilização de estruturas de proteínas, ácidos nucleicos e na integridade de organelas subcelulares e funciona como um sinal intracelular nas células cerebrais. No que se refere aos ácidos nucleicos, o zinco é essencial para a replicação do DNA em células com altas taxas de divisão celular, como células inflamatórias, epiteliais e fibroblastos (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019; OLIVEIRA, 2017; LIN *et al*, 2017).

Na fase inflamatória, o zinco promove a resposta imune e neutraliza a suscetibilidade a complicações infecciosas, ativando linfócitos e produzindo anticorpos, além

da ação antioxidante (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019; OLIVEIRA, 2017; LIN *et al*, 2017).

Nas fases proliferativa e de remodelação, o zinco é essencial para síntese de proteínas e colágeno, sendo cofator para a formação de colágeno e mais resistência para o mesmo (e conseqüentemente aumento a resistência da cicatriz). Também promove a proliferação de fibroblastos e conseqüentemente do tecido de granulação e a epitelização, estimulando a atividade das enzimas envolvidas. O Zinco irá ter ação antioxidante (VIEIRA, 2017; BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019; OLIVEIRA, 2017; LIN *et al* 2017).

Esses achados corroboram com OLIVEIRA *et al* (2019) que relata que a deficiência de Zinco está relacionada a perda de força tênsil da cicatriz, diminuição de linfócitos, declínio do sistema imunológico, redução do processo de epitelização, da síntese de colágeno e da função fibroblástica (OLIVEIRA, 2017; LIN *et al*, 2017).

Para Barchitta *et al* (2019) essas evidências são importantes para abordagens nutricionais no tratamento de feridas, especialmente de feridas crônicas. Oliveira *et al* (2017) observou que o uso de suplemento nutricional enriquecido com arginina, zinco e antioxidantes mostrou eficácia na cicatrização de lesão por pressão em pacientes desnutridos.

Sobre a suplementação de zinco, Alves *et al* (2021) recomenda que seja realizada na presença de deficiência (comum em doentes em risco de desnutrição ou com desnutrição proteico-calórica, em indivíduos com doenças hepáticas, em hemodiálise, casos de diarreia e/ou má-absorção e estados hipermetabólicos). Para tal, recomenda 11 mg/dia de zinco para homens e para as mulheres 8 mg/dia, para feridas com dificuldades cicatrização 15 mg/dia e para feridas maiores a suplementação poderá ser 25-50 mg/dia (limitada a 14 dias). Em casos de deficiência severa sugere-se administração intravenosa de 50-100 mg/dia. É de ter em consideração que os suplementos de zinco são insolúveis e mal absorvidos. Doentes com ileostomia devem ser suplementados com 17mg de zinco elementar/Kg de drenagem.

Barchitta *et al* (2019) descreve que embora a suplementação de zinco de 40 a 220 mg/dia por 10 a 14 dias pode ser útil em pacientes com deficiência de zinco, a suplementação em pacientes com o estado nutricional adequado precisa ser mais pesquisada, considerando as condições que afetam o metabolismo de nutrientes, como diabetes e potenciais interações nutriente-nutriente (BARCHITTA *et al*, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2017). Sobre diabetes, Barchita *et al* (2019) observou que pacientes diabéticos, níveis mais elevados de glicose podem interferir no processo de absorção de nutrientes, causando a depleção de vários

nutrientes como o magnésio, zinco, B12, B6, ácido fólico. Sobre a interação nutriente-nutriente, a suplementação de vitamina C parece ter um efeito benéfico apenas em combinação com zinco e arginina em pacientes com úlcera por pressão (BARCHITTA *et al*, 2019).

O zinco é um mineral presente na carne vermelha, peixes, aves, fígado, cereais integrais, feijão, sementes de abóbora, leite e derivados (VIEIRA, 2017; ALVES *et al*, 2021).

Cobre

O Cobre desempenha diversas funções no processo de cicatrização: Co-fator de várias enzimas com atividade antioxidante, assiste na formação de energia na cadeia respiratória no citocromo C; ativador do fator de crescimento derivado das plaquetas, intervém na regulação da angiogênese. Na fase de proliferação e remodelação o cobre é necessário para aumentar a expressão de proteínas como colágeno, elastina, metaloproteinases (necessárias para a proliferação e remodelação da matriz celular), fator de crescimento endotelial, fator de crescimento dos fibroblastos, fator de crescimento dos neurónios e outras neurotrofinas. Além disso, na fase final da cicatrização, afeta a expressão das integrinas, família de proteínas responsáveis pela adesão celular dos queratinócitos (VIEIRA, 2017; OLIVEIRA *et al*, 2017, ALVES *et al*, 2021).

Facilmente adquirido no consumo de alimentos como fígado, feijão preto, lentilhas, castanha de caju, sementes de girassol sem casca, banana, salmão, aves, ostras, nozes e frutas secas (VIEIRA, 2017; OLIVEIRA *et al*, 2017, ALVES *et al*, 2021).

Sua suplementação, segundo Alves *et al* (2021) é indicada em caso de queimaduras severas, onde é efetuada a reposição de cobre com 1 a 2 mg.

Selênio

Segundo Oliveira *et al*, 2017 o selênio é cofator para a formação de colágeno, de tecido de granulação e epitelial. Além disso, segundo Oliveira *et al* 2019, é o componente essencial da glutathione-peroxidase, um potente sistema antioxidante endógeno, responsável pela gestão da inflamação induzida pelo estresse oxidativo, além de ser o principal antioxidante intracelular que atua na proteção das membranas celulares, além de aumentar a

resistência do sistema imunológico (OLIVEIRA *et al*, 2017; ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019).

Segundo Vieira *et al* (2021), metade do selênio do organismo encontra-se na massa muscular. A sua deficiência pode estar relacionada à imunossupressão e pode provocar miosite conjuntamente com miocardite (ALVES *et al*, 2021; OLIVEIRA *et al*, 2019).

Ainda segundo Vieira *et al* (2021) a suplementação de selênio está indicada após um trauma ou queimadura severos, onde é recomendado uma dose diária de 100-150 mg de selênio.

Nos alimentos, o selênio está presente nas Castanhas do Brasil, atum, sardinhas, camarão, peru, frango e linguado (ALVES *et al*, 2021).

Magnésio

Segundo Alves *et al* (2021), o magnésio é Co-fator de várias enzimas necessárias para a síntese proteica e de colágeno e para a reparação de tecidos, além de regular a homeostase da glicose e sensibilidade à insulina.

Segundo Martinez Garcia (2022), a hipomagnesemia está associada ao desenvolvimento de neuropatia e atividade plaquetária anormal, que são fatores de risco para DFU. A suplementação de magnésio em pacientes com DFU (grau III) versus placebo tem efeitos benéficos no tamanho da úlcera, controle glicêmico e níveis de PCR. A suplementação de zinco e a co-suplementação com magnésio e vitamina E em pacientes com DFU versus placebo também tiveram os mesmos efeitos benéficos.

A suplementação de 250 mg/dia magnésio, durante 12 semanas é indicada para pacientes diabéticos com úlcera no pé.

ÁGUA

A hidratação adequada é primordial para garantir a perfusão e oxigenação dos tecidos e age como solvente para minerais, vitaminas e aminoácidos. Se o paciente está hipovolêmico, o transporte de oxigênio para os tecidos periféricos estará prejudicado, e quando se encontra hidratado adequadamente sua perfusão tecidual melhora e assim estimula o ambiente para cicatrização da ferida (VIEIRA, 2017; ALVES *et al*, 2021, OLIVEIRA, 2017). Além disso, segundo Vieira *et al* (2021), a água promove a proliferação celular e a

migração de acordo com os gradientes quimiotáticos criados pelo cálcio e zinco, citoquinas e fatores de crescimento.

Oliveira *et al* (2017) e Oliveira *et al* 2019 recomendam 1 mL/kcal de ingestão de líquido. Esse achado corrobora com Vieira *et al* (2012) que, apesar de relatar desconhece-se sobre as necessidades específicas de ingestão de água em doentes com feridas, recomenda-se o consumo de 1ml/cal/dia ou 30 ml/kg peso/dia ou mínimo de 1500 ml / dia (salvo clinicamente contraindicado), para manter o paciente hidratado (VIEIRA, 2017; ALVES *et al*, 2021, OLIVEIRA, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se na literatura analisada que diversos nutrientes favorecem o processo de cicatrização de feridas crônicas e que, as carências dos mesmos, por exemplo, diante de um quadro de desnutrição, podem prejudicar e até retardar o processo de cicatrização, causando imunodeficiência e aumentando episódios de infecções. Esses fatores iriam prolongar a fase inflamatória da cicatrização e impedir que a lesão evolua normalmente para as fases seguintes de proliferativa e remodelação, o que é bem típico em feridas crônicas.

Destaca-se ainda que, dentre os nutrientes necessários para o processo de cicatrização, se destacam os macronutrientes carboidratos para fornecimento de energia e preservação das proteínas para esse fim, proteínas para construção do novo tecido e para regulação do processo de cicatrização e os lipídios que fornecem energia, exercem função estrutural (membranas das células) e são precursores diversos mediadores da inflamação e metabolismo celular. Quanto aos micronutrientes, os mesmos estão presentes em todas as fases da cicatrização, atuando como coenzimas, co-fatores e antioxidantes, importantíssimos diante do estresse oxidativo da cicatrização. Dentre os micronutrientes se destacam na literatura estudada as vitaminas A, C e D e os minerais zinco, cobre, selênio, manganês e magnésio.

Quanto a importância da suplementação de nutrientes para o tratamento de feridas crônicas houve muitas controversas. Ficou evidenciando que diante de um quadro de carência de um ou mais nutrientes a cicatrização fica prejudicada e, ao corrigir essa deficiência, há uma melhora na evolução dos pacientes. Entretanto, não fica claro se esses nutrientes, além da quantidade necessária para cobrir a deficiência, trariam algum benefício a mais no processo de cicatrização. Diante disso seriam necessários mais estudos em pessoas saudáveis.

Uma observação dos autores do presente artigo é que, pessoas saudáveis dificilmente desenvolveriam feridas crônicas. Tendo como exemplo as duas lesões crônicas bem presentes na prática clínica, a úlcera de pressão e a úlceras em membros inferiores de pessoas diabéticas, a primeira é geralmente encontrada em pessoas com limitações de mobilidades, o que por si só já limita um pleno estado de saúde, prejudicando a prática de exercícios físicos e a alimentação, a depender do grau de sequela, também ficaria limitada. Quanto à segunda lesão, as feridas em membros inferiores em pacientes diabéticos, as mesmas geralmente são encontradas em pacientes com controle glicêmicos ruim ou com consequências vasculares do mesmo.

Assim, as úlceras em membros inferiores dificilmente serão encontradas em pessoas saudáveis e em portadores de diabetes com histórico de bom controle. Para um bom controle do diabetes são necessários, dentre outras coisas, de uma alimentação saudável e prática de exercícios físicos.

Apesar de a literatura estudada sugerir que mais estudos deveriam ser feitos para a indicação de suplementação, fica evidenciado que cada paciente deve ser avaliado individualmente quanto as suas necessidades. Um recordatório alimentar ajudaria identificar a existência de carência energética, proteica ou de micronutrientes. Associar esses dados com o quadro de evolução da ferida ajudaria o profissional de nutrição a corrigir essas carências, preferencialmente através de alimentos e, na impossibilidade de atingir as metas necessárias, indicar uma suplementação individualizada.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. et al. O Papel da Nutrição na Prevenção e Tratamento de Feridas. **Associação Portuguesa de Tratamento de Feridas**.2021. Disponível em: <https://www.nestlehealthscience.pt/sites/default/files/202111/WhitePaper_Nutri%C3%A7%C3%A3o%20e%20Feridas.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ARRIBAS-LÓPEZ, E. et al. The Effect of Amino Acidson Wound Healing: A Systematic Review and Meta-Analysis on Arginine and Glutamine. **Nutrients**. 2021, v. 13, n. 8. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2072-6643/13/8/2498>>. Acesso em: 09 set. 2021.

BARCHITTA, Martina; MAUGERI, Andrea; FAVARA, Giuliana; SAN LIO, Roberta Magnano; EVOLA, Giuseppe; AGODI, Antonella; BASILE, Guido. Nutrition and Wound Healing: An Overview Focus in gon the Beneficial Effects of Curcumin. **International Journal of Molecular Sciences**. 2019, v. 20, n. 1119. 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1422-0067/20/5/1119>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BASIRI, R. et al. Improving Dietary Intake of Essential Nutrients Can Ameliorate Inflammation in Patients with Diabetic Foot Ulcers. **Nutrientes**. 2022, v. 14, n 12. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35745123/>>. Acesso em: 09 set. 2022.

COLARES, Carlos Matheus Pierson; LUCIANO, Cristiana da Costa; NEVES, Heliny Carneiro Cunha; TIPPLE, Anaclara Ferreira Veiga; GALDINO JÚNIOR, Hélio. Cicatrização e tratamento de feridas: a interface do conhecimento à prática do Enfermeiro. **Enfermagem em foco: Revista oficial do Conselho Federal de Enfermagem. Brasília**. 2019, v. 10, n. 3, p. 52-58. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2232>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

DUTRA, A. F. F. O.; DIAS, A.D.C.; ARAÚJO, D. G. S.; SILVA, E. M.; SILVA, I. M. F.; GOMES, L. M. F. A importância da alimentação saudável e estado nutricional adequado frente a pandemia de Covid-19. **Braz Journal of Develop**. 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/pr078024/Downloads/16336-42227-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2022

GARBUIO, D. C; ZAMARIOLI, C.M; SILVA, N.C.M; OLIVEIRA-KUMAKURA, A.R.S; CARVALHO, E.C. Instrumentos para avaliação da cicatrização de lesões de pele: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. 2018, v. 20, n. 40. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/49425/32640>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GARCIA, Rosa Maria Martinez et al. La nutrición em la prevención y curación de heridas cronicas. Importância em la mejora da torta diabética. **Nutr. Hosp. Madrid**. 2021, v. 38, n. 2, p. 60-63. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-16112021000500014&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GUNTON, J.E; GIRGIS, C. M; LAU, T; VICARETTI, M; BEGG, L; FLOOD, V; Vitamin C improves healing of foot ulcers: a randomised, double-blind, placebo-controlled trial. **British Journal of Nutrition**. 2021, v.126, n.10, p. 1451-1458. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32981536/>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

JOHNER, Kenia; NETO, Cláudio Fernando Goelzer. Análise dos fatores de risco para o envelhecimento da pele: aspectos nutricionais. **Brazilian Journal of Health Review**.

Curitiba. 2021, v.4, n.3, p. 10000-10018. Disponível em:
<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/29361>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

KAWAKAME, P. M. G. et al. Qualidade de vida de portadores de ferida crônica. **Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde**. 2018. n. 31. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ape/a/5rXWbmmz3qbNgTJKzwGtK9N/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 fev. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. **Atlas**. São Paulo, 2003. Disponível em:
<http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/vi>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LIN, P.H. et al. Zinc in Wound Healing Modulation. **Nutrientes**. 2017, v. 10, n. 1, p. 16. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5793244/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MARCHESINI, Bruna Fuhr; RIBEIRO, Silene Bazi. Efeito da ozonioterapia na cicatrização de feridas. **Fisioterapia Brasil**.2020,v. 21 n. 3. Disponível em:
<<https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/2931/pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MENDES, Danielle Cordeiro; et al. A importância da nutrição no processo de cicatrização de feridas. **Revista Científica Univiçosa**. 2017, v. 9, n. 1. Disponível em:
<<https://docplayer.com.br/82262074-A-importancia-da-nutricao-no-processo-de-cicatrizacao-de-feridas.html>>. Acesso 20 mai. 2022.

MINAYO, M. C. de L. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Vozes. Petrópolis**, 2002. Disponível em:
<<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MONTEIRO, D. S; BORGES E. L; SPIRA, J. A. O; GARCIA, T. F; MATOS, S. S. Incidência de lesões de pele, risco e características clínicas de pacientes críticos. **Texto Contexto Enfermagem**. 2021. v. 30. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/tce/a/4FWZdWFsgrFzZgXwX8QFJ8D/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MOORE, Z.E; CORCORAN, M.A; PATTON, D. Nutritional interventions for treating foot ulcers in people with diabetes. **Cochrane Data base Syst Rev**. 2020. v. 17, n. 7. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32677037/>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

OLIVEIRA, Karina Díaz Leyvade; HAACK, Adriana; FORTES, Renata Costa. Terapia nutricional na lesão por pressão: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. 2017, v. 20, n. 04, p. 562-570. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/GPGTJnQL8Xzd9FF8xZWJfKc/?lang=pt#>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

OLIVEIRA, Leidiane Moreira de; CARDOSO, Kellen de Souza Cardoso. Efeito da arginina isolada ou associada na cicatrização de lesões por pressão (LPP): revisando as evidências científicas. **HU revista**.2019. v.45, n. 4, p. 441-451. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/27129>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

OLIVEIRA, Niara Carla de. Estado nutricional como fator de risco para o desenvolvimento de lesão por pressão. 2017. 59f. Trabalho de obtenção de Título de mestre no Curso de pós-graduação de enfermagem. **Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto**. Acesso em: 03 mar. 2022.

PRADO, E. M. L. de; et al. Pesquisa de produtos naturais para cicatrização de feridas. In: SILVA, M. A. da; et al. Tópicos especiais em ciência animal. 1. ed. Alegre: **CAUFES**, 2020. p. 282-301. Disponível em: <https://cienciasveterinarias.ufes.br/sites/cienciasveterinarias.ufes.br/files/field/anexo/topicos_especiais_em_ciencia_animal_ix_2020_0.pdf#page=284>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: **Feevale**, 2013. 277p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6600813/mod_resource/content/1/MTPE%202020%20-%20METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENT%3%8DFICO%20M%3%89TODOS%20E%20T%3%89CNICAS%20DA%20PESQUISA%20E%20DO%20TRABALHO%20ACAD%3%8AMICO.pdf>. Acesso em: 03 de mar de 2022.

RAZZAGHI, R. et al. The effects of vitamin D supplementation on wound healing and metabolic status in patients with diabetic foot ulcer: A randomized, double-blind, placebo-controlled trial. **Journal Diabetes Complications**.2017. v.31, n. 4, p. 766-772. Disponível em:<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27363929/>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

REMBE, J.D. et al. Effects of vitamin B Complex and Vitamin C on Human Skin Cells: Is the Perceived Effect Measurable? **Adv Skin Wound Care**. 2018. v. 31, n. 5, p. 225-233. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29672394/>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RIBEIRO, Maria Jacineth de Andrade. Aspectos nutricionais no processo de cicatrização de lesão: uma revisão integrativa. 2020. 36f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação em Estomatoterapia) – **Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**, Belo Horizonte. Acesso em: 23 mar. 2022.

VIEIRA, Cinara Bezerra. A Relevância da Nutrição no processo de cicatrização de feridas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Enfermagem. **Assis**, 2017. Acesso em: 03 mar. 2022.

WAKITA, Julia Leiko; HERNANDES, Luzmarina. Benefícios da própolis na cicatrização da pele. **Arquivos do MUDI**, 2019, v.23, n. 3, p. 371 – 386. Disponível

em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/51564/751375149172>>.
Acesso em: 03 mar. 2022.

A Construção Da Autoimagem e Do Feminino Na Sociedade Contemporânea

The Construction Of Self-Image and Feminine In Contemporary Society

Jonathan Iury Barbosa dos Santos¹
Valéria de Almeida Sousa²
Maria Rita Britto Tupinambá³

Resumo: O presente trabalho visa demonstrar como a sociedade impacta na construção da autoimagem da mulher, desde os tempos antigos até a contemporaneidade, notando-se uma desconstrução do corpo real, que vem impactando de forma negativa, instigando as mulheres a qualquer custo a buscar o corpo ideal, trazendo como consequência sofrimentos psíquicos e físicos, por não condizer com a realidade.

Palavras-chave: AUTOIMAGEM; FEMININO; CONTEMPORANEIDADE; PADRÃO DE BELEZA.

Abstract: *The present work aims to demonstrate how society impacts the construction of women's self-image, from ancient times to contemporaneity, noting a deconstruction of the real body, which has been negatively impacting, instigating women at any cost to seek the ideal body, bringing as a consequence psychic and physical sufferings, for not conscng with reality.*

Keywords: SELF-IMAGE; FEMALE; CONTEMPORANEITY; BEAUTY PATTERN.

¹ Jonathan Iury Barbosa Dos Santos, Faculdades Promove, iury.jonathan@yahoo.com.br.

² Valéria De Almeida Sousa, Faculdades Promove, valeria_not@hotmail.com.

³ Maria Rita Britto Tupinambá, Mestre em desenvolvimento social, Psicóloga, Orientadora.

1 INTRODUÇÃO

A construção da auto imagem e do feminino dentro da sociedade, sempre teve influências sócio-históricas e culturais de cada século, definir beleza é algo complexo, uma vez que o “belo” trata-se de algo subjetivo, além das alterações que o mesmo sofre ao longo do tempo. Quando lidamos com essa construção do que pode ou não ser aceito dentro de determinado tempo e espaço, temos que ter em mente que, para o feminino construir uma imagem, o mesmo sempre estará atrelado ao desejo de se sentir atraída e desejada, além da submissão dos corpos femininos dentro machismo estruturado em nossa sociedade.

O que Gómez e Rocha (2018) diz é que, a constituição do feminino não se dá apenas pelo seu nascimento, mas sim como a sociedade modula o mesmo, uma vez que é internalizado socialmente.

Durante séculos houve padrões femininos aceito pela sociedade, como os corpos esbeltos na Grécia antiga, os corpos pecaminosos durante a predominância do Catolicismo no século XVI, no renascentismo os corpos robustos, na Era Vitoriana já se considera os corpos magros e as peles pálidas como beleza, por causa da tuberculose que devastavam a época, é no decorrer de cada época um novo modelo era estabelecido, assim atendendo as influências do que era predominante naquele momento. Para compreender essa dimensão, temos que entender as influências a partir de uma cronologia sócio-histórica da construção da auto imagem e do feminino da mulher ao longo dos tempos.

A sociedade contemporânea influencia na construção da autoimagem do feminino utilizando de mecanismos para adequar aos padrões estéticos e como eles vêm afetando sua saúde física e mental, nas buscas bibliográficas foi observado como se dá a construção da percepção que a mulher tem de si na atualidade, relacionando os fatores históricos culturais que influenciaram a construção da autoimagem da mulher contemporânea, além dos impactos sociais e psicológicos provocados pelo atendimento ao padrão de beleza estabelecido na atualidade.

A busca pela auto imagem feminina é algo recorrente nos dias atuais, deparamos com um crescente esforço de mulheres para se enquadrar dentro de um padrão inalcançável da estética. Os meios de comunicação e mídia sociais vem contribuindo para esse crescimento. A indústria de cosméticos bem como as clínicas de estéticas cria produtos e procedimentos que afirmam ajudar estas mulheres a alcançar ou chegar próximo a este padrão de beleza. O desejo de enquadrar no padrão estabelecido socialmente pode levar a resultados exagerados e causar danos físicos, mentais e emocionais irreparáveis. Pois segundo NAOMI. WOLF;

“Durante a última década, as mulheres abriram uma brecha na estrutura do poder. Enquanto isso, cresceram em ritmo acelerado os transtornos alimentares, e as cirurgias plásticas de natureza estética se tornaram uma das especialidades médicas de mais rápida expansão. (O mito da beleza.2019, p. 26).

A imagem distorcida que a mulher tem sobre si dificulta a sua aceitação, uma vez que a mesma não se enquadra aos "padrões" estabelecidos pela sociedade, com isso, para ser aceita no meio, acabam por muitas das vezes tomando decisões invasivas ao corpo, ou conseqüentes, seja com dietas restritivas, cirurgias plásticas, atividades físicas excessivas dentre outras medidas. Este trabalho por sua vez tem como objetivo conscientizar as mulheres a se aceitarem como são, e se porventura quiserem alguma alteração na sua imagem corporal, que seja por uma questão de saúde ou de bem-estar consigo mesmo, e não para aceitação e inclusão pura pressão social.

O exercício deste trabalho, foi demonstrar como a sociedade contemporânea impacta de forma negativa a visão das mulheres sobre o que é ser mulher, como essa se constrói , a visão sobre seu corpo, além das grandes conseqüências físicas e psíquicas destas influências. Não obstante, o intuito do trabalho foi romper paradigmas onde a mulher possa se reconhecer socialmente como múltipla, mediante a evolução do feminino, reforçando sua auto imagem, sem influências do machismo, sexismo e patriarcalismo que as limitam por séculos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A busca pela auto imagem feminina é algo recorrente nos dias atuais, deparamos com um crescente esforço de mulheres para se enquadrar dentro de um padrão inalcançável da estética. Os meios de comunicação e mídia sociais vem contribuindo para esse crescimento. A indústria de cosméticos bem como as clínicas de estéticas cria produtos e procedimentos que afirmam ajudar estas mulheres a alcançar ou chegar próximo a este padrão de beleza. O desejo de enquadrar no padrão estabelecido socialmente pode levar a resultados exagerados e causar danos físicos, mentais e emocionais irreparáveis.

A imagem distorcida que a mulher tem sobre si dificulta a sua aceitação, uma vez que a mesma não se enquadra aos "padrões" estabelecidos pela sociedade, com isso, para ser aceita no meio, acabam por muitas das vezes tomando decisões invasivas ao corpo, ou consequentes, seja com dietas restritivas, cirurgias plásticas, atividades físicas excessivas dentre outras medidas. Este trabalho por sua vez tem como objetivo conscientizar as mulheres a se aceitarem como são, e se porventura quiserem alguma alteração na sua imagem corporal, que seja por uma questão de saúde ou de bem-estar consigo mesmo, e não para aceitação e inclusão pura pressão social.

O exercício deste trabalho, irá mostrar como a sociedade contemporânea impacta de forma negativa a visão das mulheres sobre o que é ser mulher e como se constrói isso, a visão sobre seu corpo, além das grandes consequências físicas e psíquicas destas influências. Não obstante, o intuito do trabalho é romper paradigmas onde a mulher possa se reconhecer socialmente como múltipla, mediante a evolução do feminino, reforçando sua auto imagem, sem influências do machismo, sexismo e patriarcalismo que as limitam por séculos.

A idade contemporânea é demarcada a partir da Revolução francesa no Século XVIII e várias outras mudanças subseqüentes entre elas a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo, a revolução industrial, o rompimento entre a igreja e o Estado, o êxodo Rural entre outros acontecimentos que levam até os dias atuais (DAUWE e SAYÃO. 2009. p.04).

Segundo Costa e Ianni (2018) a modernidade atual refere-se ao momento histórico

em que a sociedade industrial se configura e a ciência e a tecnologia ganham credibilidade, tais mudanças impactaram politicamente, economicamente e socialmente o modo de vida do homem em todo o mundo.

No século XVI, com a influência do cristianismo, os corpos não eram vistos como algo belo, e sim como pecaminosos, principalmente o feminino, pois eram tratados como tentador e imoral, o que era visto como bonito era apenas o “Divino”. A mulher não possuía outras características como um indivíduo, ser pensante provida de outras qualidades e sim como um ser que existe para um único propósito, ter filhos. O interesse da medicina neste período pelo corpo feminino restringia somente estudo voltado a procriar e conceber, no qual caracterizava a mulher como sexo frágil, sensível e voltado à submissão (GÓMEZ e ROCHA 2018).

Com o renascentismo, o padrão de beleza muda, o corpo feminino volta a ser apreciado, onde mulheres mais robustas e de seios fartos eram considerados belos, mas não podemos esquecer que esse padrão de beleza foi estabelecido por caudas das grandes guerras e epidemias, mesmo depois de algumas mudanças econômicas e culturais, a escassez de alimentos predominava e as pessoas não tinham acesso a comida com facilidade, desta forma ter um corpo robusto era admirável e dito de status financeiro.

No século XIX, a Europa era assolada pela tuberculose, no qual as pessoas que contraíram a doença tinham como consequência o emagrecimento e sua pele pálida. Esta imagem neste período foi romantizada. As mulheres buscavam exaustivamente meios estéticos para serem bem vistas perante a sociedade, as mesmas que apresentavam um corpo magro e pálido eram exaltadas, para isso elas tomavam água com limão ou água com vinagre para perda de apetite, faziam o uso de espartilhos para que suas silhuetas ficassem finas, além do uso de animais mortos e até acessórios perigosos no cabelo na intenção de serem aceitas. Segundo (FLORIANO e CRUZ.2020);

“(...) não seriam todas as mulheres que poderiam alcançar tal padrão. Serão as mulheres das classes médias e nobres que deverão usar seu tempo para dedicarem-se, exclusivamente, na busca da perfeição estética daquele momento. Sem possuir letramento em muitos casos e com a ausência do direito à herança, o casamento seria sua principal e

muitas vezes única escolha. A partir da concepção da figura da mulher burguesa ou nobre como ideal a ser alcançado ou chegar o mais próximo de alcançar o padrão de beleza se observa a hegemonia das classes”

Já no final do século XIX, e o início do século XX, houve muitas mudanças acerca do feminino e sua sexualidade, pois no começo do século XX as mulheres não ficavam mais em casa, as mesmas começaram a ocupar espaços dentro das indústrias, e com isso houve uma movimentação em relação aos assédios que as mesmas sofriam por parte dos patrões.

A beleza física feminina passou a ser vista como algo Divino, pois as mesmas eram associadas à Nossa senhora, e que moças de boa índole e de famílias respeitadas não poderiam fazer-se uso de maquiagens pois não combinavam com as mesmas e que deveriam seguir o exemplo da Santa, além destas privações o corpo também sofre influências, pois mulheres magras eram vistas como feias, pobres e doentes (Gómez e Rocha, 2018). O que nos mostra que a mesma cultura do corpo robusto associado a fartura e riqueza do renascentismo volta a predominar no início do século XX.

No início da década de 1920, o feminino passa a ser reinventado, pois com a chegada do cinema os corpos robustos não ganham mais visibilidade, assim surge uma nova forma de cuidado, além da imagem da mulher no todo, assim lhe trazendo liberdade e autonomia (Gómez e Rocha, 2018).

Já no final da década de 1920 até 1950, a mulher novamente passa a ser reconfigurada para atender aos desejos da sociedade machista, pois durante estes períodos, a mulher tem a obrigação de ser portar com mais delicadeza, retraída e discreta para suprir as necessidades masculinas da época.

Logo no final da década de 1950, após a segunda guerra mundial, o corpo feminino se re-configura mais uma vez, dando espaço ao corpo robusto, popularmente conhecido como o “corpão de violão”, além de associar a imagem da mulher novamente ao “Divino” desta vez com o aspecto angelical, associando o mesmo a uma imagem juvenil. Já na década de 1960, o corpo mais uma vez se reformula, dando espaço ao corpo menos robustos por causa da chegada da balança na sociedade, onde associa-se dieta e prazer em comer. Além dessa reformulação do

corpo a imagem do feminino na década de 60 o erotismo e a virgindade ganha lugar na publicidade, uma vez que o rosto angelical e juvenil era tentador, e romantizada ao matrimônio e prazer sexual (GÓMEZ e ROCHA 2018).

As mudanças na década de 1960, em relação ao feminino e ao corpo da mulher ganha força com a chegada da Segunda Onda Feminista, como afirma (REIS, 2008);

“Como representantes do pensamento radical da “Segunda Onda”, como é chamado o ressurgir do movimento feminista a partir dos anos 1960 (em referência ao feminismo sufragista que vai de fins do século XIX às primeiras décadas do XX). [...] O movimento feminista da Segunda Onda incluiu, desde o começo, a disseminação das informações e o acesso aos contraceptivos e ao aborto, nas reivindicações por políticas públicas. Por outro lado, a tecnologização do controle da fertilidade e o seu controle pelo poder médico colocava uma forte contradição com a perspectiva de autonomia, como parte da liberação feminista.”

O movimento deu entrada para que assuntos como corpo e sexualidade feminina fossem debatidos e estivessem presentes em espaços públicos, desconstruindo a visão sobre seus corpos, a partir da perspectiva machista e médica, que se voltava apenas para o ato de reprodução, dando espaço para o desejo e gozo, além da autonomia e liberdade que as mulheres tiveram sobre seus corpos. (GÓMEZ e ROCHA, 2018).

Já na década de 1980, o corpo feminino passa a ter como influência e aceito pela sociedade, os corpos definidos, atléticos e novamente o “corpo de violão” ganha espaço. Nos anos de 1990 em diante, os corpos esbeltos e jovens ganham notoriedade, pela sua sedução dando espaço para os procedimentos estéticos, como cirurgias, próteses dentre outros, como reforça (GÓMEZ e ROCHA, 2018);

Simone de Beauvoir em seu livro “O segundo sexo” (1967), afirma que não se nasce mulher, mas se torna, essa construção dentro da sociedade, reforça como os papéis de gêneros são construídos ao longo dos séculos.

GIDDENS (2001) reforça que a criança ao nascer é caracterizada com o sexo biológico feminino ou masculino e seu gênero é definido pelos agentes de socialização que neste caso é representado pela família, escola e comunidade em

geral que irá ensiná-la através da cultura a desempenhar comportamentos que definiram seu papel na sociedade, automaticamente será também caracterizado por exemplo quem é o sexo frágil e forte ou o que cada sexo deve ou não fazer dentro deste papel que lhe designa.

A construção do feminino se constitui pelo o que a sociedade machista impõe sobre a mulher, assim privando as mulheres de se construírem socialmente como mulheres logo no início de sua vida. Pois segundo SANTOS (2013);

“A mulher é uma construção masculina. O que ela é ou faz é definido pelo que o homem entende do que é ser mulher e qual o papel que ela deve desempenhar na sociedade. As faixas etárias femininas são importantes para frear ou estimular quais ações elas estão autorizadas ou desautorizadas a desempenhar. É importante ressaltar que não existe mulher machista, o que existe é a generalização da violência machista sexista que influencia a mulher a se auto vigiar, vigiar e denunciar outra mulher, reproduzindo a violência que a oprime. Na cultura do machismo, todos são responsáveis pela construção do modelo da mulher. Familiares, Estado e sociedade são controladores e manipuladores das identidades femininas. Nesses modelos construídos, a mulher é dividida na categoria tolerável “santa” e na categoria abominável “puta”, a mulher feita para “casar” e a mulher para “usar”. Essas identidades são impostas de maneira violenta, obrigando cada uma a enquadrar-se nas categorias definidas pelo machismo e pelo racismo, independente da identidade que a gente acredita se adequar. Pode ocorrer de ela acreditar que a identidade imposta é a que ela realmente se apropria.”

Como afirma SANTOS (2013), a constituição da mulher dentro de uma sociedade é fruto do patriarcado dominante na sociedade, o que as define, limita e rege dentro do mesmo, nada mais é que uma construção social internalizada a séculos. A autoimagem é referenciada como a percepção que a pessoa tem de si, como nos mostra. FLORIANI, MARCANTE e BRAGGIO (2014);

[...] Quando se fala de auto imagem, refere-se ao reflexo que cada um vê ao se posicionar de frente ao seu “espelho interior” e aos sentimentos e pensamentos gerados por essa visualização. Visualização esta, que envolve atitudes que o ser experimenta como pertencendo ao corpo, habilidades e emissão do poder físico.

Nesta ação de interpretar a identidade feminina cabe ressaltar a influência cultural e as relações de poder, onde a mulher constitui historicamente por seus aspectos biológicos como regras para definir-se e sujeitar-se, enquanto o homem encontra-se em posição de superioridade, passando-se por detentor de poder. A sociedade patriarcal define o homem como um status de força e inteligência, quanto a mulher como dócil e incapaz, impedindo-a de definir-se por si mesma, além de colocar dominação exercida pelo homem como algo natural (NUNES, 2021).

A imagem corporal é a relação entre a visão que o indivíduo tem de si e do outro, este acontecimento se apresenta através de acontecimentos que envolve aspectos cognitivo, sociais e comportamentais além interação com o ambiente em que o ser humano vive, modificando quando este meio se modifica (BRITO, 2016).

“ A autoimagem pode ser compreendida como a forma como o sujeito se vê, como acha que é ou se sente. Trata-se de um fenômeno psíquico que possibilita ao sujeito representar e registrar os eventos vividos e/ou percebidos. Forma-se como representação visual, que interfere na maneira como o sujeito percebe, reage e interage com o meio social”. Pode-se dizer que a construção desta imagem se dá na interação do sujeito com o mundo, nas suas relações afetivas e espaços socioculturais.” (OLIVEIRA e MACHADO, 2021).

No Brasil o padrão de beleza baseia-se na cultura europeia utilizando de vestimentas, produtos de beleza além de algumas características corporais como magro, alto, branco e loiro direcionado principalmente para o feminino. Falcão e Langaro (2019)

MIRANDA (2010), realça que ao tentar alcançar um ideal de beleza a pessoa atribui a ele significado de felicidade e realização, contradizendo valores antes enaltecidos como a moral e a ética. A mídia social é uma das ferramentas que reforçam estes comportamentos. Para Wolf, a beleza é um sistema financeiro disposto pela política como forma de manter o domínio masculino.

SILVEIRA (2012), ressalta que a ditadura da beleza seria uma formação ideológica, criada por massas que geram um conflito que faz a história movimentar. A mulher está sempre na luta contra o tempo no quesito imagem buscando ferramentas para retardar o envelhecimento e manter-se bonita. O mesmo ainda ressalta;

“Porém, ao lutar contra o tempo, estabelecem uma luta contra si mesmos, ao deixarem direcionar que as percepções sobre sua imagem sejam percebidas a partir daquilo que o Outro espera que ela seja, em conformidade com um discurso da falta. Sempre lhe falta algo, seja um rosto ou um corpo em desordem com aquilo que a sociedade lhe cobra e que cobra a si mesmo, sem perceber, muitas vezes o sentimento de auto exclusão que se lhe é imposto, em busca de um corpo inexistente (conquistada esta ou aquela característica estética, o espelho interior lhe dirá que falta sempre outro elemento, outra parte a ser conquistada, em busca do corpo ideal/irreal).” (SILVEIRA,2012.)

A idolatração do corpo perfeito na contemporaneidade, e o que vem sendo valorizado, a partir de influências sociais, culturais e até mesmo pelas mídias, o corpo magro, definido e musculoso, vem ganhando cada vez mais notoriedade, e para alcançar determinado padrão, as mulheres recorrem a atividades físicas, restrições alimentares ou até mesmo dietas “mirabolantes”, além de procedimentos estéticos invasivos para chegarem nos padrões impostos, potencializando sua sexualidade (SOUZA e SILVA, 2017).

Outro aspecto que influenciam sobre os corpos femininos são os meios de comunicações, onde o acesso as informações são mais rápidas, fazendo com que fique mais fácil a idealização dos corpos perfeitos, além da acessibilidade de conquistá-los, desconsiderando qualquer classe social, gerando na mulher a necessidade de se pertencer ao que é imposto como “corpo perfeito” uma vez que comercializado como algo “desejável” e “alcançável”. (SOUZA e SILVA, 2017)

Dentro dos meios de comunicação, vale destacar as mídias sociais, que imprime e transmite “padrões perfeitos de beleza”, influenciando na busca de um corpo perfeito, uma vez que a comparação entre as mulheres é reforçada com a realidade (MELO e SANTOS, 2020). Visto que o uso das redes sociais reforça de uma forma “positiva” a exposição dos corpos, pois a interação, curtidas e comentários assertivos corrobora a exibição dos corpos (SOUZA e SILVA, 2017). Não obstante, essas influências impactam severamente na percepção da mulher sobre sua imagem como um todo, o que acaba levando a mesma ao adoecimento mental e físico, pois a busca pelo corpo jovem, magro, esbelto, cheios de curvas e definidos, vende uma falsa ilusão de que, quando alcançados a mesma se sentirá realizada e

dentro dos padrões definidos socialmente.

Como reforça (SOUZA e SILVA, 2017), o não alcance deste corpo ideal impacta diretamente a saúde física e mental das mulheres, trazendo grandes consequências. Pois não somente o padrão definido que entra em jogo, mas o genótipo de cada mulher que muitas das vezes não se enquadra dentro do que é estabelecido pela sociedade.

“Além de problemas pessoais no manejo de situações de descontentamento com o próprio corpo, pode-se destacar que os padrões sugeridos para a beleza feminina podem gerar transtornos mentais também advindos de situações de exclusão social, a qual não prioriza a saúde, mas o padrão definido para a estética feminina, o que produz ansiedade e depressão em mulheres, decorrentes do isolamento e atitudes nas quais são humilhadas, seja de modo direto ou indireto. Os padrões estão ligados ao tamanho do corpo, baixo ou alto, magro ou obeso. A estética exerce pressão referente ao fator idade, na qual se observa a dificuldade na aceitação de linhas de expressão e marcas decorrentes da vida da mulher, o que é um resultado da imposição da juventude eterna, na qual a indústria de cosméticos é altamente impulsionada no apoio ao padrão, para assim terem um meio propício para comercializar seus produtos que prometem rejuvenescimento na pele. O enfrentamento da velhice é complexo e não se liga apenas à pele, mas à estética corporal em geral, devido a flacidez corporal e distorção fisiológica na simetria corporal.” (MELO e SANTOS, 2020)

Com o não alcance dos objetivos corporais almejados pelas mulheres, é comum que isso gere ansiedade e estresse, com isso consequências físicas e psicológicas são desenvolvidas, como transtorno de imagem e até mesmo transtornos alimentares.

“Trata-se de um distúrbio de imagem onde o indivíduo observa-se diferente do padrão e acima de seu peso normal. Isso causa uma distorção de sua imagem real, fazendo com que o mesmo não se

alimento ou consuma calorias mínimas, abusando de dietas e a prática de exercícios físicos. A bulimia também é um distúrbio frequente, na qual ocorrem episódios compulsivos de alimentação, que geram frustração e arrependimento. Logo após essa alta ingestão calórica, ocorre a indução do vômito ou consumo produtos laxativos e termogênicos, a fim de perder todas as calorias ingeridas em seus episódios compulsivos. E por fim o transtorno dismórfico corporal, vigorexia. A pessoa se enxerga mais atrofada do que realmente é, o que leva ao treinamento excessivo e uso de suplementos alimentares, ocasionando lesões musculares e desidratação.” (MELO e SANTOS, 2020).

Buscar por esses padrões na contemporaneidade, acaba criando um ambiente hostil, pois gera medo, culpa, sentimento de impotência, que acaba desencadeando em depressão, ansiedade dentre outros transtornos, além das disputas e comparações entre as mulheres, em querer serem melhores entre elas. Contudo não se pode negar a forma como ela busca este ideal, pois acaba gerando a negação de si mesma, durante esse processo de construção do corpo ideal, acometendo um sentimento de angústia e frustração, pois se busca algo muita das vezes inatingível dentro do que é imposto, negando seu genótipo e subjetividade (SOUZA e SILVA, 2017).

3 METODOLOGIA

A busca desta pesquisa foi realizada pelos autores entre os meses de Agosto e Outubro de 2022, na plataforma do Google acadêmico. Foram escolhidos os artigos desenvolvidos em português, publicados no ano de 2021, sendo usado como palavras-chaves: AUTOIMAGEM; FEMININO; CONTEMPORANEIDADE; PADRÃO DE BELEZA. Como critérios de inclusão, foi aplicado primeiramente a seleção de artigos que tinham a palavra-chave AUTOIMAGEM em seu título. A justificativa para usar este primeiro critério de inclusão foi por conta da centralidade do tema abordado em nosso artigo. O primeiro critério de exclusão se refere à retirada dos artigos que não atendiam ao primeiro critério de inclusão. Desta busca inicial (Figura 1), foram encontrados 583 artigos. Após a primeira seleção, 12 artigos atendiam aos critérios de inclusão e exclusão.

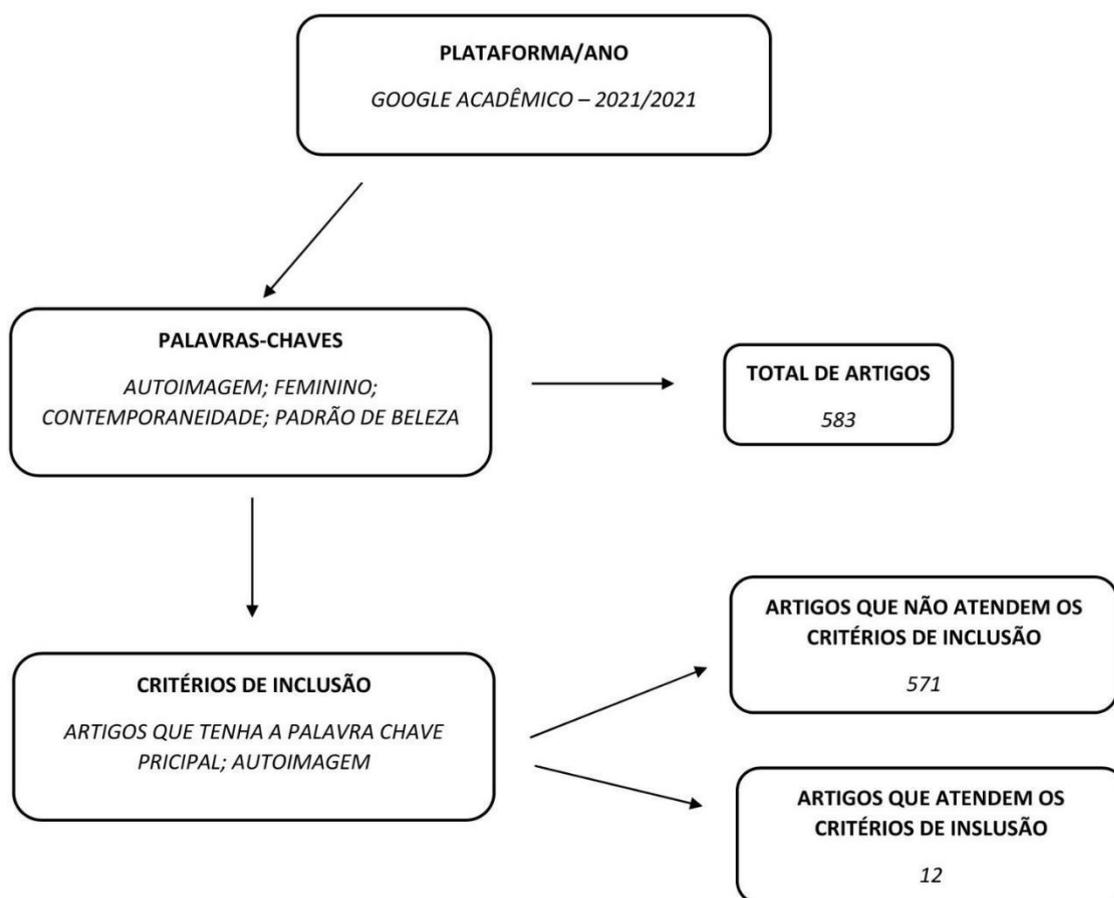


Figura 1 (.Fonte: Elaborado pelos autores.)

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

É Após a leitura dos resumos, apenas 10 artigos foram utilizados na nossa discussão. Do total de 12, dois foram excluídos, pelos seguintes motivos, respectivamente: um dos artigos encontrados se tratava de um livro e não estava disponível em PDF de forma gratuita, e um segundo artigo foi excluído por abordar uma discussão específica sobre deformidades faciais reabilitados através de próteses oculares e por ser da área de Odontologia, distante da discussão do presente trabalho.

Notou-se que na maior parte dos artigos, os temas mais abordados foram; As influências que as redes sociais têm sobre a autoimagem das mulheres; A forma como as redes sociais impactam a vida da mulher na contemporaneidade; Além dos artigos contemplar os impactos que o padrão de beleza imposto, causam danos a saúde da mulher de forma biopsicossocial.

Dentre os artigos selecionados, FRANCO et al., (2021), teve como principal objetivo de pesquisa, demonstra através de coleta de dados e entrevista que durante o ciclo de vida da mulher a visão de autoimagem modifica dependendo da sua faixa de idade, atribuído a autoimagem novos sentidos conforme a mulher vai envelhecendo. Mostrando que, em certos momentos da vida da mulher a preocupação com sua aparência é evidenciada, levando a busca por procedimentos estéticos que se alinham ao padrão de beleza reforçado pelo consumo e pela mídia, mas que na terceira idade as mulheres não são impactadas com isso. Não obstante, a autoimagem da mulher é construída ao longo do tempo, e com o capitalismo social juntamente com as influências patriarcais e machistas sobre tal construção, impactam na autoimagem da mulher na terceira idade que sofrem discriminação por não apresentarem uma aparência jovial. BARRO et al., (2021).

No artigo “Autoimagem e a relação com a vida sexual das mulheres”, nota que a autoimagem da mulher interfere sobre sua vida sexual e o prazer sexual. Levantando um contraponto entre o corpo saudável e o padrão de beleza, onde não necessariamente um irá assentir com o outro, ao contrário podendo levar ao adoecimento. MALTA et al., (2021), apontam alguns indicadores como sendo referência para um corpo ideal, a idade jovial, o padrão econômico, a percepção de outras pessoas, a dificuldade de encontrar vestuários que satisfaça a trajetória de vida. Na relação sexual evidenciou que os indicadores são de vergonha do corpo diante do parceiro induzindo ao desejo por procedimentos cirúrgicos. A conclusão do estudo mostra que as mulheres demonstram insatisfação corporal mesmo que estejam no peso ideal, estimulado a busca incessante pelo corpo perfeito acarretando em complicações psicológicas e físicas.

A visão distorcida da autoimagem, contribui para o surgimento de Transtornos Alimentares, pois o padrão de beleza imposto pela sociedade, tem como vínculo as mídias sociais, e como elas alimentam esses tipos de transtorno, uma vez que, imputa quais corpos são idealizados e quais não são. As mulheres são mais suscetíveis aos transtornos, pois, o padrão de beleza imposto a elas gera certa aversão sobre o corpo, o que as leva em busca de procedimentos invasivos, dietas radicais e rotinas de exercícios excessivos, acarretando em distúrbios de imagem e transtornos alimentares. GOMES et al., (2021). Pois o corpo ideal para as mulheres deve ser discutido dentro da realidade e subjetividade de cada uma, uma vez que a realidade delas não corresponde ao que chega até elas pelas redes sociais, o que pode gerar impactos psíquicos negativos. LUSTOSA et al., (2021).

O uso das redes sociais, alimentam a visão de corpos perfeitos, instigando o sujeito a utilizar de meios como dietas restritivas, exercícios físicos exaustivos, procedimentos estéticos para alcançar o tão sonhado padrão de beleza, para isso utiliza de influenciadores que irá mediar essa caminhada ao final desejado, ignorando os prejuízos que ocasionam em transtornos alimentares, isolamento social, ansiedade e depressão BALDI, Sara; GROSSI, Fabiana (2021), salientam a necessidade de se discutir o corpo real na sociedade, utilizando das mídias sociais como ferramenta para a compreensão e aceitação do corpo real, causando assim

desmistificação dos corpos perfeitos e realçando a pluralidade que há em nossa sociedade.

As redes sociais podem ser maliciosas com as quem usa, por conta das manobras de “influencers digitais” que influenciam, impactam e distorcem a autoimagem da mulher pois neste espaço se vende pelas influencers, um estilo de vida que, muitas das vezes não são a realidade das mulheres, pois como elas compartilham sua vida “privada” e sua rotina ao longo do dia, como atividades físicas, alimentação dentre outras coisas. As influencers são mulheres com um padrão estético “fora da realidade” com base no que se mostra de alguém com uma “rotina normal”, o que pode gerar impactos grande na autoimagem das mulheres. STOPPA et al., (2021).

Na adolescência, a autoimagem tem grandes impactos atrelados ao uso das tecnologias, pois as mídias sociais e o capitalismo corroboram com a busca do padrão ideal de beleza, sendo que para o adolescente, o belo e o bem material, e o que irá constituir-lo perante a sociedade, minimizando as características de subjetividade, fazendo com que o mesmo se perca como sujeito, levando em consideração que os adolescentes já sofrem várias influências por estar em um período de transição, onde a busca da identidade é conflituosa. Oliveira e Machado (2021). As influências que as mídias sociais ostentam, distorce a percepção do adolescente sobre sua autoimagem e aceitação, tornando-se vulneráveis a todas as informações por ela expostas criando uma insatisfação quanto à sua autoimagem. SANTOS, Maria Eduarda; NASCIMENTO. Vitória. (2021) Na pesquisa com 74 adolescentes de ambos os sexos, sendo 17 do sexo masculino e 57 do sexo feminino, mostra o impacto que as mídias trazem para os ambos os sexos na adolescência, não obstante as autoras reforçam que entre as adolescentes o impacto sobre sua autoimagem é maior em comparação aos adolescentes.

As redes sociais influenciam e impactam na imagem da mulher, causando efeitos negativos na vida da mesma o faz refletir que deve haver uma mudança no que diz respeito a imagem da mulher nas redes sociais, uma vez que a maior parte das imagens postadas não condiz com o real além de desmistificar que corpo gordo é

sinal de doença , fortalecer grupos de apoio que ajudam mulheres no processo de autoaceitação e implantar dentro de locais públicos condições para que o corpo diferente do padrão estabelecido seja também respeitado e automaticamente aceito ROSOLEN, Nayara. (2021).

O que chama a atenção sobre os estudos dos autores GOMES et al. (2021), BALDI e GROSSI (2021), SANTOS e NASCIMENTO (2021), ROSOLEN, STOPPA et al. (2021), OLIVEIRA e MACHADO (2021), LUSTOSA et al. (2021), que ambos abordam os impactos que as mídias e redes sociais vem contribuindo para a distorção da autoimagem da mulher na sociedade, pois a idealização do corpo perfeito dentro destas plataformas, não condiz com a realidade das mulheres, pois a uma romantização com excesso de atividades físicas, restrições alimentares entre outros fatores que contribuem para o adoecimento de ordem física e psíquica das mulheres. As autoras BALDI e GROSSI (2021) e STOPPA et al. (2021) ainda reforçam que dentro das plataformas, o peso que as influencers digitais têm sobre seus seguidores, geram impactos negativos ou positivos na forma como elas se apresentam em seus perfis. O que notamos com estes temas abordados por todos os autores é que, eles reforçam toda a construção do presente artigo, no que tange às influências historicamente construídas pela sociedade sobre o corpo das mulheres ao longo dos séculos, que o encontro deste corpo ideal muita das vezes se relaciona com o capitalismo e o patriarcalismo, pois o idealismo corporal, não se refere ao bem estar das mulher de uma perspectiva de saúde, mas como de atender de forma indireta aos desejos patriarcal da nossa sociedade.

Os autores SANTOS e NASCIMENTO (2021) e OLIVEIRA e MACHADO. (2021), levantam em discussão como a autoimagem da mulher na adolescência pode sofrer impactos das mídias sociais, uma vez que pensarmos que na contemporaneidade para as novas gerações o acesso às mídias é frequente. No artigo de SANTOS e NASCIMENTO (2021), as autores ainda reforçam que os impactos das mídias sociais atinge ambos os sexos na adolescência, não obstante, reforçam que mesmo atingindo ambos, o sexo feminino tem mais peso nas influencias das mídiassociais, que no sexo masculino.

Nos artigos dos autores FRANCO et al. (2021), BARRO et al. (2021) trazem uma

discussão sobre como se constitui a autoimagem da mulher na velhice. Notamos que as autoras FRANCO et al. (2021), trazem que quando a mulher chega na terceira idade, ela não passa mais a se importar com a autoimagem, como na adolescência ou na fase adulta, Não obstante os autores 2 BARRO et al. (2021), abordam como a autoimagem da mulher na velhice é impactada ao longo da sua vida. O que nos fez pensar que talvez os impactos e influências sociais sobre a autoimagem da mulher na velhice, pode influenciar ou não, dentro da perspectiva subjetiva e histórica, construída ao longo da vida de cada mulher. Pois os autores BARRO et al. (2021), fazem a mesma construção histórica sobre como a sociedade influencia e impacta na construção da autoimagem da mulher ao longo dos séculos dentro de uma lente voltada para a mulher idosa, indo de encontro com o objetivo desta pesquisa, onde levantamos um olhar sobre o mesmo tema de forma ampla sem distinção de idade.

A interface ao longo da vida da mulher comprova que em algum momento de sua jornada, a mesma irá se deparar com a ilusão do corpo ou imagem perfeitos estabelecida pela sociedade como algo necessário para seu bem estar e aceitação social, demonstrando também que a mulher se encontra refém deste processo, que acomete a outros problemas tanto psicológicos como físicos.

Podemos notar que apesar da evolução social da mulher, a autoimagem está ligado em algum momento de sua vida ao padrão de beleza imposto pelo patriarcado e o capitalismo, sendo reforçado através das mídias sociais, onde se encontra refém a manipulação no que diz respeito a sua imagem, sendo questionada sobre sua aparência, tendo que se sujeitar a recursos que vendem um resultado imediato como dietas sem orientação profissional, procedimentos estéticos invasivos, exercícios exaustivos, para enquadrar na visão de beleza ideal para a sociedade, trazendo prejuízo a sua saúde física e mental. Outro ponto observado é que independente da faixa etária da mulher as influências estarão sempre dentro da mesma perspectiva social, em relação ao seu corpo, autonomia e autoimagem, cada faixa etária sofrendo suas nuances para atender aos desejos da sociedade.

5 CONCLUSÃO

Consideramos que a mulher ao longo da história depara-se sempre com questões referentes à sua autoimagem, a sociedade contribuiu para este movimento ditando as referidas tendências, impondo a mulher de que forma deve ser. Na contemporaneidade o padrão de beleza movido pelo capitalismo e o machismo predominante na sociedade, fortaleceram ainda mais essa idealização de corpo perfeito.

Foi possível compreender na contemporaneidade, como se constituiu a autoimagem da mulher, o padrão de beleza ao longo da história e como essa movimentação vêm impactando no bem-estar e na saúde física e mental da mulher. Pode-se observar, que as mulheres em algum momento ao longo da vida submetem -se a mecanismos para enquadrar dentro deste padrão, visando aceitação perante a sociedade. Dentre os artigos pesquisados, foi possível constatar que na contemporaneidade a mulher ainda se submete ao sistema capitalista e patriarcal que dita o padrão ao qual deve se seguir, nesta perspectiva a mídia e a tecnologia têm grande contribuição para a idealização do corpo ideal.

O que nos faz trazer como reflexão, sobre as influências culturais acerca da beleza da mulher, pois a sociedade ditará, que a magreza é sinônimo de beleza, e esta imagem que a mulher constrói sobre si, mesmo que se encaixe dentro desta ditadura, deverá manter estes padrões, causando uma distopia de sua autoimagem excluindo quaisquer realidades sobre si, contudo a mulher busca por novos ideais, se tornado casos perdidos ao que a sociedade cobra como afirma SILVEIRA (2013). O que reafirma nosso trabalho, quando levantamos como a sociedade ao longo do século vem especulando e estipulando para a mulher o que é bonito e aceitável, e na contemporaneidade, não se fez diferente, principalmente com os avanços tecnológicos, pois nas mídias sociais, as informações chegam rápido, e as influências das pessoas que as utilizam, ganham peso neste reforçamento através dos likes e comentários, enaltecendo corpos tidos como reais, mas fora da realidade das pessoas. Não obstante, Criar espaços de falas dentro das mídias sociais, contribuiu para a desmistificação destas influências

culturais, onde a mulher passa a compreender o corpo real como ele é, e não como algo estereotipado e inalcançável, assim trazendo para a mulher a aceitação de sua autoimagem, e minimizando os impactos físicos e psíquicos causados no decorrer desta busca imaginária.

Concluimos que é necessárias mais pesquisas que visem exaltar corpos reais, uma vez que há uma miscigenação de etnias em nossa sociedade que demonstra ser impossível estabelecer um padrão de beleza ideal. É possível notar nas plataformas digitais um movimento pequeno de mulheres que começam a expor sua imagem real, quebrando o tabu e indo contra o sistema, mas ainda assim é pouco em vista a todos os mecanismos que ditam o contrário.

O estudo mostra que há muito a se fazer para a desmistificação deste padrão, mas a utilização dos meios de comunicação, publicidades e mídias sociais devem ser utilizados por mulheres que já se aceitam seus corpos como são, de forma a reforçar em outras mulheres a aceitação de seu corpo.

REFERÊNCIAS

BALDI, Sara Nicolao; DA SILVA GROSSI, Fabiana Regina. **O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM DO SUJEITO NA ATUALIDADE**. Disponível em: <<https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-3f6cb24d0139efa729c988a2e3643752e58aab73-arquivo.pdf>> Acesso em: 15 de Agosto 2022.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo – Fatos e mitos; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970

Bourdieu, Pierre, 1930-2002 A dominação masculina/Pierre Kühner. - 11° ed. - Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012

BRITO, R. **A CONCEPÇÃO DE CORPO E AUTOIMAGEM FEMININA NA PÓS**

MODERNIDADE. Disponível em: <http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/dissertacaodemestradosaofinal_020920191706.pdf> Acesso em: 19 de Março 2022.

CONFORTO, Edivandro Carlos. AMARAL, Daniel Capaldo. SILVA, Sérgio Luis da. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos.** Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Edivandro-Conforto/publication/267380020_Roteiro_para_Revisao_Bibliografica_Sistemica_Aplicacao_no_Developmento_de_Produtos_e_Gerenciamento_de_Projetos/links/585c18ef08aebf17d386967e/Roteiro-para-Revisao-Bibliografica-Sistemica-Aplicacao-no-Desenvolvimento-de-Produtos-e-Gerenciamento-de-Projetos.pdf> Acesso em: 31 de Maio de 2022.

COSTA, M.I.S., IANNI, A.M.Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online].** São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122 p. ISBN: 978-85-68576-95-3. Disponível em:<<https://doi.org/10.7476/9788568576953>> Acesso em: 31 de Maio de 2022.

Dauwe, Fabiano. Sayão, Thiago Juliano Caderno de Estudos: História Contemporânea / Fabiano Dauwe [e] Thiago Juliano Sayão. Grupo Universitário Leonardo da Vinci. – Indaial : UNIASSELVI, 2009. x ; 180 p. : il.

DE OLIVEIRA, Simone; MACHADO, Isabel MCCH; STENGEL, Márcia. **CAPÍTULO 7–MULHERES: PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, PRECONCEITO E AUTOIMAGEM.** LIVRO AVALIADO POR PARES E-BOOK DE DISTRIBUIÇÃO LIVRE E GRATUITA disponível em, p. 141, 2021. Disponível em:<https://mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-pessoa-idosa/obras_digitalizadas/livro_velhices_ineditas_em_homenagem_ao_prof._paulo_freire.pdf#page=139> Acesso em: 15 de Agosto 2022.

DO NASCIMENTO, VITÓRIA BEATRIZ; DOS SANTOS, MARIA EDUARDA DA COSTA DE, **RELAÇÃO ENTRE NUTRIÇÃO E. TRANSTORNOS.** Disponível em:<<https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-d631a32896906229e067874386f3f71ee09660de-arquivo.pdf>> Acesso em: 15 de Agosto 2022.

FALCÃO, Francine De La Vega, LANGARO, Fabíola. **“A BELEZA DÓI”: OS EFEITOS DOS PADRÕES DE BELEZA HEGEMÔNICOS NA PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS/SC.** Disponível em:<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16589/1/Artigo%20Francine.pdf>> Acesso em: 20 de Maio 2022.

FLORIANI, Flavia Monique, MARCANTE, Márgara Dayana da Silva, BRAGGIO, Laércio Antônio. **AUTO-ESTIMA E AUTO-IMAGEM: A RELAÇÃO COM A ESTÉTICA**. Disponível

em:<<https://siaibib01.univali.br/pdf/Flavia%20Monique%20Floriani,%20M%C3%A1rgara%20Dayana%20da%20Silva%20Marcante.pdf>> Acesso em:17 de Março 2022.

FLORIANO, Letícia Valério, CRUZ, Tânia Mara. **PADRÃO**

ESTÉTICO INGLÊS NO AUGUE DA ERA VITORIANA E SUA PRESENÇA NAS REVISTAS CARIOCAS

DO SÉCULO XIX. Disponível

em:<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16214/1/vers%C3%A3o%20final%20p%C3%B3s%20banca%20Letícia%20or%20prof%20T%C3%A2nia%201.pdf>> Acesso em:17 de Março 2022.

FRANCO, Beatriz Zorzan et al. **A autoimagem da mulher e como essa questão perpassa as gerações**. *Revista Longeviver*, 2021. Disponível em:<

<https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/907/970>>

Acesso em: 15 de Agosto 2022.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4º ed. Porto Alegre, Artmed, 2001.

GOMES, Giovana da Silva Cunha Reis et al. **Transtornos alimentares e a influência das mídias sociais na autoimagem corporal: um olhar sobre o papel do nutricionista**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, p. e191101623277-e191101623277, 2021. Disponível

em:<<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23277>> Acesso em: 15 de Agosto 2022.

GÓMEZ, Clara Maduell, ROCHA, Mariani Viegas da. **Construindo e padronizando: um estudo**

histórico-cultural sobre corpos femininos. Disponível

em:<<https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/374>>

Acesso em: 17 de Março 2022.

MALTA, Nathalia Jung Ferreira et al. **Autoimagem e a relação com a vida sexual das mulheres**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 5, p. e7011-e7011, 2021. Disponível em:<

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7011>>

Acesso em: 15 de Agosto 2022.

MARTELLI, Anderson e COL. **Análise de Metodologias para Execução de Pesquisas Tecnológicas.** Disponível

em:<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/7974>> Acesso em: 20 de Maio 2022

MELO, Lara Santos Mendes de, SANTOS, Nádia Macedo Lopes. **PADRÕES DE BELEZA IMPOSTOS ÀS MULHERES.** Disponível

em:<http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/KpDnYgJm2BARYNc_2020-7-23-20-34-39.pdf> Acesso em: 19 de Março 2022.

MIRANDA, C.M. **A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE BELEZA FEMININA EM**

COMERCIAIS DE TELEVISÃO. Disponível em:<

<http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos-nucleos/artigos/A%20CONSTRUCaO%20DO%20IDEAL%20DE%20BELEZA%20FEMININA%20EM%20COMERCIAIS%20DE%20TELEVISaO.pdf>> > Acesso em: 19 de Março 2022.

NUNES, T. **IDENTIDADE**

CULTURAL E CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM CLARA DOS ANJOS.

Disponível

em:<https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57027/5/2021_dis_tnnunes.pdf>

Acesso em: 19 de Março 2022

OLIVEIRA, Michelle Rodrigues de, MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida. **O insustentável peso da autoimagem: (re)apresentações na sociedade do espetáculo.** Disponível em:<

<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08782021>> > Acesso em: 19 de Março 2022.

PICININI, Elieser Fernando, DIAS, Tiago Farias. **GERENCIAMENTO**

DO CRONOGRAMA DE PROJETOS COMO FATOR DE SUCESSO PARA SUA EXECUÇÃO: ESTUDO DE

CASO EM UMA EMPRESA DE CALÇADOS NO VALE DO PARANHANA/RS.

Disponível em:<<http://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/2453>>

Acesso em: 19 de Maio 2022

PROETTI, S. **AS PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA COMO**

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: UM ESTUDO COMPARATIVO E OBJETIVO. Disponível

em:<<http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>> Acesso em: 20 de Maio 2022

REIS, A.. **Do segundo**

sexo á segunda onda discursos feministas sobre a maternidade. Disponível

em:<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6436/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20ana%20regina.pdf>> Acesso em: 19 de Março 2022.

ROSOLEN, Nayara Caroline. **“Minha beleza não é efêmera”:** uma reportagem longform sobre a representação dos corpos nas redes sociais e o impacto na autoimagem e autoestima das mulheres. 2021. Disponível

em:<<https://repositorio.uninter.com/handle/1/806>> Acesso em: 15 de Agosto 2022.

SANTOS, K. A

CIDADE PARA AS MULHERES. Disponível

em:<<https://docs.google.com/file/d/0By2MaY8Si86DbFQ4Q09rYUh2Vk0/edit?usp=sharing>> Acesso em: 17 de Março 2022.

SILVEIRA. Éderson Luís da. **Corpos silenciados em busca de identidade: espelhos que refletem a falta.** Disponível

em:<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/557>> Acesso em: 19 de Março 2022.

SOUZA, Edvânia Araujo de; SILVA, Fernando Antônio Nascimento da. **Aspectos Psicológicos da Mulher na Busca da Beleza.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do

Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 203-214, Julho de 2017.

ISSN:2448-0959 Disponível

em:<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/mulher-na-busca-da-beleza.pdf>> Acesso em: 19 de Março 2022.

STOPPA VAZ, Lara Cristina; PEREIRA VASSOLER FERNANDES, Natane Cristina. **Redes Sociais e as Distorções da Autoimagem: Um olhar Atento Sobre o Impacto que os Influenciadores Digitais Provocam na Autoestima das Mulheres.** is. 2021. Disponível em:<

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17274>> Acesso em: 12 de Agosto 2022.

WOLF, N. **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres/ Naomi Wolf; Tradução Waldéa Barcellos - 6º ed - Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

APÊNDICES(se houver)

ANEXOS (se houver)

A percepção e o impacto da ansiedade com atletas adolescentes da faixa etária de 12 a 17 anos do Centro de Treinamento Arena 7 no período de competição do campeonato mineiro de futebol 2022

The perception and impact of anxiety with adolescent athletes aged between 12 and 17 years old at the Arena 7 Training Center during the 2022 Minas Gerais football championship competition period

Guilherme Alexandre Félix Ferreira Lopes ¹

Kennedy Matheus Batista Santos ²

Rosineide Ferreira da Silva ³

Karima Fernanda Rosa Simão Martins ⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo possibilitar a percepção dos efeitos que a ansiedade pode provocar na prática esportiva e compreender o impacto no rendimento dos atletas adolescentes do Centro de Treinamento Arena 7 de Belo Horizonte, no período de competição do Campeonato Mineiro de futebol 2022 e discutir sobre a importância do papel da psicologia no esporte para auxiliar esses jovens durante esse período, minimizando a carga de estresse e os impactos emocionais decorrente da ansiedade nos períodos de competição. O estudo também levou em consideração o período da adolescência que pode ser compreendida como período de transformações físicas e psicológicas por esses atletas.

Palavras-chave: Psicologia do Esporte, Ansiedade, Adolescência.

Abstract: This article aims to enable the perception of the effects that anxiety can cause in sports and understand the impact on the performance of adolescent athletes from the Arena 7 Training Center in Belo Horizonte, during the competition period of the 2022 Mineiro Football Championship and discuss about the importance of the role of psychology in sport to help these young people during this period, minimizing the stress load and emotional impacts resulting from anxiety during competition periods. The study also took into account the period of adolescence, which can be understood as a period of physical and psychological transformations for these athletes.

Keywords: Sport Psychology, Anxiety, Adolescence.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais percebe-se que os fatores psicológicos têm afetado o desempenho de atletas por todo o mundo. Em nota do Comitê Olímpico (COI, 2021), na última olimpíada de Tóquio em 2020, a ginasta americana Simone Biles, ganhadora da medalha de ouro em 2016 e grande favorita no ano de 2020, desistiu de disputar a final individual após ter cometido um erro no primeiro aparelho na final por equipe. Ela foi retirada dos outros aparelhos e colocada na reserva e de lá viu suas companheiras levarem a medalha de prata na competição por equipes. A atleta optou por se retirar da competição após o erro cometido na competição por equipes. Em uma das suas entrevistas a vários meios de comunicação internacionais, ela alegou desistência para preservar sua saúde mental.

Dante (1992), Martens et al., (1990 *apud* GUERRERO e FERNANDES, 2021) demonstra que a ansiedade está relacionada com pensamentos e pressões dos atletas, em momentos de competições, mas também no seu dia a dia e com isso pode interferir em sua performance, assim, esses fatores psicológicos influenciam no desempenho dos atletas de alto rendimento, por exemplo, a ansiedade atrapalhando em uma partida, uma noite mal dormida que sucede um jogo impactando na sua concentração conseqüentemente. Diante disso, percebe-se que o suporte psicológico para o atleta em competição é tão importante quanto ao seu preparo físico. Ainda segundo o autor Dante (1992), a Psicologia Esportiva tem seus primeiros registros no final do século XIX e início do século XX, através de pesquisas e observações de atletas em competições realizadas por pesquisadores como Coleman Griffith (1925) que foi apontado como o pioneiro nos estudos da Psicologia Esportiva norte americana com a publicação dos seus escritos "Psicologia de Atletas" (1928) e Norman Triplett (1897) com a contribuição de experimento com ciclistas para um avanço da psicologia esportiva.

Pode-se afirmar que a Psicologia do Esporte apresenta uma inserção que pode contribuir nos aspectos emocionais dos atletas, pois o excesso de cobrança pelo alto rendimento no esporte, a saúde mental vem sendo afetada cada vez mais nas competições, como afirma Machado (2016):

O ambiente esportivo competitivo é multifacetado, compreendendo situações que dizem respeito ao jogo, aos sentimentos dos atletas e aos acontecimentos extracampo, como torcida, família, pressão dos técnicos, entre outros. Tais situações despertam diversas reações emocionais nos atletas, que tanto podem auxiliar como prejudicar o seu desempenho. (MACHADO, et. al., 2016, p. 1).

Assim, à medida que vem crescendo e despertando os olhares no esporte que exigem esse tipo de situação emocional, a Psicologia do Esporte é uma vertente nova que vem surgindo e pegando seu espaço nesse mercado, propiciando melhores condições de saúde mental para esses atletas. Como cita Vieira (2010): “no Brasil a Psicologia do Esporte ainda está em processo de consolidação enquanto campo de atuação profissional, educacional ou de investigação científica”

Nota-se que esses atletas ao receber esse grau de exigência geram níveis elevados de ansiedade e estresse, como também reações fisiológicas e motoras, por exemplo, sudorese e concentração durante suas partidas (CRATTY, 1984, p. 91 *apud* FABIANI, 2008) e, portanto, podendo interferir diretamente em seu rendimento dentro de campo, sendo de grande veemência a intervenção do Psicólogo para que esse atleta possa lidar melhor com esse tipo de situação ao qual ele é submetido.

A escolha do tema voltado para Psicologia do Esporte surgiu devido a uma experiência dos acadêmicos do curso de Psicologia, Guilherme Félix lutando taekwondo, Kennedy Matheus jogando futebol e Rosineide Ferreira lutando jiu-jitsu. Como atletas, foram vivenciadas várias situações de estresse, pressão e ansiedade, devido à cobrança e busca de resultados que eram forçados a ter em períodos de competição. Neste período foram intensas as questões psicológicas enfrentadas, que acabaram influenciando nos rendimentos em períodos de jogos de torneios ou na realização de competições e provas para obtenção de faixas. Tal experiência mostrou a necessidade do trabalho do psicólogo naquele momento de intensa carga emocional para que pudessem receber um suporte psicológico para possibilitar a minimização de sintomas de ansiedade e tensão para possibilitar recursos de enfrentamento diante da situação vivida.

Sendo assim, foi discutida a iminência de desenvolver esse trabalho sobre o papel do Psicólogo no Esporte, visto que é uma área emergente onde está começando a ser inserida, como descreve Vieira; et al; (2010) “no Brasil a Psicologia do Esporte tem sido considerada como um ramo emergente da Psicologia, tanto em congressos científicos da Psicologia como em seus cursos de graduação”.

Pode-se dizer que este trabalho tem como objetivo analisar como a psicologia pode contribuir no rendimento dos atletas de futebol em período de competição, bem como verificar a ansiedade que influenciam no desempenho desses atletas. Esse estudo teve como base levantamentos bibliográficos e o acompanhamento dos jogadores de base com idade entre 12 e 17 anos do Centro de Treinamento Arena 7. Para tal, levantou-se a seguinte questão norteadora: como a ansiedade pode interferir no rendimento dos atletas de base do CT Arena 7 no período de competição do campeonato mineiro de futebol 2022? Este estudo tem como objetivo avaliar e compreender como a ansiedade pode interferir no rendimento desses jovens no período de competição do campeonato mineiro de futebol 2022, compreender e aprofundar sobre a relevância do trabalho da psicologia do esporte para a minimização dos sintomas de ansiedade diante de um contexto de competição. Sabe-se que o trabalho do psicólogo no esporte deve ser voltado para a promoção da saúde, visando o bem-estar psicológico, a educação e formação para aperfeiçoar o rendimento dos atletas.

Segundo Weinberg e Gold, (2001, p. 28) “a Psicologia do Esporte e do Exercício é um estudo científico de pessoas e seus comportamentos em atividades esportivas e atividades físicas, e a aplicação deste conhecimento”. Deste modo entende-se que a Psicologia do Esporte tem por objetivo entender os efeitos dos processos psicológicos sobre o desempenho físico e motor do indivíduo, bem como auxiliar tecnicamente os profissionais nos aspectos socioemocionais.

Desta forma, vale ressaltar como as emoções mais especificamente a ansiedade podem impactar no rendimento dos atletas, Davidoff (1983), Civita (1973 *apud* RAUTH, 1997) corrobora ao dizer que a ansiedade é uma emoção caracterizada por sentimentos de uma previsão do perigo, tensão, aflição e pela vigilância do sistema nervoso. A ansiedade é um fator psicológico que afeta diretamente a parte fisiológica como medo, pavor diante de uma situação difícil, sensação contínua de desastre, tensões e etc. (CURITIBA, 2011). De acordo com Nunes; et al (2013 *apud* FORTES; et al, 2019) “a ansiedade competitiva, por sua vez, é considerada um construto multifatorial que diz respeito à disposição de resposta ao estresse e uma tendência de perceber situações estressoras”.

A pesquisa irá possibilitar além de uma percepção dos efeitos que a ansiedade pode ocasionar na prática esportiva também ajudar a compreender o impacto no rendimento dos atletas na faixa etária de 12 a 17 anos do Centro de Treinamento Arena 7 no período de competição do campeonato mineiro de futebol 2022 e discutir sobre a relevância da inserção do Psicólogo nesse meio esportivo que pode contribuir para uma melhora no desempenho dos atletas que estejam vivenciando o período de estresse e como essas questões podem afetar seu rendimento.

Esse estudo facilitará futuras pesquisas relacionadas à psicologia do esporte, uma vez que através do levantamento bibliográfico pôde-se perceber que não existem atualizações dentro desta temática nos últimos cinco anos e poderá contribuir com novos projetos de pesquisa ampliando a capacitação de futuros profissionais psicólogos que pretendem trabalhar e se especializar nessa área.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ansiedade e esporte

De acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), a ansiedade é definida como transtornos que possuem características de medo e ansiedade excessiva, além das

perturbações comportamentais. O medo seria a reação emocional do corpo, enquanto ansiedade é a antecipação de uma possível ameaça futura. (DSM-V APA, 2014; p 189).

A ansiedade é uma expressão da personalidade de um indivíduo. A extensão na qual a ansiedade é manifestada em uma situação particular deve ser considerada em relação à pressão imposta, ao nível de habilidade do atleta e a natureza da atividade". (SINGER, 1977 *apud* RAUTH, 1997, p. 10).

Segundo Graeff (1999) pode-se compreender a ansiedade como alterações hormonais, acompanhada do aumento da hipófise-adrenal, ou seja, aumenta os níveis de hormônios adrenocorticotróficos (ACTH) no sangue, liberando corticoides adrenais. Ainda citando o mesmo autor a consequência dessa ansiedade ocasionada de forma somática, por exemplo; dores de cabeça e dor lombar devido o aumento da tensão muscular, palpitações devido a maiores batimentos cardíacos, sudorese, náusea, além da falta de ar e tontura. E na parte psicológica ele comenta que o corpo apresenta uma hipervigilância causando dificuldades em concentração, dificuldades no sono, além de apreensão e antecipação de infortúnios. Fortes (2019), afirma que:

A ansiedade cognitiva refere-se aos pensamentos e expectativas negativas relativas ao desempenho. A ansiedade somática concerne nos elementos afetivos e fisiológicos da experiência de ansiedade que afetam diretamente o sistema nervoso autônomo. (FORTES et al., 2017 *apud* FORTES et al; 2019).

O que reforça essa citação é que fatores fisiológicos como frequência cardíaca, sudorese e o aumento da temperatura corporal, estes sintomas podem inibir a percepção, alterando o foco da atenção. Assim podendo fazer uma relação de como isso pode afetar um atleta. (FERNANDES et al., 2013 *apud* FORTES, et al; 2019).

Vale ressaltar que algumas respostas da ansiedade somática, tais como a descarga adrenérgica, a sobrecarga cardiovascular e a tensão muscular, podem reduzir a capacidade de processamento de informação dos lobos parietal e frontal, os quais controlam as etapas do processo de tomada de decisão o que, cautelosamente, pode ser uma explicação para os resultados concernentes a ansiedade somática. (BRAY, GRAHAM, & SAVILLE, 2014; ROMEAS et al., 2016 *apud* FORTES et al; 2019).

Outros autores como Jimenez et al., (2018 *apud* GUERRERO e FERNANDES, 2021) menciona que a ansiedade é um estado de antecipação, cautela, vigia para ameaça futura, assim portanto, desencadeia respostas fisiológicas, onde o sistema autônomo responsável pela mesma, aumenta a frequência cardíaca, vasodilatação e aumento da excitabilidade muscular.

Já Spielberger (1972 *apud* GUERRERO e FERNANDES, 2021) vai dizer que a ansiedade é uma condição psicológica, fenomenológica e fisiológica do sistema humano, junto com vários estados emocionais, por exemplo, medo e estresse.

No esporte, a ansiedade pode surgir em situações adversas que um atleta se depara, como uma tomada de decisão ou uma convocação, sendo assim, é extremamente importante a participação de um psicólogo fazendo acompanhamento com esses profissionais, com intuito de amenizar suas questões emocionais. Bizzocchi (2008, p. 2) menciona que "além dos aspectos físicos, técnicos e táticos, muito explorados no treinamento desportivo, o aspecto psicológico também deveria ser destacado na preparação destes atletas".

O foco do psicólogo na área do esporte, principalmente aqueles de alto rendimento, seria proporcionar o cuidado com os aspectos emocionais, como a ansiedade e o estresse. Figueiredo

(2020); Samulski (2002); Bueno (2007); Vieira et al. (2008); Ferreira et al. (2010 *apud* DA SILVA, 2014) “Uma das principais emoções vivenciadas na prática esportiva é a ansiedade, podendo interferir direta ou indiretamente no rendimento dos atletas”, ou seja, deixando a ansiedade como grande fator na queda de rendimento desses atletas.

O ambiente esportivo competitivo é multifacetado, compreendendo situações que dizem respeito ao jogo, aos sentimentos dos atletas e aos acontecimentos extra quadra, como torcida, família, pressão dos técnicos, entre outros. Tais situações despertam diversas reações emocionais nos atletas, que tanto podem auxiliar como prejudicar o seu desempenho. (MACHADO; et al; 2016).

Com isso se faz necessário a participação deste profissional para que ele possa intervir na ansiedade desses atletas.

A ansiedade é o maior causador na queda de rendimento e a reação emocional que eles mais enfrentam corroborando com a fala de Machado, et al; (2016) “uma das reações emocionais de maior relevância para a atuação esportiva é a ansiedade, vista como um estado subjetivo de inquietação ou desordem...”.

“As sensações corporais desagradáveis que acompanham a ansiedade podem interferir no comportamento dos atletas em momentos de competição, gerando reações psicológicas e fisiológicas que tendem a prejudicar seu rendimento. Entre os sinais psicológicos, encontram-se fatores como irritabilidade, confusão, diminuição da concentração, insegurança e instabilidade de humor”. (MACHADO; et al; 2016).

Um dos pontos a se destacar é em que momentos podem-se notar a ansiedade, onde ela é mais intensa. Para Machado, et al; (2016) “a ansiedade-estado pode se apresentar em maiores níveis no período em que antecede a competição, podendo diminuir no decorrer da mesma e também tendo chances de elevar-se ao término do campeonato”, assim deixando uma reflexão para o trabalho do psicólogo onde ele trabalharia a pré-competição como forma de prevenir esses sintomas emocionais dos atletas.

Grünspun (1966 *apud* ANDREOLI; OLIVEIRA E FONTELES, 2020) “todos os seres humanos sofrem, desde o nascimento, de certo grau de ansiedade inevitável que será capaz de prepará-los para suportar a ansiedade comum que a vida lhes causará”. Ou seja, podemos dizer que a ansiedade é algo inerente do nosso corpo, porém uns mais elevados que os outros.

A ansiedade como uma reação emocional ante o estresse, caracterizando-a por nervosismo, preocupação e apreensão que podem ser gerados por pensamentos (ansiedade cognitiva) ou reações físicas (ansiedade somática). (SPIELBERGER, 1979, *apud* ANDREOLI; OLIVEIRA e FONTELES, 2020)

Confirmando essa citação Spielberger (1979, *apud* ANDREOLI; OLIVEIRA E FONTELES, 2020) menciona que a ansiedade é um estado complexo de uma condição psicológica do nosso organismo, constituídas por questões fisiológicas e fenomenológicas que os diferenciam do estresse, ameaça e medo, por serem causadores da ansiedade. Já Cozzani, *et al.* (1997 *apud* ANDREOLI; OLIVEIRA E FONTELES, 2020) descrevem como “característica um sentimento de insegurança causado pela expectativa de algum perigo, ameaça ou desafio existente”.

Outro ponto a se comentar por Santos; Pereira, (1997); Gonçalves; Belo, (2007 *apud* ANDREOLI; OLIVEIRA E FONTELES, 2020) sobre ansiedade é seus tipos como ansiedade-traço e ansiedade-estado, na primeira seria quando a pessoa vê uma situação perigosa ou ameaçadora para sua vida e estaria mais ligada a personalidade e já na segunda seria quando uma situação momentânea causa essa ansiedade, algum evento ou algo específico.

Em geral, espera-se que indivíduos com altos níveis de Ansiedade -traço demonstrem também elevações quanto a Ansiedade-estado, já que apresentam uma tendência a observar as situações como ameaçadoras. Porém, se a circunstância for percebida como não ameaçadora, o indivíduo reage com Ansiedade-estado baixa. O nível de Ansiedade-estado do indivíduo (independentemente da Ansiedade-traço) irá depender do grau em que a situação específica é percebida como perigosa/ameaçadora, e isso terá forte influência da história comportamental do indivíduo. (SPIELBERGER, 1972; BIAGGIO; NATALÍCIO e SPIELBERGER, 1977 *apud* ANDREOLI; OLIVEIRA e FONTELES, 2020).

2.2 Adolescência e o esporte

Para entender o desenvolvimento e rendimento do atleta adolescente em campo e como os aspectos emocionais e a ansiedade podem impactar seu rendimento, principalmente em período de competição é necessário compreender o que é a adolescência, como ela ocorre e quais as mudanças esse jovem passa durante esse período.

A adolescência pode ser compreendida como período de transformações físicas e psicológicas. Drapeau e Cloutier (2012) na obra *Psicologia da Adolescência* (2012) definem:

A adolescência concebe como um estágio intermediário durante ao qual o indivíduo, que já não é mais criança e ainda não é adulto não tem responsabilidades sociais a título pessoal, mas pode explorar exercer-se e experimentar papéis. Um período que é marcado pela dependência infantil e a autonomia adulta. (DRAPEAU e CLOUTIER 2012, p. 12).

Na adolescência oferece oportunidades para o crescimento não só em termos de dimensões físicas, mas também em competência cognitiva e social, autonomia, autoestima e intimidade. (PAPALIA e FELDMAN 2013, p. 387) É nessa fase, portanto, que tem início à puberdade com visíveis alterações físicas, o luto pela perda do corpo infantil, perda da identidade e papéis infantis. A puberdade envolve alterações físicas dramáticas. Essas mudanças fazem parte de um longo e complexo processo de maturação que começa antes do nascimento, e suas implicações psicológicas podem continuar até a vida adulta. (PAPALIA e FELDMAN 2013, p. 387).

“A puberdade resulta da produção de vários hormônios. Um aumento no hormônio liberador de gonadotropina (GnRH) no hipotálamo leva a uma elevação em dois hormônios reprodutivos fundamentais: o hormônio luteinizante (LH) e o hormônio estimulador dos folículos (FSH). Nas meninas, os endrís aumentados de FSH levam ao início da menstruação. Nos meninos, o LH inicia a secreção de testosterona e androstenediona (Buck Louis et al., 2008). A puberdade é marcada por dois estágios: (1) a ativação das glândulas adrenais e (2) o amadurecimento dos órgãos sexuais alguns anos mais tarde”. (PAPALIA e FELDMAN 2013, p. 387).

Como ressalta Papalia e Feldman (2013), órgãos genitais aumentam de tamanho, crescimento de pelos púbicos, voz mais grave, pele mais grossa e oleosa, além do crescimento da estatura corporal.

“Essas mudanças hormonais têm consequências psicológicas, visto que o corpo fica desproporcional, questões de aparência, adaptação com o novo corpo, novos modos de se comportar na sociedade além do drástico aumento hormonal deixando-os mais estressados e ansiosos”. (PAPALIA e FELDMAN 2013, p. 391).

Um ponto que deve ser levado em consideração é como a puberdade pode impactar no psicológico do adolescente, Papalia e Feldman (2013, p. 391), “Mudanças dramáticas nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, julgamento, organização do comportamento e autocontrole ocorrem entre a puberdade e o início da vida adulta”. Visto que a parte cognitiva ainda está em processo de desenvolvimento.

A rede socioemocional torna-se mais ativa na puberdade, enquanto a rede de controle cognitivo amadurece mais gradualmente até o início da idade adulta. Esses achados podem explicar a tendência dos adolescentes a explosões emocionais e a comportamento de risco e por que o comportamento de risco frequentemente ocorre em grupos. Além disso, os adolescentes processam a informação sobre as emoções diferentemente dos adultos... Jovens no começo da adolescência (de 11 a 13 anos) tendiam a usar a amígdala, uma pequena estrutura em forma de amêndoa localizada no lobo temporal e que está fortemente envolvida nas reações emocionais e instintivas. Adolescentes mais velhos (de 14 a 17 anos) apresentavam padrões mais adultos, usando os lobos frontais, responsáveis por planejamento, raciocínio, julgamento, modulação emocional e controle dos impulsos e que, portanto, permitem julgamentos mais precisos e razoáveis. Esta diferença poderia explicar as escolhas insensatas dos adolescentes, como abuso de substância e sexo inseguro. (STEINBERG, 2007, *apud* PAPALIA e FELDMAN, 2013, p. 393).

Como menciona Baird et al., (1999); Bjork et al., (2004); Chambers, Taylor e Potenza, (2003); Yurgelun-Todd, (2002, *apud* PAPALIA e FELDMAN 2013) o desenvolvimento do cérebro na parte do córtex frontal pode fazer com que os sentimentos do adolescente sobreponham a sua razão, assim eles agem por impulsos tendo até dificuldades para se concentrar em metas de longo prazo. Assim levantando uma hipótese durante uma competição a falta de atenção diante do jogo, pode-se refletir sobre os efeitos da puberdade.

A imaturidade do cérebro do adolescente, também precisamos examinar as mudanças na estrutura e na composição do córtex frontal. Primeiro, na adolescência, o aumento na substância branca típica do cérebro infantil continua nos lobos frontais. Segundo a desativação de conexões endríticas não utilizadas durante a infância resulta em uma redução na densidade da substância cinzenta (células nervosas), aumentando a eficiência do cérebro. Este processo começa nas porções posteriores do cérebro e move-se para a frente. Na maior parte das vezes, entretanto, ele ainda não alcançou os lobos frontais na época da adolescência. Um surto importante na produção de substância cinzenta nos lobos frontais começa em torno da puberdade. Após o estirão de crescimento, a densidade de substância cinzenta diminui muito, particularmente no córtex pré-frontal, à medida que sinapses (conexões entre os neurônios) não utilizadas são desativadas e aquelas que permanecem são fortalecidas. Portanto, da metade ao final da adolescência os jovens têm menos conexões neuronais, mas mais fortes, mais regulares e mais eficazes, tornando o processamento cognitivo mais eficiente. (YOUTH, 2002; BLAKEMORE, e CHOUDHURY 2006; KUHN, 2006; NIMH, 2001, *apud* PAPALIA, 2013, p. 394).

Portanto, se faz necessário o estudo sobre adolescentes para que possamos compreender melhor as alterações fisiológicas e emocionais que surgem nessa fase e assim relacionar com os aspectos esportivos.

2.3 A psicologia do esporte

A Psicologia do Esporte pode ser entendida segundo a American Psychological Association (APA, 2005, *apud* KOLLER, et. al 2007, p. 52), como o “estudo científico dos fatores psicológicos associados com a participação e a performance (desempenho) no esporte, exercício e outros tipos de atividade física”.

Auxiliando, portanto, atletas a utilizarem princípios psicológicos para alcançarem uma saúde mental, além de melhorarem a performance e entender como o esporte influencia no desenvolvimento psicológico do indivíduo, (APA, 2005, *apud* KOLLER, et. al 2007).

No Brasil a Psicologia do Esporte tem sido considerada como um ramo emergente da Psicologia, tanto em congressos científicos da Psicologia como em seus cursos de graduação. Ao se considerar a história do desenvolvimento dessa especialidade nota-se que seu surgimento é semelhante ao desenvolvimento da Psicologia Geral. Neste sentido, para compreender sua evolução faz-se necessário entender o seu conceito, o seu percurso histórico e seu estado científico atual. (FIORESE VIEIRA; et al; 2010; p. 2).

“A Psicologia do Esporte ocupa-se com programas de treinamento psicológico, nos quais técnicos, treinadores e atletas buscam um melhor desempenho em competições, aprendem a manejar e enfrentar o *stress* competitivo e a controlar a concentração” (KOLLER, et. al 2007, p. 52).

Para Weinberg e Gould (2001 KOLLER, et. al 2007, p. 53), sobre a importância do esporte na vida do adolescente “sugerem que o aumento da sensação de controle, do sentimento de competência e da autoeficácia, além do lazer, proporciona interações sociais positivas, o autoconceito e a autoestima”. Também citam que a parte psicológica tem um ganho no desempenho acadêmico, confiança, estabilidade emocional, positividade, eficiência e funcionamento físico corroboram no desenvolvimento.

“A iniciação esportiva, da perspectiva psicológica, possibilita que a criança aprenda a conviver com o esporte, a vivenciar diferentes situações, a construir ideias e valores, a descobrir sentimentos e, incorporar transformações sociais, afetivas, intelectuais e motoras”. (BREMBERGER, 2010, p. 25)

“Os fatores emocionais subjacentes à iniciação esportiva normalmente estão relacionados à saúde (ser mais saudável e ficar mais forte), à amizade, ao divertimento e à competência esportiva”. (SAMULSKI, 2002; WEINBERG; GOULD, 2008; *apud* BREMBERGER, 2010, p. 26)

A ansiedade é uma das principais variáveis que influenciam o rendimento esportivo, podendo ser modulada por aspectos internos do atleta (respostas fisiológicas e cognitivas) e do ambiente (jogo fora de casa, pressão da torcida, momento do jogo, etc), impactando significativamente no seu rendimento. Por isso, a ansiedade ocupa posição de destaque dentre os vários fenômenos estudados na Psicologia do Esporte. (FIGUEIREDO, 2000 *apud* GUERRERO e FERNANDES, 2021).

Desta forma, compreendemos o sujeito como seres biopsicossociais e que nossas relações com o meio têm impactos em nossa subjetividade, por exemplo, um atleta adolescente com transtorno de ansiedade teve de fato uma influência do meio externo e isso além de atrapalhar o seu jogo, pode impactar no seu desenvolvimento. Como cita Bremberger (2010, p. 12) “para compreendermos os aspectos da personalidade de uma pessoa..., o desenvolvimento humano compreende várias dimensões, quais sejam dimensão psicomotora, cognitiva, social e psicológica...”.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou como método, a pesquisa qualitativa e pesquisa exploratória. Foram realizadas revisões bibliográficas através de artigos e sites acadêmicos como Scielo, Pepsic. (PePSIC), Scientific Eletronic Library OnLine (SCIELO), livros e periódicos para a seleção dos principais artigos disponíveis sobre a temática proposta. Para a pesquisa de campo, foram realizadas anamnese com roteiro semiestruturado, contendo perguntas fechadas com o intuito de compreender a percepção dos atletas no período de competição em relação aos sintomas de ansiedade.

Delimitação do universo e Amostra

A população da presente pesquisa, foi realizada no Clube Arena 7, localizado no bairro Alípio de Melo, Belo Horizonte. Foram convidados para a pesquisa, 58 atletas da categoria sub 12 a sub 17. Os critérios de inclusão para o preenchimento da anamnese os atletas teriam que estar dentro da faixa etária da categoria e participando do campeonato mineiro e os critérios de exclusão foram os atletas fora da categoria e também não estarem participando do campeonato mineiro 2022. Foi solicitado o preenchimento do termo de consentimento aos pais dos atletas levando em conta que são atletas menores de 18 anos. O termo abordava sobre a natureza e objetivo da pesquisa e o sigilo das respostas e identidade do atleta.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de uma anamnese individual aos atletas. As perguntas foram respondidas com o preenchimento da anamnese por meio de um formulário nos dias dos treinos de cada categoria e a participação dos acadêmicos envolvidos no estudo.

Na anamnese as perguntas foram relacionadas sobre a percepção desses jogadores em relação aos sintomas de ansiedade.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi aplicado um questionário em atletas de base do Centro de Treinamento Arena 7 em Belo Horizonte para identificar sintomas de ansiedade. No total, foram 58 participantes com idades entre 12 e 17 anos, todos do sexo masculino, conforme indicado no gráfico 1. Esses jogadores se encontram no processo de transição conhecida como adolescência, que é um período de mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Essas alterações podem impactar o rendimento desses jovens em um período de competição, pois essa passagem da infância para a vida adulta acarreta várias alterações emocionais que necessitam de uma atenção especial.

Idade

58 respostas

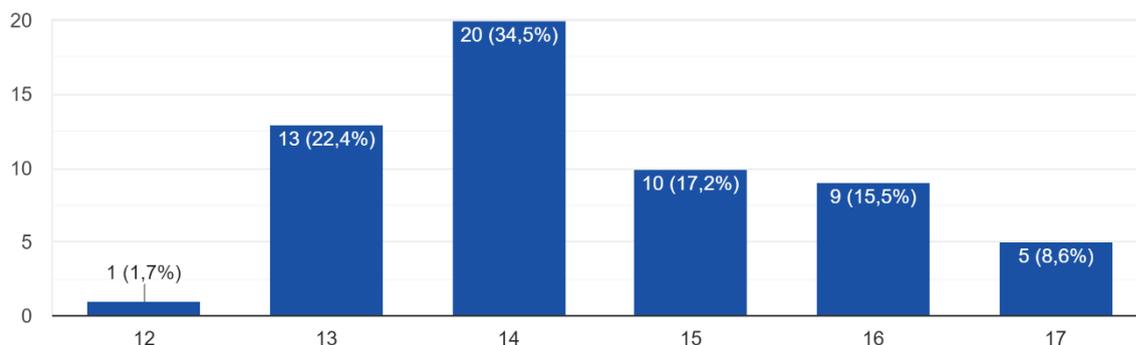


Gráfico 1

Papalia e Feldman (2013, p. 391) pontuam que a puberdade pode impactar no psicológico do adolescente, trazendo “mudanças dramáticas nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, julgamento, organização do comportamento e autocontrole que ocorrem entre a puberdade e o início vida adulta”.

Segundo a pesquisa realizada, pelo menos 61,3% apresentam algum sintoma relacionado à ansiedade e mais da metade sabem que esses sintomas são referentes a mesma, conforme observa-se nos gráficos 2 e 3. A ansiedade influencia diretamente no desempenho esportivo, e suas causas podem ser por aspectos internos e do ambiente. Segundo Graeff (1999), pode-se compreender a ansiedade como alterações hormonais, acompanhada do aumento da hipófise-adrenal, ou seja, aumenta os níveis de hormônios adrenocorticotróficos (ACTH) no sangue, liberando corticoides adrenais.

Esses níveis de hormônios adrenocorticotróficos (ACTH) no sangue, liberando corticoides adrenais, podem ser exemplificados de acordo com o gráfico 2, sensação de constrangimento, preocupação excessiva, tensão muscular.

Você apresenta alguns destes sintomas?

57 respostas

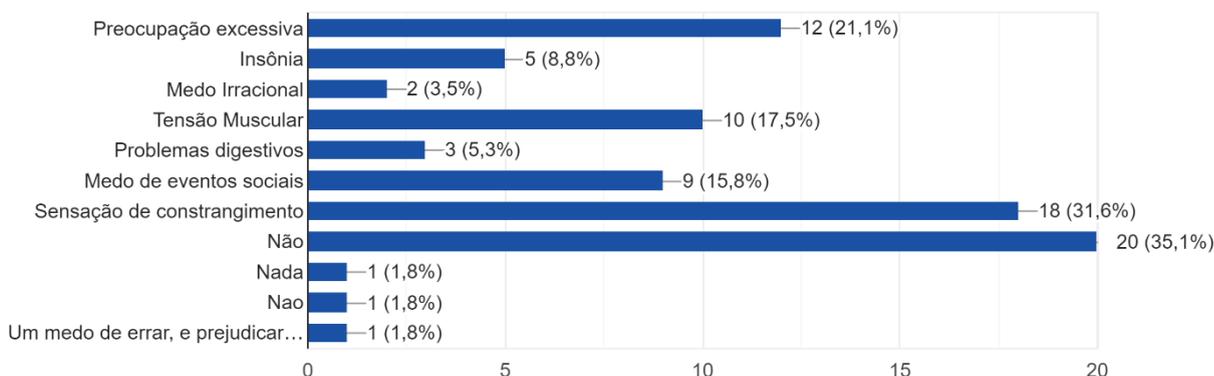


Gráfico 2

Você sabia que estes sintomas são compatíveis com quadro de ansiedade?

58 respostas

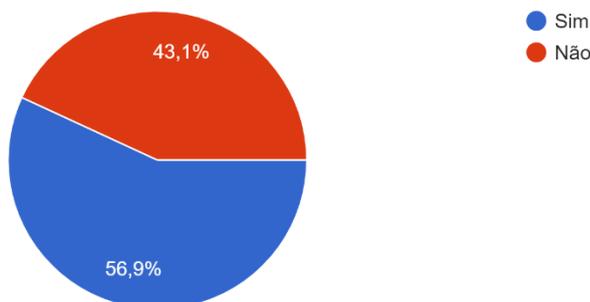


Gráfico 3

Conforme aponta Roman & Saviola (2003), o atleta de futebol passa por várias situações de estresse como, por exemplo, erros que comete em campo, pressão da torcida, lesões inesperadas, perda nas partidas decisivas, dentre outras. Nessas situações, aqui entendidas como estressoras, ele pode vir a desenvolver respostas de ansiedade, ou seja, uma resposta física diante de uma situação de ameaça real ou de uma situação interpretada como ameaçadora.

A ansiedade é o maior causador na queda de rendimento e a reação emocional que eles mais enfrentam de acordo com Machado, et al; (2016) “uma das reações emocionais de maior relevância para a atuação esportiva é a ansiedade, vista como um estado subjetivo de inquietação ou desordem...”.

“As sensações corporais desagradáveis que acompanham a ansiedade podem interferir no comportamento dos atletas em momentos de competição, gerando reações psicológicas e fisiológicas que tendem a prejudicar seu rendimento. Entre os sinais psicológicos, encontram-se fatores como irritabilidade, confusão, diminuição da concentração, insegurança e instabilidade de humor”. (MACHADO; et al; 2016).

Em relação ao sono, como observa-se no gráfico 4, uma pequena parte de 13,88% dos participantes respondeu que apresentam dificuldades para dormir.

Você tem dificuldade para dormir?

58 respostas

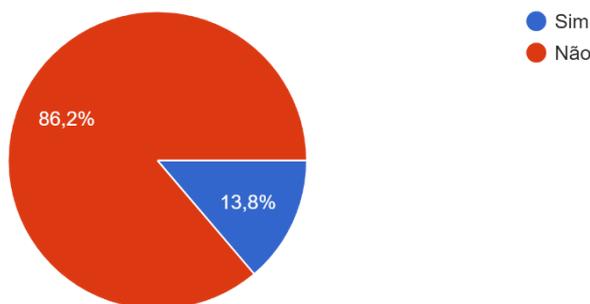


Gráfico 4

O sono é um fator importante que pode interferir diretamente no desempenho dos atletas.

O sono é fundamental modulador da função neuroendócrina do organismo, participando de reações fisiológicas referentes à síntese de grelina e leptina, hormônios diretamente relacionados à regulação do apetite e saciedade, além dos picos de produção do hormônio de crescimento. Transtornos relacionados ao sono vêm atingindo indivíduos de diversos grupos etários, inclusive adolescentes, acarretando comprometimento da saúde física e mental. (SANTANA; et, al; 2022).

Segundo Ceará (2020), o sono pode interferir na vida desses adolescentes principalmente em período de competição que podem desencadear, por exemplo, ansiedade, depressão, síndrome do estresse pós-traumático, transtorno de hiperatividade e déficit de atenção, o que pode impactar nos rendimentos desses jovens no momento jogo acarretando um aumento da ansiedade.

Outro ponto importante observado durante a competição foram alguns fatores que correspondem a ansiedade pré-competição. De acordo com o gráfico 5, dentre os sintomas citados para serem apontados pelos atletas de acordo sua percepção, os que mais se destacaram foram a sede excessiva afetando 39,4% dos atletas, e a vontade excessiva de ir ao banheiro com 36,4%.

Antes do jogo você apresenta os seguintes comportamentos

33 respostas

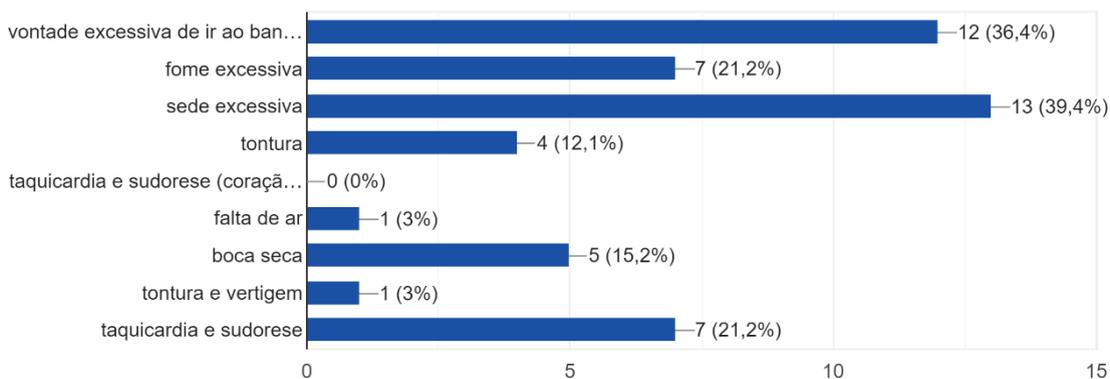


Gráfico 5

Percebe-se que cada atleta apresenta sintomas fisiológicos, comportamentais e psicológicos de maneiras subjetivas. De acordo com Rauth (1997), cada indivíduo apresenta respostas diferentes aos níveis de ansiedade. Por exemplo, um dos atletas durante a anamnese relatou que contra times de tradição considerados pelo senso comum “times de grande expressão”, ou seja, aqueles a qual tem uma maior infraestrutura, ele costuma ficar com a boca seca e sentir tontura, outros disseram que tem taquicardia diante deles e assim influenciando seu desempenho dentro de campo, pois deixam ser levados por fatores externos. Esses sintomas apresentados no gráfico 5 acima podem fazer com que o atleta perca no rendimento físico, pois diante desta mesma situação em que o mesmo apresenta falta de ar na hora do jogo, considerando ser um sintoma de ansiedade, logo ele correrá muito menos durante a partida, podendo impactar no resultado do jogo.

Segundo Kaplan & Sadock (1990, *apud* RAUTH, 1997), os sintomas de ansiedade variam conforme o indivíduo, ou seja, cada atleta apresenta sintomas diferentes um dos outros, cada um tem a sua subjetividade perante o meio externo a qual ele está sendo submetido a uma situação desencadeadora de estresse. Por exemplo, uma partida de futebol diante de um campeonato importante um atleta pode apresentar diversos sintomas fisiológicos e emocionais que devem ser observados e avaliados para minimizar essa carga de estresse em períodos competitivos.

Os sintomas mais frequentes nos períodos de competição variam conforme o por Kaplan e Sadock (1990, *apud* RAUTH, 1997) apresentado logo abaixo:

Sintomas Fisiológicos:

- Frequência cardíaca: Taquicardia ou bradicardia.
- Frequência respiratória: Taquipnéia ou bradipnéia.
- Aumento da pressão arterial.
- Maior ativação cerebral
- Aumento ou diminuição da tensão muscular.
- Frequente necessidade de evacuar ou urinar.
- Aumento no consumo de oxigênio.
- Aumento nos níveis de açúcar e adrenalina no sangue.
- Sensação de vazio no estômago.
- Transpiração intensa.
- Inquietação.
- Dor de cabeça.

Sintomas Emocionais:

- Labilidade e exagero do humor.
- Agressividade.
- Indiferença, passividade.

- Insatisfação.
- Choro.

Sintomas Cognitivos:

- Dificuldade de compreensão das instruções.
- Confusão mental.
- Problemas de tomada de decisões.
- Limitação da visão periférica e perturbação de direção da atenção.
- Esquecimento.
- Pensamento negativo, ruminação.

Sintomas Comportamentais:

- Aumento ou diminuição no número de movimentos.
- Diminuição da coordenação ou precisão dos movimentos.
- Voz quebrada.
- Tiques nervosos.
- Letargia.
- Problemas alimentares.
- Náuseas.
- Diminuição da resistência

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível perceber alguns desses sintomas e compreender o impacto destes no rendimento dos atletas em campo.

Um dos sintomas fisiológicos observado foi a inquietação. Alguns atletas que estavam no banco de reserva ficavam muito agitados, balançando as pernas, ou roendo as unhas da mão. Um dos zagueiros apresentou dor de cabeça na semifinal do campeonato antes do jogo começar. Dos sintomas emocionais verificados foi uma maior agressividade entre eles, muitos brigavam quando o colega não estava na mesma sincronia de concentração, já nos sintomas cognitivos foi constatado principalmente nos jogadores das categorias sub 12, 13 e 14. Verificou-se em vários jogadores uma dificuldade em compreender as instruções dadas pelo treinador, vários pediam para repetir diversas vezes a mesma instrução, desencadeando um atrito entre o treinador e o time.

Percebe-se que essa falta de compreensão fazia com que os jogadores executassem outra coisa do que solicitado, e isso ocasionava insegurança na tomada de decisões. Essa insegurança era perceptível principalmente nos atletas com baixa autoestima ou os que apresentavam aumento da ansiedade, acarretando desta forma em sintomas comportamentais, como diminuição dos movimentos em campo. Alguns jogadores evitavam correr ou se escondiam do jogo em decorrência dessa insegurança ou devido ao aumento da frequência respiratória, ocasionando uma diminuição de sua resistência. Um dos atletas apresentou sintomas de náuseas na fase inicial das eliminatórias tendo que ser substituído nos primeiros 15 minutos de jogo e o mesmo ficou com sentimento de

frustração e impotência diante do ocorrido, o que faz compreender a importância do papel da psicologia no meio do esporte, principalmente diante de jogos de competição. É importante ressaltar que esses sintomas apresentados são comuns no ambiente de competição. Identificá-los e preparar esses atletas de forma a amenizá-los é fundamental para aumentar o seu desempenho dentro de campo. E neste contexto, o papel do psicólogo no esporte torna-se fundamental, pois ele poderá ajudar a identificar essas questões emocionais e trabalhar para ajudar o atleta a lidar com o estresse diante dessas situações e preparar o atleta para a competição. Segundo Becker (2002) "...um dos trabalhos mais relevantes dos psicólogos esportistas, é trabalhar o controle das respostas emocionais".

Outro ponto a ser levantado do trabalho da psicologia é a importância do jogador se perceber em campo. Na pesquisa foi perguntado se o atleta tinha dúvidas em relação a sua capacidade e desempenho em campo, 48,3% responderam que têm dúvidas quanto ao seu desempenho, conforme apresentado no gráfico 6.

Você tem dúvidas constantes em relação a sua capacidade e desempenho em campo?

58 respostas

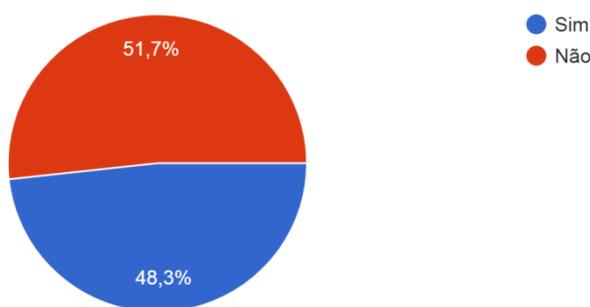


gráfico 6

Spielberger (1979, apud ANDREOLI; OLIVEIRA E FONTELES, 2020) descreve que a insegurança é um dos fatores característicos da ansiedade.

Conforme o gráfico 7, mais de 98% dos atletas concordaram que a ansiedade pode interferir no seu desempenho em campo. Dessa forma, compreende-se que o suporte psicológico é fundamental para manter o rendimento em competições, para que os fatores fisiológicos, comportamentais e psicológicos não interfiram negativamente no desempenho desses jogadores. O suporte emocional neste momento poderá contribuir na melhora da exaustão, minimizando os sintomas de ansiedade e ajudar na melhora da performance no momento dos jogos.

Você acha que a ansiedade pode interferir no rendimento?

58 respostas

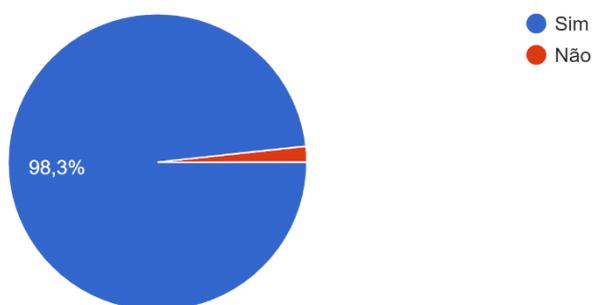


Gráfico 7

Com relação aos resultados dos gráficos 8 e 9, a maioria dos participantes disseram não ser influenciados pela pressão do treinador ou do time adversário. Vale ressaltar que essa influência pode ocorrer de forma positiva ou negativa.

A pressão do treinador influencia seu comportamento em campo?

58 respostas

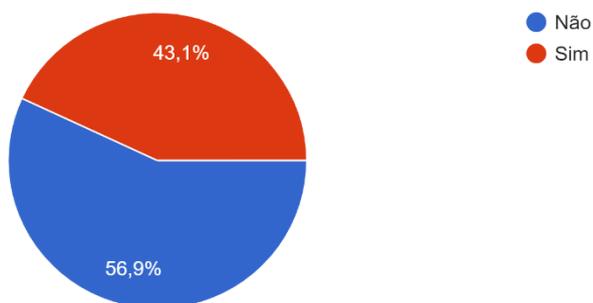


Gráfico 8

O time adversário influencia seu comportamento em campo?

58 respostas

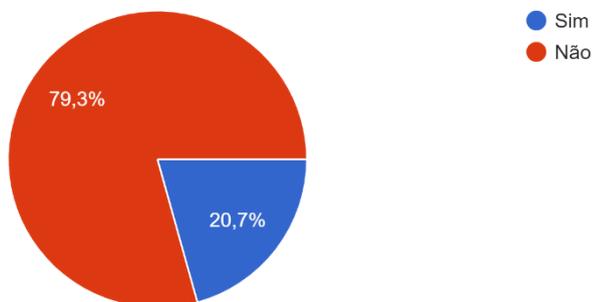


Gráfico 9

A cobrança pelo alto rendimento pode ter um papel tanto positivo quanto negativo no esporte, como afirma Machado (2016):

O ambiente esportivo competitivo é multifacetado, compreendendo situações que dizem respeito ao jogo, aos sentimentos dos atletas e aos acontecimentos extracampo, como torcida, família, pressão dos técnicos, entre outros. Tais situações despertam diversas reações emocionais nos atletas, que tanto podem auxiliar como prejudicar o seu desempenho. (MACHADO, et. al., 2016, p. 1).

De acordo com a citação de Machado (2016), essa vivência pode ser vista no gráfico 10, pois maioria dos adolescentes que participaram do campeonato mineiro 2022, disseram que a pressão do treinador possui um aspecto positivo na hora do jogo, o que pode contribuir para um melhor rendimento em campo trazendo uma maior confiança entre os membros da equipe.

Como a pressão do treinador te afeta?

58 respostas

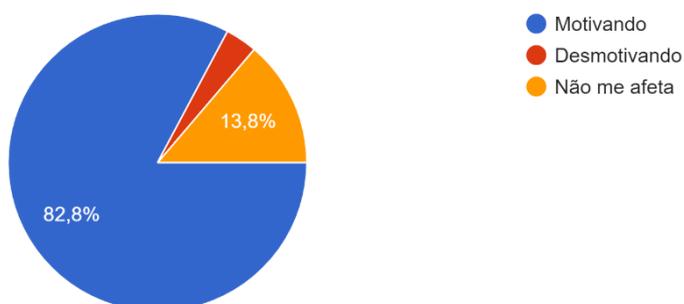


Gráfico 10

Schubert (1981 *apud* RAUTH,1997) relata que, a relação com o treinador, o nível de rendimento do adversário, as experiências competitivas e o nível de autoconfiança são fatores importantes para a motivação do estado emocional, podendo aumentar o rendimento dos atletas durante o jogo.

A motivação é caracterizada como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, o qual depende da interação de fatores pessoais e ambientais. Neste âmbito, a motivação apresenta uma determinante energética (nível de ativação ou intensidade) que diz respeito à forma como o atleta se envolve na atividade e uma determinante de direção do comportamento (intenções, interesses e motivos). (JANUÁRIO, COLAÇO et.al, 2012, p.39 *apud* SAMULSKY, 1992).

Desta forma, pode-se dizer que dos atletas entrevistados, a maioria não se sente pressionado tanto pelo treinador, tanto pelo adversário, mas que sua influência os deixa motivados na hora dos jogos.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho realizado com os jogadores da categoria de base dos 12 aos 17 anos do Centro de Treinamento Arena 7 no período de competição do campeonato Mineiro 2022 permitiu uma melhor compreensão sobre a percepção da ansiedade e como ela pode interferir no rendimento dos atletas em períodos de competição. A ansiedade é um estado inerente do ser humano, que é caracterizado por sensações físicas, emocionais e comportamentais que todos nós iremos sentir. É importante ressaltar que em algumas situações de estresse, como em períodos de competição, essa ansiedade pode acarretar grandes níveis de prejuízos comportamentais dentro de campo na hora do jogo de futebol. Esses prejuízos podem causar queda de rendimento desses jogadores em campo em decorrência desses sintomas. Alguns desses sintomas puderam ser vivenciados pelos jogadores durante o Campeonato Mineiro, como por exemplo, agressividade, náuseas, taquicardia, sudorese, tontura, dor de cabeça, aumento na frequência respiratória, baixa concentração. De acordo Rauth (1997), um nível ideal de ansiedade existe para cada atleta em competição, por isso faz necessário levar em consideração cada indivíduo, pois cada um terá respostas diferentes quanto aos níveis de ansiedade. Identificar como essa carga de estresse impacta no atleta é fundamental para ajudá-lo na hora do jogo.

Diante da pesquisa realizada com os atletas do Arena 7, pôde-se perceber que a ansiedade está presente de forma mais exacerbada no período de competição, interferindo no rendimento em campo, conforme mostrado nos gráficos da anamnese realizada com esses jogadores. O resultado da anamnese permitiu mostrar que os sintomas de ansiedade se apresentam no cotidiano desses jovens e durante o período de competição de forma mais intensa.

Outro ponto importante apresentado na pesquisa foi a percepção de que esses sintomas podem interferir no rendimento em campo durante os jogos. Segundo Cratty (1984 *apud* RAUTH, 1997), relatam que o grau de tensão que os atletas demonstram podem interferir no rendimento do indivíduo ansioso, ocasionando mal desempenho. Além do mais, essa ansiedade pode diminuir a concentração e o controle cognitivo do sujeito, e em níveis menores de sintomas ansiosos facilita a distinção dos estímulos em sua volta. (SINGER, 1977 *apud* RAUTH, 1997).

Como afirmam Harris e Harris (1987, *apud* RAUTH, 1997), não é a ausência da ansiedade que ocasionará um bom desempenho dentro de campo, mas sim como o atleta se percebe diante dessa ansiedade e como ele lida com ela. Tendo isso em vista, para que o atleta saiba como lidar com sua ansiedade é necessário um suporte psicológico, portanto, se faz necessário o papel da psicologia do esporte para que possa salientar além da importância do cuidado mental e fisiológico com os atletas, a importância do acompanhamento e monitoramento dos estados emocionais para que possam

diminuir esses estados patológicos de ansiedade, principalmente em esportes de alta performance, onde se tem uma grande exigência e um grau elevado de competição.

Pôde-se compreender através dos estudos realizados para a construção da pesquisa e do acompanhamento desses atletas durante as competições, a importância da inserção do trabalho da psicologia no esporte, visto que a ansiedade pode de fato interferir negativamente no rendimento dos atletas acarretando prejuízos emocionais como eles mesmos trouxeram e foram mostrados através dos gráficos. Dentre os sintomas da ansiedade, os mais evidenciados no momento dos jogos foram a insônia, preocupação excessiva, insegurança e o medo, o que contribui de forma negativa para os jogos da equipe.

Durante o período de acompanhamento desses jogadores na competição, percebeu-se que a psicologia assumiu um papel de ajudar esses atletas na compreensão dos sintomas de ansiedade e aliviar o sofrimento psíquico causados por esses eles, buscando minimizar os fatores que podiam comprometer o rendimento dentro do campo. A psicologia contribui para trazer um bem-estar para esses atletas adolescentes levando sempre em consideração tanto os fatores esportivos, grupais e subjetivos de cada indivíduo, para que possam desempenhar uma melhora no processo esportivo. Para agregar, Araújo (2002 *apud* VIEIRA, et al; 2010) menciona que o papel do psicólogo do esporte é melhorar o desempenho dos atletas, reabilitá-los de lesões e promover o exercício físico para melhorar a saúde dos indivíduos.

Outra questão que vale ressaltar é a importância do papel da psicologia do esporte com esses atletas adolescentes, visto que é uma fase difícil para eles, onde estão passando por processos hormonais que podem impactar nos aspectos emocionais gerados pela pressão do desempenho esportivo.

Durante o acompanhamento com os adolescentes no Arena 7, vários atletas vivenciaram situações conflituosas na vida familiar, escolar ou social que afetam diretamente seu rendimento em campo. Outra questão observada neste período foram as demandas relacionadas à ansiedade antes de algum jogo específico. Diante deste contexto, foi necessário acolher esses adolescentes e buscar compreender suas realidades e seus momentos de vidas, pois a adolescência vem associada por momentos de desequilíbrios e instabilidades extremas que podem contribuir para o aumento dos sintomas de ansiedade. (KNOBE, 2003).

Perante essa situação, entende-se ainda mais a iminência do trabalho psicológico com os adolescentes, em especial no esporte. Machado, et al (2016), relata que a ansiedade e os fatores externos podem interferir no rendimento esportivo na fase da adolescência e que se devem intervir devido às mudanças significativas e relevantes acerca do seu futuro, além de serem influenciados por fatores inerentes a idade, situações a extracampo e experiências vivenciadas em período de competição.

Frente a essas questões, compreende-se através da experiência com os jogadores do Arena 7 como o trabalho do psicólogo é necessário e importante na vida desses adolescentes, principalmente em períodos de competição, que traz uma avalanche de sentimentos e emoções associados com os jogos e com a fase vivenciada. Ajudá-los a elaborar e compreender essas emoções irá determinar a maior ou menor intensidade dos sintomas de ansiedade dentro e fora de campo, em períodos de competições e não competições.

Outra oportunidade experienciada com a equipe do Arena 7 foi de compreender a importância de conhecer e trabalhar os aspectos psicológicos envolvidos na prática esportiva e as formas de minimizar seus efeitos no rendimento para garantir o sucesso dos jogadores no período de competição. O trabalho propiciou refletir sobre como ajudar esses adolescentes a lidar com as

derrotas, vitórias, cobranças e expectativas que podem prejudicar seu rendimento em campo, buscando trabalhar possibilidades para amenizar e compreender situações que podem ser gatilhos para o aumento dos sintomas de ansiedade.

O estudo proporcionou realçar também a necessidade de maior divulgação dos estudos em psicologia do esporte para que esta área tenha mais consistência e reconhecimento na sua prática.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY A e KNOBEL M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. **Editora Artmed**, São Paulo, 2003.

BARREIRA, C. R. A; TELLES, T. C. B; FILGUEIRAS, A. Perspectivas em Psicologia do Esporte e Saúde Mental sob a Pandemia de Covid-19, **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e243726, 1-14, 2020.

BREGMAN, S. O ato mais corajoso de Simone Biles: escolher a si mesma, **Olympics**, Disponível em <> <https://olympics.com/pt/noticias/o-ato-mais-corajoso-de-simone-biles-escolher-a-si-mesma>, Acesso em 02/06/2022.

BREMBERGER, M. E. F. Psicologia do Esporte na Infância e Adolescência, **Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático Instrucional**, 2010.

CASTILLO, A. R. G. et al; Transtornos de ansiedade, **Rev Bras Psiquiatr**, p.1-4, 2000.

CEARÁ; Noites mal dormidas prejudicam a saúde e podem causar transtornos mentais, **SESA - Secretária da Saúde Governo do Ceará**; 2022. Disponível em <> [https://www.saude.ce.gov.br/2020/03/11/noites-mal-dormidas-prejudicam-a-saude-e-podem-causar-transtornos-mentais/#:~:text=Muitas%20pessoas%20n%C3%A3o%20sabem%2C%20mas,hiperatividade%20e%20d%C3%A9ficit%20de%20aten%C3%A7%C3%A3o](https://www.saude.ce.gov.br/2020/03/11/noites-mal-dormidas-prejudicam-a-saude-e-podem-causar-transtornos-mentais/#:~:text=Muitas%20pessoas%20n%C3%A3o%20sabem%2C%20mas,hiperatividade%20e%20d%C3%A9ficit%20de%20aten%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em 17/11/2022.

CLOUTIER, R. e DRAPEAU, S. Psicologia da adolescência, **Editora Vozes**, p. 1-471, 2012.

FABIANI, M. T. Psicologia do esporte: a ansiedade e o estresse pré-competitivo, **Revista PUC/SP**, p. 1-9 2018.

FORTES, L. S. et al. Efeito da Ansiedade Competitiva sobre a Tomada de Decisão em Jovens Atletas de Voleibol, **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, p. 1-8, 2019.

GUERRERO, K. B. e FERNANDES, P. T. Ansiedade no basquetebol universitário feminino, **Universidade Estadual de Campinas – Campinas (SP)**, Brasil, vol. 17, n. 1, p. 63-69, 2021.

HOSPITAL SANTA MÔNICA ENSINO E PESQUISA (2018), Ansiedade: o que é, quais são as causas e principais consequências?, 5 de fevereiro de 2018. Disponível em <> <https://hospitalsantamonica.com.br/ansiedade-o-que-e-quais-sao-as-causas-e-principais-consequencias/> Acesso: 20/11/2022

JANUÁRIO, N.; et al. Motivação para a Prática Desportiva nos Alunos do Ensino Básico e Secundário: Influência do Género, Idade e Nível de Escolaridade **Motricidade**, vol. 8, núm. 4, 2012, pp. 38-51 **Desafio Singular - Unipessoal, Lda Vila Real, Portugal**. Disponível em<> <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273025193004>

LANDO, F. Método de pesquisa qualitativa: O que é e como fazer? **Academia de Pesquisa**, Disponível em <><https://www.academicapesquisa.com.br/post/m%C3%A9todo-qualitativo-como-fazer>, Acesso: 09/06/2022.

LEITE, V. As competências Psicológicas no Desporto: Estudo com Atletas de Boccia, **Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto**, p. 1-87, 2007.

MACHADO, P. X. et. al, O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil, **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, vol. 11, n. 1, p. 51-62, 2007.

MACHADO, T. A. et al; Ansiedade estado pré-competitiva em atletas de voleibol infanto-juvenis, **Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo)**, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil, p. 1-7, 2016

MACIEL, B. O. Análise dos níveis de estresse em adolescentes no período de competição no futebol de campo, **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Educação Física, no Curso de Educação Física do Departamento Acadêmico de Educação Física (DAEFI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, p. 1-47, 2019.

MARTINS, A. et al, Análise do perfil metodológico das dissertações de mestrado profissional em administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina apresentadas no período de 2012 a 2015, **XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria - CIGU**, Perú, 2016

MARTINS, E. Coleta de dados: o que é, metodologias e procedimentos, **Mettzer**, Disponível em <><https://blog.mettzer.com/coleta-de-dados/>, Acesso: 09/02/2022.

PAPALIA, D. e FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano, 12. Ed. Porto Alegre: **AMGH Editora Ltda.** p. 1-793, 2013.

RAUTH, S. L. A influência da ansiedade no rendimento esportivo, em competição, de atletas adolescentes, **Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física**, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, p. 1-31, 1997.

RAYMUNDO, R. T. Pesquisa de Campo: o que é, como fazer e exemplos, **Via Carreira**, Disponível em <><https://viacarreira.com/pesquisa-de-campo/>, Acesso: 09/06/2022.

ROMAN, Sonia; SAVOIA, Mariângela Gentil. **Pensamentos automáticos e ansiedade num grupo de jogadores de futebol de campo**. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 13-22, dez. 2003.

Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200002&lng=pt&nr=iso>. acessos em 26 nov. 2022.

RUBIO, K. Ética e Compromisso Social na Psicologia do Esporte, **Psicologia ciência e profissão**, p. 304-315, 2007.

SANTANA; et al; Associações entre duração de sono e índices de massa gorda, muscular e corporal em adolescentes de São Luís, Maranhão, Brasil; **Cad. Saúde Pública** 38 (3) • 2022

SILVA, A. H. e FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos, **IV Encontro do ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Brasília/DF, p. 1-14, 2013.

SILVA, M. M. F. et. al. Ansiedade e desempenho de jogadoras de voleibol em partidas realizadas dentro e fora de casa, **Rev. Educ. Fís/UEM**, v. 25, n. 4, p. 585-596, 4. trim. 2014.

SILVA, P. B. Observação como Técnica de Pesquisa Qualitativa: Panorama em Periódicos Contábeis Brasileiros, **4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança**, 2016.

TATIANA, L. C. A Influência do Stress e da Ansiedade no Desempenho Esportivo e a Importância do Treinamento Psicológico, **Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito básico para a obtenção do grau de Psicólogo da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde**, p. 1-44, 2010.

TUMELERO, N. Pesquisa bibliográfica: material completo com 5 dicas fundamentais, **Mettzer**, Disponível em <> <https://blog.mettzer.com/pesquisa-bibliografica/>, Acesso: 09/02/2022.

TUMELERO, N. Pesquisa de campo: conceitos, finalidade e etapas de como fazer, **Mettzer**, Disponível em <> <https://blog.mettzer.com/pesquisa-de-campo/>, Acesso: 09/02/2022.

TUMELERO, N. Pesquisa exploratória: conceito, características e aplicação em 4 passos, **Mettzer**, Disponível em <> <https://blog.mettzer.com/pesquisa-exploratoria/>, Acesso: 09/02/2022.

VIEIRA, L. F. et al; Psicologia do Esporte: uma área emergente da Psicologia, **Psicologia em Estudo, Maringá**, vol. 15, n. 2, p. 391-399, 2010

ANEXO

ROTEIRO DA ANAMNESE

Anamnese para atletas em período de competição.

1. Você apresenta algum destes sintomas a seguir?
2. Você sabia que estes sintomas são compatíveis com quadro de ansiedade?
3. Você sabe o que é ansiedade?
4. Você apresenta alguma dificuldade para dormir?
5. Antes do jogo você apresenta alguns dos comportamentos a seguir?
6. Você tem dúvidas constantes em relação a sua capacidade e desempenho em campo?
7. Você se sente responsável pelas conquistas e derrotas do seu time?
8. Você acha que a ansiedade pode interferir no rendimento?
9. A pressão do treinador influencia seu comportamento em campo?
10. O time adversário influencia seu comportamento em campo?
11. Como a pressão do treinador te afeta?
12. Como a influência do time adversário te afeta?

*PERCEPÇÃO SOBRE A
DEPENDÊNCIA EMOCIONAL EM
ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE UMA
FACULDADE DE BELO HORIZONTE*

CLARIANNE LUIZA SANTOS DO NASCIMENTO⁹⁹

LARISSA GABRIELA MARTINS DE MENEZES

PIETRA ALFREDO CARVALHO

CLAUDIO VIEIRA DE LIMA

Resumo

A dependência emocional atinge grande parte da população. Diante disso, este artigo tem como principal objetivo verificar a permanência da mulher vítima de violência psicológica por se encontrarem em um relacionamento abusivo, utilizando como fator de análise a dependência emocional, para realização do trabalho foi aplicado um questionário em todas as mulheres estudantes de psicologia da Faculdade localizada no Prado. Como resultado pode-se perceber que vários fatores corroboram para a dependência da mulher na relação violenta: dependência financeira, os filhos, esperança de que o parceiro mude, a

⁹⁹ Graduandas em Psicologia na Faculdade Promove

Clarianne Luiza Santo Nascimento - clarianne.nascimento@soupromove.com.br

Larissa Gabriela Martins de Menezes - larissa.menezes@soupromove.com.br

Pietra Alfredo Carvalho - pietra.carvalho@soupromove.com.br

Professor Orientador

Cláudio Vieira de Lima - noprado@somoskennedy.com.br

dependência emocional, sendo o fator de maior permanência o medo de perder o parceiro ou de não conseguir arrumar outra pessoa que as ame, ou até mesmo pena do agressor. Através dos estudos realizados pode-se concluir que a dependência emocional faz com que a mulher permaneça na relação de violência, bem como o medo de não encontrar alguém que a ame na mesma intensidade que ela, alguém que a valorize, que a queira com filhos, faz com que cada vez mais ela se torne dependente da relação. Quando a mulher começa a verificar os fatores que a mantêm na relação e deseja dar um basta na situação, começa a ter autonomia e começa a fazer escolhas que lhe permitem ter uma vivência diferente do que ela está acostumada, sendo a partir desse momento o encerramento do ciclo de violência e a atitude do ato da denúncia.

Palavras chaves: dependência emocional; dependência afetiva; dependência de relacionamentos; dependências genuínas.

Abstract

Emotional dependence affects a large part of the population. Therefore, this article has as main objective to verify the permanence of women victims of psychological violence because they are in an abusive relationship, using emotional dependence as an analysis factor. of the Faculty located in the Prado. As a result, it can be seen that several factors corroborate the woman's dependence in the violent relationship: financial dependence, children, hope that the partner will change, emotional dependence, the most permanence factor being the fear of losing the partner or not being able to find another person who loves them, or even pity for the aggressor. Through the studies carried out, it can be concluded that emotional dependence causes the woman to remain in the violent relationship, as well as the fear of not finding someone who loves her in the same intensity as she does, someone who values her, who wants her with children. , makes her increasingly dependent on the relationship. When the woman begins to verify the factors that keep her in the relationship and wants to put an end to the situation, she begins to have autonomy and begins to make choices that allow her to have a different experience from what she is used to, and from that moment on, the closure of the cycle of violence and the attitude of the act of denunciation.

Keys words: emotional dependency; affective dependence; relational dependency; genuine dependence.

INTRODUÇÃO

A dependência afetiva na vida das mulheres causa uma fragilidade na condição emocional e social da mulher, pois é considerada uma condição psicológica, onde a vítima é

manipulada e controlada por pessoas específicas ao seu redor. Essa condição provoca baixa estima na vítima, impossibilitando-a de abrir mão do relacionamento que está.

Rodrigues e Oliveira (2018) afirmam que a maioria dos casos atendidos em consultas psicológicas e psiquiátricas estão relacionados com a dependência interpessoal. Pensando nisso, este trabalho pretende analisar e descrever a dependência emocional, sua origem e quais as consequências.

As mulheres inevitavelmente se encontram em uma situação de desigualdade de gênero que a manteve ao longo da história em um lugar de subalternidade, em que a sua subjetividade foi sequestrada devido a uma relação de poder. Então é provável que está se “mantenha dependente do olhar do homem para se sentir existindo e, por isso, ela não só permaneça cativa da dominação masculina e do abuso machista, mas o alimente com seu próprio desejo” (SUELY ROLNIK, p. 86, 2018).

Além disso, a autora cita que as instituições, impõe padrões na sociedade e julga quem não os cumpre, devido ao fato das figuras de autoridade terem sido masculinas durante muitos anos, e a mulher ter conquistado sua independência muito tempo depois, indo para o mercado de trabalho, sendo chefes de família, e o reconhecimento da sociedade ainda está sendo conquistado, entende-se, que a mulher por prestar um papel de submissa durante um grande período, é a maior vítima da dependência emocional (ROLNIK, 2018).

Contudo, uma vez que a autoaceitação e o amor próprio começam a se desenvolver e ganhar espaço, então os sujeitos estão prontos para praticar conscientemente o fato de serem simplesmente eles mesmos, sem tentar agradar, sem se comportar de forma calculada para ganhar a aprovação e aceitação de outra pessoa (NORWOOD, 2005).

Existem mulheres que se sentem presas em relacionamentos que não são saudáveis, por não se sentirem capazes de se virarem sozinhas, e ainda sentem a necessidade de serem protegidas pela figura masculina que as acompanha desde a infância, ou pela necessidade de suprir na vida adulta a necessidade de segurança que não houve na infância.

Com lacunas afetivas da infância tendem a depositar em seus parceiros amorosos frustrações e expectativas a fim de preencher essas lacunas infantis impossibilitando um relacionamento saudável e equilibrado, pois acabam se mantendo em um estado constante de dependência e, sem essa companhia, se vê desprovida de qualquer possibilidade de sobrevivência emocional, sentindo-se solitária e desamparada, colocando todo o poder de realização afetiva no outro e, por consequência, em muitos casos, o parceiro se apropria desse lugar de poder tornando-se abusivos (LIMA, 2012).

Este artigo parte da busca de uma resposta da relação entre dependência emocional e mulheres jovens estudantes do curso de psicologia de uma faculdade no Bairro Prado em Belo Horizonte/MG.

Ainda como objetivos analisar a percepção das alunas sobre o conhecimento do tema, sua percepção do surgimento, e quais as consequências em sua vida.

Portanto acredita-se que este artigo seja de extrema importância para a comunidade científica e a população, para ampliar a compreensão e identificação das principais manifestações do funcionamento psicopatológico da mulher dependente. Podendo assim contribuir e auxiliar no aprimoramento dos profissionais que realizam atendimentos psicológicos com mulheres dependentes afetivas e instigar reflexão acerca da temática pois irá focar apenas em um público vítima do machismo da sociedade e da desigualdade social. A dependência afetiva na vida das mulheres causa uma fragilidade na condição emocional e social da mulher, pois é considerada uma condição psicológica, onde a vítima é manipulada e controlada por pessoas específicas ao seu redor. Essa condição provoca baixa estima na vítima, impossibilitando-a de abrir mão do relacionamento que está.

Segundo entrevista que Suely Rolnik deu para Christian Dunker sobre Narciso no Espelho do Século XXI, as expectativas que a sociedade coloca nas pessoas são invisíveis, lidar com o invisível, estranho, não palpável causa uma angústia maior do que quando se sabe com quem está lidando. Suely (2018) também cita que essas expectativas invisíveis são implantadas pelas instituições que constituem a sociedade. As instituições, impõe padrões na sociedade e julga quem não as cumpre, devido ao fato de as figuras de autoridade terem sido masculinas durante muitos anos, e a mulher ter conquistado sua independência muito

tempo depois, indo para o mercado de trabalho, sendo chefes de família, e o reconhecimento da sociedade ainda está sendo conquistado, entende-se, que a mulher por prestar um papel de submissa durante um grande período, é a maior vítima da dependência emocional.

Existem mulheres que se sentem presas em relacionamentos que não são saudáveis, por não se sentirem capazes de se virarem sozinhas, e ainda sentem a necessidade de serem protegidas pela figura masculina que as acompanha desde a infância, ou pela necessidade de suprir na vida adulta a necessidade de segurança que não houve na infância.

Segundo Robin Norwood (2005):

Uma vez que a auto aceitação e o amor por nós mesmas começam a se desenvolver e ganhar espaço, então estamos prontas para praticar conscientemente o fato de sermos simplesmente nós mesmas, sem tentar agradar, sem nos comportarmos de forma calculada para ganhar a aprovação e o amor de outra pessoa.

Portanto, dado ao exposto, acredita-se que este artigo seja de extrema importância para a comunidade científica e a população, para ampliar a compreensão e identificação das principais manifestações do funcionamento psicopatológico da mulher dependente. Podendo assim contribuir e auxiliar no aprimoramento dos profissionais que realizam atendimentos psicológicos com mulheres dependentes afetivas e instigar reflexão acerca da temática pois irá focar apenas em um público vítima do machismo da sociedade e da desigualdade social.

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa quantitativa que objetiva compreender a maneira de que as mulheres jovens se veem e se sentem com relação a relacionamentos em que há a dependência afetiva, além disso também se caracteriza como descritivo, tendo como o foco descrever o contexto vivenciado por este público. A pesquisa quantitativa visa verificar a validade da hipótese que, por sua vez, leva a verificação empírica via testes estatísticos, parte importante para que a pesquisa apresente resultados úteis. Após isso, o pesquisador pode tirar conclusões e categorizar os dados que podem ser fundamentados no referencial teórico, para então serem ordenados em tabelas e textos narrativos. (PRODANOV e FREITAS, 20013).

A amostra foi composta por estudantes de uma Instituição de ensino superior da cidade de Belo Horizonte/MG, sendo jovens do sexo feminino, com idade entre 18 e 50 anos. O método de escolha da amostra será de forma aleatória estando os indivíduos dentro das características mencionadas, que por meio de preenchimento de formulário eletrônico, verificar-se-á a existência ou não de dependência emocional, para então descrever onde está surgido e suas consequências ao longo da vida, fazendo um paralelo com o referencial teórico, para tal, tem-se uma pesquisa, a princípio de caráter descritivo e posteriormente exploratório.

O questionário aplicado, preservou os aspectos éticos do sigilo e identificação, conforme Resoluções do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), será usado um formulário semiestruturado que será enviado pela plataforma do *google forms* com perguntas de forma diretiva, que confirmará a vivência ou não dentro de uma relação de dependência afetiva, após o resultado. A análise do material será feita pelas pesquisadoras levando em conta vivências das entrevistadas em suas relações afetivas confirmando ou não a relação de dependência afetiva. Os dados serão compilados e transformados em gráficos pela plataforma do *google forms*.

REFERENCIAL TEÓRICO

O amor como dependência

No desenvolvimento infantil, as interações com as figuras cuidadoras fazem com que representações mentais de modelos relacionais sejam desenvolvidas, elaborando crenças sobre si e os outros. Esses modelos fazem parte da constituição da personalidade exercendo influência nas demais relações ao longo da vida (BECKER & CREPALDI, 2019).

Entender esse processo de vinculação que é constituído por meio da necessidade humana inata de criar laços afetivos foi o que moveu a Teoria do Apego elaborada por Bowlby (1982), que é utilizada como base para explicar a forma como as pessoas fazem laços afetivos.

Haja separação, após relação emocional segura formada entre mães e crianças pequenas, ou seja após o surgimento de uma relação afetiva forte, a criança sentiria maior

dano com a separação, e isso poderia ser o maior fato eliciador de problemas amorosos futuros (BOWLBY 2006, apud RODRIGUES, 2009)

Entendendo dessa forma, acredita-se que o dependente emocional em sua infância não teve suas necessidades de afeto atendidas, o que contribuiu para formar a constituição psicológica da personalidade dependente, podendo manifestar “baixa autoestima, ansiedade, depressão, tristeza na ausência do parceiro, sentimento de “vazio” e medo de abandono “(FONSÊCA et al., 2020).

Na comunidade acadêmica não existe um consenso quanto a nomenclatura desse fenômeno, pode-se encontrar descrições correspondentes e com terminologias diferentes. São exemplos: “dependência emocional” (FONSÊCA et al., 2020) (SILVA E SILVA, 2019), “dependência afetiva” (CORDEIRO, 2018) (MORARES et al., 2018), “amor patológico” (LACERDA, 2018) (SANTOS, 2018) e “Codependência afetiva” (ROCHA, RODRIGUES & OLIVEIRA, 2018). Segundo Fonsêca (et al., p. 68, 2020) outras nomenclaturas ainda são encontradas como: “dependência interpessoal, transtorno de personalidade dependente, dependência amorosa, amor patológico, amor obsessivo e dependência nos relacionamentos”, sendo que, para os autores a dependência emocional é a nomenclatura mais utilizada

A dependência emocional pode ser definida como “o grau que alguém necessita do outro para existir” (FONSÊCA et al., 2020). Neves (2021) em suas pesquisas constatou que o status clínico do amor psicopatológico pode ser visto como um transtorno de personalidade dependente ou como uma adicção, em que o parceiro se torna o objeto do vício.

Rocha, Rodrigues e Oliveira (2018) comparam o vício dependente com a dinâmica do vício de drogas em que sua finalidade é provocar alívio da dor quando esta se torna intolerável para o sujeito. Quando em contato com o objeto de dependência o dependente sente uma recompensa imediata, ocorre uma sensação de alívio e de bem estar que é ilusória e, na ausência deste, um sentimento de dor muito intenso.

Pode ser descrito como um processo compulsivo, quando comparado a um vício, que tem por objetivo o afastamento da realidade e, por sua vez, da dor, mascarando-a, o objeto

desejado torna-se uma necessidade da vida do adicto. Assim, podendo ser comparado com as características de qualquer outro vício (ROCHA, RODRIGUES & TABATHA, 2018).

Essencialmente o medo do abandono e da angústia de estar sozinho caracteriza-se uma psicopatologia, logo, estar em um relacionamento, mesmo que disfuncional, é entendido pelo sujeito como um alívio e comumente ocorre a responsabilização do parceiro por não preencher seus anseios, alguns casos a dependência afetiva é descrita como transtorno ansioso e depressivo. (NEVES, 2021).

Baseado em estudos e pesquisas relacionadas à teoria do apego, Becker e Crepaldi (2019) ressaltam que padrões relacionais desenvolvidos na infância influenciam nas relações afetivas da vida adulta, são eles: o apego evitativo, o apego ansioso e o apego seguro. Pessoas com padrão evitativo tendem a sentir desconforto com relação a proximidade afetiva, conseqüentemente são mais distantes e independentes, propensos a não confiar no parceiro afetivo não o vendo como apoio emocional, na primeira infância, esses indivíduos receberam pouco afeto e cuidado. Aqueles que apresentam estilo de apego ansioso geralmente sentem-se ansiosos frente a conflitos, costumam evitá-los como estratégia enfrentamento diante do sentimento de medo em virtude da possibilidade de perda do relacionamento e tem falta de confiança no parceiro afetivo e ciúme excessivo, essas pessoas em sua infância e juventude foram negligenciadas a dedicação de práticas de cuidado e investimento na autoestima, pelo contrário, criação rígida com excessivas punições e trato hostil. Já o apego seguro é o resultado de uma criação com fatores de proteção da autoestima, relação de afeto e segurança com seus cuidadores, apresentando na vida adulta uma relação de apoio recíproco, segurança e confiança.

“No amor saudável, o cuidado e o controle ao parceiro são limitados, e o desenvolvimento e realização pessoal são preservados. Os interesses individuais podem mudar, mas em prol da realização individual” (NEVES, p.41, 2021). Viver o relacionamento de forma saudável requer um equilíbrio na forma de receber e dar prazer ao ser amado (FONSÊCA et al., 2020). Já em relacionamentos que são vividos de maneira disfuncional as trocas afetivas ocorrem de forma desequilibradas, podendo apresentar comportamentos e atitudes exageradas relacionadas a demandas afetivas muito intensas e insatisfeitas, o que resulta em cobranças excessivas ao parceiro no sentido de suprir as necessidades de afeto

(FONSÊCA et al., 2020). Frequentemente os dependentes de amor direcionam o seu comportamento objetivando a não perder o ser amado deixando de lado suas necessidades e seus próprios interesses, apresentam dificuldade em pôr fim ao relacionamento, mesmo quando este o prejudica, trata o parceiro como uma posse, demonstrando intensamente o seu afeto e carinho, bem como, manifestação de sentimento de abandono e vazio. (NEVES, p. 39, 2021).

O dependente emocional tem dificuldade em estabelecer relacionamentos com os outros e consigo mesmo. Nesse padrão de relacionamento interpessoal disfuncional, o outro passa a ser o centro de toda vida e é colocado como mais importante do que os próprios desejos, dessa forma é gerado a dependência. A existência de um relacionamento afetivo está ligada a ideia de felicidade, o sujeito se coloca numa situação em que só se percebe através dos outros, demonstrando uma incapacidade em reconhecer seus sentimentos e, devido a isso, o sujeito passa a existir por meio do par da relação e seu comportamento é voltado a controlar o comportamento da outra pessoa levando ao comprometimento dessa relação (ROCHA, RODRIGUES & TABATHA, 2018).

Considerado como um sentimento universal, o amor romântico está presente no imaginário dos sujeitos apaixonados, acredita-se que o vínculo emocional é responsável pelo sentimento de bem estar e contrário a sensação de solidão. (FONSÊCA et al., 2020). Crenças sobre o amor, como essa, fazem com que os dependentes não reconheçam a própria condição, constrói-se uma idealização do ser amado e como deve ser um relacionamento, bem como a naturalização do sofrimento por amor (NEVES, 2021).

Diagnosticar esse fenômeno psicopatológico se caracteriza um desafio, “termos que se refere ao transtorno ainda não foram incluídos no Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais” (ROCHA, RODRIGUES & TABATHA, 2018). Assim, os critérios diagnósticos que mais se aproximam do amor patológico estão descritos no Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV) no tópico de dependências químicas. Segundo Neves *apud*, Sophia, Tavares E Zilberman (p. 40, 2021):

- 1) Sinais e sintomas de abstinência - quando o parceiro está distante (física ou emocionalmente) ou perante ameaça de abandono, podem ocorrer: insônia, taquicardia, tensão muscular, alternando períodos de letargia e intensa atividade.

- 2) O ato de cuidar do parceiro ocorre em maior quantidade do que o indivíduo gostaria - o indivíduo costuma se queixar de manifestar atenção ao parceiro com maior frequência ou período mais longo do que pretendia de início.
- 3) Atitudes para reduzir ou controlar o comportamento patológico são malsucedidas - em geral, já ocorreram tentativas frustradas de diminuir ou interromper a atenção despendida ao companheiro.
- 4) É despendido muito tempo para controlar as atividades do parceiro - a maior parte da energia e do tempo do indivíduo são gastos com atitudes e pensamentos para manter o parceiro sob controle.
- 5) Abandono de interesses e atividades antes valorizadas - como o indivíduo passa a viver em função dos interesses do parceiro, as atividades propiciadoras da realização pessoal e profissional são deixadas, como cuidado com filhos, atividades profissionais, convívio com colegas, entre outras.
- 6) O AP é mantido, apesar dos problemas pessoais e familiares - mesmo consciente dos danos advindos desse comportamento para sua qualidade de vida, persiste a queixa de não conseguir controlar tal conduta.

Enfim, sabe-se que o transtorno não possui um consenso quanto a nomenclatura, tampouco quanto sua definição enquanto psicopatologia, podendo ser visto como um transtorno de personalidade, um vício ou compulsão ou como algo que decorrente do transtorno depressivo e/ou ansioso. Porém os comportamentos são basicamente voltados para manutenção de uma relação amorosa, deixando de lado os seus próprios interesses e desconsiderando até mesmo fatores prejudiciais, como a violência. Alguns autores apontados aqui concordam que a dependência emocional tem origem na infância, mais especificamente durante a formação de representações mentais a respeito do que é o apego, partindo da Teoria do Apego de Bowlby (1982). Quanto ao diagnóstico é feito a partir de comportamentos e sentimentos, como a abstinência, cuidados excessivos, atos que visam controlar o parceiro, medo de abandono e etc. A maior dificuldade para o tratamento parte dos próprios dependentes, que não se reconhecem como tal, negando a existência de alguma problemática, gerando um retardo na busca por ajuda.

O córtex frontal x tomada de decisão

Conforme Malloy-Diniz (2014) às tomadas de decisão complexas demandam do sujeito um maior índice dos recursos cognitivos e, geralmente, envolve algumas etapas para

sua execução. A primeira etapa necessária nos processos de tomada de decisão é a representação do problema, que aliada aos estados internos e externos em que se encontra o indivíduo, irá identificar quais ações poderão ser escolhidas, buscando satisfazer as necessidades pessoais com base nas circunstâncias ambientais. A atribuição de um valor às diversas opções existentes é caracterizada a segunda etapa no processo de tomada de decisão, ela busca avaliar qual escolha proporcionará ao sujeito maior ganho de vantagem. Como terceira etapa encontra-se a escolha da melhor ação que possibilitará o alcance do objetivo estabelecido. A monitoração do comportamento aparece como a última etapa a fim de verificar se o comportamento desencadeado está sendo efetivo para a obtenção do resultado esperado. Ressalta-se ainda que, dependendo do resultado alcançado em um processo de tomada de decisão, é necessário repensar se o melhor é manter o mesmo comportamento ou modificá-lo em situações futuras, para assim alcançar o objetivo pretendido – logo, a experiência também é apresentada como uma condição fundamental na tomada de decisões.

Dependência emocional na vida da mulher

Segundo a história do Brasil, a mulher nos séculos anteriores aos XIX viviam completamente submissas e dependentes do marido, somente após o século XX, quando os maridos começaram a ir para a guerra e as mulheres precisaram assumir seus postos nas fábricas, começaram a ter participação na economia.

A constituição de 1988 vem como um marco nos direitos das mulheres ao dizer:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos (...).” (BRASIL, 1988).”

A violência contra a mulher só teve uma maior visibilidade a partir de 1970 com os movimentos feministas que denunciaram à sociedade o machismo e o patriarcalismo naturalizados, desconstruindo a ideia de dominação masculina (MIZUNO, FRAID, CASSAB, 2010). O movimento feminista teve inicialmente como pauta a obtenção de direitos principalmente relacionados à violência contra a mulher.

Levando em consideração outro aspecto social, que diz respeito ao conjunto de regras, normas sociais e normas de comportamentos que são perpetuados ao longo da história, as mulheres encontram-se em situação de vulnerabilidade em relação a dependência emocional devido ao machismo enquanto sistema ideológico que oferece modelos de identidade, tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino (OLIVEIRA, GOMES E VERAS, 2019). Dentro disso: desde criança, o menino e a menina entram em determinadas relações em que homens e mulheres vivem em um sistema hierárquico, visto que o masculino é dominante e o feminino é dominado. Esse modelo de identidade é imposto desde a infância independente da vontade, formando a consciência, por exemplo: o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e em contraposição o de inferioridade da menina (DRUMMONTT, 1980, p.81).

“A dependência emocional é alimentada pela baixa autoestima e pela insegurança. Como resposta direta, a pessoa busca externamente no outro, seja no relacionamento de casal, na família ou amigos, a segurança que não tem em si mesma fica "viciada" no que essas relações são capazes de proporcionar e chegam a considerar que é impossível viver sem elas.” (SOPHIA, 2021)

Com o propósito de romper com os elos da dependência emocional e superá-la é fundamental começar a entender de onde vem esse apego, que não tem limite. Isso significa reconhecer medos e limitações, mas também aproveitar o processo de reflexão para entender quais são as suas próprias potencialidades, porque todos as temos. É possível que se descubram feridas emocionais e situações de instabilidade, mas isso permitirá, aos poucos, ir trilhando um caminho mais autossuficiente. O processo é lento e, na maioria dos casos, merece ser acompanhado por um psicólogo especializado em desenvolvimento pessoal. Entretanto, você pode começar a mudança ser com pequenos ajustes nos seus comportamentos e posturas:

A personalidade dependente é considerada um transtorno psicológico, o qual é caracterizado pela necessidade excessiva de ser cuidado, que leva a um comportamento submisso ao medo da separação. A Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamentos - CID-10 (1993) traz as seguintes características:

(a)encorajar ou permitir a outros tomarem a maioria das importantes decisões da vida do outro indivíduo; (b) subordinação de suas próprias necessidades àquelas dos outros dos quais é dependente e aquiescência aos desejos desses; (c) relutância em fazer exigência ainda que razoável às pessoas das quais depende; (d) sentir-se desconfortável ou desamparado quando sozinho por causa de medos exagerados de incapacidade de se auto cuidar; (e) preocupações com medos de ser abandonado por uma pessoa com a qual tem um relacionamento íntimo e de ser deixado para cuidar de si próprio; (f) capacidade limitada de tomar decisões cotidianas sem um excesso de conselhos e reassseguramento pelos outros (CID-10, 1993, p.202).

Algumas áreas de estudos dentro da análise do comportamento denominada como análise funcional também explica qual a função de cada comportamento diante das contingências estabelecidas no ambiente, Pereira; Carmago e Aoyama (2018) realizaram um estudo prático da análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos, e teve como objetivo identificar quais as variáveis que faziam com que as mulheres continuassem nesses relacionamentos e dentre eles foram identificados fatores emocionais, financeiros, esperança da mudança do comportamento do parceiro, preocupação com a criação dos filhos e a falta de rede de apoio.

Sem poder compreender o que alimenta a relação de dependência não é possível romper. Assim, a psicoterapia é utilizada como um instrumento para ajudar a romper essa relação.

RESULTADOS

Os estudos empíricos deste trabalho contaram com um total de 55 participantes, sendo todos estudantes universitários do sexo feminino. Os participantes responderam à um questionário digital, no qual foram divididas por categorias. A primeira categoria mostra afirmações em que os universitários compreendem sobre si, a segunda categoria são afirmações relacionadas às relações amorosas encontradas vividas em sua vida.

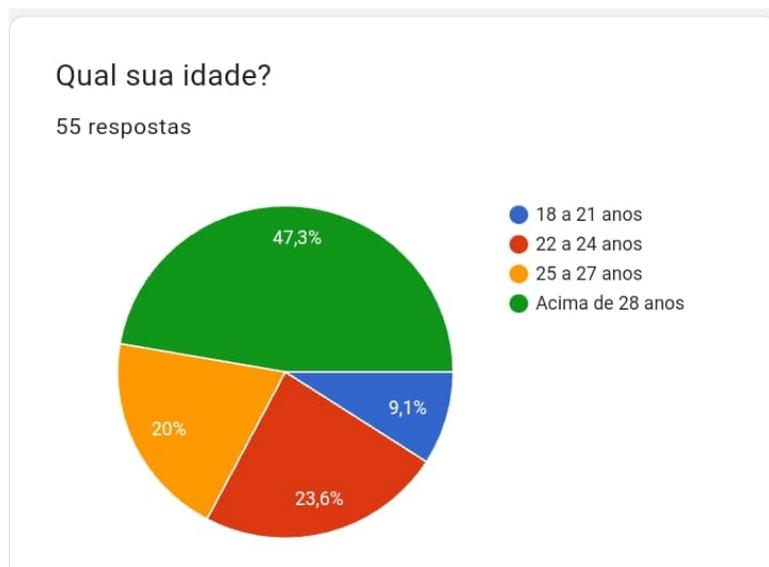


Gráfico 1 : Faixa Etária

Na questão um podemos observar que a maioria das mulheres que participaram da pesquisa (47,3%) possuem acima de 28 anos, em seguida temos 23,6% com a faixa etária de 22 a 24 anos, depois 20% entre 25 e 27 anos e por último temos de 18 a 21 anos (9,1%)



Gráfico 2 : Estado efetivo atual

A maioria das mulheres entrevistadas se encontram casadas (32,7%) e em seguida temos as mulheres que estão namorando (30,9%), já 23,6% se encontram solteiras e 12,7% não se encaixam em nenhuma categoria citada acima destacada em verde no gráfico 2.

Nos seus relacionamentos afetivos você sempre busca a aceitação do seu relacionamento?

55 respostas

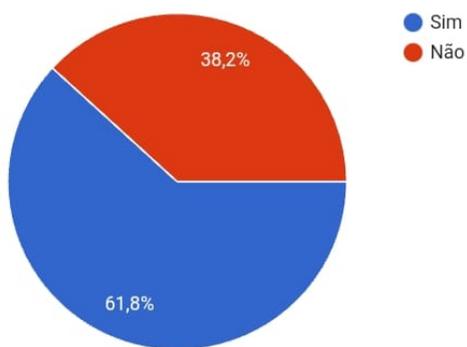


Gráfico 3 : Aceitação do relacionamento

De acordo com a pesquisa, mais da metade das mulheres buscam aceitação no seu relacionamento (61,8%) , enquanto a outra parte não busca a aceitação (38,2%).

Nos seus relacionamentos afetivos é possível você possuir vida social pessoal sem conflito conjugal

55 respostas

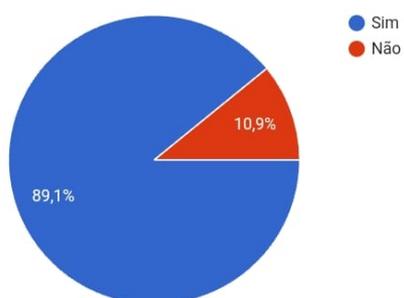


Gráfico 4 : Vida Social sem conflito conjugal

Já neste gráfico podemos concluir que quase 89,1% possuem uma vida social sem conflito conjugal enquanto 10,9% não possuem.

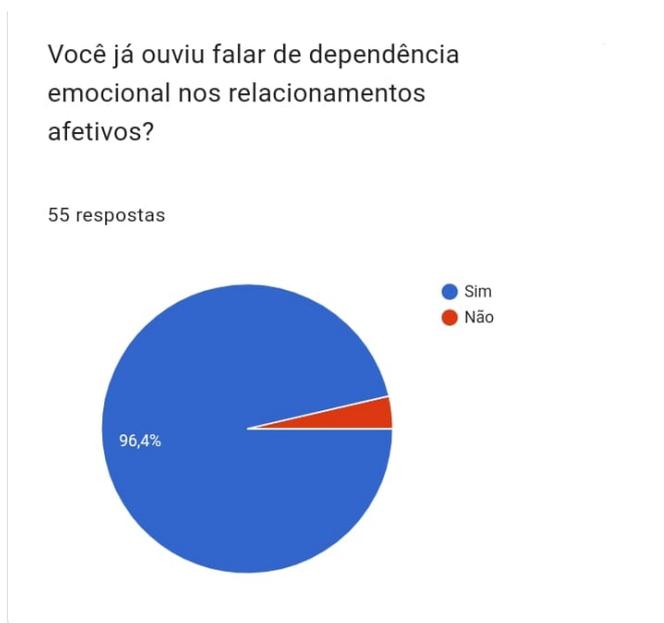


Gráfico 5: Dependência Emocional

Podemos notar que a maior parte das mulheres já ouviram falar sobre dependência emocional nos relacionamentos afetivos (96,4%) enquanto apenas 3,6% não ouviram falar.

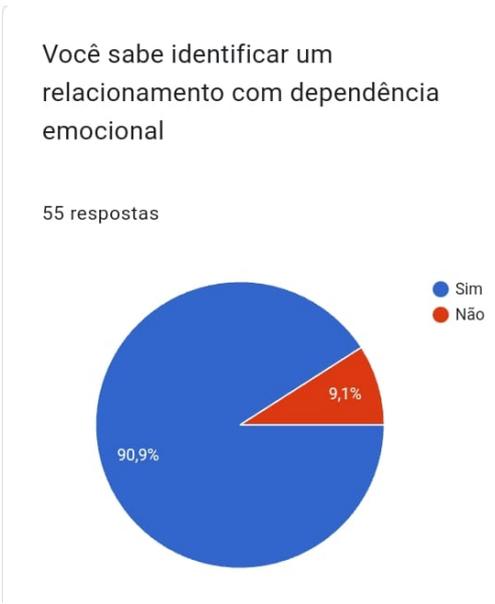


Gráfico 6: Identificar relacionamento com dependência emocional

Mas quando perguntado sobre identificação esse número cai 5,5%, de 96,4% que já ouviram falar apenas 90,9% consegue identificar um relacionamento com dependência emocional enquanto 9,1% não conseguem.

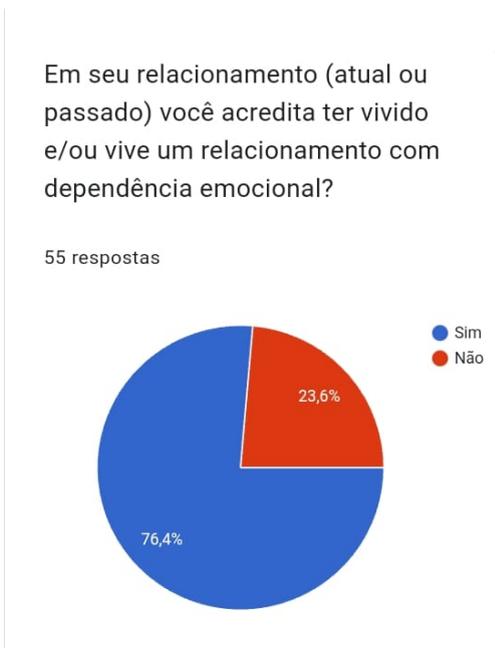


Gráfico 7: Vivência em relacionamento com dependência emocional

Nota-se que a maior parte das mulheres que realizaram a pesquisa acreditam ter vivido um relacionamento com dependência emocional (76,4%) e a menor parte não acredita ter vivido (23,6%)

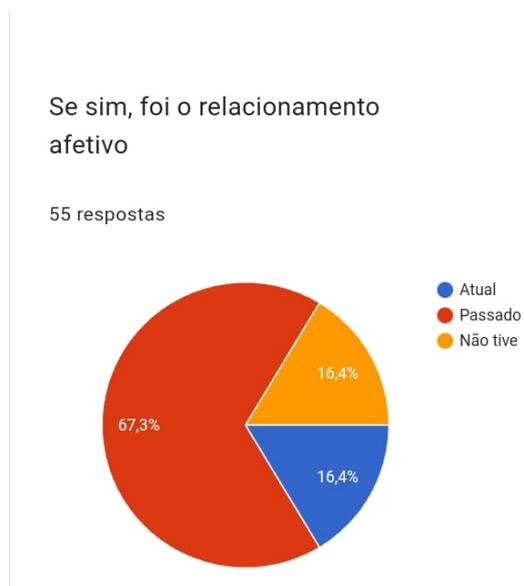


Gráfico 8: Se viveu, foi relacionamento atual ou passado?

Sendo que 67,3% desses relacionamentos são passados, 16,4% são atuais e 16,4% não passaram por essa situação

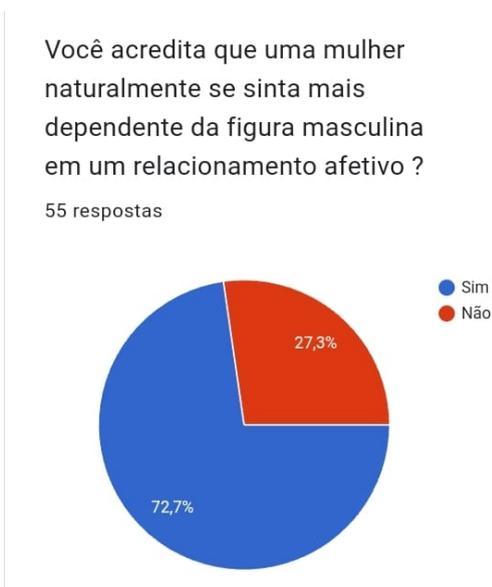


Gráfico 9: dependência que a mulher tem da figura masculina no relacionamento

Discussão

A dependência emocional é um tema que recebe vasta atenção popular, sendo tema de livros, filmes e programas de televisão. Recentemente, esta temática também vem ganhando espaço no campo científico, dada a sua alta incidência na população, variando entre 5% a 24,5% (FONSÊCA et al., 2020). Entretanto, apesar das altas taxas de incidência e do número crescente de pesquisas na área, o tema ainda parece ser pouco estudado

No presente estudo, a figura masculina com forma de segurança foi referenciada em mais de setenta por cento e na mesma proporção a indicação de uma relação afetiva com dependência. Mesmo conhecendo sobre dependência afetiva, vivenciaram uma relação nesta condição. Há um grande sofrimento na pessoa emocionalmente dependente, pois existem inúmeros fatores que agravam sua situação, um deles, é o medo de se arriscar e perder o objeto de desejo e a sensação que o mesmo lhe traz, fator esse que gera um incômodo muito maior do que se possa imaginar. Não é fácil um dependente aceitar sua disfunção emocional e por ter uma grande resistência, conseqüentemente, não procuram ajuda necessária, tornando tudo mais difícil, é preciso ressaltar que o primeiro passo para uma melhora, é admitir a sua condição.

Podemos perceber que a dependência emocional é um transtorno aditivo em que o indivíduo necessita do outro para manter seu equilíbrio emocional. Essa necessidade pode ocorrer tanto nos relacionamentos parentais como nos amorosos ou de amizade, e que mesmo com consciência do modelo de relação este fica impedido, por ordens emocionais de se libertar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vida humana, as relações interpessoais são indispensáveis para a sobrevivência. Quando um indivíduo se percebe socialmente isolado e sem apoio social pode

ser tomado por diversos pensamentos e comportamentos disfuncionais que poderão afetar a sua saúde mental. Rodrigues (2018, p.334) aprofunda sobre o assunto, mencionando que “a solidão, por sua vez, refere-se a um sentimento complexo, multidimensional e subjetivo resultante da percepção desagradável inerente à falta de apoio ou rede social”. Como consequência, Rodrigues (2018) também aponta que o estado de solidão pode estar ligado a efeitos negativos no bem-estar, saúde física, psicológica e social do indivíduo. Esta condição pode, igualmente, prejudicar seu desempenho em outras esferas da vida como trabalho, estudo e família.

Nesta pequena amostragem, quando a estudante se percebe dependente de uma relação, demonstrando nível elevado de apego, pode-se entender que tal relação lhe cause dependência emocional, resultando em inúmeras implicações na vida, mas mesmo assim ela não consegue desvincular desta relação. Os seres humanos são contemplados com diversas formas de relações interpessoais dentre estas as relações parental, amorosa e social, todas elas são caracterizadas pela dependência emocional.

Diante dos resultados, apesar de ser um tema complexo e de seu caráter delicado, percebe-se a necessidade de ser mais estudado sobre o mesmo, inclusive uma pesquisa direcionada para a elaboração e validação de um inventário maior para verificar a dependência emocional. Embora o presente estudo tenha demonstrado a dependência nas relações interpessoais, ainda se estabeleceu a importância de investigar a dependência em relacionamentos, com ênfase em outros aspectos, em diferentes faixas etárias, grau de ensino e em diferentes classes socioeconômicas, o que torna necessárias outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, K. B. P. O amor patológico presente no transtorno emocional da codependência sob a ótica da Gestalt-Terapia.

BASTOS, P. A., Santos, M. M. & Stein, S. C. (2014). Atendimento psicoterápico comportamental de uma mulher adulta com comportamentos característicos de dependência afetiva. *Comportamento em foco 4*, 91-106.

BECKER, Ana Paula Sesti, Crepaldi, Maria Aparecida O apego desenvolvido na infância e o relacionamento conjugal e parental: Uma revisão da literatura. Estudos e Pesquisas em

Psicologia [en línea]. 2019, 19(1), 238-260[fecha de Consulta 19 de Abril de 2022]. ISSN: .
Disponível em: <https://www.red>

BOWLBY, John. Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

CORDEIRO, Débora da Silva (2018). POR QUE ALGUMAS MULHERES NÃO DENUNCIAM SEUS AGRESSORES?. *CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, (27).
<https://doi.org/10.34019/1981-2140.2018.17512>

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 3, 1980. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108171>>.

FAUR, Patrícia & SINAY, Sergio. Amores que matam: O Mal-Entendido Amoroso. Ed I pm pocket, 2012

FONSÊCA, P. N. da, COUTO, R. N., SILVA, P. G. do N., GUIMARÃES, C. L. C., & MACHADO, M. de O. S. (2020). Evidências psicométricas do Questionário de Dependência Emocional (CDE). *Avaliação Psicológica*, 19(1). Recuperado de <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/avp/article/view/16791>

FROMM, Erich. A arte de amar. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 165 p

LACERDA, Elbany Patrícia Souza. Uma análise do amor patológico, na obra o remorso de Baltazar Serapião, de Valter Hugo Mãe. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 27 (2018) Acessado em? 17 de abril de 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/10971>

LIMA, Antonio Paulo Pinheiro. Mulheres e o abandono da figura paterna: considerações teórico-clínicas a partir da psicologia analítica. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. 2012, v. 29, suppl 1 [Acessado 15 Outubro 2022] , pp. 821-830. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500018>>. Epub 21 Feb 2013. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500018>.

MALLOY-DINIZ, L. F., de Paula, J. J., Sedó, M., Fuentes, D., & Leite, W. B. (2014). Neuropsicologia das funções executivas e da atenção. In (2ª ed., p. 115-138). Porto Alegre: Artmed.

MORAES, M. do S. B., Cavalcante, L. I. C., Pantoja, Z. C., & Costa, L. P. (2018). Violência por Parceiro Íntimo: Características dos Envolvidos e da Agressão. *PSI UNISC*, 2(2), 78-96. <http://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.11901>

NEVES, R. V. Amor patológico: uma investigação em relação ao gênero, crenças sobre o amor, apego e autoestima. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

NORWOOD, R. Mulheres que amam demais. 27 ed. Benvira, 2005.

OLIVEIRA, Rosane Cristina; **GOMES**, Raphael Fernandes; **VERAS**, Webert Soares. "ELE DISSE QUE ME MATARIA...": CULTURA MACHISTA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E IMPUNIDADE. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, [S.l.], v. 22, n. 44, p. 131-144, maio 2019. ISSN 2177-8337. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/111>>. Acesso em: 24 maio 2022. doi: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p131-144>.

PLATÃO. (2017). *O Banquete*. (A. P. Borges, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes. (Trabalho original publicado em 1901).

PRODANOV, C. C.; **FREITAS**, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

ROCHA, D C C. **RODRIGUES**, Rhayana F. B.. Tabatha Bezerra Oliveira CODEPENDÊNCIA AFETIVA: QUANDO O AMOR SE TORNA UM VÍCIO. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVIII, Nº. 000143, 20/11/2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/codependencia-afetiva-quando-o-amor-se-torna-um-vicio> - Acessado em: 17/04/2022

ROLNIK, Sueli. Subjetividade contemporânea: Crise da Identidade Moderna. YouTube 2018. Disponível em: <https://youtu.be/QNrXkFWtL2s>

SANTOS, Emanuela Sofia Rodrigues. Espelho meu, espelho teu... olho-te e vejo-me, olhas-me e vês-te. Um modelo de relação de amor patológico: vínculo tantalizante. Considerações psicodinâmicas de um estudo de caso. Dissertação de mestrado. Novas edições acadêmicas - **ISBN-13**: 978-6139617289. 30 de Júlio de 2018

SILVA, Daniele da & **SILVA**, Renata Limongi França Coelho (2020). Violência contra as mulheres nos renascimentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA (FINOM) - ISSN: 1809-1628. Ano XIV, vol. 20- Jan-jul. 2020. Acessado em? 17 de abril de 2022. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1008>

SINAY, S. Prólogo: o mal-entendido amoroso. In: FAUR, P. Amores que matam: quando um relacionamento pode ser tão perigoso quanto usar uma droga. Tradução Marlova Aseff. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 13-16.

ROLNIK, Sueli. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018, 208 páginas

